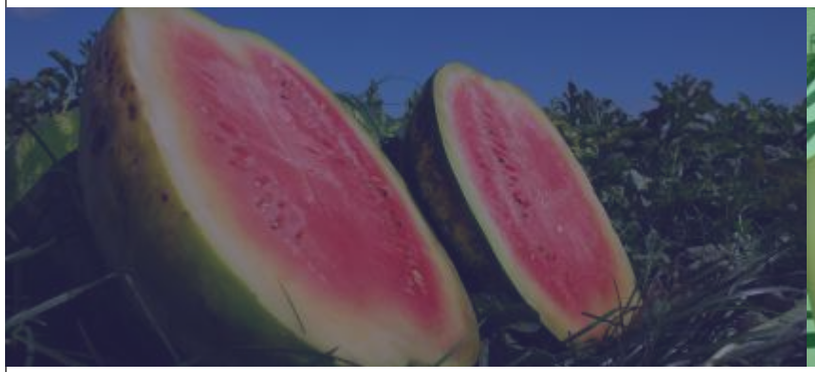
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO

Relatório do Órgão Central de Controle Interno sobre as Contas Consolidadas Exercício 2018

Volume IX - Processo 2019/25000/000157



GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS
MAURO CARLESSE

SECRETÁRIO-CHEFE DA CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO
SENIVAN ALMEIDA DE ARRUDA

SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E DE AÇÕES DE CONTROLE INTERNO
BENEDITO MARTINIANO DA COSTA NETO

DIRETORA DE CONTROLE DA GESTÃO GOVERNAMENTAL E PREVENÇÃO À CORRUPÇÃO
KILVÂNIA RODRIGUES DE MELO MIRANDA

GERENTE DE ANÁLISE, DEMONSTRAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DAS CONTAS
LÚCIA HELENA QUEIROZ LIMA CÂMARA

EQUIPE TÉCNICA
JOÃO BATISTA PORTES JUNIOR
VERALUCIA RODRIGUES BARROS

EQUIPE DE APOIO
REGIANE SOUSA CHAVES
PAULO ROBERTO RODRIGUES

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO 2659

1 ATUAÇÃO DA CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO 2661

2 ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA RECEITA E DA DESPESA 2665

2.1 ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO 2666

2.1.1 Quanto à Esfera Orçamentária 2666

2.1.2 Quanto às Fontes de Recursos 2667

2.2 MOVIMENTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS 2673

3 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, PATRIMONIAL E FINANCEIRA – GERAL DO ESTADO, POR GESTÃO, POR PODERES E MINISTÉRIO PÚBLICO 2679

3.1 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA – GERAL DO ESTADO 2679

3.1.1 Balanço Orçamentário Consolidado 2680

3.1.2 Execução Orçamentária por Gestão 2693

3.1.3 Execução Orçamentária por Poder 2696

3.2 GESTÃO PATRIMONIAL – CONSOLIDAÇÃO POR ADMINISTRAÇÃO E PODERES DO ESTADO 2699

3.2.1 Balanço Patrimonial Consolidado 2699

3.2.2 Balanços Patrimoniais por Gestão 2703

3.2.3 Balanços Patrimoniais por Poder 2711

3.3 GESTÃO FINANCEIRA 2719

3.3.1 Balanço Financeiro Consolidado 2719

3.3.2 Balanços Financeiros por Poderes 2720

3.3.3 Balanços Financeiros por Gestão 2722

3.3.4 Demonstração dos Fluxos de Caixa 2725

3.4 ARRECADAÇÃO/DESEMBOLSO E RESUMO DAS DISPONIBILIDADES DE CAIXA E RESTOS A PAGAR 2729

3.4.1 Execução da Receita e Despesa por Fonte de Recursos 2729

3.4.2 Disponibilidades Financeiras – Consolidado e P. Executivo 2732

4 ANÁLISE DA CONFORMIDADE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA..... 2736
E FINANCEIRA REFERENTE OS LIMITES LEGAIS

4.1 DESPESAS DE PESSOAL CONSOLIDADO E PODER EXECUTIVO 2736

4.2 APLICAÇÃO NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO 2739

4.3 APLICAÇÃO DE RECURSOS NAS AÇÕES DE SAÚDE 2741

4.4 DEMONSTRATIVO DE APURAÇÃO E EVOLUÇÃO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA 2742

4.5 SITUAÇÃO DA DÍVIDA, RESULTADO NOMINAL E PRIMÁRIO E DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO 2743

4.6 DEMONSTRAÇÃO DAS MOVIMENTAÇÕES DOS RESTOS A PAGAR 2749

4.7 EXECUÇÃO DA DESPESA DE EXERCÍCIOS ANTERIORES 2750

4.8 DEMONSTRAÇÃO RESUMIDA DA DÍVIDA ATIVA 2750

5 PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS E SUA EXECUÇÃO..... 2753

5.1 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL QUE DESENVOLVEU ATIVIDADES PARA A CONSECUÇÃO DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS 2755

5.1.1 Cisões, Fusões, Extinções, Incorporações e Transformações 2755

5.1.2 Unidades da Administração Direta 2756

5.1.3 Unidades da Administração Indireta e Fundos Especiais 2756

5.2 EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS - 2018 2758

5.2.1 Execução por Eixos Estratégicos e Poder Independente 2760

5.2.2 Execução por Eixos Estratégicos, Poder Independente e Programas Temáticos 2761

6 RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO..... 2871
CONTAS CONSOLIDADAS

6.1 RECOMENDAÇÕES/MEDIDAS ADOTADAS 2871

6.1.1 Determinações/Recomendações das Contas Consolidadas 2015 2872

Processo Eletrônico Nº 4579/2016 – Parecer Prévio 121/2018 de 19/12/2018

6.1.2 Determinações/Recomendações de Parte das Contas Consolidadas 2017 - Processo Eletrônico Nº 3121/2018 – Parecer Prévio 115/2018 de 12/12/2018 2910

CONSIDERAÇÕES FINAIS 2914

ANEXOS 2928

QUADROS

QUADRO 01 Resumo Sintético da Receita e Despesa Orçamentária - 2018 2667

QUADRO 02 Resumo Sintético do Orçamento pelas Fontes de Recursos - 2018 2668

QUADRO 03 Resumo Sintético do Orçamento Autorizado pelas Fontes de Recursos - 2018 2668

QUADRO 04 Resumo da Receita e Despesa Orçamentária Todas as Fontes - 2018 2669

QUADRO 05 Resumo Geral da Receita Atualizada – Recursos do Tesouro e de Outras Fontes - 2018 2670

QUADRO 06 Resumo Geral da Despesa Autorizada – Recursos do Tesouro e de Outras Fontes - 2018 2671

QUADRO 07 Resumo da Despesa Autorizada – Esfera Orçamentária e Fonte - 2018 2671

QUADRO 08 Demonstrativo das Movimentações Orçamentárias - 2018 2673

QUADRO 09 Demonstrativo dos Créditos Suplementares Abertos por Unidade Gestora – 2018 2674

QUADRO 10 Demonstrativo e Análise dos Acréscimos Orçamentários e suas Origens - 2018 2676

QUADRO 11 Balanço Orçamentário “Geral do Estado” - 2018 2680

QUADRO 12 Comparativo da Receita Arrecadada Geral do Estado 2017 e 2018 2682

QUADRO 13 Receitas – Recursos de Todas as Fontes - 2018 2683

QUADRO 14 Demonstrativo Sintético do Orçamento Executado - 2018 2684

QUADRO 15 Desempenho da Receita Corrente do Estado – 2017 e 2018 2685

QUADRO 16 Desempenho da Receita Tributária do Estado 2017 e 2018 (Principais Impostos) 2685

QUADRO 17 Desempenho da Receita de Capital do Estado – 2017 e 2018 2685

QUADRO 18	Análise Comparativa da Despesa por Categoria Econômica e Grupo – 2017 e 2018	2686
QUADRO 19	Resumo da Despesa Realizada – Fonte e Esfera Orçamentária - 2018	2687
QUADRO 20	Execução dos Programas de Governo do Estado - 2018	2688
QUADRO 21	Demonstrativo da Despesa Executada por Função - 2018	2691
QUADRO 22	Comparativo de Despesa Executada por Função de Governo - 2018	2692
QUADRO 23	Despesa Realizada Quanto a Gestão - Adm. Direta - 2018	2693
QUADRO 24	Despesa Realizada Quanto a Gestão – Autarquias - 2018	2693
QUADRO 25	Despesa Realizada Quanto a Gestão – Fundações - 2018	2694
QUADRO 26	Despesa Realizada Quanto a Gestão – Fundos - 2018	2694
QUADRO 27	Resumo Total da Despesa Realizada - Todas as Gestões - 2018	2694
QUADRO 28	Demonstrativo Resumido da Despesa Realizada das Gestões – por Categoria e Grupo - 2018	2695
QUADRO 29	Despesa Realizada por Poder – “Executivo” - 2018	2696
QUADRO 30	Despesa Realizada por Poder – “Poder Judiciário” - 2018	2696
QUADRO 31	Despesa Realizada por Poder – “Poder Legislativo” - 2018	2697
QUADRO 32	Despesa Realizada por Poder – “Ministério Público” - 2018	2697
QUADRO 33	Demonstrativo Resumido da Desp. Realizada dos “Poderes” - 2018	2697
QUADRO 34	Demonstrativo Resumido da Desp. Realizada dos “Poderes” - por Categoria e Grupo - 2018	2698
QUADRO 35	Balanço Patrimonial – Geral do Estado – 2017 e 2018	2700
QUADRO 36	Balanço Patrimonial – “Administração Direta” – 2017 e 2018	2703
QUADRO 37	Balanço Patrimonial – “Autarquias” – 2017 e 2018	2705
QUADRO 38	Balanço Patrimonial – “Fundações” – 2017 e 2018	2707

QUADRO 39 Balanço Patrimonial – "Fundos" – 2017 e 2018 2709

QUADRO 40 Balanço Patrimonial – "Poder Executivo" – 2017 e 2018 2711

QUADRO 41 Balanço Patrimonial – "Poder Legislativo" – 2017 e 2018 2714

QUADRO 42 Balanço Patrimonial – "Poder Judiciário" – 2017 e 2018 2716

QUADRO 43 Balanço Patrimonial – "Ministério Público" – 2017 e 2018 2717

QUADRO 44 Resumo do Balanço Financeiro – Geral do Estado - 2018 2720

QUADRO 45 Resumo do Balanço Financeiro – "Poder Executivo" - 2018 2721

QUADRO 46 Resumo do Balanço Financeiro – "Poder Legislativo" - 2018 2721

QUADRO 47 Resumo do Balanço Financeiro – "Poder Judiciário" - 2018 2722

QUADRO 48 Resumo do Balanço Financeiro – "Ministério Público" - 2018 2722

QUADRO 49 Resumo do Balanço Financeiro – "Adm. Direta" - 2018 2723

QUADRO 50 Resumo do Balanço Financeiro – "Autarquias" – 2018 2723

QUADRO 51 Resumo do Balanço Financeiro – "Fundações" – 2018 2724

QUADRO 52 Resumo do Balanço Financeiro – "Fundos" – 2018 2724

QUADRO 53 Resumo da Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidado – 2017 e 2018 2725

QUADRO 54 Resumo da Demonstração dos Fluxos de Caixa "Administração Direta" – 2017 e 2018 2726

QUADRO 55 Resumo da Demonstração dos Fluxos de Caixa "Autarquias" – 2017 e 2018 2727

QUADRO 56 Resumo da Demonstração dos Fluxos de Caixa "Fundações" – 2017 e 2018 2728

QUADRO 57 Resumo da Demonstração dos Fluxos de Caixa "Fundos" – 2017 e 2018 2728

QUADRO 58 Arrecadação e Desembolso - por Fonte – Geral do Estado 2017 e 2018 2729

QUADRO 59 Arrecadação e Desembolso - por Fonte – Poder Executivo 2017 e 2018 2731

QUADRO 60 Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar Consolidado – 2018 2732

QUADRO 61 Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar – Poder Executivo 2018 2733

QUADRO 62 Demonstrativo da Despesa de Pessoal - Consolidado – P. Executivo, Legislativo e Judiciário (exceto a Procuradoria Geral de Justiça) – 2018 2736

QUADRO 63 Demonstrativo da Despesa de Pessoal – Procuradoria Geral de Justiça – 2018 2737

QUADRO 64 Demonstrativo da Despesa de Pessoal – P. Executivo - 2018 2738

QUADRO 65 Comparativo da Despesa Realizada com Educação - 2017 e 2018 2740

QUADRO 66 Comparativo da Despesa Realizada com Saúde - 2017 e 2018 2741

QUADRO 67 Demonstrativo da Apuração da Rec. Corrente Líquida - 2018 2742

QUADRO 68 Resumo Comparativo da Receita Corrente Líquida - 2017 e 2018 2743

QUADRO 69 Evolução da Receita Corrente Líquida – 2015 a 2018 2743

QUADRO 70 Demonstrativo dos Limites da Dívida e Operações de Crédito - 2017 e 2018 2744

QUADRO 71 Comparativo da Dívida Fundada (exceto regime previdenciário) 2744

QUADRO 72 Composição e Variação da Dívida Interna e Externa - 2017/2018 2745

QUADRO 73 Comparativo das Operações de Crédito Realizadas - 2017 e 2018 2746

QUADRO 74 Demonstrativo do Resultado Primário – 2018 2746

QUADRO 75 Demonstração Resumida do Resultado Primário - 2018 2747

QUADRO 76 Demonstrativo Resumido do Resultado Nominal - 2018 2748

QUADRO 77 Resultado Nominal de 2018 em relação à meta fixada 2748

QUADRO 78 Situação dos Restos a Pagar dos Exercícios de 2017 e 2018 2749

QUADRO 79 Demonstrativo da Despesa Reconhecida como Despesa de Exercícios Anteriores – Geral do Estado – 2018 2750

QUADRO 80 Demonstrativo da Movimentação da Dívida Ativa – 2018 2750

QUADRO 81 Programas Governamentais por Eixos Estratégicos – Poder Executivo e Defensoria Pública 2759

QUADRO 82 Programa Governamental vinculado ao Eixo I 2762

QUADRO 83 Programas Governamentais vinculados ao Eixo II 2763

QUADRO 84 Programas Governamentais vinculados ao Eixo III 2763

QUADRO 85 Programas Governamentais vinculados ao Eixo IV 2764

QUADRO 86 Programas Governamentais vinculados ao Eixo V 2765

QUADRO 87 Programa Governamental vinculado ao Eixo VI 2766

QUADRO 88 Programa Governamental Independente 2766

GRÁFICOS

GRÁFICO 01	Previsão/Fixação do Orçamento e percentuais por Esfera - 2018	2667
GRÁFICO 02	Previsão/Fixação do Orçamento pelas Fontes de Recursos	2668
GRÁFICO 03	Recursos Autorizados – Esfera Orçamentária - Destaque das Fontes mais Expressivas	2673
GRÁFICO 04	Percentuais do Orçamento Autorizado - Inicial mais Acréscimos	2677
GRÁFICO 05	Orçamento Realizado em 2018 (Receita e Despesa)	2684
GRÁFICO 06	Gastos Por Categoria e Percentuais de Composição – 2017/2018	2686
GRÁFICO 07	Despesa Realizada por Esfera Orçamentária - 2018	2688
GRÁFICO 08	Programas de Governo – destaque dos mais Expressivos	2690
GRÁFICO 09	Despesas Executadas por Função de Governo	2691
GRÁFICO 10	Percentual de Participação da Despesa Realizada por Gestão	2694
GRÁFICO 11	Execução da Despesa por Poder do Estado e Ministério Público	2699
GRÁFICO 12	Limite de Despesas com Educação	2740
GRÁFICO 13	Limite de Despesas com Saúde	2742
GRÁFICO 14	Dívida Fundada em Função da Receita Corrente Líquida	2745
GRÁFICO 15	Inscrição de Restos a Pagar e Evolução 2017/2018	2750
GRÁFICO 16	Valores por Eixos Estratégicos e Poder Independente	2761
GRÁFICO 17	Eixo I - Saúde	2762
GRÁFICO 18	Eixo II – Educação e Conhecimento	2762
GRÁFICO 19	Eixo III – Segurança Pública, Assistência Social e Direitos Humanos	2763
GRÁFICO 20	Eixo IV – Desenvolvimento Agrícola e Meio Ambiente	2764
GRÁFICO 21	Eixo V – Desenvolvimento Regional, Urbano, Industrial e Infraestrutura	2765
GRÁFICO 22	Eixo VI – Gestão Pública	2766
GRÁFICO 23	Poder Independente	2767

APRESENTAÇÃO

A Prestação de Contas do Governo é ato privativo do Chefe do Poder Executivo, conforme disposto na Constituição Estadual, artigo 40, inciso VII, e atende aos princípios basilares do Direito Administrativo, tais como, Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência.

Nesse sentido a Controladoria-Geral do Estado do Tocantins como Órgão integrante do Executivo Estadual, apresenta o Relatório sobre as Contas Consolidadas do Governo, referente ao exercício de 2018, observando as matérias econômica, administrativa, financeira e social, concernentes às informações apuradas nas descrições analíticas das diversas atividades das unidades gestoras do Poder Executivo, expondo uma análise circunstanciada dos orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimentos das empresas estatais, executados no exercício de 2018, abrangendo os Poderes: Executivo, que contempla a Defensoria Pública; Legislativo; Judiciário e o Ministério Público, mencionando os recursos e as fontes vinculadas.

A apresentação das despesas está demonstrada por categorias, grupos, funções, programas, ações e outros indicadores, a exemplo do índice de participação de cada função em relação à aplicação dos recursos arrecadados, bem como os orçamentos autorizados e o cumprimento das metas fiscais, que garantem a manutenção do equilíbrio das contas públicas, evidenciando assim os limites legais e constitucionais.

Capítulo 1

ATUAÇÃO DA CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

CAPÍTULO 1

ATUAÇÃO DA CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO

A Controladoria-Geral do Estado, como Órgão Central do Sistema de Controle Interno, instituída pela Lei Estadual n.º 2.735, de 04 de julho de 2013, exerce suas atribuições por força dos artigos 70 e 74 da Constituição Federal e pelos artigos 32 e 36 da Constituição Estadual, centraliza o controle interno da Administração Pública Estadual e vem buscando desempenhar papel relevante na atuação que vai além de um mero órgão de controle, abarcando outras funções, como o combate à corrupção, a promoção da transparência, a promoção da cultura de acesso às informações públicas e, sobretudo recentemente, como aspecto inovador, vem atuando na mobilização da sociedade civil para o exercício da função de controle social das ações de governo.

Este órgão desenvolveu suas atividades baseado numa política de transparência no ano de 2018 resultando numa nova realidade, pois atua não apenas como controlador, mas também como ativador das energias políticas e sociais da cidadania.

A Diretoria de Ouvidoria, Transparência e Combate à Corrupção é um importante instrumento para acompanhamento das ações e serviços prestados pelo Governo do Estado do Tocantins. As rotinas no tratamento das manifestações registradas pelos cidadãos dos serviços de ouvidoria foram realizadas em conformidade com a Instrução Normativa CGE nº 03, de 16 de julho de 2014, que dispõe e organiza a Rede de Gestão de Ouvidoria do Estado do Tocantins.

No tocante à Ouvidoria foram registrados em 2018, 4.632 manifestações, sendo 1.905 acionamentos diversos (demandas de outras instâncias ou informações respondidas de imediato) e 2.727 demandas (denúncia, reclamação, elogio, sugestão). Em relação às manifestações recebidas pela Rede de Ouvidoria Estadual, 93% encontram-se encerradas e 7% em andamento.

Já em relação às atividades de Transparência e Combate à Corrupção, o Serviço de Informação ao Cidadão - SIC, recebeu 1.087 solicitações por meio dos sistemas de gestão de Ouvidoria, sendo que 65% das solicitações foram respondidas em tempo hábil. E o Portal da Transparência teve 640.538 acessos em 2018.

Visando assegurar à sociedade tocantinense o direito constitucional de acesso à informação, a participação e o controle social dos gastos públicos como instâncias de controle à prevenção e combate à corrupção, a Controladoria-Geral do Estado atuou ativamente para ampliar a implementação da Lei de Acesso à Informação (LAI) nos órgãos do Poder Executivo Estadual, tanto em termos de transparência ativa (Portal da Transparência) quanto transparência passiva (Serviço de Informação ao Cidadão), também através da Ouvidoria Geral do Estado, consistente canal de participação social que o Governo Estadual do Tocantins coloca à disposição da sociedade, recebendo as manifestações de reclamações, denúncias, elogios, sugestões e solicitações de informações, tendo resolutividade de 90% (noventa por cento), o que contribuiu para o controle da gestão pública estadual, para o desenvolvimento da cultura de cidadania e para o aprimoramento dos serviços públicos prestados pelo Poder Executivo na busca da melhoria contínua dos serviços prestados aos cidadãos.

Foi criado também o Projeto Café com Transparência, tendo como público alvo os profissionais da mídia pública e privada, a Sociedade civil organizada, os órgãos de controle e da gestão pública, com o objetivo de aumentar a transparência da gestão pública, permitindo que o cidadão acesse de forma fácil e democrática o Portal da Transparência com vistas a cumprir o seu papel institucional de ampliar o acesso à informação, o acompanhamento e o controle da gestão pública, no que tange ao controle social e a democratização no acesso à informação.

Com relação à verificação da legalidade, eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, os trabalhos foram desenvolvidos por meio da análise dos processos de prestação de contas apresentados pelos ordenadores de despesas, tendo sido emitidos 66 relatórios de auditoria e, consequentemente, 66 pareceres de auditoria, foi também elaborado o Relatório do Órgão Central de Controle Interno sobre a Prestação de Contas do Governador - Consolidadas do exercício de 2017 e também analisados o quantitativo de 303 processos de despesas oriundos dos órgãos e entidades do executivo estadual, sendo que, foram emitidos os respectivos opinativos: 59 relatórios de fiscalização; 172 pareceres técnicos; 72 despachos processuais demandando ações inerentes aos seus respectivos processos;

Outra forma de verificação foi a aplicação das técnicas de controle interno, quais sejam, auditoria, inspeção, fiscalização, onde foram realizas 09 nove inspeções, 05 fiscalizações e 1 auditoria, tendo sido emitidas ao final os respectivos relatórios e encaminhados a esta Nobre Corte de Contas para conhecimento.

Para nortear os trabalhos, foi elaborada uma Matriz de Riscos, a qual consiste na análise e formatação de documentação onde são registrados os riscos identificados, a avaliação de grau de incidência e a probabilidade de ocorrência para os processos, etapas e atividades para os Órgãos e Entidades do Poder Executivo Estadual, contribuindo, assim, para indicar quais os órgãos que apresentam situações de criticidade, como direcionamento para o planejamento das ações a serem desenvolvidas no decorrer do ano.

No âmbito da finalidade de verificar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual e a execução dos programas de governo e dos orçamentos do Estado, a Controladoria-Geral do Estado, avaliou as prestações dos ordenadores de despesas das 66 unidades orçamentárias, relativas ao exercício de 2017, cujo resultado evidenciou baixo índice de eficiência na execução do PPA, sendo os resultados apresentados nas contas individuais dos ordenadores de despesas.

Na finalidade de controlar as operações de crédito e as correspondentes garantias, bem como os direitos e as obrigações do Estado, a Controladoria-Geral do Estado fez o acompanhamento contábil das receitas e despesas junto ao SIAFE-TO e dos limites de gastos e de endividamento, enviando bimestralmente o relatório de orientações periódicas para os Secretários dos Órgãos e ao Governador, para auxiliar na tomada de decisões.

No que pertine à finalidade de apoiar o órgão de controle externo no exercício de suas atribuições constitucionais, a Controladoria-Geral do Estado, instaurou 2 (dois) procedimentos de Tomada de Contas Especial no âmbito do poder executivo estadual, determinadas pelo Tribunal de Constas do Estado do Tocantins por meio da RESOLUÇÃO TCE/TO Nº 304/2018 e Acórdão TCE/TO Nº 490/2018, da 2ª Câmara.

Destaca-se ainda, a emissão de 35 (trinta e cinco) Relatórios Panorâmicos dos Órgãos e Entidades do Executivo Estadual a fim de subsidiar os novos gestores, na

tomada de decisões, identificação de possíveis riscos e para possibilitar uma leitura técnica da situação a qual foi recebida a respectiva Pasta.

A fim de aperfeiçoar as atividades administrativas dos Órgãos e Entidades, foram elaborados e atualizados alguns materiais técnicos como: Cartilha Eleitoral, com orientações aos ordenadores de despesas e agentes públicos em ano eleitoral, atualização do Manual de Tomada de Contas Especial, publicação do Decreto Estadual nº 5.815, de 09/05/2018 e Decreto Estadual nº 5.816, de 10/05/2018, os quais normatizaram a transferência voluntária de recursos estaduais por meio de Convênios e Parcerias respectivamente, um ganho muito importante para a Administração Pública Estadual, haja vista que em 30 anos da criação do Estado do Tocantins não havia regra estadual para normatizar a Descentralização de Recursos.

No tocante ao aperfeiçoamento do corpo técnico, a Controladoria-Geral do Estado conseguiu capacitar 421 (quatrocentos e vinte e um) servidores dos Órgãos e Entidades do Poder Executivo Estadual, através de Palestras, Seminários, Debates e Cursos, com o objetivo de habilitar os servidores públicos a desempenharem de forma satisfatória, eficiente e eficaz suas responsabilidades e o trato com o bem público, nas áreas de Tomada de Contas Especial, Convênios, Parcerias, Suprimento de Fundos, modalidades de licitação, formalização processual e Prestação de Contas de Ordenadores de despesas.

Capítulo 2

ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA RECEITA E DA DESPESA

CAPÍTULO 2

ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA RECEITA E DA DESPESA

Esta análise consiste em demonstrar o desempenho da execução orçamentária da Receita e da Despesa do Estado, conferindo maior confiabilidade às contas públicas, além de justificar os conceitos técnicos e práticos pertinentes aos instrumentos de gestão, a exemplo do PPA, LDO e LOA que orientam:

a) o orçamento geral autorizado;

b) a execução orçamentária e financeira;

c) o resultado patrimonial e financeiro no âmbito dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e Ministério Público.

É importante destacar o orçamento público como instrumento de planejamento para materializar seus planos e programas de trabalho em determinado período, por meio da previsão da receita e fixação da despesa.

O processo de planejamento obedece à formalidade definida na Constituição Federal, tendo início no primeiro ano de mandato do Chefe do Poder Executivo, quando é elaborado o plano plurianual para quatro exercícios, com vigência a contar do segundo ano de seu mandato até o primeiro ano do mandato seguinte.

Nesse contexto, a Constituição Federal estabelece os seguintes instrumentos de planejamento que deverão ser instituídos por lei de iniciativa do Poder Executivo:

a) Plano Plurianual (PPA);

b) Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO);

c) Lei Orçamentária Anual (LOA).

O PPA é instrumento de planejamento governamental que estabelece as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública estadual para as despesas de capital, custeio e outros delas decorrentes, e para as relativas aos programas de duração continuada.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias, em conformidade com o disposto no § 2º, inciso III, do art. 80 da Constituição Estadual e na Lei Complementar Federal 101, de 4 de maio de 2000, compreende as metas e prioridades da administração pública estadual, a estrutura e organização dos orçamentos, as diretrizes para elaboração, execução e avaliação dos orçamentos do Estado e suas alterações, as disposições para as transferências de recursos

a entidades públicas e privadas, as disposições relativas à dívida pública estadual e das operações de crédito e as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais. Compreende também a política de aplicação dos recursos da agência oficial de fomento, as disposições sobre alterações na legislação tributária e as disposições gerais.

A Lei Orçamentária Anual é o instrumento de planejamento operacional que estima as receitas e fixa as despesas do Governo de acordo com a previsão de arrecadação. A Lei Orçamentária Anual é utilizada para gerenciar as receitas e despesas públicas em cada exercício financeiro, com fundamento nos princípios norteadores do orçamento público.

A receita pública é o recebimento de recursos financeiros efetuados por pessoas de direito público, para atender à cobertura das despesas necessárias aos investimentos, às operações e à manutenção da administração. Distingue-se em receita orçamentária e receita extraorçamentária.

A receita extraorçamentária compreende os recursos de terceiros que transitam pelos cofres públicos, enquanto a receita orçamentária pertence de fato ao Estado e se classifica economicamente em receitas correntes e de capital.

A despesa pública é o gasto programado, na forma da lei autorizativa, que se realiza por ato de empenho, liquidação e pagamento das obrigações financeiras para consecução dos objetivos da Administração Pública.

Consideram-se recursos orçamentários todos aqueles contemplados pela Lei de Orçamento Anual - LOA e recursos extraorçamentários aqueles que não dependem de prévia autorização legislativa para seu recebimento ou pagamento.

2.1 ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO

O Orçamento Geral do Estado do Tocantins, abrangendo os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como, o Ministério Público e a Defensoria Pública, para o exercício financeiro de 2018, tem suas diretrizes na Lei Estadual nº 3.309, de 15 de dezembro de 2017 (LDO) e aprovado pela Lei Estadual n° 3.344, de 28 de dezembro de 2017 (LOA), que estimou a receita no valor de R$ 10.731.209.000,00 e fixou a despesa em igual valor, na forma a seguir.

2.1.1 Quanto à Esfera Orçamentária:

a) Orçamento Fiscal: R$ 7.222.814.876,00;

b) Orçamento da Seguridade Social: R$ 3.508.394.124,00.

2.1.2 Quanto às Fontes de Recursos:

a) Recursos do Tesouro (Ordinários): R$ 5.637.040.312,00;

b) Recursos de Outras Fontes: R$ 5.094.168.688,00.

QUADRO 01 – Resumo Sintético da Receita e Despesa Orçamentária - 2018

RECEITA ESTIMADA		
ITEM	VALOR	% PARTIC.
ORÇAMENTO FISCAL	7.222.814.876,00	67,31
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL	3.508.394.124,00	32,69
TOTAL	**10.731.209.000,00**	**100,00**

DESPESA FIXADA		
ITEM	VALOR	% PARTIC.
ORÇAMENTO FISCAL	7.222.814.876,00	67,31
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL	3.508.394.124,00	32,69
TOTAL	**10.731.209.000,00**	**100,00**

FONTE: Lei 3.344, de 28 de dezembro de 2017.

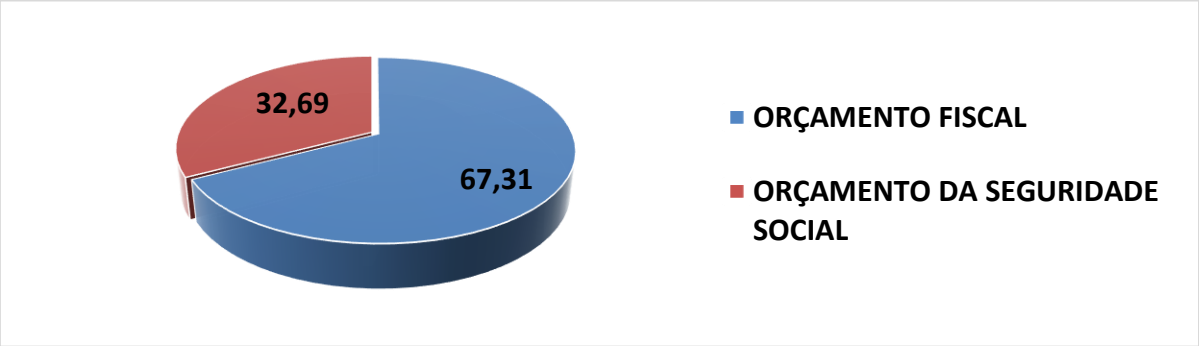


GRÁFICO 01 – Previsão/Fixação do Orçamento e percentuais por Esfera – 2018

O quadro acima espelha de forma resumida, a Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2018 e a análise vertical da participação de cada esfera orçamentária, em relação ao total do orçamento inicial.

A receita estimada e a despesa fixada na Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2018 foi de: no orçamento fiscal foi de R$ 7.222.814.876,00 e no orçamento da seguridade social foi de R$ 3.508.394.124,00 com índices percentuais equivalentes a 67,31% e 32,69%, respectivamente.

QUADRO 02 – Resumo Sintético do Orçamento pelas Fontes de Recursos - 2018

FONTE	VALOR	% PARTIC
RECURSOS DO TESOURO ORDINÁRIOS	5.637.040.312,00	52,53
RECURSOS DE OUTRAS FONTES	5.094.168.688,00	47,47
TOTAL	**10.731.209.000,00**	**100,00**

FONTE: Lei 3.344, de 28 de dezembro de 2017.

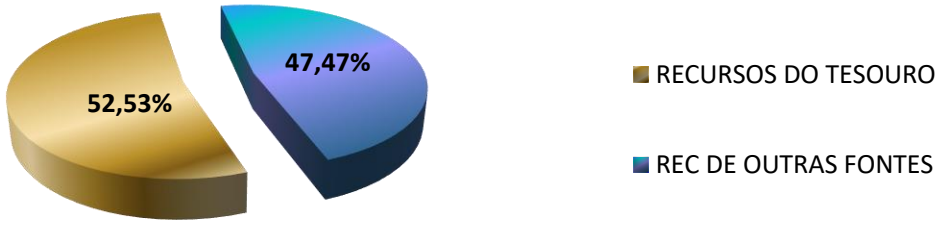


GRÁFICO 02 – Previsão/Fixação do Orçamento pelas Fontes de Recursos

O quadro acima compreende o orçamento anual por suas fontes de recursos. Nele observa-se que 52,53% correspondem aos recursos do Tesouro e 47,47% alocados nas demais fontes.

QUADRO 03 – Resumo Sintético do Orçamento Autorizado pelas fontes de Recursos - 2018

FONTE	VALOR	% PARTIC
RECURSOS DO TESOURO ORDINÁRIOS	5.637.116.428,00	51,80
RECURSOS DE OUTRAS FONTES	5.244.335.421,00	48,20
TOTAL	**10.881.451.849,00**	**100,00**

FONTE: Anexo 11 por fonte de recursos, Volume II, fl. 611 e 612.

O valor do orçamento inicial da despesa foi acrescido de R$ 150.242.849,00 e contou com as seguintes movimentações orçamentárias: Suplementações e Reduções, passando o orçamento autorizado para R$ 10.881.451.849,00, assim distribuído:

a) Recursos do Tesouro (Ordinários): R$ 5.637.116.428,00;

b) Recursos de Outras Fontes: R$ 5.244.335.421,00.

Ressalta-se que este acréscimo contou com recursos disponíveis originários do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior (2017), no valor de R$ 149.957.398,00 e R$ 285.451,00 do excesso de arrecadação do exercício em análise, valores que justificam a diferença entre o orçamento inicial e o autorizado.

Do total de R$ 10.881.451.849,00, valor que representa o Orçamento Geral do Estado, atualizado no exercício de 2018, foram consignados R$ 5.630.709.141,00 na

Administração Direta e R$ 5.250.742.708,00 na Administração Indireta, correspondentes a 51,75% e 48,25%, respectivamente.

QUADRO 04 – Resumo da Receita e Despesa Orçamentária – Todas as Fontes - 2018

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	% EVOL.
RECEITAS CORRENTES	**10.449.509.550,00**	**10.492.656.341,26**	**0,41**
Receita Tributária	3.487.575.432,00	3.489.527.775,00	0,06
» ICMS	2.677.603.816,00	2.679.444.276,00	0,07
» Outras	809.971.616,00	810.083.499,00	0,01
Receita de Contribuições	503.111.970,00	513.111.970,00	1,99
Receita Patrimonial	865.083.264,00	866.776.856,51	0,20
Receita de Serviços	60.809.304,00	60.889.304,00	0,13
Transferências Correntes	5.299.297.279,00	5.324.702.301,00	0,48
» FPE	3.842.844.242,00	3.842.844.242,00	0,00
» Outras	1.456.453.037,00	1.481.858.059,00	1,74
Outras Receitas Correntes	233.632.301,00	237.648.134,75	1,72
RECEITAS DE CAPITAL	**1.241.738.575,00**	**1.307.763.867,45**	**5,32**
Operações de Crédito	912.882.567,00	924.695.388,45	1,29
Alienação de Bens	2.812.982,00	2.812.982,00	0,00
Amortização de Empréstimos	2.592.000,00	2.592.000,00	0,00
Transferências de Capital	310.593.032,00	364.805.503,00	17,45
Outras Receitas de Capital	12.857.994,00	12.857.994,00	0,00
RECEITAS EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIAS	**11.691.248.125,00**	**11.800.420.208,71**	**0,93**
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	**-1.964.499.125,00**	**-2.073.385.757,71**	**5,54**
Receitas Intraorçamentárias	**1.004.460.000,00**	**1.004.460.000,00**	**0,00**
TOTAL	**10.731.209.000,00**	**10.731.494.451,00**	**0,003**

FONTE: Anexo 10 - Geral do Estado - Volume I, fl. 160 a 178.

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO AUTORIZADA	% EVOL.
DESPESAS CORRENTES	**7.954.922.741,00**	**8.475.815.748,40**	**6,55**
Pessoal e Encargos Sociais	4.845.095.451,00	5.369.251.605,89	10,82
Juros e Encargos da Dívida	138.650.613,00	165.359.596,00	19,26
Outras Despesas Correntes	2.118.155.427,00	2.281.745.157,51	7,72
Reserva de Contingência	853.021.250,00	659.459.389,00	-22,69

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO AUTORIZADA	% EVOL.
DESPESAS DE CAPITAL	**1.863.621.447,00**	**1.883.841.020,50**	**1,08**
Investimentos	1.631.756.876,00	1.548.302.371,50	-5,11
Inversões Financeiras	31.279.268,00	21.256.711,00	-32,04
Amortização da Dívida	200.585.303,00	314.281.938,00	56,68
DESPESAS EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIAS	**9.818.544.188,00**	**10.359.656.768,90**	**5,51**
Despesas Intraorçamentárias	**912.664.812,00**	**521.795.080,10**	**-42,83**
TOTAL	**10.731.209.000,00**	**10.881.451.849,00**	**1,40**

FONTE: ANEXO 2 - Geral do Estado, Volume I, fl. 195 a 197.

Neste quadro demonstra-se a receita prevista e atualizada, por categoria e origem, a despesa inicialmente fixada e autorizada, por categoria e grupo de natureza bem como a análise dos índices da evolução ocorrida no exercício por intermédio das alterações previstas na Lei Orçamentária Anual, em seu art. 6º.

As receitas atualizadas sofreram, no cômputo geral, aumento de 0,003%, as receitas correntes aumentaram 0,41%, as receitas de capital tiveram aumento de 5,32% e as receitas intraorçamentárias não sofreram alterações.

As despesas autorizadas apresentaram aumento de 1,40%, destacando por maior índice de crescimento, na categoria despesas correntes, juros e encargos da dívida com 19,26%. Na categoria despesas de capital, o grupo amortização da dívida, teve crescimento de 56,68%.

Ainda, com relação à despesa demonstrada no quadro anterior, constatam-se índices negativos, dentre eles estão os grupos: reserva de contingência, investimentos e inversões financeiras com (22,69%), (5,11%) e (32,04%) respectivamente.

As despesas intraorçamentárias apresentaram uma redução de (42,83%).

QUADRO 05 – Resumo Geral da Receita Atualizada – Recursos do Tesouro e de Outras Fontes - 2018

RECEITAS	RECURSOS ORDINÁRIOS	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	TOTAL
RECEITAS CORRENTES	**7.588.638.674,25**	**2.904.017.667,01**	**10.492.656.341,26**
Receita Tributária	3.261.837.067,00	227.690.708,00	3.489.527.775,00
Receita de Contribuições	0,00	513.111.970,00	513.111.970,00
Receita Patrimonial	340.748.145,50	526.028.711,01	866.776.856,51
Receita de Serviços	0,00	60.889.304,00	60.889.304,00
Transferências Correntes	3.850.986.564,00	1.473.715.737,00	5.324.702.301,00
Outras Receitas Correntes	135.066.897,75	102.581.237,00	237.648.134,75

RECEITAS	RECURSOS ORDINÁRIOS	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	TOTAL
RECEITAS DE CAPITAL	**12.857.994,00**	**1.294.905.873,45**	**1.307.763.867,45**
Operações de Crédito	0,00	924.695.388,45	924.695.388,45
Alienação de Bens	0,00	2.812.982,00	2.812.982,00
Amortização de Empréstimos	0,00	2.592.000,00	2.592.000,00
Transferências de Capital	0,00	364.805.503,00	364.805.503,00
Outras Receitas de Capital	12.857.994,00	0,00	12.857.994,00
RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	**0,00**	**1.004.460.000,00**	**1.004.460.000,00**
Deduções da Receita	-1.964.456.356,25	-108.929.401,46	-2.073.385.757,71
TOTAL	**5.637.040.312,00**	**5.094.454.139,00**	**10.731.494.451,00**

FONTE: Anexo 10 por fonte de recursos – Geral do Estado, Vol. I, fls. 160 a 178 – Receita Atualizada.

QUADRO 06 – Resumo Geral da Despesa Autorizada – Recursos do Tesouro e de Outras Fontes - 2018

DESPESAS	RECURSOS ORDINÁRIOS	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	TOTAL
DESPESAS CORRENTES	**4.752.600.826,89**	**3.063.755.532,51**	**7.816.356.359,40**
Pessoal e Encargos Sociais	3.638.332.695,89	1.730.918.910,00	5.369.251.605,89
Juros e Encargos da Dívida	162.859.596,00	2.500.000,00	165.359.596,00
Outras Despesas Correntes	951.408.535,00	1.330.336.622,51	2.281.745.157,51
DESP. INTRAORÇAMENTÁRIA	**456.158.438,11**	**65.636.641,99**	**521.795.080,10**
Pessoal e Encargos Sociais	238.542.024,11	9.480.127,00	248.022.151,11
Juros e Encargos da Dívida	56.700.959,00	0,00	56.700.959,00
Outras Despesas Correntes	0,00	56.156.514,99	56.156.514,99
Amortização da Dívida	160.915.455,00	0,00	160.915.455,00
DESPESAS DE CAPITAL	**398.531.242,00**	**1.485.309.778,50**	**1.883.841.020,50**
Investimentos	98.956.236,00	1.449.346.135,50	1.548.302.371,50
Inversões Financeiras	189.443,00	21.067.268,00	21.256.711,00
Amortização da Dívida	299.385.563,00	14.896.375,00	314.281.938,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	**29.825.921,00**	**629.633.468,00**	**659.459.389,00**
TOTAL	**5.637.116.428,00**	**5.244.335.421,00**	**10.881.451.849,00**

FONTE: Anexo 11 - Geral do Estado, Vol. II, fl. 292 a 610 - Orçamento Autorizado.

Comparando o orçamento total da receita prevista atualizada, no valor de R$ 10.731.494.451,00 (quadro 05), com o total da despesa atualizada de R$ 10.881.451.849,00, demonstrado no quadro 06, constata-se que o orçamento da despesa apresenta uma diferença a maior no valor de R$ 149.957.398,00. Esse fato ocorreu em função da utilização do superávit financeiro, apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, mediante Decreto do Poder Executivo, com suporte nas disposições do art. 6º da Lei Orçamentária Anual nº 3.344, de 28 de dezembro de 2017 e também consoante ao art. 43, § I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

QUADRO 07 – Resumo da Despesa Autorizada – Esfera Orçamentária e Fonte - 2018

FONTE DE RECURSO		ORÇAMENTO FISCAL	ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
		AUTORIZADO (a)	AUTORIZADO (b)
0100	RECURSOS ORDINARIOS	3.997.753.675,00	23.275.254,00
0101	TESOURO-MANUT.DO DESENV. DO ENSINO-MDE	467.449.869,00	0,00
0102	REC. DO TESOURO-ACOES DE SEV PUB. DE SAUDE	0,00	1.097.767.241,00
0103	CONTRAPARTIDA	7.371.142,00	406.383,00
0104	RECURSOS DO TESOURO - EMENDA PARLAMENTAR	36.456.614,00	6.636.250,00
0210	COTA-PARTE INST.NAC.DESENV.DO DESPORTO-INDESP	3.566.563,00	0,00
0211	CONTRIBUICOES DO FUNDO NAC.DESENVOLV.EDUCACAO	49.851.433,00	0,00
0214	FUNDO MANUT.DESENV.EDU.BAS.VAL.PROFIS-FUNDEB	787.087.479,00	0,00
0216	COTA-PARTE DO SALARIO-EDUCACAO	18.623.493,00	0,00
0217	COTA-PARTE COMP. FINANCEIRA DE REC. HIDRICOS	22.328.893,00	0,00
0219	OPERACOES DE CREDITO INTERNAS - EM MOEDA	333.511.150,00	130.000.000,00

FONTE DE RECURSO		ORÇAMENTO FISCAL	ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
		AUTORIZADO (a)	AUTORIZADO (b)
0220	OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS - EM MOEDA	402.254.160,00	0,00
0221	OPERACAO DE CREDITO VINCULADA-PIRMC	50.000.000,00	0,00
0223	RECURSOS DE CONVENIO COM A INICIATIVA PRIVADA	2.048.548,00	205.000,00
0224	CONT. DE INTERVENCAO NO DOMINIO ECONOMICO	42.550.697,00	0,00
0225	REC. DE CONVENIOS COM ORGAOS FEDERAIS	419.636.282,00	23.397.324,00
0226	ALIENACAO DE BENS	10.990.658,00	500.000,00
0227	COTA PARTE DO CONVENIO DETRAN/SSP/POL.MILITAR	3.102.000,00	0,00
0228	OPERACOES FINANCEIRAS NAO REEMBOLSAVEIS-INTERNAS	9.675.000,00	0,00
0229	OPERACOES FINACEIRAS NAO REEMBOLSAVEIS- EXTERNAS	2.500.000,00	600,00
0235	COTA-PARTE DE COMPENSACOES FINANCEIRAS	9.261.442,00	3.426.722,00
0236	DOACAO	245.215,00	0,00
0237	TRANSFERENCIA DE RECURSOS DO FNAS	0,00	5.883.000,00
0238	ICMS - FECOEP	50.500.000,00	10.500.000,00
0239	FUNDO PENITENCIÁRIO	46.825.331,00	0,00
0240	RECURSOS PROPRIOS	364.805.622,00	876.000,00
0241	RECURSOS PREVIDENCIARIOS	0,00	1.623.024.115,00
0242	ASSISTENCIA MEDICA	89.807.749,00	259.899.216,00
0246	ASSISTENCIA FARMACEUTICA	0,00	3.459.000,00
0247	ATENCAO BASICA	0,00	570.000,00
0248	GESTAO DO SUS	0,00	4.753.229,00
0249	INVESTIMENTOS SAUDE	0,00	19.458.500,00
0250	MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	0,00	426.599.000,00
0251	VIGILANCIA EM SAUDE	0,00	12.612.000,00
TOTAL		**7.228.203.015,00**	**3.653.248.834,00**
TOTAL ORÇAMENTO AUTORIZADO (a + b)		**10.881.451.849,00**	
ÍNDICE PARTICIPAÇÃO POR ESFERA		**66,43**	**33,57**

FONTE: SIAFE-TO – Despesa por Esfera Orçamentária e Fonte de Recurso.

Os recursos autorizados no exercício de 2018 por esfera orçamentária ficaram distribuídos no orçamento fiscal o valor de R$ 7.228.203.015,00 e no orçamento da seguridade social o valor de R$ 3.653.248.834,00 e representam 66,43% e 33,57%, respectivamente.

Destacamos do quadro acima, por fonte, as dotações mais expressivas de cada esfera: 0100 e 0214 com R$ 3.997.753.675,00 e R$ 787.087.479,00 no orçamento fiscal e nas fontes: 0241 e 0102, com R$ 1.623.024.115,00 e R$ 1.097.767.241,00 no orçamento da seguridade social, respectivamente.

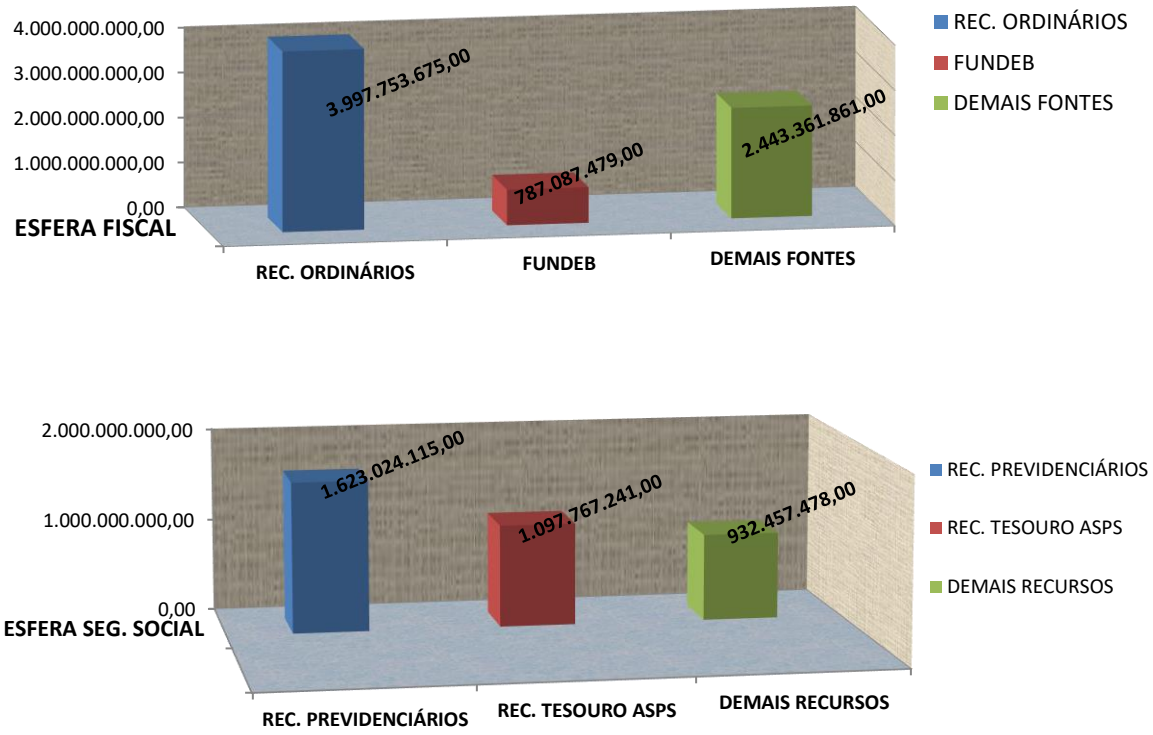


GRÁFICO 03 – Recursos Autorizados - Esfera Orçamentária – Destaque das Fontes mais Expressivas

2.2 MOVIMENTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Entende-se por movimentações orçamentárias as alterações decorrentes dos créditos adicionais abertos mediante autorizações legislativas ao Poder Executivo e ainda de outros instrumentos de flexibilização orçamentária, para atendimento das necessidades previstas ou de fatos novos que surgem durante o exercício financeiro.

Valendo-se de autorização constante na Lei Orçamentária Anual em seu Art. 6º e obedecendo aos ditames da Lei Federal n° 4.320/64 e da LDO foram realizadas no decorrer do ano de 2018 as movimentações orçamentárias demonstradas no quadro a seguir:

QUADRO 08 – Demonstrativo das Movimentações Orçamentárias – 2018

DESCRIÇÃO	VALOR R$
Orçamento Inicial	10.731.209.000,00
(+) Créditos Suplementares	1.673.262.019,07
(+) Créditos Especiais	0,00
(+) Créditos Extraordinários	0,00
(-) Redução	1.523.019.170,07
CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS AUTORIZADOS	**10.881.451.849,00**

FONTE: Anexo 11–A – Volume VIII, fl. 2509 a 2540.

O Orçamento Geral do Estado, inicialmente, no valor de R$ 10.731.209.000,00, aprovado pela Lei Estadual nº 3.344/2017, sofreu as alterações durante o exercício de 2018 com os instrumentos créditos suplementares no valor de R$ 1.673.262.019,07 e redução no valor de R$ 1.523.019.170,07, constituindo-se no orçamento autorizado de R$ 10.881.451.849,00, para o exercício financeiro de 2018.

Para oficializar a abertura dos créditos adicionais, na forma demonstrada, foram editados decretos, conforme indicação às fls. 2509 a 2540, Volume VIII.

Os créditos suplementares foram previamente autorizados por Lei, abertos por Decretos do Poder Executivo, em consonância com os limites previstos no art. 6º, da Lei Estadual nº 3.344, de 28 de dezembro de 2017.

> Art. 6º É o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares, com a finalidade de atender às insuficiências nas dotações orçamentárias, até o limite correspondente a 12,5% do total da despesa inicialmente fixada em cada unidade orçamentária referida no Quadro II do art. 3o desta Lei, em conformidade com o art. 43 da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964, mediante a utilização dos seguintes recursos:
>
> I - reserva de contingência; II - excesso de arrecadação; III - anulação de dotações orçamentárias; IV - superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior; V - produto de operações de crédito interno e externo.
>
> Parágrafo único. Excluem-se do limite fixado no caput deste artigo, a abertura de créditos adicionais suplementares para atender a pessoal e seus encargos, à amortização da dívida e seus encargos, precatórios judiciais, convênios, contrapartidas, operações de créditos, a ações de manutenção e desenvolvimento do ensino, a ações e serviços públicos de saúde e as adequações necessárias para o reajuste dos recursos ordinários do tesouro disposto no anexo II da Lei nº 3.309/2017, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2018.

Pelo referido artigo, fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares até o limite corresponde de 12,5% do total da despesa inicialmente fixada em cada unidade orçamentária, considerando ainda as exceções do parágrafo único, conforme o quadro do acompanhamento das movimentações abaixo:

QUADRO 09 – Demonstrativo dos Créditos Suplementares Abertos por Unidade Gestora – 2018

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA		ORÇAMENTO INICIAL	VALOR SUPLEMENTADO	LIMITE ATINGIDO %
09010	Secretaria - Geral de Governo e Articulação Política	39.010.109,00	4.795.643,00	12,29
09020	Casa Civil	3.630.653,00	500,00	0,01
09030	Polícia Militar do Estado do Tocantins - PMTO	534.465.530,00	14.446.868,00	2,70
09040	Controladoria-Geral do Estado	9.926.749,00	22.000,00	0,22
09060	Procuradoria-Geral do Estado	85.204.476,00	707.000,00	0,83

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA		ORÇAMENTO INICIAL	VALOR SUPLEMENTADO	LIMITE ATINGIDO %
09070	Casa Militar	11.119.211,00	126.912,00	1,14
09090	Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins - CBMTO	86.988.383,00	1.741.259,00	2,00
11010	Secretaria da Comunicação Social	17.256.061,00	2.128.500,00	12,33
10070	Fundo de Modernização e Aparelhamento do CBMTO	1.245.449,00	155.681,00	12,50
10090	Fundo Especial de Proteção e Defesa Civil	520.000,00	0,00	0,00
10110	Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social - FUNDES	21.229.268,00	162.000,00	0,76
10150	Fundo de Fardamento do Corpo de Bombeiros - FUNFARDA/CBMTO	150.000,00	0,00	0,00
10170	Fundo de Modernização da Polícia Militar - FUMPM	500.000,00	0,00	0,00
10190	Fundo de Fardamento da Polícia Militar - FUNFARDA/PMTO	100.000,00	0,00	0,00
17010	Secretaria de Cidadania e Justiça	201.358.595,00	25.166.011,00	12,50
18370	Fundo para as Relações de Consumo - PROCON	8.750.000,00	1.093.750,00	12,50
18670	Fundo Estadual para a Criança, o Adolescente e o Jovem - FECA	472.569,00	0,00	0,00
18910	Fundo Estadual Sobre Drogas	4.296.009,00	533.912,00	12,43
18920	Fundo Penitenciário Estadual	44.413.000,00	5.406.493,00	12,17
19010	Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia, Turismo e Cultura	82.604.469,00	10.261.765,00	12,42
20290	Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia - FECT	25.251.641,00	28.000,00	0,11
20300	Fundação de Amparo a Pesquisa do Tocantins - FAPT	1.051.280,00		0,00
20330	Universidade Estadual do Tocantins - UNITINS	43.367.305,00	599.288,00	1,38
20570	Junta Comercial do Estado do Tocantins - JUCETINS	10.076.302,00	0,00	0,00
20600	Fundo de Desenvolvimento Econômico -FDE	25.815.037,00	3.210.000,00	12,43
20610	Agência de Metrologia, Aval. da Confor., Inovação e Tecnol. do TO - AEM	10.581.756,00	0,00	0,00
20720	Fundo Cultural	16.309.185,00	0,00	0,00
23010	Secretaria da Administração	60.563.778,00	2.379.904,00	3,93
24830	Fundo Financeiro	1.061.730.000,00	800.000,00	0,08
24840	Fundo Previdenciário - FUNPREV	561.794.115,00	0,00	0,00
24870	Fundo de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos - FUNSAUDE	349.706.965,00	0,00	0,00
24950	Fundo de Gestão de Recursos Humanos e Patrimônio - FUNGERP	5.610.000,00	0,00	0,00
25010	Secretaria da Fazenda e Planejamento	517.071.498,00	26.802.841,00	5,18
26790	Fundo de Modernização e Desenvolvimento Fazendário - FUNSEFAZ	6.813.231,00	0,00	0,00
26800	Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza - FECOEP TO	40.000.000,00	0,00	0,00
27010	Secretaria da Educação, Juventude e Esportes	1.389.123.918,00	9.860.806,00	0,71
28340	Fundação Radiodifusão Educativa do Estado do Tocantins	8.728.922,00	1.076.868,00	12,34
30550	Fundo Estadual de Saúde - FES	1.579.633.573,00	437.000,00	0,03
31010	Secretaria da Segurança Pública	388.894.213,00	7.195.362,00	1,85
32460	Fundo para a Modernização da Polícia Civil - FUMPOL	2.200.000,00	275.000,00	12,50
32470	Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN-TO	127.328.280,00	0,00	0,00
33010	Secretaria do Desenvolvimento da Agricultura e Pecuária	79.047.321,00	4.123.124,00	5,22
34430	Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins - ADAPEC	102.264.782,00	9.131.162,00	8,93
34490	Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins - RURALTINS	52.920.107,00	583.592,00	1,10
34510	Instituto de Terras do Tocantins - ITERTINS	7.141.983,00	112.133,00	1,57

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA		ORÇAMENTO INICIAL	VALOR SUPLEMENTADO	LIMITE ATINGIDO %
34530	Fundo de Defesa Agropecuária - FUNPEC	10.536.370,00	129.510,00	1,23
37010	Secretaria da Infraestrutura, Hab. e Serviços Públicos	82.725.425,00	10.200.338,00	12,33
38250	Fundo de Apoio a Moradia Popular, Desenvolvimento Urbano e Preservação Ambiental	1.460.000,00	0,00	0,00
38960	Agência Tocantinense de Transportes e Obras - AGETO	620.178.456,00	77.522.307,00	12,50
38970	Agência Tocantinense de Saneamento - ATS	169.353.312,00	21.154.222,00	12,49
38990	Agência Tocantinense de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos - ATR	7.158.537,00	3.500,00	0,05
39010	Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos	42.258.683,00	0,00	0,00
40310	Instituto Natureza do Tocantins - NATURATINS	42.121.372,00	102.000,00	0,24
40330	Fundo Estadual de Meio Ambiente - FUEMA	26.489.864,00	916.565,00	3,46
40590	Fundo Estadual de Recursos Naturais - FERH	8.100.000,00	22.138,00	0,27
41010	Secretaria do Trabalho e Assistência Social	36.646.580,00	1.513.458,00	4,13
42130	Banco do Empreendedor	8.839.148,00	0,00	0,00
42650	Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS	10.134.640,00	362.735,00	3,58
42660	Fundo Tocantinense de Economia Solidária - FTES	5.143.000,00	0,00	0,00
42890	Fundo Social de Solidariedade do Estado do Tocantins - FUST	2.278.000,00	219.000,00	9,61
45010	Recursos sob a Supervisão da SEFAZ	507.686.564,00	17.324.299,00	3,41
47010	Recursos sob a Supervisão da SEPLAN	169.772.359,00	0,00	0,00
OUTROS PODERES				
01010	Assembleia Legislativa	249.450.793,00	913.446,00	0,37
03010	Tribunal de Contas	135.483.793,00	10.901.271,00	8,05
04750	Fundo de Aperfeiçoamento Prof. e Reeq. Tec do TCE	4.070.000,00	429.000,00	10,54
05010	Tribunal de Justiça	556.614.174,00	864.941,00	0,16
06010	Fundo Especial de Modernização e Aprimor. do Poder Judiciário - FUNJURIS	64.894.145,00	7.622.188,00	11,75
07010	Procuradoria Geral de Justiça	207.582.463,00	723.342,00	0,35
08050	Fundo de Modernização e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público	2.427.800,00	197.828,00	8,15
49010	Defensoria Pública	133.285.710,00	667.661,00	0,50
50350	Fundo Estadual de Defensoria Pública	252.089,00	31.511,00	12,50
TOTAL GERAL		**10.731.209.000,00**	**285.184.634,00**	

FONTE: Relatório Gerencial de Acompanhamento para Abertura de Créditos Suplementares – SEPLAN/SEFAZ.
Obs.: Exclui-se desse percentual as suplementações autorizadas em lei específica pela Assembleia Legislativa.

O quadro acima evidencia que os créditos suplementares abertos, estão em consonância com o limite legal de 12,5% do total da despesa inicialmente fixada em cada Unidade Orçamentária constante do Orçamento Geral do Estado.

QUADRO 10 – Demonstrativo e Análise dos Acréscimos Orçamentários e suas Origens - 2018

DESCRIÇÃO	VALOR R$	% EVOL.
Orçamento Inicial	10.731.209.000,00	100,00
Acréscimos Orçamentários	150.242.849,00	1,40
(+) Superávit Financeiro	149.957.398,00	1,397
(+) Excesso de Arrecadação	285.451,00	0,003
ORÇAMENTO AUTORIZADO	**10.881.451.849,00**	**101,40**

FONTE: Anexo 11–A – Volume VIII, fl. 2509 a 2540.

O demonstrativo acima evidencia que o orçamento, no exercício de 2018, sofreu acréscimo de R$ 150.242.849,00, ou seja, 1,40% sobre a dotação inicial. Esse aumento advém do "*superávit financeiro"* apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior e do "*excesso de arrecadação",* índices correspondentes a 1,397% e 0,003% respectivamente.

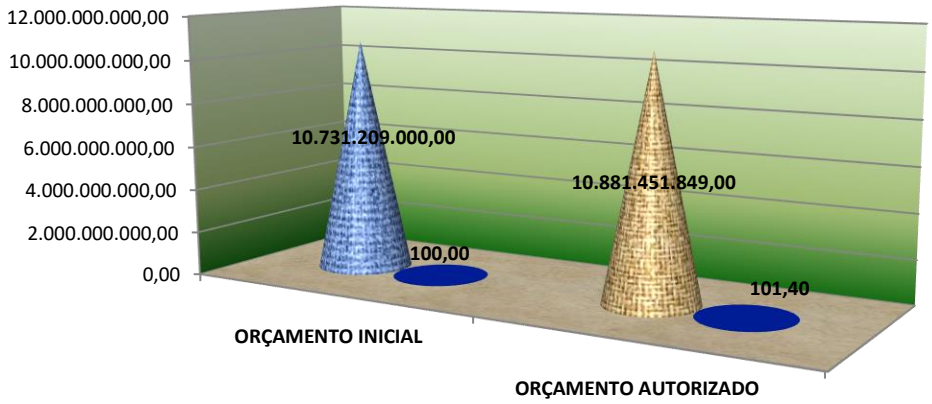


GRÁFICO 04 – Percentuais do Orçamento Autorizado – Inicial mais Acréscimos

Capítulo 3

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, PATRIMONIAL E FINANCEIRA - GERAL DO ESTADO, POR GESTÃO, POR PODERES E MINISTÉRIO PÚBLICO

CAPÍTULO 3

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, PATRIMONIAL E FINANCEIRA – GERAL DO ESTADO, POR GESTÃO, POR PODERES E MINISTÉRIO PÚBLICO

A gestão orçamentária, financeira e patrimonial é entendida como processo de formulação de diretrizes para elaboração das propostas de programação setorial de desembolso e procura manter, durante o exercício, o equilíbrio entre a receita arrecadada e a despesa realizada, por meio da gestão dos recursos de modo a reduzir eventuais insuficiências financeiras.

3.1 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA – GERAL DO ESTADO

A Gestão Orçamentária é o ato que compreende a execução e o gerenciamento do fluxo dos recursos, sua origem e aplicação, mediante registro da receita e despesa pública, na forma de créditos e dotações orçamentárias, liberadas por cotas ou duodécimos, obedecendo à programação financeira e ao cronograma mensal de desembolso.

A execução da despesa é o processo pelo qual os créditos orçamentários consignados na Lei Orçamentária Anual são aplicados na realização das ações governamentais e acompanhados por meio de controles sobre as metas propostas analisando a execução para corrigir possíveis desvios.

Ressalta-se que a Gestão Orçamentária obedeceu à programação, as diretrizes, aos objetivos e metas do Plano Plurianual, bem como, às prioridades estabelecidas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias, sendo evidenciada pelos atos que resultaram na arrecadação da receita, na realização da despesa, no nascimento e/ou extinção de direitos e obrigações do Estado.

A arrecadação da receita foi realizada por meio das agências bancárias, com o recolhimento à Conta Única do Tesouro Estadual, havendo efetivação de R$ 8.064.106.582,67, (importância líquida), correspondente a 75,14% na comparação com a previsão atualizada, portanto, uma frustração (insuficiência) na arrecadação de 24,86**%**.

O superávit apresentado no quadro da receita é para demonstrar o equilíbrio orçamentário, ou seja, é um gasto realizado no exercício, proveniente do exercício anterior.

A Receita e a Despesa orçamentária se desdobram nas categorias econômicas Correntes e de Capital. Nesse sentido, o Balanço Orçamentário tem por objetivo apresentar as receitas previstas e as despesas fixadas, em confronto com os valores realizados, permitindo, assim, a apuração do resultado orçamentário.

3.1.1 Balanço Orçamentário Consolidado

O Balanço Orçamentário demonstrará as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou insuficiência de arrecadação. Demonstrará, também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação. (MCASP)

QUADRO 11 – Balanço Orçamentário "Geral do Estado" – 2018

RECEITAS				
CATEGORIA E ORIGEM	**PREVISÃO INICIAL (a)**	**PREVISÃO ATUALIZADA (b)**	**RECEITA REALIZADA (c)**	**SALDO (c-b)**
RECEITAS CORRENTES	**9.489.470.425,00**	**9.489.755.876,00**	**7.887.256.187,15**	**-1.602.499.688,85**
Receita Tributária	2.294.434.685,00	2.290.466.568,00	2.531.914.609,10	241.448.041,10
Receita de Contribuições	1.468.390.850,00	1.478.339.905,00	823.038.311,93	-655.301.593,07
Receita Patrimonial	895.343.264,00	885.343.264,00	130.008.876,48	-755.334.387,52
Receita de Serviços	60.809.304,00	60.889.304,00	44.053.848,88	-16.835.455,12
Transferências Correntes	4.528.094.298,00	4.528.376.749,00	4.280.589.826,11	-247.786.922,89
Outras Receitas Correntes	242.398.024,00	246.340.086,00	77.650.714,65	-168.689.371,35
RECEITAS DE CAPITAL	**1.241.738.575,00**	**1.241.738.575,00**	**176.850.395,52**	**-1.064.888.179,48**
Operações de Crédito	912.882.567,00	912.882.567,00	140.578.477,60	-772.304.089,40
Alienação de Bens	2.812.982,00	2.812.982,00	572.630,80	-2.240.351,20
Amortização de Empréstimos	2.592.000,00	2.592.000,00	5.912.326,20	3.320.326,20
Transferências de Capital	310.593.032,00	310.593.032,00	29.786.960,92	-280.806.071,08
Outras Receitas de Capital	12.857.994,00	12.857.994,00	0,00	-12.857.994,00
SOMA	**10.731.209.000,00**	**10.731.494.451,00**	**8.064.106.582,67**	**-2.667.387.868,33**
DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO	**0,00**	**0,00**	**462.907.546,89**	**462.907.546,89**
TOTAL	**10.731.209.000,00**	**10.731.494.451,00**	**8.527.014.129,56**	**-2.204.480.321,44**
SUPERÁVIT FINANCEIRO	**0,00**	**149.957.398,00**	**0,00**	**-149.957.398,00**
TOTAL COM SUP. FINANC.	**10.731.209.000,00**	**10.881.451.849,00**	**8.527.014.129,56**	**-2.354.437.719,44**

DESPESAS						
CATEGORIA E ORIGEM	**INICIAL**	**AUTORIZADA**	**EMPENHADA**	**LIQUIDADA**	**PAGA**	**SALDO**
DESPESAS CORRENTES	**7.926.082.378,00**	**8.177.235.984,50**	**7.673.717.224,36**	**7.581.806.839,36**	**7.488.724.488,59**	**503.518.760,14**
Pessoal e Encargos Sociais	5.585.472.402,00	5.617.273.757,00	5.549.581.770,68	5.546.783.195,80	5.475.714.586,51	67.691.986,32
Juros e Encargos da Dívida	173.665.549,00	222.060.555,00	222.028.713,50	222.028.713,50	222.028.713,49	31.841,50
Outras Despesas Correntes	2.166.944.427,00	2.337.901.672,50	1.902.106.740,18	1.812.994.930,06	1.790.981.188,59	435.794.932,32

DESPESAS						
CATEGORIA E ORIGEM	INICIAL	AUTORIZADA	EMPENHADA	LIQUIDADA	PAGA	SALDO
DESPESAS DE CAPITAL	**1.952.105.372,00**	**2.044.756.475,50**	**853.296.905,20**	**759.151.285,35**	**749.972.631,82**	**1.191.459.570,30**
Investimentos	1.631.756.876,00	1.548.302.371,50	380.129.408,22	285.983.788,37	276.805.134,84	1.168.172.963,28
Inversões Financeiras	31.279.268,00	21.256.711,00	2.693.644,33	2.693.644,33	2.693.644,33	18.563.066,67
Amortização da Dívida	289.069.228,00	475.197.393,00	470.473.852,65	470.473.852,65	470.473.852,65	4.723.540,35
RES.DE CONTINGÊNCIA	**853.021.250,00**	**659.459.389,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**659.459.389,00**
SOMA	**10.731.209.000,00**	**10.881.451.849,00**	**8.527.014.129,56**	**8.340.958.124,71**	**8.238.697.120,41**	**2.354.437.719,44**
SUPERÁVIT ORÇAMENTÁRIO	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL	**10.731.209.000,00**	**10.881.451.849,00**	**8.527.014.129,56**	**8.340.958.124,71**	**8.238.697.120,41**	**2.354.437.719,44**

FONTE: Balanço Orçamentário – Geral do Estado - Volume I, fl. 17 e 18.

RECEITAS				
CATEGORIA E ORIGEM	% ATUA/INIC	% REAL/ATUA	% SALD/ATUA	% PART REAL
RECEITAS CORRENTES	**100,003**	**83,11**	**-16,89**	**97,81**
Receita Tributária	99,83	110,54	10,54	31,40
Receita de Contribuições	100,68	55,67	-44,33	10,21
Receita Patrimonial	98,88	14,68	-85,32	1,61
Receita de Serviços	100,13	72,35	-27,65	0,55
Transferências Correntes	100,01	94,53	-5,47	53,08
Outras Receitas Correntes	101,63	31,52	-68,48	0,96
RECEITAS DE CAPITAL	**100,00**	**14,24**	**-85,76**	**2,19**
Operações de Crédito	100,00	15,40	-84,60	1,74
Alienação de Bens	100,00	20,36	-79,64	0,01
Amortização de Empréstimos	100,00	228,10	128,10	0,07
Transferências de Capital	100,00	9,59	-90,41	0,37
Outras Receitas de Capital	100,00	0,00	-100,00	0,00
TOTAL	**100,003**	**75,14**	**-24,86**	**100,00**

DESPESAS					
CATEGORIA E ORIGEM	% AUT/INIC	% EMP/AUT	% LIQ/EMP	% PAG/LIQ	% SALD/AUT
DESPESAS CORRENTES	**103,17**	**93,84**	**98,80**	**98,77**	**6,16**
Pessoal e Encargos Sociais	100,57	98,79	99,95	98,72	1,21
Juros e Encargos da Dívida	127,87	99,99	100,00	100,00	0,01
Outras Despesas Correntes	107,89	81,36	95,32	98,79	18,64
DESPESAS DE CAPITAL	**104,75**	**41,73**	**88,97**	**98,79**	**58,27**
Investimentos	94,89	24,55	75,23	96,79	75,45
Inversões Financeiras	67,96	12,67	100,00	100,00	87,33
Amortização da Dívida	164,39	99,01	100,00	100,00	0,99
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	**77,31**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**100,00**
TOTAL	**101,40**	**78,36**	**97,82**	**98,77**	**21,64**

O Balanço Orçamentário de 2018 (quadro 11) revela as análises horizontal e vertical da receita e despesa do exercício em referência. A receita arrecadada atingiu 75,14% da previsão atualizada, indicando insuficiência de arrecadação de 24,86%.

As receitas correntes alcançaram o índice de 83,11% em relação à receita atualizada, destacando a receita tributária e as transferências correntes com 110,54% e 94,53% respectivamente.

As receitas de capital atingiram 14,24% em relação à receita atualizada, destacando a amortização de empréstimos com 228,10%.

A despesa empenhada no valor de R$ 8.527.014.129,56, atingiu 78,36% em relação à autorizada, causada pela baixa execução da despesa de capital em relação ao orçamento autorizado nessa categoria.

Do valor empenhado de R$ 8.527.014.129,56, foi liquidado R$ 8.340.958.124,71 e foi pago R$ 8.238.697.120,41. Foram inscritos em restos a pagar no exercício de 2018, R$ 186.056.004,85 em não processados e R$ 102.261.004,30 em processados.

Na execução da despesa, o índice empenhado em relação ao orçamento autorizado foi de 78,36%, indicando um saldo orçamentário de 21,64%. O índice do liquidado em relação ao empenhado foi de 97,82%, indicando restos a pagar não processados de 2,18% e o índice do pago em relação ao liquidado foi de 98,77%, indicando restos a pagar processados de 1,23%.

Na categoria econômica de despesas correntes o índice empenhado em relação ao orçamento autorizado foi de 93,84%, liquidado em relação ao empenhado foi de 98,80% e pago em relação ao liquidado foi de 98,77%.

Na categoria econômica de despesas de capital o índice empenhado em relação ao orçamento autorizado foi de 41,73%, liquidado em relação ao empenhado foi de 88,97% e pago em relação ao liquidado foi de 98,79%, evidenciando baixa execução da despesa no grupo Inversões Financeiras.

Verificou-se no encerramento do exercício, entre a arrecadação da receita e a execução da despesa, um déficit orçamentário de R$ 462.907.546,89.

QUADRO 12 – Comparativo da Receita Arrecadada Geral do Estado - 2017 e 2018

RECEITAS ARRECADADAS	VALOR R$		% EVOLUÇÃO	% PARTICIPAÇÃO	
	2017	2018		2017	2018
RECEITAS CORRENTES	**9.453.480.102,54**	**10.650.826.342,15**	**12,67**	**91,74**	**94,28**
Receita Tributária	3.398.435.880,56	4.959.813.053,51	45,94	32,98	43,90
Receita de Contribuições	508.561.960,97	414.476.840,57	-18,50	4,94	3,67
Receita Patrimonial	534.234.702,46	71.335.952,04	-86,65	5,18	0,63
Receita de Serviços	51.641.367,21	44.053.848,88	-14,69	0,50	0,39
Transferências Correntes	4.805.163.068,05	5.055.664.801,65	5,21	46,63	44,75
Outras Receitas Correntes	155.443.123,29	105.481.845,50	-32,14	1,51	0,93

RECEITAS ARRECADADAS	VALOR R$		% EVOLUÇÃO	% PARTICIPAÇÃO	
	2017	2018		2017	2018
RECEITA DE CAPITAL	**329.250.959,18**	**176.860.268,22**	**-46,28**	**3,20**	**1,57**
Operações de Crédito	239.797.516,05	140.578.477,60	-41,38	2,33	1,24
Alienação de Bens	6.196.653,83	572.630,80	-90,76	0,06	0,01
Amortização de Empréstimos	7.664.537,92	5.922.198,90	-22,73	0,07	0,05
Transferências de Capital	63.631.660,51	29.786.960,92	-53,19	0,62	0,26
Outras Receitas de Capital	11.960.590,87	0,00	-100,00	0,12	0,00
Receitas Intraorçamentária	**522.367.951,16**	**469.820.341,10**	**-10,06**	**5,07**	**4,16**
TOTAL DA RECEITA BRUTA	**10.305.099.012,88**	**11.297.506.951,47**	**9,63**	**100,00**	**100,00**
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	**-1.160.976.165,27**	**-3.233.400.368,80**	**178,51**	**-11,27**	**-28,62**
TOTAL DA RECEITA LÍQUIDA	**9.144.122.847,61**	**8.064.106.582,67**	**-11,81**	**88,73**	**71,38**

FONTE: Anexo 10 - fls. 117 a 121 do exercício de 2017 e fls. 160 a 178 do exercício de 2018.

O quadro acima demonstra que a arrecadação do Estado reduziu (11,81%) no exercício de 2018, em comparação com o exercício de 2017, demonstrando um índice abaixo da inflação medida pelo IPCA para o período, que atingiu 3,75%.

As receitas correntes tiveram uma evolução de 12,67%, as receitas de capital e as receitas intraorçamentárias tiveram uma redução de (46,28%) e (10,06%) respectivamente. As deduções da receita tiveram um aumento de 178,51%, o referido acréscimo se deu em virtude da mudança do critério de contabilização das Transferências Constitucionais, que em 2018 deixaram de ser classificadas como despesas, passando a ser contabilizadas como dedução da receita.

QUADRO 13 – Receitas - Recursos de Todas as Fontes - 2018

RECEITAS	ORÇAMENTO INICIAL	ARRECADADA	% REALIZAÇÃO
RECEITAS CORRENTES	**10.449.509.550,00**	**10.650.826.342,15**	**101,93**
Receita Tributária	3.487.575.432,00	4.959.813.053,51	142,21
» ICMS	2.677.603.816,00	3.994.904.112,81	149,20
» Outras	809.971.616,00	964.908.940,70	119,13
Receita de Contribuições	503.111.970,00	414.476.840,57	82,38
Receita Patrimonial	865.083.264,00	71.335.952,04	8,25
Receita de Serviços	60.809.304,00	44.053.848,88	72,45
Transferências Correntes	5.299.297.279,00	5.055.664.801,65	95,40
» FPE	3.842.844.242,00	3.828.324.597,25	99,62
» Outras	1.456.453.037,00	1.227.340.204,40	84,27
Outras Receitas Correntes	233.632.301,00	105.481.845,50	45,15
RECEITAS DE CAPITAL	**1.241.738.575,00**	**176.860.268,22**	**14,24**
Operações de Crédito	912.882.567,00	140.578.477,60	15,40
Alienação de Bens	2.812.982,00	572.630,80	20,36

RECEITAS	ORÇAMENTO INICIAL	ARRECADADA	% REALIZAÇÃO
Amortização de Empréstimos	2.592.000,00	5.922.198,90	228,48
Transferências de Capital	310.593.032,00	29.786.960,92	9,59
Outras Receitas de Capital	12.857.994,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS	**11.691.248.125,00**	**10.827.686.610,37**	**92,61**
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	**-1.964.499.125,00**	**-3.233.400.368,80**	**164,59**
Receitas Intraorçamentárias	**1.004.460.000,00**	**469.820.341,10**	**46,77**
TOTAL	**10.731.209.000,00**	**8.064.106.582,67**	**75,15**

FONTE: Anexo 10 - Geral do Estado - volume I, fls. 160 a 178.

O demonstrativo acima evidencia o orçamento inicial da receita e a efetiva arrecadação durante o exercício financeiro de 2018. Na análise do quociente de desempenho verificou-se um índice de arrecadação de 75,15%, ou seja, os ingressos do Estado, considerando a previsão inicial da receita, ficaram abaixo do previsto em 24,85%. Destaca-se que as deduções da receita tiveram um acréscimo de 164,59%.

QUADRO 14 – Demonstrativo Sintético do Orçamento Executado – 2018

DESCRIÇÃO	EXECUÇÃO
ARRECADAÇÃO TOTAL NO EXERCÍCIO	8.064.106.582,67
APLICAÇÃO TOTAL DE RECURSOS NO EXERCÍCIO	8.527.014.129,56
DÉFICIT EM R$	462.907.546,89
% DÉFICIT/APLICAÇÃO DE RECURSOS	**5,43**

FONTE: Balanço Orçamentário - Geral do Estado – Anexo 12, Vol. I, fl. 17 e 18.

O quadro 14 demonstra a síntese da execução orçamentária do exercício de 2018. Nele constatou-se um déficit de R$ 462.907.546,89, importância que representa 5,43% do total aplicado.

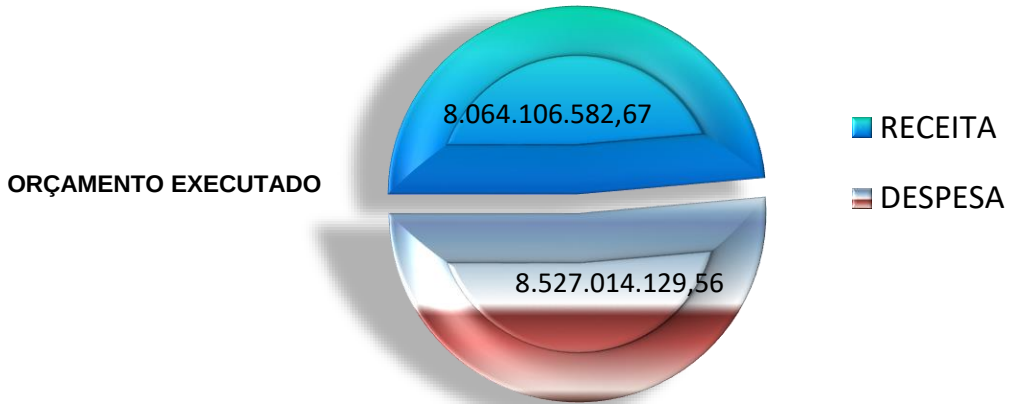


GRÁFICO 05 – Orçamento Realizado em 2018 (Receita e Despesa).

QUADRO 15 – Desempenho da Receita Corrente do Estado – 2017 e 2018

ORIGEM	VALOR R$		% EVOL	% PART	
	2017	2018	2018/2017	2017	2018
Receita Tributária	3.398.435.880,56	4.959.813.053,51	45,94	35,95	46,57
Receita de Contribuições	508.561.960,97	414.476.840,57	-18,50	5,38	3,89
Receita Patrimonial	534.234.702,46	71.335.952,04	-86,65	5,65	0,67
Receita de Serviços	51.641.367,21	44.053.848,88	-14,69	0,55	0,41
Transferências Correntes	4.805.163.068,05	5.055.664.801,65	5,21	50,83	47,47
Outras Receitas Correntes	155.443.123,29	105.481.845,50	-32,14	1,64	0,99
TOTAL	**9.453.480.102,54**	**10.650.826.342,15**	**12,67**	**100,00**	**100,00**

FONTE: Anexo 10 - fls. 117 a 121 do exercício de 2017 e fls. 143 a 159 do exercício de 2018, "antes das deduções".

QUADRO 16 – Desempenho da Receita Tributária do Estado – 2017 e 2018 (Principais Impostos)

ESPÉCIE/TRIBUTO	VALOR R$		% EVOL
	2017	2018	2018/2017
Impostos sobre a Renda e Prov. de Qualquer Natureza	535.158.309,59	545.823.099,72	1,99
IPVA – Imposto s/ Propriedade de Veículos Automotores	195.457.450,37	248.129.205,78	26,95
ICMS – Imposto sobre Operações Relativas a Mercadorias e Prestação de Serviços	2.499.709.413,15	3.994.904.112,81	59,81
Outras	168.110.707,45	170.956.635,20	1,69
TOTAL	**3.398.435.880,56**	**4.959.813.053,51**	**45,94**

FONTE: Anexo 10 - fls. 117 a 121 do exercício de 2017 e fls. 143 a 159 do exercício de 2018, "antes das deduções".

QUADRO 17 – Desempenho da Receita de Capital do Estado - 2017 e 2018

ORIGEM	VALOR R$		% EVOL	% PART	
	2017	2018	2018/2017	2017	2018
Operações de Crédito	239.797.516,05	140.578.477,60	-41,38	72,83	79,49
Alienação de Bens	6.196.653,83	572.630,80	-90,76	1,88	0,32
Amortização de Empréstimos	7.664.537,92	5.922.198,90	-22,73	2,33	3,35
Transferências de Capital	63.631.660,51	29.786.960,92	-53,19	19,33	16,84
Outras Receitas de Capital	11.960.590,87	0,00	-100,00	3,63	0,00
TOTAL	**329.250.959,18**	**176.860.268,22**	**-46,28**	**100,00**	**100,00**

FONTE: Anexo 10 - fls. 117 a 121 do exercício de 2017 e fls. 143 a 159 do exercício de 2018, "antes das deduções".

As receitas correntes realizadas no biênio 2017/2018, (quadro 15), "**antes das deduções"**, alcançaram a importância de R$ 9,45 e R$ 10,65 bilhões respectivamente, uma evolução de 12,67%, já as receitas de capital, (quadro 17) efetivadas no mesmo período, apresentaram montantes de R$ 329,2 e R$ 176,8 milhões e essa diferença demonstra uma redução de (46,28%).

Nas receitas correntes os índices de evolução foram nas origens: receita tributária e transferências correntes, com 45,94% e 5,21% respectivamente.

Nas receitas de capital os maiores índices de redução foram nas seguintes origens: outras receitas de capital com (100,00%) e alienação de bens com (90,76%).

Demonstra-se no quadro 16, o desempenho da receita tributária do Estado, por espécie, destacando os três impostos com maior volume de arrecadação do Estado, em 2018, totalizando a importância de R$ 4.959.813.053,51. A arrecadação da Receita Tributária, comparada com a de 2017, apresenta uma evolução de 45,94%.

QUADRO 18 – Análise Comparativa da Despesa por Categoria Econômica e Grupo – 2017 e 2018

CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPO DE NATUREZA	2017		2018		2018/2017
	VALOR	% PART	VALOR	% PART	% EVOL
DESPESAS CORRENTES	**8.054.942.212,00**	**90,21**	**7.673.717.224,36**	**89,99**	**-4,73**
Pessoal e Encargos Sociais	5.208.185.609,72	58,33	5.549.581.770,68	65,08	6,55
Juros e Encargos da Dívida	200.885.425,08	2,25	222.028.713,50	2,60	10,53
Outras Despesas Correntes	2.645.871.177,20	29,63	1.902.106.740,18	22,31	-28,11
DESPESAS DE CAPITAL	**874.514.226,36**	**9,79**	**853.296.905,20**	**10,01**	**-2,43**
Investimentos	492.938.117,85	5,52	380.129.408,22	4,46	-22,88
Inversões Financeiras	5.200.527,46	0,06	2.693.644,33	0,03	-48,20
Amortização da Dívida	376.375.581,05	4,21	470.473.852,65	5,52	25,00
TOTAL	**8.929.456.438,36**	**100,00**	**8.527.014.129,56**	**100,00**	**-4,51**

FONTE: Anexo 2 - Volume I, fls.150 a152 de 2017 e Volume I, fls.195 a 197 de 2018.

No exercício de 2018, o volume de despesas correntes atingiu um valor de R$ 7.673.717.224,36, representando 89,99% de participação sobre a despesa total realizada.

As despesas de capital, na importância de R$ 853.296.905,20, representaram apenas 10,01%, índice considerado baixo, em relação aos gastos totais no exercício.

Avaliando o volume total das despesas realizadas em 2018, em relação ao exercício de 2017, evidencia-se uma redução de (4,51%), ficando a categoria "corrente", com (4,73%) e a de "capital" com (2,43%).

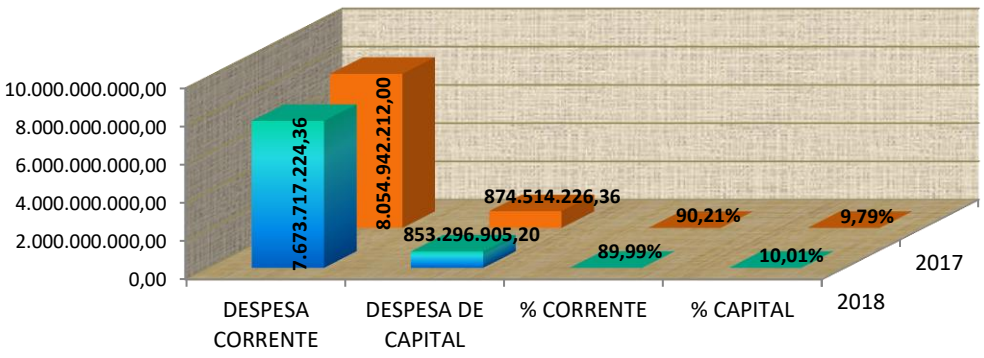


GRÁFICO 06 – Gastos por Categoria e Percentuais de Composição – 2017/2018

QUADRO 19 – Resumo da Despesa Realizada – Fonte e Esfera Orçamentária - 2018

FONTE DE RECURSO		ORÇAMENTO FISCAL	ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
		EMPENHADO (a)	EMPENHADO (b)
0100	RECURSOS ORDINARIOS	3.919.487.707,81	23.246.731,30
0101	TESOURO-MANUT.DO DESENV. DO ENSINO-MDE	467.420.312,13	0,00
0102	REC. DO TESOURO-ACOES DE SEV PUB. DE SAUDE	0,00	1.097.767.142,90
0103	CONTRAPARTIDA	7.371.130,45	406.381,87
0104	RECURSOS DO TESOURO - EMENDA PARLAMENTAR	25.434.818,70	5.170.000,00
0210	COTA-PARTE INST.NAC.DESENV.DO DESPORTO-INDESP	2.337.027,29	0,00
0211	CONTRIBUICOES DO FUNDO NAC.DESENVOLV.EDUCACAO	31.896.433,73	0,00
0214	FUNDO MANUT.DESENV.EDU.BAS.VAL.PROFIS-FUNDEB	759.003.342,44	0,00
0216	COTA-PARTE DO SALARIO-EDUCACAO	18.623.493,00	0,00
0217	COTA-PARTE COMP. FINANCEIRA DE REC. HIDRICOS	14.319.935,89	0,00
0219	OPERACOES DE CREDITO INTERNAS - EM MOEDA	33.404.881,26	0,00
0220	OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS - EM MOEDA	127.125.022,43	0,00
0223	RECURSOS DE CONVENIO COM A INICIATIVA PRIVADA	698.690,32	0,00
0224	CONT. DE INTERVENCAO NO DOMINIO ECONOMICO	35.313.667,77	0,00
0225	REC. DE CONVENIOS COM ORGAOS FEDERAIS	55.757.723,13	6.656.767,16
0226	ALIENACAO DE BENS	3.224.449,81	0,00
0227	COTA PARTE DO CONVENIO DETRAN/SSP/POL.MILITAR	1.624.348,46	0,00
0228	OPERACOES FINANCEIRAS NAO REEMBOLSAVEIS-INTERNAS	6.456.045,91	0,00
0235	COTA-PARTE DE COMPENSACOES FINANCEIRAS	9.184.571,64	2.840.045,07
0236	DOACAO	3.000,00	0,00
0237	TRANSFERENCIA DE RECURSOS DO FNAS	0,00	1.484.719,27
0238	ICMS - FECOEP	3.439.438,42	1.755.975,19
0239	FUNDO PENITENCIÁRIO	38.024.362,95	0,00
0240	RECURSOS PROPRIOS	195.364.382,80	573.957,78
0241	RECURSOS PREVIDENCIARIOS	0,00	1.050.842.072,63
0242	ASSISTENCIA MEDICA	16.111.013,88	222.843.266,53
0246	ASSISTENCIA FARMACEUTICA	0,00	1.480.549,60
0247	ATENCAO BASICA	0,00	38.002,00
0248	GESTAO DO SUS	0,00	927.377,78

FONTE DE RECURSO		ORÇAMENTO FISCAL	ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
		EMPENHADO (a)	EMPENHADO (b)
0249	INVESTIMENTOS SAUDE	0,00	2.303.747,04
0250	MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	0,00	330.333.810,71
0251	VIGILANCIA EM SAUDE	0,00	6.717.782,51
TOTAL POR ESFERA		**5.771.625.800,22**	**2.755.388.329,34**
TOTAL GERAL ORÇAMENTO REALIZADO (a + b)		**8.527.014.129,56**	
COMPOSIÇÃO PERCENTUAL		**67,69**	**32,31**

FONTE: SIAFE-TO – Despesa por Esfera Orçamentária e Fonte.

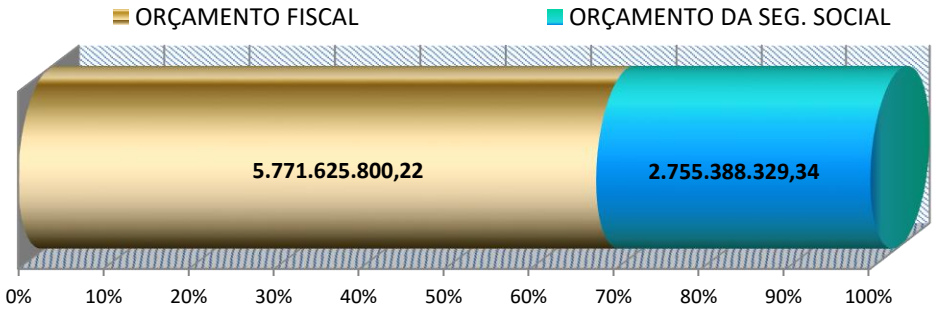


GRÁFICO 07 – Despesa Realizada por Esfera Orçamentária – 2018

O quadro acima demonstra a realização da despesa por fonte de recursos nas duas esferas orçamentárias.

No "orçamento fiscal", com maior volume de recurso empenhado, destacam-se as fontes 0100, 0214 e 0101, nos montantes de R$ 3.919.487.707,81, R$ 759.003.342,44 e R$ 467.420.312,13, respectivamente; e no "orçamento da seguridade social" as fontes 0102, 0241 e 0250, com realização de R$ 1.097.767.142,90, R$ 1.050.842.072,63 e R$ 330.333.810,71, respectivamente.

QUADRO 20 – Execução dos Programas de Governo do Estado – 2018

PROGRAMAS TEMÁTICOS		AUTORIZADO (a)	EMPENHADO (b)	DIFERENÇA (a - b)	% PART/EMP
1147	AGRICULTURA FAMILIAR	46.856.054,00	37.283.972,54	9.572.081,46	0,44
1148	DESENVOLVIMENTO AGROPECUARIO	66.085.587,00	41.134.453,69	24.951.133,31	0,48
1149	INFRAESTRUTURA HIDRICA PARA IRRIGACAO E USOS MULTIPLOS	98.945.452,00	16.262.383,96	82.683.068,04	0,19
1150	MEIO AMBIENTE E RECURSOS HIDRICOS	67.054.864,00	26.694.378,25	40.360.485,75	0,31

PROGRAMAS TEMÁTICOS		AUTORIZADO (a)	EMPENHADO (b)	DIFERENÇA (a - b)	% PART/EMP
1151	DESENVOLVIMENTO REGIONAL, URBANO E HABITACAO	192.973.976,00	32.766.484,92	160.207.491,08	0,38
1152	TRANSPORTE E LOGISTICA	615.956.860,00	175.015.143,63	440.941.716,37	2,05
1153	INFRAESTRUTURA PUBLICA	34.727.797,00	18.280.209,44	16.447.587,56	0,21
1155	INDUSTRIA, COMERCIO, SERVICOS, TURISMO E MINERACAO	72.426.691,00	6.160.188,31	66.266.502,69	0,07
1156	EDUCACAO DE QUALIDADE PARA TODOS	1.211.505.751,00	1.117.252.815,74	94.252.935,26	13,10
1157	EDUCACAO TECNOLOGICA, PROFISSIONAL E SUPERIOR	21.259.464,00	10.071.154,51	11.188.309,49	0,12
1158	CULTURA	14.869.960,00	7.134.053,24	7.735.906,76	0,08
1159	CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO	7.240.908,00	832.201,06	6.408.706,94	0,01
1160	SEGURANCA CIDADA	192.446.324,00	113.753.232,80	78.693.091,20	1,33
1161	ASSISTENCIA SOCIAL	54.636.359,00	5.091.995,10	49.544.363,90	0,06
1162	TRABALHO E MERCADO	29.768.223,00	3.305.262,79	26.462.960,21	0,04
1163	JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER	16.161.207,00	7.887.617,67	8.273.589,33	0,09
1164	DIREITOS HUMANOS	103.534.605,00	57.160.285,80	46.374.319,20	0,67
1165	INTEGRA SAÚDE	752.464.460,00	477.891.045,38	274.573.414,62	5,60
1166	PLANEJAMENTO, ORCAMENTO E GESTAO	110.825.889,00	47.144.343,63	63.681.545,37	0,55
1168	EFETIVIDADE DA PRESTACAO JURISDICIONAL	8.240.233,00	6.904.344,04	1.335.888,96	0,08
1169	DESENVOLVIMENTO ESTRATEGICO	1.973.280,00	1.510.199,04	463.080,96	0,02
1170	MODERNIZACAO E GOVERNANCA DA JUSTICA	8.206.308,00	5.564.554,55	2.641.753,45	0,07
1173	JUSTICA	23.859.795,00	15.899.949,97	7.959.845,03	0,19
1175	CONTROLE EXTERNO DA GESTAO DOS RECURSOS PUBLICOS	801.100,00	431.093,29	370.006,71	0,01
TOTAL - PROGRAMAS TEMÁTICOS		**3.752.821.147,00**	**2.231.431.363,35**	**1.521.389.783,65**	**26,17**

PROGRAMAS DE GESTÃO E MANUTENÇÃO AO ESTADO		AUTORIZADO (a)	EMPENHADO (b)	DIFERENÇA (a - b)	% PART/EMP
1100	MANUTENCAO E GESTAO DO PODER EXECUTIVO	5.441.165.504,00	4.799.938.829,30	641.226.674,70	56,29
1141	ATUACAO LEGISLATIVA	249.533.239,00	232.500.762,24	17.032.476,76	2,73
1143	MANUTENCAO DA DEFENSORIA PUBLICA	135.045.946,00	134.683.019,73	362.926,27	1,58
1144	MANUTENCAO DO MINISTERIO PUBLICO	198.139.463,00	188.450.018,88	9.689.444,12	2,21
1145	MANUTENCAO DO TRIBUNAL DE JUSTICA	612.592.892,00	569.302.132,47	43.290.759,53	6,68

PROGRAMAS DE GESTÃO E MANUTENÇÃO AO ESTADO		AUTORIZADO (a)	EMPENHADO (b)	DIFERENÇA (a - b)	% PART/EMP
1171	MANUTENCAO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	142.446.693,00	131.753.723,18	10.692.969,82	1,55
1172	MANUTENCAO DO PLANO DE ASSISTENCIA A SAUDE DOS SERVIDORES PUBLICOS DO ESTADO DO TOCANTINS	349.706.965,00	238.954.280,41	110.752.684,59	2,80
TOTAL – PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO AO ESTADO		**7.128.630.702,00**	**6.295.582.766,21**	**833.047.935,79**	**73,83**
TOTAL GERAL		**10.881.451.849,00**	**8.527.014.129,56**	**2.354.437.719,44**	**100,00**

FONTE: Balanço Geral do Estado – Anexo 06, Vol. I, fls. 252 a 254.

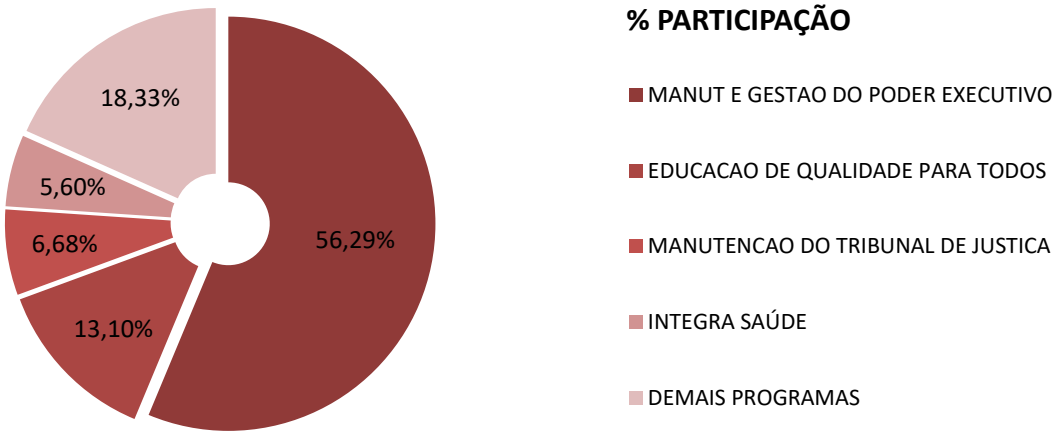


GRÁFICO 08 – Programas de Governo – destaque dos mais expressivos

Demonstram-se, no quadro acima, todos os programas de governo do Estado e os recursos neles autorizados e realizados, contendo ainda uma análise da participação individual. Os programas Temáticos, também denominados temas de políticas públicas, compuseram 26,17% e os programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado participaram com 73,83% dos empenhos realizados no exercício de 2018.

Os Programas Temáticos de maior participação na realização dos recursos empenhados no exercício de 2018 foram: Educação de Qualidade para Todos com 13,10% e Integra Saúde com 5,60%.

Na série dos Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado destacam-se com maior volume de recursos empenhados: Manutenção e Gestão do Poder Executivo com 56,29% e Manutenção do Tribunal de Justiça com 6,68%.

QUADRO 21 – Demonstrativo da Despesa Executada por Função – 2018

FUNÇÃO DE GOVERNO		AUTORIZADO	EMPENHADO	% EMP/AUT	% PART/EMP
10	SAUDE	1.991.181.761,00	1.676.889.088,91	84,22	19,67
12	EDUCACAO	1.433.490.746,00	1.323.736.074,42	92,34	15,52
9	PREVIDENCIA SOCIAL	1.064.030.753,00	1.051.540.785,04	98,83	12,33
6	SEGURANCA PUBLICA	966.994.617,00	889.014.851,86	91,94	10,43
28	ENCARGOS ESPECIAIS	765.737.151,00	764.893.583,32	99,89	8,97
4	ADMINISTRACAO	843.871.167,00	672.130.230,99	79,65	7,88
2	JUDICIARIA	732.836.274,00	670.695.180,97	91,52	7,87
1	LEGISLATIVA	383.450.119,00	355.669.666,70	92,76	4,17
3	ESSENCIAL A JUSTICA	399.885.334,00	352.221.560,19	88,08	4,13
26	TRANSPORTE	660.296.189,00	218.220.966,04	33,05	2,56
20	AGRICULTURA	311.076.259,00	192.139.737,14	61,77	2,25
14	DIREITOS DA CIDADANIA	177.918.631,00	173.035.372,05	97,26	2,03
17	SANEAMENTO	182.444.528,00	46.885.085,51	25,70	0,55
18	GESTAO AMBIENTAL	75.538.220,00	35.193.246,53	46,59	0,41
24	COMUNICACAO	30.185.004,00	29.595.168,03	98,05	0,35
8	ASSISTENCIA SOCIAL	38.344.245,00	26.958.455,39	70,31	0,32
23	COMERCIO E SERVICOS	84.292.469,00	14.910.687,66	17,69	0,17
13	CULTURA	14.869.960,00	7.134.053,24	47,98	0,08
21	ORGANIZACAO AGRARIA	7.159.991,00	6.512.972,95	90,96	0,08
16	HABITACAO	32.000.428,00	6.508.238,04	20,34	0,08
27	DESPORTO E LAZER	14.373.014,00	6.099.426,06	42,44	0,07
15	URBANISMO	7.160.777,00	4.083.772,79	57,03	0,05
22	INDUSTRIA	18.838.663,00	1.435.793,87	7,62	0,02
19	CIENCIA E TECNOLOGIA	7.070.066,00	832.201,06	11,77	0,01
11	TRABALHO	8.278.955,00	677.930,80	8,19	0,01
25	ENERGIA	493.060,00	0,00	0,00	0,00
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	629.633.468,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		**10.881.451.849,00**	**8.527.014.129,56**	**78,36**	**100,00**

FONTE: Balanço Geral do Estado – Anexo 07, Vol. I, fls. 255 a 270.

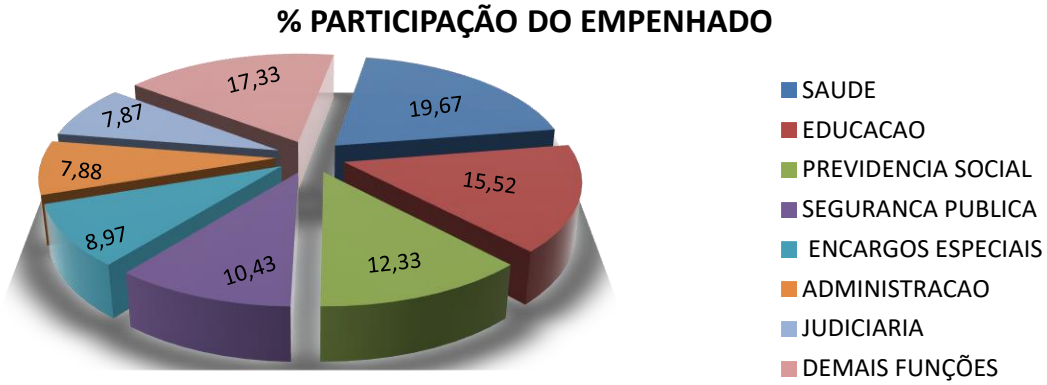


GRÁFICO 09 – Despesas Executadas por Função de Governo

O quadro 21, referente às despesas por função de governo, demonstra que 78,36% dos recursos autorizados foram empenhados. Destacamos dentre elas as que tiveram os mais expressivos quantitativos de recursos aplicados: Saúde com R$ 1.676.889.088,91, Educação com R$ 1.323.736.074,42, Previdência Social com R$ 1.051.540.785,04, Segurança Pública com R$ 889.014.851,86, Encargos Especiais com R$ 764.893.583,32, Administração com R$ 672.130.230,99 e Judiciária com R$ 670.695.180,97, totalizando o montante de R$ 7.048.899.795,51.

Na análise dos recursos empenhados, comparados com o autorizado, verificaram-se as seguintes funções com baixos índices de realizações: Transporte, Saneamento, Habitação, Comércio e Serviços, Ciência e Tecnologia, Trabalho, Indústria e Energia, com 33,05%, 25,70%, 20,34%, 17,69%, 11,77%, 8,19%, 7,62% e 0,00%, respectivamente.

QUADRO 22 – Comparativo da Despesa Executada por Função de Governo - 2018

FUNÇÃO DE GOVERNO		2017	% PART	2018	% PART	% EVOL
01	LEGISLATIVA	346.970.854,21	3,89	355.669.666,70	4,17	2,51
02	JUDICIARIA	634.860.212,22	7,11	670.695.180,97	7,87	5,64
03	ESSENCIAL A JUSTICA	319.180.862,32	3,57	352.221.560,19	4,13	10,35
04	ADMINISTRACAO	1.638.668.518,54	18,35	672.130.230,99	7,88	-58,98
06	SEGURANCA PUBLICA	852.898.979,51	9,55	889.014.851,86	10,43	4,23
08	ASSISTENCIA SOCIAL	29.959.653,18	0,34	26.958.455,39	0,32	-10,02
09	PREVIDENCIA SOCIAL	886.333.460,56	9,93	1.051.540.785,04	12,33	18,64
10	SAUDE	1.440.251.103,80	16,13	1.676.889.088,91	19,67	16,43
11	TRABALHO	2.541.243,88	0,03	677.930,80	0,01	-73,32
12	EDUCACAO	1.260.819.692,91	14,12	1.323.736.074,42	15,52	4,99
13	CULTURA	39.135.231,91	0,44	7.134.053,24	0,08	-81,77
14	DIREITOS DA CIDADANIA	180.188.903,73	2,02	173.035.372,05	2,03	-3,97
15	URBANISMO	1.433.403,72	0,02	4.083.772,79	0,05	184,90
16	HABITACAO	10.378.750,46	0,12	6.508.238,04	0,08	-37,29
17	SANEAMENTO	69.885.860,51	0,78	46.885.085,51	0,55	-32,91
18	GESTAO AMBIENTAL	42.976.065,71	0,48	35.193.246,53	0,41	-18,11
19	CIENCIA E TECNOLOGIA	1.203.805,79	0,01	832.201,06	0,01	-30,87
20	AGRICULTURA	183.647.881,87	2,06	192.139.737,14	2,25	4,62
21	ORGANIZACAO AGRARIA	6.245.552,59	0,07	6.512.972,95	0,08	4,28
22	INDUSTRIA	1.903.199,34	0,02	1.435.793,87	0,02	-24,56
23	COMERCIO E SERVICOS	24.463.781,96	0,27	14.910.687,66	0,17	-39,05
24	COMUNICACAO	33.148.535,75	0,37	29.595.168,03	0,35	-10,72
26	TRANSPORTE	291.015.037,05	3,26	218.220.966,04	2,56	-25,01
27	DESPORTO E LAZER	15.113.990,88	0,17	6.099.426,06	0,07	-59,64
28	ENCARGOS ESPECIAIS	616.231.855,96	6,90	764.893.583,32	8,97	24,12
TOTAL		**8.929.456.438,36**	**100,00**	**8.527.014.129,56**	**100,00**	**-4,51**
DIFERENÇA EM R$		**402.442.308,80**				

FONTE: Balanço Geral do Estado – Anexo 07, Vol. I, fls. 348 a 361 de 2017 e Vol. I, fls. 255 a 270 de 2018.

O quadro 22 demonstra análises da evolução ocorrida na execução de 2018 em relação a 2017 que apresentou uma redução de (4,51%), bem como da participação de cada função sobre o gasto realizado nesses dois exercícios.

Na análise da evolução nota-se aumento expressivo na função: Urbanismo – 184,90%. Menciona-se também, aquelas que apresentaram maior percentual de redução: Cultura – (81,77%), Trabalho – (73,32%), Desporto e Lazer – (59,64%) e Administração – (58,98%).

3.1.2 Execução Orçamentária – Por GESTÃO

A composição da despesa totalizada por Órgãos e Entidades do Estado, no exercício de 2018, levando-se em consideração as "Gestões", está evidenciada nos Quadros a seguir:

QUADRO 23 – Despesa Realizada Quanto a Gestão – "Administração Direta" - 2018

CATEGORIA E GRUPO		AUTORIZADO	EMPENHADO	DIFERENÇA	% DIF/AUT.	% PART/EMP
DESPESAS CORRENTES		**4.531.488.100,50**	**4.421.218.665,74**	**110.269.434,76**	**2,43**	**87,29**
1	Pessoal e Encargos Sociais	3.291.916.044,00	3.263.863.432,61	28.052.611,39	0,85	64,44
2	Juros e Encargos da Dívida	219.558.781,00	219.539.943,17	18.837,83	0,01	4,33
3	Outras Despesas Correntes	1.020.013.275,50	937.815.289,96	82.197.985,54	8,06	18,51
DESPESAS DE CAPITAL		**1.069.395.119,50**	**643.969.313,28**	**425.425.806,22**	**39,78**	**12,71**
4	Investimentos	609.289.442,50	183.890.801,18	425.398.641,32	69,82	3,63
5	Inversões Financeiras	189.443,00	189.442,89	0,11	0,00	0,00
6	Amortização da Dívida	459.916.234,00	459.889.069,21	27.164,79	0,01	9,08
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		**29.825.921,00**	**0,00**	**29.825.921,00**	**100,00**	**0,00**
9	Reserva de Contingência	29.825.921,00	0,00	29.825.921,00	100,00	0,00
TOTAL		**5.630.709.141,00**	**5.065.187.979,02**	**565.521.161,98**	**10,04**	**100,00**

FONTE: Balanço Geral por Gestão – Anexo 02, Vol. V, fls. 1495 a 1498.

QUADRO 24 – Despesa Realizada Quanto a Gestão – "Autarquias" - 2018

CATEGORIA E GRUPO		AUTORIZADO	EMPENHADO	DIFERENÇA	% DIF/AUT.	% PART/EMP
DESPESAS CORRENTES		**562.434.727,00**	**424.941.631,01**	**137.493.095,99**	**24,45**	**76,06**
1	Pessoal e Encargos Sociais	297.726.867,00	270.380.558,00	27.346.309,00	9,19	48,40
2	Juros e Encargos da Dívida	2.501.774,00	2.488.770,33	13.003,67	0,52	0,45
3	Outras Despesas Correntes	262.206.086,00	152.072.302,68	110.133.783,32	42,00	27,22
DESPESAS DE CAPITAL		**663.790.943,00**	**133.733.968,62**	**530.056.974,38**	**79,85**	**23,94**
4	Investimentos	651.101.784,00	123.149.185,18	527.952.598,82	81,09	22,04
6	Amortização da Dívida	12.689.159,00	10.584.783,44	2.104.375,56	16,58	1,89
TOTAL		**1.226.225.670,00**	**558.675.599,63**	**667.550.070,37**	**54,44**	**100,00**

FONTE: Balanço Geral por Gestão – Anexo 02, Vol. VI, fls. 1856 a 1858.

QUADRO 25 – Despesa Realizada Quanto a Gestão – "Fundações" - 2018

CATEGORIA E GRUPO		AUTORIZADO	EMPENHADO	DIFERENÇA	% DIF/AUT.	% PART/EMP
DESPESAS CORRENTES		**9.135.479,00**	**8.248.396,19**	**887.082,81**	**9,71**	**86,46**
1	Pessoal e Encargos Sociais	6.252.767,00	6.252.763,70	3,30	0,00	65,54
3	Outras Despesas Correntes	2.882.712,00	1.995.632,49	887.079,51	30,77	20,92
DESPESAS DE CAPITAL		**1.637.223,00**	**1.292.126,90**	**345.096,10**	**21,08**	**13,54**
4	Investimentos	1.637.223,00	1.292.126,90	345.096,10	21,08	13,54
TOTAL		**10.772.702,00**	**9.540.523,09**	**1.232.178,91**	**11,44**	**100,00**

FONTE: Balanço Geral por Gestão – Anexo 02, Vol. VI, fl. 2058.

QUADRO 26 – Despesa Realizada por Gestão – "Fundos" - 2018

CATEGORIA E GRUPO		AUTORIZADO	EMPENHADO	DIFERENÇA	% DIF/AUT.	% PART/EMP
DESPESAS CORRENTES		**3.074.177.678,00**	**2.819.308.531,42**	**254.869.146,58**	**8,29**	**97,43**
1	Pessoal e Encargos Sociais	2.021.378.079,00	2.009.085.016,37	12.293.062,63	0,61	69,43
3	Outras Despesas Correntes	1.052.799.599,00	810.223.515,05	242.576.083,95	23,04	28,00
DESPESAS DE CAPITAL		**309.933.190,00**	**74.301.496,40**	**235.631.693,60**	**76,03**	**2,57**
4	Investimentos	286.273.922,00	71.797.294,96	214.476.627,04	74,92	2,48
5	Inversões Financeiras	21.067.268,00	2.504.201,44	18.563.066,56	88,11	0,09
6	Amortização da Dívida	2.592.000,00	0,00	2.592.000,00	100,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		**629.633.468,00**	**0,00**	**629.633.468,00**	**100,00**	**0,00**
9	Reserva de Contingência	629.633.468,00	0,00	629.633.468,00	100,00	0,00
TOTAL		**4.013.744.336,00**	**2.893.610.027,82**	**1.120.134.308,18**	**27,91**	**100,00**

FONTE: Balanço Geral por Gestão – Anexo 02, Vol. VII, fls. 2193 a 2195.

QUADRO 27 – Resumo Total da Despesa Realizada – Todas as Gestões - 2018

GESTÃO	DESPESA CORRENTE (a)	DESPESA DE CAPITAL (b)	TOTAL (a+b)	% PART EXECUTADO
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	4.421.218.665,74	643.969.313,28	5.065.187.979,02	59,40
AUTARQUIAS	424.941.631,01	133.733.968,62	558.675.599,63	6,55
FUNDAÇÕES	8.248.396,19	1.292.126,90	9.540.523,09	0,11
FUNDOS	2.819.308.531,42	74.301.496,40	2.893.610.027,82	33,93
TOTAL	**7.673.717.224,36**	**853.296.905,20**	**8.527.014.129,56**	**100,00**

FONTE: Quadros 23 a 26.

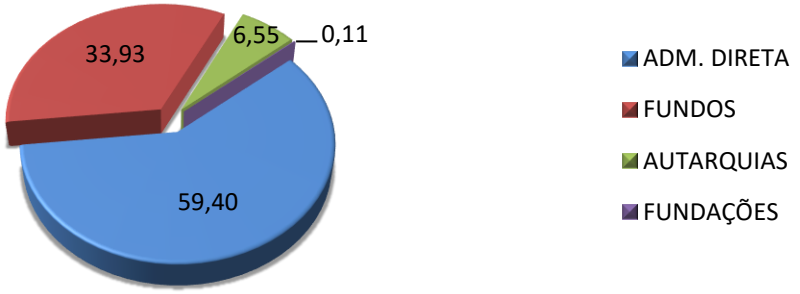


GRÁFICO 10 – Percentual de Participação da Despesa Realizada por Gestão

O orçamento autorizado, por Gestão, está distribuído na Administração Direta, Autarquias, Fundações e nos Fundos Especiais, no âmbito dos poderes do Estado, demonstrados nos Quadros 23 a 27 e Gráfico 10, contemplando os dispêndios executados no exercício.

Da análise dos indicadores constatou-se que a Administração Direta aplicou 59,40% dos recursos empenhados consignados no Orçamento Geral do Estado, que correspondem a R$ 5.065.187.979,02. Por outro lado, chama-se atenção para as Fundações, responsáveis pela menor execução orçamentária, com aplicação de R$ 9.540.523,09, apenas, representando um percentual de 0,11% do total empenhado do orçamento do Estado.

Sobre a análise individual de cada Gestão tecemos alguns comentários julgados mais relevantes, tais como:

a) Na "Administração Direta" restou um saldo orçamentário em percentual equivalente a 10,04% do montante autorizado, porém os dados demonstrados evidenciam que o saldo restante na categoria "despesas de capital" representa um percentual de 39,78%, ou seja, dos R$ 1,07 bilhão em dotação, só foram gastos R$ 643,9 milhões. A referida sobra, foi ocasionada pelo grupo dos investimentos, que apresentou um saldo orçamentário de 69,82%;

b) Nas "Autarquias", os dados demonstraram um saldo residual em porcentagem correspondente a 54,44%, com 24,45% nas despesas correntes e 79,85% nas de capital, esta última influenciada pelo grupo dos investimentos, com 81,09%;

c) As "Fundações" demonstraram um saldo restante de 11,44%, em relação ao seu orçamento autorizado. Nas despesas correntes o índice foi de 9,71% e nas despesas de capital foi de 21,08%;

d) O gasto realizado no orçamento dos "Fundos" apresentou-se menor que a previsão atualizada em 27,91%. Nas despesas correntes restaram sem empenhar 8,29%, já nas despesas de capital, a abstenção na aplicação foi de 76,03%. É importante citar que a reserva de contingência foi o fator que mais influenciou para o alto índice de abstenção na aplicação de recursos no orçamento dos Fundos, visto que os recursos nela dotados não apresentaram execução neste exercício.

QUADRO 28 – Demonstrativo Resumido da Despesa Realizada das Gestões – por Categoria e Grupo - 2018

GESTÃO	PESSOAL	% PART	OUTROS CUSTEIOS	% PART	CAPITAL	% PART	TOTAL	% PART
ADM. DIRETA	3.263.863.432,61	58,81	1.157.355.233,13	54,49	643.969.313,28	75,47	5.065.187.979,02	59,40
AUTARQUIAS	270.380.558,00	4,87	154.561.073,01	7,28	133.733.968,62	15,67	558.675.599,63	6,55
FUNDAÇÕES	6.252.763,70	0,11	1.995.632,49	0,09	1.292.126,90	0,15	9.540.523,09	0,11
FUNDOS	2.009.085.016,37	36,20	810.223.515,05	38,14	74.301.496,40	8,71	2.893.610.027,82	33,93
TOTAL	**5.549.581.770,68**	**100,00**	**2.124.135.453,68**	**100,00**	**853.296.905,20**	**100,00**	**8.527.014.129,56**	**100,00**

FONTE: Quadros 23 a 26.

O quadro acima demonstra a participação de cada Gestão, do total empenhado de R$ 8.527.014.129,56.

Destaca-se a Administração Direta com participação de 58,81% no grupo de pessoal, 54,49% em outros custeios e 75,47% na de capital, atingindo a média de 59,40%.

Os Fundos Estaduais tiveram também participação expressiva na despesa geral do Estado, com 33,93% de média, assim distribuídas: pessoal com 36,20%, outros custeios com 38,14% e despesas de capital 8,71%.

3.1.3 Execução Orçamentária – Por PODER

A composição da despesa totalizada por Órgãos e Entidades do Estado, no exercício de 2018, levando-se em consideração a execução orçamentária dos "Poderes", está evidenciada nos Quadros a seguir:

QUADRO 29 – Despesa Realizada por Poder – "Executivo" - 2018

	CATEGORIA E GRUPO	AUTORIZADO	EMPENHADO	DIFERENÇA	% DIF/AUT	% PART/EMP
DESPESAS CORRENTES		**7.028.661.271,50**	**6.555.926.927,02**	**472.734.344,48**	**6,73**	**88,75**
1	Pessoal e Encargos Sociais	4.776.624.655,00	4.718.162.998,71	58.461.656,29	1,22	63,87
2	Juros e Encargos da Dívida	221.910.555,00	221.897.548,59	13.006,41	0,01	3,00
3	Outras Despesas Correntes	2.030.126.061,50	1.615.866.379,72	414.259.681,78	20,41	21,88
DESPESAS DE CAPITAL		**1.997.138.243,50**	**830.693.264,05**	**1.166.444.979,45**	**58,41**	**11,25**
4	Investimentos	1.500.948.067,50	357.789.691,43	1.143.158.376,07	76,16	4,84
5	Inversões Financeiras	21.256.711,00	2.693.644,33	18.563.066,67	87,33	0,04
6	Amortização da Dívida	474.933.465,00	470.209.928,29	4.723.536,71	0,99	6,37
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		**629.633.468,00**	**0,00**	**629.633.468,00**	**100,00**	**0,00**
9	Reserva de Contingência	629.633.468,00	0,00	629.633.468,00	100,00	0,00
TOTAL EXECUTIVO		**9.655.432.983,00**	**7.386.620.191,07**	**2.268.812.791,93**	**23,50**	**100,00**

FONTE: SIAFE-TO, Anexo 2 – Poder Executivo.

QUADRO 30 – Despesa Realizada por Poder – "Poder Judiciário" - 2018

	CATEGORIA E GRUPO	AUTORIZADO	EMPENHADO	DIFERENÇA	% DIF/AUT	% PART/EMP
DESPESAS CORRENTES		**568.491.866,00**	**562.152.922,58**	**6.338.943,42**	**1,12**	**97,31**
1	Pessoal e Encargos Sociais	447.346.902,00	446.576.873,61	770.028,39	0,17	77,30
2	Juros e Encargos da Dívida	150.000,00	131.164,91	18.835,09	12,56	0,02
3	Outras Despesas Correntes	120.994.964,00	115.444.884,06	5.550.079,94	4,59	19,98
DESPESAS DE CAPITAL		**30.345.508,00**	**15.563.752,97**	**14.781.755,03**	**48,71**	**2,69**
4	Investimentos	30.081.580,00	15.299.828,61	14.781.751,39	49,14	2,65
6	Amortização da Dívida	263.928,00	263.924,36	3,64	0,00	0,05

CATEGORIA E GRUPO		AUTORIZADO	EMPENHADO	DIFERENÇA	% DIF/AUT	% PART/EMP
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		**23.969.031,00**	**0,00**	**23.969.031,00**	**100,00**	**0,00**
9	Reserva de Contingência	23.969.031,00	0,00	23.969.031,00	100,00	0,00
TOTAL JUDICIÁRIO		**622.806.405,00**	**577.716.675,55**	**45.089.729,45**	**7,24**	**100,00**

FONTE: SIAFE-TO, Anexo 2 – Poder Judiciário.

QUADRO 31 – Despesa Realizada por Poder – "Poder Legislativo" - 2018

CATEGORIA E GRUPO		AUTORIZADO	EMPENHADO	DIFERENÇA	% DIF/AUT	% PART/EMP
DESPESAS CORRENTES		**381.567.320,00**	**362.230.241,44**	**19.337.078,56**	**5,07**	**99,33**
1	Pessoal e Encargos Sociais	242.207.739,00	237.317.033,75	4.890.705,25	2,02	65,07
3	Outras Despesas Correntes	139.359.581,00	124.913.207,69	14.446.373,31	10,37	34,25
DESPESAS DE CAPITAL		**11.213.712,00**	**2.455.337,27**	**8.758.374,73**	**78,10**	**0,67**
4	Investimentos	11.213.712,00	2.455.337,27	8.758.374,73	78,10	0,67
TOTAL LEGISLATIVO		**392.781.032,00**	**364.685.578,71**	**28.095.453,29**	**7,15**	**100,00**

FONTE: SIAFE-TO, Anexo 2 – Poder Legislativo.

QUADRO 32 – Despesa Realizada por Poder – "Ministério Público" - 2018

CATEGORIA E GRUPO		AUTORIZADO	EMPENHADO	DIFERENÇA	% DIF/AUT	% PART/EMP
DESPESAS CORRENTES		**198.515.527,00**	**193.407.133,32**	**5.108.393,68**	**2,57**	**97,68**
1	Pessoal e Encargos Sociais	151.094.461,00	147.524.864,61	3.569.596,39	2,36	74,51
3	Outras Despesas Correntes	47.421.066,00	45.882.268,71	1.538.797,29	3,24	23,17
DESPESAS DE CAPITAL		**6.059.012,00**	**4.584.550,91**	**1.474.461,09**	**24,34**	**2,32**
4	Investimentos	6.059.012,00	4.584.550,91	1.474.461,09	24,34	2,32
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		**5.856.890,00**	**0,00**	**5.856.890,00**	**100,00**	**0,00**
9	Reserva de Contingência	5.856.890,00	0,00	5.856.890,00	100,00	0,00
TOTAL MINISTÉRIO PÚBLICO		**210.431.429,00**	**197.991.684,23**	**12.439.744,77**	**5,91**	**100,00**

FONTE: SIAFE-TO, Anexo 2 – Ministério Público.

QUADRO 33 – Demonstrativo Resumido da Despesa Realizada dos "Poderes" - 2018

PODERES	DESPESA CORRENTE (a)	DESPESA DE CAPITAL (b)	TOTAL (a+b)	% PART EXECUTADO
EXECUTIVO	6.555.926.927,02	830.693.264,05	7.386.620.191,07	86,63
JUDICIÁRIO	562.152.922,58	15.563.752,97	577.716.675,55	6,78
LEGISLATIVO	362.230.241,44	2.455.337,27	364.685.578,71	4,28
MINISTÉRIO PÚBLICO	193.407.133,32	4.584.550,91	197.991.684,23	2,32
TOTAL	**7.673.717.224,36**	**853.296.905,20**	**8.527.014.129,56**	**100,00**

FONTE: Quadros 29 a 32.

QUADRO 34 – Demonstrativo Resumido da Despesa Realizada dos "Poderes" – por Categoria e Grupo - 2018

PODERES	PESSOAL	% PART	OUTROS CUSTEIOS	% PART	CAPITAL	% PART	TOTAL	% PART
EXECUTIVO	4.718.162.998,71	85,02	1.837.763.928,31	86,52	830.693.264,05	97,35	7.386.620.191,07	86,63
JUDICIÁRIO	446.576.873,61	8,05	115.576.048,97	5,44	15.563.752,97	1,82	577.716.675,55	6,78
LEGISLATIVO	237.317.033,75	4,28	124.913.207,69	5,88	2.455.337,27	0,29	364.685.578,71	4,28
MINISTÉRIO PÚBLICO	147.524.864,61	2,66	45.882.268,71	2,16	4.584.550,91	0,54	197.991.684,23	2,32
TOTAL	**5.549.581.770,68**	**100,00**	**2.124.135.453,68**	**100,00**	**853.296.905,20**	**100,00**	**8.527.014.129,56**	**100,00**

FONTE: Quadros 29 a 32.

Nos Quadros 29 a 32 estão demonstrados os recursos aplicados por Poder no exercício de 2018, bem como, as análises de participação de cada grupo no respectivo Poder e da diferença correspondente ao saldo não aplicado em relação às dotações atualizadas.

No Poder Executivo restou um saldo orçamentário de 23,50% em relação ao montante autorizado, sendo: 6,73% nas despesas correntes e 58,41% nas de capital, carecendo de melhoria no planejamento orçamentário para a categoria.

No Poder Judiciário o saldo orçamentário foi de 7,24% do orçamento autorizado, sendo 1,12% nas despesas correntes e 48,71% nas despesas de capital.

O Poder Legislativo empenhou a importância de R$ 364,6 milhões, restando a aplicar um percentual de 7,15% do seu orçamento autorizado. Nas despesas correntes restaram sem aplicação um percentual de 5,07% e nas de capital um percentual de 78,10%.

O saldo não executado do Ministério Público foi de 5,91%, sendo 2,57% nas despesas correntes e 24,34% nas despesas de capital.

O Quadro 33 demonstra a execução dos gastos dos Poderes do Estado e a análise da participação de cada um deles sobre o orçamento geral, evidenciando os seguintes resultados: o Poder Executivo com 86,63%, o Poder Judiciário com 6,78%, o Poder Legislativo com 4,28% e o Ministério Público com 2,32% de participação sobre as despesas realizadas do Estado no exercício de 2018.

O Quadro 34 demonstra as despesas por categoria e grupo de despesa, sendo as correntes distinguidas por: despesas de pessoal e outros custeios.

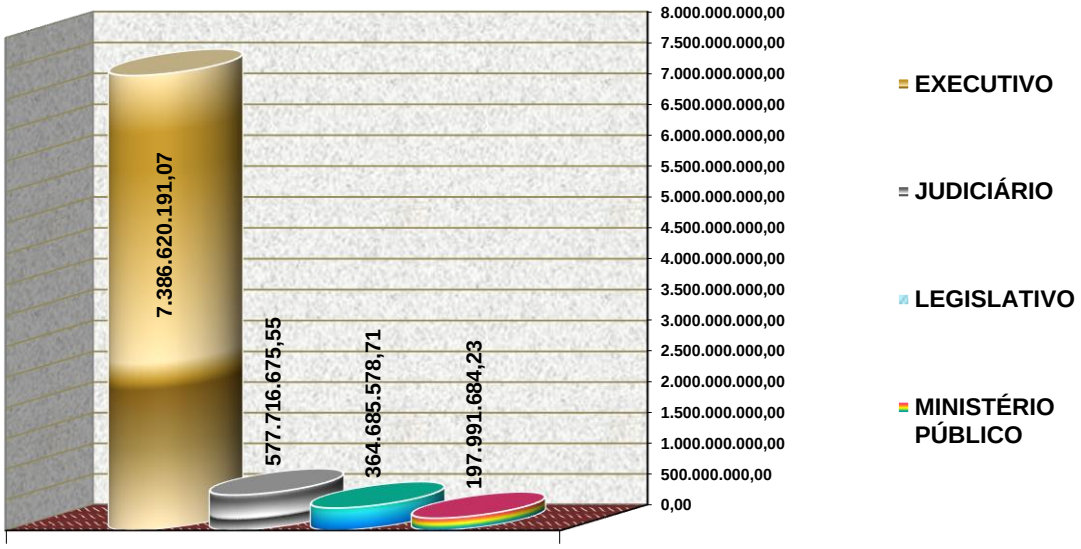


GRÁFICO 11 – Execução da Despesa por Poder do Estado e Ministério Público

3.2 GESTÃO PATRIMONIAL – CONSOLIDAÇÃO POR ADMINISTRAÇÃO E PODERES DO ESTADO

3.2.1 Balanço Patrimonial Consolidado

O Balanço Patrimonial, no tocante aos diferentes aspectos da contabilidade aplicada ao setor público, compreende o registro e a evidenciação da composição patrimonial do ente público (artigos 85, 89, 100 e 104 da Lei 4.320/1964). Nesse ângulo, devem ser atendidos os princípios e normas contábeis voltados para o reconhecimento, mensuração e evidenciação dos ativos e passivos e de suas variações patrimoniais. O Balanço Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais representam os principais instrumentos para refletir esse aspecto. O resultado patrimonial é apurado pela diferença entre as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, registradas segundo os princípios da competência e oportunidade. (**Fonte MCASP**)

A gestão patrimonial demonstra e controla a situação do patrimônio, composto por bens móveis, imóveis, intangíveis, créditos, obrigações e valores, registrados nos ativos e passivos dos órgãos e entidades do Estado, evidenciando o resultado da execução orçamentária e extraorçamentária, aumentando ou diminuindo, quantitativa ou qualitativamente, o patrimônio público na forma dos quadros e gráficos a seguir:

QUADRO 35 – Balanço Patrimonial - Geral do Estado – 2017 e 2018

BALANÇO PATRIMONIAL				
TÍTULO	**2018**	**% PART**	**2017**	**% PART**
ATIVO	**10.432.104.804,34**	**100,00**	**9.939.322.988,49**	**100,00**
ATIVO CIRCULANTE	**6.569.008.172,17**	**62,97**	**6.291.078.771,19**	**63,29**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	792.511.685,00	7,60	853.882.368,34	8,59
CREDITOS A CURTO PRAZO	1.710.478.535,04	16,40	1.325.193.184,74	13,33
INVESTIMENTOS E APLICACOES TEMPORARIAS A CP	3.860.887.392,71	37,01	4.020.165.776,59	40,45
ESTOQUES	204.129.322,75	1,96	90.882.338,38	0,91
VPD PAGA ANTECIPADAMENTE	1.001.236,67	0,01	955.103,14	0,01
ATIVO NAO CIRCULANTE	**3.863.096.632,17**	**37,03**	**3.648.244.217,30**	**36,71**
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	175.026.550,83	1,68	156.320.019,56	1,57
INVESTIMENTOS	265.821.406,89	2,55	251.757.884,35	2,53
IMOBILIZADO	3.180.256.502,99	30,49	2.998.174.141,93	30,16
INTANGIVEL	241.992.171,46	2,32	241.992.171,46	2,43
PASSIVO	**6.096.569.837,56**	**100,00**	**4.372.804.953,76**	**100,00**
PASSIVO CIRCULANTE	**2.272.141.844,81**	**37,27**	**1.368.549.915,59**	**31,30**
OBRIGACOES TRAB. PREV. E ASSIST. A PAGAR A CP	1.129.943.013,75	18,53	205.952.864,37	4,71
EMPRESTIMOS E FINANCIMENTOS A CURTO PRAZO	96.239.967,21	1,58	7.455.825,75	0,17
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CP	435.855.161,71	7,15	307.789.077,57	7,04
OBRIGACOES FISCAIS A CURTO PRAZO	290.547,61	0,00	59.805,41	0,00
OBRIGACOES DE REPARTICOES A OUTROS ENTES	6.713.416,95	0,11	5.606.603,51	0,13
DEMAIS OBRIGACOES A CURTO PRAZO	603.099.737,58	9,89	841.685.738,98	19,25
PASSIVO NAO CIRCULANTE	**3.824.427.992,75**	**62,73**	**3.004.255.038,17**	**68,70**
OBRIGACOES TRAB. PREV. E ASSIST. A PAGAR A LP	98.720.878,32	1,62	114.972.450,36	2,63
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	2.477.040.513,83	40,63	2.474.275.841,39	56,58
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO	192.321.533,57	3,15	175.992.157,04	4,02
OBRIGACOES FISCAIS A LONGO PRAZO	23.741.555,38	0,39	23.068.384,56	0,53
PROVISOES A LONGO PRAZO	970.782.383,57	15,92	140.756.226,47	3,22
DEMAIS OBRIGACOES A LONGO PRAZO	61.821.128,08	1,01	75.189.978,35	1,72
PATRIMONIO LIQUIDO	**4.335.534.966,78**	**41,56**	**5.566.518.034,73**	**56,01**
RESULTADOS ACUMULADOS	4.335.534.966,78	41,56	5.566.518.034,73	56,01
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMONIO LIQUIDO	**10.432.104.804,34**	**100,00**	**9.939.322.988,49**	**100,00**

FONTE: Balanço Patrimonial - Geral do Estado – Anexo 14, Vol. I, fl. 35 e 36.

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS			
TÍTULO	**2018**	**2017**	**% EVOL**
ATIVO	**14.008.384.725,54**	**11.205.597.517,76**	**25,01**
ATIVO FINANCEIRO	5.042.150.282,94	5.359.230.178,70	-5,92
ATIVO PERMANENTE	8.966.234.442,60	5.846.367.339,06	53,36
PASSIVO	**10.010.687.106,46**	**5.986.978.001,83**	**67,21**
PASSIVO FINANCEIRO	1.093.447.407,47	989.355.398,34	10,52
PASSIVO PERMANENTE	8.917.239.698,99	4.997.622.603,49	78,43
SALDO PATRIMONIAL	**3.997.697.619,08**	**5.218.619.515,93**	**-23,40**

FONTE: Balanço Patrimonial - Geral do Estado – Anexo 14 – Quadro Anexo, Vol. I, fl. 37.

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO		
TÍTULO	**2018**	**2017**
DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGENERES	472.331.258,17	169.304.034,78
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	**472.331.258,17**	**169.304.034,78**
OBRIGACOES CONVENIADAS	324.493.872,26	295.977.194,95
OBRIGACOES CONTRATUAIS	4.776.439.857,90	4.347.195.650,13
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	**5.100.933.730,16**	**4.643.172.845,08**

FONTE: Balanço Patrimonial - Geral do Estado – Anexo 14 – Quadro Anexo, Vol. I, fl. 38.

QUADRO DO SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO			
FONTES DE RECURSOS		**2018**	**2017**
0100	RECURSOS ORDINARIOS	-9.057.107,17	-13.642.262,51
0101	REC. TESOURO-MANUT.DO DESENV. DO ENSINO-MDE	-56.023.731,89	-104.495.421,75
0102	REC. DO TESOURO-ACOES DE SEV PUB. DE SAUDE	1.500.079,47	-13.623.048,72
0103	CONTRAPARTIDA	3.107.100,46	2.415.231,16
0104	RECURSOS DO TESOURO	-95.507.616,83	-71.763.917,94
0210	COTA-PARTE INST.NAC.DESENV.DO DESPORTO-INDESP	1.857.193,44	2.766.851,40
0211	CONTRIBUICOES DO FUNDO NAC. DESENVOLV. EDUCACAO	32.168.486,16	26.314.844,70
0214	FUNDO MANUT.DESENV.EDU.BAS.VAL.PROFIS-FUNDEB	-26.133.367,94	-25.884.314,83
0216	COTA-PARTE DO SALÁRIO-EDUCACAO	3.719,93	537.491,87
0217	COTA-PARTE COMP. FINANCEIRA DE REC. HIDRICOS	528.268,89	3.492.335,63
0219	OPERACOES DE CREDITO INTERNAS - EM MOEDA	83.178.858,88	84.708.115,38
0220	OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS - EM MOEDA	-19.952.608,19	-8.303.601,79
0221	OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - EM BENS E/OU SERVIÇOS	0,00	-2.828.916,52
0223	RECURSOS DE CONVENIO COM A INICIATIVA PRIVADA	8.445.415,38	8.227.882,63
0224	CONT. DE INTERVENCAO NO DOMINIO ECONOMICO	21.631.143,13	34.601.357,90
0225	RECURSOS DE CONVENIOS COM ORGAOS FEDERAIS	205.712.059,22	204.737.011,74
0226	ALIENACAO DE BENS	10.256.567,96	18.470.552,01
0227	COTA PARTE DO CONVENIO DETRAN/SEJUSP/POL.MILITAR.	1.942.701,81	1.274.134,46
0228	OPERACOES FINANCEIRAS NAO REEMBOLSAVEIS-INTERNAS	11.434.142,36	12.495.957,08
0229	OPERACOES FINACEIRAS NAO REEMBOLSAVEIS- EXTERNAS	6.777,32	6.626,73
0235	COTA-PARTE DE COMPENSACOES FINANCEIRAS	2.575.715,65	437.703,60
0236	DOACAO	473.526,52	455.090,08
0237	TRANSFERENCIA DE RECURSOS DO FNAS	1.740.091,31	2.535.478,26
0238	ICMS - FECOEP	-678.931,84	2.837.699,94
0239	FUNDO PENITENCIARIO	22.282.011,90	43.868.152,67
0240	RECURSOS PROPRIOS	13.125.834,66	26.361.023,74
0241	RECURSOS PREVIDENCIARIOS	3.639.723.572,30	4.068.064.240,96
0242	ASSISTENCIA MEDICA	1.706.686,55	-55.386.264,94
0246	ASSISTENCIA FARMACEUTICA	1.540.488,72	1.001.379,88
0247	ATENCAO BASICA	868.337,72	643.217,22
0248	GESTAO DO SUS	5.874.356,00	6.164.301,90
0249	INVESTIMENTOS	28.958.606,50	28.887.919,74
0250	MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBUL. E HOSPITALAR	48.586.822,61	80.085.368,69
0251	VIGILANCIA EM SAUDE	6.827.674,48	4.412.559,99
TOTAL		**3.948.702.875,47**	**4.369.874.780,36**

FONTE: Balanço Patrimonial - Geral do Estado – Anexo 14 – Quadro Anexo, Vol. I, fl. 39 e 40.

O quadro 35 demonstra o Balanço Patrimonial Geral do Estado relativo ao exercício de 2018. Nele constata-se que o Ativo Circulante está composto de 62,97% e o Ativo Não Circulante de 37,03%.

O subgrupo do Ativo Circulante mais expressivo foi o dos Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo com 37,01% e no Ativo Não Circulante o mais representativo foi o Imobilizado com 30,49%.

Os Passivos foram compostos de 37,27% de Circulante e 62,73% de Não Circulante. Neste último, os Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo atingiram 40,63%.

O Patrimônio Líquido que em 2017 passou com saldo de R$ 5.566.518.034,73, atingiu em 2018, um saldo de R$ 4.335.534.966,78, apresentando assim uma redução significativa, ocasionado pelo aumento expressivo das despesas referentes a constituição da provisão matemática do Regime Próprio de Previdência - RPPS, e outros, conforme Nota Explicativa as fls. 121 e 122 do Volume I.

O Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros, demonstra uma evolução negativa do saldo patrimonial de (23,40%) em comparação ao ano de 2017. O Ativo Financeiro teve uma redução de (5,92%) e o Passivo Financeiro teve um crescimento de 10,52%.

O Ativo Permanente apresentou um aumento de 53,36% e o Passivo Permanente apresentou um aumento de 78,43%, em comparação com o ano de 2017, ambos aumentos significativos.

O saldo patrimonial teve uma redução de (23,40%), passando de R$ 5,2 bilhões em 2017 para R$ 3,9 bilhões em 2018.

No Quadro do Superávit/Déficit Financeiro por fonte de recursos, mostra um saldo financeiro positivo de R$ 3.948.702.875,47 e deste montante, R$ 3.639.723.572,30, pertencem ao RPPS dos servidores públicos.

Cabe ressaltar que no exercício de 2018 devido a mudanças nas políticas contábeis, houveram alterações nos valores do Ativo e Passivo Permanente e nos Atos Potenciais Passivos - Obrigações Contratuais, do exercício de 2017, conforme nota explicativa às fls. 78 a 85.

Verifica-se no Ativo Circulante que no subgrupo Caixa e Equivalentes de Caixa, foi composto pelas seguintes contas do Balancete Geral do Estado:

Conta	Título	Valor
111000000	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.155.210.865,77
(-) 111122000	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL - INTRA OFSS	-397.433.573,01
113510800	CONTA ESPECIAL - PRECATORIOS	34.719.930,18
113819907	PASEP - COTA PARTE RECURSOS HÍDRICOS	2.174,69
113819908	REGULARIZAÇOES	12.287,37
Total		**792.511.685,00**

Verifica-se que foram consideradas como Equivalentes de Caixa as contas contábeis 113510800, 113819907 e 113819908, conforme nota explicativa às fls. 128, 129 e 132.

3.2.2 Balanços Patrimoniais por Gestão (Administração)

A composição Patrimonial totalizada por Órgãos e Entidades do Estado, no exercício de 2018, levando-se em consideração a situação patrimonial por "Gestão", está evidenciada nos Quadros a seguir:

QUADRO 36 – Balanço Patrimonial – "Administração Direta" – 2017 e 2018

BALANÇO PATRIMONIAL				
TÍTULO	**2018**	**% PART**	**2017**	**% PART**
ATIVO	**5.689.225.233,07**	**100,00**	**4.214.825.323,02**	**100,00**
ATIVO CIRCULANTE	**3.158.093.649,49**	**55,51**	**1.709.462.846,19**	**40,56**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	474.493.302,23	8,34	549.657.927,80	13,04
CREDITOS A CURTO PRAZO	2.492.870.190,96	43,82	1.120.892.165,98	26,59
ESTOQUES	189.914.905,44	3,34	38.410.497,75	0,91
VPD PAGA ANTECIPADAMENTE	815.250,86	0,01	502.254,66	0,01
ATIVO NAO CIRCULANTE	**2.531.131.583,58**	**44,49**	**2.505.362.476,83**	**59,44**
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	-38.017.367,26	-0,67	44.934.936,47	1,07
INVESTIMENTOS	265.802.208,83	4,67	251.738.686,29	5,97
IMOBILIZADO	2.303.346.742,01	40,49	2.208.688.854,07	52,40
PASSIVO	**7.609.686.865,03**	**100,00**	**4.894.698.288,07**	**100,00**
PASSIVO CIRCULANTE	**4.340.610.377,01**	**57,04**	**1.467.519.517,29**	**29,98**
OBRIGACOES TRAB. PREV. E ASSIST. A PAGAR A CP	1.286.271.311,51	16,90	359.965.371,91	7,35
EMPRESTIMOS E FINANCIMENTOS A CURTO PRAZO	96.239.967,21	1,26	7.455.825,75	0,15
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CP	234.303.870,38	3,08	115.536.594,85	2,36
OBRIGACOES FISCAIS A CURTO PRAZO	242.372,03	0,00	39.830,90	0,00
OBRIGACOES DE REPARTICOES A OUTROS ENTES	6.713.416,95	0,09	5.606.603,51	0,11
DEMAIS OBRIGACOES A CURTO PRAZO	2.716.839.438,93	35,70	978.915.290,37	20,00
PASSIVO NAO CIRCULANTE	**3.269.076.488,02**	**42,96**	**3.427.178.770,78**	**70,02**
OBRIGACOES TRAB. PREV. E ASSIST. A PAGAR A LP	98.720.878,32	1,30	114.738.833,67	2,34
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	2.477.040.513,83	32,55	2.474.275.841,39	50,55
FORNECEDORES A LONGO PRAZO	192.321.533,57	2,53	175.992.157,04	3,60
OBRIGACOES FISCAIS A LONGO PRAZO	23.741.555,38	0,31	23.068.384,56	0,47
DEMAIS OBRIGACOES A LONGO PRAZO	477.252.006,92	6,27	639.103.554,12	13,06
PATRIMONIO LIQUIDO	**-1.920.461.631,96**	**-33,76**	**-679.872.965,05**	**-16,13**
RESULTADOS ACUMULADOS	-1.920.461.631,96	-33,76	-679.872.965,05	-16,13
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMONIO LIQUIDO	**5.689.225.233,07**	**100,00**	**4.214.825.323,02**	**100,00**

FONTE: Balanço Patrimonial – Anexo 14, Vol. V, fl. 1449 e 1450.

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS			
TÍTULO	**2018**	**2017**	**% EVOL**
ATIVO	**5.689.225.233,07**	**4.214.825.323,02**	**34,98**
ATIVO FINANCEIRO	647.149.590,48	705.486.637,83	-8,27
ATIVO PERMANENTE	5.042.075.642,59	3.509.338.685,19	43,68
PASSIVO	**7.814.160.034,92**	**5.109.164.957,47**	**52,94**
PASSIVO FINANCEIRO	868.223.895,27	797.618.481,68	8,85
PASSIVO PERMANENTE	6.945.936.139,65	4.311.546.475,79	61,10
SALDO PATRIMONIAL	**-2.124.934.801,85**	**-894.339.634,45**	**137,60**

FONTE: Balanço Patrimonial – Administração Direta – Anexo 14 – Quadro Anexo, Vol. V, fl. 1451.

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO		
TÍTULO	**2018**	**2017**
DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGENERES	381.370.739,34	95.370.331,90
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	**381.370.739,34**	**95.370.331,90**
OBRIGACOES CONVENIADAS	311.211.378,50	283.072.954,09
OBRIGACOES CONTRATUAIS	2.081.577.287,10	1.794.378.314,51
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	**2.392.788.665,60**	**2.077.451.268,60**

FONTE: Balanço Patrimonial – Administração Direta – Anexo 14 – Quadro Anexo, Vol. V, fl. 1452.

QUADRO DO SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO			
FONTES DE RECURSOS		**2018**	**2017**
100	RECURSOS ORDINARIOS	9.807.751,31	-1.701.072,88
101	REC. TESOURO-MANUT.DO DESENV. DO ENSINO-MDE	-54.905.630,11	-103.595.762,94
102	REC. DO TESOURO-ACOES DE SEV PUB. DE SAUDE	50.187,14	217.425,07
103	CONTRAPARTIDA	1.314.315,20	608.295,55
104	RECURSOS DO TESOURO	-72.728.312,24	-58.085.115,99
210	COTA-PARTE INST.NAC.DESENV.DO DESPORTO-INDESP	1.857.193,44	2.766.851,40
211	CONTRIBUICOES DO FUNDO NAC. DESENVOLV. EDUCACAO	32.168.486,16	26.314.844,70
214	FUNDO MANUT.DESENV.EDU.BAS.VAL.PROFIS-FUNDEB	-26.133.367,94	-25.884.314,83
216	COTA-PARTE DO SALÁRIO-EDUCACAO	3.719,93	537.491,87
217	COTA-PARTE COMP. FINANCEIRA DE REC. HIDRICOS	2.215.061,45	2.667.703,10
219	OPERACOES DE CREDITO INTERNAS - EM MOEDA	83.186.079,96	86.312.051,96
220	OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS - EM MOEDA	-12.908.605,80	2.004.680,92
223	RECURSOS DE CONVENIO COM A INICIATIVA PRIVADA	637.604,24	562.494,56
224	CONT. DE INTERVENCAO NO DOMINIO ECONOMICO	0,00	-1,38
225	RECURSOS DE CONVENIOS COM ORGAOS FEDERAIS	141.440.563,05	144.160.357,75
226	ALIENACAO DE BENS	2.981.546,66	11.807.941,37
227	COTA PARTE DO CONVENIO DETRAN/SEJUSP/POL.MILITAR	1.942.701,81	1.274.134,46
228	OPERACOES FINANCEIRAS NAO REEMBOLSAVEIS-INTERNAS	8.000.952,35	8.782.221,34
235	COTA-PARTE DE COMPENSACOES FINANCEIRAS	2.542.827,32	401.671,95
236	DOACAO	99.260,75	88.032,04
238	ICMS - FECOEP	-95.249.567,79	-53.697.557,75
240	RECURSOS PROPRIOS	-247.818.308,81	-138.095.509,64
242	ASSISTENCIA MEDICA	0,00	56,39
248	GESTAO DO SUS	421.237,13	421.237,13
TOTAL		**-221.074.304,79**	**-92.131.843,85**

FONTE: Balanço Patrimonial – Administração Direta – Anexo 14 – Quadro Anexo, Vol. V, fl. 1453.

O quadro 26 evidencia, no exercício, um déficit financeiro da Administração Direta, no montante de (R$ 221.074.304,79), por fonte de recursos. Nele podemos observar fontes deficitárias tais como: 0101 Recursos do Tesouro - Manutenção do Desenvolvimento do Ensino, 0104 Recursos do Tesouro – Emendas Parlamentares, 0214 Fundo de Manutenção da Educação Básica – FUNDEB, 0220 Operações de Credito Externas - Em Moeda, 0238 ICMS – FECOEP e 0240 Recursos Próprios, mostrando-se necessário melhorar o planejamento e o controle do gasto público.

O Quadro do Balanço Patrimonial acima evidencia a situação Patrimonial da Administração Direta Estadual, cujas contas, em 2018, estão assim compostas:

I – Ativo:

a) Ativo Circulante: 55,51%;

b) Ativo Não Circulante: 44,49%;

II – Passivo:

a) Passivo Circulante: 57,04%;

b) Passivo Não Circulante: 42,96%;

c) Patrimônio Líquido: (33,76%).

Cabe ressaltar que no exercício de 2018 devido a mudanças nas políticas contábeis, houveram alterações nos valores do Caixa e Equivalentes de Caixa, Créditos a Curto Prazo e nos Atos Potenciais Passivos - Obrigações Contratuais, do exercício de 2017, conforme nota explicativa às fls. 78 a 85.

QUADRO 37 – Balanço Patrimonial – "Autarquias" – 2017 e 2018

BALANÇO PATRIMONIAL				
TÍTULO	**2018**	**% PART**	**2017**	**% PART**
ATIVO	**1.465.306.096,63**	**100,00**	**1.197.918.479,11**	**100,00**
ATIVO CIRCULANTE	**374.910.881,97**	**25,59**	**193.538.528,45**	**16,16**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	184.294.844,42	12,58	130.270.112,63	10,87
CREDITOS A CURTO PRAZO	176.934.795,13	12,07	49.004.620,86	4,09
ESTOQUES	13.666.713,65	0,93	14.205.825,32	1,19
VPD PAGA ANTECIPADAMENTE	14.528,77	0,00	57.969,64	0,00
ATIVO NAO CIRCULANTE	**1.090.395.214,66**	**74,41**	**1.004.379.950,66**	**83,84**
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	51.166,90	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	19.198,06	0,00	19.198,06	0,00
IMOBILIZADO	848.332.678,24	57,89	762.368.581,14	63,64
INTANGIVEL	241.992.171,46	16,51	241.992.171,46	20,20

BALANÇO PATRIMONIAL				
TÍTULO	**2018**	**% PART**	**2017**	**% PART**
PASSIVO	**294.390.358,52**	**100,00**	**203.033.015,31**	**100,00**
PASSIVO CIRCULANTE	**287.086.016,85**	**97,52**	**185.272.220,53**	**91,25**
OBRIGACOES TRAB. PREV. E ASSIST. A PAGAR A CP	169.373.476,65	57,53	64.828.817,46	31,93
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CP	34.616.679,59	11,76	18.692.856,36	9,21
OBRIGACOES FISCAIS A CURTO PRAZO	15.420,51	0,01	19.974,51	0,01
DEMAIS OBRIGACOES A CURTO PRAZO	83.080.440,10	28,22	101.730.572,20	50,11

BALANÇO PATRIMONIAL				
TÍTULO	**2018**	**% PART**	**2017**	**% PART**
PASSIVO NAO CIRCULANTE	**7.304.341,67**	**2,48**	**17.760.794,78**	**8,75**
OBRIGACOES TRAB. PREV. E ASSIST. A PAGAR A LP	0,00	0,00	233.616,69	0,12
DEMAIS OBRIGACOES A LONGO PRAZO	7.304.341,67	2,48	17.527.178,09	8,63
PATRIMONIO LIQUIDO	**1.170.915.738,11**	**79,91**	**994.885.463,80**	**83,05**
RESULTADOS ACUMULADOS	1.170.915.738,11	79,91	994.885.463,80	83,05
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMONIO LIQUIDO	**1.465.306.096,63**	**100,00**	**1.197.918.479,11**	**100,00**

FONTE: Balanço Patrimonial – Anexo 14, Vol. VI, fl. 1828 e 1829.

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS			
TÍTULO	**2018**	**2017**	**% EVOL**
ATIVO	**1.465.306.096,63**	**1.197.918.479,11**	**22,32**
ATIVO FINANCEIRO	185.218.971,61	130.900.646,03	41,50
ATIVO PERMANENTE	1.280.087.125,02	1.067.017.833,08	19,97
PASSIVO	**347.937.637,72**	**245.929.511,01**	**41,48**
PASSIVO FINANCEIRO	87.671.090,67	62.279.767,97	40,77
PASSIVO PERMANENTE	260.266.547,05	183.649.743,04	41,72
SALDO PATRIMONIAL	**1.117.368.458,91**	**951.988.968,10**	**17,37**

FONTE: Balanço Patrimonial – Anexo 14 – Quadro Anexo, Vol. VI, fl. 1830.

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO		
TÍTULO	**2018**	**2017**
DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGENERES	67.735.800,65	46.282.690,50
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	**67.735.800,65**	**46.282.690,50**
OBRIGACOES CONVENIADAS	50.000,00	1.797.700,00
OBRIGACOES CONTRATUAIS	276.984.641,66	350.350.403,48
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	**277.034.641,66**	**352.148.103,48**

FONTE: Balanço Patrimonial – Anexo 14 – Quadro Anexo, Vol. VI, fl. 1831.

QUADRO DO SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO			
FONTES DE RECURSOS		**2018**	**2017**
100	RECURSOS ORDINARIOS	-15.874.042,09	-10.652.578,92
101	REC. TESOURO-MANUT.DO DESENV. DO ENSINO-MDE	-1.118.101,78	-899.658,81
103	CONTRAPARTIDA	972.668,27	1.078.919,68
104	RECURSOS DO TESOURO	-11.021.056,23	-7.158.001,95
217	COTA-PARTE COMP. FINANCEIRA DE REC. HIDRICOS	-2.470.825,04	-1.254.181,17

QUADRO DO SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO			
FONTES DE RECURSOS		2018	2017
219	OPERACOES DE CREDITO INTERNAS - EM MOEDA	-7.221,08	-1.603.936,58
220	OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS - EM MOEDA	-5.180.042,38	-7.799.901,55
221	OPERACAO DE CREDITO VINCULADA-PIRMC	0,00	-2.828.916,52
223	RECURSOS DE CONVENIO COM A INICIATIVA PRIVADA	6.096.044,00	5.960.371,30
224	CONT. DE INTERVENCAO NO DOMINIO ECONOMICO	21.631.143,13	34.601.359,28
225	RECURSOS DE CONVENIOS COM ORGAOS FEDERAIS	6.932.907,49	1.686.794,32
226	ALIENACAO DE BENS	4.128.566,12	3.301.360,85
240	RECURSOS PROPRIOS	93.457.840,53	54.189.248,13
TOTAL		**97.547.880,94**	**68.620.878,06**

FONTE: Balanço Patrimonial – Anexo 14 – Quadro Anexo, Vol. VI, fl. 1832.

A composição da situação patrimonial das Autarquias, Quadro 37, evidencia a aplicação de recursos, assim composta:

I – Ativo:

a) Ativo Circulante: 25,59%;

b) Ativo Não Circulante: 74,41%;

II – Passivo:

a) Passivo Circulante: 97,52%;

b) Passivo Não Circulante: 2,48%;

c) Patrimônio Líquido: 79,91%.

Cabe ressaltar que no exercício de 2018 devido a mudanças nas políticas contábeis, houveram alterações nos valores do Caixa e Equivalentes de Caixa, Créditos a Curto Prazo e nos Atos Potenciais Passivos - Obrigações Contratuais, do exercício de 2017, conforme nota explicativa às fls. 78 a 85.

QUADRO 38 – Balanço Patrimonial – "Fundações" – 2017 e 2018

BALANÇO PATRIMONIAL				
TÍTULO	2018	% PART	2017	% PART
ATIVO	**4.127.875,64**	**100,00**	**1.483.357,65**	**100,00**
ATIVO CIRCULANTE	**2.320.630,51**	**56,22**	**849.244,19**	**57,25**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.389.054,72	33,65	785.274,15	52,94
CREDITOS A CURTO PRAZO	881.311,41	21,35	3.564,75	0,24
ESTOQUES	34.423,83	0,83	43.784,74	2,95
VPD PAGA ANTECIPADAMENTE	15.840,55	0,38	16.620,55	1,12
ATIVO NAO CIRCULANTE	**1.807.245,13**	**43,78**	**634.113,46**	**42,75**
IMOBILIZADO	1.807.245,13	43,78	634.113,46	42,75

BALANÇO PATRIMONIAL				
TÍTULO	**2018**	**% PART**	**2017**	**% PART**
PASSIVO	**3.627.329,01**	**100,00**	**1.866.175,02**	**100,00**
PASSIVO CIRCULANTE	**3.627.329,01**	**100,00**	**1.866.175,02**	**100,00**
OBRIGACOES TRAB. PREV. E ASSIST. A PAGAR A CP	1.182.417,24	32,60	818.524,27	43,86
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CP	1.279.368,09	35,27	183.431,62	9,83
DEMAIS OBRIGACOES A CURTO PRAZO	1.165.543,68	32,13	864.219,13	46,31
PATRIMONIO LIQUIDO	**500.546,63**	**12,13**	**-382.817,37**	**-25,81**
RESULTADOS ACUMULADOS	500.546,63	12,13	-382.817,37	-25,81
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMONIO LIQUIDO	**4.127.875,64**	**100,00**	**1.483.357,65**	**100,00**

FONTE: Balanço Patrimonial – Anexo 14, Vol. VI, fl. 2037 e 2038.

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS			
TÍTULO	**2018**	**2017**	**% EVOL**
ATIVO	**4.127.875,64**	**1.483.357,65**	**178,28**
ATIVO FINANCEIRO	1.389.054,72	785.274,15	76,89
ATIVO PERMANENTE	2.738.820,92	698.083,50	292,33
PASSIVO	**4.056.038,65**	**1.935.233,44**	**109,59**
PASSIVO FINANCEIRO	2.817.441,45	938.463,30	200,22
PASSIVO PERMANENTE	1.238.597,20	996.770,14	24,26
SALDO PATRIMONIAL	**71.836,99**	**-451.875,79**	**-115,90**

FONTE: Balanço Patrimonial – Anexo 14 – Quadro Anexo, Vol. VI, fl. 2039.

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO		
TÍTULO	**2018**	**2017**
DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGENERES	457.894,76	157.894,76
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	**457.894,76**	**157.894,76**
OBRIGACOES CONTRATUAIS	1.320.985,71	3.353.068,80
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	**1.320.985,71**	**3.353.068,80**

FONTE: Balanço Patrimonial – Anexo 14 – Quadro Anexo, Vol. VI, fl. 2040.

QUADRO DO SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO			
FONTES DE RECURSOS		**2018**	**2017**
100	RECURSOS ORDINARIOS	-2.329.797,85	-726.632,33
103	CONTRAPARTIDA	120.395,91	14.558,50
217	COTA-PARTE COMP. FINANCEIRA DE REC. HIDRICOS	-41.422,06	-42.308,04
223	RECURSOS DE CONVENIO COM A INICIATIVA PRIVADA	10.487,19	10.254,17
225	RECURSOS DE CONVENIOS COM ORGAOS FEDERAIS	345.332,70	77.253,91
240	RECURSOS PROPRIOS	466.617,38	513.684,64
TOTAL		**-1.428.386,73**	**-153.189,15**

FONTE: Balanço Patrimonial – Anexo 14 – Quadro Anexo, Vol. VI, fl. 2041.

Este demonstrativo evidencia a composição da situação patrimonial das Fundações, cuja aplicação de recursos está assim distribuída:

I – Ativo:

a) Ativo Circulante: 56,22%;

b) Ativo Não Circulante: 43,78%;

II – Passivo:

a) Passivo Circulante: 100,00%;

b) Patrimônio Líquido: 12,13%.

Cabe ressaltar que no exercício de 2018 devido a mudanças nas políticas contábeis, houveram alterações nos valores do Caixa e Equivalentes de Caixa, Créditos a Curto Prazo e nos Atos Potenciais Passivos - Obrigações Contratuais, do exercício de 2017, conforme nota explicativa às fls. 78 a 85.

QUADRO 39 – Balanço Patrimonial – "Fundos" – 2017 e 2018

BALANÇO PATRIMONIAL				
TÍTULO	**2018**	**% PART**	**2017**	**% PART**
ATIVO	**6.849.725.520,20**	**100,00**	**5.791.367.590,30**	**100,00**
ATIVO CIRCULANTE	**6.186.313.777,01**	**90,31**	**5.070.907.271,16**	**87,56**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	529.768.056,64	7,73	488.753.255,63	8,44
CREDITOS A CURTO PRAZO	1.794.989.431,34	26,21	523.387.750,08	9,04
INVESTIMENTOS E APLICACOES TEMPORARIAS A CP	3.860.887.392,71	56,37	4.020.165.776,59	69,42
ESTOQUES	513.279,83	0,01	38.222.230,57	0,66
VPD PAGA ANTECIPADAMENTE	155.616,49	0,00	378.258,29	0,01
ATIVO NAO CIRCULANTE	**663.411.743,19**	**9,69**	**720.460.319,14**	**12,44**
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	636.641.905,58	9,29	693.977.725,88	11,98
IMOBILIZADO	26.769.837,61	0,39	26.482.593,26	0,46
PASSIVO	**1.765.145.206,20**	**100,00**	**539.479.236,95**	**100,00**
PASSIVO CIRCULANTE	**793.547.929,49**	**44,96**	**397.670.162,26**	**73,71**
OBRIGACOES TRAB. PREV. E ASSIST. A PAGAR A CP	503.859.989,30	28,54	100.374.321,85	18,61
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CP	165.655.243,65	9,38	173.376.194,74	32,14
OBRIGACOES FISCAIS A CURTO PRAZO	32.755,07	0,00	0,00	0,00
DEMAIS OBRIGACOES A CURTO PRAZO	123.999.941,47	7,02	123.919.645,67	22,97
PASSIVO NAO CIRCULANTE	**971.597.276,71**	**55,04**	**141.809.074,69**	**26,29**
PROVISOES A LONGO PRAZO	970.782.383,57	55,00	140.756.226,47	26,09
DEMAIS OBRIGACOES A LONGO PRAZO	814.893,14	0,05	1.052.848,22	0,20
PATRIMONIO LIQUIDO	**5.084.580.314,00**	**74,23**	**5.251.888.353,35**	**90,68**
RESULTADOS ACUMULADOS	5.084.580.314,00	74,23	5.251.888.353,35	90,68
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMONIO LIQUIDO	**6.849.725.520,20**	**100,00**	**5.791.367.590,30**	**100,00**

FONTE: Balanço Patrimonial – Anexo 14, Vol. VII, fl. 2151 e 2152.

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS			
TÍTULO	**2018**	**2017**	**% EVOL**
ATIVO	**6.849.725.520,20**	**5.791.370.357,98**	**18,27**
ATIVO FINANCEIRO	4.208.392.666,13	4.522.057.620,69	-6,94
ATIVO PERMANENTE	2.641.332.854,07	1.269.312.737,29	108,09
PASSIVO	**1.844.533.395,17**	**629.948.299,91**	**192,81**
PASSIVO FINANCEIRO	134.734.980,08	128.518.685,39	4,84
PASSIVO PERMANENTE	1.709.798.415,09	501.429.614,52	240,98
SALDO PATRIMONIAL	**5.005.192.125,03**	**5.161.422.058,07**	**-3,03**

FONTE: Balanço Patrimonial – Anexo 14 – Quadro Anexo, Vol. VII, fl. 2153.

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO		
TÍTULO	**2018**	**2017**
DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGENERES	22.766.823,42	27.493.117,62
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	**22.766.823,42**	**27.493.117,62**
OBRIGACOES CONVENIADAS	13.232.493,76	11.106.540,86
OBRIGACOES CONTRATUAIS	2.416.556.943,43	2.199.113.863,34
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	**2.429.789.437,19**	**2.210.220.404,20**

FONTE: Balanço Patrimonial – Anexo 14 – Quadro Anexo, Vol. VII, fl. 2154.

QUADRO DO SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO			
FONTES DE RECURSOS		**2018**	**2017**
100	RECURSOS ORDINARIOS	-661.018,54	-561.978,38
102	REC. DO TESOURO-ACOES DE SEV PUB. DE SAUDE	1.449.892,33	-13.840.473,79
103	CONTRAPARTIDA	699.721,08	713.457,43
104	RECURSOS DO TESOURO	-11.758.248,36	-6.520.800,00
217	COTA-PARTE COMP. FINANCEIRA DE REC. HIDRICOS	825.454,54	2.121.121,74
220	OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS - EM MOEDA	-1.863.960,01	-2508381,16
223	RECURSOS DE CONVENIO COM A INICIATIVA PRIVADA	1.701.279,95	1.694.762,60
225	RECURSOS DE CONVENIOS COM ORGAOS FEDERAIS	56.993.255,98	58.812.605,76
226	ALIENACAO DE BENS	3.146.455,18	3.361.249,79
228	OPERACOES FINANCEIRAS NAO REEMBOLSAVEIS-INTERNAS	3.433.190,01	3.713.735,74
229	OPERACOES FINACEIRAS NAO REEMBOLSAVEIS- EXTERNAS	6.777,32	6.626,73
235	COTA-PARTE DE COMPENSACOES FINANCEIRAS	32.888,33	36.031,65
236	DOACAO	374.265,77	367.058,04
237	TRANSFERENCIA DE RECURSOS DO FNAS	1.740.091,31	2.535.478,26
238	ICMS - FECOEP	94.570.635,95	56.535.257,69
239	FUNDO PENITENCIARIO	22.282.011,90	43868152,67
240	RECURSOS PROPRIOS	167.019.685,56	109.753.600,61
241	RECURSOS PREVIDENCIARIOS	3.639.723.572,30	4.068.064.240,96
242	ASSISTENCIA MEDICA	1.706.686,55	-55.386.321,33
246	ASSISTENCIA FARMACEUTICA	1.540.488,72	1.001.379,88
247	ATENCAO BASICA	868.337,72	643.217,22
248	GESTAO DO SUS	5.453.118,87	5.743.064,77
249	INVESTIMENTOS	28.958.606,50	28.887.919,74
250	MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBUL. E HOSPITALAR	48.586.822,61	80.085.368,69
251	VIGILANCIA EM SAUDE	6.827.674,48	4.412.559,99
TOTAL		**4.073.657.686,05**	**4.393.538.935,30**

FONTE: Balanço Patrimonial – Anexo 14 – Quadro Anexo, Vol. VII, fl. 2155.

O Quadro 39 mostra a composição da situação Patrimonial consolidada dos Fundos Estaduais, cuja aplicação de recursos está assim distribuída:

I – Ativo:

a) Ativo Circulante: 90,31%;

b) Ativo Não Circulante: 9,69%;

II – Passivo:

a) Passivo Circulante: 44,96%;

b) Passivo Não Circulante: 55,04%;

c) Patrimônio Líquido: 74,23%.

Cabe ressaltar que no exercício de 2018 devido a mudanças nas políticas contábeis, houveram alterações nos valores do Caixa e Equivalentes de Caixa, Créditos a Curto Prazo, Ativo e Passivo Permanente e nos Atos Potenciais Passivos - Obrigações Contratuais, do exercício de 2017, conforme nota explicativa às fls. 78 a 85.

3.2.3 Balanços Patrimoniais - por Poder

A composição Patrimonial totalizada por Órgãos e Entidades do Estado, no exercício de 2018, levando-se em consideração a situação patrimonial dos "Poderes", está evidenciada nos Quadros a seguir:

QUADRO 40 – Balanço Patrimonial – "Poder Executivo" – 2017 e 2018

BALANÇO PATRIMONIAL				
TÍTULO	**2018**	**% PART**	**2017**	**% PART**
ATIVO	**13.630.468.618,81**	**100,00**	**10.830.381.730,13**	**100,00**
ATIVO CIRCULANTE	**9.629.703.542,27**	**70,65**	**6.869.573.008,24**	**63,43**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.157.724.456,29	8,49	1.143.633.584,06	10,56
CREDITOS A CURTO PRAZO	4.411.828.516,94	32,37	1.619.289.307,50	14,95
INVESTIMENTOS E APLICACOES TEMPORARIAS A CP	3.860.887.392,71	28,33	4.020.165.776,59	37,12
ESTOQUES	198.415.713,23	1,46	85.837.365,85	0,79
VPD PAGA ANTECIPADAMENTE	847.463,10	0,01	646.974,24	0,01
ATIVO NAO CIRCULANTE	**4.000.765.076,54**	**29,35**	**3.960.808.721,89**	**36,57**
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	589.472.294,63	4,32	738.912.662,35	6,82
INVESTIMENTOS	265.794.340,29	1,95	251.730.817,75	2,32
IMOBILIZADO	2.903.506.270,16	21,30	2.728.173.070,33	25,19
INTANGIVEL	241.992.171,46	1,78	241.992.171,46	2,23

BALANÇO PATRIMONIAL				
TÍTULO	2018	% PART	2017	% PART
PASSIVO	**9.641.499.044,68**	**100,00**	**5.589.678.500,62**	**100,00**
PASSIVO CIRCULANTE	**5.395.170.938,88**	**55,96**	**2.005.247.194,54**	**35,87**
OBRIGACOES TRAB. PREV. E ASSIST. A PAGAR A CP	1.956.736.597,09	20,29	507.924.235,62	9,09
EMPRESTIMOS E FINANCIMENTOS A CURTO PRAZO	96.239.967,21	1,00	7.455.825,75	0,13
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CP	434.679.414,81	4,51	306.301.301,18	5,48
OBRIGACOES FISCAIS A CURTO PRAZO	290.547,61	0,00	59.805,41	0,00
OBRIGACOES DE REPARTICOES A OUTROS ENTES	6.713.416,95	0,07	5.606.603,51	0,10
DEMAIS OBRIGACOES A CURTO PRAZO	2.900.510.995,21	30,08	1.177.899.423,07	21,07
PASSIVO NAO CIRCULANTE	**4.246.328.105,80**	**44,04**	**3.584.431.306,08**	**64,13**
OBRIGACOES TRAB. PREV. E ASSIST. A PAGAR A LP	98.720.878,32	1,02	114.855.116,99	2,05
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	2.477.040.513,83	25,69	2.474.275.841,39	44,27
FORNECEDORES A LONGO PRAZO	192.321.533,57	1,99	175.992.157,04	3,15
OBRIGACOES FISCAIS A LONGO PRAZO	23.741.555,38	0,25	23.068.384,56	0,41
PROVISOES A LONGO PRAZO	970.782.383,57	10,07	140.756.226,47	2,52
DEMAIS OBRIGACOES A LONGO PRAZO	483.721.241,13	5,02	655.483.579,63	11,73
PATRIMONIO LIQUIDO	**3.988.969.574,13**	**29,27**	**5.240.703.229,51**	**48,39**
RESULTADOS ACUMULADOS	3.988.969.574,13	29,27	5.240.703.229,51	48,39
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMONIO LIQUIDO	**13.630.468.618,81**	**100,00**	**10.830.381.730,13**	**100,00**

FONTE: Balanço Patrimonial – Poder Executivo – Anexo 14, Vol. I, fl. 41 e 42.

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS			
TÍTULO	2018	2017	% EVOL
ATIVO	**13.630.468.618,81**	**10.830.384.497,81**	**25,85**
ATIVO FINANCEIRO	4.986.798.369,41	5.310.231.921,33	-6,09
ATIVO PERMANENTE	8.643.670.249,40	5.520.152.576,48	56,58
PASSIVO	**9.954.370.448,62**	**5.912.472.283,06**	**68,36**
PASSIVO FINANCEIRO	1.040.320.320,19	918.536.925,56	13,26
PASSIVO PERMANENTE	8.914.050.128,43	4.993.935.357,50	78,50
SALDO PATRIMONIAL	**3.676.098.170,19**	**4.917.912.214,75**	**-25,25**

FONTE: Balanço Patrimonial – Poder Executivo – Anexo 14 – Quadro Anexo, Vol. I, fl. 43.

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO		
TÍTULO	2018	2017
DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGENERES	472.331.258,17	169.304.034,78
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	**472.331.258,17**	**169.304.034,78**
OBRIGACOES CONVENIADAS	323.241.346,65	295.977.194,95
OBRIGACOES CONTRATUAIS	4.623.915.870,27	4.154.292.448,35
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	**4.947.157.216,92**	**4.450.269.643,30**

FONTE: Balanço Patrimonial – Poder Executivo – Anexo 14 – Quadro Anexo, Vol. I, fl. 44.

QUADRO DO SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO			
FONTES DE RECURSOS		2018	2017
100	RECURSOS ORDINARIOS	-6.250.508,45	14.487.871,03
101	REC. TESOURO-MANUT.DO DESENV. DO ENSINO-MDE	-56.023.731,89	-104.495.421,75
102	REC. DO TESOURO-ACOES DE SEV PUB. DE SAUDE	1.500.079,47	-13.623.048,72
103	CONTRAPARTIDA	3.107.100,46	2.412.231,16
104	RECURSOS DO TESOURO	-95.509.116,83	-71.765.417,94
210	COTA-PARTE INST.NAC.DESENV.DO DESPORTO-INDESP	1.857.193,44	2.766.851,40
211	CONTRIBUICOES DO FUNDO NAC. DESENVOLV. EDUCACAO	32.168.486,16	26.314.844,70
214	FUNDO MANUT.DESENV.EDU.BAS.VAL.PROFIS-FUNDEB	-26.133.367,94	-25.884.314,83
216	COTA-PARTE DO SALÁRIO-EDUCACAO	3.719,93	537.491,87
217	COTA-PARTE COMP. FINANCEIRA DE REC. HIDRICOS	528.268,89	3.492.335,63
219	OPERACOES DE CREDITO INTERNAS - EM MOEDA	83.178.858,88	84.812.786,60
220	OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS - EM MOEDA	-19.952.608,19	-8.303.601,79
221	OPERACAO DE CREDITO VINCULADA-PIRMC	0,00	-2.828.916,52
223	RECURSOS DE CONVENIO COM A INICIATIVA PRIVADA	8.445.415,38	8.227.882,63
224	CONT. DE INTERVENCAO NO DOMINIO ECONOMICO	21.631.143,13	34.601.357,90
225	RECURSOS DE CONVENIOS COM ORGAOS FEDERAIS	205.712.059,22	204.592.033,26
226	ALIENACAO DE BENS	10.082.536,94	18.270.527,69
227	COTA PARTE DO CONVENIO DETRAN/SEJUSP/POL.MIL.	1.942.701,81	1.274.134,46
228	OPERACOES FINANCEIRAS NAO REEMBOLSAVEIS-INTERNAS	11.434.142,36	12.495.957,08
229	OPERACOES FINACEIRAS NAO REEMBOLSAVEIS- EXTERNAS	6.777,32	6.626,73
235	COTA-PARTE DE COMPENSACOES FINANCEIRAS	2.575.715,65	437.703,60
236	DOACAO	439.743,40	422.317,30
237	TRANSFERENCIA DE RECURSOS DO FNAS	1.740.091,31	2.535.478,26
238	ICMS - FECOEP	-678.931,84	2.837.699,94
239	FUNDO PENITENCIARIO	22.282.011,90	43.868.152,67
240	RECURSOS PROPRIOS	8.303.723,83	20.328.709,97
241	RECURSOS PREVIDENCIARIOS	3.639.723.572,30	4.068.064.240,96
242	ASSISTENCIA MEDICA	1.706.686,55	-55.386.264,94
246	ASSISTENCIA FARMACEUTICA	1.540.488,72	1.001.379,88
247	ATENCAO BASICA	868.337,72	643.217,22
248	GESTAO DO SUS	5.874.356,00	6.164.301,90
249	INVESTIMENTOS	28.958.606,50	28.887.919,74
250	MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBUL. E HOSPITALAR	48.586.822,61	80.085.368,69
251	VIGILANCIA EM SAUDE	6.827.674,48	4.412.559,99
TOTAL		**3.946.478.049,22**	**4.391.694.995,77**

FONTE: Balanço Patrimonial – Poder Executivo – Anexo 14 – Quadro Anexo, Vol. I, fl. 45.

A situação patrimonial do Poder Executivo, em 2018, está assim composta:

I – Ativo:

a) Ativo Circulante: 70,65%;

b) Ativo Não Circulante: 29,35%;

II – Passivo:

a) Passivo Circulante: 55,96%;

b) Passivo Não Circulante: 44,04%;

c) Patrimônio Líquido: 29,27%.

O Patrimônio Líquido que em 2017 passou com saldo de R$ 5.240.703.229,51, atingiu em 2018, um saldo de R$ 3.988.969.574,13, apresentando assim uma redução significativa, ocasionada pelo aumento expressivo das despesas referentes a constituição da provisão matemática do Regime Próprio de Previdência - RPPS, e outros fatos, conforme Nota Explicativa as fls. 121 e 122 do Volume I.

Cabe ressaltar que no exercício de 2018 devido a mudanças nas políticas contábeis, houveram alterações nos valores do Caixa e Equivalentes de Caixa, Créditos a Curto Prazo, Ativo e Passivo Permanente e nos Atos Potenciais Passivos - Obrigações Contratuais, do exercício de 2017, conforme nota explicativa às fls. 78 a 85.

QUADRO 41 – Balanço Patrimonial – "Poder Legislativo" – 2017 e 2018

BALANÇO PATRIMONIAL				
TÍTULO	**2018**	**% PART**	**2017**	**% PART**
ATIVO	**105.046.675,06**	**100,00**	**97.305.577,36**	**100,00**
ATIVO CIRCULANTE	**21.609.109,36**	**20,57**	**24.433.173,46**	**25,11**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	7.478.991,73	7,12	9.901.643,44	10,18
CREDITOS A CURTO PRAZO	13.365.326,84	12,72	13.443.433,47	13,82
ESTOQUES	743.741,42	0,71	979.005,62	1,01
VPD PAGA ANTECIPADAMENTE	21.049,37	0,02	109.090,93	0,11
ATIVO NAO CIRCULANTE	**83.437.565,70**	**79,43**	**72.872.403,90**	**74,89**
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	7.991.363,67	7,61	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	1.670,20	0,00	1.670,20	0,00
IMOBILIZADO	75.444.531,83	71,82	72.870.733,70	74,89
PASSIVO	**6.280.874,53**	**100,00**	**4.737.361,84**	**100,00**
PASSIVO CIRCULANTE	**4.630.873,93**	**73,73**	**2.537.361,04**	**53,56**
OBRIGACOES TRAB. PREV. E ASSIST. A PAGAR A CP	2.993.676,00	47,66	1.373.545,56	28,99
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CP	608.087,22	9,68	189.488,02	4,00
DEMAIS OBRIGACOES A CURTO PRAZO	1.029.110,71	16,38	974.327,46	20,57
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	**1.650.000,60**	**26,27**	**2.200.000,80**	**46,44**
DEMAIS OBRIGACOES A LONGO PRAZO	1.650.000,60	26,27	2.200.000,80	46,44
PATRIMONIO LIQUIDO	**98.765.800,53**	**94,02**	**92.568.215,52**	**95,13**
RESULTADOS ACUMULADOS	98.765.800,53	94,02	92.568.215,52	95,13
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMONIO LIQUIDO	**105.046.675,06**	**100,00**	**97.305.577,36**	**100,00**

FONTE: SIAFE-TO, Anexo 14 – Balanço Patrimonial.

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS			
TÍTULO	**2018**	**2017**	**% EVOL**
ATIVO	**105.046.675,06**	**97.305.577,36**	**7,96**
ATIVO FINANCEIRO	7.478.991,73	9.901.643,44	-24,47
ATIVO PERMANENTE	97.567.683,33	87.403.933,92	11,63

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS			
TÍTULO	**2018**	**2017**	**% EVOL**
PASSIVO	**12.222.563,44**	**12.335.590,40**	**-0,92**
PASSIVO FINANCEIRO	9.034.192,88	9.177.710,19	-1,56
PASSIVO PERMANENTE	3.188.370,56	3.157.880,21	0,97
SALDO PATRIMONIAL	**92.824.111,62**	**84.969.986,96**	**9,24**

FONTE: SIAFE-TO, Anexo 14 – Quadro Anexo – Balanço Patrimonial.

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO		
TÍTULO	**2018**	**2017**
OBRIGACOES CONTRATUAIS	41.014.569,86	31.903.994,56
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	**41.014.569,86**	**31.903.994,56**

FONTE: SIAFE-TO, Anexo 14 – Quadro Anexo – Balanço Patrimonial.

QUADRO DO SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO			
FONTES DE RECURSOS		**2018**	**2017**
100	RECURSOS ORDINARIOS	-2.225.254,47	126.531,05
219	OPERACOES DE CREDITO INTERNAS - EM MOEDA	0,00	-104.671,22
226	ALIENACAO DE BENS	21.018,68	21.018,68
236	DOACAO	33.783,12	32.772,78
240	RECURSOS PROPRIOS	615.251,52	648.281,96
TOTAL		**-1.555.201,15**	**723.933,25**

FONTE: SIAFE-TO, Anexo 14 – Quadro Anexo – Balanço Patrimonial.

O demonstrativo acima evidencia a situação Patrimonial do Poder Legislativo, cujos grupos de contas, em 2018, estão assim compostos:

I – Ativo:

a) Ativo Circulante: 20,57%;

b) Ativo Não Circulante: 79,43%;

II – Passivo:

a) Passivo Circulante: 73,73%;

b) Passivo Não Circulante: 26,27%;

c) Patrimônio Líquido: 94,02%.

Cabe ressaltar que no exercício de 2018 devido a mudanças nas políticas contábeis, houve alteração no valor dos Atos Potenciais Passivos - Obrigações Contratuais, do exercício de 2017, conforme nota explicativa às fls. 78 a 85.

QUADRO 42 – Balanço Patrimonial – "Poder Judiciário" – 2017 e 2018

BALANÇO PATRIMONIAL				
TÍTULO	**2018**	**% PART**	**2017**	**% PART**
ATIVO	**218.880.954,43**	**100,00**	**214.989.723,99**	**100,00**
ATIVO CIRCULANTE	**61.635.386,63**	**28,16**	**64.564.594,38**	**30,03**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	20.970.388,46	9,58	13.215.170,36	6,15
CREDITOS A CURTO PRAZO	36.201.696,75	16,54	47.606.009,97	22,14
ESTOQUES	4.377.323,48	2,00	3.587.303,60	1,67
VPD PAGA ANTECIPADAMENTE	85.977,94	0,04	156.110,45	0,07
ATIVO NAO CIRCULANTE	**157.245.567,80**	**71,84**	**150.425.129,61**	**69,97**
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	1.180.874,50	0,54	0,00	0,00
IMOBILIZADO	156.064.693,30	71,30	150.425.129,61	69,97
PASSIVO	**24.814.917,17**	**100,00**	**37.055.635,54**	**100,00**
PASSIVO CIRCULANTE	**24.814.917,17**	**100,00**	**36.938.302,17**	**99,68**
OBRIGACOES TRAB. PREV. E ASSIST. A PAGAR A CP	805.688,84	3,25	12.421.432,58	33,52
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CP	516.614,03	2,08	563.811,92	1,52
DEMAIS OBRIGACOES A CURTO PRAZO	23.492.614,30	94,67	23.953.057,67	64,64
PASSIVO NAO CIRCULANTE	**0,00**	**0,00**	**117.333,37**	**0,32**
OBRIGACOES TRAB. PREV. E ASSIST. A PAGAR A LP	0,00	0,00	117.333,37	0,32
PATRIMONIO LIQUIDO	**194.066.037,26**	**88,66**	**177.934.088,45**	**82,76**
RESULTADOS ACUMULADOS	194.066.037,26	88,66	177.934.088,45	82,76
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMONIO LIQUIDO	**218.880.954,43**	**100,00**	**214.989.723,99**	**100,00**

FONTE: SIAFE-TO, Anexo 14 – Balanço Patrimonial.

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS			
TÍTULO	**2018**	**2017**	**% EVOL**
ATIVO	**218.880.954,43**	**214.989.723,99**	**1,81**
ATIVO FINANCEIRO	44.101.500,27	36.380.441,58	21,22
ATIVO PERMANENTE	174.779.454,16	178.609.282,41	-2,14
PASSIVO	**40.938.020,08**	**49.740.175,51**	**-17,70**
PASSIVO FINANCEIRO	40.938.020,08	49.486.399,25	-17,27
PASSIVO PERMANENTE	0,00	253.776,26	-100,00
SALDO PATRIMONIAL	**177.942.934,35**	**165.249.548,48**	**7,68**

FONTE: SIAFE-TO, Anexo 14 – Quadro Anexo – Balanço Patrimonial.

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO		
TÍTULO	**2018**	**2017**
OBRIGACOES CONVENIADAS	1.252.525,61	0,00
OBRIGACOES CONTRATUAIS	92.155.311,60	126.209.781,78
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	**93.407.837,21**	**126.209.781,78**

FONTE: SIAFE-TO, Anexo 14 – Quadro Anexo – Balanço Patrimonial.

QUADRO DO SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO			
FONTES DE RECURSOS		2018	2017
0240	RECURSOS PROPRIOS	-976.170,83	-18.397.969,88
0100	RECURSOS ORDINARIOS	105.809,07	105.809,07
0226	ALIENACAO DE BENS	4.033.841,95	5.186.203,14
TOTAL		**3.163.480,19**	**-13.105.957,67**

FONTE: SIAFE-TO, Anexo 14 – Quadro Anexo – Balanço Patrimonial.

O demonstrativo acima evidencia a situação Patrimonial do Poder Judiciário, cujos grupos de contas, no exercício de 2018, estão assim distribuídos:

I – Ativo:

a) Ativo Circulante: 28,16%;

b) Ativo Não Circulante: 71,84%;

II – Passivo:

a) Passivo Circulante: 100,00%;

b) Patrimônio Líquido: 88,66%.

Cabe ressaltar que no exercício de 2018 devido a mudanças nas políticas contábeis, houveram alterações nos valores do Caixa e Equivalentes de Caixa, Créditos a Curto Prazo e nos Atos Potenciais Passivos - Obrigações Contratuais, do exercício de 2017, conforme nota explicativa às fls. 78 a 85.

QUADRO 43 – Balanço Patrimonial – "Ministério Público" – 2017 e 2018

BALANÇO PATRIMONIAL				
TÍTULO	2018	% PART	2017	% PART
ATIVO	**53.988.477,24**	**100,00**	**62.917.718,60**	**100,00**
ATIVO CIRCULANTE	**8.690.900,72**	**16,10**	**16.187.113,91**	**25,73**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	3.771.421,53	6,99	2.716.172,35	4,32
CREDITOS A CURTO PRAZO	4.280.188,31	7,93	12.949.350,73	20,58
ESTOQUES	592.544,62	1,10	478.663,31	0,76
VPD PAGA ANTECIPADAMENTE	46.746,26	0,09	42.927,52	0,07
ATIVO NAO CIRCULANTE	**45.297.576,52**	**83,90**	**46.730.604,69**	**74,27**
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	31.172,42	0,06	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	25.396,40	0,05	25.396,40	0,04
IMOBILIZADO	45.241.007,70	83,80	46.705.208,29	74,23

BALANÇO PATRIMONIAL				
TÍTULO	**2018**	**% PART**	**2017**	**% PART**
PASSIVO	**254.922,38**	**100,00**	**7.605.217,35**	**100,00**
PASSIVO CIRCULANTE	**254.922,38**	**100,00**	**7.605.217,35**	**100,00**
OBRIGACOES TRAB. PREV. E ASSIST. A PAGAR A CP	151.232,77	59,33	4.267.821,73	56,12
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CP	51.045,65	20,02	734.476,45	9,66
DEMAIS OBRIGACOES A CURTO PRAZO	52.643,96	20,65	2.602.919,17	34,23
PATRIMONIO LIQUIDO	**53.733.554,86**	**99,53**	**55.312.501,25**	**87,91**
RESULTADOS ACUMULADOS	53.733.554,86	99,53	55.312.501,25	87,91
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMONIO LIQUIDO	**53.988.477,24**	**100,00**	**62.917.718,60**	**100,00**

FONTE: SIAFE-TO, Anexo 14 – Balanço Patrimonial.

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS			
TÍTULO	**2018**	**2017**	**% EVOL**
ATIVO	**53.988.477,24**	**62.917.718,60**	**-14,19**
ATIVO FINANCEIRO	3.771.421,53	2.716.172,35	38,85
ATIVO PERMANENTE	50.217.055,71	60.201.546,25	-16,59
PASSIVO	**3.156.074,32**	**12.429.952,86**	**-74,61**
PASSIVO FINANCEIRO	3.154.874,32	12.154.363,34	-74,04
PASSIVO PERMANENTE	1.200,00	275.589,52	-99,56
SALDO PATRIMONIAL	**50.832.402,92**	**50.487.765,74**	**0,68**

FONTE: SIAFE-TO, Anexo 14 – Quadro Anexo – Balanço Patrimonial.

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO		
TÍTULO	**2018**	**2017**
OBRIGACOES CONTRATUAIS	19.354.106,17	34.789.425,44
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	**19.354.106,17**	**34.789.425,44**

FONTE: SIAFE-TO, Anexo 14 – Quadro Anexo – Balanço Patrimonial.

QUADRO DO SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO			
FONTES DE RECURSOS		**2018**	**2017**
100	RECURSOS ORDINARIOS	394.826,58	-9.858.694,71
103	CONTRAPARTIDA	0,00	3.000,00
104	RECURSOS DO TESOURO	1.500,00	1.500,00
225	RECURSOS DE CONVENIOS COM ORGAOS FEDERAIS	0,00	144.978,48
226	ALIENACAO DE BENS	47.203,27	73.196,57
240	RECURSOS PROPRIOS	173.017,36	197.828,67
TOTAL		**616.547,21**	**-9.438.190,99**

FONTE: SIAFE-TO, Anexo 14 – Quadro Anexo – Balanço Patrimonial.

O extrato acima evidencia a situação Patrimonial do Ministério Público, cujos grupos de contas estão, em 2018, assim compostos:

I – Ativo:

a) Ativo Circulante: 16,10%;

b) Ativo Não Circulante: 83,90%;

II – Passivo:

a) Passivo Circulante: 100,00%;

b) Patrimônio Líquido: 99,53%.

Cabe ressaltar que no exercício de 2018 devido a mudanças nas políticas contábeis, houve alteração no valor dos Atos Potenciais Passivos - Obrigações Contratuais, do exercício de 2017, conforme nota explicativa às fls. 78 a 85.

3.3 GESTÃO FINANCEIRA

3.3.1 Balanço Financeiro Consolidado

Segundo a Lei nº 4.320/1964, o Balanço Financeiro demonstrará a receita e a despesa orçamentária bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécies provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.

Assim, o Balanço Financeiro é um quadro com duas seções: Ingressos (Receitas Orçamentárias e Recebimentos Extraorçamentários) e Dispêndios (Despesa Orçamentária e Pagamentos Extraorçamentários), que se equilibram com a inclusão do saldo em espécie do exercício anterior na coluna dos ingressos e o saldo em espécie para o exercício seguinte na coluna dos dispêndios, possibilitando a apuração do resultado financeiro do ente público em um determinado exercício.

A Gestão Financeira do Estado tem como instrumento operacional o Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado do Tocantins – SIAFE-TO, por força da Lei nº 3.386/2018, para o efetivo controle dos recursos financeiros movimentados na Conta Única do Tesouro Estadual e nas Contas Específicas, observando a programação financeira e respectivo cronograma mensal de desembolso, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, em seu art. 8º, e art. 21 da Lei Estadual nº 3.309/2017, resultando na disponibilidade financeira apurada no final do exercício.

Para maior evidenciação, demonstram-se, nos quadros a seguir, os Balanços Financeiros apurados no exercício em análise:

QUADRO 44 – Resumo do Balanço Financeiro - Geral do Estado – 2018

BALANCO FINANCEIRO					
INGRESSOS		**%**	**DISPENDIOS**		**%**
RECEITAS ORCAMENTARIAS	**8.064.106.582,67**	**36,90**	**DESPESAS ORCAMENTARIAS**	**8.527.014.129,56**	**39,02**
ORDINARIA	5.404.369.991,87	24,73	ORDINARIA	3.973.339.257,81	18,18
VINCULADA	2.659.736.590,80	12,17	VINCULADA	4.553.674.871,75	20,84
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	**6.616.004.064,56**	**30,28**	**TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS**	**6.616.004.064,56**	**30,28**
RECEBIMENTOS EXTRAORCAMENTARIOS	**2.244.088.064,32**	**10,27**	**PAGAMENTOS EXTRAORCAMENTARIOS**	**2.233.341.807,54**	**10,22**
SALDO DO EXERCICIO ANTERIOR	**4.928.264.338,25**	**22,55**	**SALDO PARA O EXERCICIO SEGUINTE**	**4.476.103.048,14**	**20,48**
TOTAL	**21.852.463.049,80**	**100,00**	**TOTAL**	**21.852.463.049,80**	**100,00**

FONTE: Anexo 13 - Volume I, fls. 25 a 28.

O Balanço Financeiro demonstra os recebimentos e pagamentos de recursos financeiros, destacando as receitas e despesas autorizadas por Lei (orçamentária) e os ingressos e dispêndios independentes da execução orçamentária (extraorçamentária), conjugando-se, ainda, com os saldos das disponibilidades do exercício anterior e aqueles que passam para o exercício seguinte.

O ingresso de recursos está composto por 36,90% de receita orçamentária, sendo 24,73% de recursos ordinários e 12,17% de recursos vinculados; as transferências financeiras alcançaram 30,28%; os recebimentos extraorçamentários 10,27% e 22,55% refere-se ao saldo financeiro proveniente do exercício anterior (2017).

O dispêndio de recursos orçamentários alcançou 39,02%, desdobrados por destinação de recursos, com 18,18% em recursos ordinários e 20,84% em recursos vinculados. As transferências financeiras concedidas foram de 30,28%; os pagamentos extraorçamentários atingiram o percentual de 10,22% e o saldo para o exercício seguinte correspondem a 20,48%.

O saldo financeiro inicial, do período anterior de R$ 4.928.264.338,25, somado às receitas do período, foi suficiente para atender as despesas orçamentárias, as transferências concedidas e as despesas extraorçamentárias do exercício, restando saldo, para o exercício seguinte, no valor de R$ 4.476.103.048,14.

Cabe ressaltar que o valor demonstrado como "saldo do exercício anterior" nas demonstrações de 2018 apresentam divergências em relação aos valores das demonstrações do exercício de 2017. Isso se deve à implantação de mudanças nas Políticas Contábeis, conforme nota explicativa, item nº 9, fls. 78 a 85; e pela utilização dos saldos da conta contábil Superávits ou Déficits Resultantes de Extinção, Fusão e Cisão, conforme nota explicativa fls. 128 e 129.

3.3.2 Balanço Financeiro por Poderes

O Balanço Financeiro dos Poderes é o demonstrativo que possibilita a apuração do resultado financeiro dos órgãos e entidades pertencentes ao referido poder em um determinado exercício de forma consolidada. Para evidenciar este resultado elaboramos o quadro abaixo:

QUADRO 45 – Resumo do Balanço Financeiro – "Poder Executivo" – 2018

BALANCO FINANCEIRO					
INGRESSOS		**%**	**DISPENDIOS**		**%**
RECEITAS ORCAMENTARIAS	**7.998.693.570,43**	**31,19**	**DESPESAS ORCAMENTARIAS**	**7.386.620.191,07**	**28,81**
ORDINARIA	5.403.833.325,73	21,07	ORDINARIA	2.897.099.601,30	11,30
VINCULADA	2.594.860.244,70	10,12	VINCULADA	4.489.520.589,77	17,51
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	**5.516.575.674,48**	**21,51**	**TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS**	**6.611.810.639,17**	**25,79**
RECEBIMENTOS EXTRAORCAMENTARIOS	**6.886.450.559,46**	**26,86**	**PAGAMENTOS EXTRAORCAMENTARIOS**	**6.799.827.726,07**	**26,52**
SALDO DO EXERCICIO ANTERIOR	**5.239.898.408,20**	**20,44**	**SALDO PARA O EXERCICIO SEGUINTE**	**4.843.359.656,26**	**18,89**
TOTAL	**25.641.618.212,57**	**100,00**	**TOTAL**	**25.641.618.212,57**	**100,00**

FONTE: Anexo 13 - Volume I, fls. 30 e 33.

O quadro acima demonstra a situação financeira do Poder Executivo, evidenciando o saldo do período anterior que, somado às receitas e transferências financeiras recebidas no exercício, foi suficiente para cobrir todas as despesas orçamentárias e extraorçamentárias do exercício, restando saldo para o exercício seguinte, no valor de R$ 4.843.359.656,26.

Cabe ressaltar que o valor demonstrado como "saldo do exercício anterior" nas demonstrações de 2018 apresentam divergências em relação aos valores das demonstrações do exercício de 2017. Isso se deve à implantação de mudanças nas Políticas Contábeis, conforme nota explicativa, item nº 9, fls. 78 a 85; e pela utilização dos saldos da conta contábil Superávits ou Déficits Resultantes de Extinção, Fusão e Cisão, conforme nota explicativa fls. 128 e 129.

QUADRO 46 – Resumo do Balanço Financeiro – "Poder Legislativo" – 2018

BALANCO FINANCEIRO					
INGRESSOS		**%**	**DISPENDIOS**		**%**
RECEITAS ORCAMENTARIAS	**508.278,92**	**0,13**	**DESPESAS ORCAMENTARIAS**	**364.685.578,71**	**95,41**
ORDINARIA	28.348,15	0,01	ORDINARIA	364.173.627,84	95,28
VINCULADA	479.930,77	0,13	VINCULADA	511.950,87	0,13
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	**361.403.929,20**	**94,55**	**TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS**	**104.535,63**	**0,03**
RECEBIMENTOS EXTRAORCAMENTARIOS	**10.408.311,86**	**2,72**	**PAGAMENTOS EXTRAORCAMENTARIOS**	**9.953.057,35**	**2,60**
SALDO DO EXERCICIO ANTERIOR	**9.901.643,44**	**2,59**	**SALDO PARA O EXERCICIO SEGUINTE**	**7.478.991,73**	**1,96**
TOTAL	**382.222.163,42**	**100,00**	**TOTAL**	**382.222.163,42**	**100,00**

FONTE: SIAFE-TO, Balanço Financeiro – Poder Legislativo.

O resumo acima demonstra a situação financeira do Poder Legislativo, evidenciando o saldo do período anterior que, somado às receitas e transferências financeiras recebidas no exercício, foi suficiente para cobrir as despesas orçamentárias e extraorçamentárias do exercício, restando saldo para o exercício seguinte, no valor de R$ 7.478.991,73.

QUADRO 47 – Resumo do Balanço Financeiro – "Poder Judiciário" – 2018

BALANCO FINANCEIRO					
INGRESSOS		**%**	**DISPENDIOS**		**%**
RECEITAS ORCAMENTARIAS	**64.751.554,39**	**10,23**	**DESPESAS ORCAMENTARIAS**	**577.716.675,55**	**91,27**
ORDINARIA	477.260,55	0,08	ORDINARIA	514.395.249,02	81,26
VINCULADA	64.274.293,84	10,15	VINCULADA	63.321.426,53	10,00
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	**530.607.721,01**	**83,82**	**TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS**	**4.085.525,89**	**0,65**
RECEBIMENTOS EXTRAORCAMENTARIOS	**24.434.445,19**	**3,86**	**PAGAMENTOS EXTRAORCAMENTARIOS**	**30.236.301,05**	**4,78**
SALDO DO EXERCICIO ANTERIOR	**13.215.170,36**	**2,09**	**SALDO PARA O EXERCICIO SEGUINTE**	**20.970.388,46**	**3,31**
TOTAL	**633.008.890,95**	**100,00**	**TOTAL**	**633.008.890,95**	**100,00**

FONTE: SIAFE-TO, Balanço Financeiro – Poder Judiciário.

O quadro 47 revela a situação financeira do Poder Judiciário, evidenciando o saldo do período anterior que, somado às receitas e transferências financeiras recebidas no exercício, foi suficiente para suportar as despesas orçamentárias e extraorçamentárias do exercício, restando saldo para o período seguinte, no valor de R$ 20.970.388,46.

QUADRO 48 – Resumo do Balanço Financeiro – "Ministério Público" – 2018

BALANCO FINANCEIRO					
INGRESSOS		**%**	**DISPENDIOS**		**%**
RECEITAS ORCAMENTARIAS	**153.178,93**	**0,07**	**DESPESAS ORCAMENTARIAS**	**197.991.684,23**	**92,76**
ORDINARIA	31.057,44	0,01	ORDINARIA	197.670.779,65	92,61
VINCULADA	122.121,49	0,06	VINCULADA	320.904,58	0,15
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	**207.416.739,87**	**97,18**	**TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS**	**3.363,87**	**0,00**
RECEBIMENTOS EXTRAORCAMENTARIOS	**3.153.817,73**	**1,48**	**PAGAMENTOS EXTRAORCAMENTARIOS**	**11.673.439,25**	**5,47**
SALDO DO EXERCICIO ANTERIOR	**2.716.172,35**	**1,27**	**SALDO PARA O EXERCICIO SEGUINTE**	**3.771.421,53**	**1,77**
TOTAL	**213.439.908,88**	**100,00**	**TOTAL**	**213.439.908,88**	**100,00**

FONTE: SIAFE-TO, Balanço Financeiro – Ministério Público.

O quadro 48 demonstra a situação financeira do Ministério Público, evidenciando o saldo do período anterior que, somado às receitas e transferências financeiras recebidas no exercício, foi suficiente para suportar ou manter as despesas orçamentárias e extraorçamentárias do exercício, restando saldo para o período seguinte, no valor de R$ 3.771.421,53.

3.3.3 Balanço Financeiro por Gestão

A Gestão Financeira cuida de registrar a movimentação de numerário, ou seja, os recebimentos de receitas, os pagamentos das despesas orçamentárias e extraorçamentárias, bem como os ativos e passivos financeiros.

Para maior evidenciação, demonstram-se nos quadros a seguir, os balanços financeiros apurados no exercício de 2018, de cada *Gestão*:

QUADRO 49 – Resumo do Balanço Financeiro – "Administração Direta" – 2018

BALANCO FINANCEIRO					
INGRESSOS		**%**	**DISPENDIOS**		**%**
RECEITAS ORCAMENTARIAS	**6.441.017.884,33**	**35,43**	**DESPESAS ORCAMENTARIAS**	**5.065.187.979,02**	**27,86**
ORDINARIA	5.404.354.892,61	29,72	ORDINARIA	3.686.959.768,70	20,28
VINCULADA	1.036.662.991,72	5,70	VINCULADA	1.378.228.210,32	7,58
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	**4.512.519.038,10**	**24,82**	**TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS**	**6.026.773.633,51**	**33,15**
RECEBIMENTOS EXTRAORCAMENTARIOS	**6.602.663.842,00**	**36,32**	**PAGAMENTOS EXTRAORCAMENTARIOS**	**6.559.242.794,87**	**36,08**
SALDO DO EXERCICIO ANTERIOR	**625.266.112,11**	**3,44**	**SALDO PARA O EXERCICIO SEGUINTE**	**530.262.469,14**	**2,92**
TOTAL	**18.181.466.876,54**	**100,00**	**TOTAL**	**18.181.466.876,54**	**100,00**

FONTE: Balanço Financeiro – Volume V, fls. 1444 a 1447.

O quadro 49 indica a situação financeira da Administração Direta, evidenciando o saldo do período anterior que, somado às receitas e transferências financeiras recebidas no exercício, foi suficiente para cobrir todas as despesas orçamentárias e extraorçamentárias do exercício, restando saldo para o ano seguinte, no valor de R$ 530.262.469,14.

Cabe ressaltar que o valor demonstrado como "saldo do exercício anterior" nas demonstrações de 2018 apresentam divergências em relação aos valores das demonstrações do exercício de 2017. Isso se deve à implantação de mudanças nas Políticas Contábeis, conforme nota explicativa, item nº 9, fls. 78 a 85; e pela utilização dos saldos da conta contábil Superávits ou Déficits Resultantes de Extinção, Fusão e Cisão, conforme nota explicativa fls. 128 e 129.

QUADRO 50 – Resumo do Balanço Financeiro – "Autarquias" – 2018

BALANCO FINANCEIRO					
INGRESSOS		**%**	**DISPENDIOS**		**%**
RECEITAS ORCAMENTARIAS	**193.699.820,20**	**22,40**	**DESPESAS ORCAMENTARIAS**	**558.675.599,63**	**64,61**
ORDINARIA	9.717,75	0,00	ORDINARIA	267.816.134,20	30,97
VINCULADA	193.690.102,45	22,40	VINCULADA	290.859.465,43	33,64
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	**437.449.102,24**	**50,59**	**TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS**	**47.734.188,95**	**5,52**
RECEBIMENTOS EXTRAORCAMENTARIOS	**103.287.369,17**	**11,94**	**PAGAMENTOS EXTRAORCAMENTARIOS**	**74.001.771,24**	**8,56**
SALDO DO EXERCICIO ANTERIOR	**130.270.112,63**	**15,07**	**SALDO PARA O EXERCICIO SEGUINTE**	**184.294.844,42**	**21,31**
TOTAL	**864.706.404,24**	**100,00**	**TOTAL**	**864.706.404,24**	**100,00**

FONTE: Balanço Financeiro – Volume VI, fls. 1823 a 1826.

O quadro 50 revela a situação financeira das Autarquias, evidenciando o saldo do período anterior que, somado às receitas e transferências financeiras recebidas no

exercício, foi suficiente para cobrir as despesas orçamentárias e extraorçamentárias do exercício, restando saldo para o ano seguinte, no valor de R$ 184.294.844,42.

QUADRO 51 – Resumo do Balanço Financeiro – "Fundações" - 2018

BALANCO FINANCEIRO					
INGRESSOS		**%**	**DISPENDIOS**		**%**
RECEITAS ORCAMENTARIAS	**824.576,90**	**7,32**	**DESPESAS ORCAMENTARIAS**	**9.540.523,09**	**84,68**
ORDINARIA	0,00	0,00	ORDINARIA	8.818.022,01	78,27
VINCULADA	824.576,90	7,32	VINCULADA	722.501,08	6,41
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	**7.613.926,76**	**67,58**	**TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS**	**188.846,14**	**1,68**
RECEBIMENTOS EXTRAORCAMENTARIOS	**2.042.833,41**	**18,13**	**PAGAMENTOS EXTRAORCAMENTARIOS**	**148.187,27**	**1,32**
SALDO DO EXERCICIO ANTERIOR	**785.274,15**	**6,97**	**SALDO PARA O EXERCICIO SEGUINTE**	**1.389.054,72**	**12,33**
TOTAL	**11.266.611,22**	**100,00**	**TOTAL**	**11.266.611,22**	**100,00**

FONTE: Balanço Financeiro – Volume VI, fls. 2032 a 2035.

O quadro 51 demonstra a situação financeira das Fundações do Estado, evidenciando o saldo do período anterior que, somado às receitas e transferências financeiras recebidas no exercício, foi suficiente para cobrir as despesas orçamentárias e extraorçamentárias do exercício, restando saldo para o exercício seguinte, no valor de R$ 1.389.054,72.

QUADRO 52 – Resumo do Balanço Financeiro – "Fundos" – 2018

BALANCO FINANCEIRO					
INGRESSOS		**%**	**DISPENDIOS**		**%**
RECEITAS ORCAMENTARIAS	**1.428.564.301,24**	**18,28**	**DESPESAS ORCAMENTARIAS**	**2.893.610.027,82**	**37,04**
ORDINARIA	5.381,51	0,00	ORDINARIA	9.745.332,90	0,12
VINCULADA	1.428.558.919,73	18,28	VINCULADA	2.883.864.694,92	36,91
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	**1.658.421.997,46**	**21,23**	**TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS**	**541.307.395,96**	**6,93**
RECEBIMENTOS EXTRAORCAMENTARIOS	**216.453.089,66**	**2,77**	**PAGAMENTOS EXTRAORCAMENTARIOS**	**218.297.770,34**	**2,79**
SALDO DO EXERCICIO ANTERIOR	**4.509.409.895,46**	**57,72**	**SALDO PARA O EXERCICIO SEGUINTE**	**4.159.634.089,70**	**53,24**
TOTAL	**7.812.849.283,82**	**100,00**	**TOTAL**	**7.812.849.283,82**	**100,00**

FONTE: Balanço Financeiro – Volume VII, fls. 2146 a 2149.

O quadro 52 sintetiza a situação financeira dos Fundos, evidenciando o saldo do período anterior que, somado às receitas e transferências financeiras recebidas no exercício, foi suficiente para suportar as despesas orçamentárias e extraorçamentárias do exercício, restando saldo para o período seguinte, no valor de R$ 4.159.634.089,70.

3.3.4 Demonstração dos Fluxos de Caixa.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa tem o objetivo de contribuir para a transparência da gestão pública, pois permite um melhor gerenciamento e controle financeiro dos órgãos e entidades do setor público.

As informações dos fluxos de caixa são úteis para proporcionar aos usuários da informação contábil, instrumento para avaliar a capacidade da entidade de gerar caixa e equivalentes de caixa, bem como suas necessidades de liquidez.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa foi elaborada pelo método direto e evidencia as movimentações havidas no caixa e seus equivalentes, nos fluxos: das operações, dos investimentos e dos financiamentos.

O fluxo de caixa das operações compreende os ingressos, inclusive decorrentes de receitas originárias e derivadas, e os desembolsos relacionados com a ação pública e os demais fluxos que não se qualificam como de investimento ou financiamento.

O fluxo de caixa dos investimentos inclui os recursos relacionados à aquisição e à alienação de ativo não circulante, bem como recebimentos em dinheiro por liquidação de adiantamentos ou amortização de empréstimos concedidos e outras operações da mesma natureza.

O fluxo de caixa dos financiamentos inclui os recursos relacionados à captação e à amortização de empréstimos e financiamentos.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é o demonstrativo que apura a geração líquida de caixa e equivalente de caixa, em um determinado período. Para evidenciar este resultado elaboramos os quadros a seguir:

QUADRO 53 – Resumo da Demonstração dos Fluxos de Caixa – Consolidado 2017 e 2018

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA			
TÍTULO	**2018**	**2017**	**% EVOL**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**-6.851.350,11**	**389.508.785,32**	**-101,76**
INGRESSOS	16.459.031.306,88	19.715.387.275,34	-16,52
DESEMBOLSOS	16.465.882.656,99	19.325.878.490,02	-14,80
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	**-306.116.980,30**	**-452.801.480,06**	**-32,39**
INGRESSOS	6.484.957,00	13.852.110,10	-53,18
DESEMBOLSOS	312.601.937,30	466.653.590,16	-33,01
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	**-139.192.959,70**	**39.986.803,93**	**-448,10**
INGRESSOS	170.365.438,52	303.429.176,56	-43,85
DESEMBOLSOS	309.558.398,22	263.442.372,63	17,51
GERACAO LIQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	**-452.161.290,11**	**-23.305.890,81**	**1.840,12**
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	**4.928.264.338,25**	**4.897.844.898,98**	**0,62**
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	**4.476.103.048,14**	**4.874.539.008,17**	**-8,17**

FONTE: Demonstração dos Fluxos de Caixa - Consolidado - Volume I, fls. 55 e 56.

O quadro acima, demostra que nas atividades operacionais houve um fluxo de caixa negativo de (R$ 6.851.350,11); nas atividades de investimentos o fluxo de caixa foi negativo de (R$ 306.116.980,30) e nas atividades de financiamentos o fluxo de caixa foi também negativo no valor de (R$ 139.192.959,70), indicando que no período houve mais desembolsos que ingressos, com a geração líquida de caixa e equivalente de caixa negativa no valor de (R$ 452.161.290,11).

Os índices de evolução em comparação com o exercício anterior, que compõem a geração líquida de caixa e equivalentes de caixa são: (101,76%), (32,39%) e (448,10%), provenientes dos fluxos de caixa das atividades operacionais, de investimentos e financiamentos, dando destaque para este último que apresentou uma redução bastante significativa.

No demonstrativo, a evolução do caixa e equivalente de caixa final foi negativa em (8,17%) em comparação com o exercício anterior.

Cabe ressaltar que o valor demonstrado como "caixa e equivalente de caixa inicial" na demonstração de 2018 apresenta divergências em relação ao valor da demonstração do exercício de 2017. Isso se deve à implantação de mudanças nas Políticas Contábeis, conforme nota explicativa, item nº 9, fls. 78 a 85; e pela utilização dos saldos da conta contábil Superávits ou Déficits Resultantes de Extinção, Fusão e Cisão, conforme nota explicativa à fl. 135.

QUADRO 54 – Resumo da Demonstração dos Fluxos de Caixa "Adm. Direta" 2017 e 2018

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA			
TÍTULO	**2018**	**2017**	**% EVOL**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**197.132.697,17**	**139.205.821,93**	**41,61**
INGRESSOS	17.296.430.080,22	15.821.082.391,88	9,33
DESEMBOLSOS	17.099.297.383,05	15.681.876.569,95	9,04
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	**-133.306.817,19**	**-146.614.423,10**	**-9,08**
INGRESSOS	572.737,97	5.481.118,34	-89,55
DESEMBOLSOS	133.879.555,16	152.095.541,44	-11,98
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	**-158.829.522,95**	**-27.481.703,25**	**477,95**
INGRESSOS	140.144.091,83	224.854.088,66	-37,67
DESEMBOLSOS	298.973.614,78	252.335.791,91	18,48
GERACAO LIQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	**-95.003.642,97**	**-34.890.304,42**	**172,29**
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	**625.266.112,11**	**584.548.232,22**	**6,97**
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	**530.262.469,14**	**549.657.927,80**	**-3,53**

FONTE: Demonstração dos Fluxos de Caixa – Volume V, fls. 1458 e 1459.

O quadro da Administração Direta, demonstra que nas atividades operacionais houve um fluxo de caixa positivo de R$ 197.132.697,17, nas atividades de investimentos o fluxo de caixa foi negativo de (R$ 133.306.817,19) e nas atividades de financiamentos o fluxo de caixa foi negativo no valor de (R$ 158.829.522,95), indicando que no período houve mais desembolsos que ingressos, com a geração líquida de caixa e equivalente de caixa negativa de (R$ 95.003.642,97).

Os índices de evolução em comparação com o exercício anterior, que compõem a geração líquida de caixa e equivalentes de caixa são: 41,61%, (9,08%) e 477,95%, provenientes dos fluxos de caixa das atividades operacionais, de investimentos e financiamentos.

A evolução do caixa e equivalente de caixa final foi negativa em (3,53%), em comparação com o exercício anterior.

Cabe ressaltar que o valor demonstrado como "caixa e equivalente de caixa inicial" na demonstração de 2018 apresenta divergências em relação ao valor da demonstração do exercício de 2017. Isso se deve à implantação de mudanças nas Políticas Contábeis, conforme nota explicativa, item nº 9, fls. 78 a 85; e pela utilização dos saldos da conta contábil Superávits ou Déficits Resultantes de Extinção, Fusão e Cisão, conforme nota explicativa à fl. 135.

QUADRO 55 – Resumo da Demonstração dos Fluxos de Caixa "Autarquias" - 2017 e 2018

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA			
TÍTULO	**2018**	**2017**	**% EVOL**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**162.410.593,78**	**257.879.713,75**	**-37,02**
INGRESSOS	652.519.986,94	705.893.885,72	-7,56
DESEMBOLSOS	490.109.393,16	448.014.171,97	9,40
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	**-126.477.775,14**	**-255.015.002,25**	**-50,40**
INGRESSOS	0,00	648.317,49	-100,00
DESEMBOLSOS	126.477.775,14	255.663.319,74	-50,53
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	**18.091.913,15**	**22.461.575,74**	**-19,45**
INGRESSOS	28.676.696,59	33.568.156,46	-14,57
DESEMBOLSOS	10.584.783,44	11.106.580,72	-4,70
GERACAO LIQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	**54.024.731,79**	**25.326.287,24**	**113,31**
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	**130.270.112,63**	**104.943.825,39**	**24,13**
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	**184.294.844,42**	**130.270.112,63**	**41,47**

FONTE: Demonstração dos Fluxos de Caixa – Volume VI, fls. 1838 a 1839.

O quadro das Autarquias, demonstra que nas atividades operacionais houve um fluxo de caixa positivo de R$ 162.410.593,78, nas atividades de investimentos o fluxo de caixa foi negativo de (R$ 126.477.775,14) e nas atividades de financiamentos o fluxo de caixa foi positivo no valor de R$ 18.091.913,15, indicando que no período houve mais ingressos que desembolsos, com a geração líquida de caixa e equivalente de caixa de R$ 54.024.731,79.

Os índices de evolução em comparação com o exercício anterior, que compõem a geração líquida de caixa e equivalentes de caixa são: (37,02%), (50,40%) e (19,45%), provenientes dos fluxos de caixa das atividades operacionais, de investimentos e financiamentos.

A evolução do caixa e equivalente de caixa final foi positiva em 41,47%, em comparação com o exercício anterior.

QUADRO 56 – Resumo da Demonstração dos Fluxos de Caixa "Fundações" - 2017 e 2018

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA			
TÍTULO	**2018**	**2017**	**% EVOL**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**869.567,47**	**-122.578,69**	**-809,40**
INGRESSOS	8.438.503,66	7.685.440,15	9,80
DESEMBOLSOS	7.568.936,19	7.808.018,84	-3,06
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	**-265.786,90**	**-51.156,20**	**419,56**
INGRESSOS	0,00	0,00	0,00
DESEMBOLSOS	265.786,90	51.156,20	419,56
GERACAO LIQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	**603.780,57**	**-173.734,89**	**-447,53**
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	**785.274,15**	**959.009,04**	**-18,12**
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	**1.389.054,72**	**785.274,15**	**76,89**

FONTE: Demonstração dos Fluxos de Caixa – Volume VI, fls. 2047 e 2048.

O quadro das Fundações, demonstra que as atividades operacionais geraram um fluxo de caixa de R$ 869.567,47 e as atividades de investimentos geraram um fluxo de caixa negativo de (R$ 265.786,90), indicando que no período houve mais ingressos que desembolsos, com a geração líquida de caixa e equivalente de caixa de R$ 603.780,57.

Os índices de evolução em comparação ao exercício anterior, que compõem a geração líquida de caixa e equivalentes de caixa, são: (809,40%) e 419,56%, provenientes dos fluxos de caixa das atividades operacionais e de investimentos, ambos bastante expressivos.

A evolução do caixa e equivalentes de caixa final, foi positiva em 76,89%, em comparação com o exercício anterior.

QUADRO 57 – Resumo da Demonstração dos Fluxos de Caixa "Fundos" - 2017 e 2018

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA			
TÍTULO	**2018**	**2017**	**% EVOL**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**-305.253.854,79**	**138.997.994,56**	**-319,61**
INGRESSOS	3.182.001.805,98	3.705.292.978,54	-14,12
DESEMBOLSOS	3.487.255.660,77	3.566.294.983,98	-2,22
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	**-46.066.601,07**	**-51.120.898,51**	**-9,89**
INGRESSOS	5.912.219,03	7.722.674,27	-23,44
DESEMBOLSOS	51.978.820,10	58.843.572,78	-11,67
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	**1.544.650,10**	**45.006.931,44**	**-96,57**
INGRESSOS	1.544.650,10	45.006.931,44	-96,57
DESEMBOLSOS	0,00	0,00	0,00
GERACAO LIQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	**-349.775.805,76**	**132.884.027,49**	**-363,22**
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	**4.509.409.895,46**	**4.376.525.867,97**	**3,04**
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	**4.159.634.089,70**	**4.509.409.895,46**	**-7,76**

FONTE: Demonstração dos Fluxos de Caixa – Volume VII, fls. 2161 e 2162.

O quadro dos Fundos Estaduais, demonstra que nas atividades operacionais houve um fluxo de caixa negativo de (R$ 305.253.854,79); nas atividades de investimentos o fluxo de caixa foi negativo em (R$ 46.066.601,07). Já nas atividades de financiamentos o fluxo de caixa foi positivo em R$ 1.544.650,10, indicando que no período houve mais desembolsos que ingressos, com a geração líquida de caixa e equivalentes de caixa de (R$ 349.775.805,76).

Os índices de evolução em comparação com o exercício anterior, que compõem a geração líquida de caixa e equivalentes de caixa são: (319,61%), (9,89%) e (96,57%), provenientes dos fluxos de caixa das atividades operacionais, de investimentos e financiamentos.

A evolução do caixa e equivalentes de caixa final foi negativa em (7,76%), em comparação com o exercício anterior.

3.4 ARRECADAÇÃO/DESEMBOLSO E RESUMO DAS DISPONIBILIDADES DE CAIXA E RESTOS A PAGAR

A posição financeira demonstra a previsão e o cumprimento das metas financeiras do Estado, com base na programação e no cronograma mensal de desembolso, em cumprimento ao art. 8º da Lei Complementar Federal nº 101/2000, ao art. 21 da Lei nº 3.309/2017, e divulgados por meio do Decreto nº 5.779, de 05 de fevereiro de 2018, publicado no Diário Oficial nº 5.046, de 05 de fevereiro de 2018, resultando na disponibilidade financeira apurada no final do exercício, apresentada a seguir, nos quadros, resumos e balanços específicos.

3.4.1 Execução da Receita e Despesa por Fonte de Recursos

Nos quadros a seguir estão demonstradas, de forma resumida, as receitas arrecadadas e as despesas executadas do Estado no exercício de 2018, por fonte de recurso, bem como, o superávit e/ou déficit originários da diferença entre a receita e a despesa, conforme dados extraídos do Comparativo da Receita e Despesa por Fonte de recurso extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado do Tocantins – SIAFE-TO, consistindo no acompanhamento da execução orçamentária.

QUADRO 58 – Arrecadação e Desembolso - Por Fonte – Geral do Estado – 2017 e 2018

RECEITAS E DESPESAS							
FT	EXERCÍCIO 2017			EXERCÍCIO 2018			% EVOL SUPER/DEFIC
	RECEITA	DESPESA	SUPERÁVIT OU DÉFICIT	RECEITA	DESPESA	SUPERÁVIT OU DÉFICIT	
100	5.699.493.332,65	4.441.581.050,72	1.257.912.281,93	5.404.366.172,17	3.942.734.439,11	1.461.631.733,06	16,20
101	6.023.266,21	416.734.085,19	-410.710.818,98	3.226.072,36	467.420.312,13	-464.194.239,77	13,02
102	93.854.185,32	1.104.164.264,09	-1.010.310.078,77	19.665.944,39	1.097.767.142,90	-1.078.101.198,51	6,71
103	81.654,95	17.109.756,35	-17.028.101,40	60.658,67	7.777.512,32	-7.716.853,65	-54,68
104	0,00	86.659.435,61	-86.659.435,61	3.819,70	30.604.818,70	-30.600.999,00	-64,69
210	1.171.047,40	294.090,76	876.956,64	1.411.628,38	2.337.027,29	-925.398,91	-205,52
211	38.283.223,95	26.540.494,20	11.742.729,75	37.686.675,13	31.896.433,73	5.790.241,40	-50,69

RECEITAS E DESPESAS							
FT	EXERCÍCIO 2017			EXERCÍCIO 2018			% EVOL SUPER/DEFIC
	RECEITA	DESPESA	SUPERÁVIT OU DÉFICIT	RECEITA	DESPESA	SUPERÁVIT OU DÉFICIT	
214	724.647.122,24	753.299.370,04	-28.652.247,80	758.813.488,86	759.003.342,44	-189.853,58	-99,34
216	16.516.576,35	16.046.776,86	469.799,49	18.089.721,06	18.623.493,00	-533.771,94	-213,62
217	11.534.322,99	15.793.628,50	-4.259.305,51	10.967.452,05	14.319.935,89	-3.352.483,84	-21,29
219	41.266.267,10	51.870.926,26	-10.604.659,16	31.323.396,60	33.404.881,26	-2.081.484,66	-80,37
220	206.679.533,76	205.508.606,97	1.170.926,79	111.845.795,30	127.125.022,43	-15.279.227,13	-1.404,88
221	0,00	8.607.508,62	-8.607.508,62	656.124,35	0,00	656.124,35	-107,62
223	1.194.306,70	1.427.992,86	-233.686,16	861.682,71	698.690,32	162.992,39	-169,75
224	36.883.179,94	9.205.312,11	27.677.867,83	22.343.451,62	35.313.667,77	-12.970.216,15	-146,86
225	41.547.967,08	41.182.628,47	365.338,61	61.194.943,13	62.414.490,29	-1.219.547,16	-433,81
226	6.962.005,59	951.597,99	6.010.407,60	2.787.055,72	3.224.449,81	-437.394,09	-107,28
227	2.168.820,99	2.938.981,03	-770.160,04	2.171.445,05	1.624.348,46	547.096,59	-171,04
228	1.199.018,43	8.463.682,22	-7.264.663,79	5.390.508,19	6.456.045,91	-1.065.537,72	-85,33
229	356,00	0,00	356,00	150,59	0,00	150,59	-57,70
235	9.080.889,90	9.116.924,50	-36.034,60	14.162.632,88	12.024.616,71	2.138.016,17	-6.033,23
236	105.497,12	83.010,40	22.486,72	21.436,44	3.000,00	18.436,44	-18,01
237	1.014.656,43	1.793.816,55	-779.160,12	536.350,53	1.484.719,27	-948.368,74	21,72
238	60.334.137,37	23.723.642,75	36.610.494,62	48.596.341,28	5.195.413,61	43.400.927,67	18,55
239	47.269.102,17	3.400.949,50	43.868.152,67	16.438.222,18	38.024.362,95	-21.586.140,77	-149,21
240	276.982.892,36	241.096.155,60	35.886.736,76	269.922.896,70	195.938.340,58	73.984.556,12	106,16
241	1.199.011.032,62	885.824.987,05	313.186.045,57	635.346.556,37	1.050.842.072,63	-415.495.516,26	-232,67
242	267.076.543,91	251.675.541,47	15.401.002,44	273.915.827,20	238.954.280,41	34.961.546,79	127,01
246	1.999.708,44	1.450.885,29	548.823,15	2.019.658,44	1.480.549,60	539.108,84	-1,77
247	208.377,01	66.988,57	141.388,44	263.122,50	38.002,00	225.120,50	59,22
248	976.963,15	2.182.809,87	-1.205.846,72	635.345,38	927.377,78	-292.032,40	-75,78
249	5.791.204,15	2.732.193,09	3.059.011,06	1.862.406,76	2.303.747,04	-441.340,28	-114,43
250	336.174.875,29	284.163.497,63	52.011.377,66	298.804.701,03	330.333.810,71	-31.529.109,68	-160,62
251	8.590.780,04	13.764.847,24	-5.174.067,20	8.714.898,95	6.717.782,51	1.997.116,44	-138,60
TOTAL	**9.144.122.847,61**	**8.929.456.438,36**	**214.666.409,25**	**8.064.106.582,67**	**8.527.014.129,56**	**-462.907.546,89**	**-315,64**

FONTE: COREDE, Geral do Estado, Volume I, fls. 324 de 2017 e SIAFE-TO 2018.

O quadro acima evidencia que no exercício de 2017 a receita foi maior que a despesa, resultando no superávit de R$ 214.666.409,25. Porém, em 2018 a receita foi inferior à despesa, resultando no déficit de (R$ 462.907.546,89).

A evolução do superávit/déficit no exercício de 2018 em comparação com o ano de 2017 foi negativa em (315,64%).

Concernente às receitas e despesas, por fonte de recursos, no exercício de 2018, cita-se as fontes que apresentaram superávits mais expressivos: 0100 com R$ 1.461.631.733,06, 0240 com R$ 73.984.556,12 e 0238 com R$ 43.400.927,67.

Com relação aos déficits mais elevados destacamos: 0102 com (R$ 1.078.101.198,51), 0101 com (R$ 464.194.239,77) e 0241 com (R$ 415.495.516,26).

QUADRO 59 – Arrecadação e Desembolso - Por Fonte – Poder Executivo - 2017 e 2018

RECEITAS E DESPESAS							
FT	EXERCÍCIO 2017			EXERCÍCIO 2018			% EVOL SUPER/DEFIC
	RECEITA	DESPESA	SUPERÁVIT OU DÉFICIT	RECEITA	DESPESA	SUPERÁVIT OU DÉFICIT	
100	5.695.972.522,05	3.387.412.652,73	2.308.559.869,32	5.403.829.506,03	2.866.494.782,60	2.537.334.723,43	9,91
101	6.023.266,21	416.734.085,19	-410.710.818,98	3.226.072,36	467.420.312,13	-464.194.239,77	13,02
102	93.854.185,32	1.104.164.264,09	-1.010.310.078,77	19.665.944,39	1.097.767.142,90	-1.078.101.198,51	6,71
103	81.654,95	17.109.756,35	-17.028.101,40	60.658,67	7.774.512,32	-7.713.853,65	-54,70
104	0,00	86.659.435,61	-86.659.435,61	3.819,70	30.604.818,70	-30.600.999,00	-64,69
210	1.171.047,40	294.090,76	876.956,64	1.411.628,38	2.337.027,29	-925.398,91	-205,52
211	38.283.223,95	26.540.494,20	11.742.729,75	37.686.675,13	31.896.433,73	5.790.241,40	-50,69
214	724.647.122,24	753.299.370,04	-28.652.247,80	758.813.488,86	759.003.342,44	-189.853,58	-99,34
216	16.516.576,35	16.046.776,86	469.799,49	18.089.721,06	18.623.493,00	-533.771,94	-213,62
217	11.534.322,99	15.793.628,50	-4.259.305,51	10.967.452,05	14.319.935,89	-3.352.483,84	-21,29
219	41.266.267,10	50.670.691,79	-9.404.424,69	31.323.396,60	33.404.881,26	-2.081.484,66	-77,87
220	206.679.533,76	205.508.606,97	1.170.926,79	111.845.795,30	127.125.022,43	-15.279.227,13	-1.404,88
221	0,00	8.607.508,62	-8.607.508,62	656.124,35	0,00	656.124,35	-107,62
223	1.194.306,70	1.427.992,86	-233.686,16	861.682,71	698.690,32	162.992,39	-169,75
224	36.883.179,94	9.205.312,11	27.677.867,83	22.343.451,62	35.313.667,77	-12.970.216,15	-146,86
225	41.402.988,60	41.182.628,47	220.360,13	61.192.780,11	62.267.348,79	-1.074.568,68	-587,64
226	6.903.105,59	951.597,99	5.951.507,60	2.741.055,72	3.152.456,51	-411.400,79	-106,91
227	2.168.820,99	2.938.981,03	-770.160,04	2.171.445,05	1.624.348,46	547.096,59	-171,04
228	1.199.018,43	8.463.682,22	-7.264.663,79	5.390.508,19	6.456.045,91	-1.065.537,72	-85,33
229	356,00	0,00	356,00	150,59	0,00	150,59	-57,70
235	9.080.889,90	9.116.924,50	-36.034,60	14.162.632,88	12.024.616,71	2.138.016,17	-6.033,23
236	103.104,55	83.010,40	20.094,15	20.426,10	3.000,00	17.426,10	-13,28
237	1.014.656,43	1.793.816,55	-779.160,12	536.350,53	1.484.719,27	-948.368,74	21,72
238	60.334.137,37	23.723.642,75	36.610.494,62	48.596.341,28	5.195.413,61	43.400.927,67	18,55
239	47.269.102,17	3.400.949,50	43.868.152,67	16.438.222,18	38.024.362,95	-21.586.140,77	-149,21
240	218.713.603,53	190.619.114,36	28.094.489,17	205.095.723,96	132.006.193,40	73.089.530,56	160,16
241	1.199.011.032,62	885.824.987,05	313.186.045,57	635.346.556,37	1.050.842.072,63	-415.495.516,26	-232,67
242	267.076.543,91	251.675.541,47	15.401.002,44	273.915.827,20	238.954.280,41	34.961.546,79	127,01
246	1.999.708,44	1.450.885,29	548.823,15	2.019.658,44	1.480.549,60	539.108,84	-1,77
247	208.377,01	66.988,57	141.388,44	263.122,50	38.002,00	225.120,50	59,22
248	976.963,15	2.182.809,87	-1.205.846,72	635.345,38	927.377,78	-292.032,40	-75,78
249	5.791.204,15	2.732.193,09	3.059.011,06	1.862.406,76	2.303.747,04	-441.340,28	-114,43
250	336.174.875,29	284.163.497,63	52.011.377,66	298.804.701,03	330.333.810,71	-31.529.109,68	-160,62
251	8.590.780,04	13.764.847,24	-5.174.067,20	8.714.898,95	6.717.782,51	1.997.116,44	-138,60
TOTAL	**9.082.126.477,13**	**7.823.610.764,66**	**1.258.515.712,47**	**7.998.693.570,43**	**7.386.620.191,07**	**612.073.379,36**	**-51,37**

FONTE: COREDE, Poder Executivo, SIAFEM 2017 e SIAFE-TO 2018.

O quadro acima, referente ao Poder Executivo, evidencia que no exercício de 2017 a receita foi maior que a despesa, resultando no superávit de R$ 1.258.515.712,47. Em 2018 a receita também foi superior à despesa, resultando no superávit de R$ 612.073.379,36.

A evolução do superávit no exercício de 2018 em comparação com o ano de 2017 foi negativa em (51,37%).

Concernente às receitas e despesas, por fonte de recursos, no exercício de 2018, cita-se as fontes que apresentaram superávits mais expressivos: 0100 com R$ 2.537.334.723,43, 0240 com R$ 73.089.530,56 e 0238 com R$ 43.400.927,67.

Com relação aos déficits mais elevados destacamos: 0102 com (R$ 1.078.101.198,51), 0101 com (R$ 464.194.239,77) e 0241 com (R$ 415.495.516,26).

3.4.2 Disponibilidades Financeiras – Consolidado e Poder Executivo

O quadro abaixo evidencia as disponibilidades financeiras do Estado, por fonte de recursos distinguindo os recursos vinculados e os recursos não vinculados e os restos a pagar processados e não processados do Estado (consolidados) e do Poder Executivo, inclusive os remanescentes de exercícios anteriores:

QUADRO 60 – Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar - Consolidado 2018

IDENTIFICACAO DOS RECURSOS	FONTE	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTO	OBRIGACÕES FINANCEIRAS		RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	DEMAIS OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO
			RESTOS A PAGAR LIQUIDADOS E NÃO PAGOS					
			DE EXERCICIOS ANTERIORES	DO EXERCICIO				
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)		**4.429.918.861,09**	**58.920.702,61**	**58.206.952,92**	**62.608.672,71**	**122.696.007,86**	**4.127.486.524,99**	**117.179.691,56**
Receitas de Impostos / Transferência de Impostos-Educação	0101	743.390,76	24.020.478,42	2.228.054,87	29.547.711,14	94.736,19	-55.147.589,86	883.218,79
Transferências do Fundeb	0214	7.459.931,95	30.736.198,62	2.053.998,62	12.069,25	94.887,85	-25.437.222,39	696.145,55
Outros Recursos Destinados à Educação	0000	39.817.018,39	135.608,15	550.941,76	1.092.593,00	3.805,14	38.034.070,34	5.861.864,25
Receitas de Impostos / Transferência de Impostos-Saúde	0102	2.753.176,58	698.519,25	1.625.833,77	36.110,03	1.192.817,46	-800.103,93	186.401,53
Recursos Vinculados à Saúde	0000	99.746.682,70	199.921,24	1.719.201,94	3.806.207,85	286.734,48	93.734.617,19	21.385.374,25
Recursos Vinculados à Seguridade Social	0237	2.056.926,36	8.908,99	2.538,75	95.086,05	0,00	1.950.392,57	272.733,40
Recursos Destinados ao RPPS - Plano Previdenciário	0000	3.643.077.601,40	0,00	121.600,92	0,00	0,00	3.642.956.000,48	0,00
Recursos Destinados ao RPPS - Plano Financeiro	0000	33.171.955,66	0,00	39.237.158,63	0,00	152.074,86	-6.217.277,83	954.965,33
Recursos de Operações de Credito-exceto Educação e Saúde	0000	115.331.342,06	805.170,80	1.258.050,45	13.915.560,42	11.130.231,36	88.222.329,03	24.997.327,89
Alienação de Bens	0226	18.907.105,30	20.514,44	147.949,12	0,00	8.275.440,32	10.463.201,42	206.633,46
Outras Destinações Vinculadas de Recursos	0000	466.853.729,93	2.295.382,70	9.261.624,09	14.103.334,97	101.465.280,20	339.728.107,97	61.735.027,11
TOTAL DOS RECURSOS NAO VINCULADOS (II)		**508.622.807,50**	**85.839.242,33**	**44.054.051,38**	**97.911.939,89**	**377.153.832,92**	**-96.336.259,02**	**68.876.313,29**
Recursos Ordinários	0000	508.622.807,50	85.839.242,33	44.054.051,38	97.911.939,89	377.153.832,92	-96.336.259,02	68.876.313,29
TOTAL (III) = (I + II)		**4.938.541.668,59**	**144.759.944,94**	**102.261.004,30**	**160.520.612,60**	**499.849.840,78**	**4.031.150.265,97**	**186.056.004,85**

FONTE: Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar, Vol. VIII, fl. 2507.

No quadro 60, Geral do Estado, a disponibilidade de caixa bruta de R$ 4.938.541.668,59, menos as obrigações de R$ 907.391.402,62, resultou na disponibilidade de caixa líquida de R$ 4.031.150.265,97, antes da inscrição de restos a pagar não processados.

Verifica-se nas disponibilidades de caixa líquida os maiores saldos superavitários nas seguintes fontes de recursos: recursos destinados ao RPPS – Plano Previdenciário com R$ 3.642.956.000,48, outras destinações vinculadas de recursos com R$ 339.728.107,97 e recursos vinculados à saúde com R$ 93.734.617,19.

Relacionamos também os maiores saldos deficitários nas seguintes fontes: recursos ordinários com (R$ 96.336.259,02), receitas de impostos/transferências de impostos-educação com (R$ 55.147.589,86) e transferências do FUNDEB com (R$ 25.437.222,39).

QUADRO 61 – Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar – Poder Executivo 2018

IDENTIFICACAO DOS RECURSOS	FONTE	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTO	OBRIGACÕES FINANCEIRAS		RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	DEMAIS OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO
			RESTOS A PAGAR LIQUIDADOS E NÃO PAGOS					
			DE EXERCICIOS ANTERIORES	DO EXERCICIO				
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)		**4.429.607.260,32**	**58.920.702,61**	**58.206.952,92**	**62.608.672,71**	**122.664.214,53**	**4.127.206.717,55**	**117.107.698,26**
Receitas de Impostos / Transferência de Impostos-Educação	0101	743.390,76	24.020.478,42	2.228.054,87	29.547.711,14	94.736,19	-55.147.589,86	883.218,79
Transferências do Fundeb	0214	7.459.931,95	30.736.198,62	2.053.998,62	12.069,25	94.887,85	-25.437.222,39	696.145,55
Outros Recursos Destinados à Educação	0000	39.817.018,39	135.608,15	550.941,76	1.092.593,00	3.805,14	38.034.070,34	5.861.864,25
Receitas de Impostos / Transferência de Impostos-Saúde	0102	2.753.176,58	698.519,25	1.625.833,77	36.110,03	1.192.817,46	-800.103,93	186.401,53
Recursos Vinculados à Saúde	0000	99.746.682,70	199.921,24	1.719.201,94	3.806.207,85	286.734,48	93.734.617,19	21.385.374,25
Recursos Vinculados à Seguridade Social	0237	2.056.926,36	8.908,99	2.538,75	95.086,05	0,00	1.950.392,57	272.733,40
Recursos Destinados ao RPPS - Plano Previdenciário	0000	3.643.077.601,40	0,00	121.600,92	0,00	0,00	3.642.956.000,48	0,00
Recursos Destinados ao RPPS - Plano Financeiro	0000	33.171.955,66	0,00	39.237.158,63	0,00	152.074,86	-6.217.277,83	954.965,33
Recursos de Operações de Credito-exceto Educação e Saúde	0000	115.331.342,06	805.170,80	1.258.050,45	13.915.560,42	11.130.231,36	88.222.329,03	24.997.327,89
Alienação de Bens	0226	18.629.287,65	20.514,44	147.949,12	0,00	8.243.646,99	10.217.177,10	134.640,16
Outras Destinações Vinculadas de Recursos	0000	466.819.946,81	2.295.382,70	9.261.624,09	14.103.334,97	101.465.280,20	339.694.324,85	61.735.027,11
TOTAL DOS RECURSOS NAO VINCULADOS (II)		**476.713.606,55**	**85.719.019,90**	**39.265.575,15**	**97.410.111,65**	**353.933.181,39**	**-99.614.281,54**	**44.484.191,07**
Recursos Ordinários	0000	476.713.606,55	85.719.019,90	39.265.575,15	97.410.111,65	353.933.181,39	-99.614.281,54	44.484.191,07
TOTAL (III) = (I + II)		**4.906.320.866,87**	**144.639.722,51**	**97.472.528,07**	**160.018.784,36**	**476.597.395,92**	**4.027.592.436,01**	**161.591.889,33**

FONTE: Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar, Vol. VIII, fl. 2503.

No demonstrativo acima, do Poder Executivo, a disponibilidade de caixa bruta de R$ 4.906.320.866,87, menos as obrigações de R$ 878.728.430,86, resultou na disponibilidade de caixa líquida de R$ 4.027.592.436,01, antes da inscrição de restos a pagar não processados.

Verifica-se nas disponibilidades de caixa líquida os maiores saldos superavitários nas seguintes fontes de recursos: recursos destinados ao RPPS – Plano Previdenciário com R$ 3.642.956.000,48, outras destinações vinculadas de recursos com R$ 339.694.324,85 e recursos vinculados à saúde com R$ 93.734.617,19.

Relacionamos também os maiores saldos deficitários nas seguintes fontes: recursos ordinários com (R$ 99.614.281,54), receitas de impostos/transferências de impostos-educação com (R$ 55.147.589,86) e transferências do FUNDEB com (R$ 25.437.222,39).

Capítulo 4

ANÁLISE DA CONFORMIDADE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA REFERENTE AOS LIMITES LEGAIS

CAPÍTULO 4

ANÁLISE DA CONFORMIDADE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA REFERENTE AOS LIMITES LEGAIS

Os limites legais previstos nas Constituições Federal, Estadual e Leis Complementares, devem ser rigorosamente observados, sob pena de sanções políticas e administrativas. Neste sentido, o Governo do Estado cumpriu com os limites estabelecidos pela Constituição Federal e pela Lei de Responsabilidade Fiscal, exceto quanto ao limite de gastos com Pessoal do poder executivo que excedeu em 8,89%.

4.1 DESPESAS DE PESSOAL CONSOLIDADO E PODER EXECUTIVO

No que concerne a gastos com pessoal, a Lei de Responsabilidade Fiscal, no art. 18, §§ 1º e 2º, assim estatui:

> "Art. 18. Para os efeitos desta Lei Complementar, entende-se como despesa total com pessoal: o somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência.
>
> § 1º Os valores dos contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos serão contabilizados como "Outras Despesas de Pessoal".
>
> § 2º A despesa total com pessoal será apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos onze imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência."

A seguir serão demonstrados os quadros concernentes à despesa total com pessoal Consolidada e do Poder Executivo:

QUADRO 62 – Demonstrativo da Despesa de Pessoal – Consolidado – Poder Executivo, Legislativo e Judiciário (exceto a Procuradoria Geral de Justiça) – 2018

DEMONSTRATIVO DA DESPESA DE PESSOAL	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	**5.939.852.288,04**
Pessoal Ativo	4.906.234.812,45
Pessoal Inativo e Pensionista	1.033.617.475,59
Outras Desp. de Pessoal decorrentes de Contr. de Terceirização (art. 18 da LRF)	-
Despesas não Computadas (art. 19, § 1° da LRF) (II)	1.568.724.826,60

DEMONSTRATIVO DA DESPESA DE PESSOAL	
(-) Indenizações por Demissões e Incentivo à Demissão Voluntária	25.806.117,21
(-) Decorrentes de Decisão Judicial	57.774.496,05
(-) Despesas de Exercícios Anteriores	451.526.737,75
(-) Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.033.617.475,59
TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL - TDP (III) = (I - II)	4.371.127.461,44
Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (IV)	1.394.675,18
(-) Indenização p/Demissão e Incentivo a Demissão Voluntária	2.862,00
(-) Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00
(-) Despesas de Exercícios Anteriores	1.020.455,09
Valor Líquido oriundo das Inscrições em RPNP (V)	1.394.675,18
DESPESA TOTAL COM PESSOAL (VI) = (III + VI)	**4.372.522.136,62**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	6.644.520.189,27
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (§ 13, art. 166 da CF)	343.544,50
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA	6.644.176.644,77
% TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO TDP/RCL	**65,81**
LIMITE MÁXIMO 60%	**3.986.505.986,86**
LIMITE PRUDENCIAL 57%	**3.787.180.687,52**
LIMITE DE ALERTA 54%	**3.587.855.388,18**

FONTE: RGF – Anexo 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") - Balanço Geral do Estado – Vol. VIII, fl. 2505.
Nota: não foram considerados no cômputo deste demonstrativo as despesas de pessoal da Procuradoria Geral de Justiça, devido ter sido adotado o critério estabelecido pelo Manual de Demonstrativos Fiscais – Portaria STN nº 495 de 06 de junho de 2017, impossibilitando a consolidação com o Poder Executivo, Legislativo e Judiciário, pois os mesmos seguiram a Resolução TCE-TO nº 02/2019 – Pleno de 30 de janeiro de 2019.

Os gastos com pessoal e encargos sociais, consolidados dos poderes executivo, legislativo e judiciário do Estado (exceto a Procuradoria Geral de Justiça), representaram **65,81%** da Receita Corrente Líquida, superior ao limite legal estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal – (inciso I, II e III, art. 20 da LRF) – de 60% e acima do limite prudencial, o qual é definido em 57% conforme prevê o parágrafo único do art. 22 da LRF.

QUADRO 63 – Demonstrativo da Despesa de Pessoal – Procuradoria Geral de Justiça – 2018

DEMONSTRATIVO DA DESPESA DE PESSOAL	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	**147.020.010,80**
Pessoal Ativo	147.020.010,80
Pessoal Inativo e Pensionista	-
Outras Desp. de Pessoal decorrentes de Contr. de Terceirização (art. 18 da LRF)	-
Despesas não Computadas (art. 19, § 1° da LRF) (II)	7.430.945,81

DEMONSTRATIVO DA DESPESA DE PESSOAL	
(-) Indenizações por Demissões e Incentivo à Demissão Voluntária	6.802.128,19
(-) Decorrentes de Decisão Judicial	-
(-) Despesas de Exercícios Anteriores	628.817,62
(-) Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	-
TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL - TDP (III) = (I - II)	7.430.945,81
Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (IV)	0,00
(-) Indenização p/Demissão e Incentivo a Demissão Voluntária	0,00
(-) Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00
(-) Despesas de Exercícios Anteriores	0,00
Valor Líquido oriundo das Inscrições em RPNP (V)	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL (VI) = (III + VI)	**139.589.064,99**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	7.190.329.051,43
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (§ 13, art. 166 da CF)	343.544,50
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA	7.189.985.506,93
% TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO TDP/RCL	**1,94**
LIMITE MÁXIMO 2,00%	**143.799.710,14**
LIMITE PRUDENCIAL 1,90%	**136.609.724,63**
LIMITE DE ALERTA 1,80%	**129.419.739,12**

FONTE: RGF – Anexo 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") - Balanço Geral do Estado – Vol. VIII, fl. 2506.

QUADRO 64 – Demonstrativo da Despesa de Pessoal - Poder Executivo – 2018

DEMONSTRATIVO DA DESPESA DE PESSOAL	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	**5.373.098.451,09**
Pessoal Ativo	4.339.480.975,50
Pessoal Inativo e Pensionista	1.033.617.475,59
Outr. Desp. de Pessoal decorrentes de Contr. de Terceirização (art. 18 da LRF)	-
Despesas não Computadas (art. 19, § 1° da LRF)(II)	1.528.362.499,24
(-) Indenizações por Demissões e Incentivo à Demissão Voluntária	20.075.616,83
(-) Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	29.484.007,74
(-) Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	445.185.399,08
(-) Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.033.617.475,59
TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL - TDP(III) = (I - II)	**3.844.735.951,85**
Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (IV)	2.417.992,27

DEMONSTRATIVO DA DESPESA DE PESSOAL	
(-) Indenizações por Demissões e Incentivo à Demissão Voluntária	2.862,00
(-) Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-
(-) Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	1.020.455,09
(-) Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	-
Valor Líquido oriundo das Inscrições em RPNP (V)	1.394.675,18
DESPESA TOTAL COM PESSOAL (VI) = (III + V)	**3.846.130.627,03**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA - RCL	**6.644.176.644,77**
% TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO TDP/RCL	**57,89**
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 49%	3.255.646.555,94
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 46,55%	3.092.864.228,14
LIMITE DE ALERTA (inciso do § 1º do art. 59 da LRF) - 44,10%	2.930.081.900,34

FONTE: RGF – Anexo I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") - Balanço Geral do Estado – Vol. V III, fl. 2499.

Os gastos com pessoal e encargos sociais relativos ao Poder Executivo representaram **57,89%** da Receita Corrente Líquida, superando o limite prudencial de 46,55% (parágrafo único, art. 22 da LRF), e ultrapassando também o limite máximo estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal que é de 49% (incisos I, II e III, art. 20 da LRF).

Como prevenção ao fato ora citado, durante o exercício em análise, este Órgão de Controle Interno oficializou aos gestores de órgãos e entidades, inclusive com o envio de orientações técnicas no decorrer do exercício, alertando sobre a imperiosa necessidade de adoção de medidas de retorno aos índices legais permitidos, esculpidos nos arts. 22 e 23 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Ressalta-se que foram adotadas as medidas para o retorno da despesa total com pessoal, pelos gestores estaduais, cujo teor está contido no Plano de Ação, anexo a este relatório. No entanto, não foram suficientes para atingir o limite prudencial, ficando o Poder Executivo, no encerramento do exercício em análise, acima do limite prudencial estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, conforme quadro acima. Verifica-se também que foram realizadas projeções para reenquadramento do Limite de Pessoal, de acordo com a LRF, para os anos de 2019 a 2020, conforme anexo a este relatório.

4.2 APLICAÇÃO NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

A Constituição Federal em seu artigo 212 estabelece que os Estados devem aplicar anualmente no mínimo 25% da receita resultante de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino, compreendidas as provenientes de transferências.

Neste exercício em análise o Estado atendeu ao que determina a Lei, encerrando o ano com o índice de aplicação correspondente a 25,45%, ou seja, 0,45% acima do limite mínimo exigido.

Para confirmar a situação, através dos dados contábeis da despesa, bem como sua evolução percentual em relação ao exercício anterior, detalhamos no quadro a

seguir os gastos realizados com Educação, apresentando os respectivos índices em 2017 e 2018:

QUADRO 65 – Comparativo da Despesa Realizada com Educação – 2017 e 2018

ESPECIFICAÇÃO	2017	2018	% 2018/2017
Receita Liquida de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais	6.172.732.937,39	6.679.638.365,73	**8,21**
Aplicação na Educação	1.552.325.192,09	1.700.097.236,99	**9,52**
% de Aplicação Realizada	25,15	25,45	**1,19**
% LIMITE CONSTITUCIONAL MÍNIMO A APLICAR	25,00	25,00	0,00

FONTE: RREO – Anexo 8 (LDB, art. 72), Vol. VIII, fls. 2488 a 2489 e exercício de 2017

Conforme prevê o art. 212 da Constituição Federal, os Estados devem aplicar no mínimo 25% da receita resultante de impostos do exercício em manutenção do desenvolvimento do ensino, percentual que foi alcançado pelo Estado caracterizando o cumprimento do limite legal estabelecido, conforme os dados demonstrados acima.

O gasto realizado com educação em 2018 foi de R$ 1.700.097.236,99, valor correspondente a 25,45% das receitas líquidas de impostos, ficando com um índice acima do limite mínimo previsto em 0,45%.

Na aplicação de recursos destinados à educação em 2018 constatou-se um acréscimo de **9,52%** em relação ao exercício de 2017, superando a evolução da receita líquida de impostos e transferências constitucionais e legais que atingiu o índice de 8,21%. No exercício de 2017 contatou-se uma aplicação de recursos no percentual de 25,15%, sendo que em 2018 foi aplicado 25,45%, gerando um aumento de 1,19% em relação ao índice anterior.

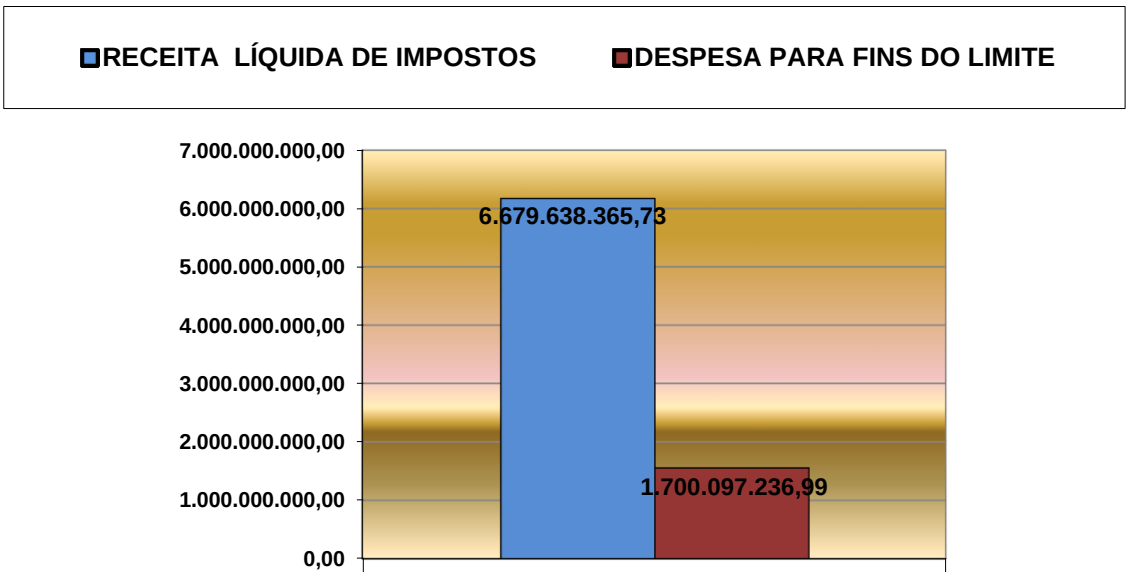


GRÁFICO 12 – Limite de Despesas com Educação

4.3 APLICAÇÃO DE RECURSOS NAS AÇÕES DE SAÚDE

O disposto no artigo 198 da Constituição Federal e no artigo 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, alterados pela Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000 e ainda a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012 asseguram os recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde.

O inciso II do artigo 77 do ADCT determina que os Estados e o Distrito Federal devam aplicar 12% (doze por cento) nas ações e serviços públicos de saúde, do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o artigo 155, dos recursos de que tratam os artigos 157 e 159, inciso I, a línea "*a"*, e inciso II, da Constituição Federal, deduzidas as parcelas que forem transferidas aos seus Municípios.

> "A Lei Complementar Federal nº 141, de 13 de janeiro de 2012, em seu art. 6º, determina: Os Estados e o Distrito Federal aplicarão, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde, no mínimo, 12% (doze por cento) da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 155 e dos recursos de que tratam o art. 157, a alínea "*a*" do inciso I e o inciso II do *caput* do art. 159, todos da Constituição Federal, deduzidas as parcelas que forem transferidas aos respectivos Municípios.".

No quadro a seguir apresenta-se o demonstrativo da participação das despesas próprias com ações e serviços públicos de saúde sobre a Receita Líquida de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais em 2018, e no exercício anterior, bem como, o limite constitucional, a margem de aplicação e a evolução de 2018 em relação a 2017.

QUADRO 66 – Comparativo da Despesa Realizada com Saúde – 2017 e 2018

ESPECIFICAÇÃO	2017	2018	% 2018/2017
Receita Liquida de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais	6.172.732.937,39	6.679.638.362,73	8,21
Aplicação na Saúde	1.112.822.494,92	1.099.336.716,56	-1,21
% de Aplicação Realizada	18,02	16,46	-8,66
% LIMITE CONSTITUCIONAL	12,00	12,00	0,00

FONTE: RREO – Art. 77 – (LC 141/2012. Art. 35), Vol VIII, fls. 2496 e 2496A e exercício de 2017.

Conforme demonstrado no quadro acima, no exercício de 2018 foram gastos com Saúde 16,46% da receita líquida de impostos e transferências constitucionais e legais, ficando acima do limite mínimo constitucional que é de 12%.

Comparando o período 2018 com o de 2017, constata-se que a Receita Líquida de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais apresentou uma evolução de 8,21%, e a Aplicação de Recursos na Saúde no montante de R$ 1.099.336.716,56 teve um decréscimo de -1,21% em relação aos gastos do exercício anterior.

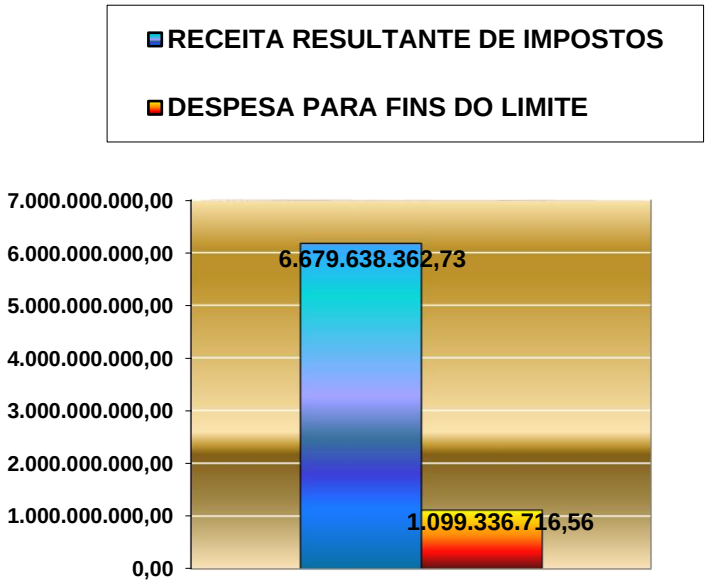


GRÁFICO 13 – Limite de Despesas com Saúde

4.4 DEMONSTRATIVO DE APURAÇÃO E EVOLUÇÃO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Outro conceito importante é o da Receita Corrente Líquida, que se constitui pelo somatório das receitas correntes, deduzidas as transferências constitucionais e legais repassadas, as contribuições de servidores para o plano de seguridade social, bem como, as receitas oriundas de compensação entre sistemas de previdência.

De acordo com o § 3° do artigo 2° da LRF, apura-se a receita corrente líquida somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos onze anteriores, excluídas as duplicidades.

QUADRO 67 – Demonstrativo de Apuração da Receita Corrente Líquida – 2018

ESPECIFICAÇÃO	2018
Receitas Correntes	**9.474.345.240,40**
(-) Transferências Constitucionais Repassados	-830.144.949,14
(-) Contribuição - Plano Seguridade Social Servidor	-217.725.206,43
(-) Compensação Financeira Entre Regimes de Previdência	-9.382.143,35
(-) Dedução da Receita para Formação do FUNDEB	-1.226.763.890,05
Receita Corrente Líquida	**7.190.329.051,43**

FONTE: RREO – Art. 53 – Inciso I, Anexo III, Vol. VIII, fl. 2483.

QUADRO 68 – Resumo Comparativo da Receita Corrente Líquida – 2017 e 2018

DESCRIÇÃO	2017	2018
RECEITAS CORRENTES (I)	**9.427.400.675,16**	**9.474.345.240,40**
DEDUÇÕES (II)	**-2.229.260.437,90**	**-2.284.016.188,97**
TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS	-742.411.299,50	-830.144.949,14
DEDUÇÃO PARA O FUNDEB	-1.134.887.656,24	-1.226.763.890,05
CONTRIBUIÇÃO PARA SEGURIDADE SOCIAL	-341.303.690,34	-217.725.206,43
COMP. FINANC. ENTRE REGIMES DE PREVIDÊNCIA	-10.657.791,82	-9.382.143,35
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I - II)	**7.198.140.237,26**	**7.190.329.051,43**
DIFERENÇA EM VALOR (2018 – 2017)	**-7.811.185,83**	
% EVOLUÇÃO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	**-0,11**	

FONTE: RREO – Art. 53 – Inciso I, Anexo III, Vol. VIII, fl. 2483 e exercício de 2017.

Verificou-se, no exercício em análise, que a Receita Corrente Líquida teve uma redução de (0,11) % em relação ao ano de 2017, valor correspondente a (R$ 7.811.185,83), sendo neste caso, bem inferior ao índice de inflação IPCA, que foi de 3,75% em 2018.

No quadro a seguir demonstra-se a Receita Corrente Líquida dos últimos quatro (4) anos, bem como, a análise de sua evolução dos últimos três (3) exercícios em relação ao anterior e o somatório acumulado neste período.

QUADRO 69 – Evolução da Receita Corrente Líquida - 2015 a 2018

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA				
ANO DE 2015	**ANO DE 2016**	**ANO DE 2017**	**ANO DE 2018**	**% EVOL. PERÍODO**
6.304.771.944,72	7.293.584.929,36	7.198.140.237,26	7.190.329.051,43	14,26
% EVOLUÇÃO	15,68	-1,31	-0,11	

FONTE: RREO – Art. 53 – Inciso I, Anexo III, VIII, fl. 2483 e exercícios de 2015 a 2017.

4.5 SITUAÇÃO DA DÍVIDA, RESULTADO NOMINAL E PRIMÁRIO E DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A Dívida Pública Consolidada se caracteriza pelas obrigações financeiras assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a 12 meses, com base no inciso I, art. 29 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Classificam-se como Dívida Consolidada ou Fundada os compromissos assumidos com vencimento superior a doze meses e que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate, com base na Lei Federal nº 4.320/64, artigos 98 e 105, § 4º.

O Resultado Nominal tem como objetivo medir a evolução da Dívida Fiscal Líquida, entre o exercício atual e o anterior.

As Operações de Crédito são compromissos financeiros, assumidos em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão de aceite de título, aquisição financeira de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros.

Os limites da dívida e das operações de crédito são fixados em percentual da Receita Corrente Líquida (RCL) para cada esfera de governo, e aplicados, igualmente, a todos os entes da Federação que façam parte de seu cálculo, constituindo, para cada um deles, percentuais máximos estabelecidos pelas Resoluções do Senado Federal 40 e 43.

As Garantias correspondem às fianças e avais concedidos pelo ente federativo em operações de crédito, inclusive com recurso de fundos de aval. A assunção de risco creditício em linhas de crédito, o seguro de crédito à exportação e outras garantias de natureza semelhante que representem compromisso de adimplência de obrigação financeira ou contratual.

QUADRO 70 – Demonstrativo dos Limites da Dívida e Operações de Crédito – 2017 e 2018

ESPECIFICAÇÃO	ANO DE 2017		ANO DE 2018		Limite Máximo	% 2018/ 2017
	VALOR	% sobre a RCL	VALOR	% sobre a RCL		
RCL	7.198.140.237,26	-	7.190.329.051,43	-	-	-0,11
Divida Consolidada Líquida	2.735.798.547,03	38,01	2.264.898.270,20	31,50	200%	-17,21
Operações de Crédito	239.797.516,05	3,33	124.770.530,07	1,74	16%	-47,97

FONTE: Anexo 2 (LRF), Vol. VIII, fl. 2500 e Anexo 4 Vol. VIII, fl. 2502 e exercício de 2017.

A Dívida Consolidada Líquida e as Operações de Crédito do Estado, no exercício de 2018 foram de R$ 2.264.898.270,20 e R$ 124.770.530,07 respectivamente. Sendo que a Dívida Consolidada Líquida apresentou uma redução de (17,21) %, e as Operações de Crédito também reduziram em (47,97) % em relação ao exercício de 2017.

Com relação à Receita Corrente Líquida, a Dívida Consolidada Líquida apresentou índice de 31,50% e as Operações de Crédito índice de 1,74%. Esses números demonstram que o Estado se encontra em situação favorável, quando comparados ao limite máximo demostrado no quadro acima.

QUADRO 71 – Comparativo da Dívida Fundada (exceto regime previdenciário) 2017 e 2018

ESPECIFICAÇÃO	2017	2018	Variação %
	Valor (R$)	Valor (R$)	2018/2017
Dívida consolidada	3.398.117.257,74	3.332.544.720,16	-1,93
Deduções	662.318.710,71	1.067.646.449,96	61,20
Dívida Consolidada Líquida	2.735.798.547,03	2.264.898.270,20	-17,21
Receita Corrente Líquida	7.198.140.237,26	7.190.329.051,43	-0,11
% da Dívida Consolidada/RCL	47,21	46,35	-1,83
% da Dívida Consolidada Líquida/RCL	38,01	31,50	-17,13
Limite de Comprometimento Permitido 200%	14.396.280.474,52	14.380.658.102,86	-0,11

FONTE –RGF – Anexo 2 (LRF, art.55, Inciso I, alínea "b"), Vol. VIII, fl. 2500 e exercício de 2017.

Observa-se que em 2018 a Dívida Consolidada diminuiu (1,93%), sendo que a Dívida Consolidada Líquida reduziu (17,21) %, obtendo uma redução de 471,0 milhões de reais, se comparado com o ano de 2017, passando de R$ 2,7 bilhões em 2017 para R$ 2,3 bilhões em 2018.

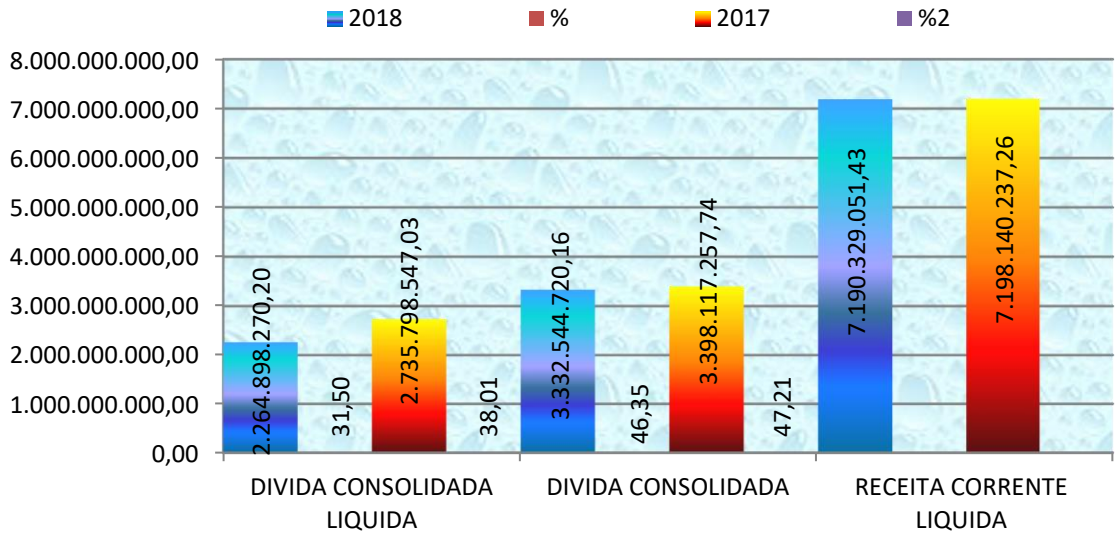


GRÁFICO 14 – Dívida Fundada em Função da Receita Corrente Líquida

O Gráfico acima demonstra o percentual de 31,50% da Dívida Consolidada Líquida e 46,35% da Dívida Consolidada sobre a Receita Corrente Líquida, situação favorável quanto ao endividamento do Estado, considerando o limite de 200%, definido pela Resolução nº 40 do Senado Federal.

QUADRO 72 – Composição e Variação da Dívida Interna e Externa Consolidada - 2017/2018

COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA CONSOLIDADA	2017	2018	COMPOSIÇÃO 2018	Variação % 2018/2017
Dívida Interna (a)	1.477.490.930,63	1.448.721.087,11	43,47	-1,95
Dívida Externa (b)	1.005.241.551,77	1.135.783.141,71	34,08	12,99
Parcelamento e Renegociação de Dívidas (c)	652.431.133,70	476.369.239,88	14,29	-26,99
Precatórios de Exercícios Anteriores (d)	262.953.641,64	271.671.251,46	8,15	3,32
RESULTADO = a + b + c + d	**3.398.117.257,74**	**3.332.544.720,16**	**100**	-1,93

FONTE:RGF – Anexo 2 (LRF, art.55, Inciso I, alínea "b"), Vol. VIII, fl. 2500 e exercício de 2017.

A dívida Consolidada de 2018 foi de R$ 3.332.544.720,16, composta por 43,47% Interna, 34,08% Externa, 14,29% Parcelamento e Renegociação de dívidas e 8,15% correspondente aos Precatórios.

Analisando a relação com o ano anterior, verifica-se uma redução de (1,95%) na dívida interna e aumento de 12,99% na dívida externa, ao passo que os precatórios aumentaram em 3,32% em relação ao exercício de 2017.

QUADRO 73 – Comparativo das Operações de Crédito Realizadas - 2017 e 2018

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	2017	2018	% 2018/2017
Operações de Crédito	239.797.516,05	140.578.477,60	-41,38
Internas	35.515.813,04	29.314.451,30	-17,46
Externas	204.281.703,01	111.264.026,30	-45,53
Por Antecipação da receita	-	-	-
Total das Operações de Crédito (A)	239.797.516,05	140.578.477,60	-41,38
Receita Corrente Líquida – RCL (B)	7.198.140.237,26	7.190.329.051,43	-0,11
Total considerado para fins da apuração do cumprimento do limite	239.797.516,05	124.770.530,07	-47,97
% Operações de Créd. Int. e Externas sobre a RCL (A/B)	3,33%	1,74%	-47,75
Limite Constitucional para realização de Operações de Crédito Internas e Externas.	16%	16%	

FONTE: RGF – Anexo 4 – (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III, alínea "c") vol. VIII, fl. 2502 e exercício de 2017.

Considera-se operação de crédito, na forma da LRF, art. 29, inciso III, como sendo compromisso financeiro assumido em razão de abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivados financeiros.

Segundo a LRF, em seu art. 12, § 2º, a contratação de operações de crédito, em cada exercício, fica limitada ao montante da despesa de capital.

Outro limite imposto pela Resolução n° 43 do Senado Federal, em seu art. 7º, inciso I, determina que o montante global das operações de créditos em um exercício financeiro não poderá ser superior a 16% (dezesseis por cento) da Receita Corrente Líquida - RCL.

Respeitando a regra constante na Constituição Federal, art. 167, inciso III, c/c a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, as operações de crédito em 2018 apresentaram uma redução de (41,38) % se comparadas ao exercício anterior. Observa-se que em relação à Receita Corrente Líquida diminuiu para 1,74% em 2018, sendo que no exercício de 2017 ficou em 3,33%. (Limite Constitucional 16,00%).

QUADRO 74 – Demonstrativo do Resultado Primário - 2018

RECEITAS PRIMÁRIAS	RECEITAS REALIZADAS
	2018
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	**7.353.866.838,28**
RECEITAS DE CAPITAL (II)	**176.850.395,52**
OPERAÇÕES DE CRÉDITOS (III)	140.578.477,60
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS (IV)	5.912.326,20
ALIENAÇÃO DE BENS	572.630,80
Receita de Alienação de investimentos Temporários (V)	-

RECEITAS PRIMÁRIAS	RECEITAS REALIZADAS
	2018
Receita de Alienação de investimentos Permanentes (VI)	-
Outras Alienações de Bens	572.630,80
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	29.786.960,92
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	-
Outras Receitas de Capital Não Primárias (VII)	-
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VIII) = (II - III - IV - V - VI - VII)	**30.359.591,72**
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (IX) = (I + VIII)	**7.384.226.430,00**

DESPESAS PRIMÁRIAS	DESPESAS EMPENHADAS
	2018
DESPESAS CORRENTES (X)	**7.370.956.608,65**
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA (XI)	165.327.755,08
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XII) = (X - XI)	**7.205.628.853,57**
DESPESAS DE CAPITAL (XIII)	**692.381.450,77**
CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINACIAMENTOS (XIV)	2.504.201,44
AQUISIÇÃO DE TÍTULO DE CAPITAL JÁ INTEGRALIZADO (XV)	-
AQUISIÇÃO DE TÍTULO DE CRÉDITO (XVI)	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA (XVII)	309.558.398,22
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XVIII) = (XIII - XIV – XV – XVI – XVII)	**380.318.851,11**
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XIX)	**-**
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XX) = (XII+XVIII+XIX)	**7.585.947.704,68**
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL PAGA (XXI)	**7.305.679.618,38**
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS PAGOS (XXII)	**173.340.082,84**
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (XXIII)	**76.286.725,52**
RESULTADO PRIMÁRIO - acima da linha (XXIV) = (IX – (XXI+XXII+XXIII)	**-171.079.996,74**
Meta de Resultado Primário Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o Exercício de 2018	**-474.973.000,00**

FONTE: RREO – Anexo 6 (LRF, art. 53, inciso III), Vol. VIII, fl. 2486.

QUADRO 75 – Demonstração Resumida do Resultado Primário - 2018

DISCRIMINAÇÃO RESUMIDA	2018
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL =	**7.384.226.430,00**
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL PAGA + RPNP PAGO E RPP PAGO =	**7.555.306.426,74**
RESULTADO PRIMÁRIO - acima da linha =	**-171.079.996,74**
META FIXADA =	**-474.973.000,00**
% EM RELAÇÃO À META	**36,02**

FONTE: RREO – Anexo 6 (LRF, art. 53, inciso III), Vol. VIII, fl. 2486.

A Receita Primária Total - corresponde ao total das receitas orçamentárias, deduzidas as operações de crédito, as provenientes de rendimento de aplicações financeiras, de amortizações de empréstimos concedidos e alienação de ativos.

A Despesa Primária Total - corresponde ao total das despesas orçamentárias, deduzidas as despesas com juros e amortização da dívida interna e externa, com aquisição de títulos de capital integralizado e as despesas com concessão de empréstimos com retorno garantido.

Observa –se que o Resultado Primário do Estado apurado no exercício de 2018 foi de (R$ 171.079.996,74), ficando dentro da meta fixada para o exercício que era de (R$ 474.973.000,00).

QUADRO 76 – Demonstrativo Resumido do Resultado Nominal - 2018

ESPECIFICAÇÃO	SALDO EM 31/12/2018
Resultado Primário – Acima da linha (I)	-171.079.996,74
Juros e Encargos Ativos (II)	71.335.952,04
Juros e Encargos Passivos (III)	222.028.713,50
RESULTADO NOMINAL - Acima da linha (IV) = (I + (II - III))	**-321.772.758,20**
DÍVIDA CONSOLIDADA (V)	**3.332.544.720,16**
DEDUÇÕES (VI)	**1.067.646.449,96**
Disponibilidade de Caixa	935.291.349,86
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.129.830.005,19
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	194.538.655,33
Demais Haveres Financeiros	132.355.100,10
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA 2018 (VII) = (V - VI)	**2.264.898.270,20**
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA 2017 (VIII)	2.735.798.547,03
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da linha (IX) = (VIII – VII)	**470.900.276,83**
VARIAÇÃO DO SALDO RPP (X)	23.966.871,59
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XI)	476.369.239,88
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da linha (V) = (IX- X +XI)	**923.302.645,12**
Meta de Resultado Nominal Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para 2018	735.259.000,00

FONTE: RREO – Anexo 6 (LRF, art. 53, inciso III), Vol. VIII, fl. 2486 e exercício de 2017.

QUADRO 77 – Resultado Nominal de 2018 em relação à meta fixada

DISCRIMINAÇÃO RESUMIDA	2018
RESULTADO NOMINAL - acima da linha	**-321.772.758,20**
META FIXADA =	735.259.000,00
% EM RELAÇÃO À META	**-43,76**

No exercício de 2018 o resultado nominal acima da linha ficou deficitária em (R$ 321.772.758,20), valor que se encontra abaixo da meta fixada para o exercício em

análise que era de R$ 735.259.000,00, com um índice de redução de (43,76%) em relação à meta prevista.

4.6 DEMONSTRAÇÃO DAS MOVIMENTAÇÕES DOS RESTOS A PAGAR

A definição de restos a pagar processados e não processados está fundamentada no artigo 36, parágrafo único, da Lei Federal nº 4.320/64, transcritos a seguir:

> "Art.36 – Consideram-se restos a pagar as despesas empenhadas mas não pagas até o dia 31 de dezembro, distinguindo-se as processadas das não processadas.
>
> Parágrafo único – os empenhos que correm à conta de créditos com vigência plurianual, que não tenham sido liquidados, só serão computados como Restos a Pagar no último ano de vigência do crédito."

QUADRO 78 – Situação dos Restos a Pagar dos exercícios de 2017 e 2018

Processados e Não Processados liquidados					*Não processados*					*Saldo 2017 + inscrições 2018*
Saldo em 2017	**Inscritos em 2018**	***Cancelados***	**Pagos**	**A pagar**	**Saldo em 2017**	**Inscritos em 2018**	**Cancelados**	**Pagos**	**A pagar**	
231.325.655,50	-	6.280.505,68	93.408.739,24	131.636.410,58	362.365.798,33	-	12.838.318,33	175.883.333,04	173.644.146,96	305.280.557,54
-	102.261.004,30	-	-	-		186.056.004,85	-	-	-	288.317.009,15
231.325.655,50	102.261.004,30	6.280.505,68	93.408.739,24	131.636.410,58	362.365.798,33	186.056.004,85	12.838.318,33	175.883.333,04	173.644.146,96	593.597.566,69
% EVOLUÇÃO	-51,44									

FONTE: RGF – Anexo 7 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a"), Vol. VIII, fl. 2487.

As despesas inscritas em Restos a Pagar, processados e não processados de 2018 apresentaram uma redução de (51,44%) em relação a 2017.

Em dezembro de 2017 existia um saldo inscrito em restos a pagar no valor de R$ 593.691.453,83, dos quais R$ 231.325.655,50 eram processados e R$ 362.365.798,33 não processados. Durante o exercício de 2018 foram cancelados R$ 19.118.824,01 e pagos R$ 269.292.072,28, restando um saldo a pagar de R$ 305.280.557,54 para o exercício seguinte.

Os Restos a Pagar inscritos em 2018 atingiram a importância de R$ 288.317.009,15, sendo R$ 102.261.004,30 processados e R$ 186.056.004,85 não processados. Esses valores, acrescidos do saldo remanescente de exercícios anteriores, alcançaram o montante de R$ 593.597.566,69 e seu pagamento deverá ocorrer durante o exercício de 2019.

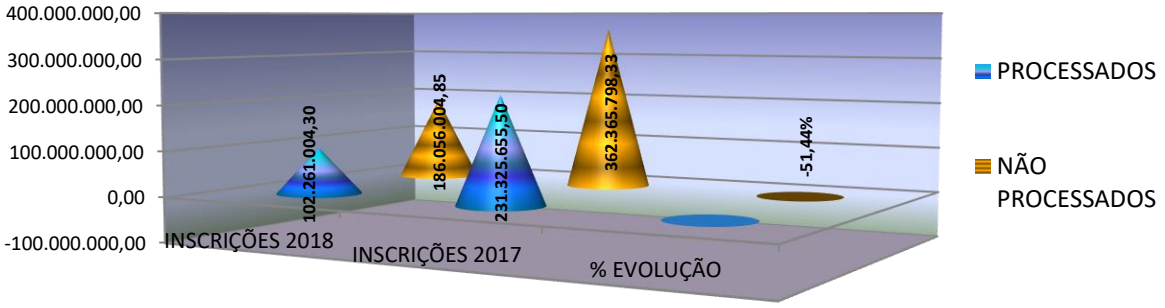


GRÁFICO 15 – Inscrição de Restos a Pagar e Evolução 2017/2018

4.7 EXECUÇÃO DA DESPESA DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

QUADRO 79 – Demonstrativo da Despesa Reconhecida como Despesa de Exercícios Anteriores - Geral do Estado – 2018

DESPESAS	AUTORIZADA (a)	EXECUTADA (b)	% EXECUTADA /AUTORIZADA	% PART/EXEC	DIFERENÇA © = (a) – (b)
Despesas Correntes	**772.645.576,96**	**735.076.300,42**	**95,14**	**95,93**	**37.569.276,54**
Pessoal e Encargos	487.534.841,39	481.510.992,06	98,76	62,84	6.023.849,33
Outras Despesas Correntes	285.110.735,57	253.565.308,36	88,94	33,09	31.545.427,21
Despesas de Capital	**139.823.068,39**	**31.186.783,53**	**22,30**	**4,07**	**108.636.284,86**
Investimentos	139.823.068,39	31.186.783,53	22,30	4,07	108.636.284,86
TOTAL	**912.468.645,35**	**766.263.083,95**	**83,98**	**100**	**146.205.561,40**

FONTE:IMPBY – Geral do Estado - Volume I, fls. 202 a 205.

O quadro acima demonstra a "despesa de exercícios anteriores" realizada em 2018, apresentando um total de R$ 766.263.083,95, sendo composta por 95,93% de despesas correntes, e 4,07% de despesas de capital. E foi executado 83,98% do montante autorizado.

4.8 DEMONSTRAÇÃO RESUMIDA DA DÍVIDA ATIVA

QUADRO 80 – Demonstrativo da Movimentação da Dívida Ativa – 2018

TRIBUTO	SALDO ANTERIOR	INSCRIÇÃO Principal + Juros e Multas da Dívida	RECEBIMENTO Principal + Juros e Multas da Dívida (-)	CANCELAMENTO	AJUSTES FINANC E N/FINANC	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	SALDO PARA 2019
ICMS	2.811.830.248,82	418.808.419,03	44.865.115,75	0,00	0,00	240.656.829,43	3.426.430.381,52
IPVA	39.076.970,70	71.087.398,96	37.551.807,38	0,00	0,00	7.247.896,83	79.860.459,11

TRIBUTO	SALDO ANTERIOR	INSCRIÇÃO Principal + Juros e Multas da Dívida	RECEBIMENTO Principal + Juros e Multas da Dívida (-)	CANCELAMENTO	AJUSTES FINANC E N/FINANC	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	SALDO PARA 2019
ITCD	314.143,31	29.675,62	24.904,93	0,00	0,00	27.558,94	346.472,94
N/TRIBUT	154.388.388,36	26.903.981,85	2.020.073,38	0,00	0,00	2.242.074,76	181.514.371,59
SUBTOTAL	3.005.609.751,18	516.829.475,46	84.461.901,44	0,00	0,00	250.174.359,96	3.688.151.685,16
PROCON	106.668.024,99	88.406.467,85	5.855.317,37	0,00	0,00	1.960.435,57	191.179.611,04
TOTAL	3.112.277.776,17	605.235.943,31	90.317.218,81	0,00	0,00	252.134.795,53	3.879.331.296,20
% EVOLUÇÃO	24,65						

FONTE: Movimentação da Dívida Ativa – Vol. VIII, fls.2444.

O Estado iniciou o exercício de 2018 com direitos provenientes da Dívida Ativa do ano anterior no valor de R$ 3.112.277.776,17. Durante o exercício ocorreram inscrições no valor de R$ 605.235.943,31; recebimentos relativos ao principal mais juros e multas de R$ 90.317.218,81, atualização monetária de R$ 252.134.795,53, não havendo cancelamentos e ajustes, ficando como créditos a receber no final do exercício a importância de R$ 3.879.331.296,20.

Os saldos demonstrados, se comparado com o ano anterior, revelam um acréscimo de 24,65% da Dívida Ativa em 2018.

Capítulo 5

PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS E SUA EXECUÇÃO

CAPÍTULO 5

PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS E SUA EXECUÇÃO

Com a visão estratégica de modernizar a gestão das políticas públicas do Estado, o Plano Plurianual (PPA) 2016-2019, foi construído tendo por base o plano de governo proposto durante a campanha eleitoral, do planejamento estratégico institucional da maioria das secretarias e entidades e do planejamento estratégico do Estado, levaram-se em conta as políticas públicas legalmente constituídas e os resultados da participação da sociedade nos encontros regionais.

O PPA 2016-2019 muda o foco da Gestão Pública e organiza a atuação por meio de diálogo e passa a olhar as mudanças na vida do cidadão criando uma nova cultura na Administração Pública que valoriza a gestão para resultados e o foco no cidadão, sendo estruturado por **eixos estratégicos, programas temáticos e de gestão** que deverão nortear o comportamento da Administração Pública Estadual:

- Eixo Estratégico: representa as escolhas estratégicas responsáveis pelo alcance dos resultados desejados, permeando os caminhos a serem percorridos para o sucesso de sua missão, estabelecendo-se as prioridades da Governança a partir do alinhamento das instituições às estratégias.

Programas Temáticos

Retrata no Plano Plurianual a agenda de governo organizada pelos Temas das Políticas Públicas e orienta a ação governamental. Sua abrangência deve ser a necessária para representar os desafios e organizar a gestão, o monitoramento, a avaliação, as transversalidades, as multisetorialidades e a territorialidade. O Programa Temático se desdobra em Valor Total, Indicadores, Objetivos, Metas e Ações.

Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado

São instrumentos do Plano que classificam um conjunto de ações destinadas ao apoio, à gestão e à manutenção da atuação governamental, bem como as ações não tratadas nos Programas Temáticos.

Os temas (políticas públicas) são áreas do conhecimento, compreendidos como relevantes e estratégicos para a atuação governamental. O entendimento é que os programas de governo públicos devem nascer de uma política de governo e de Estado, levando-se em conta as políticas públicas legalmente constituídas e os resultados da participação da sociedade nos encontros regionais e que as ações são consequências dos compromissos assumidos pelo governante.

Dentro desse contexto, o PPA 2016-2019, agrega 20 (vinte) programas temáticos e 03 (três) programas de gestão e manutenção de serviços do Estado, executados

pelo Poder Executivo (incluindo a Defensoria Pública), ressaltando que não integram no PPA os programas destinados exclusivamente a operações especiais e no caso das ações orçamentárias de todos os programas são discriminados nas leis orçamentárias anuais.

Assim, o modelo agregou vantagens ao Plano, resgatando a função planejamento, incorporando compromissos de governo e permitindo seu efetivo monitoramento, especialmente em relação aos seis eixos estratégico seguintes e seus respectivos Programas de Governo:

I – Saúde

- Integra Saúde

II - Educação e Conhecimento;

- Educação de Qualidade para Todos
- Educação Tecnológica, Profissional e Superior
- Cultura
- Ciência, Tecnologia e Inovação

III - Segurança Pública, Assistência Social e Direitos Humanos;

- Segurança Cidadã
- Assistência Social
- Trabalho e Mercado
- Juventude, Esporte e Lazer
- Direitos Humanos

IV - Desenvolvimento Agrícola e Meio Ambiente;

- Agricultura Familiar
- Desenvolvimento Agropecuário
- Infraestrutura Hídrica Para Irrigação e Usos Múltiplos
- Meio Ambiente e Recursos Hídricos

V - Desenvolvimento Regional, Urbano, Industrial;

- Desenvolvimento Regional, Urbano e Habitação
- Transporte e Logística
- Infraestrutura Pública
- Indústria, Comércio, Serviços, Turismo e Mineração

VI - Gestão Pública.

- Planejamento, Orçamento e Gestão

Poder Independente

- Justiça

Caracteriza-se de fundamental importância na gestão do PPA 2016-2019 a articulação dos meios necessários para viabilizar o alcance de seus objetivos e a consecução das suas metas, de maneira a aperfeiçoar os mecanismos de integração de políticas públicas, implementação, monitoramento, avaliação e revisão dos programas, de forma a executar os recursos públicos de forma racional e efetiva.

Foram definidos indicadores prioritários para a Administração Pública, conforme disposto no Anexo IV da Lei Estadual nº 3.051, de 21 de dezembro de 2015 que Institui o Plano Plurianual do Estado do Tocantins para o quadriênio 2016-2019, alterado pela Lei Estadual nº 3.343 de 28 de dezembro de 2017 – revisão PPA 2018, vinculados às áreas de resultados de segurança pública, transporte e logística, educação, saúde, projetos estruturantes, habitação social e desenvolvimento agropecuário, como forma de assegurar a concentração de esforços em áreas prioritárias da gestão governamental.

5.1 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL QUE DESENVOLVEU ATIVIDADES PARA A CONSECUÇÃO DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS

A estrutura básica e operacional do Poder Executivo foi estabelecida pela Lei n.º 3.404, de 13 de novembro de 2018, permitindo por ato do Chefe do Executivo, a promoção de reformas necessárias à adequação dos órgãos, entidades e unidades que a integram, compreendendo a Administração Direta e Indireta.

5.1.1 Cisões, Fusões, Extinções, Incorporações e Transformações.

Alterações da estrutura organizacional da Administração direta e indireta do Poder Executivo, conforme tabela abaixo:

Unidade Gestora anterior	Unidade Gestora atual	Lei de regulamentação
Secretaria da Fazenda e Secretaria do Planejamento e Orçamento	Secretaria da Fazenda e Planejamento	Lei 3.404, de 13 de novembro de 2018. DOE nº 5.238 de 16 de novembro de 2018
RENOMEADOS		
Unidade Gestora anterior	**Unidade Gestora atual**	**Lei de regulamentação**
Secretária-Geral de Governo e Articulação Política	Secretaria-Geral de Governo	Lei 3.404, de 13 de novembro de 2018. DOE nº 5.238 de 16 de novembro de 2018
Secretária da Infraestrutura, habitação e Serviços Públicos	Secretaria das Cidades e Infraestrutura	Lei 3.404, de 13 de novembro de 2018. DOE nº 5.238 de 16 de novembro de 2018
Controladoria-Geral do Estado	Controladoria Geral do Gasto Público e Transparência	Lei 3.404, de 13 de novembro de 2018. DOE nº 5.238 de 16 de novembro de 2018
Secretaria do Trabalho e Assistência Social	Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social	Lei 3.404, de 13 de novembro de 2018. DOE nº 5.238 de 16 de novembro de 2018

5.1.2 Unidades da Administração Direta

Com o intuito de alcançar as finalidades do Poder Executivo, obedecendo aos limites de atribuições e competências estabelecidas, balizados pelos seis eixos estratégicos, definidos no Plano Plurianual 2016/2019, a Administração Direta é composta por:

- Casa Civil
- Casa Militar
- Controladoria Geral do Gasto Público e Transparência
- Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins – CBMTO
- Polícia Militar do Estado do Tocantins – PMTO
- Procuradoria-Geral do Estado
- Secretaria da Administração
- Secretaria da Comunicação Social
- Secretaria da Educação, Juventude e Esportes
- Secretaria da Fazenda e Planejamento
- Secretaria das Cidades e Infraestrutura
- Secretária da Saúde
- Secretaria da Segurança Pública
- Secretaria de Cidadania e Justiça
- Secretaria do Desenvolvimento da Agricultura e Pecuária
- Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia, Turismo e Cultura
- Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
- Secretaria do Trabalho e Assistência Social
- Secretaria Geral de Governo

5.1.3. Unidades da Administração Indireta e Fundos Especiais

Com o propósito de desenvolver as funções do Governo, de forma descentralizada, nas áreas administrativa, financeira, econômica e social, a Administração Indireta do Estado do Tocantins é composta por:

AUTARQUIAS:

- Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins– ADAPEC

- Agência de Metrologia, Avaliação da Conformidade, Inovação e Tecnologia do Estado do Tocantins – AEM
- Agência Tocantinense de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos – ATR
- Agência Tocantinense de Saneamento – ATS
- Agência Tocantinense de Transportes e Obras – AGETO
- Banco do Empreendedor
- Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN-TO
- Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins – RURALTINS
- Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins - IGPREV
- Instituto de Terras do Tocantins – ITERTINS
- Instituto Natureza do Tocantins – NATURATINS
- Junta Comercial do Estado do Tocantins – JUCETINS
- Universidade Estadual do Tocantins - UNITINS

FUNDOS ESPECIAIS:

- Fundo Cultural
- Fundo de Apoio a Moradia Popular, Desenvolvimento Urbano e Preservação Ambiental - FUNDEPAN
- Fundo de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos
- Fundo de Defesa Agropecuária – FUNPEC
- Fundo de Desenvolvimento Econômico
- Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social – FUNDES
- Fundo de Fardamento da Polícia Militar
- Fundo de Fardamento do Corpo de Bombeiros
- Fundo de Gestão de Recursos Humanos e Patrimônio – FUNGERP
- Fundo de Modernização da Polícia Militar
- Fundo de Modernização e Aparelhamento do CBMTO
- Fundo de Modernização e Desenvolvimento Fazendário- FUNSEFAZ
- Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS’
- Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia

- Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza - FECOEP TO
- Fundo Estadual de Meio Ambiente – FUEMA
- Fundo Estadual de Proteção e Defesa Civil – FUNPDEC
- Fundo Estadual de Recursos Naturais
- Fundo Estadual para a Criança, o Adolescente e o Jovem
- Fundo Estadual Sobre Drogas
- Fundo Estadual de Saúde - FES
- Fundo Financeiro
- Fundo Previdenciário - FUNPREV
- Fundo para as Relações de Consumo – PROCON
- Fundo Social de Solidariedade do Estado do Tocantins - FUST
- Fundo Tocantinense de Economia Solidária – FTES
- Recursos sob a Supervisão da SEFAZ
- Recursos Sob a Supervisão da SEPLAN
- Fundo para Modernização da Policia Civil –FUNPOL-TO
- Fundo Penitenciário Estadual – FUNFES

FUNDAÇÕES:

- Fundação de Amparo à Pesquisa do Tocantins - FAPTO
- Fundação Radiodifusão Educativa do Estado do Tocantins - REDESAT

5.2 EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS - 2018

Com vistas ao desenvolvimento de políticas públicas de governo calcadas em eixos estratégicos, o Poder Executivo estabeleceu diretrizes voltadas para a realização de programas, com objetivos definidos para cada Órgão e Entidade, cujas estratégias para alcançá-los foram estruturadas em ações orçamentárias definidas no Plano Plurianual 2016/2019, sendo autorizados para o exercício de 2018 recursos da ordem de R$ 9.655.432.983,00, e executados o valor de R$ 7.386.620.191,07 demonstrando um bom nível de execução, correspondente a 76,50%, de acordo como evidenciado no quadro a seguir.

QUADRO 81 – Programas Governamentais por Eixos Estratégicos – Poder Executivo e Defensoria Pública

PROGRAMAS TEMÁTICOS		AUTORIZADO	EMPENHADO	% EXEC	EIXO
1165	Integra Saúde	752.464.460,00	477.891.045,38	63,51	I
SUBTOTAL		**752.464.460,00**	**477.891.045,38**	**63,51**	
1156	Educação de Qualidade para Todos	1.211.505.751,00	1.117.252.815,74	92,22	II
1157	Educação Tecnológica, Profissional e Superior	21.259.464,00	10.071.154,51	47,37	II
1158	Cultura	14.869.960,00	7.134.053,24	47,98	II
1159	Ciência, Tecnologia e Inovação	7.240.908,00	832.201,06	11,49	II
SUBTOTAL		**1.254.876.083,00**	**1.135.290.224,55**	**90,47**	
1160	Segurança Cidadã	192.446.324,00	113.753.232,80	59,11	III
1161	Assistência Social	54.636.359,00	5.091.995,10	9,31	III
1162	Trabalho e Mercado	29.768.223,00	3.305.262,79	11,10	III
1163	Juventude, Esporte e Lazer	16.161.207,00	7.887.617,67	48,81	III
1164	Direitos Humanos	103.534.605,00	57.160.285,80	55,21	III
SUBTOTAL		**396.546.718,00**	**187.198.394,16**	**47,20**	
1147	Agricultura Familiar	46.856.054,00	37.283.972,54	79,57	IV
1148	Desenvolvimento Agropecuário	66.085.587,00	41.134.453,69	62,24	IV
1149	Infraestrutura Hídrica Para Irrigação e Usos Múltiplos	98.945.452,00	16.262.383,96	16,44	IV
1150	Meio Ambiente e Recursos Hídricos	67.054.864,00	26.694.378,25	39,81	IV
SUBTOTAL		**278.941.957,00**	**121.375.188,44**	**43,51**	
1151	Desenvolvimento Regional, Urbano e Habitação	192.973.976,00	32.766.484,92	16,98	V
1152	Transporte e Logística	615.956.860,00	175.015.143,63	28,41	V
1153	Infraestrutura Pública	34.727.797,00	18.280.209,44	52,64	V
1155	Indústria, Comércio, Serviços, Turismo e Mineração	72.426.691,00	6.160.188,31	8,51	V
SUBTOTAL		**916.085.324,00**	**232.222.026,30**	**25,34**	
1166	Planejamento, Orçamento e Gestão	110.825.889,00	47.144.343,63	100	VI
SUBTOTAL		110.825.889,00	47.144.343,63	100	VI
PODER INDEPENDENTE					
1173	Justiça	19.774.137,00	11.922.839,17	100	PI
SUBTOTAL		19.774.137,00	11.922.839,17	100	
TOTAL DOS PROGRAMAS TEMÁTICOS/PODER INDEPENDENTE		**3.729.514.568,00**	**2.213.044.061,63**	**59,33**	

PROGRAMA DE GESTÃO		AUTORIZADO	EMPENHADO	% EXEC
1100	Manutenção e Gestão do Poder Executivo	5.441.165.504,00	4.799.938.829,30	88,21
1172	Manutenção do Plano de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Tocantins	349.706.965,00	238.954.280,41	68,32
1143	Manutenção da Defensoria Pública	135.045.946,00	134.683.019,73	99,73
TOTAL DOS PROGRAMAS DE GESTÃO		**5.925.918.415,00**	**5.173.576.129,44**	**87,30**
TOTAL GERAL (Temáticos e Gestão)		**9.655.432.983,00**	**7.386.620.191,07**	**76,50**

FONTE: SIAFE-TO – Relatório para Acompanhamento da Programação e Execução Orçamentária

Verifica-se que do total do orçamento autorizado para os Programas Temáticos houve a execução de 59,33% e dos 20 (vinte) programas, 12 (doze) tiveram execução abaixo de 50% do orçamento autorizado.

A execução orçamentária dos Programas de Gestão e Manutenção das Unidades Gestoras do Poder Executivo atingiu o índice médio de 87,30% do montante autorizado.

5.2.1 Execução por Eixos Estratégicos e Poder Independente

Visando garantir o cumprimento das políticas públicas, o Plano de Governo, composto por programas, objetivos, indicadores, metas e ações, foi elaborado dando prioridade a melhoria da gestão pública, com foco no desenvolvimento econômico, logística e infraestrutura, serviços integrados (educação, saúde, segurança, emprego e renda, dentre outros) e o desenvolvimento social.

Em estrita observância aos princípios da administração pública, a execução orçamentária no montante de R$ 2.213.044.061,63 foi direcionada às áreas estratégicas de saúde, a educação e conhecimento, segurança pública, assistência social e direitos humanos, desenvolvimento agrícola e meio ambiente, desenvolvimento regional, urbano, industrial e infraestrutura e a gestão pública, nos valores e percentuais a seguir demonstrados no gráfico abaixo:

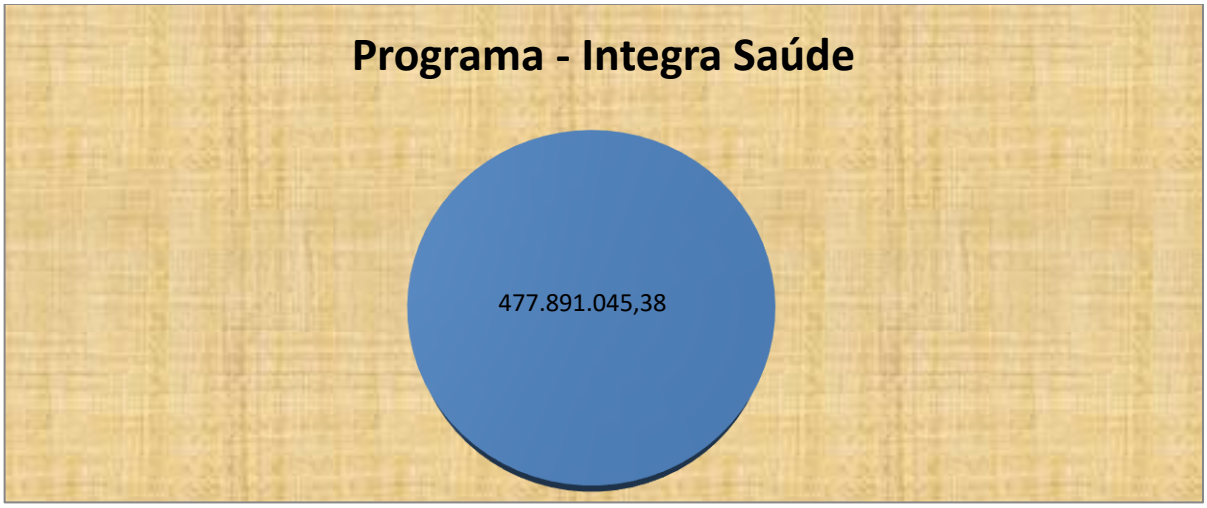
Gráfico 16 - Valores por Eixos Estratégicos e Poder Independente

O demonstrativo acima elucida uma maior concentração de investimentos nas áreas de Educação e Conhecimento com 51% e Saúde com 22%, e, com menor expressividade nas áreas de Desenvolvimento Agrícola e Meio Ambiente com 5%, Segurança Pública, Assistência Social e Direitos Humanos com 8%, Desenvolvimento Regional, Urbano e Industrial com 11%, Gestão Pública com 2% e Poder Independente com 1%.

5.2.2 Execução por Eixos Estratégicos, Poder Independente e Programas Temáticos

São apresentadas abaixo as demonstrações gráficas relativas à execução orçamentária por eixo estratégicos e programas temáticos a eles vinculados, evidenciando os investimentos realizados em cada área da gestão governamental.

Gráfico17 - Eixo I - Saúde

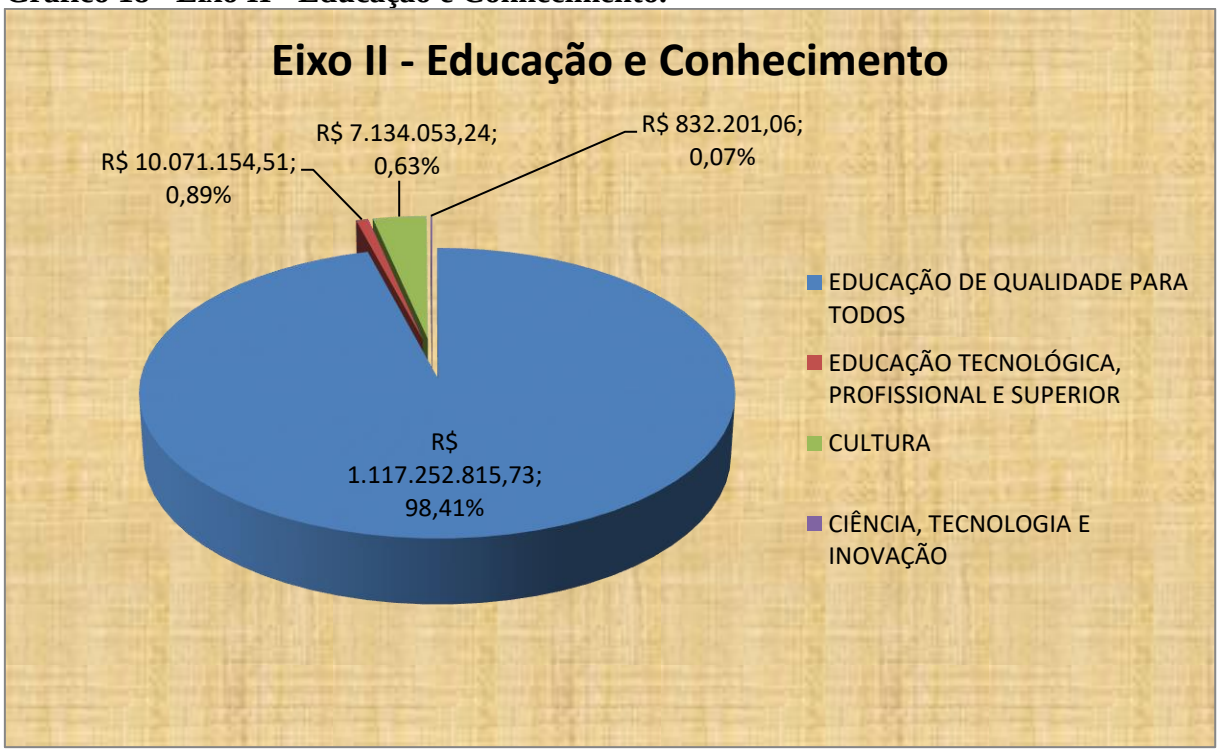


QUADRO 82 – Programa Governamental Vinculado ao Eixo I

PROGRAMA DE GOVERNO	VALOR EMPENHADO	%
Integra Saúde	477.891.045,38	100,00

No Eixo I – Saúde foi executado o Programa Integra Saúde, que converge as políticas públicas voltadas para a melhoria do sistema de saúde do governo do Estado.

Gráfico 18 - Eixo II - Educação e Conhecimento.

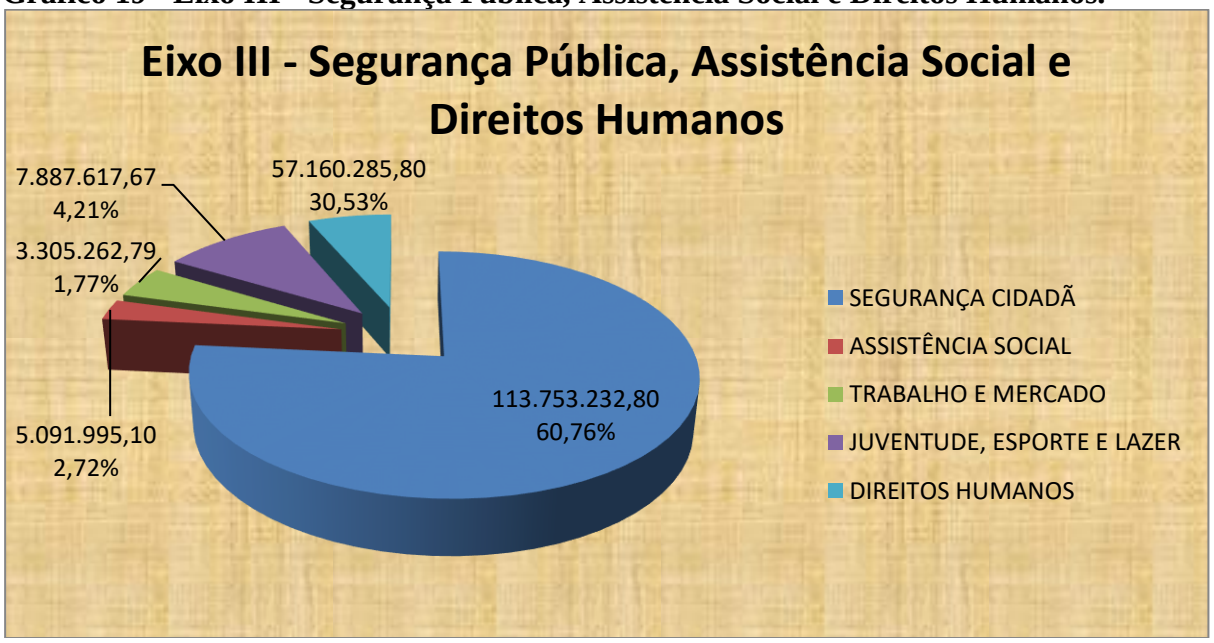


QUADRO 83 – Programas Governamentais Vinculados ao Eixo II

PROGRAMA DE GOVERNO		VALOR EMPENHADO	%
1156	Educação de Qualidade para Todos	1.117.252.835,73	98,41
1157	Educação Tecnológica, Profissional e Superior	10.071.154,51	0,89
1158	Cultura	7.134.053,24	0,63
1159	Ciência, Tecnologia e Inovação	832.201,06	0,07
TOTAL		**1.135.290.224,54**	**100,00**

No Eixo II – Educação e Conhecimento foram executados 04 (quatro) Programas, dos quais o programa Educação de Qualidade para Todos, representou 98,41% dos recursos destinados ao referido Eixo. Sendo que os menores investimentos ocorreram nas áreas de Ciência, Tecnologia e Inovação com 0,07%, Cultura com 0,63% e Educação Tecnológica, Profissional e Superior com 0,89%

Gráfico 19 - Eixo III - Segurança Pública, Assistência Social e Direitos Humanos.

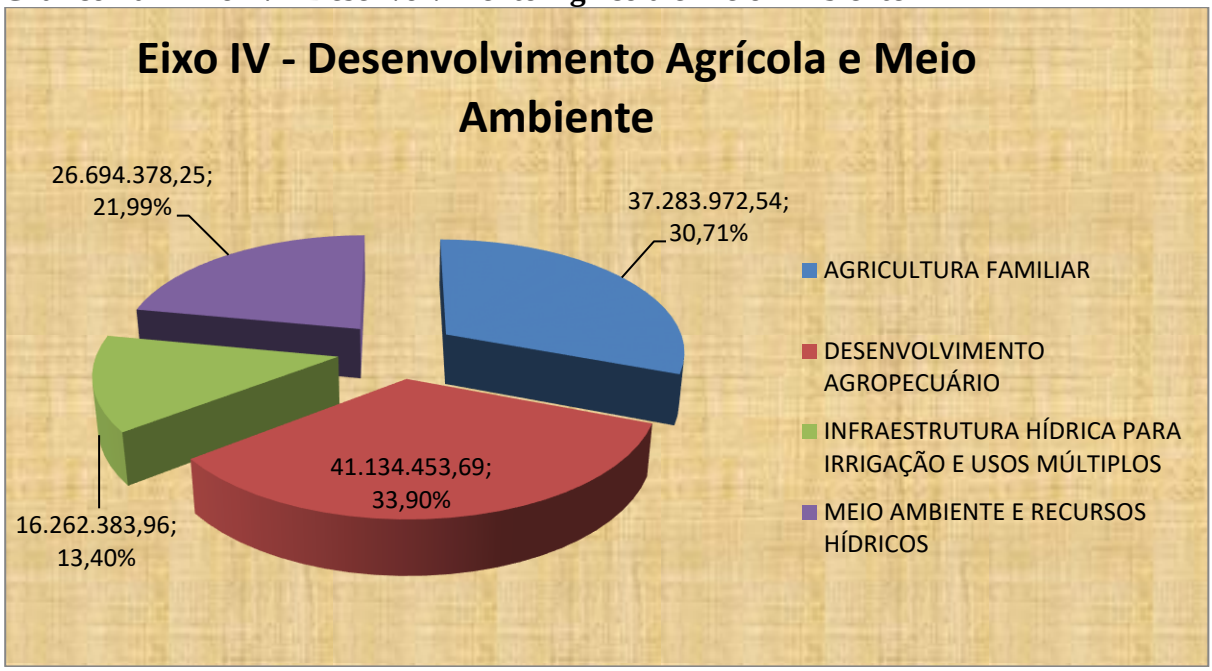


QUADRO 84 – Programas Governamentais Vinculados ao Eixo III

PROGRAMA DE GOVERNO		VALOR EMPENHADO	%
1160	Segurança Cidadã	113.753.232,80	60,76
1161	Assistência Social	5.091.995,10	2,72
1162	Trabalho e Mercado	3.305.262,79	1,77
1163	Juventude, Esporte e Lazer	7.887.617,67	4,21
1164	Direitos Humanos	57.160.285,80	30,53
TOTAL		**187.198.394,16**	**100,00**

No Eixo III – Segurança Pública, Assistência Social e Direitos Humanos, foram executados 05 (cinco) Programas, dos quais o programa Segurança Cidadã, representou 60,76% dos recursos destinados ao referido Eixo. Sendo que os menores investimentos ocorreram nas áreas de Assistência Social com 2,72%, Trabalho e Mercado com 1,77%, Direitos Humanos com 30,53% e Juventude, Esporte e Lazer com 4,21%.

Gráfico 20 - Eixo IV - Desenvolvimento Agrícola e Meio Ambiente

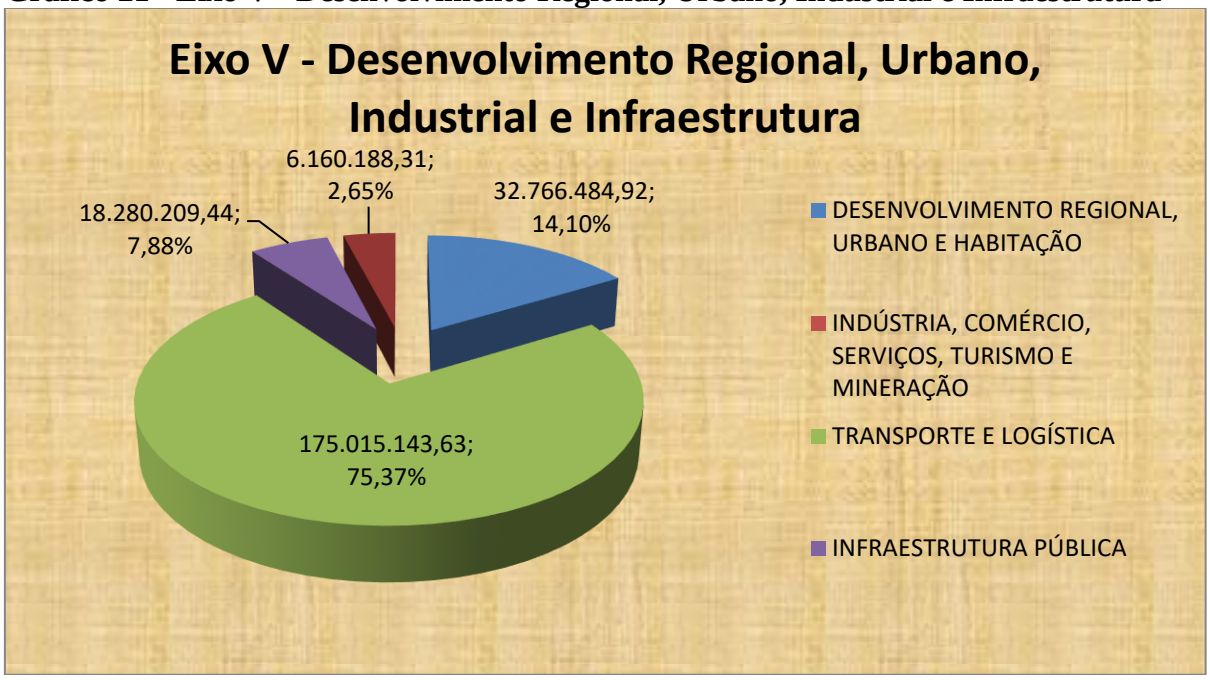


QUADRO 85 – Programas Governamentais Vinculados ao Eixo IV

PROGRAMA DE GOVERNO		VALOR EMPENHADO	%
1147	Agricultura Familiar	37.283.972,54	30,71
1148	Desenvolvimento Agropecuário	41.134.453,69	33,90
1149	Infraestrutura Hídrica para Irrigação e Usos Múltiplos	R$ 16.262.383,96	13,40
1150	Meio Ambiente e Recursos Hídricos	R$ 26.694.378,25	21,99
TOTAL		**R$ 121.375.188,44**	**100,00**

No Eixo IV – Desenvolvimento Agrícola e Meio Ambiente, foram executados 04 (quatro) Programas, dos quais o programa Desenvolvimento Agropecuário, recepcionou o maior investimento, na ordem de 33,90% dos recursos, seguido do programa Agricultura Familiar com investimento na ordem de 30,71% e Meio Ambiente e Recursos Hídricos, com investimento na ordem de 21,99% dos recursos destinados ao referido Eixo. Sendo que o menor investimento ocorreu no programa Infraestrutura Hídrica para Irrigação e Uso Múltiplos com 13,40%.

Gráfico 21 - Eixo V - Desenvolvimento Regional, Urbano, Industrial e Infraestrutura

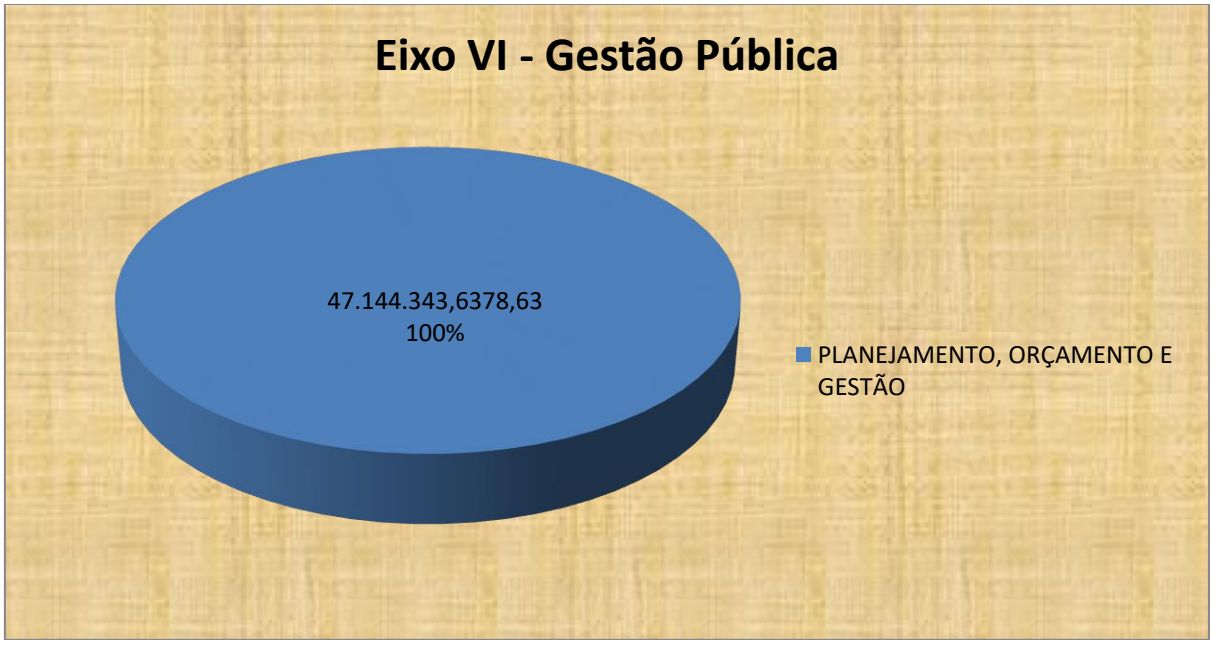


QUADRO 86 – Programas Governamentais Vinculados ao Eixo V

PROGRAMA DE GOVERNO		VALOR EMPENHADO	%
1151	Desenvolvimento Regional, Urbano e Habitação	32.766.484,92	14,10
1152	Transporte e Logística	175.015.143,63	75,37
1153	Infraestrutura Pública	18.280.209,44	7,88
1155	Indústria, Comércio, Serviços, Turismo e Mineração	6.160.188,31	2,65
TOTAL		**232.222.026,30**	**100,00**

No Eixo V – Desenvolvimento Regional, Urbano, Industrial e Infraestrutura foram executados 04 (quatro) Programas, dos quais o programa Transporte e Logística representou um investimento de 75,37% dos recursos destinados ao referido Eixo e com menores investimentos os Programas Infraestrutura Pública com 7,88%, Indústria, Comércio, Serviços, Turismo e Mineração com 2,65% e Desenvolvimento Regional, Urbano e Habitação com 14,10%.

Gráfico 22 - Eixo VI – Gestão Pública



QUADRO 87 – Programa Governamental Vinculado ao Eixo VI

PROGRAMA DE GOVERNO		VALOR EMPENHADO	%
1166	Planejamento, Orçamento e Gestão	R$ 47.144.343,63	100,00
TOTAL		R$ 47.144.343,63	**100,00**

No Eixo VI – Gestão Pública, foi executado o Programa Planejamento, Orçamento e Gestão, voltado ao Desenvolvimento das políticas públicas de Governo.

QUADRO 88 – Programa Governamental Independente

PODER INDEPENDENTE		VALOR EMPENHADO	%
1173	Justiça	R$ 11.922.839,17	100,00
TOTAL		**R$ 11.922.839,17**	**100,00**

Gráfico 23 – Poder Independente

E no Eixo PI - Poder Independente (Defensoria Pública), foi executado o Programa Justiça que contabilizou o valor de R$ 11.922.839,17 dos recursos destinados ao referido Poder.

AÇÕES PRIORITÁRIAS

Governo do TOCANTINS

Ações Temáticas Prioritárias
Período: Anual (2018)

Relatório de Gestão das Ações Temáticas Prioritárias por Programa

Unidade Gestora:

33010	Secretaria da Agricultura, da Pecuaria e do Desenvolvimento Agrario

Objetivo:

Fortalecer o setor agropecuário com inovação e transferência de tecnologias, aumento da produção regional, ampliação da competitividade e acesso a novos mercados para geração de trabalho e renda

Indicador:

-Taxa de variação do PIB Agropecuário

Programa:

1148	Desenvolvimento Agropecuário

Ação:

Código	Título	Prioritária
1040	Fomento ao Desenvolvimento Local e Regional - PDRIS	Sim

Orçamento - 12/2018:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
17.785.000,00	-74.821	17.710.179,00	9.609.739,41	2.037.123,19	2.011.347,32	8.100.439,59	54,26	21,19	98,73

Recursos Ordinarios - Administracao Direta — 0100

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
100.000,00	-74.821,00	25.179,00	25.176,34	24.374,92	20.314,17	2,66	99,98	96,80	80,67

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2018							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
20.608.1148	33.90.14	0100	50.000,00	-35.206,00	14.794,00	14.793,75	14.793,75	14.793,75	0,25	99,99	99	99
20.608.1148	33.90.30	0100	50.000,00	-44.911,00	5.089,00	5.088,30	4.286,88	4.286,88	0,70	99,98	84	84
20.608.1148	33.90.39	0100	0,00	4.061,00	4.061,00	4.060,75	4.060,75	0,00	0,25	99,99	99	0
20.608.1148	33.90.47	0100	0,00	747,00	747,00	746,46	746,46	746,46	0,54	99,92	99	99
20.608.1148	33.90.92	0100	0,00	488,00	488,00	487,08	487,08	487,08	0,92	99,81	99	99

Operacoes de Credito Externas - Em Moeda — 4220

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
17.685.000,00	0,00	17.685.000,00	9.584.563,07	2.012.748,27	1.991.033,15	8.100.436,93	54,19	11,38	11,25

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2018							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
20.608.1148	44.90.14	4220	100.000,00	0,00	100.000,00	6.411,75	6.411,75	6.411,75	93.588,25	6,41	6	6
20.608.1148	44.90.33	4220	0,00	8.600,00	8.600,00	5.419,32	5.419,32	0,00	3.180,68	63,01	63	0
20.608.1148	44.90.35	4220	910.000,00	-35.300,00	874.700,00	286.832,00	286.832,00	286.832,00	587.868,00	32,79	32	32
20.608.1148	44.90.39	4220	0,00	26.700,00	26.700,00	26.700,00	26.700,00	26.700,00	0,00	100,00	100	100
20.608.1148	44.90.51	4220	9.630.000,00	-164.847,00	9.465.153,00	9.259.200,00	1.687.385,20	1.671.089,40	205.953,00	97,82	17	17
20.608.1148	44.90.52	4220	7.045.000,00	164.847,00	7.209.847,00	0,00	0,00	0,00	7.209.847,00	0,00	0	0

Meta Física:

2016	2017	2018	2019	Unidade	Sigla
36	44	75	18	Porcentagem	%

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2018)	Execução	% Execução
	3o Quadrimestre	75	25	33,33

Análise:

A ação não foi executada a contento, tendo em vista a demora na finalização da licitação para a construção dos matadouros frigoríficos. A licitação foi realiza em fevereiro, porém a comissão de licitação apenas aprovou o relatório final em maio/2018. Devido o processo eleitoral a ordem de serviço das obras foi publicada só em agosto/2018, sendo iniciadas as mesmas no referido mês.

As obras dos matadouros/frigoríficos estão em andamento em sete dos oito municípios previstos. Sendo que uma obra não foi iniciada no município de Barrolândia, devido à empresa vencedora ter pedido reajuste no valor do contrato antes do inicio do serviço, o qual foi encaminhado ao Banco Mundial, para análise e aprovação.

Foram realizados três pagamentos das obras nos municípios de Novo Acordo e Ponte Alta do Bom Jesus. E nos municípios de Ananás, Araguanã, Arapoema, Campos Lindos e Wanderlândia foram executados apenas um pagamento para cada obra.

Foram feitas viagens aos municípios de Ananás, Araguanã, Arapoema, Barrolândia, Campos Lindos, Novo Acordo, Ponte Alta do Bom Jesus e Wanderlândia, tendo em vista a verificação dos serviços de limpeza e aterro do terreno, posteriormente foram feitas outras viagens para acompanhamento e fiscalização das obras iniciadas.

Também foi realizo uma viagem ao município de Paraíso do Tocantins, para participação do evento Circuito da Pecuária Sustentável, com a finalidade de apresentação do Projeto Matadouros/frigoríficos.

O Banco Mundial deu não objeção para licitação de aquisição dos equipamentos para os matadouros frigoríficos, a documentação foi encaminhada à Comissão de licitação, o pregão está previsto para o início de fevereiro/2019.

A consultoria para Elaboração do Plano Estadual de Agroenergia Eficiência Energética e Marco Regulatório de Biocombustível no Estado do Tocantins foi encerrada e pagos todos os produtos da referida contratação.

Foram finalizadas e pagas às contratações das empresas para Confecção de Material de Divulgação, através dessa atividade foram impressas três cartilhas e o Diagnóstico da Oferta e Demanda de Ovinos e Caprinos em formato de livro.

O projeto custeou passagens aéreas e diárias para participação de dois técnicos no Encontro de Intercâmbio dos Projetos financiados pelo Banco Mundial, no período de 21 a 24/11/2018, em Chapecó/SC, tendo em vista a troca e compartilhamento de experiências entre os gestores dos projetos.

As despesas pagas no exercício anterior são referentes a combustível usado para fazer visitas aos municípios, onde estão sendo construídos os matadouros frigoríficos.

As alterações orçamentárias desta ação ocorreram conforme quadro a seguir:

Ação	Fonte	UG Acrescida	UG Deduzida	Finalidade	Acréscimos	Decréscimos	Diferença
1040	0100	33010 SEAGRO	33010 SEAGRO	ATENDER A FOLHA DE PAGAMENTO REF. AO MÊS DE NOVEMBRO/2018	0,00	10.000,00	-10.000,00
	0100	33010 SEAGRO	33010 SEAGRO	ATENDER 13° FOLHA DE PAGAMENTO DE 2018	0,00	12.951,00	-12.951,00
	0100	45010 REC.SUPERV.SEFAZ	33010 SEAGRO	ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR INICIATIVA DO GOVERNO DO ESTADO	0,00	51.870,00	-51.870,00
1040 Total					**0,00**	**74.821,00**	**-74.821,00**

Governo do TOCANTINS

Ações Temáticas Prioritárias
Período: Anual (2018)

Relatório de Gestão das Ações Temáticas Prioritárias por Programa

Unidade Gestora:

33010 Secretaria da Agricultura, da Pecuaria e do Desenvolvimento Agrario

Objetivo:

Fortalecer o setor agropecuário com inovação e transferência de tecnologias, aumento da produção regional, ampliação da competitividade e acesso a novos mercados para geração de trabalho e renda

Indicador:

-Taxa de variação do PIB Agropecuário

Programa:

1148 Desenvolvimento Agropecuário

Ação:

Código	Título	Prioritária
2068	Fortalecimento das Cadeias Produtivas Agropecuárias	Sim

Orçamento - 12/2018:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
4.065.000,00	-953.288	3.111.712,00	590.322,92	582.150,50	582.150,50	2.521.389,08	18,97	98,61	100,00

Recursos Ordinarios - Administracao Direta 0100

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
527.000,00	-57.072,00	469.928,00	469.924,94	466.002,52	466.002,52	3,06	99,99	99,16	99,16

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2018							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
20.608.1148	33.90.14	0100	60.000,00	-21.804,00	38.196,00	38.195,25	38.195,25	38.195,25	0,75	99,99	99	99
20.608.1148	33.90.30	0100	172.000,00	-159.164,00	12.836,00	12.835,40	12.835,40	12.835,40	0,60	99,99	99	99
20.608.1148	33.90.33	0100	70.000,00	-50.023,00	19.977,00	19.976,85	16.054,43	16.054,43	0,15	99,99	80	80
20.608.1148	33.90.36	0100	19.000,00	-14.289,00	4.711,00	4.710,75	4.710,75	4.710,75	0,25	99,99	99	99
20.608.1148	33.90.39	0100	206.000,00	-206.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
20.608.1148	33.90.92	0100	0,00	351,00	351,00	350,02	350,02	350,02	0,98	99,72	99	99
20.608.1148	33.90.93	0100	0,00	393.857,00	393.857,00	393.856,67	393.856,67	393.856,67	0,33	99,99	99	99

Contrapartida 0103

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
73.000,00	-44.216,00	28.784,00	28.783,30	26.658,30	26.658,30	0,70	99,99	92,61	92,61

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2018							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
20.608.1148	33.90.14	0103	0,00	11.577,00	11.577,00	11.577,00	11.577,00	11.577,00	0,00	100,00	100	100
20.608.1148	33.90.30	0103	0,00	2.182,00	2.182,00	2.181,30	2.181,30	2.181,30	0,70	99,96	99	99
20.608.1148	33.90.39	0103	73.000,00	-58.695,00	14.305,00	14.305,00	12.180,00	12.180,00	0,00	100,00	85	85
20.608.1148	33.90.92	0103	0,00	720,00	720,00	720,00	720,00	720,00	0,00	100,00	100	100

Recursos do Tesouro - Emendas Parlamentares 0104

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
850.000,00	-850.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	92,61	92,61

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2018							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
20.608.1148	33.90.39	0104	450.000,00	-450.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
20.608.1148	44.90.51	0104	100.000,00	-100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
20.608.1148	44.90.52	0104	300.000,00	-300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
20.608.1148	33.50.41	0104	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			

Recursos de Convenios Federais 0225

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
2.615.000,00	-2.000,00	2.613.000,00	91.614,68	89.489,68	89.489,68	2.521.385,32	3,50	3,42	3,42

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2018							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
20.608.1148	33.90.14	0225	210.000,00	0,00	210.000,00	50.862,00	50.862,00	50.862,00	159.138,00	24,22	24	24
20.608.1148	33.90.30	0225	1.050.000,00	-4.480,00	1.045.520,00	8.343,56	8.343,56	8.343,56	1.037.176,44	0,79	0	0
20.608.1148	33.90.33	0225	20.000,00	2.200,00	22.200,00	10.796,75	10.796,75	10.796,75	11.403,25	48,63	48	48
20.608.1148	33.90.36	0225	45.000,00	10.288,00	55.288,00	11.540,25	11.540,25	11.540,25	43.747,75	20,87	20	20

20.608.1148	33.90.39	0225	1.290.000,00	-12.353,00	1.277.647,00	7.727,86	5.602,86	5.602,86	1.269.919,14	0,60	0	0
20.608.1148	33.90.92	0225	0,00	2.345,00	2.345,00	2.344,26	2.344,26	2.344,26	0,74	99,96	99	99

Meta Física:

2016	2017	2018	2019	Unidade	Sigla
11	11	10	10	Unidade	un

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2018)	Execução	% Execução
	3o Quadrimestre	10	10	100,00

Análise:

CADEIA DE FRUTAS

A Cadeia de Fruticultura vem sendo organizada e fortalecida com ações voltadas ao crescimento da produção de frutas como:

- Monitoramento e acompanhamento das lavouras de abacaxi e banana e reuniões técnicas onde os produtores e técnicos recebem assistência sobre a correção do solo, adubação, indução floral, aplicação de defensivos e controle de pragas e doenças dentro da metodologia aceita no Programa de Produção Integrada – PI, tudo em parceria com a Embrapa, através do Convênio nº 806421/2014 MAPA/SEAGRO que atende os municípios de Aparecida do Rio Negro, Pugmil, Miranorte, Rio dos Bois, Pedro Afonso, Dianopólis, Bernardo Sayão, Pau D'Arco e Juarina. Nesse período foram atendidos 40 produtores destes municípios citados.
- Seminário Estadual sobre boas Práticas Agrícolas na Produção Integrada de banana meta do Convênio º 806421/2014 MAPA/SEAGRO , realizado nos dias 14 e 15 de março de 2018, parceria entre a Seagro e o Distrito de Irrigação Manuel Alves (Dima), no município de Dianópolis-TO. O evento contou com o apoio da Embrapa, Mapa, Secretaria do Planejamento do Estado entre outras instituições públicas e empresas parceiras. O Seminário contou com 156 participantes entre produtores, técnicos, pesquisadores e estudantes. No último quadrimestre 65 produtores receberam assistência sobre a correção do solo, adubação, indução floral, aplicação de defensivos e controle de pragas e doenças dentro da metodologia aceita no Programa de Produção Integrada – PI, em parceria com a Embrapa, nos municípios de Aparecida do Rio Negro, Pugmil, Miranorte, Rio dos Bois, Pedro Afonso, Dianopólis, Bernardo Sayão, Pau D'Arco e Juarina.
- Filmagens das lavouras de Abacaxi do Estado que participam da Produção Integrada pela equipe da Universidade de Viçosa - UFV para realização do Módulo III – Prática em Abacaxi do Curso em EaD em Produção Integrada realizado pela referida Instituição.
- Confecção de 500 Boletins Técnicos sobre a Cultura da Banana.

As atividades realizadas representaram 80% da meta para o ano. Com a aplicação de R$ 78.075,88 do recurso previsto, no valor total de R$ 101.998,45 onde não tivemos nenhuma alteração no valor previsto para o orçamento de 2018, não atingindo 100 % devido o Decreto nº 5.869, de 25/10/2018, que determinou o recolhimento dos veículos oficiais locados ou próprios do Poder Executivo. Impossibilitando assim que os técnicos se deslocassem aos municípios que fazem parte do Projeto para realizarem o Monitoramento e acompanhamento das lavouras de abacaxi e banana do Estado que trata o Convênio.

CADEIA DE GRÃOS

A Cadeia Produtiva de Grãos vem sendo fortalecida com incentivos e novas tecnologias para o aumento da produção e produtividade, através das seguintes ações:

- Reuniões Técnicas do Convênio n° 821819/2015 MAPA/SEAGRO - Apoio e Desenvolvimento de Boas Práticas Agrícolas nas Culturas do Arroz, Feijão e Mandioca no Estado do Tocantins – para estabelecer o cronograma para execução do Convênio no ano de 2018. Ficando definido 02 (dois) Módulos de Capacitações e 04 (quatro) Dias de Técnicos, além do pedido de prorrogação do Convênio que encerra em setembro de 2018. Durante o ano foi realizado um Módulo de Capacitação sobre a Cultura do Arroz com a presença de 54 participantes e um dia Técnico ainda sobre Arroz e Mandioca com a presença de 82 pessoas. Foram realizadas reuniões técnicas sobre Aflatoxinas no Milho, no município de Palmas-TO, com a participação 144 pessoas entre produtores, técnicos, estudantes e pesquisadores; Organizado o 9º Seminário da Cadeia Produtiva do Arroz-2019, realizado no município de Lagoa da Confusão, com a presença de 12 Instituições públicas e privadas parceiras; Reunião para Elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Irrigada da Bacia do Rio Formoso, realizada no dia no município de Lagoa da Confusão com a presença de 15 Instituições. O Convênio supracitado realizou 35% da meta prevista para o ano. Representando um gasto de R$ 67.452,50 do recurso, com valor total de R$ 178.430,00 onde não tivemos nenhuma alteração no valor previsto para o orçamento de 2018. Esclarecemos que, esse baixo percentual executado deve-se ao prazo para o pedido Prorrogação do Convênio e ajustes do Plano de Trabalho (onde o sistema fica bloqueado para qualquer atividade). Informamos ainda que o Termo Aditivo assinado pelo MAPA foi encaminhado a Seagro em 23/10/2018, após isso foi publicado pelo Estado do Tocantins o Decreto nº 5.869, de 25/10/2018, que determinou o recolhimento dos veículos oficiais locados ou próprios do Poder Executivo. Impossibilitando assim que os técnicos da extensão rural se deslocassem dos seus municípios para as capacitações e dias técnicos que trata o Convênio. Informamos que o Convênio foi renovado por mais um ano, com prazo de vigência para 01/09/2019.
- Abertura Oficial da Colheita de Grãos no Estado do Tocantins Safra 2017/2018 na Fazenda Bacaba (Grupo Locks) no município de Caseara-TO com a presença de 750 pessoas, entre produtores, empresas, técnicos, estudantes, autoridades públicas.
- Participação em eventos como: a Edição do Semear 2018 – Dia de Inovação na Fazenda Conquista município de Alvorada-TO onde foram apresentadas novas tecnologias na área de sementes de grãos com um público estimado de 150 pessoas; VII Jornada Tecnológica realizada na Fazenda Uruçu em Pedro Afonso-TO, onde foram realizadas visitações com Palestras nas estações experimentais promovendo a inovação e tecnologia do Produtor de Soja com um público de 90 pessoas. Reunião com produtores/técnicos/cooperativas. Procurando alternativas para não tributação de ICMS e frete sobre a produção de grãos em Palmas-TO com um público de 25 pessoas.

CADEIA DE AGROENERGIA E FLORESTAS PLANTADAS

A Cadeia de Agroenergia e Florestas Plantadas vem sendo fortalecida com ações voltadas ao crescimento do setor com atividades do convênio:

- Dia de Campo: Culturas Oleaginosas com potencial para produção de biodiesel, realizado em Santa Rosa do Tocantins no PA Bom Jesus – Chácara Nossa Senhora Aparecida com um público de 200 agricultores familiares, técnicos, estudantes, etc. Contemplando os municípios de São Valério, Natividade, Chapada da Natividade, Santa Rosa, Silvanópolis, Porto Nacional e Palmas.
- Participação na 38ª Reunião da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Florestas Plantadas - Brasília/DF, onde a Seagro tem um cadeira efetiva no dia 14/03/2018.

- Participação na 41ª Reunião da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Borracha - Brasília/DF, onde a Seagro tem cadeira efetiva, no dia 15/03/2018.
- Convênio Nº 776968/2012 SEAGRO/SEAD – Fortalecimento da Cadeia Produtiva do Biodiesel no Estado do Tocantins: 2ª Seminário de Biodiesel e Selo Combustível Social, realizado em Palmas - TO com um público de 137 agricultores familiares, técnicos, estudantes, etc. Contemplando os municípios de São Valério, Natividade, Chapada da Natividade, Santa Rosa, Silvanópolis, Porto Nacional e Palmas.
- Participação em Eventos: 41ª Reunião da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Florestas Plantadas - Salvador/BA, onde a Seagro tem cadeira efetiva no dia 28/11/2018.
- Fórum de Desenvolvimento Estratégico da Agroenergia realizado em Palmas – TO com um publico de 142 produtores rurais, empresários do setor agroenergético, técnicos, professores e estudantes.

TODAS AS CADEIAS – AGRICULTURA

Visando a edição da Agrotins 2018, esta Secretaria deu andamento na instalação de novas vitrines tecnológicas e manutenção das vitrines existentes no Centro Agrotecnológico de Palmas, com o objetivo de apresentar ao Produtores, Técnicos e demais interessados o preparo, manejo, sistema de irrigação, adubação e todos os outros tratos culturais necessários para o desenvolvimento das culturas de mandioca, banana, arroz, milho, feijão, gergelim, algodão, sorgo, maracujá, mamão, soja e açaí. O alcance da meta do objetivo está em processo de construção com as várias ações/atividades dentro do Programa 1148/Ação 2068 voltadas ao setor agrícola.

Até o sétimo levantamento da CONAB (abril/2018), a produção brasileira de grãos está estimada atualmente em 229,53 milhões de toneladas, para a safra 2017/18, redução de 3,4% em relação à safra anterior e 1,5% superior ao levantamento anterior, resultado, principalmente, do ganho da produtividade. A área plantada está prevista em 61,38 milhões de hectares, ou seja, crescimento de 0,8% se comparada à safra 2016/17

Mesmo com uma pequena queda na produção nacional, até o momento o Estado Tocantins teve um crescimento na produção de 2,6% em relação a safra 2016/2017. Levando a um resultado positivo para o alcance do objetivo até o final da Safra 2017/2018.

As principais culturas estabelecidas no Tocantins são a soja, arroz, feijão e milho.

- Arroz - crescimento de 1,7% em relação a safra 2016/2017
- Feijão - crescimento de 23,2% em relação a safra 2016/2017
- Milho - crescimento de 7,4% em relação a safra 2016/2017
- Soja - crescimento de 6,9% em relação a safra 2016/2017
- Reunião Técnica das Culturas do Abacaxi e Mandioca, realizado no dia 07 de novembro de 2018, no município de Juarina-TO, com apoio do Ruraltins, Embrapa, SFA-TO/MAPA e Prefeitura Municipal de Juarina. Contou com a presença de 84 participantes entre técnicos e produtores. Foi ministrado palestras sobre a Seleção de Mudas; Preparo do Solo; Plantio, Adubação, Pragas, Doenças e Indução Floral; Orientações Técnicas Sobre o Cultivo de Mandioca e Implantação de Unidade Demonstrativa.

CADEIA DA AQUICULTURA E PESCA

- Missões técnicas dentro do estado para que os extensionistas do Ruraltins conheçam a realidade das diferentes regiões e sistemas de produção, desta forma fornecendo maior conhecimento aos mesmos e promovendo uma assistência técnica de melhor qualidade gerando em melhores resultados e fortalecendo a cadeia da Aquicultura e Pesca. Para o cumprimento das metas foram utilizados recursos da ordem de R$ 6.047,25 em diárias para os técnicos da SEAGRO auxiliarem atividades no evento Agroalmas em abril de 2018 (auxílio no dia de campo, palestras e organização do evento) e para os técnicos do Ruraltins auxiliarem a SEAGRO com evento Agrotins 2018 (no Portal da Aquicultura e Pesca auxiliaram na orientação e atendimento aos produtores e também com palestras).
- Realização de viagem a Brasília com o objetivo de fazer gestão junto ao IBAMA no sentido de auxiliar a liberação da tilápia no estado. Foram utilizados recursos com diárias (33.90.14) e passagem aérea (33.90.33);
- Formalização de convênio com a Universidade Católica do Tocantins visando pesquisa com tanques elevados de piscicultura;
- Proposta de alteração do COEMA 27 visando auxiliar na regularização do funcionamento de pisciculturas já instaladas no estado;
- Gestão junto à Universidade do Tocantins – UNITINS visando a criação do Curso de Engenharia de Aquicultura e participação na câmara interinstitucional para a criação e estruturação do supracitado curso;
- Mobilização de empresários da cadeia da aquicultura e pesca visando à participação no evento EXPOPALMAS 2018 com exposição de produtos e ministrando palestras a produtores, estudantes e pescadores;
- Contribuição ao projeto "Campo Futuro" do SENAR através do fornecimento de informações técnicas;
- Contribuição com informações técnicas ao Zoneamento Econômico Ecológico do estado.

Estas atividades fazem parte das políticas públicas do estado para o desenvolvimento da aquicultura e da pesca dando aos produtores e pescadores mais opções de produção para que possam obter resultados zootécnicos e econômicos que tornarão a atividade aquícola e pesqueira mais ambiental e economicamente viável. Com estas atividades realizadas a cadeia da aquicultura e pesca vem sendo fortalecida no estado. Foram mantidas as atividades dos quadrimestres anteriores para a manutenção do crescimento da aquicultura e da pesca. Os esforços da diretoria, neste quadrimestre, foram principalmente no sentido da liberação da tilápia no estado. Através desta liberação os produtores poderão ter mais opções de espécies e terão resultados zootécnicos e econômicos que tornarão a atividade aquícola mais ambiental e economicamente viável.

CADEIA DA BOVINOCULTURA DE CORTE

- Realização do **Circuito Tocantins de Pecuária Sustentável – I Etapa** Abril/2018, durante a AGROALMAS 2018 no município de Almas, com a participação de **145 pessoas** entre técnicos, estudantes e produtores rurais visando promover o desenvolvimento sustentável da pecuária nos municípios onde serão construídos matadouros frigoríficos. Evento cujo foco foi capacitar técnicos e produtores nas mais diversas tecnologias disponíveis para a melhoria da qualidade das pastagens, bem como de técnicas de manejo integrado entre culturas e tecnologias de tratamento de dejetos. Ainda durante o mês de abril foi realizada a **II etapa do Circuito Tocantins de Pecuária Sustentável**, nos municípios de Palmas e Paraíso com a participação de **100 pessoas** entre técnicos, estudantes e produtores rurais. **A III Etapa do Circuito Tocantins de Pecuária Sustentável** ocorreu durante a Semana Tecnológica da EXPOARA no município de Araguaína no mês de junho e contou com a participação de **pessoas** entre técnicos, estudantes e produtores rurais. Encerrando o Circuito Tocantins de Pecuária Sustentável ocorreu no mês de junho no município de Campos Lindo a **IV Etapa** do evento que contou com a participação de **40 pessoas** entre técnicos, estudantes e produtores rurais;
- Reunião de Mobilização para a realização da III etapa do Circuito da Pecuária Sustentável, nos município e Palmas e Paraíso;
- Publicação da Portaria n° 22, de fevereiro de 2018, no Diário Oficial do Estado n° 5.061, que dispõe sobre funcionamento das Câmeras Setoriais (Ovinocaprinocultura, Bovinocultura de Leite e Apicultura). As Câmaras são fóruns de discussão e busca de solução para os problemas e oportunidades do setor;

- Durante a AGROTINS 2018 foram realizados diversos eventos de difusão e transferência de tecnologia para o fortalecimento das cadeias produtivas de bovinocultura de corte e leite, ovinocaprinocultura, avicultura, apicultura e meliponicultura;

	Curso de Inseminação	Palestras	Dinâmicas	Reunião	Dia de Campo	Encontro Técnico
Quantidade	1	5	50	1	3	3
Público	20	122	1136	25	360	240
Total:	1903					

- Durante o mês de junho foram realizadas visitas aos municípios onde serão construídos os matadouros frigoríficos, informando a respeito das politicas públicas para pecuária em Wanderlândia, Ananás, Araguanã, Arapoema, Novo Acordo, Ponte Alta Do Bom Jesus, Barrolândia e Campos Lindos;
- Participação na EXPOARA, durante a Semana Tecnológica coordenando os dias técnicos do Leite e da Ovinocultura;
- Realização do Dia de Campo da AGROPECUÁRIA AGROJEM em parceria com a TORTUGA;
- Durante os meses de julho e agosto foram realizadas 3 reuniões de alinhamento junto à consultora do SEBRAE para a formatação do SEMINÁRIO DE FORTALECIMENTO DA CADEIA DA PECUÁRIA DE CORTE visando a elaboração de um Programa Estadual de Fortalecimento da Pecuária de Corte;
- Apresentação de palestra no Seminário de Capacitação Jurídica e Fomento de Colaboração Institucional na área de Bem Estar de Animais de Produção;
- Participação em duas reuniões do Comitê Estadual de Defesa e Proteção dos Animais para elaboração do Plano de Trabalho do Comitê para os próximos 2 anos.
- Realização do 1º SEMINÁRIO DO PLANO ESTRATÉGICO DO TOCANTINS LIVRE DE FEBRE AFTOSA SEM VACINAÇÃO E 1º FÓRUM DE PECUÁRIA SUSTENTÁVEL DO TOCANTINS Realizado dia 13 de dezembro de 2018 – Auditório do Palácio Araguaia. Público presente: 154 pessoas. No evento foram abordadas questões referentes ao: Plano Estratégico Nacional para a retirada da vacinação contra Febre Aftosa. · Histórico do Combate a Febre Aftosa no Tocantins. · Controle de Trânsito entre os Estados que fazem divisa com o Tocantins. · Diagnóstico e perspectivas futuras da cadeia produtiva da Carne Bovina. · Projeto ABC no Tocantins – Casos de Sucesso. · Experiências dos pecuaristas no Tocantins. · A importância da organização na Pecuária. · Mesa redonda e encaminhamento da carta do Fórum.
- Assinatura do Convênio de Termo de Cooperação Técnica entre a Secretaria da Agricultura com o Instituto Federal De Educação Ciência e Tecnologia do Tocantins(IFTO) Realizado dia 13 de dezembro de 2018. Com o objetivo de estabelecer de mútua cooperação nas áreas de ensino pesquisa extensão e gestão, visando o apoio com a finalidade de implementar ações e políticas públicas que possam contribuir com o desenvolvimento de projetos do setor agropecuário por servidores e discentes entre IFTO e Seagro.

CADEIA DA BOVINOCULTURA DE LEITE

- Durante a EXPOPALMAS em setembro foi realizado o encontro da Associação Brasileira dos Produtores de Leite (Abraleite) que apresentou os gargalos e potencial da cadeia produtiva leiteira, apontando os principais pontos para o desenvolvimento da pecuária leiteira. Enfatizando a necessidade de incentivo a qualidade e produtividade; aumentar consumo e exportação e, ainda, alertou para a união da classe e uma cadeia produtiva do leite mais organizada- UM CENÁRIO MELHOR PARA A PECUÁRIA LEITEIRA NO BRASIL – ABRALEITE, com um público de 40 pessoas. DIAGNÓSTICO DA CADEIA PRODUTIVA DO LEITE NO TOCANTINS Realizado dia 21 de setembro de 2018. Público alvo: 40 pessoas. No encontro a diretoria apresentou a situação atual, produção, consumo, principais entraves, pontos de melhoria e a perspectiva para os próximos da pecuária leiteira no Estado.

CADEIA DA OVINOCAPRINOCULTURA

- Reunião Da Câmara Setorial Da Ovinocaprinocultura para apresentação da Portaria de Criação da CSOC, prestação de contas do Plano de Ação e eleição do Presidente. Na ocasião estiveram presentes 32 participantes membros titulares das instituições parceiras: RURALTINS,OCB/SECOOP,SENAR, BASA, SEBRAE, FAET, ADAPEC, RURALTINS, IFTO, representantes do comércio ESSER Alimentos e CORDEMIX, Associação de criadores de Barrolândia – ACOBAR e produtores rurais.
- Realização da 2° REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA SETORIAL DA OVINOCAPRINOCULTURA em 11 de dezembro de 2018 – Auditório SEAGRO. Público presente: 25 pessoas. No evento foram abordadas questões referentes ao: Panorama da experiência de abate no frigorifico Providência em Miracema-To; · GTA e ICMS(Situação atual e propostas para mudança); · Discussão sobre plano de ação proposto; · Sugestões levantadas no livro "Diagnostico da oferta e demanda de ovinos e caprinos para processamento de carne, pele e leite na região central do Tocantins".
- Nomeação para a CÂMARA SETORIAL DA OVINOCAPRINOCULTURA NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA Realizado dia 22 de Novembro de 2018. A Secretaria do Desenvolvimento da Agricultura e Pecuária foi aprovada como convidada permanente para participar da Câmara Setorial de Ovinos do Ministério da Agricultura e Pecuária – Mapa A nomeação proporcionará um alinhamento às políticas públicas nacionais para desenvolver a atividade em âmbito estadual.
- Elaboração do DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO DO FRIGORÍFICO E CASA DE RAÇÃO DE OVINOS E CAPRINOS EM ALIANÇA DO TOCANTINS Realizado dia 29 de outubro de 2018. Local: Abatedouro de ovinos em Aliança do Tocantins. Com o propósito de estabelecer um diagnóstico do frigorífico e casa de ração em Aliança do Tocantins, a equipe técnica da SEAGRO deslocou-se a cidade para uma supervisão e listagem das readequações necessárias ao prosseguimento das obras.
- Durante a EXPOPALMAS em setembro foi realizado o dia de campo sobre caprinocultura leiteira.

CADEIA DA EQUIDEOCULTURA

- Apoio Na Realização Da I Exposição Do Cavalo Mangalarga Marchador.

CADEIA DA AVICULTURA

- Visita técnica a granjas e sistema integrado de avicultura para coletar informações para elaboração do diagnóstico da cadeia produtiva da avicultura da região de Paraíso do Tocantins.
- Elaborado o diagnostico que apontou Da visita saíram apontamentos e possibilidades para retomada da produção e do ciclo produtivo

CADEIA DA APICULTURA E MELIPONICULTURA

- Reunião Da Câmara Setorial Da Apicultura para apresentação da Portaria de Criação da CSA, prestação de contas do Planejamento Estratégico 2016/2019 e eleição do Presidente. Na ocasião estiveram presentes os membros titulares das instituições parceiras SEDUC, SEDEN, CONAB, RURALTINS, SENAR, FETOAPI, e UFT além de apicultores;
- Apoio na realização do I Curso de Meliponicultura: boas práticas de manejo e conservação em Palmas em parceria com a FETOAPI, RURALTINS e UFT. Participaram do curso 30 pessoas entre técnicos, estudantes e meliponicultores.

- Nomeação para a Câmara Setorial do Mel NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA Realizado dia 28 de Novembro de 2018. A Seagro foi anunciada no dia 28, pela Câmara Setorial do Ministério da Agricultura e Pecuária – Mapa, em Brasília – DF, como convidada especial para fazer parte da Câmara Setorial do Mel. A solicitação foi feita pela Diretoria de Políticas para a Pecuária da instituição. A nomeação proporcionará um alinhamento às políticas públicas nacionais para desenvolver a atividade em âmbito estadual.
- LANÇAMENTO E ASSINATURA DO EDITAL Nº 01/2018, entre SEAGRO e FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO TOCANTINS (FAPT) Realizado dia 13 de dezembro de 2018. Com o intuito de realizar a concessão de materiais e equipamentos de insumos para projetos de pesquisa com apicultura e meliponicultura. Objetivando o fortalecimento da cadeia produtiva do mel e de seus derivados para que professores e pesquisadores, vinculados a Instituições de ensino e pesquisa 8 públicas e privadas com sede no Tocantins, possam aprofundar suas pesquisas.

TODAS AS CADEIAS - PECUÁRIA

- CIRCUITO DE PALESTRAS PARA DISCENTES DA FACULDADE ULBRA Realizado dia 11 de outubro de 2018. Local: Auditório da SEAGRO. Público alvo: 11 alunos Com o propósito de demonstrar as principais ações desenvolvidas pela SEAGRO, como a missão, visão e valores do órgão, fornecendo subsídios para aprendizado dos alunos. PARTICIPAÇÃO NA EXPOPALMAS 2018 Realizado dia 20 a 23 de setembro de 2018. Com objetivo de divulgar as políticas públicas e ações realizadas pelo Governo do Tocantins, por meio da Secretaria da Agricultura e Pecuária (Seagro), participa com estande e capacitações e palestras.

PARTICIPAÇÃO NA APRESENTAÇÃO DOS ESTUDOS DA CADEIA PRODUTIVA DO LEITE, AVES E SUÍNOS Realizado dia 04 de setembro de 2018. Local: Auditório da Federação das Indústrias do Estado do Tocantins (FIETO) Consultores da Markestrat, empresa responsável pela elaboração do Plano Estratégico para as Cadeias Produtivas do Agronegócio do Tocantins, apresentaram nesta terça-feira, 4, a representantes das instituições parceiras da Federação das Indústrias do Estado do Tocantins (FIETO) no projeto, a metodologia para realização do estudo das cadeias produtivas da avicultura, suinocultura e lácteos.

Em relação à meta financeira esclarecemos que na Fonte 0100 os valores referentes ao reconhecimento de Dívidas diz respeito à aquisição de combustível e pagamento de diárias. Na Fonte 0103 - Contrapartida de convênio o reconhecimento de dívidas refere-se ao pagamento de diárias do Convênio nº 840319/2016/MAPA. Na Fonte 0225 os valores apresentados como Despesas do exercício anterior se refere a pagamento de combustível do Convênio nº 77698/2012.

As informações aqui reunidas representam o empenho da SEAGRO em organizar e fortalecer as cadeias produtivas por meio de políticas públicas que viabilizem a inovação e transferência de tecnologias, aumento da produção regional, ampliação da competitividade e acesso a novos mercados para geração de trabalho e renda. Esta Ação de organização e fortalecimento das cadeias produtivas é permanente e tem em seu escopo de trabalho a busca por consolidar parcerias entre os diversos atores que compõem cada cadeia de valor para que de forma integrada e mútua se fortaleçam. A articulação intersetorial, por meio das Câmaras Setoriais, é uma das ferramentas que viabilizam a discussão dos problemas que afetam os setores e o compartilhamento das soluções. Esta Ação tem como premissa o engajamento de todos os elos da cadeia produtiva, sejam produtores, fornecedores de insumos, técnicos, instituições de fomento, varejistas, consumidores, setor público e privado que juntos têm uma visão ampliada dos setores e se integram na realização das diversas atividades. Neste sentido o comprometimento com a organização e o fortalecimento das cadeias produtivas é de interesse de todos o que resulta em otimização de recursos e potencialização dos resultados. Ao mensurarmos a execução da meta física podemos afirmar que 100% da mesma foi alcançada em virtude de todas as cadeias produtivas estarem sendo trabalhadas continuamente, em um grande esforço de todos os parceiros. Grande parte das atividades aqui relatadas demonstram a capacidade de articulação da SEAGRO com diversos entes proporcionando, com baixo custo - baixo percentual de aplicação de recursos orçamentários, um ganho de eficiência e de eficácia pelo alcance de bons resultados demonstrado através do número de técnicos e produtores que participam das atividades nos diversos municípios do Estado. Espera-se que ao longo dos anos o impacto dessas atividades e de todo o envolvimento do setor, se reflita na efetividade da Ação.

As alterações orçamentárias desta ação ocorreram conforme quadro a seguir:

Ação	Fonte	UG Acrescida	UG Deduzida	Finalidade	Acréscimos	Decréscimos	Diferença
2068	0100	33010 SEAGRO	33010 SEAGRO	ATENDER FOLHA DE PAGAMENTO DE NOVEMBRO/2018	0,00	147.356,00	-147.356,00
	0100	33010 SEAGRO	33010 SEAGRO	ATENDER 13° FOLHA DE PAGAMENTO DE 2018	0,00	238.520,00	-238.520,00
	0100	33010 SEAGRO	33010 SEAGRO	ATENDER DEVOLUÇÃO REFERENTE AO CONVÊNIO Nº 040/2007	393.857,00	0,00	393.857,00
	0100	45010 REC.SUPERV.SEFAZ	33010 SEAGRO	ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR INICIATIVA DO GOVERNO DE ESTADO	0,00	289.269,00	-289.269,00
	0104	33010 SEAGRO	19010 SEDECT	ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR INICIATIVA DO GOVERNO DE ESTADO	100.000,00	0,00	100.000,00
	0104	33010 SEAGRO	27010 SEDUC	ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR INICIATIVA DO GOVERNO DE ESTADO	100.000,00	0,00	100.000,00
	0104	38970 ATS	33010 SEAGRO	ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR INICIATIVA DO GOVERNO DE ESTADO	0,00	200.000,00	-200.000,00
	0104	45010 REC.SUPERV.SEFAZ	33010 SEAGRO	ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR INICIATIVA DO GOVERNO DE ESTADO	0,00	670.000,00	-670.000,00
	0225	33010 SEAGRO	33010 SEAGRO	DEVOLUÇÃO DE SALDO NÃO APLICADO DO CONVÊNIO 842795/2017	0,00	2.000,00	-2.000,00
2068 Total					593.857,00	1.547.145,00	-953.288,00

Governo do TOCANTINS

Ações Temáticas Prioritárias
Período: Anual (2018)

Relatório de Gestão das Ações Temáticas Prioritárias por Programa

Unidade Gestora:

33010	Secretaria da Agricultura, da Pecuaria e do Desenvolvimento Agrario

Objetivo:

Fortalecer o setor agropecuário com inovação e transferência de tecnologias, aumento da produção regional, ampliação da competitividade e acesso a novos mercados para geração de trabalho e renda

Indicador:

-Taxa de variação do PIB Agropecuário

Programa:

1148	Desenvolvimento Agropecuário

Ação:

Código	Título	Prioritária
1048	Implantação de Centros de Abastecimento e Comercialização	Sim

Orçamento - 12/2018:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
6.720.000,00	-6.720.000	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			

Recursos Ordinarios - Administracao Direta — **0100**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
6.310.000,00	-6.310.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2018							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
20.605.1148	33.90.14	0100	6.000,00	-6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
20.605.1148	33.90.30	0100	4.000,00	-4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
20.605.1148	44.90.52	0100	6.300.000,00	-6.300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			

Recursos do Tesouro - Emendas Parlamentares — **0104**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
410.000,00	-410.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2018							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
20.605.1148	44.40.41	0104	110.000,00	-110.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
20.605.1148	44.40.52	0104	300.000,00	-300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
20.605.1148	44.40.42	0104	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
20.605.1148	44.40.51	0104	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
20.605.1148	44.50.52	0104	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			

Meta Física:

2016	2017	2018	2019	Unidade	Sigla
1	1	1	1	Unidade	un

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2018)	Execução	% Execução
	3o Quadrimestre	1	0	0,00

Análise:

A ação não foi executada com êxito, portanto não foi possível sua execução física. Válido ressaltar que nesse período, além das medidas de contenção dos gastos do Poder Executivo Estadual no exercício de 2018, como o Decreto nº 5.805, de 20 de abril de 2018, que estabeleceu medidas de redução e controle de despesas. No início do exercício diversas reuniões com intuito de buscar meios para pôr em prática a execução desta ação, entretanto, perdura as mesmas dificuldades em efetivar convênios com os municípios para implantação de feiras e centros de abastecimento já encontrado nos anos anteriores, visto que, as cidades interessadas não apresentaram a documentação regular e necessária para a efetivação dos convênios. E este ano, tivemos ainda maior dificuldade devido às duas eleições estaduais (Suplementar e Ordinária), onde devido a Lei nº 9.504/97 (Lei das eleições), na qual estabelece diversas vedações em período eleitoral, um contratempo a mais para a formalização de convênios com municípios.No que tange ao orçamento, tivemos previsto inicialmente nesta ação o valor de R$ 410.000,00 (quatrocentos e dez mil reais) na Fonte 0104 – Emenda Parlamentar, e R$ 6.310.000 (seis milhões, trezentos e dez mil reais) na fonte 0100 - Recursos Ordinários – Administração Direta, totalizando a previsão Orçamentária para o exercício de 2018 no valor de R$ 6.720.000,00 (seis milhões, setecentos e vinte mil reais).As alterações orçamentárias desta ação ocorreram conforme quadro a seguir:

Ação	Fonte	UG Acrescida	UG Deduzida	Finalidade	Acréscimos	Decréscimos	Diferença
1048	0100	33010 SEAGRO	33010	ATENDER FOLHA DE PAGAMENTO DE 11/2018	0,00	2.000,00	-2.000,00
	0100	33010 SEAGRO	33010	DEVOLUÇÃO DE RECURSOS CONVÊNIO Nº 040/2007	0,00	393.857,00	-393.857,00
	0100	45010 SEFAZ	33010	ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA GOVERNO DO ESTADO	0,00	5.914.143,00	-5.914.143,00
	0104	19010 SEDECT	33010	ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA GOVERNO DO ESTADO	0,00	160.000,00	-160.000,00
	0104	33010 SEAGRO	27010	ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA GOVERNO DO ESTADO	170.000,00	0,00	170.000,00
	0104	33010 SEAGRO	33010	ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA GOVERNO DO ESTADO		190.000,00	-50.000,00
	0104	33010 SEAGRO	37010	ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA GOVERNO DO ESTADO	330.000,00	0,00	330.000,00
	0104	45010 SEFAZ	33010	ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA GOVERNO DO ESTADO	0,00	700.000,00	-700.000,00
1048 Total					**640.000,00**	**7.360.000,00**	**-6.720.000,00**

Governo do TOCANTINS

Ações Temáticas Prioritárias
Período: Anual (2018)

Relatório de Gestão das Ações Temáticas Prioritárias por Programa

Unidade Gestora:

33010	Secretaria da Agricultura, da Pecuaria e do Desenvolvimento Agrario

Objetivo:

Fortalecer o setor agropecuário com inovação e transferência de tecnologias, aumento da produção regional, ampliação da competitividade e acesso a novos mercados para geração de trabalho e renda

Indicador:

-Taxa de variação do PIB Agropecuário

Programa:

1148	Desenvolvimento Agropecuário

Ação:

Código	Título	Prioritária
1062	Implementação do Plano Estadual de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono – Plano ABC/TO	Sim

Orçamento - 12/2018:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
100.000,00	-53.074	46.926,00	36.244,92	36.244,92	36.244,92	10.681,08	77,23	100,00	100,00

Recursos Ordinarios - Administracao Direta — **0100**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
100.000,00	-96.263,00	3.737,00	3.734,83	3.734,83	3.734,83	2,17	99,94	99,94	99,94

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2018							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
20.573.1148	33.90.14	0100	30.000,00	-27.133,00	2.867,00	2.866,50	2.866,50	2.866,50	0,50	99,98	99	99
20.573.1148	33.90.30	0100	25.000,00	-24.660,00	340,00	339,90	339,90	339,90	0,10	99,97	99	99
20.573.1148	33.90.33	0100	9.000,00	-9.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
20.573.1148	33.90.36	0100	4.000,00	-3.646,00	354,00	353,25	353,25	353,25	0,75	99,78	99	99
20.573.1148	33.90.39	0100	32.000,00	-32.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
20.573.1148	33.90.92	0100	0,00	176,00	176,00	175,18	175,18	175,18	0,82	99,53	99	99

Contrapartida — **0103**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
0,00	10.310,00	10.310,00	10.309,34	10.309,34	10.309,34	0,66	99,99	99,99	99,99

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2018							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
20.573.1148	33.90.33	0103	0,00	6.710,00	6.710,00	6.709,34	6.709,34	6.709,34	0,66	99,99	99	99
20.573.1148	33.90.92	0103	0,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	0,00	100,00	100	100

Recursos de Convenios Federais — **0225**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
0,00	32.879,00	32.879,00	22.200,75	22.200,75	22.200,75	10.678,25	67,52	67,52	67,52

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2018							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
20.573.1148	33.90.14	0225	0,00	16.905,00	16.905,00	15.842,25	15.842,25	15.842,25	1.062,75	93,71	93	93
20.573.1148	33.90.33	0225	0,00	3.660,00	3.660,00	0,00	0,00	0,00	3.660,00	0,00	0	0
20.573.1148	33.90.36	0225	0,00	8.714,00	8.714,00	6.358,50	6.358,50	6.358,50	2.355,50	72,96	72	72
20.573.1148	33.90.92	0225	0,00	3.600,00	3.600,00	0,00	0,00	0,00	3.600,00	0,00	0	0

Meta Física:

2016	2017	2018	2019	Unidade	Sigla
15	20	16	21	Unidade	un

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2018)	Execução	% Execução
	3o Quadrimestre	16	15	93,75

Análise:

A ação foi executada a contento, tendo em vista que neste exercício teve mobilização de parceiros para execução de diversas atividades. Colaboração em 2 módulos da Capacitação Continuada do ABC Corte promovida pela Embrapa em parceria com o Ruraltins e parceiros da iniciativa privada, cujo foco foi a Intensificação da Produção em Pastagens.

Apoio ao Ruraltins na organização da Feira Agrotecnológica de Almas - AgroAlmas 2018 – principalmente através de contatos com empresas parceiras no intuito de montarem estandes para demonstrar suas tecnologias. Participação na I, II, III e IV Etapas do Circuito da Pecuária Sustentável em Almas, Palmas, Paraíso e Campos Lindos, respectivamente, demonstrando a contribuição das tecnologias do Plano ABC para pecuária sustentável, através da intensificação da produção e tratamentos dos desejos.

Prestação de contas do convênio Seagro/MAPA 806634/2014 cujas atividades se encerram em dezembro de 2017. Capacitação de técnicos e funcionários do Colégio Agropecuário de Natividade sobre o sistema de biodigestão. Realização do Workshop Sistema de Biodigestão para Geração de Energia por Meio da Utilização de Dejetos Bovinos com 172 participantes. Realização palestra sobre Energia Solar Aplicada à Agroindústria de Alimentos durante Oficina de Capacitação Técnica, participação de 49 técnicos.

Realização do Fórum de Desenvolvimento Estratégico de Agroenergia, em parceria com a UFT, com 142 participantes. Participação da 38º reunião da Câmara Setorial de Florestas Plantadas, e da 41º reunião da câmara setorial da cadeia produtiva da borracha natural realizada em Brasília – DF. Participação na 31º Feira Internacional da Agropecuária - FENAGRO em Salvador na Bahia, onde concomitantemente ocorreu a 41º Reunião Ordinária da Câmara Setorial de Florestas Plantadas. Elaboração de novo projeto para captação de recurso, tendo como principal objetivo mapear os colégios agropecuários do estado e instalar mais um sistema de tratamento de desejos animais nestes estabelecimentos de ensino profissionalizante.

Participação no Projeto Siflor, com execução da ESALQ, objetivando o desenvolvimento de software para auxiliar os produtores e técnicos na tomada de decisão sobre a essência florestal cultivar na região do cerrado, foram realizadas quatro visitas de campo em quatro municípios, Dueré, Formoso do Araguaia, Cristalândia e Pium, beneficiando dez 10 pessoas, essas atividades foram executadas através da parceria com a ESALQ.

Realização de três módulos de cursos de capacitações em Sistemas Agroflorestais – SAF, Gestão da propriedade rural, Composição e manejo de Sistemas Agroflorestais e Avaliação Financeira de Sistemas Agroflorestaism, para técnicos de extensão e produtores rurais, , foram capacitados 98 técnicos nos referidos módulos, atividades custeadas com recursos do convênio 793211/2013, Seagro/MAPA.

Realização de mini-curso de sangria e tendências mercadológicas em parceria com a POLIFER com participação de 21 pessoas. Desenvolvimento de projeto em parceria com o Instituto de Economia Agrícola – IEA com o objetivo de levantamento dos custos de produção de coagulo no estado, aplicou-se questionário sobre o perfil socioeconômico dos heveicultores. Visita técnica à Cooperativa Agrícola Mista de Tome-Açu – CAMTA, teve como objetivo conhecer os plantios em sistemas agroflorestais realizados na região e conhecer a agroindústria de polpas de frutas.

Participação no curso sobre Economia em Sistemas Agroflorestais com ênfase em manejo de SAFs e avaliação financeira, realizado pela Escola Nacional de Agronomia – ENAGRO, no município de Ilhéus – BA. Realização de Dias de Campo sobre Culturas Oleaginosas com potencial para produção de biodiesel em Santa Rosa do Tocantins e Centro Agrotecnológico de Palmas.

A meta financeira apresentou boa execução, foram realizadas pagamento de despesas do exercício anterior referente a passagens aéreas na fonte 0100, os recursos de convênio 0225 tiveram uma boa execução. Entende-se que a ação vem cumprindo seu papel de divulgação das tecnologias da agricultura de baixa emissão de carbono.

As alterações orçamentárias desta ação ocorreram conforme quadro a seguir:

Ação	Fonte	UG Acrescida	UG Deduzida	Finalidade	Acréscimos	Decréscimos	Diferença
1062	0100	33010 SEAGRO	33010 SEAGRO	ATENDER PASSAGENS AÉREAS DO CONVÊNIO Nº 806634/2014/MAPA	0,00	3.600,00	-3.600,00
	0100	33010 SEAGRO	33010 SEAGRO	ATENDER FOLHA DE PAGAMENTO DE NOVEMBRO/2018	0,00	23.304,00	-23.304,00
	0100	33010 SEAGRO	33010 SEAGRO	ATENDER 13ª FOLHA DE PAGAMENTO DE 2018	0,00	14.000,00	-14.000,00
	0100	33010 SEAGRO	33010 SEAGRO	ATENDER AQUISIÇÃO DE PASSAGENS AÉREAS	0,00	7.320,00	-7.320,00
	0100	45010 REC.SUPERV.SEFAZ	33010 SEAGRO	ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR INICIATIVA DO GOVERNO DO ESTADO	0,00	48.039,00	-48.039,00
	0103	33010 SEAGRO	33010 SEAGRO	ATENDER PASSAGENS AÉREAS DO CONVÊNIO Nº 806634/2014/MAPA	3.600,00	0,00	3.600,00
	0103	33010 SEAGRO	33010 SEAGRO	ATENDER AQUISIÇÃO DE PASSAGENS AÉREAS	7.320,00	0,00	7.320,00
	0103	45010 REC.SUPERV.SEFAZ	33010 SEAGRO	ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR INICIATIVA DO GOVERNO DO ESTADO	0,00	610,00	-610,00
	0225	33010 SEAGRO	33010 SEAGRO	ATENDER DIÁRIAS A COLAB. EVENTUAL DO CONV. 793211/2013/MAPA	25.619,00	0,00	25.619,00
	0225	33010 SEAGRO	33010 SEAGRO	ATENDER PASSAGENS AÉREAS DO CONVÊNIO Nº 806634/2014/MAPA	3.600,00	0,00	3.600,00
	0225	33010 SEAGRO	33010 SEAGRO	ATENDER AQUISIÇÃO DE PASSAGENS AÉREAS	3.660,00	0,00	3.660,00
1062 Total					**43.799,00**	**96.873,00**	**-53.074,00**

Governo do TOCANTINS

Ações Temáticas Prioritárias
Período: Anual (2018)

Relatório de Gestão das Ações Temáticas Prioritárias por Programa

Unidade Gestora:

33010 Secretaria da Agricultura, da Pecuaria e do Desenvolvimento Agrario

Objetivo:

Fortalecer o setor agropecuário com inovação e transferência de tecnologias, aumento da produção regional, ampliação da competitividade e acesso a novos mercados para geração de trabalho e renda

Indicador:

-Taxa de variação do PIB Agropecuário

Programa:

1148 Desenvolvimento Agropecuário

Ação:

Código	Título	Prioritária
1080	Realização da Feira de Tecnologia Agropecuária - Agrotins	Sim

Orçamento - 12/2018:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
4.851.000,00	-3.307.766	1.543.234,00	1.507.815,46	1.507.815,46	809.198,76	35.418,54	97,70	100,00	53,66

Recursos Ordinarios - Administracao Direta 0100

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
4.816.000,00	-3.309.766,00	1.506.234,00	1.506.232,85	1.506.232,85	807.616,15	1,15	99,99	99,99	53,61

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2018							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
20.573.1148	33.90.14	0100	16.000,00	-9.389,00	6.611,00	6.610,50	6.610,50	6.610,50	0,50	99,99	99	99
20.573.1148	33.90.30	0100	540.000,00	-529.500,00	10.500,00	10.500,00	10.500,00	10.500,00	0,00	100,00	100	100
20.573.1148	33.90.39	0100	4.260.000,00	-2.770.877,00	1.489.123,00	1.489.122,35	1.489.122,35	790.505,65	0,65	99,99	99	53

Recursos de Convenios Federais 0225

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
0,00	2.000,00	2.000,00	1.582,61	1.582,61	1.582,61	417,39	79,13	79,13	79,13

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2018							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
20.573.1148	33.90.93	0225	0,00	2.000,00	2.000,00	1.582,61	1.582,61	1.582,61	417,39	79,13	79	79

Doacao 5236

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
35.000,00	0,00	35.000,00	0,00	0,00	0,00	35.000,00	0,00	0,00	0,00

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2018							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
20.573.1148	33.90.30	5236	15.000,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0	0
20.573.1148	33.90.39	5236	20.000,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0	0

Meta Física:

2016	2017	2018	2019	Unidade	Sigla
1	1	1	1	Unidade	un

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2018)	Execução	% Execução
	3o Quadrimestre	1	1	100,00

Análise:

A ação foi executada com êxito, tendo em vista que baseado planejamento elaborado foi feita elaboração de termos de referência, autuação de processos para contração dos prestadores de serviços, acompanhamento da tramitação de processos administrativos para contratação de serviços e materiais para estruturas físicas e de campo, elaboração de pareceres e especialmente, a mobilização dos expositores com a reserva das áreas para instalação dos estandes formalizada por meio da celebração de contratos. A implantação das vitrines tecnológicas de campo da área vegetal e início da montagem dos estandes. Realização de contatos e reuniões com diversos órgãos públicos e privados visando a organização do evento; execução diversas atividades a fim de atrair parceiros, expositores e público visitante; preparo das áreas de exposição, bem como serviços de telecomunicação, elétricos, hidráulicos, sinalização e combate a incêndio. A Agrotins foi organizada no Centro Agrotecnológico de Palmas. A Feira de Tecnologia Agropecuária alcançou resultados muito significativos que podem ser expressados em números obtidos: Expositores: 678; Palestras: 450; Público Capacitado: 10.000; Público: 142.728; Movimentação de Negócios: 2.185.000.000,00. A execução financeira foi boa em relação ao autorizado, mesmo com a redução orçamentária, em função de parcerias, especialmente com Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia, Turismo e Cultura. Elaboração dos termos

de referência, montagem dos processos para contratação dos serviços da Agrotins 2019. Entende-se que a ação teve desempenho excelente, visto que o alcance do objetivo e das metas físicas superou o planejado.

As alterações orçamentárias desta ação ocorreram conforme quadro a seguir:

Ação	Fonte	UG Acrescida	UG Deduzida	Finalidade	Acréscimos	Decréscimos	Diferença
1080	0100	33010 SEAGRO	33010 SEAGRO	ATENDER O CENTRO AGROTECNOLÓGICO DE PALMAS	0,00	64.000,00	-64.000,00
	0100	33010 SEAGRO	33010 SEAGRO	ATENDER DESPESAS COM INSUMOS AGRÍCOLAS PARA O CAP	0,00	4.200,00	-4.200,00
	0100	33010 SEAGRO	33010 SEAGRO	ATENDER DESPESA COM LOCAÇÃO DE ÔNIBUS PARA A AGROTINS/2018	0,00	23.158,00	-23.158,00
	0100	33010 SEAGRO	33010 SEAGRO	ATENDER DESP. MÃO DE OBRA BRAÇAL E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS	0,00	36.000,00	-36.000,00
	0100	33010 SEAGRO	33010 SEAGRO	ATENDER A FOLHA COMPLEMENTAR REFERENTE OUTUBRO DE 2018	0,00	1.081.196,00	-1.081.196,00
	0100	33010 SEAGRO	33010 SEAGRO	ATENDER FOLHA DE PAGAMENTO COMPLEMENTAR DE SETEMBRO/2018	0,00	841.286,00	-841.286,00
	0100	33010 SEAGRO	33010 SEAGRO	ATENDER DESPESAS COM A FOLHA DE PAGAMENTO DE OUTUBRO/2018	0,00	311.848,00	-311.848,00
	0100	33010 SEAGRO	33010 SEAGRO	ATENDER FOLHA DE PAGAMENTO DE NOVEMBRO/2018	0,00	691.738,00	-691.738,00
	0100	33010 SEAGRO	33010 SEAGRO	ATENDER COM COMBUSTIVEL, INSUMOS E FERTILIZANTES PARA O CAP	0,00	28.165,00	-28.165,00
	0100	45010 REC.SUPERV.SEFAZ	33010 SEAGRO	ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR INICIATIVA DO GOVERNO DO ESTADO	0,00	228.175,00	-228.175,00
	0225	33010 SEAGRO	33010 SEAGRO	DEVOLUÇÃO DE SALDO NÃO APLICADO DO CONVÊNIO 842795/2017	2.000,00	0,00	2.000,00
1080 Total					2.000,00	3.309.766,00	-3.307.766,00

Governo do TOCANTINS

Ações Temáticas Prioritárias
Período: Anual (2018)

Relatório de Gestão das Ações Temáticas Prioritárias por Programa

Unidade Gestora:

33010 Secretaria da Agricultura, da Pecuaria e do Desenvolvimento Agrario

Objetivo:

Fortalecer o setor agropecuário com inovação e transferência de tecnologias, aumento da produção regional, ampliação da competitividade e acesso a novos mercados para geração de trabalho e renda

Indicador:

-Taxa de variação do PIB Agropecuário

Programa:

1148 Desenvolvimento Agropecuário

Ação:

Código	Título	Prioritária
2010	Apoio a Realização de Eventos Agropecuários	Sim

Orçamento - 12/2018:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
2.070.000,00	-1.494.087	575.913,00	50.912,09	912,09	912,09	525.000,91	8,84	1,79	100,00

Recursos Ordinarios - Administracao Direta 0100

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
20.000,00	-19.087,00	913,00	912,09	912,09	912,09	0,91	99,90	99,90	99,90

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2018							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
20.573.1148	33.90.14	0100	10.000,00	-9.751,00	249,00	248,25	248,25	248,25	0,75	99,69	99	99
20.573.1148	33.90.30	0100	10.000,00	-10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
20.573.1148	33.90.92	0100	0,00	664,00	664,00	663,84	663,84	663,84	0,16	99,97	99	99

Recursos do Tesouro - Emendas Parlamentares 0104

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
1.925.000,00	-1.475.000,00	450.000,00	50.000,00	0,00	0,00	400.000,00	11,11	0,00	0,00

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2018							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
20.573.1148	33.50.41	0104	1.925.000,00	-1.475.000,00	450.000,00	50.000,00	0,00	0,00	400.000,00	11,11	0	0
20.573.1148	33.40.41	0104	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			

Recursos de Convenios Federais 0225

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
125.000,00	0,00	125.000,00	0,00	0,00	0,00	125.000,00	0,00	0,00	0,00

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2018							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
20.573.1148	33.90.14	0225	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0	0
20.573.1148	33.90.30	0225	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0	0
20.573.1148	33.90.36	0225	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0	0
20.573.1148	33.90.39	0225	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0	0

Meta Física:

2016	2017	2018	2019	Unidade	Sigla
1	15	1	1	Unidade	un

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2018)	Execução	% Execução
	3o Quadrimestre	1	0	0,00

Análise:

Esta ação foi executada somente a Exposição do Sindicato Rural de Divinópolis. Embora tenha autuado o processo de nº 2018 33000 74 do Sindicato Rural de Araguaína previstos para o mês de maio, mas foi cancelado. Ressalta-se ainda que os recursos gastos e empenhados com diárias e combustível foram para realizar a fiscalização de convênios concedidos para verificar o cumprimento das metas propostas no Plano de Trabalho. Além disso houve pagamento de despesas de exercício anterior para pagamento de despesas com combustível.

Os recursos não foram aplicados em virtude do decreto cancelando todas as emendas parlamentares.

Houve também um ajuste da Secretaria de Planejamento no valor de R$ 1.475.000,00 (Hum milhão quatrocentos e setenta e cinco mil reais) de recursos de Emenda Parlamentar que foram realocados a pedido dos Deputados.

Ação	Fonte	UG Acrescida	UG Deduzida	Finalidade	Acréscimos	Decréscimos	Diferença
2010	0100	33010 SEAGRO	33010 SEAGRO	ATENDER FOLHA DE PAGAMENTO DE NOVEMBRO/2018	0,00	3.836,00	-3.836,00
	0100	33010 SEAGRO	33010 SEAGRO	ATENDER 13° FOLHA DE PAGAMENTO DE 2018	0,00	2.000,00	-2.000,00
	0100	45010 REC.SUPERV.SEFAZ	33010 SEAGRO	ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR INICIATIVA DO GOVERNO DO ESTADO	0,00	13.251,00	-13.251,00
	0104	19010 SEDECT	33010 SEAGRO	ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR INICIATIVA DO GOVERNO DO ESTADO	0,00	905.000,00	-905.000,00
	0104	30550 FES	33010 SEAGRO	ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR INICIATIVA DO GOVERNO DO ESTADO	0,00	330.000,00	-330.000,00
	0104	33010 SEAGRO	19010 SEDECT	ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR INICIATIVA DO GOVERNO DO ESTADO	50.000,00	0,00	50.000,00
	0104	33010 SEAGRO	33010 SEAGRO	ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR INICIATIVA DO GOVERNO DO ESTADO	250.000,00	400.000,00	-150.000,00
	0104	33010 SEAGRO	37010 SEINF	ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR INICIATIVA DO GOVERNO DO ESTADO	120.000,00	0,00	120.000,00
	0104	37010 SEINF	33010 SEAGRO	ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR INICIATIVA DO GOVERNO DO ESTADO	0,00	100.000,00	-100.000,00
	0104	41010 SETAS	33010 SEAGRO	ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR INICIATIVA DO GOVERNO DO ESTADO	0,00	30.000,00	-30.000,00
	0104	45010 REC.SUPERV.SEFAZ	33010 SEAGRO	ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR INICIATIVA DO GOVERNO DO ESTADO	0,00	130.000,00	-130.000,00
2010 Total					**420.000,00**	**1.914.087,00**	**-1.494.087,00**

Governo do TOCANTINS

Ações Temáticas Prioritárias
Período: Anual (2018)

Relatório de Gestão das Ações Temáticas Prioritárias por Programa

Unidade Gestora:

33010	Secretaria da Agricultura, da Pecuaria e do Desenvolvimento Agrario

Objetivo:

Fortalecer o setor agropecuário com inovação e transferência de tecnologias, aumento da produção regional, ampliação da competitividade e acesso a novos mercados para geração de trabalho e renda

Indicador:

-Taxa de variação do PIB Agropecuário

Programa:

1148	Desenvolvimento Agropecuário

Ação:

Código	Título	Prioritária
2074	Fortalecimento do Setor Agroindustrial do Estado	Sim

Orçamento - 12/2018:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
919.000,00	-109.923	809.077,00	39.129,43	39.129,43	39.129,43	769.947,57	4,83	100,00	100,00

Recursos Ordinarios - Administracao Direta — **0100**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
128.900,00	-111.789,00	17.111,00	17.110,32	17.110,32	17.110,32	0,68	99,99	99,99	99,99

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2018							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
20.605.1148	33.90.14	0100	20.000,00	-10.966,00	9.034,00	9.033,75	9.033,75	9.033,75	0,25	99,99	99	99
20.605.1148	33.90.30	0100	50.000,00	-44.156,00	5.844,00	5.843,78	5.843,78	5.843,78	0,22	99,99	99	99
20.605.1148	33.90.33	0100	7.000,00	-7.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
20.605.1148	33.90.36	0100	4.000,00	-3.058,00	942,00	942,00	942,00	942,00	0,00	100,00	100	100
20.605.1148	33.90.39	0100	47.900,00	-47.900,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
20.605.1148	33.90.92	0100	0,00	1.291,00	1.291,00	1.290,79	1.290,79	1.290,79	0,21	99,98	99	99

Contrapartida — **0103**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
100,00	1.866,00	1.966,00	1.965,74	1.965,74	1.965,74	0,26	99,98	99,98	99,98

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2018							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
20.605.1148	33.90.30	0103	100,00	-100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
20.605.1148	33.90.93	0103	0,00	1.966,00	1.966,00	1.965,74	1.965,74	1.965,74	0,26	99,98	99	99

Recursos do Tesouro - Emendas Parlamentares — **0104**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	99,98	99,98

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2018							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
20.605.1148	44.40.52	0104	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			

Recursos de Convenios Federais — **0225**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
790.000,00	0,00	790.000,00	20.053,37	20.053,37	20.053,37	769.946,63	2,53	2,53	2,53

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2018							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
20.605.1148	33.90.14	0225	60.000,00	0,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00	0,00	0	0
20.605.1148	33.90.30	0225	230.000,00	0,00	230.000,00	0,00	0,00	0,00	230.000,00	0,00	0	0
20.605.1148	33.90.39	0225	500.000,00	-20.054,00	479.946,00	0,00	0,00	0,00	479.946,00	0,00	0	0
20.605.1148	33.90.93	0225	0,00	20.054,00	20.054,00	20.053,37	20.053,37	20.053,37	0,63	99,99	99	99

Meta Física:

2016	2017	2018	2019	Unidade	Sigla
50	60	62	72	Unidade	un

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2018)	Execução	% Execução
	3o Quadrimestre	62	80	129,03

Análise:

A ação foi alcançada com êxito. Ao todo 80 agroindústrias foram apoiadas durante o ano de 2018, o que permitiu uma execução de 29,03% superior ao planejado para todo o ano vigente.

O êxito na execução se deu, em grande parte, pelas parcerias desenvolvidas entre os setores público-privado, o que oportunizou o desenvolvimento das atividades com poucos recursos financeiros dispendidos pelo Estado. Contudo, o ano de 2018, pode ser considerado um ano atípico, uma vez que mudanças no legislação federal acerca do processo de fiscalização ocorreram e deram uma nova tônica e impulsionamento na classe empresarial do segmento alimentício, contrariando os cenários de crise que o país vive em outros segmentos. No entanto, ainda não é possível inferir que os mesmos feitos serão passíveis de repetição no ano de 2019.

Dentre as *72 agroindústrias* apoiadas distribuídas em *31 municípios*, entende-se por bem discriminá-las por tipo de produto e município atendido, quais sejam: 01 Implantação de Mini laticínio em *Brejinho de Nazaré*; 01 Agroindústria de produção e beneficiamento de ovos caipira em *Brejinho de Nazaré*; 01 Laticínio em *Palmas*, 01 Agroindústria de Beneficiamento de Mandioca Congelada em *Porto Nacional*; 01 Agroindústria de Farinha de Mandioca em *Cariri*; 01 Agroindústria de Polpa de Frutas em *Palmas*; 01 Agroindústria de Polpa de Açaí em *Porto Nacional*; 01 Matadouro de bovinos em *Guaraí*; 01 Matadouro de bovinos em *Goianorte*; 01 Matadouro de Bovinos em *Pedro Afonso*; 01 Laticínio Marília em *Colmeia*; 03 Mini-laticínio em *Guaraí*; 05 propriedades/abrigos com tanques de resfriamento de leite em *Guaraí*; 01 Agroindústria de Abatedouro de Aves em *Pium*; 01 Agroindústria de Abatedouro de Bovinos em *Colinas do Tocantins*; 01 Agroindústria de Abatedouro de Bovinos em *Miranorte*; 01 Agroindústria de Abatedouro de Bovinos e Suínos em *Xambióa*; 01 Agroindústria de Embutidos em *Palmas*; 01 Agroindústria de Queijaria em *Barrolândia*; 01 Agroindústria de Frutas congeladas em *Barrolândia*; 01 Agroindústria de Abatedouro de Bovinos-suínos em *Axixá*; 01 Agroindústria de Abatedouro de Bovinos em *Dueré*; 02 Agroindústria de Abatedouro de Aves em *Colmeia*; 01 Agroindústria de Abatedouro de Aves em *Pau D'arco*; e outras agroindústria de frutas congeladas e de mandioca congelada nos seguintes municípios: (01 Colmeia, 01 Gurupi, 01 Novo Acordo, 01 Araguaína, 01 Porto Nacional); 01 agroindústria de lácteos e derivados em *Paraíso do Tocantins*; 03 agroindústrias apoiadas em mais de um tipo de produto a ser processado nos municípios de: (Pugmil, Colmeia e Paraíso do TO) e 32 propriedades/abrigos com tanques de resfriamento de leite distribuídos nos seguintes municípios: *Abreulândia, Aragominas, Barrolândia, Divinópolis, Dois Irmãos, Miracema, Nova Rosalândia, Oliveira de Fátima, Piraquê, Santa Fé do Araguaia, Xambioá e Wanderlândia*.

Além de apoiar mais 08 propriedades/abrigos com tanques de resfriamento de leite distribuídos nos seguintes municípios: *Palmas, Santa Tereza do Tocantins, Miracema, Araguatins e São Sebastião* totalizando assim, as 80 agroindústrias apoiadas.

Ainda no ano de 2018 realizou-se o apoio na Cessão de Uso de Bens públicos (02 tanque de resfriamento de leite) em convênio vigente, e disponibilização de material didático (cartilhas técnicas), todas essas ações focadas no alcance do produto da ação.

Quanto à análise financeira da ação ressalta-se que, houve implantação de proposta inserida no SICONV, visando à formalização de convênio junto ao MAPA, porém a formalização ainda não foi realizada, tendo isto impossibilitado à utilização dos recursos na fonte 0225 no ano de 2018.

Informa-se também que os valores empenhados nas fontes 0103 e 0225 referente às indenizações e restituições foram para devolução de saldo do convênio MAPA-SEAGRO nº 781963-2012, objeto do convênio Aquisição de Tanques de Resfriamento de leite capacidade de 1000 litros. E, por fim, o valor das despesas com reconhecimento de dívidas foram para pagamentos de combustível do exercício de 2017.

As alterações orçamentárias desta ação ocorreram conforme quadro a seguir:

Ação	Fonte	UG Acrescida	UG Deduzida	Finalidade	Acréscimos	Decréscimos	Diferença
2074	0100	33010 SEAGRO	33010 SEAGRO	DEVOLUÇÃO DE SALDO DO CONVÊNIO Nº 781963/2012/ MAPA	0,00	1.966,00	-1.966,00
	0100	33010 SEAGRO	33010 SEAGRO	ATENDER FOLHA DE PAGAMENTO DE NOVEMBRO/2018	0,00	39.742,00	-39.742,00
	0100	33010 SEAGRO	33010 SEAGRO	ATENDER 13° FOLHA DE PAGAMENTO DE 2018	0,00	9.434,00	-9.434,00
	0100	45010 REC.SUPERV.SEFAZ	33010 SEAGRO	ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR INICIATIVA DO GOVERNO DE ESTADO	0,00	60.647,00	-60.647,00
	0103	33010 SEAGRO	33010 SEAGRO	DEVOLUÇÃO DE SALDO DO CONVÊNIO Nº 781963/2012/ MAPA	1.966,00	0,00	1.966,00
	0103	45010 REC.SUPERV.SEFAZ	33010 SEAGRO	ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR INICIATIVA DO GOVERNO DE ESTADO	0,00	100,00	-100,00
	0104	33010 SEAGRO	33010 SEAGRO	ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR INICIATIVA DO GOVERNO DE ESTADO	150.000,00	0,00	150.000,00
	0104	45010 REC.SUPERV.SEFAZ	33010 SEAGRO	ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR INICIATIVA DO GOVERNO DE ESTADO	0,00	150.000,00	-150.000,00
2074 Total					**151.966,00**	**261.889,00**	**-109.923,00**

Governo do TOCANTINS

Ações Temáticas Prioritárias
Período: Anual (2018)

Relatório de Gestão das Ações Temáticas Prioritárias por Programa

Unidade Gestora:

33010	Secretaria da Agricultura, da Pecuaria e do Desenvolvimento Agrario

Objetivo:

Fortalecer o setor agropecuário com inovação e transferência de tecnologias, aumento da produção regional, ampliação da competitividade e acesso a novos mercados para geração de trabalho e renda

Indicador:

-Taxa de variação do PIB Agropecuário

Programa:

1148	Desenvolvimento Agropecuário

Ação:

Código	Título	Prioritária
2075	Fortalecimento do Sistema Estadual de Gerenciamento de Dados Agrometeorológicos	Sim

Orçamento - 12/2018:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
102.000,00	-100.446	1.554,00	1.553,99	1.553,99	1.553,99	0,01	99,99	100,00	100,00

Recursos Ordinarios - Administracao Direta	0100

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
102.000,00	-100.446,00	1.554,00	1.553,99	1.553,99	1.553,99	0,01	99,99	99,99	99,99

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2018							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
20.545.1148	33.90.14	0100	5.000,00	-5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
20.545.1148	33.90.30	0100	30.000,00	-29.715,00	285,00	285,00	285,00	285,00	0,00	100,00	100	100
20.545.1148	33.90.33	0100	11.000,00	-11.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
20.545.1148	33.90.36	0100	3.000,00	-2.529,00	471,00	471,00	471,00	471,00	0,00	100,00	100	100
20.545.1148	33.90.39	0100	21.500,00	-21.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
20.545.1148	44.90.52	0100	31.500,00	-30.702,00	798,00	797,99	797,99	797,99	0,01	99,99	99	99

Meta Física:

2016	2017	2018	2019	Unidade	Sigla
25	25	25	25	Porcentagem	%

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2018)	Execução	% Execução	
	3o Quadrimestre	25	18	72,00	

Análise:

A ação foi executada a contento, alcançando assim 72% da meta física realizada. Foram realizadas atividades de coleta diária de dados meteorológicos, compilação e envio ao Instituto Nacional de Meteorologia-INMET/GO, são realizados nas Estações Meteorológicas convencionais dos municípios de Araguaína, Palmas, Peixe e Porto Nacional, na íntegra. São realizadas atividades, com uso de mão de obra braçal, necessárias para a manutenção e conservação da área externa da estação meteorológica de Palmas.

Existe um ACT - Acordo de Cooperação Técnica firmado entre a SEAGRO x INMET x UNITINS cujo objetivo é a conjugação de esforços para execução do Projeto "Estações Meteorológicas do Tocantins", visando o apoio Técnico por parte da SEAGRO na disponibilização de servidores e informações meteorológicas para realizar monitoramento agrometeorológico, estabelecendo estratégias e diretrizes para o manejo agrícola no estado do Tocantins, através da previsão meteorológica. Entre os produtos gerados em decorrência desse ACT destaca-se a elaboração e divulgação, por meio de mídias eletrônicas, de RESENHA DO TEMPO, cujo objetivo é informar a sociedade civil e setor produtivo acerca do monitoramento e previsão climática para o Estado. Contamos, ainda, com uma ferramenta importante para o produtor rural que é nosso PORTAL DA AGROMETEOROLOGIA, que disponibiliza informações e produtos agrometeorológicos para o setor. Nesse Portal o usuário encontra informações dos principais órgãos oficiais da meteorologia e agrometeorologia nacional, tendo como público alvo os extensionistas rurais, técnicos agropecuários, produtores rurais, indústrias, comércio e a sociedade civil.

Está em andamento, em parceria com a Faculdade Católica do TO - FACTO, a elaboração de aplicativo para celular com ênfase no manejo da irrigação com a utilização de dados meteorológicos das estações do Estado. Esse aplicativo visa auxiliar o setor produtivo nas tomadas de decisão sobre quando e quanto irrigar. Os testes para validação desse aplicativo serão efetuados no projeto de irrigação São João.

O processo para aquisição de materiais e equipamentos de informática necessários para o fortalecimento do sistema e divulgação dos dados e informações agrometeorológicas para os diversos usuários tocantinenses foram cotados, formado mapa de preços e encaminhado ao comitê gestor do Estado para autorização do processo licitatório e continuidade do mesmo.

Regularmente as estações meteorológicas recebem visitas técnicas de professores e estudantes dos cursos de agronomia, engenharia ambiental e áreas afins, para aprimoramento dos conhecimentos práticos.

Em setembro foi realizado, no auditório da Faculdade Católica do Tocantins, o **4º Encontro para Apresentação das Tendências Agroclimatológicas,** com a participação de 200 pessoas, onde os empresários rurais tiveram acesso a importantes informações climáticas para auxiliar seu planejamento agrícola e as tomadas de decisão mais assertivas.

Diante dos dados apresentados, concluímos que o sistema vem sendo fortalecido e as atividades realizadas representam 70% da meta para o ano. Devido ao cancelamento orçamentário ocorrido, necessário para aquisição de materiais e serviços, as metas que visam a potencialização da ação não foram cumpridas na sua totalidade.

As alterações orçamentárias desta ação ocorreram conforme quadro a seguir:

Ação	Fonte	UG Acrescida	UG Deduzida	Finalidade	Acréscimos	Decréscimos	Diferença
2075	0100	33010 SEAGRO	33010 SEAGRO	ATENDER FOLHA DE PAGAMENTO DE NOVEMBRO/2018	0,00	32.373,00	-32.373,00
	0100	45010 REC.SUPERV.SEFAZ	33010 SEAGRO	ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR INICIATIVA DO GOVERNO DO ESTADO	0,00	68.073,00	-68.073,00
2075 Total					**0,00**	**100.446,00**	**-100.446,00**

Governo do TOCANTINS

Ações Temáticas Prioritárias
Período: Anual (2018)

Relatório de Gestão das Ações Temáticas Prioritárias por Programa

Unidade Gestora:

33010	Secretaria da Agricultura, da Pecuaria e do Desenvolvimento Agrario

Objetivo:

Fortalecer o setor agropecuário com inovação e transferência de tecnologias, aumento da produção regional, ampliação da competitividade e acesso a novos mercados para geração de trabalho e renda

Indicador:

-Taxa de variação do PIB Agropecuário

Programa:

1148	Desenvolvimento Agropecuário

Ação:

Código	Título	Prioritária
2076	Fortalecimento do Sistema de Comercialização e Abastecimento Agropecuário	Sim

Orçamento - 12/2018:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
170.000,00	-160.660	9.340,00	9.339,06	8.789,06	8.789,06	0,94	99,98	94,11	100,00

Recursos Ordinarios - Administracao Direta	0100

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
170.000,00	-160.660,00	9.340,00	9.339,06	8.789,06	8.789,06	0,94	99,98	94,10	94,10

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2018							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
20.605.1148	33.90.14	0100	12.000,00	-11.943,00	57,00	56,25	56,25	56,25	0,75	98,68	98	98
20.605.1148	33.90.30	0100	72.000,00	-67.266,00	4.734,00	4.733,81	4.733,81	4.733,81	0,19	99,99	99	99
20.605.1148	33.90.39	0100	86.000,00	-81.451,00	4.549,00	4.549,00	3.999,00	3.999,00	0,00	100,00	87	87

Meta Física:

2016	2017	2018	2019	Unidade	Sigla
10	1	10	10	Porcentagem	%

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2018)	Execução	% Execução
	3o Quadrimestre	10	0	0,00

Análise:

A ação não foi executada, tendo em vista as medidas de contenção dos gastos do Poder Executivo Estadual no exercício de 2018, como o Decreto nº 5.805, de 20 de abril de 2018, que estabeleceu medidas de redução e controle de despesas. Mesmo assim, seguimos firme no propósito de fortalecer a comercialização e abastecimento agropecuário no Estado do Tocantins, para tanto, neste ano de 2018 demos início aos estudos para regularização das dependências da CEASA com vistas a realização de processo licitatório para instalação de novos empreendimentos, o que resultará em aumento de produção e acesso a novos mercados, e com a geração de trabalho e renda.

Entretanto, é válido destacar, que em meio a todas às dificuldades encontradas, mantemos diversas reuniões internas de planejamento e com atacadistas e interessados em se instalarem na CEASA. Elaboramos o calendário de visitas técnicas com intuito de realizar o cadastramento de novas empresas parceiras e atualizar os dados daquelas que se encontravam defasadas, com vistas a atender a Portaria nº 27, publicada no DOE nº 4.358, de 14 de abril de 2015 (Pág. 11), que estabelece o Sistema de Informação do Mercado Agrícola – SIMA, entretanto não foi possível realizar tais viagens devido às restrições oriundas das medidas de redução e controle de despesas, mesmo assim mantemos a atualização dos dados através das informações fornecidas pelas empresas já parceiras devidamente cadastradas. Ressaltamos por fim, a importância em manter atualizadas tais informações do SIMA, pois ela beneficia o cidadão e comerciantes que tenham interesse sobre preços no mercado agrícola, sobretudo aqueles que necessitam do serviço de cotações agropecuárias para manter seu preço atualizado e competitivo.

Como forma de dar uma melhor condição de trabalhos aos servidores realizamos alguns serviços de manutenção da estrutura físicas da CEASA, como pintura, manutenção e limpeza geral dos banheiro, reforço no telhado, construção de calhas em locais de goteiras, entre outros. Adquirimos também alguns materiais de consumo que não tinha disponível em nosso almoxarifado, como lâmpadas, vassourões, enxadas, rastelos, acessórios para informativa, etc.

Por fim, neste ano de 2018, visando dar maior visibilidade à CEASA e maiores oportunidades aos atacadistas e clientes, realizamos no período de 18 a 20 de setembro, em parceria com uma concessionária de caminhões, a "Estação CEASA", evento itinerante que visita os Centros de Abastecimento (CEASA) no Brasil, levando as principais novidades e diferenciais do mercado, com o objetivo de demonstrar seus produtos e serviços, facilitando a aquisição pelos frequentadores dos CEASAS. Neste evento, além da apresentação portfólio destinado ao segmento, tivemos a parte social, com cursos, cortes de cabelos, e outros atendimentos ao público presente.

As alterações orçamentárias desta ação ocorreram conforme quadro a seguir:

Ação	Fonte	UG Acrescida	UG Deduzida	Finalidade	Acréscimos	Decréscimos	Diferença
2076	0100	33010 SEAGRO	33010 SEAGRO	ATENDER FOLHA DE PAGAMENTO DE NOVEMBRO/2018	0,00	59.451,00	-59.451,00
	0100	45010 REC.SUPERV.SEFAZ	33010 SEAGRO	ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR INICIATIVA DO GOVERNO DO ESTADO	0,00	101.209,00	-101.209,00
2076 Total					**0,00**	**160.660,00**	**-160.660,00**

Governo do TOCANTINS

Ações Temáticas Prioritárias
Período: Anual (2018)

Relatório de Gestão das Ações Temáticas Prioritárias por Programa

Unidade Gestora:

33010	Secretaria da Agricultura, da Pecuaria e do Desenvolvimento Agrario

Objetivo:

Fortalecer o setor agropecuário com inovação e transferência de tecnologias, aumento da produção regional, ampliação da competitividade e acesso a novos mercados para geração de trabalho e renda

Indicador:

-Taxa de variação do PIB Agropecuário

Programa:

1148	Desenvolvimento Agropecuário

Ação:

Código	Título	Prioritária
2117	Manutenção dos Centros de Difusão Agrotecnológica	Sim

Orçamento - 12/2018:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
620.000,00	-135.964	484.036,00	484.033,52	484.033,52	288.332,15	2,48	99,99	100,00	59,56

Recursos Ordinarios - Administracao Direta	0100

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
620.000,00	-135.964,00	484.036,00	484.033,52	484.033,52	288.332,15	2,48	99,99	99,99	59,56

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2018							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
20.573.1148	33.90.14	0100	10.000,00	-9.300,00	700,00	699,75	699,75	699,75	0,25	99,96	99	99
20.573.1148	33.90.30	0100	130.000,00	-107.632,00	22.368,00	22.367,45	22.367,45	22.367,45	0,55	99,99	99	99
20.573.1148	33.90.39	0100	180.000,00	-556,00	179.444,00	179.443,60	179.443,60	179.443,60	0,40	99,99	99	99
20.573.1148	33.90.92	0100	20.000,00	-1.078,00	18.922,00	18.921,31	18.921,31	18.921,31	0,69	99,99	99	99
20.573.1148	44.90.51	0100	280.000,00	-17.398,00	262.602,00	262.601,41	262.601,41	66.900,04	0,59	99,99	99	25

Meta Física:

2016	2017	2018	2019	Unidade	Sigla
2	2	2	2	Unidade	un

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2018)	Execução	% Execução
	3o Quadrimestre	2	1	50,00

Análise:

A ação foi executada a contento, levando em conta que teve continuidade dos serviços de manutenção do Centro Agrotecnológico de Palmas (CAP) com realização de serviços de manutenção preventiva das edificações, bem como limpeza através de capina, aceiros, roçagem geral, inclusive das margens da rodovia de acesso, poda de árvores, manutenção e recuperação dos restaurantes, incluindo a recuperação da rede elétrica. Adequação e ampliação da rede elétrica visando dar suporte a Agrotins através da instalação de quinze transformadores, análise da água dos poços semi-artesianos feita pela ATS, visando atingir a potabilidade, manutenção das cercas, condução dos cultivos de banana, açaí e do viveiro de flores tropicais, bem como a molhação das gramas. Continuação das obras de instalação de hidrantes, visando combate e prevenção de incêndios. Pagamento de energia elétrica. O Centro Agrotecnológico de Palmas (CAP) possui uma área de 350 ha, onde instituições parceiras (Seagro, Embrapa, UnitinsAgro, Naturatins, Ruraltins, Prefeitura de Palmas) realizam atividades voltadas à geração, adaptação e socialização de tecnologias agropecuárias, a produção de material multiplicador, bem como, atividades acadêmicas agrárias e a realização de eventos voltados para o desenvolvimento agropecuário e preservação do meio ambiente. Portanto, o centro de difusão agrotecnológica de Palmas está sendo mantido adequadamente e oferecendo suporte ao setor produtivo tocantinense. A execução financeira do orçamento boa liquidação em função da redução orçamentária. Desta forma a entende-se que as atividades de manutenção do CAP vêm ocorrendo de forma regular e com nível satisfatório.

As alterações orçamentárias desta ação ocorreram conforme quadro a seguir:

Ação	Fonte	UG Acrescida	UG Deduzida	Finalidade	Acréscimos	Decréscimos	Diferença
2117	0100	33010 SEAGRO	33010 SEAGRO	ATENDER O CENTRO AGROTECNOLÓGICO DE PALMAS	64.000,00	0,00	64.000,00
	0100	33010 SEAGRO	33010 SEAGRO	ATENDER DESPESAS COM INSUMOS AGRICOLAS PARA O CAP	4.200,00	0,00	4.200,00
	0100	33010 SEAGRO	33010 SEAGRO	ATENDER DESP. MÃO DE OBRA BRAÇAL E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS	36.000,00	0,00	36.000,00
	0100	33010 SEAGRO	33010 SEAGRO	ATENDER FOLHA DE PAGAMENTO DE NOVEMBRO/2018	0,00	49.000,00	-49.000,00
	0100	33010 SEAGRO	33010 SEAGRO	ATENDER COM COMBUSTIVEL, INSUMOS E FERTILIZANTES PARA O CAP	39.407,00	11.242,00	28.165,00
	0100	45010 REC.SUPERV.SEFAZ	33010 SEAGRO	ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR INICIATIVA DO GOVERNO DO ESTADO	0,00	219.329,00	-219.329,00
2117 Total					**143.607,00**	**279.571,00**	**-135.964,00**

Governo do TOCANTINS

Ações Temáticas Prioritárias
Período: Anual (2018)

Relatório de Gestão das Ações Temáticas Prioritárias por Programa

Unidade Gestora:

33010 Secretaria da Agricultura, da Pecuaria e do Desenvolvimento Agrario

Objetivo:

Fortalecer o setor agropecuário com inovação e transferência de tecnologias, aumento da produção regional, ampliação da competitividade e acesso a novos mercados para geração de trabalho e renda

Indicador:

-Taxa de variação do PIB Agropecuário

Programa:

1148 Desenvolvimento Agropecuário

Ação:

Código	Título	Prioritária
2135	Promoção de Atividades de Inovação Agrotecnológica e Pesquisas Agropecuárias	Sim

Orçamento - 12/2018:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
250.700,00	-212.607	38.093,00	38.091,25	36.634,95	36.634,95	1,75	99,99	96,17	100,00

Recursos Ordinarios - Administracao Direta 0100

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
250.700,00	-212.607,00	38.093,00	38.091,25	36.634,95	36.634,95	1,75	99,99	96,17	96,17

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2018							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
20.573.1148	33.90.14	0100	20.000,00	-8.738,00	11.262,00	11.262,00	11.262,00	11.262,00	0,00	100,00	100	100
20.573.1148	33.90.30	0100	49.000,00	-46.325,00	2.675,00	2.674,84	1.218,54	1.218,54	0,16	99,99	45	45
20.573.1148	33.90.33	0100	13.000,00	-13.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
20.573.1148	33.90.36	0100	5.000,00	-5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
20.573.1148	33.90.39	0100	163.700,00	-163.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
20.573.1148	33.90.92	0100	0,00	24.156,00	24.156,00	24.154,41	24.154,41	24.154,41	1,59	99,99	99	99

Meta Física:

2016	2017	2018	2019	Unidade	Sigla
9	14	11	20	Unidade	un

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2018)	Execução	% Execução
	3o Quadrimestre	11	11	100,00

Análise:

A ação foi executada a contento, tendo em vista que foram realizados 08 cursos de Inseminação Artificial em bovinos com o objetivo de capacitar técnicos, produtores e trabalhadores rurais, promovendo a qualidade genética e o crescimento do rebanho de bovinos de corte e leite no Estado do Tocantins utilizando as instalações existentes no Centro Agrotecnológico de Palmas – TO capacitando 48 pessoas. Foi realizado o levantamento de demanda de protocolos de Inseminação Artificial em Tempo Fixo nos rebanho para as regiões: Sudeste, Centro - Oeste com atendimento a 500 matrizes. Reunião de Mobilização dos Técnicos do Ruraltins para a 2ª Feira do Pró-Genética que aconteceu na Agrotins 2018, onde foram comercializados 48 animais PO. No programa de melhoria da qualidade genética do rebanho do Tocantins foram executados 1.432 protocolos de inseminação artificial em tempo fixo (IATF) em propriedades rurais localizadas nos municípios de Paraíso do Tocantins, Chapada de Areia, Araguacema, Barrolândia, Pium, Palmas, Santa Tereza, Santa Rosa, Pugmil, Monte Santo e Natividade. Publicação do extrato de Termo Aditivo do contrato da empresa Clivar Reprodução Animal Ltda por período de 12 meses. Assinatura do convênio de termo de cooperação técnica com o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO). Assim, entende-se que a ação vem atendendo os objetivos propostos, na promoção da qualidade do rebanho e transferência de tecnologias. Apesar de ter havido redução orçamentária, a existência de parcerias também possibilitou a execução de algumas atividades previstas.

As despesas do exercício anterior foram para realização de pagamentos referente aos serviços de melhoramento genéticos, despesas relacionadas a combustível e aquisição de equipamentos para implantação de apiário e meliponário didático.

As alterações orçamentárias desta ação ocorreram conforme quadro a seguir:

Ação	Fonte	UG Acrescida	UG Deduzida	Finalidade	Acréscimos	Decréscimos	Diferença
2135	0100	33010 SEAGRO	33010 SEAGRO	ATENDER FOLHA DE PAGAMENTO DE NOVEMBRO/2018	0,00	52.920,00	-52.920,00
	0100	45010 REC.SUPERV.SEFAZ	33010 SEAGRO	ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR INICIATIVA DO GOVERNO DO ESTADO	0,00	159.687,00	-159.687,00
2135 Total					**0,00**	**212.607,00**	**-212.607,00**

Governo do TOCANTINS

Ações Temáticas Prioritárias
Período: Anual (2018)

Relatório de Gestão das Ações Temáticas Prioritárias por Programa

Unidade Gestora:

33010 Secretaria da Agricultura, da Pecuaria e do Desenvolvimento Agrario

Objetivo:

Fortalecer o setor agropecuário com inovação e transferência de tecnologias, aumento da produção regional, ampliação da competitividade e acesso a novos mercados para geração de trabalho e renda

Indicador:

-Taxa de variação do PIB Agropecuário

Programa:

1148 Desenvolvimento Agropecuário

Ação:

Código	Título	Prioritária
2069	Fortalecimento das Organizações Sociais Agropecuárias	Sim

Orçamento - 12/2018:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
1.865.000,00	425.232	2.290.232,00	1.635.231,54	585.231,54	217,54	655.000,46	71,40	35,78	0,03

Recursos Ordinarios - Administracao Direta 0100

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
580.000,00	5.232,00	585.232,00	585.231,50	585.231,50	217,50	0,50	99,99	99,99	0,03

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2018							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
20.608.1148	33.90.14	0100	10.000,00	-9.782,00	218,00	217,50	217,50	217,50	0,50	99,77	99	99
20.608.1148	33.90.30	0100	12.000,00	-12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
20.608.1148	33.90.33	0100	138.000,00	238.350,00	376.350,00	376.350,00	376.350,00	0,00	0,00	100,00	100	0
20.608.1148	33.90.36	0100	5.000,00	-5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
20.608.1148	33.90.39	0100	415.000,00	-206.336,00	208.664,00	208.664,00	208.664,00	0,00	0,00	100,00	100	0

Recursos do Tesouro - Emendas Parlamentares 0104

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
630.000,00	420.000,00	1.050.000,00	1.050.000,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2018							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
20.608.1148	33.40.41	0104	500.000,00	-500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
20.608.1148	44.50.42	0104	130.000,00	920.000,00	1.050.000,00	1.050.000,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0	0
20.608.1148	44.50.51	0104	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			

Recursos de Convenios Federais 0225

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
655.000,00	0,00	655.000,00	0,04	0,04	0,04	654.999,96	6,10	6,10	6,10

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2018							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
20.608.1148	33.90.14	0225	25.000,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0	0
20.608.1148	33.90.30	0225	215.000,00	0,00	215.000,00	0,00	0,00	0,00	215.000,00	0,00	0	0
20.608.1148	33.90.33	0225	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0	0
20.608.1148	33.90.36	0225	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0	0
20.608.1148	33.90.39	0225	400.000,00	-1,00	399.999,00	0,00	0,00	0,00	399.999,00	0,00	0	0
20.608.1148	33.90.93	0225	0,00	1,00	1,00	0,04	0,04	0,04	0,96	4,00	4	4

Meta Física:

2016	2017	2018	2019	Unidade	Sigla
220	240	260	280	Unidade	un

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2018)	Execução	% Execução
	3o Quadrimestre	260	272	104,61

Análise:

Esta ação foi executada êxito sendo que foram apoiadas 272 organizações sociais de todas as regiões do Estado, onde estes agricultores participaram de diversas atividades como: dia de campo, seminários, palestras e várias outras atividades, onde o principal objetivo é que estes agricultores busquem melhores resultados em suas propriedades. Estes agricultores recebem todo apoio necessário para participarem

da feira como: transporte, alimentação e hospedagem e também são acompanhados por um colaborador para orientar sobre as programações da feira. Além dos atendimentos na Agrotins foram realizados atendimentos internos de associações e cooperativas.

Foram pagos diárias destinado a atender demanda do Sindicato de Formoso do Araguaia, no intuito de fazer um levantamento para reforma e ampliação do mesmo.

Foram empenhados R$ 208.664,00 (Duzentos e oito mil reais seiscentos e sessenta e quatro reais) recurso destinados as despesas de hospedagem com alimentação e R$ 376.450,00 (Trezentos e setenta e seis mil quatrocentos e cinquenta reais) para atender os agricultores familiares de todo o Estado em apoio a Agrotins 2018, que foi realizada de 08 a 12 de maio. Tem -se a pagar R$ 585.014,00 (Quinhentos e oitenta e cinco mil e quatorze reais).

Houve também um ajuste da Secretaria de Planejamento no valor de R$ 500.000,00 (Quinhentos mil reais) de recursos de Emenda Parlamentar que foram realocados a pedido dos Deputados.

As alterações orçamentárias desta ação ocorreram conforme quadro a seguir:

Ação	Fonte	UG Acrescida	UG Deduzida	Finalidade	Acréscimos	Decréscimos	Diferença
2069	0100	33010 SEAGRO	33010 SEAGRO	ATENDER DESPESA COM LOCAÇÃO DE ÔNIBUS PARA A AGROTINS/2018	23.158,00	0,00	23.158,00
	0100	45010 REC.SUPERV.SEFAZ	33010 SEAGRO	ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR INICIATIVA DO GOVERNO DO ESTADO	0,00	17.926,00	-17.926,00
	0104	19010 SEDECT	33010 SEAGRO	ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR INICIATIVA DO GOVERNO DO ESTADO	0,00	200.000,00	-200.000,00
	0104	30550 FES	33010 SEAGRO	ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR INICIATIVA DO GOVERNO DO ESTADO	0,00	250.000,00	-250.000,00
	0104	33010 SEAGRO	19010 SEDECT	ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR INICIATIVA DO GOVERNO DO ESTADO	1.015.000,00	0,00	1.015.000,00
	0104	33010 SEAGRO	27010 SEDUC	ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR INICIATIVA DO GOVERNO DO ESTADO	50.000,00	0,00	50.000,00
	0104	33010 SEAGRO	33010 SEAGRO	ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR INICIATIVA DO GOVERNO DO ESTADO	300.000,00	0,00	300.000,00
	0104	38960 AGETO	33010 SEAGRO	ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR INICIATIVA DO GOVERNO DO ESTADO	0,00	50.000,00	-50.000,00
	0104	45010 REC.SUPERV.SEFAZ	33010 SEAGRO	ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR INICIATIVA DO GOVERNO DO ESTADO	0,00	445.000,00	-445.000,00
2069 Total					**1.388.158,00**	**962.926,00**	**425.232,00**

Governo do TOCANTINS

Ações Temáticas Prioritárias
Período: Anual (2018)

Relatório de Gestão das Ações Temáticas Prioritárias por Programa

Unidade Gestora:

33010 Secretaria da Agricultura, da Pecuaria e do Desenvolvimento Agrario

Objetivo:

Fortalecer o setor agropecuário com inovação e transferência de tecnologias, aumento da produção regional, ampliação da competitividade e acesso a novos mercados para geração de trabalho e renda

Indicador:

-Taxa de variação do PIB Agropecuário

Programa:

1148	Desenvolvimento Agropecuário

Ação:

Código	Título	Prioritária
2140	Promoção e Difusão de Tecnologias Sociais	Sim

Orçamento - 12/2018:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
391.000,00	-104.000	287.000,00	0,00	0,00	0,00	287.000,00	0,00		

Recursos Ordinarios - Administracao Direta 0100

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
113.000,00	-113.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2018							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
20.573.1148	33.90.14	0100	13.000,00	-13.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
20.573.1148	33.90.30	0100	30.000,00	-30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
20.573.1148	33.90.33	0100	30.000,00	-30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
20.573.1148	33.90.39	0100	40.000,00	-40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			

Recursos de Convenios Federais 0225

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
278.000,00	0,00	278.000,00	0,00	0,00	0,00	278.000,00	0,00	0,00	0,00

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2018							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
20.573.1148	33.90.14	0225	20.000,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0	0
20.573.1148	33.90.30	0225	50.000,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0	0
20.573.1148	33.90.33	0225	20.000,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0	0
20.573.1148	33.90.36	0225	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0	0
20.573.1148	33.90.39	0225	90.000,00	0,00	90.000,00	0,00	0,00	0,00	90.000,00	0,00	0	0
20.573.1148	44.90.52	0225	88.000,00	0,00	88.000,00	0,00	0,00	0,00	88.000,00	0,00	0	0

ICMS - FECOEP 0238

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
0,00	9.000,00	9.000,00	0,00	0,00	0,00	9.000,00	0,00	0,00	0,00

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2018							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
20.573.1148	33.90.14	0238	0,00	9.000,00	9.000,00	0,00	0,00	0,00	9.000,00	0,00	0	0

Meta Física:

2016	2017	2018	2019	Unidade	Sigla
40	50	30	35	Unidade	un

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2018)	Execução	% Execução
	3o Quadrimestre	30	3	10,00

Análise:

Houve execução de meta física durante a Agrotins no mês de maio, onde foi difundido as tecnologias para a quebra do Baru com máquinas adequadas para agricultura familiar e comunidade quilombola, além da máquina de quebra de babaçu voltados para as quebradeiras de coco e que foram apresentadas pela Cooperativa do Brasil - COOPBRASIL. Também como importante para as famílias agricultoras familiares foi demonstrado através da horta circular a produção em círculo de Plantas medicinais para que possam ser produzidas para o programa da compra direta. Desta forma não houve custo financeiro nessa ação devido ter sido realizado no município de Palmas e contou com apoio de parceiros.

A ação esta atrasada devido a diversos entraves no decorrer do exercício 2018, impedindo que a meta da ação fosse alcançada. Sendo que o objetivo da ação é difusão de tecnologias, e, a falta de recursos para subsidiar as demandas impossibilitou a aquisição de equipamentos, palestras e cursos que deveriam ser implantados nas comunidades.

Tendo em vista a real situação do governo no referido exercício, não houve possibilidade alguma em adquirir os equipamentos e serviços necessários para realização das atividades. Ainda por causa dos decretos 5.805 de 20/04/2018 sobre o contigenciamento e redução dos cargos.

Em relação a fonte 0225, os recursos disponíveis são previsões orçamentárias para formalização de convênios.

As alterações orçamentárias desta ação ocorreram conforme quadro a seguir:

Ação	Fonte	UG Acrescida	UG Deduzida	Finalidade	Acréscimos	Decréscimos	Diferença
2140	0100	33010 SEAGRO	33010 SEAGRO	ATENDER FOLHA DE PAGAMENTO DE NOVEMBRO/2018	0,00	63.000,00	-63.000,00
	0100	45010 REC.SUPERV.SEFAZ	33010 SEAGRO	ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR INICIATIVA DO GOVERNO DO ESTADO	0,00	50.000,00	-50.000,00
	0238	33010 SEAGRO	268000 FECOEP	ATENDER A COMUNIDADE QUILOMBOLA BARRA DA AROEIRA	9.000,00	0,00	9.000,00
2140 Total					**9.000,00**	**113.000,00**	**-104.000,00**

Governo do TOCANTINS

Ações Temáticas Prioritárias
Período: Anual (2018)

Relatório de Gestão das Ações Temáticas Prioritárias por Programa

Unidade Gestora:

25010	Secretaria da Fazenda e Planejamento

Objetivo:

Incentivar o uso racional dos recursos hídricos, solo e de tecnologias para o aumento da produção agropecuária através de obras de infraestrutura hídrica

Indicador:

-Incremento de área irrigada no processo produtivo
-Incremento de área irrigada no processo produtivo

Programa:

1149	Infraestrutura Hídrica para Irrigação e Usos Múltiplos

Ação:

Código	Título	Prioritária
1065	Implementação do Projeto de Aproveitamento Hidroagrícola - Prodoeste	Sim

Orçamento - 12/2018:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
0,00	4.793.300	4.793.300,00	0,00	0,00	0,00	4.793.300,00	0,00		

Contrapartida 0103

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2018							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
20.607.1149	44.90.35	0103	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			

Operacoes de Credito Externas - Em Moeda 4220

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
0,00	4.793.300,00	4.793.300,00	0,00	0,00	0,00	4.793.300,00	0,00	0,00	0,00

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2018							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
20.607.1149	44.90.14	4220	0,00	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0	0
20.607.1149	44.90.30	4220	0,00	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0	0
20.607.1149	44.90.33	4220	0,00	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0	0
20.607.1149	44.90.35	4220	0,00	1.249.408,00	1.249.408,00	0,00	0,00	0,00	1.249.408,00	0,00	0	0
20.607.1149	44.90.51	4220	0,00	3.383.892,00	3.383.892,00	0,00	0,00	0,00	3.383.892,00	0,00	0	0
20.607.1149	44.90.52	4220	0,00	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0	0

Meta Física:

2016	2017	2018	2019	Unidade	Sigla
38	45	1	0	Unidade	un

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2018)	Execução	% Execução
	3o Quadrimestre	1	0	0,00

Análise:

O Projeto PRODOESTE foi financiado com recursos de operações externas, através do Contrato de Empréstimo nº 2438/OC-BR, firmado com o BID, cujo encerramento ocorreu em 31/08/17, sem o início das obras programadas. Ressaltamos que a principal dificuldade enfrentada para implementação do Projeto foi a indisponibilidade orçamentária e financeira do Governo, para saldar os custos de Contrapartida estadual contratada.

A ação foi mantida em decorrência da disponibilidade de recursos oriundos dos rendimentos de aplicação financeira, bem como, resíduos da conversão da moeda oficial (dólar americano) para a moeda nacional, dando ao Governo do Estado, a possibilidade de executar o Plano de Recursos Hídricos da bacia do Pium. Nesse caso, faz-se necessária a conclusão dos procedimentos licitatórios, ou seja, assinatura do Contrato e autorização para início das atividades.

Com relação a disponibilização orçamentária, **tivemos um incremento de recursos, suplementados da ação 2108**, para emissão de empenho, gerando ao gestor a possibilidade de assinatura do contrato.

Governo do TOCANTINS

Ações Temáticas Prioritárias
Período: Anual (2018)

Relatório de Gestão das Ações Temáticas Prioritárias por Programa

Unidade Gestora:

37010	Secretaria da Infraestrutura

Objetivo:

Promover o Desenvolvimento das Cidades e de Habitação de Interesse Social.

Indicador:

-Número de unidades habitacionais entregues

Programa:

1151	Desenvolvimento Regional, Urbano e Habitação

Ação:

Código	Título	Prioritária
2133	Produção, Reforma e ou Ampliação de Habitação de Interesse Social	Sim

Orçamento - 12/2018:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
19.719.208,00	4.484.048	24.203.256,00	5.938.071,20	4.598.071,20	4.593.273,11	18.265.184,80	24,53	77,43	99,89

Recursos Ordinarios - Administracao Direta — **0100**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
455.000,00	1.567.467,00	2.022.467,00	2.022.466,49	2.022.466,49	2.017.668,40	0,51	99,99	99,99	99,76

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2018							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
16.482.1151	33.90.14	0100	50.000,00	-50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
16.482.1151	33.90.30	0100	20.000,00	-20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
16.482.1151	33.90.35	0100	20.000,00	-20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
16.482.1151	33.90.39	0100	60.000,00	-60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
16.482.1151	33.90.47	0100	20.000,00	-19.640,00	360,00	360,00	360,00	360,00	0,00	100,00	100	100
16.482.1151	33.90.92	0100	50.000,00	-46.073,00	3.927,00	3.927,00	3.927,00	3.927,00	0,00	100,00	100	100
16.482.1151	33.90.93	0100	65.000,00	-65.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
16.482.1151	44.90.51	0100	70.000,00	307.297,00	377.297,00	377.296,89	377.296,89	372.498,80	0,11	99,99	99	98
16.482.1151	44.90.92	0100	40.000,00	1.600.883,00	1.640.883,00	1.640.882,60	1.640.882,60	1.640.882,60	0,40	99,99	99	99
16.482.1151	44.90.93	0100	60.000,00	-60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			

Recursos do Tesouro - Emendas Parlamentares — **0104**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
1.340.000,00	0,00	1.340.000,00	1.340.000,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2018							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
16.482.1151	44.40.51	0104	1.340.000,00	0,00	1.340.000,00	1.340.000,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0	0
16.482.1151	33.50.43	0104	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
16.482.1151	44.50.51	0104	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			

Recursos de Convenios Federais — **0225**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
1.000.000,00	1.094.121,00	2.094.121,00	0,00	0,00	0,00	2.094.121,00	0,00	0,00	0,00

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2018							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
16.482.1151	33.90.14	0225	70.000,00	0,00	70.000,00	0,00	0,00	0,00	70.000,00	0,00	0	0
16.482.1151	44.40.51	0225	264.000,00	-264.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
16.482.1151	44.40.92	0225	333.000,00	-333.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
16.482.1151	44.90.51	0225	333.000,00	1.691.121,00	2.024.121,00	0,00	0,00	0,00	2.024.121,00	0,00	0	0

ICMS - FECOEP — **0238**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
0,00	1.822.460,00	1.822.460,00	0,00	0,00	0,00	1.822.460,00	0,00	0,00	0,00

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2018							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
16.482.1151	44.90.51	0238	0,00	1.822.460,00	1.822.460,00	0,00	0,00	0,00	1.822.460,00	0,00	0	0

Operacoes de Credito Internas - Em Moeda — **4219**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
16.924.208,00	0,00	16.924.208,00	2.575.604,71	2.575.604,71	2.575.604,71	14.348.603,29	15,21	15,21	15,21

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2018							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
16.482.1151	44.40.51	4219	2.750.000,00	-2.750.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
16.482.1151	44.50.51	4219	24.208,00	0,00	24.208,00	0,00	0,00	0,00	24.208,00	0,00	0	0
16.482.1151	44.90.14	4219	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0	0
16.482.1151	44.90.30	4219	50.000,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0	0
16.482.1151	44.90.51	4219	13.000.000,00	2.750.000,00	15.750.000,00	2.128.008,58	2.128.008,58	2.128.008,58	13.621.991,42	13,51	13	13
16.482.1151	44.90.92	4219	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00	447.596,13	447.596,13	447.596,13	552.403,87	44,75	44	44

Meta Física:

2016	2017	2018	2019	Unidade	Sigla
4.909	1.641	1.989	2.448	Unidade	un

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2018)	Execução	% Execução
	3o Quadrimestre	1.989	245	12,31

Análise:

Com o foco de reduzir o déficit habitacional quantitativo e qualitativo, e viabilizar o acesso à habitação para a população de baixa renda melhorando os níveis de pobreza e as condições de vida desta faixa de população, em relação à meta física proposta para o exercício de 2018, das 1.989 unidades habitacionais previstas para esta ação, foram entregues apenas 245 unidades.

Dessas, citamos a entrega de 80 unidades habitacionais verticais pelo Programa Pró-Moradia, localizadas na quadra ALC-NO 33 (atual 309 Norte) e 160 unidades habitacionais do Residencial Parque da Praia onde o Governo do Estado foi parceiro com a doação da área e execução das obras de terraplanagem, pavimentação asfáltica em TSD com sinalização, iluminação, drenagem superficial e calçadas na via de acesso ao empreendimento, em Palmas. Entregou ainda 5 unidades habitacionais no município de Araguatins, do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS, casas que estavam invadidas, porém foram concluídas.

Foi realizado ainda neste exercício, nova licitação para retomada das obras dos Projetos Prioritários de Investimentos (PPI) Intervenções em Favelas no Taquari T22/T23 (que estavam invadidas).

Cabe salientar que para a realização de obras de construção de unidades habitacionais de interesse social, foram captados recursos no valor total de R$5.904.667,15 (cinco milhões, novecentos e quatro mil, seiscentos e sessenta e sete reais e quinze centavos) junto ao Fundo de Amparo e Erradicação à Pobreza – FECOEP. O valor remanescente destes recursos, cerca de R$1.822.459,54 (um milhão, oitocentos e vinte dois mil, quatrocentos e cinquenta e nove reais e cinquenta e quatro centavos) serão utilizados para a retomada e conclusão das 183 unidades habitacionais - Palmas - Taquari T23.

Tendo em vista as dificuldades de arrecadação do Estado no exercício, em virtude da crise econômica, bem como ainda as crises políticas que culminaram em dois processos eleitorais no Tocantins, parte do andamento das atividades desta ação foram prejudicados no que tange a priorização de umas em detrimento de outras. Mas cabe salientar que muitas obras de construção ainda estão em andamento em todo o Estado, com previsão de entrega no próximo exercício, tais como:

- 82 unidades habitacionais, do Programa Pró-Moradia, no município de Darcinópolis – Aguardando apenas a entrega oficial pelo Governo do Estado;
- 19 unidades habitacionais, do Programa Pró-Moradia, no município de Pium, Processos 2018/51010/00105/ 2008/51010/00120, Contrato Financiamento CAIXA 0232.107-76, Convênio 012/2008 - (restam ações do social a serem executadas e concluir a construção);
- 40 unidades habitacionais, do Programa Pró-Moradia, no município de São Bento, Processo 2013/63010/124, Contrato 0232.101-10 - (em Andamento. Concedido o aditivo de prazo de 180 dias para conclusão);
- 30 unidades habitacionais no município de Rio da Conceição, 30 unidades habitacionais no município de Taipas, 16 unidades habitacionais no município de Alvorada, 30 unidades habitacionais no município de Paranã, todas do Programa Minha Casa, Minha Vida 1 - PMCMV1 - CHB, Processo 2010/5101/000152, Termo de Acordo e Compromisso 042/2010 - (a maioria dos municípios apresentam pendências de documentos, o que impossibilita o Banco de entregar as obras ao MCidades);
- 30 unidades habitacionais no município de Aguiarnópolis, 30 unidades habitacionais no município de Araguanã, 30 unidades habitacionais no município de Xambioá, 30 unidades habitacionais no município de Barrolândia, 30 unidades habitacionais no município de Marinópolis, 30 unidades habitacionais no município de Monte Santo, 30 unidades habitacionais no município de Nazaré, 15 unidades habitacionais no município de Nova Rosalândia, 30 unidades habitacionais no município de Rio dos Bois, 30 unidades habitacionais no município de Wanderlândia, todas do Programa Minha Casa, Minha Vida 1 - PMCMV1 - Banco Paulista, Processo 2010/0906/000474, Termo de Acordo de Compromisso 12/2010;
- 183 unidades habitacionais no município de Palmas, Taquari T-23, PPI-FAVELAS, Processo 2011/51010/00153, Contrato 0218.868-95/07 - (falta realizar a licitação para finalizar).

A entrega dessas unidades habitacionais de interesse social visa proporcionar o acesso a moradia e mais qualidade de vida as famílias beneficiadas, bem como ainda a redução do déficit habitacional existente.

Houve suplementação - fonte 104 - na ação, para atender as demandas de emendas parlamentares com obras de construção de habitação de interesse social em Tocantinópolis (Convênio 402/2018). Porém, a execução deste processo está prevista para o exercício seguinte, tendo em vista os trâmites burocráticos de formalização do convênio em virtude dos períodos eleitorais o que atrasou o início das obras. Houve ainda o empenho para a eventual transferência de recursos ao município beneficiado, entretanto foram inscritos em restos a pagar não processados com garantias de saldo em caixa para não comprometer o exercício financeiro em análise.

As despesas de exercício anteriores quitaram os seguintes processos: 2013/63010/124 - Liquidação da 9ª medição, referente à construção de 82 unidades habitacionais no município de Darcinópolis e São Bento; 2012/51010/0025 - pagamento da medição final ao contrato 005/2013, Nota Fiscal 611, referente a serviços de drenagem, terraplanagem e pavimentação asfáltica na quadra ARSO 131 em Palmas-TO; 2012/51010/088 - pagamento da Nota Fiscal nº 349, referente a 30ª medição do Contrato nº 084/2012 - Construção de 80 UH (APTO) na Quadra ALCNO 33, HN 10, Alameda 07, Palmas-TO; 2013/63010/097 – pagamento de despesas da Nota Fiscal nº 004, referente ao reajustamento da 5ª a 10ª medições do Contrato nº 009/2014, relativo a construção de 272 U.H. na Quadra ARSO 92 em Palmas-TO; 2013/63010/097 – Processo de bloqueio e penhora de Crédito da 1ª Vara do Trabalho de Palmas - Processo nº 0002907-10.2016.5.10.0801 - Autor: Edilson de Matos Gois; 2012/51010/186 - pagamento da NF nº 350, referente a reajustamento da 33ª a 46ª medições do Contrato nº 011/2013, relativo a construção de 654 UH na ARSO 131 em Palmas -TO. CT nº 0231.425-04/2007 (Pró-Moradia); 2013/63010/0124 - pagamento da Nota Fiscal nº 005/2018, referente ao reajustamento da 2ª a 9ª medições do Contrato 084/2014, relativo à construção de 82 UH nos municípios de Darcinópolis e São Bento; 2012/51010/186 - pagamento do (s) documento (s) 352 conforme processo pagamento da nota fiscal nº 352, referente ao reajustamento da 33ª medição a 46ª medição do contrato de nº 011/2013, referente a construção de 654 uh na quadra arso 131 - Palmas/To; 2012/51010/000088 - pagamento da NF nº 353 referente ao reajustamento da 24ª a 26ª medições do Contrato 084/2012, relativo a construção de 80 U.H. (aptos) na Quadra ALC NO 33 em Palmas-TO; 2012/51010/000088 pagamento da NF nº 354, referente ao reajustamento da 27ª a 30ª medições do Contrato nº 084/2012; 2017/63010/000081 - pagamento do (s) documento (s) 1100028, 0800093, 1100052, 1100044, 1100010, 1100036, 1100060, 0800107, 0800085, 1100079 conforme processo nº 2017/63010/000081 - taxas e tarifas referente a publicação no Diário Oficial da União, relativas a reprogramação, prorrogação e aditivos de contratos de repasse e de financiamento, firmados entre esta Secretaria e a Caixa Econômica Federal.

As movimentações de recursos incluem créditos adicionais e transposições por acréscimo das ações 1001 - Adequação, Qualificação e Revitalização das Funções Sociais de Zonas Urbanas e 2055 - Execução de Projeto de Trabalho Social; as deduções suplementaram as ações 2233 - Manutenção de Recursos Humanos e 2203 - Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais. Vale destacar que os Créditos Adicionais, incidiram recursos do FECOEP, com o objetivo de concluir 183 unidades habitacionais na quadra T-23 (Taquari), em Palmas.

Governo do TOCANTINS

Ações Temáticas Prioritárias
Período: Anual (2018)

Relatório de Gestão das Ações Temáticas Prioritárias por Programa

Unidade Gestora:

37010	Secretaria da Infraestrutura

Objetivo:

Promover o Desenvolvimento das Cidades e de Habitação de Interesse Social.

Indicador:

-Número de unidades habitacionais entregues

Programa:

1151	Desenvolvimento Regional, Urbano e Habitação

Ação:

Código	Título	Prioritária
2055	Execução de Projeto de Trabalho Social	Sim

Orçamento - 12/2018:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
5.800.000,00	-123.110	5.676.890,00	2.010,75	2.010,75	2.010,75	5.674.879,25	0,03	100,00	100,00

Recursos Ordinarios - Administracao Direta — **0100**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
120.000,00	-117.989,00	2.011,00	2.010,75	2.010,75	2.010,75	0,25	99,98	99,98	99,98

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2018							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
16.482.1151	33.90.14	0100	50.000,00	-47.989,00	2.011,00	2.010,75	2.010,75	2.010,75	0,25	99,98	99	99
16.482.1151	33.90.30	0100	20.000,00	-20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
16.482.1151	33.90.36	0100	10.000,00	-10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
16.482.1151	33.90.39	0100	20.000,00	-20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
16.482.1151	33.90.92	0100	20.000,00	-20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			

Recursos do Tesouro - Emendas Parlamentares — **0104**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	99,98	99,98

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2018							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
16.482.1151	33.50.43	0104	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			

Recursos de Convenios Federais — **0225**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
580.000,00	-5.121,00	574.879,00	0,00	0,00	0,00	574.879,00	0,00	0,00	0,00

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2018							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
16.482.1151	33.90.14	0225	50.000,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0	0
16.482.1151	44.90.30	0225	80.000,00	-5.121,00	74.879,00	0,00	0,00	0,00	74.879,00	0,00	0	0
16.482.1151	44.90.39	0225	450.000,00	0,00	450.000,00	0,00	0,00	0,00	450.000,00	0,00	0	0

Operacoes de Credito Internas - Em Moeda — **4219**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
5.100.000,00	0,00	5.100.000,00	0,00	0,00	0,00	5.100.000,00	0,00	0,00	0,00

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2018							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
16.482.1151	44.90.14	4219	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0	0
16.482.1151	44.90.30	4219	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0	0
16.482.1151	44.90.39	4219	4.900.000,00	0,00	4.900.000,00	0,00	0,00	0,00	4.900.000,00	0,00	0	0

Meta Física:

2016	2017	2018	2019	Unidade	Sigla
1.429	1.641	1.989	2.448	Unidade	un

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2018)	Execução	% Execução
	3o Quadrimestre	1.989	4.912	246,95

Análise:

O atendimento totalizou aproximadamente **4.912 pessoas** assistidas pelas várias frentes de atendimento do trabalho social realizado com as famílias que procuram este órgão, sendo **737** referente a novos cadastros, **1805** atualizações cadastrais, **1094** pessoas referente ao Plantão Social, **922** Atendimentos realizados pelo pós ocupação seja pessoalmente ou por meio de contato telefônico e **314** Visitas Domiciliares e foi atendido **40** beneficiários com a Palestra de Preventiva Contra Roubos e Assaltos Residenciais do Projeto Socioambiental do Programa Saneamento para todos considerando – se que o atendimento refere-se as 04 etapas como um todo, tais como: cadastro, habilitação, projetos e pós ocupação com os acompanhamento, visitas técnicas e atendimentos do plantão social pré e pós entrega de unidades habitacionais.

As atividades desenvolvidas foram de fato realizadas em parte, sem desembolso, ou por meio de parcerias com órgãos e políticas afins, tendo em vista que o andamento dos processos licitatórios referente ao recurso destinado ao trabalho do social em alguns dos contratos vigentes estão em diferentes fases processuais:

- 01: Processo em andamento – Saneamento;

- 01: Processo em fase final de conclusão- Homologação e empenho – ARSO 131

- 01: Processo já encaminhado em sua 1°parte para a licitação – ALC NO 33 – Gestão Condominial;

- 01: E demais como Darcinópolis e São bento estão em processo de formalização da documentação; de recebimento de propostas e outro em elaboração do Termos de Referências.

É importante destacar que a realização física sem a utilização de recurso foi possível na execução de algumas atividades para com os beneficiários assistidos, pois o trabalho social é tarefa rotineira dos técnicos da SEINF.

Durante todo o ano, realizamos as seguintes atividades relacionadas abaixo.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS:

AÇÃO	DESCRIÇÃO	QUANT	PROGRAMA/ CONTRATOS
Seleção e Recadastramento de Famílias para os Programas Habitacionais	Atividade continuada de atualização do dossiê de beneficiários que já estavam inseridos nos programas para verificação de documentos e a fim de atender os critérios exigidos pelos programas habitacionais e inserção novos pretensos beneficiários ao sistema de banco de dados.	Quadro Demonstrativo (Tabela Abaixo)	ARSO 92, ALC NO 33, Taquari - PPI, Taquari T22-260, Taquari T-22/T-23 (lotes);
Habilitação de Famílias inseridas nos Programas Habitacionais exigentes	Continuidade na atividade de Estruturação/Organização de dossiê dos beneficiários já pré selecionados para os programas vigentes em andamento, como atualização de estudos de casos, parecer social e documentos atuais para comprovação e atendimento dos critérios exigidos pelos programas.	-	Taquari T22-260 e ALC NO 33
Plantão Social na Secretaria	Atividade anual permanente até a entrega das UH'S. Por entender que é prioritário o contato direto e contínuo da equipe social com as famílias, a fim de que as atividades planejadas e orientadas atendam às necessidades reais da população beneficiária e garanta o bom desenvolvimento do projeto como um todo.	Quadro Demonstrativo (Tabela Abaixo)	ARSO 92, ALC NO 33, Taquari - PPI, Taquari, T22-T23 260
Atividades desenvolvidas no Trabalho social no Programa "Saneamento para Todos"	Ø Mobilização de casa em casa convocando para a 1° Atividade do Trabalho Social; Ø Palestra Preventiva Contra Roubos e Assaltos Residenciais – atendimento do Cronograma de Atividades do Trabalho Social;	03	Quadras: 407 Sul, 309 Sul, 307 sul
Atividades desenvolvidas no Trabalho social no Programa "Pró Moradia" ALC NO 33	Atividades diretas Desenvolvidas: Ø (02) Reuniões Informativas sobre Gestão Condominial ao moradores do empreendimento ALC NO 33; Ø Reunião de Sorteio dos endereços e apartamentos; Ø Entrega De 80 Unidades habitacionais; Ø Assessoramento na Constituição da Associação de Moradores;	05	ALC NO 33
Atividades desenvolvidas no Trabalho social no Programa "Minha Casa Minha Vida" ALC NO 33;	Ø Apoio Técnico da equipe do Social na documentação/ contratos referente a Entrega do empreendimento Parque da Praia com 160 Unidades habitacionais;	160 UH'S	

Atividades em Parceria com TERRATINS no tocante as ações de Regularização Fundiária	Ø Visitas domiciliares para Regularização fundiária – Setor Taquari	-	-
Processo de Licitação em Andamento ARSO 131	Licitação de Projeto de Trabalho Técnico Social da Arso 131, em andamento na SEHAB referente ao contrato nº 0231.425.04/2007.Aguardando empresa vencedora do Processo Licitatório assinar contrato.	01	Programa "PRÓ MORADIA" – 0231.425.04/2007
Acompanhamento do Trabalho Social dos Municípios do Interior do Estado.	- Visitas técnicas domiciliares aos beneficiários para levantamento do Diagnóstico Social, encaminhamentos de beneficiários para o CRAS/inserção no item 2.6 e Reprogramação das atividades do Trabalho Técnico Social. - Elaboração do Relatório Situacional de Darcinópolis - Elaboração do Relatório Situacional São Bento - Elaboração do Relatório Situacional de Pium	02	Município de Darcinópolis – 0232.193-25 Município de São Bento – 0232.101-10 Município de Pium – 0232.101-10
Análise e Aprovação de Emendas Parlamentares	Análise com finalidade de emissão de parecer técnico sobre o projeto de trabalho técnico social desenvolvido por entidades nos municípios do Tocantins com verbas decorrente de Emendas parlamentares.	01	Xambioá

CADASTRO E HABILITAÇÃO:

MÊS	NOVOS CADASTROS	ATUALIZAÇÃO CADASTRAIS
JANEIRO	54	265
FEVEREIRO	52	281
MARÇO	52	245
ABRIL	29	143
MAIO	88	278
JUNHO	90	197
JULHO	70	210
AGOSTO	156	210
SETEMBRO	45	138
OUTUBRO	45	138
NOVEMBRO	41	179
DEZEMBRO	15	47
TOTAL:	**737**	**1.805**

PLANTÃO SOCIAL 2018

Foram atendidas **1094 famílias** atendidas via Plantão Social

- TAQUARI T23/260

JAN	FEV	MAR	ABRIL	MAIO	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
57	31	51	24	14	37	29	33	19	38	15	24
									TOTAL: 348		

- TAQUARI T 23/ PPI – INTERVENÇÃO EM FAVELAS

JAN	FEV	MAR	ABRIL	MAIO	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
23	10	8	12	04	18	21	10	06	14	11	06
									TOTAL: 131		

- ALC NO 33

JAN	FEV	MAR	ABRIL	MAIO	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
47	43	50	40	20	29	27	36	19	70	52	02
									TOTAL: 395		

- ARSO 92/APARTAMENTOS

JAN	FEV	MAR	ABRIL	MAIO	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
04	20	14	42	18	25	25	42	18	21	17	16
								TOTAL: 220			

VISITAS DOMICILIARES 2018

Foram atendidas **314** famílias via Visitas Familiares

VISITAS	QUANTIDADE
ALC 33	29
ARSO 131	63
PIUM	100
DARCINÓPOLIS	82
SÃO BENTO	40

Esclarecemos que o resultado alcançado representa o número de ATENDIMENTOS realizados pela Diretoria Social Habitacional, em suas diversas formas, discriminadas acima. Em razão disso, a meta prevista foi extrapolada, dada a divergência na forma de contabilizar tais atendimentos. Em razão de como esses atendimentos acontecem e são registrados, a mensuração de "famílias assistidas" é incompatível com as informações geradas pelo sistema. Adequações no sistema operacional utilizado pela DSH estão sendo estudadas para sanar essa incompatibilidade.

As movimentações orçamentárias são referentes a cancelamentos para suplementar as ações 2233 - Manutenção de Recursos Humanos, 2203 - Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais, 2133 - Produção, Reforma e/ou Ampliação de Habitação de Interesse Social e 1117 - Aumento de Capital da Companhia de Mineração do Estado do Tocantins, além de alterações feitas pela SEPLAN para atender aos Créditos Adicionais.

Governo do TOCANTINS

Ações Temáticas Prioritárias
Período: Anual (2018)

Relatório de Gestão das Ações Temáticas Prioritárias por Programa

Unidade Gestora:

38960 Agência Tocantinense de Transportes e Obras - AGETO

Objetivo:

Fortalecimento do sistema de logística viária do Estado do Tocantins

Indicador:

-Quilômetros de Rodovias Conservadas
-Quilômetros de Rodovias Pavimentadas

Programa:

1152 Transporte e Logística

Ação:

Código	Título	Prioritária
4164	Recuperação e Manutenção da Malha Viária Pavimentada	Sim

Orçamento - 12/2018:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
24.040.000,00	27.171.648	51.211.648,00	33.156.720,27	16.849.481,06	16.552.461,79	18.054.927,73	64,74	50,81	98,23

Recursos Ordinarios - Administracao Direta 0100

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
3.000,00	1.316.826,00	1.319.826,00	1.319.825,71	1.319.825,71	1.319.825,71	0,29	99,99	99,99	99,99

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2018							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
26.782.1152	33.90.30	0100	1.000,00	1.318.826,00	1.319.826,00	1.319.825,71	1.319.825,71	1.319.825,71	0,29	99,99	99	99
26.782.1152	33.90.92	0100	1.000,00	-1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
26.782.1152	33.90.93	0100	1.000,00	-1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			

Cota-parte Compensação Financeira dos Recursos Hídricos 0217

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
4.507.000,00	-3.618.600,00	888.400,00	478.758,52	420.803,52	239.827,64	409.641,48	53,88	47,36	26,99

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2018							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
26.782.1152	33.90.30	0217	1.500.000,00	-1.400.000,00	100.000,00	99.385,00	41.430,00	41.430,00	615,00	99,38	41	41
26.782.1152	33.90.39	0217	2.000.000,00	-1.398.600,00	601.400,00	379.373,52	379.373,52	198.397,64	222.026,48	63,08	63	32
26.782.1152	33.90.47	0217	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0	0
26.782.1152	33.90.92	0217	500.000,00	-472.552,00	27.448,00	0,00	0,00	0,00	27.448,00	0,00	0	0
26.782.1152	33.90.93	0217	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0	0
26.782.1152	44.90.51	0217	501.000,00	-347.448,00	153.552,00	0,00	0,00	0,00	153.552,00	0,00	0	0

Contribuicao de Intervencao do Dominio Economico - CIDE 0224

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
7.290.000,00	30.294.608,00	37.584.608,00	31.358.136,04	15.108.851,83	14.992.808,44	6.226.471,96	83,43	40,19	39,89

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2018							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
26.782.1152	33.90.30	0224	0,00	26.839.213,00	26.839.213,00	20.629.136,04	6.068.383,96	6.068.383,96	6.210.076,96	76,86	22	22
26.782.1152	33.90.35	0224	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0	0
26.782.1152	33.90.39	0224	0,00	10.735.395,00	10.735.395,00	10.729.000,00	9.040.467,87	8.924.424,48	6.395,00	99,94	84	83
26.782.1152	44.90.51	0224	7.000.000,00	-7.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
26.782.1152	44.90.93	0224	280.000,00	-280.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			

Recursos Proprios 0240

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
880.000,00	-821.186,00	58.814,00	0,00	0,00	0,00	58.814,00	0,00	0,00	0,00

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2018							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
26.782.1152	33.90.14	0240	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0	0
26.782.1152	33.90.30	0240	800.000,00	-800.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
26.782.1152	33.90.39	0240	60.000,00	-21.186,00	38.814,00	0,00	0,00	0,00	38.814,00	0,00	0	0
26.782.1152	33.90.47	0240	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0	0

Operacoes de Credito Internas - Em Moeda									4219
Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
11.360.000,00	0,00	11.360.000,00	0,00	0,00	0,00	11.360.000,00	0,00	0,00	0,00

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2018							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
26.782.1152	44.90.35	4219	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0	0
26.782.1152	44.90.51	4219	5.000.000,00	0,00	5.000.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000.000,00	0,00	0	0
26.782.1152	44.90.92	4219	6.260.000,00	0,00	6.260.000,00	0,00	0,00	0,00	6.260.000,00	0,00	0	0

Meta Física:

2016	2017	2018	2019	Unidade	Sigla
800	1.400	2.000	1.400	Quilômetro	km

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2018)	Execução	% Execução
	3o Quadrimestre	2.000	4.148	207,40

Análise:

A ação foi realizada tendo em vista a execução de serviços de recuperação e manutenção da malha viária pavimentada em aproximadamente 4.147,88 km com recuperação de sinalizações, operações de tapa-buracos, roçagens nas faixas de domínio, recuperações de erosão, recuperações de cortes e aterros, entre outros. Salientamos os serviços rotineiros que são realizados pelas 07 Residências Rodoviárias do Estado e que para este exercício a meta planejada foi superada.

Residência Rodoviária de PorTO Nacional: TO-020 - Trevo TO-050 (Br-010) / Aparecida Do Rio Negro, TO-030 - Taquaruçu / Buritirana, TO-050 - PorTO Nacional / Silvanópolis, TO-255 - Monte Do Carmo / Ponte Alta Do TOcantins E TO-255 - Porto Nacional / Monte Do Carmo.

Residência Rodoviária de Araguaína: TO-010 - Wanderlândia / Babaçulândia, TO-010 - Entr. Br-153 (Wanderlândia / Entr. TO-416, TO-010 - Entr. TO-425 Ao Povoado Cicilândia, TO-010 - Entr. TO-130 / Palmeirantes, TO-164 - Carmolândia / Araguanã, TO-164 - Araguanã / Xambioá, TO-226 - Goiatins / Campos Lindos, TO-230 - Bandeirante / Arapoema E TO-420 - Br-153 / Piraquê.

Residência Rodoviária de Guaraí: TO-010 - Entr. Pedro Afonso / Km 46, TO-164 - Colmeia / Itaporã, TO-164 - Goiany Dos Campos / Goianorte, TO-335 - Colinas / Couto Magalhães, TO-335 - Colinas / Palmeirante, TO-336 - Colmeia / Goiany Dos Campos, TO-336 - Goiany Dos Campos / Pequizeiro, TO-336 - Pequizeiro / Couto Magalhães E TO-336 - Couto Magalhães / Divisa TO-PA.

Residência Rodoviária de Gurupi: TO-070 - Orilândia / Entrº TO-181, TO-070 - Aliança / Dueré, TO-070 - Dueré / Formoso Do Araguaia, TO-070 - Formoso Do Araguaia / Entº TO-181 (Dorilandia) E TO-070 - Brejinho De Nazaré / Aliança.

Residência Rodoviária de Dianópolis: TO-040 - Dianópolis / Novo Jardim, TO-040 - Novo Jardim / Divisa TO-Ba, TO-110 - Trevo TO-040 (Novo Jardim) / Ponte Alta Do Bom Jesus, TO-110 - Aurora Do Tocantins / Lavandeira, TO-110 - Trevo TO-040 (Dianópolis) / Garganta E TO-280 - Almas / Natividade.

Residência Rodoviária Paraíso do Tocantins: TO-080 - Paraíso / Monte Santo, TO-080 - Divinópolis / Marianópolis, TO-164 - Abreulândia / Dois Irmãos, TO-164 - Divinópolis / Abreulândia, TO-342 - Miracema / Miranorte, TO-342 - Dois Irmãos / Entr. TO-348, TO-348 - Entr. TO-342 / Araguacema E TO-374 - Marianópolis (TO-080) / Café Da Roça.

Residência Rodoviária de Tocantinópolis: TO-126 – Aguiarnópolis/Tocantinópolis, TO-210 – Angico/Ananás e TO-415 – Santa Terezinha/Nazaré.

A finalidade desta ação é proporcionar rodovias conservadas e manter a malha viária estadual em bom estado para garantir a segurança e melhorar a trafegabilidade dos veículos e o escoamento da produção local.

No período em análise, alguns serviços tiveram algumas descontinuidades, porém com a normalização das dificuldades de disponibilidade de recursos financeiros enfrentadas pelo Governo do Estado, bem como das turbulências administrativas em que passou o Estado no referido ano de 2018, os serviços foram restabelecidos, seguindo a programação das Residências Rodoviárias com a coordenação da Superintendência de Operação e Conservação Rodoviária.

As movimentações orçamentárias se deram por meio de acréscimo e foi suplementada pelas as ações 4006 – Assistência e Manutenção das Residências Rodoviárias, 4120 – Pavimentação de Rodovias em Parcerias e 4163 – Recuperação e Manutenção da Malha Não Viária Pavimentada. Foi realizada uma dedução para suplementar as ações 4120 – Pavimentação de Rodovias em Parcerias, 4039 - Elaboração de Projetos, 4082 - Implantação e Manutenção de Sinalização Nas Rodovias Estaduais, 4163 – Recuperação e Manutenção da Malha Não Viária Pavimentada, 4198 – Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais e 4006 – Assistência e Manutenção das Residências Rodoviárias. Houve ainda as operações de Créditos Adicionais via SEPLAN e Créditos Adicionais sem cancelamento.

Governo do TOCANTINS

Ações Temáticas Prioritárias
Período: Anual (2018)

Relatório de Gestão das Ações Temáticas Prioritárias por Programa

Unidade Gestora:

38960 Agência Tocantinense de Transportes e Obras - AGETO

Objetivo:

Fortalecimento do sistema de logística viária do Estado do Tocantins

Indicador:

-Quilômetros de Rodovias Conservadas
-Quilômetros de Rodovias Pavimentadas

Programa:

1152 Transporte e Logística

Ação:

Código	Título	Prioritária
4163	Recuperação e Manutenção da Malha Viária Não Pavimentada	Sim

Orçamento - 12/2018:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
10.591.000,00	-8.870.862	1.720.138,00	662.256,81	642.569,27	642.350,35	1.057.881,19	38,50	97,02	99,96

Recursos Ordinarios - Administracao Direta 0100

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
1.000,00	-1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2018							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
26.782.1152	33.90.30	0100	1.000,00	-1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			

Cota-parte Compensação Financeira dos Recursos Hídricos 0217

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
3.705.000,00	-2.526.825,00	1.178.175,00	448.628,00	428.940,46	428.940,46	729.547,00	38,07	36,40	36,40

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2018							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
26.782.1152	33.90.30	0217	1.500.000,00	-597.728,00	902.272,00	348.628,00	348.628,00	348.628,00	553.644,00	38,63	38	38
26.782.1152	33.90.35	0217	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0	0
26.782.1152	33.90.39	0217	1.500.000,00	-1.499.272,00	728,00	0,00	0,00	0,00	728,00	0,00	0	0
26.782.1152	33.90.47	0217	200.000,00	0,00	200.000,00	100.000,00	80.312,46	80.312,46	100.000,00	50,00	40	40
26.782.1152	33.90.92	0217	100.000,00	-99.825,00	175,00	0,00	0,00	0,00	175,00	0,00	0	0
26.782.1152	44.90.51	0217	400.000,00	-330.000,00	70.000,00	0,00	0,00	0,00	70.000,00	0,00	0	0

Contribuicao de Intervencao do Dominio Economico - CIDE 0224

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
6.810.000,00	-6.343.037,00	466.963,00	213.628,81	213.628,81	213.409,89	253.334,19	45,74	45,74	45,70

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2018							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
26.782.1152	33.90.47	0224	0,00	466.963,00	466.963,00	213.628,81	213.628,81	213.409,89	253.334,19	45,74	45	45
26.782.1152	44.90.14	0224	10.000,00	-10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
26.782.1152	44.90.39	0224	200.000,00	-200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
26.782.1152	44.90.47	0224	500.000,00	-500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
26.782.1152	44.90.51	0224	6.000.000,00	-6.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
26.782.1152	44.90.92	0224	100.000,00	-100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			

Recursos Proprios 0240

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2018							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
26.782.1152	33.90.30	0240	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0	0

Operacoes de Credito Externas - Em Moeda 4220

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
65.000,00	0,00	65.000,00	0,00	0,00	0,00	65.000,00	0,00	0,00	0,00

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2018							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
26.782.1152	44.90.14	4220	15.000,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0	0
26.782.1152	44.90.51	4220	50.000,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0	0

Meta Física:

2016	2017	2018	2019	Unidade	Sigla
1.000	1.000	2.000	1.000	Quilômetro	km

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2018)	Execução	% Execução
	3o Quadrimestre	2.000	8.292	414,60

Análise:

A ação foi realizada tendo em vista a execução de serviços de recuperação e manutenção da malha viária não pavimentada em aproximadamente 8.291,65 km com serviços de patrolamentos, encascalhamentos, recuperações de erosão, recuperações de cortes e aterros, entre outros serviços. Salientamos os serviços rotineiros que são realizados pelas Residências Rodoviárias do Estado e que para este exercício a meta planejada foi superada.

Os serviços beneficiaram os seguintes municípios e trechos por Residência Rodoviária:

Residência Rodoviária de Porto Nacional: TO-040 – Monte do Carmo / Fazenda Frigovale, TO-262 – Entrocamento TO-050 (Silvanópolis / Entr. TO-040 (Pindorama), TO-385 – Entr. TO-040 (Monte do Carmo / Silvanópolis, TO-365 – Silvanópolis / Ipueiras, TO-365 – TO-030 (Taquaruçú) / TO-255 (Monte do Carmo), TO-365 – Entr. TO-255 (Monte do Carmo – Bebedouro / Entr. TO-030, TO-454 – Entr. TO-255 (Porto Nacional) / Rio Mangues, TO-456 – Entr. TO-030 (Novo Acordo) / Lagoa do Tocantins, TO-457 – Entr. TO-255 – Monte do Carmo (Bebedouro) / Ponte Alta do Tocantins, TO-458 – Entr. TO-365 (Ipueiras) / Morro de São João / Entr. BR-010 (Santa Tereza) e TO-464 – Entr. TO-040 – Pindorama / Fundão – Ponte Alta do Tocantins.

Residência Rodoviária de Araguaína: TO-010 – Entr. TO-222 / Babaçulândia, TO-165 – Entr. TO-226 Igrejinha / Arapoema, TO-166 – Arapoema / Entr. TO-226, TO-419 – Entr. (Britador da Umuarama) / Entr. TO-222 (Povoado Barra), TO-421 – BR-153 / Laranjeiras, TO-423 – Araguaína / Mata Verde / Entr. TO-424, TO-429 - Entr. TO-230 / Patrimônio de Araçaji e TO-435 – Entr. BR-153 (Luizona / Entr. TO-222).

Residência Rodoviária de Guaraí: TO-160 – Entr. TO-336 (Comeia) / Entr. TO-431 (Fortaleza do Tabocão), TO-162 – Goianorte/Ribeirão/Cocalinho/Entr. TO 342), TO-239 – Pequizeiro / Entr. TO-436 (Tarumã), TO-428 – Santa Maria / Recursolândia, TO-431 – Guaraí / Rio Tocantins, TO-432 – Entr. TO-428 / Entr. TO-010 (Itacajá) e TO-434 – Entr. TO-336 (Colmeia) / Entr. TO-164.

Residência Rodoviária de Gurupi: TO-296 – Jaú (Retiro) / Entr. TO-387 (São Salvador), TO-362 – Furupi / Rio Tocantins (Ipueiras), TO-373 – Entr. TO-365 / Agropicil / Romão / Entr. TO-280, TO-481 – Dueré / Capão do Coco, TO-482 – São Valério / Apinajé, TO-483 – Sucupira / Figueirópolis e TO-484 – Figueirópolis / Entr. TO-070 (Dorilândia).

Residência Rodoviária de Dianópolis: TO-040 – Almas / Rio Traíra, TO-040 – Porto Alegre / Dianópolis, TO-040 – Almas / Porto Alegre, TO-040 – Dianópolis / Novo Jardim, TO-110 – Ponte Alta do Bom Jesus / Taguatinga, TO-110 – Aurora / Lavandeira e TO-110 – Garganta / Panambi.

Residência Rodoviária Paraíso do Tocantins: TO-164 – Cristalândia / Córrego Barreira, TO-251 – TO-354 / TO-374, TO-348 – Entr. TO-080 / Barrolândia, TO-348 – Abreulândia / Entr. TO-342 (Araguacema), TO-354 – Pium / Café da Roça, TO-354 – Café da Roça / Rio Javaés, TO-422 – Caseara / Entr. TO-348 (Araguacema), TO-446 - Miranorte / Abreulândia, TO-447 – Paraíso / Chapada da Areia, e TO-454 – Paraíso / Rio Mangues.

A finalidade desta ação é garantir a livre trafegabilidade nas rodovias estaduais não pavimentadas com segurança aos usuários e proporcionar maior probabilidade de escoamento da produção local.

No período em análise, alguns serviços tiveram algumas descontinuidades, porém com a normalização das dificuldades de disponibilidade de recursos financeiros enfrentadas pelo Governo do Estado, bem como das turbulências administrativas em que passou o Estado no referido ano de 2018, os serviços foram restabelecidos, seguindo a programação das Residências Rodoviárias com a coordenação da Superintendência de Operação e Conservação Rodoviária.

As movimentações orçamentárias se deram por meio de acréscimo e foi suplementada pela a ação 4164 - Recuperação e Manutenção da Malha Viária Pavimentada. Foi realizada uma dedução para suplementar as ações 4120 – Pavimentação de Rodovias em Parcerias, 4164 – Recuperação e Manutenção da Malha Viária Pavimentada e 4006 – Assistência e Manutenção das Residências Rodoviárias.

Governo do TOCANTINS

Ações Temáticas Prioritárias
Período: Anual (2018)

Relatório de Gestão das Ações Temáticas Prioritárias por Programa

Unidade Gestora:

38960	Agência Tocantinense de Transportes e Obras - AGETO

Objetivo:

Fortalecimento do sistema de logística viária do Estado do Tocantins

Indicador:

-Quilômetros de Rodovias Conservadas
-Quilômetros de Rodovias Pavimentadas

Programa:

1152	Transporte e Logística

Ação:

Código	Título	Prioritária
3073	Eliminação de Pontos Críticos - PDRIS	Sim

Orçamento - 12/2018:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
33.120.000,00	-8.000.000	25.120.000,00	400.000,00	381.835,92	381.835,92	24.720.000,00	1,59	95,45	100,00

Operacoes de Credito Externas - Em Moeda	4220

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
33.120.000,00	-8.000.000,00	25.120.000,00	400.000,00	381.835,92	381.835,92	24.720.000,00	1,59	1,52	1,52

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2018							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
26.782.1152	44.90.14	4220	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0	0
26.782.1152	44.90.35	4220	3.000.000,00	0,00	3.000.000,00	400.000,00	381.835,92	381.835,92	2.600.000,00	13,33	12	12
26.782.1152	44.90.39	4220	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0	0
26.782.1152	44.90.51	4220	30.000.000,00	-8.000.000,00	22.000.000,00	0,00	0,00	0,00	22.000.000,00	0,00	0	0
26.782.1152	44.90.93	4220	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0	0

Meta Física:

2016	2017	2018	2019	Unidade	Sigla
0	12	20	20	Unidade	un

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2018)	Execução	% Execução
	3o Quadrimestre	20	0	0,00

Análise:

Com a finalidade de melhorar a conectividade e as condições de transportes de segurança em estradas não pavimentadas, bem como dar acessibilidade às populações locais, por meio da eliminação de cerca de 20 pontos críticos em estradas não pavimentadas do Estado, por intermédio da substituição das atuais infraestruturas deficientes por estruturas hidrológicas de concreto e projeto de pavimentação e supervisão de cerca de 50 km de trechos de estradas não pavimentadas do Estado para completar a rede e facilitar o acesso às vias federais, esta ação não foi executada neste exercício tendo em vista a execução dos projetos básicos das obras.

Cabe salientar, como já dito, neste exercício foram elaborados apenas os projetos de engenharia de obras de arte especiais (OAE) e supervisão destas obras de melhoramentos e que estes projetos são necessários e fazem parte das atividades da ação mas não impacta diretamente na meta física porque o produto gerado não é relativo à obras.

Mas uma vez ressaltamos que estas realizações são partes das ações do Projeto de Desenvolvimento Regional, Integrado e Sustentável – PDRIS – parceria entre o Governo do Tocantins e Banco Mundial - que prevê melhorias em várias áreas sociais para o Estado.

As movimentações orçamentárias se deram por meio de dedução para suplementar a ação 3048 – Pavimentação de Rodovia Estadual – PDRIS.

Governo do TOCANTINS

Ações Temáticas Prioritárias
Período: Anual (2018)

Relatório de Gestão das Ações Temáticas Prioritárias por Programa

Unidade Gestora:

38960	Agência Tocantinense de Transportes e Obras - AGETO

Objetivo:

Fortalecimento do sistema de logística viária do Estado do Tocantins

Indicador:

-Quilômetros de Rodovias Conservadas
-Quilômetros de Rodovias Pavimentadas

Programa:

1152	Transporte e Logística

Ação:

Código	Título	Prioritária
3048	Pavimentação de Rodovia Estadual - PDRIS	Sim

Orçamento - 12/2018:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
19.070.000,00	18.125.453	37.195.453,00	25.930.486,77	25.830.327,66	25.790.168,29	11.264.966,23	69,71	99,61	99,84

Recursos Proprios 0240

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2018							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
26.782.1152	33.90.39	0240	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			

Operacoes de Credito Externas - Em Moeda 4220

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
19.070.000,00	18.125.453,00	37.195.453,00	25.930.486,77	25.830.327,66	25.790.168,29	11.264.966,23	69,71	69,44	69,33

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2018							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
26.782.1152	44.90.14	4220	50.000,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0	0
26.782.1152	44.90.35	4220	3.000.000,00	434.801,00	3.434.801,00	522.102,87	421.943,76	421.943,76	2.912.698,13	15,20	12	12
26.782.1152	44.90.39	4220	20.000,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0	0
26.782.1152	44.90.51	4220	16.000.000,00	17.690.652,00	33.690.652,00	25.408.383,90	25.408.383,90	25.368.224,53	8.282.268,10	75,41	75	75

Meta Física:

2016	2017	2018	2019	Unidade	Sigla
16	16	30	30	Quilômetro	km

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2018)	Execução	% Execução
	3o Quadrimestre	30	36	120,00

Análise:

Com o intuito de proporcionar maior segurança aos usuários das rodovias, maior agilidade e economia no processo de escoamento da produção do Estado, a ação foi executada tendo em vista a pavimentação da TO-444/447 no trecho que liga Paraíso do Tocantins à Chapada da Areia somando-se 36,31 km de asfalto. Neste trecho, foram efetuados 21,6 km de terraplenagem e 365,6 m de bueiros tubulares de concreto; foram executados ainda 25 km cerca de vedação da faixa de domínio da rodovia, bem como em andamento a execução de plano de controle ambiental e social.

Os benefícios gerados à população usuária desta rodovia vão desde a segurança e maior rapidez do transporte, bem como ainda melhor trafegabilidade e promoção das interligações entre os municípios, escoamento da produção e tráfego de pessoas.

Essa conquista se deu por meio da parceria do Governo do Estado juntamente com o Banco Mundial para a execução do Projeto de Desenvolvimento Regional, Integrado e Sustentável - PDRIS que prevê melhorias em várias áreas sociais para o Estado.

As movimentações orçamentárias se deram por meio de dedução para suplementar a ação 4198 – Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais e foi acrescido pelas ações 3073 – Eliminação de Pontos Críticos – PDRIS, 3059 – Restauração e Manutenção de Estradas Estaduais Pavimentadas CREMA – PDRIS e 4006 – Assistência e Manutenção das Residências Rodoviárias.

Governo do TOCANTINS

Ações Temáticas Prioritárias
Período: Anual (2018)

Relatório de Gestão das Ações Temáticas Prioritárias por Programa

Unidade Gestora:

38960	Agência Tocantinense de Transportes e Obras - AGETO

Objetivo:

Fortalecimento do sistema de logística viária do Estado do Tocantins

Indicador:

-Quilômetros de Rodovias Conservadas
-Quilômetros de Rodovias Pavimentadas

Programa:

1152	Transporte e Logística

Ação:

Código	Título	Prioritária
3042	Melhoramento nas estradas vicinais nas regiões Centro-Oeste, Sudoeste e Noroeste - PDRIS	Sim

Orçamento - 12/2018:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
16.905.000,00	-3.478.098	13.426.902,00	5.032.493,62	4.486.551,82	4.464.209,27	8.394.408,38	37,48	89,15	99,50

Operacoes de Credito Externas - Em Moeda	4220

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
16.905.000,00	-3.478.098,00	13.426.902,00	5.032.493,62	4.486.551,82	4.464.209,27	8.394.408,38	37,48	33,41	33,24

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2018							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
26.782.1152	44.90.14	4220	20.000,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0	0
26.782.1152	44.90.35	4220	250.000,00	0,00	250.000,00	0,00	0,00	0,00	250.000,00	0,00	0	0
26.782.1152	44.90.39	4220	30.000,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0	0
26.782.1152	44.90.51	4220	14.605.000,00	-2.821.434,00	11.783.566,00	3.845.774,26	3.312.441,85	3.298.507,09	7.937.791,74	32,63	28	27
26.782.1152	44.90.92	4220	2.000.000,00	-656.664,00	1.343.336,00	1.186.719,36	1.174.109,97	1.165.702,18	156.616,64	88,34	87	86
26.782.1152	33.90.92	4220	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			

Meta Física:

2016	2017	2018	2019	Unidade	Sigla
1.000	2.250	600	600	Quilômetro	km

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2018)	Execução	% Execução
	3o Quadrimestre	600	145	24,16

Análise:

Foram executadas as obras referentes aos lotes 8, 11,12 e grupos indígenas Xambioá e Tocantínia, totalizando **145,42 km**. Entretanto, a ação não teve execução nos lotes 09 e 10, que foram rescindidos e as obras remanescentes foram licitadas e estão na fase de análise de propostas. Nos lotes 01 ao 07, 13 e 14 as obras já haviam sido concluídas em anos anteriores. Foi possível realizar os serviços e obras de melhoramento nas estradas vicinais não pavimentadas do Programa PDRIS - BANCO MUNDIAL, proporcionando à população desses municípios maior rapidez e segurança no uso das estradas, para fins de escoamento da produção e tráfego rotineiro de pessoas.

REGIÃO CENTRO-OESTE - **No período de janeiro a dezembro de 2018 a ação teve execução de 4,95 km de extensão no lote indígena Xerente e Funil, sendo estas concluídas em agosto de 2018. As obras do Grupo I ao Grupo IV foram concluídas em 2016.**

Grupo I: Marianópolis, Chapada de Areia, Caseara, Monte Santo e Divinópolis - Obras concluídas.

Grupo II: Araguacema, Abreulandia, Dois Irmãos, Miracema e Miranorte - Obras concluídas.

Grupo III: Lajeado, Tocantinia, Pugmil, Paraiso, Barrolandia - Obras concluídas.

Grupo IV: Pium, Cristalandia, Lagoa da Confusão, Nova Rosalandia, Oliveira de Fátima - Obras concluídas.

Grupo Indígenas: Xerente e Funil - 4,95 km executados.

REGIÃO SUDOESTE - **No período de janeiro a dezembro de 2018 a ação teve execução de 8,81 km de extensão no lote XIII, finalizando a região.**

Grupo V: Talismã, Araguaçú, Alvorada, Figueirópolis, Sandolandia - Obras concluídas.

Grupo VI; Palmeirópolis, São Salvados, Jaú do Tocantins, Peixe, Sucupira - Obras concluídas.

Grupo VII: Cariri do Tocantins, Formoso do Araguaia, Gurupi, Dueré e Aliança do TO – contrato finalizado. Obras concluídas.

Grupo VIII: Crixás do TO, Santa Rita do TO, Fátima, Ipueira, Brejinho de Nazaré – 8,81 km executados, com isso o contrato foi finalizado.

Grupo IX: Aparecida do Rio Negro, Porto Nacional, Monte do Carmo, Palmas, Silvanópolis - 0,00 km executado; contrato rescindido. As obras remanescentes foram licitadas e estão em fase de análise de propostas.

REGIAO NOROESTE - **No período de janeiro a dezembro de 2018 a ação teve execução de 131,66 km de extensão nos Grupos XI, XII e grupo indígena Xambioá, sendo que todas foram concluídas.**

Grupo X: Aragominas, Araguaina, Araguanã, Carmolândia, Piraquê, Xambioá – 0,00 km executados; contrato rescindido. As obras remanescentes foram licitadas e estão em fase de análise de propostas.

Grupo XI: Arapoema, Muricilandia, Pau Darco, Santa Fé do Araguaia, Bandeirantes - **3,78 km executados**, com isso o contrato foi finalizado.

Grupo XII: Bernardo Sayão, Colinas, Couto Magalhaes, Juarina, Pequizeiro – **11,74 km executados**, com isso o contrato foi finalizado.

Grupo XIII: Brasilandia, Colméia, Itaporã, Presidente Kennedy, Tupiratins – contrato finalizado. Obras concluídas.

Grupo XIV: Goianorte, Tupirama, Guaraí, Fortaleza do Tabocão, Rio dos Bois – contrato finalizado. Obras concluídas.

Grupo Indígena: Xambioá, foram executados **1,39 km**.

As despesas de exercício anteriores liquidaram os processos: 0837/38960/2015 – pagamento da 29ª medição parcial, nf. 94 as fls. 1.085, contrato 141/2014; 0836/38960/2015 - pagamento 23ª PIF do contrato 140/2014 nf nº 5 e pagamento do (s) documento (s) 20180004 conforme processo pagamento da 28ª medição final; 928/3896/2017 - pagamento do (s) documento (s) diárias de exercícios anteriores; 196/3896/2016 – pagamento da 20ª PI (preço inicial) e PIF (preço inicial final) final, nf's 354 e 355 as fls. 813 e 814, do contrato 024/2015; 0194/38960/2016 - pagamento da nf. 133, referente a 20ª medição parcial do contrato 022/2015, processo: 194-3896-2016.

As movimentações orçamentárias se deram por meio de dedução para suplementar a ação 4082 – Implantação e Manutenção de Sinalização Rodoviária e foi acrescido pela ação 3059 – Restauração e Manutenção de Estradas Estaduais Pavimentadas CREMA – PDRIS.

Governo do TOCANTINS

Ações Temáticas Prioritárias
Período: Anual (2018)

Relatório de Gestão das Ações Temáticas Prioritárias por Programa

Unidade Gestora:

38960	Agência Tocantinense de Transportes e Obras - AGETO

Objetivo:

Fortalecimento do sistema de logística viária do Estado do Tocantins

Indicador:

-Quilômetros de Rodovias Conservadas
-Quilômetros de Rodovias Pavimentadas

Programa:

1152	Transporte e Logística

Ação:

Código	Título	Prioritária
3062	Suporte Logístico para Gerenciamento do Transporte - PDRIS	Sim

Orçamento - 12/2018:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
8.230.000,00	0	8.230.000,00	32.400,00	32.400,00	32.400,00	8.197.600,00	0,39	100,00	100,00

Operacoes de Credito Externas - Em Moeda	4220

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
8.230.000,00	0,00	8.230.000,00	32.400,00	32.400,00	32.400,00	8.197.600,00	0,39	0,39	0,39

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2018							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
26.782.1152	44.90.14	4220	20.000,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0	0
26.782.1152	44.90.30	4220	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0	0
26.782.1152	44.90.35	4220	4.000.000,00	-1.999.710,00	2.000.290,00	0,00	0,00	0,00	2.000.290,00	0,00	0	0
26.782.1152	44.90.39	4220	10.000,00	1.999.710,00	2.009.710,00	0,00	0,00	0,00	2.009.710,00	0,00	0	0
26.782.1152	44.90.52	4220	4.000.000,00	0,00	4.000.000,00	32.400,00	32.400,00	32.400,00	3.967.600,00	0,81	0	0
26.782.1152	44.90.92	4220	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0	0

Meta Física:

2016	2017	2018	2019	Unidade	Sigla
40	30	100		Porcentagem	%

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2018)	Execução	% Execução	
	3o Quadrimestre	100	1	1,00	

Análise:

A ação foi executada, tendo em vista que, já foi licitado o primeiro processo de aquisição de equipamentos de informática, e destes já foram entregues os switch e o servidor adquirido. A aquisição dos demais equipamentos e veículos previstos se encontram em processo de licitação. Ocorreram vários atrasos durante os referidos processos licitatórios devido a fatos ocorridos alheios à esta pasta, como mudanças de gestores e a impossibilidade do estado para publicações em jornais de circulação local. Além disso os pregões eletrônicos foram fracassados e haverá a realização de novos pregões.

Governo do TOCANTINS

Ações Temáticas Prioritárias
Período: Anual (2018)

Relatório de Gestão das Ações Temáticas Prioritárias por Programa

Unidade Gestora:

38960	Agência Tocantinense de Transportes e Obras - AGETO

Objetivo:

Fortalecimento do sistema de logística viária do Estado do Tocantins

Indicador:

-Quilômetros de Rodovias Conservadas
-Quilômetros de Rodovias Pavimentadas

Programa:

1152	Transporte e Logística

Ação:

Código	Título	Prioritária
3059	Restauração e Manutenção de Estradas Estaduais Pavimentadas CREMA - PDRIS	Sim

Orçamento - 12/2018:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
75.070.000,00	-14.001.037	61.068.963,00	34.707.462,22	31.801.178,03	31.712.485,94	26.361.500,78	56,83	91,62	99,72

Operacoes de Credito Externas - Em Moeda	4220

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
75.070.000,00	-14.001.037,00	61.068.963,00	34.707.462,22	31.801.178,03	31.712.485,94	26.361.500,78	56,83	52,07	51,92

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2018							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
26.782.1152	44.90.14	4220	20.000,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0	0
26.782.1152	44.90.35	4220	3.000.000,00	326.000,00	3.326.000,00	3.114.556,97	3.114.556,97	3.114.556,97	211.443,03	93,64	93	93
26.782.1152	44.90.39	4220	50.000,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0	0
26.782.1152	44.90.51	4220	52.000.000,00	847.599,00	52.847.599,00	27.895.578,06	24.989.293,87	24.900.601,78	24.952.020,94	52,78	47	47
26.782.1152	44.90.92	4220	20.000.000,00	-15.174.636,00	4.825.364,00	3.697.327,19	3.697.327,19	3.697.327,19	1.128.036,81	76,62	76	76

Meta Física:

2016	2017	2018	2019	Unidade	Sigla
300	1.557	2.157	300	Quilômetro	km

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2018)	Execução	% Execução
	3o Quadrimestre	2.157	1.603	74,31

Análise:

Foram executados serviços de tapa buracos, sinalização, roçagem lateral e manutenção nos dispositivos de drenagem pluvial em 06 (seis) lotes contratuais pertencentes a ETAPA/CREMA1, sendo 45,43 km de serviços de restauração das rodovias, e, paralelamente, serviços de manutenção, em uma extensão de 1.557,26 km.
Sendo assim, referente as obras da ETAPA/CREMA1, foram 1.557,26 km de manutenção de rodovias e 45,43 km de serviços de restauração de pavimento. Totalizando 1.602,69 km.

TRECHOS DE RODOVIAS EM EXECUÇÃO:

Lote 01 - Foram executados os serviços de manutenção em 226,27 km da malha rodoviária já recuperada.

BR-153 / Porto Nacional / Palmas / Lajeado / Miracema / Miranorte.

Lote 02 - Foram executados os serviços de manutenção em 186,10 km da malha rodoviária já recuperada.

Paraiso / Monte Santo, Monte Santo / Divinópolis, Pium / Cristalandia, Nova Rosalandia / Cristalandia, Cristalandia / Lagoa da Confusão, Pium / Pugmil.

LOTE 03 - Foram executados os serviços de manutenção em 291,68 km da malha rodoviária já recuperada no ano anterior.

1 Natividade / São Valério
2 São Valério / Entr BR-242

3 Entr BR-242 / Alvorada
4 Alvorada / Araguaçú
5 Araguaçú / Divida TO/GO (São Miguel)

LOTE 04 - Foram executados os serviços de manutenção em 172,08 km da malha rodoviária já recuperada no ano anterior.

1 Príncipe / Conceição do Tocantins

2 Conceição do Tocantins / Arraias

3 Arraias / Divisa TO/GO

LOTE 05 - Foram executados os serviços de manutenção em 302,70 km da malha rodoviária já recuperada no ano anterior.

TO-130 1 Bielândia / Barra do Ouro

TO-222 2 Filadélfia / Bielândia
TO-222 3 Bielândia / Ent. TO-424 (Acesso Babaçulândia)
TO-222 4 Ent. TO-424 (Aces. Babaçulândia) / Araguaína (Av. Filadélfia)
TO-222 5 Araguaína / Novo Horizonte
TO-222 6 Novo Horizonte / Aragominas
TO-222 7 Aragominas / Muricilândia
TO-222 8 Mucilândia / Santa Fé do Araguaia
TO-222 9 Santa Fé do Araguaia / Porto Lemos
TO-424 10 Babaçulândia / Entr. TO-222

LOTE 06 - Foram executados os serviços de restauração das rodovias em 45,43 Km; como também os serviços de manutenção, paralelamente, em uma extensão de 378,43 km.

TO-010 1 Entr. BR-230 (Transaraguaia) / Araguatins
TO-010 2 Araguatins / Entr. TO-404
TO-010 3 Buriti / São Sebastião
TO-126 4 Sítio Novo / Itaguatins
TO-126 5 Tocantinópolis / Aguiarnópolis
TO-134 6 Axixá / Entr. BR-230 (São Bento)
TO-134 7 Luzinópolis / Angico
TO-134 8 Angico / Darcinópolis
TO-201 9 Divisa TO-MA (Ponte) / Sítio Novo
TO-201 10 Sítio Novo / Axixá
TO-201 11 Axixá / Augustinópolis
TO-201 12 Augustinópolis / Buriti
TO-201 13 Buriti / Esperantina
TO-403 14 Itaúba / Sampaio
TO-404 15 Praia Norte / Augustinópolis
TO-404 16 Augustinópolis / Entr. TO-010
TO-407 17 Carrasco Bonito / Entr. TO-201
Ligação 18 Entr. TO-201 / Bela Vista (Balsa)

As despesas de exercício anteriores liquidaram os seguintes processos: 0127/38960/2014 - pagamento das nf's 203 a 209/2017 e 33/2018 (46ª PI) e nf's 211 a 217/2017 e 34/2018 (46ª PIF) do contrato 074/2013 e pagamento das nf's 001 a 007 e 35/2018 (47ª PI) e nf's 009 a 015 e 036/2018 (47ª PIF), do contrato 074/2013; 0566/38960/2014 - pagamento saldo da 12ª medição de reajuste nf nº 04/2017, 13ª e 14ª de reajuste nf´s 06 e 08; 0251/38960/2016 - pagamento da 21ª medição de reajuste do contrato 07/2016 nf´s 3036 a 3041 e pagamento do (s) documento (s) 3041 (pt), 3440 (pt), 3039 (pt), 3038 (pt), 3037 (pt), 3036 (pt) conforme processo pagamento da 21ª pi do contrato 07/2016 referente as nf´s 3036 a 3041; 252/38960/2016 - pagamento 21ª PI do contrato 08/2016 referente parte das nf´s 3042 a 3044 e pagamento da 21ª medição de reajuste do contrato 08/2016 nf´s 3042 a 3044; 0253/3896/2016 - para pagamento das nf's 4186 a 4191, ref. a 20ª medição parcial do contrato 009/2016, regularização dessa medição, ISS pago as fls: 1523 a 1528; 0253/3896/2016, pagamento das nf's 4186 a 4191, ref. a 20ª medição parcial do contrato 009/2016 e regularização dessa medição, ISS pago as fls: 1523 a 1528, pagamento das nf's 4192 a 4197, ref. a 20ª medição de reajustamento do contrato 009/2016, pagamento das nf's 4044 a 4049, ref. a 19ª PI do contrato 009/2016, processo: 253-3896-2016; 0254/38960/2016 - pagamento da 21ª medição de reajuste do contrato 010/2016, nf's 3934 a 3953, processo 0254-3896-2016 – PDRIS e 0254/38960/2016 - pagamento das nf's 3914 a 3933 (entre as fls. 3168 e 3207 - vol. xvi), ref. a 21ª medição parcial do cont. 010/2016, processo: 254-3896-2016, regularização dessa medição, ISS referente essa med. pagos nas pd's fls. 3307 a 3325 neste volume.

As movimentações orçamentárias se deram por meio de dedução para suplementar as ações 3042 - Melhoramento nas estradas vicinais nas regiões Centro-Oeste, Sudoeste e Noroeste – PDRIS e 3048 - Pavimentação de Rodovia Estadual – PDRIS.

Governo do TOCANTINS

Ações Temáticas Prioritárias
Período: Anual (2018)

Relatório de Gestão das Ações Temáticas Prioritárias por Programa

Unidade Gestora:

38960	Agência Tocantinense de Transportes e Obras - AGETO

Objetivo:

Fortalecimento do sistema de logística viária do Estado do Tocantins

Indicador:

-Quilômetros de Rodovias Conservadas
-Quilômetros de Rodovias Pavimentadas

Programa:

1152	Transporte e Logística

Ação:

Código	Título	Prioritária
4003	Apoio à Capacidade de Gerência do Transporte - PDRIS	Sim

Orçamento - 12/2018:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
7.410.000,00	0	7.410.000,00	955.535,45	579.928,12	488.736,24	6.454.464,55	12,89	60,69	84,27

Operacoes de Credito Externas - Em Moeda	4220

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
7.410.000,00	0,00	7.410.000,00	955.535,45	579.928,12	488.736,24	6.454.464,55	12,89	7,82	6,59

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2018							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
26.782.1152	44.90.14	4220	800.000,00	0,00	800.000,00	278.120,25	277.125,75	260.003,25	521.879,75	34,76	34	32
26.782.1152	44.90.30	4220	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0	0
26.782.1152	44.90.33	4220	300.000,00	0,00	300.000,00	24.044,62	24.044,62	24.035,37	275.955,38	8,01	8	8
26.782.1152	44.90.35	4220	4.500.000,00	0,00	4.500.000,00	583.773,33	209.160,50	137.050,37	3.916.226,67	12,97	4	3
26.782.1152	44.90.39	4220	800.000,00	0,00	800.000,00	66.925,00	66.925,00	64.975,00	733.075,00	8,36	8	8
26.782.1152	44.90.92	4220	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00	2.672,25	2.672,25	2.672,25	997.327,75	0,26	0	0

Meta Física:

2016	2017	2018	2019	Unidade	Sigla
40	30	100	100	Porcentagem	%

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2018)	Execução	% Execução
	3o Quadrimestre	100	40	40,00

Análise:

A ação foi executada parcialmente, tendo em vista que, as atividades previstas, tais como treinamentos, participação em eventos, assistência ao reforço da gestão do transporte e a realização de seminários técnicos, foram realizadas como previsto durante todo o exercício. O plano de Segurança no Trânsito se encontra em execução. Já o Sistema de Gerenciamento de Pavimento, o Plano de Gerenciamento Ambiental e o Veículo de Comunicação Escrita não serão executados no âmbito do PDRIS, uma vez que os serviços não iniciados tiveram seus recursos realocados dentro do acordo de empréstimo, conforme negociado junto ao Banco Mundial.

Os pagamentos de **Despesas de Exercícios Anteriores** realizados nesta ação são referentes à Diárias de servidores conforme processos: 928/3896/2017, 2017/38960/926.

Governo do TOCANTINS

Ações Temáticas Prioritárias
Período: Anual (2018)

Relatório de Gestão das Ações Temáticas Prioritárias por Programa

Unidade Gestora:

27010	Secretaria da Educação, Juventude e Esportes

Objetivo:

Garantir a adequação da estrutura física das unidades escolares

Indicador:

-Percentual de escolas estaduais reformadas e ampliadas.
-Quantitativo de unidades escolares construídas.

Programa:

1156	Educação de Qualidade para Todos

Ação:

Código	Título	Prioritária
2007	Aparelhamento de unidade escolar	Sim

Orçamento - 12/2018:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
7.029.470,00	12.532.291,5	19.561.761,50	18.475.052,16	14.184.427,90	14.184.213,60	1.086.709,34	94,44	76,77	99,99

Recursos Ordinarios - Administracao Direta — **0100**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2018							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
12.368.1156	33.90.14	0100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			

Recursos do Tesouro - Manutencao do Desenvolvimento do Ensino / MDE — **0101**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
40.000,00	1.045.695,00	1.085.695,00	1.085.695,00	1.085.695,00	1.085.480,70	0,00	100,00	100,00	99,98

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2018							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
12.368.1156	33.90.14	0101	40.000,00	-6.799,00	33.201,00	33.201,00	33.201,00	33.201,00	0,00	100,00	100	100
12.368.1156	44.90.52	0101	0,00	1.004.400,00	1.004.400,00	1.004.400,00	1.004.400,00	1.004.400,00	0,00	100,00	100	100
12.368.1156	44.90.92	0101	0,00	48.094,00	48.094,00	48.094,00	48.094,00	47.879,70	0,00	100,00	100	99
12.368.1156	33.90.92	0101	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			

Recursos do Tesouro - Emendas Parlamentares — **0104**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
100.000,00	1.425.880,00	1.525.880,00	1.525.880,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2018							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
12.368.1156	44.40.42	0104	0,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0	0
12.368.1156	44.40.52	0104	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
12.368.1156	44.50.42	0104	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
12.368.1156	44.90.52	0104	100.000,00	1.375.880,00	1.475.880,00	1.475.880,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0	0
12.368.1156	33.40.41	0104	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
12.368.1156	44.50.52	0104	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			

Contribuicao do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educacao - FNDE — **0211**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
518.000,00	3.406.875,00	3.924.875,00	3.249.893,36	547.530,00	547.530,00	674.981,64	82,80	13,95	13,95

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2018							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
12.368.1156	33.90.30	0211	70.000,00	-26.485,00	43.515,00	0,00	0,00	0,00	43.515,00	0,00	0	0
12.368.1156	44.90.52	0211	448.000,00	3.433.360,00	3.881.360,00	3.249.893,36	547.530,00	547.530,00	631.466,64	83,73	14	14

Cota-Parte do Fundo de Manutencao e Desenvolv. da Educ. Bas. e Valoriz. dos Profis. da Educ.-FUNDEB — **0214**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
3.764.046,00	6.492.648,50	10.256.694,50	10.033.377,20	10.033.377,20	10.033.377,20	223.317,30	97,82	97,82	97,82

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2018							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
12.368.1156	33.90.14	0214	0,00	100.000,00	100.000,00	17.212,50	17.212,50	17.212,50	82.787,50	17,21	17	17
12.368.1156	33.90.30	0214	0,00	7.078.940,00	7.078.940,00	7.050.897,50	7.050.897,50	7.050.897,50	28.042,50	99,60	99	99
12.368.1156	44.90.52	0214	3.764.046,00	-686.291,50	3.077.754,50	2.965.267,20	2.965.267,20	2.965.267,20	112.487,30	96,34	96	96

Recursos de Convenios Federais 0225

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
0,00	45.084,00	45.084,00	22.542,00	22.542,00	22.542,00	22.542,00	50,00	50,00	50,00

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2018							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
12.368.1156	44.90.92	0225	0,00	45.084,00	45.084,00	22.542,00	22.542,00	22.542,00	22.542,00	50,00	50	50

Cota-Parte de Compensacoes Financeiras 0235

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
2.607.424,00	-49.759,00	2.557.665,00	2.557.664,60	2.495.283,70	2.495.283,70	0,40	99,99	97,56	97,56

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2018							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
12.368.1156	33.90.30	0235	2.607.424,00	-2.320.465,00	286.959,00	286.958,70	286.958,70	286.958,70	0,30	99,99	99	99
12.368.1156	44.90.52	0235	0,00	2.261.256,00	2.261.256,00	2.261.255,90	2.198.875,00	2.198.875,00	0,10	99,99	97	97
12.368.1156	44.90.92	0235	0,00	9.450,00	9.450,00	9.450,00	9.450,00	9.450,00	0,00	100,00	100	100

ICMS - FECOEP 0238

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
0,00	165.868,00	165.868,00	0,00	0,00	0,00	165.868,00	0,00	0,00	0,00

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2018							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
12.368.1156	33.90.30	0238	0,00	165.868,00	165.868,00	0,00	0,00	0,00	165.868,00	0,00	0	0

Meta Física:

2016	2017	2018	2019	Unidade	Sigla
150	150	350	150	Unidade	un

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2018)	Execução	% Execução
	3o Quadrimestre	350	173	49,42

Análise:

A ação esta sendo executada com êxito, tendo em vista que foram atendidas 173 unidades escolares. As unidades escolares foram aparelhadas com os seguintes equipamentos: carteiras escolares, conjuntos refeitórios, condicionadores de ar, utensílios de cozinha, geladeiras e longarinas, contemplando assim escolas de Tempo Integral de Ensino Fundamental e de Ensino Médio, escolas indígenas, dentre outras modalidades de ensino ofertadas por esta Pasta.

Foram aparelhadas as unidades escolares dos seguintes municípios: Ananás, Aragominas, Araguaína, Araguanã, Arraias, Filadélfia, Goiatins, Muricilândia, Nova Olinda, Piraquê, Riachinho, Santa Fé do Araguaia, Wanderlândia, Xambioá, Araguatins, Axixá, Buriti, Esperantina, São Bento, São Sebastião, Sítio Novo, São Miguel do Tocantins, Combinado, Paranã, Colinas do Tocantins, Pau D'arco, Dianópolis, Taguatinga, Ponte Alta do Bom Jesus, Rio da Conceição, Almas, conceição do Tocantins, Porto Alegre do Tocantins, Novo Jardim, Taipas do Tocantins, Guaraí, Colméia, Gurupi, Aliança do Tocantins, Araguaçu, Dueré, Formoso do Araguaia, Peixe, Miranorte, Miracema do Tocantins, Palmas, Lagoa da Confusão, Pium, Nova Rosalândia, Paraíso do Tocantins, Divinópolis, Araguacema, Bom Jesus do Tocantins, Pedro Afonso, Recursolândia, Tupirama, Monte do Carmo, Ponte Alta do Tocantins, Natividade, Porto Nacional, Silvanópolis, Fátima, Santa Rita do Tocantins, Angico, Luzinópolis, Nazaré, Palmeiras , Tocantinópolis e Brejinho do Nazaré.

Justifica-se que a meta física não foi alcançada porque as escolas que foram aparelhadas apresentavam maiores necessidades, sendo imprescindível priorizar o aparelhamento nessas unidades.

Houve suplementação nas fontes 0101, 0214, 0225 e 0238 oriundos das ações 2109, 1073 e 2209; e redução na fonte 0235 para atender os dispêndios da ação 2209.

E ainda, Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício na fonte 0211.

Governo do TOCANTINS

Ações Temáticas Prioritárias
Período: Anual (2018)

Relatório de Gestão das Ações Temáticas Prioritárias por Programa

Unidade Gestora:

27010 Secretaria da Educação, Juventude e Esportes

Objetivo:

Garantir a adequação da estrutura física das unidades escolares

Indicador:

-Percentual de escolas estaduais reformadas e ampliadas.
-Quantitativo de unidades escolares construídas.

Programa:

1156 Educação de Qualidade para Todos

Ação:

Código	Título	Prioritária
1086	Construção, Reforma e Ampliação de Unidade Escolar	Sim

Orçamento - 12/2018:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
62.091.624,00	-7.547.601	54.544.023,00	18.455.648,49	15.670.385,18	15.100.100,69	36.088.374,51	33,83	84,90	96,36

Recursos Ordinarios - Administracao Direta — **0100**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
0,00	8.538,00	8.538,00	8.537,35	8.537,35	8.537,35	0,65	99,99	99,99	99,99

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2018							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
12.368.1156	44.90.92	0100	0,00	8.538,00	8.538,00	8.537,35	8.537,35	8.537,35	0,65	99,99	99	99
12.368.1156	44.90.52	0100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			

Recursos do Tesouro - Manutencao do Desenvolvimento do Ensino / MDE — **0101**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
800.000,00	-17.471,00	782.529,00	782.527,62	781.137,14	248.062,67	1,38	99,99	99,82	31,70

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2018							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
12.368.1156	33.90.39	0101	15.000,00	4.254,00	19.254,00	19.253,28	19.253,28	14.668,00	0,72	99,99	99	76
12.368.1156	44.90.51	0101	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
12.368.1156	44.90.92	0101	785.000,00	-21.725,00	763.275,00	763.274,34	761.883,66	233.394,67	0,66	99,99	99	30

Recursos do Tesouro - Emendas Parlamentares — **0104**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
2.025.000,00	-1.725.000,00	300.000,00	200.000,00	0,00	0,00	100.000,00	66,66	0,00	0,00

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2018							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
12.368.1156	44.40.42	0104	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
12.368.1156	44.40.51	0104	325.000,00	-225.000,00	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0	0
12.368.1156	44.50.51	0104	400.000,00	-300.000,00	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0	0
12.368.1156	44.90.51	0104	1.300.000,00	-1.200.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0	0

Contribuicao do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educacao - FNDE — **0211**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
11.204.576,00	-70.180,00	11.134.396,00	3.906.429,40	1.482.799,50	1.478.412,57	7.227.966,60	35,08	13,31	13,27

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2018							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
12.368.1156	44.90.51	0211	11.204.576,00	-70.180,00	11.134.396,00	3.906.429,40	1.482.799,50	1.478.412,57	7.227.966,60	35,08	13	13

Cota-Parte do Fundo de Manutencao e Desenvolv. da Educ. Bas. e Valoriz. dos Profis. da Educ.-FUNDEB — **0214**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
12.000.000,00	-3.115.891,00	8.884.109,00	6.392.792,93	6.232.550,00	6.222.990,97	2.491.316,07	71,95	70,15	70,04

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2018							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
12.368.1156	33.50.43	0214	1.500.000,00	756.993,00	2.256.993,00	2.198.652,70	2.198.652,70	2.198.652,70	58.340,30	97,41	97	97
12.368.1156	33.90.14	0214	80.000,00	0,00	80.000,00	67.367,25	67.367,25	67.367,25	12.632,75	84,20	84	84
12.368.1156	33.90.39	0214	180.000,00	0,00	180.000,00	97.588,28	97.391,26	97.391,26	82.411,72	54,21	54	54
12.368.1156	44.90.51	0214	10.240.000,00	-3.872.884,00	6.367.116,00	4.029.184,70	3.869.138,79	3.859.579,76	2.337.931,30	63,28	60	60

Recursos de Convenios Federais 0225

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
32.962.048,00	-2.627.597,00	30.334.451,00	6.365.067,17	6.365.067,17	6.341.803,11	23.969.383,83	20,98	20,98	20,90

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2018							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
12.368.1156	44.90.51	0225	32.962.048,00	-6.179.668,00	26.782.380,00	3.828.725,51	3.828.725,51	3.823.539,16	22.953.654,49	14,29	14	14
12.368.1156	44.90.92	0225	0,00	3.552.071,00	3.552.071,00	2.536.341,66	2.536.341,66	2.518.263,95	1.015.729,34	71,40	71	70

ICMS - FECOEP 0238

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
3.100.000,00	0,00	3.100.000,00	800.294,02	800.294,02	800.294,02	2.299.705,98	25,81	25,81	25,81

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2018							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
12.368.1156	33.90.14	0238	80.000,00	0,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00	0,00	0	0
12.368.1156	44.50.42	0238	200.000,00	0,00	200.000,00	15.340,32	15.340,32	15.340,32	184.659,68	7,67	7	7
12.368.1156	44.90.51	0238	2.495.000,00	-110.000,00	2.385.000,00	572.473,33	572.473,33	572.473,33	1.812.526,67	24,00	24	24
12.368.1156	44.90.92	0238	325.000,00	110.000,00	435.000,00	212.480,37	212.480,37	212.480,37	222.519,63	48,84	48	48

Meta Física:

2016	2017	2018	2019	Unidade	Sigla
50	81	92	81	Unidade	un

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2018)	Execução	% Execução
	3o Quadrimestre	92	117	127,17

Análise:

A ação foi executada, tendo em vista que 117 obras de infraestrutura escolar foram concluídas.

Em relação às obras de construção de unidade escolar, 01 (uma) foi concluída e entregue no município de Palmas; 07(sete) estão em andamento: Ananás, Araguatins, Palmas, Araguaína (2), Pedro Afonso e Paraíso.

Há ainda, três construções em fase de assinatura contratual no município de Itacajá, sendo: construção de Escola Indígena Gameleira, Indígena Barra e construção de escola padrão com 04 salas de aula em Alto Lindo (distrito de Itacajá). Uma obra de construção de escola padrão situada no município de Miranorte está em fase de rescisão contratual para nova licitação.

Foi pago o valor de R$ 6.512.038,95 (seis milhões e quinhentos e doze mil e trinta e oito reais e noventa e cinco centavos), referentes à 11ª a 17ª medição e reajustamentos da Escola Estadual Getúlio Vargas em Ananás; 13ª a 19ª medição e 3ª e 4ª medição de aditivo da obra de construção da Escola de Tempo Integral (ETI) Maracanã; 16ª e 17ª medição e da 3ª medição do aditivo da obra da ETI ACSU-SO 40 em Palmas; 15ª e 16ª medição e 4ª e 5ª medição de aditivo da ETI de Paraíso; 14ª, 15ª e 16ª medição da ETI de Pedro Afonso e 7ª medição da ETI Nova Araguaína; 18ª 19ª e 3ª medição do aditivo da ETI de Palmas AENE 23 e reajustamento 14ª e 15ª medição da ETI de Araguatins.

Em relação às atividades de reforma de unidade escolar, foram concluídas 10 obras sendo: 01 no Colégio da Polícia Militar Unidade III em Araguaína, 01 no Colégio da Polícia Militar Unidade II em Palmas, 01 no Colégio da Polícia Militar Unidade I em Palmas, 01 na Escola Estadual Vale do Sol em Palmas, 01 no Centro de Ensino Médio (CEM) Santa Rita de Cássia em Palmas, 01 na Escola Estadual Pedro Ludovico Teixeira em São Sebastião, 01 na Escola Estadual José Luiz Siqueira em Wanderlândia, 01 CEM Cabo Aparício em Ananás, 01 Colégio Estadual Profª Beatriz Rodrigues da Silva em Tocantínia e 01 na Escola Estadual Custódia da Silva Pedreira em Porto Nacional.

13 obras estão em andamento: 03 em Araguaína, 02 em Miracema, 01 em Araguaçu, 01 em São Miguel do Tocantins, 01 em Oliveira de Fátima, 01 em Dianópolis, 01 em Colinas, 01 em Guaraí, 01 em Tocantínopolis e 01 em Gurupi. E ainda, há três obras aguardando assinatura de contrato: 02 Tocantínia e 01 Rio Sono.

16 obras estão em fase de licitação: 01 em Palmas, 01 em Marianópolis, 02 em Aguiarnópolis, 02 em Santa Fé do Araguaia, 01 em Porto Nacional, 01 em Pugmil, 01 em Aliança do TO, 01 em Wanderlândia, 01 em Barrolândia, 01 em Pedro Afonso, 01 em Goiatins, 02 em Formoso do Araguaia e 01 em Dianópolis.Há uma obra paralisada em Araguaína e uma em fase de rescisão contratual em Paraíso do Tocantins.

Através do programa de descentralização de recursos foi repassado para reformas de unidades escolares o valor de R$ 1.805.138,32 (um milhão e oitocentos e cinco mil e cento e trinta e oito reais e trinta e dois centavos) sendo atendidas até o momento 100 (oem) escolas nos municípios de: 02 - Aliança do TO; 02 – Almas; 01 – Alvorada; 02 – Araguaçu; 06 – Araguaína, 03 - Araguatins, 02 – Arraias; 01 – Augustinópolis; 01 - Axixá do TO; 01 – Brasilândia; 01- Barrolândia; 01 - Cariri do TO; 01 - Caseara; 01 – Colinas; 02 – Combinado; 03 - Couto Magalhães; 01- Conceição do TO; 02 – Colméia; 01 - Formoso do Araguaia; 01 – Goianorte; 02 – Goiatins; 03 – Guaraí; 03 – Gurupi; 02 – Itacajá; 01 – Jaú do TO; 01 – Juarina; 02 – Lagoa da Confusão; 01 – Lagoa do TO; 01 – Lizarda; 01 – Fátima; 01 – Itapiratins; 01 – Ipueiras; 01 – Luzinópolis; 01 – Miranorte; 01 – Nova Rosalândia; 01– Natividade; 01 - Novo Acordo; 01 Novo Alegre; 10 – Palmas; 01 - Paraíso do TO; 02 – Peixe; 01 – Pindorama; 01 - Porto Nacional; 01 – Pedro Afonso; 01 –Recursolândia, 01 – Riachinho; 01 Rio da Conceição; 01 – Sandolândia; 01 - Santa Rosa do TO; 02 - São Salvador; 01 - São Sebastião; 02 – Silvanópolis; 02 - Sitio Novo; 01 – Sucupira, 01 – Talismã; 06 – Tocantínia; 01 – Taipas; 01 Taguatinga; 01 – Tocantinópolis; 01 – Tupirama e 01 – Wanderlândia.

Dos repasses realizados, 90(noventa) obras foram executadas; 04(quatro) estão em andamento e 06(seis) ainda não iniciaram.

Em relação às atividades de ampliação de unidade escolar, foram ampliadas 05: 01 na Escola Estadual Custódia da Silva Pedreira em Porto Nacional, 01 no Colégio da Policia Militar unidade II em Palmas, 01 no Colégio Militar Unidade III em Araguaína, 01 na Escola Estadual Carmênia Matos em Porto Nacional e 01 na Alcides Rufo em Ponte Alta do Tocantins.

10 obras estão em andamento, sendo: 01 Miracema, 02 em Guaraí, 01 em Porto Nacional, 01 em Dianópolis, 02 em Araguaína, 01 Arraias, 01 em Colinas e 01 Itacajá. E ainda, 04 obras estão em fase de assinatura de contrato, sendo: 01 Aragominas, 01 em Ponte Alta do Bom Jesus, 01 em Tocantínia, 01 Paranã.

Em fase de licitação, encontram-se 05 obras: 01 em Araguaína; 01 em Arraias; 01 em Aurora do Tocantins; 01 Goiatins e 01 Palmas. Três obras estão em fase de rescisão contratual, sendo em Palmas, Tocantinópolis e Porto Nacional. 02 obras foram rescindidas: 01 em Araguaína e 01 em Gurupi.

Através do programa de descentralização de recursos foi repassado para ampliações o valor de R$ 382.381,51 (trezentos e oitenta e dois mil trezentos e oitenta e um reais e cinquenta e um centavos), sendo atendidas até o momento 16 escolas, nos municípios de: 01- Araguatins; 01 – Goiatins; 02 – Gurupi; 01- Formoso do Araguaia; 01 – Alvorada; 01- Itacajá, 01 – Wanderlândia; 01 - Muricilândia; 01 – Palmas; 01- Monte do Carmo; 01 Xambioá; 01 – Sandolândia; 01 - Luzinópolis; 01 – Miracema; 01- Lagoa da Confusão;

Dos repasses realizados, 11(onze) obras foram executadas, 02(duas) estão em andamento e 03(três) ainda não iniciaram.

Foi liquidado/pago em despesas do exercício anterior o valor de R$ 3.519.243,24 referenteàs medições: 11ª, 12ª (medidas em 2017) da obra de construção da ETI Maracanã - Araguaína; 16ª e 17ª (parcial) da obra de construção de ETI – 206 Norte (AENE 23) em Palmas; 12ª, 13ª (parcial) e 14ª medição e pagamento integral da 15ª medição da obra de construção de ETI em Araguatins; 14ª e 15ª medição e da 4ª medição de aditivo da obra de construção de ETI de Paraíso do Tocantins; reajustamento da medição final da obra de construção do prédio escolar Padrão MEC/FNDE com 12 salas de aula para abrigar a Escola Estadual Custódia da Silva Pedreira em Porto Nacional; 16ª medição e 3ª medição de aditivo da obra de construção de ETI – ACSO-SU 40 em Palmas; reajustamento da 11ª medição da obra de construção de prédio escolar padrão 08 salas de aula para abrigar a Escola Estadual Getúlio Vargas em Ananás; 13ª medição da obra de construção de ETI em Pedro Afonso; 7ª medição da obra de construção da ETI Nova Araguaína; saldo da medição final da obra de construção de Rede de distribuição urbana – alta tensão para a Escola Estadual Manoel dos Santos Rosal em Pindorama.

Justifica-se a superação da meta física, tendo em vista que foram realizados muitos repasses às Associações de Apoio para a realização reparos e reformas emergenciais. O saldo restante refere-se principalmente a convênios não tiverem total desembolso.

Houve suplementação na fonte 0100 oriunda da ação 1044; e redução nas fontes 0101, 0211, 0214 e 0225 para atender os dispêndios das ações 1118, 2349, 2062, 2157, 2007, 2209 e 2109.

Governo do TOCANTINS

Ações Temáticas Prioritárias
Período: Anual (2018)

Relatório de Gestão das Ações Temáticas Prioritárias por Programa

Unidade Gestora:

27010 Secretaria da Educação, Juventude e Esportes

Objetivo:

Promover a valorização dos profissionais da educação

Indicador:

-Número de profissionais da Secretaria de Educação, Juventude e Esportes que receberam formação.
-Taxa de servidores avaliados por função.

Programa:

1156 Educação de Qualidade para Todos

Ação:

Código	Título	Prioritária
1123	Formação continuada dos servidores da educação.	Sim

Orçamento - 12/2018:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
881.594,00	-769.752	111.842,00	40.775,50	40.775,50	35.893,00	71.066,50	36,45	100,00	88,02

Recursos Ordinarios - Administracao Direta 0100

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
10.000,00	-10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2018							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
12.128.1156	33.90.14	0100	10.000,00	-10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
12.128.1156	33.90.39	0100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			

Recursos do Tesouro - Manutencao do Desenvolvimento do Ensino / MDE 0101

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
21.200,00	-21.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2018							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
12.128.1156	33.90.14	0101	20.400,00	-20.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
12.128.1156	33.90.30	0101	800,00	-800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
12.128.1156	33.90.39	0101	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			

Recursos do Tesouro - Emendas Parlamentares 0104

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
700.000,00	-700.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2018							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
12.128.1156	33.50.41	0104	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
12.128.1156	33.90.20	0104	100.000,00	-100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
12.128.1156	44.90.52	0104	600.000,00	-600.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			

Cota-Parte do Fundo de Manutencao e Desenvolv. da Educ. Bas. e Valoriz. dos Profis. da Educ.-FUNDEB 0214

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
0,00	8.000,00	8.000,00	7.040,25	7.040,25	7.040,25	959,75	88,00	88,00	88,00

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2018							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
12.128.1156	33.90.14	0214	0,00	8.000,00	8.000,00	7.040,25	7.040,25	7.040,25	959,75	88,00	88	88

Cota-Parte de Compensacoes Financeiras 0235

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
86.500,00	-46.552,00	39.948,00	33.735,25	33.735,25	28.852,75	6.212,75	84,44	84,44	72,22

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2018							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
12.128.1156	33.90.14	0235	50.500,00	-30.582,00	19.918,00	19.905,25	19.905,25	15.022,75	12,75	99,93	99	75
12.128.1156	33.90.33	0235	15.000,00	-15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
12.128.1156	33.90.39	0235	21.000,00	-970,00	20.030,00	13.830,00	13.830,00	13.830,00	6.200,00	69,04	69	69

ICMS - FECOEP					0238				
Orç. Inicial	**Alterações**	**Autorizado**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Pago**	**Saldo final**	**% E/A**	**% L/A**	**% P/A**
63.894,00	0,00	63.894,00	0,00	0,00	0,00	63.894,00	0,00	0,00	0,00

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2018							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
12.128.1156	33.90.14	0238	27.907,00	0,00	27.907,00	0,00	0,00	0,00	27.907,00	0,00	0	0
12.128.1156	33.90.33	0238	2.464,00	0,00	2.464,00	0,00	0,00	0,00	2.464,00	0,00	0	0
12.128.1156	33.90.39	0238	33.523,00	0,00	33.523,00	0,00	0,00	0,00	33.523,00	0,00	0	0

Meta Física:

2016	2017	2018	2019	Unidade	Sigla
0	481	132	481	Unidade	un

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2018)	Execução	% Execução
	3o Quadrimestre	132	749	567,42

Análise:

A ação foi executada com êxito, tendo em vista que **749** servidores da Educação Básica foram contemplados com as seguintes formações continuadas:

- Oficina: Como Gerir recursos Públicos - parceria público privada para as Associações Escolares, esta oficina contou com participação de 712 servidores nas 13 Diretorias Regionais de Educação;

- Curso: Utilização do Sistema de Gestão de Documentos – SGD - 12 servidores;

- Curso de Planejamento do PAR e monitoramento das Obras da Educação – 03 servidores;

- Curso Prático do E-Social no Setor Público – 08 servidores

- 7º Fórum Nacional Extraordinário dos Dirigentes Municipais de Educação – 01 servidor;

- Formação sobre benefícios – 13 servidores;

A meta física ultrapassou o previsto, tendo em vista a realização da formação "Como Gerir recursos Públicos - parceria público privada para as Associações Escolares", devido a necessidade de atender os novos membros das associações escolares, sendo ministrada por técnicos da Seduc, desembolsando valores apenas para o deslocamento dos mesmo.

Houve redução nas fontes 0100, 0101 e 0235 para atender os dispêndios das ações 2109, 2157 e 2209; e suplementação nas fontes 0100, 0214 e 0235 oriundo das ações 2209, 2062 e 2157.

Governo do TOCANTINS

Ações Temáticas Prioritárias
Período: Anual (2018)

Relatório de Gestão das Ações Temáticas Prioritárias por Programa

Unidade Gestora:

27010 Secretaria da Educação, Juventude e Esportes

Objetivo:

Promover a valorização dos profissionais da educação

Indicador:

-Número de profissionais da Secretaria de Educação, Juventude e Esportes que receberam formação.
-Taxa de servidores avaliados por função.

Programa:

1156 Educação de Qualidade para Todos

Ação:

Código	Título	Prioritária
2062	Formação Continuada dos profissionais da educação básica	Sim

Orçamento - 12/2018:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
6.309.436,00	1.439.514	7.748.950,00	5.711.984,81	5.004.965,76	5.001.597,73	2.036.965,19	73,71	87,62	99,93

Recursos do Tesouro - Manutencao do Desenvolvimento do Ensino / MDE 0101

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
327.381,00	-289.845,00	37.536,00	37.536,00	37.536,00	36.946,00	0,00	100,00	100,00	98,42

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2018							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
12.368.1156	33.90.14	0101	12.000,00	-12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
12.368.1156	33.90.18	0101	309.231,00	-271.695,00	37.536,00	37.536,00	37.536,00	36.946,00	0,00	100,00	100	98
12.368.1156	33.90.30	0101	6.150,00	-6.150,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			

Recursos do Tesouro - Emendas Parlamentares 0104

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
0,00	640.000,00	640.000,00	640.000,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2018							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
12.368.1156	33.50.41	0104	0,00	640.000,00	640.000,00	640.000,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0	0

Contribuicao do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educacao - FNDE 0211

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
3.121.070,00	-1.153.485,00	1.967.585,00	217.759,46	212.491,70	212.491,70	1.749.825,54	11,06	10,79	10,79

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2018							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
12.368.1156	33.90.14	0211	58.000,00	0,00	58.000,00	0,00	0,00	0,00	58.000,00	0,00	0	0
12.368.1156	33.90.30	0211	614.616,00	0,00	614.616,00	5.084,38	5.084,38	5.084,38	609.531,62	0,82	0	0
12.368.1156	33.90.32	0211	1.000.000,00	-1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
12.368.1156	33.90.33	0211	378.600,00	0,00	378.600,00	0,00	0,00	0,00	378.600,00	0,00	0	0
12.368.1156	33.90.39	0211	1.069.854,00	-223.485,00	846.369,00	142.675,08	142.632,95	142.632,95	703.693,92	16,85	16	16
12.368.1156	33.90.93	0211	0,00	70.000,00	70.000,00	70.000,00	64.774,37	64.774,37	0,00	100,00	92	92

Cota-Parte do Fundo de Manutencao e Desenvolv. da Educ. Bas. e Valoriz. dos Profis. da Educ.-FUNDEB 0214

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
2.381.497,00	2.103.500,00	4.484.997,00	4.289.136,44	4.228.305,15	4.227.147,12	195.860,56	95,63	94,27	94,25

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2018							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
12.368.1156	33.50.43	0214	19.000,00	-19.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
12.368.1156	33.90.14	0214	426.449,00	-276.764,00	149.685,00	129.623,25	129.623,25	129.623,25	20.061,75	86,59	86	86
12.368.1156	33.90.18	0214	1.715.269,00	-955.302,00	759.967,00	593.227,19	589.950,19	588.792,19	166.739,81	78,05	77	77
12.368.1156	33.90.30	0214	179.979,00	-177.000,00	2.979,00	2.859,50	2.859,50	2.859,50	119,50	95,98	95	95
12.368.1156	33.90.33	0214	0,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	13.125,71	13.125,68	0,00	100,00	43	43
12.368.1156	33.90.39	0214	40.800,00	3.450.250,00	3.491.050,00	3.490.880,00	3.450.200,00	3.450.200,00	170,00	99,99	98	98
12.368.1156	33.90.48	0214	0,00	48.000,00	48.000,00	39.231,00	39.231,00	39.231,00	8.769,00	81,73	81	81
12.368.1156	33.90.93	0214	0,00	3.316,00	3.316,00	3.315,50	3.315,50	3.315,50	0,50	99,98	99	99

Recursos de Convenios Federais 0225

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
0,00	438.000,00	438.000,00	428.723,61	428.723,61	428.723,61	9.276,39	97,88	97,88	97,88

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2018							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
12.368.1156	33.90.93	0225	0,00	438.000,00	438.000,00	428.723,61	428.723,61	428.723,61	9.276,39	97,88	97	97

Cota-Parte de Compensacoes Financeiras 0235

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
372.000,00	-298.656,00	73.344,00	66.834,05	65.914,05	64.294,05	6.509,95	91,12	89,86	87,66

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2018							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
12.368.1156	33.90.18	0235	331.200,00	-268.358,00	62.842,00	62.352,00	61.432,00	59.812,00	490,00	99,22	97	95
12.368.1156	33.90.39	0235	40.800,00	-30.298,00	10.502,00	4.482,05	4.482,05	4.482,05	6.019,95	42,67	42	42

ICMS - FECOEP 0238

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
107.488,00	0,00	107.488,00	31.995,25	31.995,25	31.995,25	75.492,75	29,76	29,76	29,76

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2018							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
12.368.1156	33.90.14	0238	18.638,00	0,00	18.638,00	9.056,25	9.056,25	9.056,25	9.581,75	48,59	48	48
12.368.1156	33.90.18	0238	78.050,00	0,00	78.050,00	22.939,00	22.939,00	22.939,00	55.111,00	29,39	29	29
12.368.1156	33.90.30	0238	10.800,00	0,00	10.800,00	0,00	0,00	0,00	10.800,00	0,00	0	0

Meta Física:

2016	2017	2018	2019	Unidade	Sigla
6.623	8.000	6.623	8.000	Unidade	un

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2018)	Execução	% Execução
	3o Quadrimestre	6.623	4.580	69,15

Análise:

A ação foi executada a contento, tendo em vista que 4.580 profissionais da Educação Básica foram qualificados. As formações continuadas foram:

1. Formação Introdutória das equipes gestoras das escolas de Ensino Médio em Tempo Integral do Programa Escola Jovem em Ação, Formação de Apresentação do Programa Escola Jovem em Ação às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral – 87 profissionais;
2. Formação do Projeto Escravo Nem Pensar – 22 profissionais;
3. Formação Ciclo de acompanhamento do Programa de Fomento à implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral – 10 profissionais;
4. 1ª Formação Análise dos Resultados de Avaliação diagnóstica de Língua Portuguesa, Matemática e Sequência Didática – 57 profissionais;
5. Formação oferecida pelo Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE), realizada em Recife – PE – 04 profissionais;
6. 1ª Formação de professores do Projeto #TONOENEM em Palmas – 100 profissionais;
7. 5º Módulo do Curso Insper/Programa de Formação em Planejamento para implementação de Políticas Públicas e Desenvolvimento do Ensino Médio, oferecido pelo Instituto Unibanco – 02 profissionais;
8. I Seminário Regional Escolar Paralímpico 2018, realizado em Belém – PA – 07 profissionais;
9. 1ª Formação do Programa Tutoria Pedagógica, parceria SEDUC/Fundação Itaú Social - 15 profissionais;
10. Formação Continuada dos Professores das Salas de Recursos Multifuncionais do atendimento Especializado – AEE – 40 profissionais;
11. Participação no I Congresso Brasileiro de Educação para Altas Habilidades/Superdotação em Londrina-PR – 02 profissionais;
12. I Encontro Formativo do Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular – BNCC em Brasília/DF – 18 profissionais;
13. Formação Prática Pedagógica da Pedagogia da Presença do Programa Escola Jovem em Ação às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral – 96 profissionais;
14. 1ª Formação Continuada dos Professores dos Programas de Correção de Fluxo "Se Liga" e "Acelera Brasil" – 488 profissionais;
15. Formação dos Programas de Alfabetização em parceira com o Instituto Airton Sena – Circuito Campeão – 779 profissionais;
16. Formação de Diretores e Coordenadores de Ensino de Gurupi – 30 profissionais;
17. 1º Formação Continuada para Professores do 1º ao 5º Ano do Ensino Fundamental Pacto Nacional pela Alfabetização na idade Certa (PNAIC) – 404 profissionais;
18. 2º Formação Continuada para Professores do 1º ao 5º Ano do Ensino Fundamental Pacto Nacional pela Alfabetização na idade Certa (PNAIC) – 404 profissionais;
19. Formação para os Articuladores do Programa Novo Mais Educação (PNME) e do Pacto Nacional pela Alfabetização na idade Certa (PNAIC) – 171 profissionais;
20. Curso de transcrição de textos em braile pelo Instituto Bejamim Constant no Rio de Janeiro – 01 profissional;
21. Formações Presenciais aos Professores Alfabetizadores e Coordenadores Pedagógicos Indígenas que atuam as turmas do 1º ao 3º Ano e Fundamental do Pacto Nacional pela Alfabetização na idade Certa (PNAIC) – 27 profissionais;
22. Tutoria do Programa Formação Pela Escola – 21 profissionais;
23. 2ª Formação do Programa de Tutoria Pedagógica - SEDUC/ITAÚ Social – 15 profissionais;
24. Curso de Aperfeiçoamento de Educação Financeiro – Formação de Formadores – 101 profissionais;
25. II Encontro Formativo do Programa de Apoio a Implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) – 16 profissionais;
26. Formação de professores do Projeto #TONOENEM 2018 Guaraí e Gurupi – 50 profissionais;
27. Workshop "Práticas de Laboratórios dos Componentes Curriculares de Matemática, Física, Química e Biologia" do Programa de Fomento à Implementação de Escolas em Tempo Integral no Tocantins – 25 profissionais;
28. Seminário de Promoção de Trajetórias de Sucesso escolar – 03 profissionais;
29. III Encontro de Formação da Escola Família Agrícola de Porto Nacional – 01 profissional;
30. I Encontro de Orientadores Educacionais/2018 da Diretoria Regional de Educação de Miracema do Tocantins – 16 profissionais;
31. 67ª Reunião dos representantes Estaduais do Grupo de Educação Fiscal – 01 profissional;
32. 2ª Formação de professores do Projeto #TONOENEM nas 3 Diretoria Regional de Educação (DRE) – 100 profissionais;
33. 3ª Formação do Programa Tutoria Pedagógica, parceria SEDUC/Fundação Itaú – 25 profissionais;
34. 1ª Formação presencial para articuladores e coordenadores pedagógicos do Programa Novo Mais Educação (PNME) e do Pacto Nacional pela Alfabetização na idade Certa (PNAIC) – 27 profissionais;
35. 2ª Formação presencial para articulares e coordenadores pedagógicos do Programa Novo Mais Educação (PNME) e do Pacto Nacional pela Alfabetização na idade Certa (PNAIC) – 27 profissionais;
36. 3ª Formação presencial para articulares e coordenadores pedagógicos do Programa Novo Mais Educação (PNME) e do Pacto Nacional pela Alfabetização na idade Certa (PNAIC) – 27 profissionais;
37. Seminário Estadual do Pacto Nacional pela Alfabetização na idade Certa (PNAIC) – 12 profissionais;
38. Formações Presenciais do Pacto Nacional pela Alfabetização na idade Certa (PNAIC) para os articuladores da escola e coordenadores do Programa Novo Mais Educação (PNME) – 11 profissionais;
39. Seminário estadual para os formadores locais - técnicos das DRE do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) – 05 profissionais;
40. 2º Ciclo de Capacitação do Selo UNICEF – 22 profissionais;

41. 3º Ciclo de Capacitação do Selo UNICEF – 11 profissionais;
42. Curso de Orientação e Mobilidade no Ambiente escolar pelo Instituto Benjamim Constant – 01 profissional;
43. 68º Reunião dos representantes Estaduais do Grupo de Educação Fiscal – 01 profissional;
44. 2º Encontro de Formação do Projeto Escravo Nem Pensar – 22 profissionais;
45. 2ª Formação Análise dos Resultados de Avaliação diagnóstica de Língua Portuguesa, Matemática e Sequência Didática – 57 profissionais;
46. Formação do Programa Escola da Terra – 47 profissionais;
47. 2º Workshop "Práticas de Laboratórios dos Componentes Curriculares de Matemática, Física, Química e Biologia" do Programa de Fomento à Implementação de Escolas em Tempo Integral no Tocantins – 25 profissionais;
48. Curso Insper/Programa de Formação em Planejamento para implementação de Políticas Públicas e Desenvolvimento do Ensino Médio, oferecido pelo Instituto Unibanco – 04 profissionais;
49. Formação "Rotinas Pedagógicas", para coordenadores pedagógicos e técnicos das DREs, do Programa Escola Jovem em Ação – 32 profissionais;
50. 2º Formação do Programa Escola da Terra – 04 profissionais;
51. Seminário Estadual de Implementação da Base Nacional Comum curricular (BNCC) – 104 profissionais;
52. Formação continuada da Olimpíada de Língua Portuguesa - Assessor Pedagógico das DRE – 12 profissionais;
53. 3º Encontro de formação do Projeto Escravo Nem Pensar, para técnicos das DRE – 15 profissionais;
54. III Encontro Formativo do Programa de Apoio à Implementação da BNCC (ProBNCC) – 18 profissionais;
55. 1ª Imersão do Novo Ensino Médio/tempo Integral e atualização no sistema PDDEweb – 02 profissionais;
56. 4ª Formação do Programa Tutoria Pedagógica, parceria SEDUC/Fundação Itaú Social - 15 profissionais;
57. 1ª etapa de Formação do Programa Escola Jovem em Ação "Rotina de Diretor e Liderança servidora", para diretores, coordenadores e técnicos das DRE – 28 profissionais;
58. Encontro Formativo da Equipe da Gestão e Currículos para aprimoramento de Documentos curriculares – 01 profissional;
59. Seminário "Desafio e Perspectivas no Itinerário de Formação Técnica e Profissional do Ensino Médio" – 01 profissional;
60. Capacitação do Programa do Livro e materiais didáticos – 12 profissionais;
61. Formação de Professores do Projeto de Vida - Programa Escola Jovem em Ação – 21 profissionais;
62. 2ª Formação Continuada para professores dos Programas de Correção de Fluxo "Se Liga" e "Acelera Brasil" – 30 profissionais;
63. 2º Formação Continuada para Professores do Pacto Nacional pela Alfabetização na idade Certa (PNAIC) - 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental – 21 profissionais;
64. 2ª Formação Continuada para Professores do Pacto Nacional pela Alfabetização na idade Certa (PNAIC) - 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental – 119 profissionais;
65. Formação Continuada para Professores do Programa Novo Mais Educação (PNME) e do Pacto Nacional pela Alfabetização na idade Certa (PNAIC) - 5º ao 9º ano do Ensino Fundamental – 147 profissionais;
66. Formação Mediação da maturidade de Procedimentos e sobre Indicadores de Municípios do Programa Escola Jovem em Ação – 39 profissionais;
67. Formação ICE Café do Programa Jovem em Ação – 46 profissionais;
68. 2ª Formação Análise dos Resultados de Avaliação diagnóstica de Língua Portuguesa, Matemática e Sequência Didática – 38 profissionais;
69. I Encontro de Formação do Programa Mais Alfabetização – 12 profissionais;
70. Oficina sobre Educação Financeira – 80 profissionais;
71. 1ª etapa de formação Rotina de Diretor e Liderança Servidora – Escola Jovem Ação –46 profissionais;
72. Etapa Estadual da Conferência Nacional – CONAE 2018 – 300 profissionais.

Houve redução nas fontes 0101, 0211, 0214 e 0235 para atender os dispêndios das ações 1123, 2014, 2017, 2042, 2109, 2116, 2157, 2209 e 2349; e suplementação nas fontes 0211, 0225 e 0214 oriundo das ações 1086, 2042 e 2109.

Governo do TOCANTINS

Ações Temáticas Prioritárias
Período: Anual (2018)

Relatório de Gestão das Ações Temáticas Prioritárias por Programa

Unidade Gestora:

9030	Policia Militar do Estado do Tocantins

Objetivo:

Preservar a ordem pública por meio de ações destinadas à reestruturação da Polícia Militar, visando reduzir o índice de criminalidade.

Indicador:

-Taxa de crimes de furtos e roubos no Estado do Tocantins

Programa:

1160	Segurança Cidadã

Ação:

Código	Título	Prioritária
2021	Gestão da Assistência Biopsicossocial.	Sim

Orçamento - 12/2018:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
100.000,00	-50.000	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00		

Recursos Ordinarios - Administracao Direta — **0100**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
50.000,00	-50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2018							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
06.181.1160	33.90.30	0100	50.000,00	-50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			

Cota-Parte do Convenio DETRAN/SSP/PM — **0227**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
50.000,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2018							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
06.181.1160	33.90.30	0227	50.000,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0	0

Meta Física:

2016	2017	2018	2019	Unidade	Sigla
20	20	800	800	Unidade	un

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2018)	Execução	% Execução	
	3o Quadrimestre	800	220	27,50	

Análise:

Esta ação não foi executada plenamente. Pois, embora o atendimento aos militares continuam sendo realizado nos municípios de Palmas, Gurupi, Araguaína, Porto Nacional, Arraias e Miracema com atendimento nas áreas de medicina, odontologia, psicologia, serviço social e enfermagem com uma média mensal de 55 atendimentos, perfazendo o total de 220 atendimentos no terceiro quadrimestre do ano de 2018, na fonte de recurso 0223 (Iniciativa privada).

Ressalte-se, por seu turno, que tais atendimentos, sem a execução dos recursos da ação (fonte 0100 e 0227), haja vista, não ter conseguido terminar os processos licitatórios, só foram possíveis graças a parceria com a Fundação Pró-Tocantins (fonte 0223).

Por fim, no consolidado do ano foi atingida a meta física, todavia sem a devida execução orçamentária dos recursos nos termos acima elencados.

.

Governo do TOCANTINS

Ações Temáticas Prioritárias
Período: Anual (2018)

Relatório de Gestão das Ações Temáticas Prioritárias por Programa

Unidade Gestora:

9030	Policia Militar do Estado do Tocantins

Objetivo:

Preservar a ordem pública por meio de ações destinadas à reestruturação da Polícia Militar, visando reduzir o índice de criminalidade.

Indicador:

-Taxa de crimes de furtos e roubos no Estado do Tocantins

Programa:

1160	Segurança Cidadã

Ação:

Código	Título	Prioritária
2029	Gestão da Capacitação Profissional	Sim

Orçamento - 12/2018:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
330.000,00	-146.250	183.750,00	44.000,00	44.000,00	44.000,00	139.750,00	23,94	100,00	100,00

Recursos Ordinarios - Administracao Direta — **0100**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
180.000,00	-146.250,00	33.750,00	33.750,00	33.750,00	33.750,00	0,00	100,00	100,00	100,00

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2018							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
06.128.1160	33.90.18	0100	180.000,00	-180.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
06.128.1160	33.90.36	0100	0,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	0,00	100,00	100	100
06.128.1160	33.90.92	0100	0,00	3.750,00	3.750,00	3.750,00	3.750,00	3.750,00	0,00	100,00	100	100

Recursos do Tesouro - Emendas Parlamentares — **0104**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	100,00

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2018							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
06.128.1160	33.90.36	0104	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			

Cota-Parte do Convenio DETRAN/SSP/PM — **0227**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
150.000,00	0,00	150.000,00	10.250,00	10.250,00	10.250,00	139.750,00	6,83	6,83	6,83

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2018							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
06.128.1160	33.90.18	0227	25.000,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0	0
06.128.1160	33.90.30	0227	25.000,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0	0
06.128.1160	33.90.36	0227	100.000,00	0,00	100.000,00	10.250,00	10.250,00	10.250,00	89.750,00	10,25	10	10

Meta Física:

2016	2017	2018	2019	Unidade	Sigla
1	1	6	6	Unidade	un

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2018)	Execução	% Execução
	3o Quadrimestre	6	6	100,00

Análise:

Esta Ação foi desenvolvida dentro dos parâmetros estabelecidos pela Polícia Militar do Estado do Tocantins (PMTO) no ano de 2018. No terceiro quadrimestre do ano, a Instituição ofertou os seguintes cursos de capacitação/qualificação a seus profissionais, conforme a seguir: **I - Curso de Procedimento Operacional Padrão - Nível Operador**, realizado nas seguintes Unidades Operacionais da Polícia Militar do Estado do Tocantins: 2º Batalhão da Polícia Militar, em Araguaína/TO; 3º Batalhão da Polícia Militar, em Pedro Afonso/TO; 4º Batalhão da Polícia Militar, em Gurupi/TO; 5º Batalhão da Polícia Militar, em Porto Nacional/TO; 6º Batalhão da Polícia Militar, em Palmas/TO; 8º Batalhão da Polícia Militar, em Paraíso do Tocantins/TO; 9º Batalhão da Polícia Militar, em Araguatins/TO; 2ª Companhia Independente de Polícia Militar, em Dianópolis/TO; 3ª Companhia Independente de Polícia Militar, em Colinas do Tocantins/TO e 6ª Companhia Independente de Polícia Militar, em Miracema do Tocantins/TO, beneficiando **446** policiais militares; **II - Curso de Tiro Defensivo de Preservação da Vida – Método Giraldi**, realizado no 4º Batalhão da Polícia Militar, em Gurupi/TO, beneficiando **29** policiais militares; **III - Curso Nacional Patrulha Maria da Penha**, realizado pela Academia Policial Militar Tiradentes, em Palmas/TO, beneficiando **21** policiais militares; **IV - Curso de Força Tática**, realizado no 6º Batalhão da Polícia Militar, em Palmas/TO, beneficiando **18** policiais militares; **V - Curso de Aperfeiçoamento de Trânsito**, realizado no 1º Batalhão da Polícia Militar, em Palmas/TO, beneficiando **29** policiais militares; **VI - Instrução de Procedimentos Operacionais, Manuseio e Tiro Policial**, realizado no 6º Batalhão da Polícia Militar, em Palmas/TO, beneficiando **101** policiais militares.

Como se viu, no quadrimestre, a Instituição realizou ***06 (seis) cursos*** de capacitação profissional, qualificando **664** (seiscentos e sessenta e quatro) profissionais em todas as regiões do Estado.

Ressalta-se que a oferta dos cursos de aprimoramento profissional sem custos para a presente Ação só foi possível graças ao **voluntariado** dos próprios policiais militares que se disponibilizaram a compartilhar os saberes com os demais integrantes da Corporação.

Governo do TOCANTINS

Ações Temáticas Prioritárias
Período: Anual (2018)

Relatório de Gestão das Ações Temáticas Prioritárias por Programa

Unidade Gestora:

9030	Policia Militar do Estado do Tocantins

Objetivo:

Preservar a ordem pública por meio de ações destinadas à reestruturação da Polícia Militar, visando reduzir o índice de criminalidade.

Indicador:

-Taxa de crimes de furtos e roubos no Estado do Tocantins

Programa:

1160	Segurança Cidadã

Ação:

Código	Título	Prioritária
2089	Gestão do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência - PROERD	Sim

Orçamento - 12/2018:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
200.000,00	-100.000	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00		

Recursos Ordinarios - Administracao Direta — **0100**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
100.000,00	-100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2018							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
06.181.1160	33.90.30	0100	100.000,00	-100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			

Cota-Parte do Convenio DETRAN/SSP/PM — **0227**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2018							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
06.181.1160	33.90.30	0227	50.000,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0	0
06.181.1160	33.90.39	0227	50.000,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0	0

Meta Física:

2016	2017	2018	2019	Unidade	Sigla
7.042	704	35.000	35.000	Unidade	un

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2018)	Execução	% Execução
	3o Quadrimestre	35.000	28.640	81,82

Análise:

Os objetivos do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência– PROERD não foram alcançados na sua totalidade conforme as metas estabelecidas no Plano Estadual de Atendimento devido vários instrutores que atuavam integralmente no PROERD terem sido tirados da atuação integral no Programa e colocados para atuar em outras frentes de serviço da PMTO.

No terceiro quadrimestre do ano de 2018 o PROERD atendeu 10.164 (dez mil cento e sessenta e quatro) crianças e adolescentes e 892 (oitocentos e noventa e dois) pais, alcançando a marca de 27.631 crianças e adolescentes e 1009 pais, totalizando 28.640 pessoas atendidas.

33 (trinta e três) policiais militares atuaram como instrutores do PROERD neste 3º quadrimestre. Foram realizados atendimentos do Programa em 32 (trinta e dois) municípios, a saber: Palmas, Porto Nacional (Luzimangues), Araguaína, Goiatins, Campos Lindos, Gurupi, Formoso do Araguaia, Crixás, Aliança, Peixe, Dueré, Pugmil, Augustinópolis, Carrasco Bonito, Taguatinga, Porto Alegre, Ponte Alta do Bom Jesus, Dianópolis, Natividade, Almas, Chapada de Natividade, Novo Jardim, Taipas, Colinas, Palmeirante, Tocantinópolis, Ananás, Aguiarnópolis, Palmeiras do Tocantins, Lagoa da Confusão, Lizarda, Rio Sono.

Os recursos utilizados são do próprio tesouro estadual por meio da Polícia Militar do Estado do Tocantins e da Secretária de Educação do Estado, sendo esta a responsável pelos materiais didáticos utilizados em sala de aula pelos alunos.

A execução física da ação sem utilização de recursos se deu pelo esforço dos policiais militares em parceria com as escolas. Cabe enfatizar que o Programa neoessita de recursos para aquisição de materiais permanentes como projetores de mídia, notebooks, caixas de som, microfone, impressoras, o que não pôde ser contemplado devido o recurso disponível ser para aquisição de material de consumo e outros serviços de terceiros.

Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
10.302.1165	44.90.51	0249	390.000,00	1.614.000,00	2.004.000,00	183.342,71	183.342,71	183.342,71	1.820.657,29	9,14	9	9

Governo do TOCANTINS

Ações Temáticas Prioritárias
Período: Anual (2018)

Relatório de Gestão das Ações Temáticas Prioritárias por Programa

Unidade Gestora:

30550 Fundo Estadual de Saúde

Objetivo:

Organizar os serviços do SUS por meio de Rede de Atenção à Saúde de forma regulada, controlada e avaliada.

Indicador:

-Índice de cobertura assistencial no Estado do Tocantins
-Número de óbitos maternos no Estado do Tocantins

Programa:

1165 Integra Saúde

Ação:

Código	Título	Prioritária
3055	Reestruturação dos pontos da rede de atenção a saúde	Sim

Orçamento - 12/2018:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
108.711.103,00	-4.618.093	104.093.010,00	6.702.893,35	1.532.893,35	1.532.893,35	97.390.116,65	6,43	22,86	100,00

Recursos do Tesouro - Acoes de Servicos Publicos de Saude / ASPS — 0102

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
6.013.075,00	-5.158.526,00	854.549,00	854.547,06	854.547,06	854.547,06	1,94	99,99	99,99	99,99

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2018							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
10.302.1165	33.90.14	0102	90.000,00	-37.590,00	52.410,00	52.410,00	52.410,00	52.410,00	0,00	100,00	100	100
10.302.1165	33.90.39	0102	1.410.000,00	-1.353.200,00	56.800,00	56.799,49	56.799,49	56.799,49	0,51	99,99	99	99
10.302.1165	33.90.92	0102	0,00	800,00	800,00	798,75	798,75	798,75	1,25	99,84	99	99
10.302.1165	44.90.51	0102	4.513.075,00	-4.459.348,00	53.727,00	53.726,91	53.726,91	53.726,91	0,09	99,99	99	99
10.302.1165	44.90.92	0102	0,00	690.812,00	690.812,00	690.811,91	690.811,91	690.811,91	0,09	99,99	99	99

Recursos do Tesouro - Emendas Parlamentares — 0104

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
3.570.000,00	1.600.000,00	5.170.000,00	5.170.000,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2018							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
10.302.1165	33.50.43	0104	500.000,00	-500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
10.302.1165	44.40.51	0104	320.000,00	-320.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
10.302.1165	44.50.42	0104	0,00	5.170.000,00	5.170.000,00	5.170.000,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0	0
10.302.1165	44.50.51	0104	2.000.000,00	-2.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
10.302.1165	44.90.51	0104	750.000,00	-750.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
10.302.1165	44.50.41	0104	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			

Recursos de Convenios Federais — 0225

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
13.993.028,00	-673.567,00	13.319.461,00	495.003,58	495.003,58	495.003,58	12.824.457,42	3,71	3,71	3,71

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2018							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
10.302.1165	33.90.39	0225	7.875.000,00	-673.567,00	7.201.433,00	358.159,98	358.159,98	358.159,98	6.843.273,02	4,97	4	4
10.302.1165	44.90.51	0225	6.118.028,00	0,00	6.118.028,00	136.843,60	136.843,60	136.843,60	5.981.184,40	2,23	2	2

Gestao do SUS — 0248

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
255.000,00	0,00	255.000,00	0,00	0,00	0,00	255.000,00	0,00	0,00	0,00

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2018							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
10.302.1165	33.90.39	0248	255.000,00	0,00	255.000,00	0,00	0,00	0,00	255.000,00	0,00	0	0

Investimento — 0249

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
390.000,00	1.614.000,00	2.004.000,00	183.342,71	183.342,71	183.342,71	1.820.657,29	9,14	9,14	9,14

Detalhamento:

Classificação	Orçamento - 12/2018	Percentual de Aplicação

Media e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar					0250				
Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
4.490.000,00	-2.000.000,00	2.490.000,00	0,00	0,00	0,00	2.490.000,00	0,00	0,00	0,00

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2018							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
10.302.1165	33.90.39	0250	4.490.000,00	-2.000.000,00	2.490.000,00	0,00	0,00	0,00	2.490.000,00	0,00	0	0

Operacoes de Credito Internas - Em Moeda					4219				
Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
80.000.000,00	0,00	80.000.000,00	0,00	0,00	0,00	80.000.000,00	0,00	0,00	0,00

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2018							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
10.302.1165	44.50.51	4219	15.000.000,00	0,00	15.000.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000.000,00	0,00	0	0
10.302.1165	44.90.51	4219	61.380.000,00	0,00	61.380.000,00	0,00	0,00	0,00	61.380.000,00	0,00	0	0
10.302.1165	44.90.92	4219	3.620.000,00	0,00	3.620.000,00	0,00	0,00	0,00	3.620.000,00	0,00	0	0

Meta Física:

2016	2017	2018	2019	Unidade	Sigla
15	15	15		Porcentagem	%

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2018)	Execução	% Execução	
	3o Quadrimestre	15	9	60,00	

Análise:

A previsão inicial de é 15% da meta física das obras dos pontos de atenção concluídas a cada ano. A avaliação da meta física acontece quando a conclusão se dá com a entrega para o funcionamento do Estabelecimento de Assistência de Saúde. Algumas obras tiveram ordens de início nos exercícios anteriores e os cronogramas das obras em execução e paralisadas não possibilitaram conclusões e entregas de pontos reestruturados para o ano de 2018.

O produto avaliado, obra do ponto de atenção concluída, cuja Meta física prevista é de 15% e seu indicador de avaliação é o percentual de obra do ponto de atenção concluída (fórmula de cálculo: número de projeto com ordem de serviço finalizada / número de projeto com ordem de serviço iniciada x 100).

Cálculo de meta física: 2/21*100= 9,52%

Para o exercício de 2018 foram 21 obras, cujas ordens de início foram em 2018 ou em anos anteriores. Segue a relação das obras com ordem de início.

OBRAS COM ORDEM DE INÍCIO ANTERIOR AO ANO DE 2018

1. Construção do Núcleo de Referência do Câncer de Mama no Hospital Regional de Guaraí
2. Construção do abrigo de Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde Hospital e Maternidade Dona Regina
3. Adequação da Ambiência do Serviço de Parto do Hospital e Maternidade Dona Regina
4. Adequação da Ambiência do Serviço de Parto do Hospital Regional de Dianópolis
5. Adequação do Centro de Parto Normal do Hospital Regional de Gurupi - CPN
6. Ampliação do Centro de Parto Normal do Hospital Regional de Paraíso - CPN
7. Ampliação do Centro de Parto Normal do Hospital Regional de Guaraí - CPN
8. Ampliação do Centro de Parto Normal do Hospital e Maternidade Dona Regina - CPN
9. Construção da Ambiência do Serviço de Parto do Hospital Regional Paraíso
10. Construção da Ambiência do Serviço de Parto do Hospital Regional Miracema
11. Ampliação do Hospital Regional de Augustinópolis
12. Ampliação do Hospital Geral de Palmas-HGP: Centro Cirúrgico
13. Ampliação do Hospital Geral de Palmas-HGP: Construção da UTI
14. Ampliação do Hospital Geral de Palmas-HGP: Eixo Público
15. Ampliação do Hospital Geral de Palmas-HGP: Reforma e ampliação de serviços acessórios
16. Construção do Hospital Geral de Gurupi
17. Construção do Hospital Geral de Araguaína
18. Ampliação do CER III de Palmas (Centro Estadual de Reabilitação)
19. Obra de ampliação do espaço físico do serviço de Radioterapia do Hospital Regional de Araguaína (1 fase)
20. Obra de reforma e adequação do CAPS Araguaína e reformar o Complexo Regulador da Região "Macro Norte" em Araguaína.

OBRAS COM ORDEM DE INÍCIO EM 2018

1. Reforma e adequação do Bunker da Oncologia do Hospital Regional de Araguaína 2 fase.

Contudo, observa-se que algumas obras previstas para as Regiões de Saúde têm condições de avançarem, porém com dependência à celeridade das execuções financeiras e trâmites processuais.

Na execução financeira foram inicial R$108.711.103,00 Alterado R$-4.618.093,00 Autorizado R$104.093.010,00 empenhado R$6.702.893,35, o que representa 6,43% dos recursos A/E desta ação orçamentária, conforme anexo 11, Siafe-TO, período de 31/01/2019.

Justifica-se a redução na referida ação, no valor de R$-4.618.093,00, fonte 102, para suplementar a ação 4113 - Oferta da assistência à saúde de média e alta complexidade direta ao cidadão (manutenção dos hospitais).

As Despesas de Exercícios Anteriores foram utilizadas para pagamento de despesas de contratos vigentes de anos anteriores que não foram processados na época própria, o que corresponde a 45,08% do recurso empenhado. Estes foram executados com a fonte 102: para as obras de Construção do Hospital Geral de Gurupi e Reforma e Ampliação do Hospital Regional de Miracema.

Compara-se a meta financeira 6,43% com a meta física 9,52% em função das seguintes obras:

- Conclusão da Obra de Reforma e adequação do Bunker da Oncologia do Hospital Regional de Araguaína;
- Obras de Ampliação do Centro de Parto Normal do Hospital Regional de Paraíso-CPN
- Ampliação do Centro de Parto Normal do Hospital Regional de Guaraí-CPN;
- Ampliação do Centro de Parto Normal do Hospital e Maternidade Dona Regina–CPN
- Construção do abrigo de Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde Hospital e Maternidade Dona Regina;
- Construção do Hospital Geral de Gurupi;
- Adequação do Centro de Parto Normal do Hospital Regional de Gurupi-CPN
- Ampliação do espaço físico do serviço de Radioterapia do Hospital Regional de Araguaína

A correlação da meta financeira com a meta física não é diretamente proporcional, devido às variações dos valores das obras e também ao pagamento das despesas de exercício anterior que interferiu negativamente na meta financeira.

Foram liquidados valores referentes as obras:

- Ampliação do Centro de Parto Normal do Hospital Regional de Paraíso-CPN
- Ampliação do Centro de Parto Normal do Hospital Regional de Guaraí-CPN
- Ampliação do Centro de Parto Normal do Hospital e Maternidade Dona Regina –CPN,
- Construção do abrigo de Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde Hospital e Maternidade Dona Regina
- Construção do Hospital Geral de Gurupi,
- Adequação do Centro de Parto Normal do Hospital Regional de Gurupi-CPN,
- Reforma e Ampliação do Hospital Regional de Miracema,
- Ampliação do espaço físico do serviço de Radioterapia do Hospital Regional de Araguaína

Outra dificuldade para o não alcance da execução de meta financeira encontra-se na não concretização de empréstimos aprovados na Lei nº 3.243, de 18 de julho de 2017.

PROBLEMAS / DIFICULDADES DA AÇÃO:

- Interação entre áreas atuantes para a concretização dos serviços de saúde nos pontos a serem reestruturados e equipe de engenharia e arquitetura da SES
- Deficiência nos recursos humanos
- Deficiência nos recursos tecnológicos
- Dificuldade para captação de recursos financeiros
- A conclusão da obra dificilmente ocorre no mesmo exercício de seu início

A articulação entre todas as áreas da SES deve ser exercitada por ser importante para a concretização das atividades planejadas e organizadas para a Saúde do Estado.

Os trâmites documentais acontecem com morosidade, entende-se que a celeridade desses é fundamental para o andamento às obras e serviços de engenharia. O cumprimento contratual depende de interação contínua entre os setores que concebem o objeto, que acompanham e fiscalizam os serviços prestados pela empresa contratada e que são responsáveis pelo andamento da execução financeira.

A equipe técnica para tais desenvolvimentos encontra-se reduzida e não equipada de maneira suficiente, o que dificulta a elaboração dos projetos e planilhas orçamentárias. O desenvolvimento dos projetos de arquitetura e complementares são elaborados com as limitações do orçamento (geralmente insuficientes).

Status de cada projeto e subprojeto previsto na Programação Anual de Saúde – PAS 2018, em execução e suas considerações:

- **Execução da obra de construção no HGP os ambientes necessários para Unidade de Alta Complexidade em Oncologia – UNACON (Fonte 225):** execução do objeto consta no Processo Nº 2016/30550/010064 - objeto de licitação em "Contratação integrada de empresa especializada, com fornecimento de mão de obra e material para prestação de serviços de elaboração de projetos executivos e execução da obra de construção da Unidade de Alta Complexidade em Oncologia do Hospital Geral de Palmas – UNACON/HGP". Foi licitado e a empresa está em fase de elaboração dos projetos e seguirá para análise destes pela Caixa Econômica Federal.
- **Execução da 1ª etapa do Hospital Geral de Gurupi (Fonte 225):** a obra que foi paralisada 01/08/2016 (DOE Nº 4.692 de 25/08/2016) teve Ordem de Reinício em 02/05/2018 (DOE N.º 5.104 de 03/05/2018). Está com 50,80% de execução da obra pela empresa COCENO – Construtora Centro Norte LTDA. Execução financeira de R$552.843,60. Está em fase de análise da reprogramação por parte da CEF.
- **Execução da 2ª etapa do Hospital Geral de Gurupi (Fonte 225):** execução do objeto consta no Processo Nº 2017/30550/000380 - objeto de licitação em "Contratação integrada de empresa especializada, com fornecimento de mão de obra e material para prestação de serviços de elaboração de projetos executivos e execução da obra de construção da segunda etapa do Hospital Geral de Gurupi". Após inserção de toda a documentação necessária, o processo seguiu os trâmites normais de Licitação, na modalidade RDC – Regime Diferenciado de Contratação. Os projetos estão em fase de análise pela CEF.
- **Construção do Centro de Referência para Diagnóstico e Tratamento das Lesões Percussoras do Câncer de Colo de Útero e do Câncer de Mama do Hospital Regional Público de Guaraí (Fonte 225):** execução do objeto consta no Processo Nº 2016/30550/007057. A obra teve ordem de inicio em 27/11/ 2017 (DOE 4.998) e Ordem de paralisação em 15/03/2018 (DOE 5.092). Os projetos e planilhas foram revistos para que possa ser autuado novo processo e a obra seja finalizada.
- **Construção de Abrigo de Resíduos Sólidos do Hospital e Maternidade Dona Regina (Fonte 0102):** execução do objeto consta no Processo Nº 2016/30550/008336 com ordem de início em 27/11/2017 (DOE 4.998). Está com 39,71% de execução. No 1º quadrimestre houve a execução financeira de R$36.406,47. A obra encontra-se com o contrato extinto devido a empresa abandonar a obra, sem justificativa.
- **Construção do Hospital Geral de Araguaína (Fonte 4219):** execução do objeto consta no Processo Nº 2013/3055/2541. Obra com 6,78 % de execução. Está paralisada (DOE 4.392 de 12/06/2015), aguardando recursos financeiros e compatibilização de projetos. Em 2018 não houve execução financeira.

O fortalecimento do componente Parto e Nascimento da Rede Cegonha, visando adequar as ambiências dos Serviços de Saúde que realizam partos agrega, no geral, agregam atividades de obras de ampliação, reforma e adequação em ambiências de serviços de parto, conforme segue:

- **Obra para ampliação da Ambiência de Serviço de Parto do Hospital de Paraíso (Fonte 225):** execução do objeto consta no Processo Nº 2013/3055/2860 e está com 41,01% de execução até 2016. Porém, a obra está paralisada desde o dia 18/03/2016 (DOE 4.713 de 28/09/2016). O contrato foi extinto devido à empresa abandonar a obra, sem justificativa, o que comprometeu a sua execução. Os projetos e planilhas foram revistos para nova licitação.
- **Ampliação do Centro de Parto Normal – CPN do Hospital Regional de Paraíso (Fonte 249):** execução do objeto consta no Processo nº 2015/30550/005320. Ordem de início em 23/12/2016 (DOE 4.773 de 28/12/2016). Houve a execução financeira de R$64.749,16 e de R$14.541,29. A obra encontra-se com 59,77%. O contrato foi extinto devido à empresa abandonar a obra, sem justificativa, o que comprometeu a sua execução. Os projetos e planilhas foram revistos para nova licitação.
- **Ambiência do Serviço de Parto do Hospital Regional de Miracema (Fonte 225):** execução do objeto consta no Processo Nº 2013/3055/2861. Houve a execução financeira de R$290.811,91. A obra encontra-se com 17,26% de execução até 2016. Porém, a obra está paralisada. A execução desta atividade foi comprometida por problemas contratuais. Os projetos e planilhas foram revistos para nova licitação.
- **Adequação da Ambiência do Serviço de Parto do Hospital Regional de Dianópolis (Fonte 225):** execução do objeto consta no Processo Nº 2016/30550/007384. Ordem de início em 21/12//2017 (DOE 5.017). A obra encontra-se com 15,41% de execução. Obra paralisada em 09/04/2018 (DOE 5.092 de 16/04/2018).
- **Adequação do Centro de Parto Normal do Hospital Regional de Gurupi-CPN (Fonte 248):** execução do objeto consta no Processo Nº 2016/30550/005279. Ordem em 21/12/2017 (DOE 5.017). Obra encontra-se com 95,27% de execução, portanto, concluída.
- **Centro de Parto Normal de Guaraí (Fonte 249):** execução do objeto consta no Processo Nº 2015/30550/002240. Ordem de início em 23/12/2016 (DOE 4.773 de 28/12/2016). Foi empenhado o valor de R$238.105,54 com execução financeira de R$16.916,08. A obra encontra-se com 40,94%. O contrato encontra-se extinto devido à empresa abandonar a obra, sem justificativa. Os projetos e planilhas foram revistos para nova licitação.
- **Ampliação do Centro de Parto Normal – CPN do Hospital e Maternidade Dona Regina (Fonte 249):** execução do objeto consta no Processo Nº 2015/30550/005691. Ordem de início em 23/12/2016 (DOE 4.773 de 28/12/2016). Execução financeira de R$63.777,43 e de R$ 23.358,75. A obra encontra-se com 39,45%. O contrato encontra-se extinto devido à empresa abandonar a obra, sem justificativa. Os projetos e planilhas foram revistos para nova licitação.
- **Adequação da Ambiência Obstétrica do Hospital e Maternidade Dona Regina (Fonte 0250):** execução do objeto consta no Processo Nº 2016/30550/007423. Ordem de início em 12/12/2017 (DOE 5.011). A obra está sem execução financeira. Teve ordem de paralisação desde 22/12/2017 (DOE 5.034). O contrato encontra-se extinto devido à empresa abandonar a obra, sem justificativa. Os projetos e planilhas foram revistos para nova licitação.
- **Ampliação do Hospital Geral de Palmas (Fonte 4219):** execução do objeto consta no Processo Nº 2013/3055/1912. A obra encontra-se com 64,67% de execução. A obra está em andamento desde a Ordem de Reinício assinada no dia 7/04/2016 (DOE 4.678 de 05/08/ 2016), mas em 2018 não houve execução financeira.
- **Ampliação do Refeitório do Hospital Regional de Gurupi (Fonte 225):** sem execução financeira, encontra-se em fase final de análise das documentações pela Caixa Econômica Federal - CEF. Após inserção de toda a documentação necessária foi autuado o Processo 2017/30550/005286 para licitação do objeto.
- **Ampliação do Hospital de Pequeno Porte de Alvorada (Fonte 225):** sem execução financeira. Os projetos e a documentação foram aprovados pela CEF. Foi autuado o Processo 2017/30550/005260 para licitação do objeto.
- **Obra do Centro de Reabilitação de Palmas (Fonte 249):** execução do objeto consta no Processo Nº 2015/30550/2460. Foi empenhado o valor de R$914.030,00 no 1º quadrimestre de 2017. Ordem de início em 23/12/2016 (DOE 4.773 de 28/12/2016). Não houve execução financeira em 2018. Paralisação da obra em 26/07/2017 (DOE 4.920). O contrato encontra-se extinto devido à empresa abandonar a obra, sem justificativa. Os projetos e planilhas foram revistos para nova licitação.
- **Reforma na ala de Internação e Adequação da Imaginologia para instalação do equipamento de Hemodinâmica no Hospital Geral de Palmas – HGP:** os projetos e a documentação foram aprovados pela CEF. Foi autuado Processo Nº 2017/30550/001861 para licitação do objeto.
- **Reforma do Hospital Regional de Arraias (Fonte 225):** os projetos e a documentação foram aprovados pela CEF. Foi autuado Processo Nº 2017/30550/00526 para licitação do objeto.
- **Reforma do Hospital Regional de Xambioá (Fonte 225):** os projetos e a documentação foram aprovados pela CEF. Foi autuado Processo Nº 2017/30550/005259 para licitação do objeto.
- **Reforma do Hospital e Maternidade Dona Regina (Fonte 225):** os projetos e a documentação encontram-se em fase final de análise por parte da CEF. Após, será autuado processo e seguirá os trâmites normais de Licitação.
- **Reforma da Oncologia do Hospital Regional de Araguaína (Fonte 225):** execução do objeto consta no Processo Nº 2018/30550/6846 e está em fase licitatória na Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos.
- **Reforma da Porta de Entrada do Hospital Regional de Araguaína (Fonte 225):** execução do objeto consta no Processo Nº 2017/30550/009111 e está pronto para seguir para a licitação.
- **Reforma da Porta de Entrada do Hospital Regional de Gurupi (Fonte 250):** execução do objeto consta no Processo Nº 2017/30550/009110 e está pronto para seguir para a licitação.

- **Reforma e ampliação do Hospital Regional de Augustinópolis (Fonte 4219)**, execução do objeto consta no Processo Nº 2013/3700/00344. A obra encontra-se com 34,17% de execução. A obra permaneceu paralisada de 03/11/2014 até 18/08/2015 por aguardar aditivo de valor, a data de reinício para execução dos serviços é de 18/08/2015 (DOE 4.462 de 22/09/2015). Em 2018 não houve execução financeira.
- **Ampliação do espaço físico do serviço de Radioterapia do Hospital Regional de Araguaína para receber o segundo acelerador linear (Fonte 225)**: execução do objeto consta no Processo Nº 2016/30550/009403 por dispensa ante a determinação da, Meritíssima Juíza de Direito da 2ª Vara dos Feitos da Fazenda e Registros Públicos da Comarca da 3ª Entrância de Araguaína - TO, proferida na AÇÃO CIVIL PÚBLICA N. 0009872-23.2015.827.2706, cuja decisão (parte dispositiva) foi encaminhada via Oficio nº 417/2016/2ªVFP/ARNTO. Ordem de inicio da obra foi em 17/03/2017 (DOE 4.830). A obra está concluída conforme ordem de recebimento em 15/12/2017.
- **Ampliação do espaço físico do serviço de Radioterapia do Hospital Regional de Araguaína (2 fase) para receber o segundo acelerador linear (Fonte 225)**: execução do objeto consta no Processo Nº 2017/30550/007448, por dispensa ante a determinação da Meritíssima Juíza de Direito da 2ª Vara dos Feitos da Fazenda e Registros Públicos da Comarca da 3ª Entrância de Araguaína - TO, proferida na AÇÃO CIVIL PÚBLICA N. 0009872-23.2015.827.2706, cuja decisão (parte dispositiva) foi encaminhada via Oficio Nº 417/2016/2ªVFP/ARNTO. Ordem de inicio da obra foi em 08/05/2018 (DOE 5.108) de 09/05/2018. No 2º quadrimestre houve a execução financeira de R$358.159,98. A obra está concluída.

Observa-se que foi empenhado o valor de R$5.170.000,00 a título de convênio para a Fundação PIO XII, visando apoiar a implantação do Hospital do Câncer de Barretos (Hospital do Amor em Palmas), recursos oriundos de Emenda Parlamentar (Fonte 104), cuja meta de implantação deste hospital foi incluída por emenda parlamentar na lei de revisão do PPA 2016-2019, por ocasião da revisão para 2018.

Governo do TOCANTINS

Ações Temáticas Prioritárias
Período: Anual (2018)

Relatório de Gestão das Ações Temáticas Prioritárias por Programa

Unidade Gestora:

30550 Fundo Estadual de Saúde

Objetivo:

Melhorar o desempenho, resolutividade e qualidade das unidades hospitalares do Estado.

Indicador:

-Taxa de ocupação hospitalar nos Hospitais Regionais da Rede Estadual

Programa:

1165 Integra Saúde

Ação:

Código	Título	Prioritária
4113	Oferta da assistência à saúde de média e alta complexidade direta ao cidadão	Sim

Orçamento - 12/2018:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
217.235.655,00	127.211.182	344.446.837,00	292.026.702,49	275.573.506,99	274.432.417,06	52.420.134,51	84,78	94,36	99,58

Recursos do Tesouro - Acoes de Servicos Publicos de Saude / ASPS — 0102

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
38.592.925,00	26.558.351,00	65.151.276,00	65.151.261,56	65.151.261,56	65.141.408,82	14,44	99,99	99,99	99,98

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2018							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
10.302.1165	33.90.30	0102	3.436.042,00	-2.820.117,00	615.925,00	615.924,24	615.924,24	615.924,24	0,76	99,99	99	99
10.302.1165	33.90.36	0102	220.500,00	-205.343,00	15.157,00	15.156,77	15.156,77	15.156,77	0,23	99,99	99	99
10.302.1165	33.90.39	0102	31.530.000,00	6.098.601,00	37.628.601,00	37.628.600,27	37.628.600,27	37.620.910,81	0,73	99,99	99	99
10.302.1165	33.90.47	0102	400.000,00	-352.619,00	47.381,00	47.378,19	47.378,19	47.378,19	2,81	99,99	99	99
10.302.1165	33.90.91	0102	0,00	23.707,00	23.707,00	23.706,49	23.706,49	23.706,49	0,51	99,99	99	99
10.302.1165	33.90.92	0102	2.796.383,00	21.619.575,00	24.415.958,00	24.415.948,73	24.415.948,73	24.415.948,73	9,27	99,99	99	99
10.302.1165	33.90.93	0102	210.000,00	2.194.547,00	2.404.547,00	2.404.546,87	2.404.546,87	2.402.383,59	0,13	99,99	99	99

Recursos de Convenios com a Iniciativa Privada — 0223

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
25.000,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2018							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
10.302.1165	33.90.14	0223	6.500,00	0,00	6.500,00	0,00	0,00	0,00	6.500,00	0,00	0	0
10.302.1165	33.90.30	0223	7.000,00	0,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00	0,00	0	0
10.302.1165	33.90.33	0223	4.000,00	0,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00	0,00	0	0
10.302.1165	33.90.39	0223	7.500,00	0,00	7.500,00	0,00	0,00	0,00	7.500,00	0,00	0	0

Cota-Parte de Compensacoes Financeiras — 0235

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
2.700.000,00	-425.888,00	2.274.112,00	1.729.863,01	1.729.863,01	1.725.900,91	544.248,99	76,06	76,06	75,89

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2018							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
10.302.1165	33.90.30	0235	200.000,00	-200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
10.302.1165	33.90.36	0235	0,00	11.228,00	11.228,00	10.665,87	10.665,87	8.602,12	562,13	94,99	94	76
10.302.1165	33.90.39	0235	2.250.000,00	-659.342,00	1.590.658,00	1.192.468,35	1.192.468,35	1.190.570,00	398.189,65	74,96	74	74
10.302.1165	33.90.47	0235	0,00	180.000,00	180.000,00	35.224,67	35.224,67	35.224,67	144.775,33	19,56	19	19
10.302.1165	33.90.92	0235	250.000,00	242.226,00	492.226,00	491.504,12	491.504,12	491.504,12	721,88	99,85	99	99

ICMS - FECOEP — 0238

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
3.000.000,00	0,00	3.000.000,00	1.319.140,15	1.319.140,15	1.319.140,15	1.680.859,85	43,97	43,97	43,97

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2018							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
10.302.1165	33.90.16	0238	15.000,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0	0
10.302.1165	33.90.30	0238	0,00	83.000,00	83.000,00	82.990,75	82.990,75	82.990,75	9,25	99,98	99	99
10.302.1165	33.90.39	0238	1.336.200,00	-83.000,00	1.253.200,00	951.797,96	951.797,96	951.797,96	301.402,04	75,94	75	75
10.302.1165	33.90.92	0238	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00	284.351,44	284.351,44	284.351,44	715.648,56	28,43	28	28
10.302.1165	33.90.93	0238	648.800,00	0,00	648.800,00	0,00	0,00	0,00	648.800,00	0,00	0	0

Media e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar — 0250

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
172.917.730,00	101.078.719,00	273.996.449,00	223.826.437,77	207.373.242,27	206.245.967,18	50.170.011,23	81,68	75,68	75,27

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2018							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
10.302.1165	33.70.41	0250	775.000,00	-660.000,00	115.000,00	0,00	0,00	0,00	115.000,00	0,00	0	0
10.302.1165	33.90.14	0250	2.533.730,00	341.800,00	2.875.530,00	2.320.242,00	2.320.242,00	2.320.242,00	555.288,00	80,68	80	80
10.302.1165	33.90.30	0250	69.577.000,00	25.084.361,75	94.661.361,75	75.917.980,30	59.464.784,80	58.829.752,85	18.743.381,45	80,19	62	62
10.302.1165	33.90.36	0250	160.000,00	850.000,00	1.010.000,00	747.767,61	747.767,61	700.806,05	262.232,39	74,03	74	69
10.302.1165	33.90.39	0250	97.800.000,00	53.314.067,25	151.114.067,25	120.924.115,13	120.924.115,13	120.514.444,19	30.189.952,12	80,02	80	79
10.302.1165	33.90.47	0250	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0	0
10.302.1165	33.90.92	0250	2.067.000,00	22.148.490,00	24.215.490,00	23.916.332,73	23.916.332,73	23.880.722,09	299.157,27	98,76	98	98

Meta Física:

2016	2017	2018	2019	Unidade	Sigla
3.100.000	3.300.000	3.500.000	3.700.000	Unidade	un

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2018)	Execução	% Execução
	3o Quadrimestre	3.500.000	3.545.772	101,30

Análise:

De janeiro a dezembro de 2018 foram realizados 3.545.772 procedimentos de assistência, correspondendo a 101,30% de execução.

A meta estabelecida nesta ação é realizar nas unidades hospitalares regionais de Porte I, II e III (portes definidos no Decreto Nº 4.012, de 26/03/2010, publicado no DOE Nº 3.106) sob gestão estadual, consultas, internações, exames e procedimentos de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar.

No Tocantins 93% da população depende exclusivamente do SUS quando se trata de atenção ambulatorial e hospitalar, observando que apenas 7% da população possui plano privado de saúde. A rede própria hospitalar do Estado do Tocantins compõe 66% dos Leitos SUS e realiza aproximadamente 84% das internações nos 18 Hospitais Regionais localizados em 15 cidades distintas, dos quais 04 são de alta complexidade (HGP, Dona Regina, Hospital Regional de Gurupi e o Hospital Regional de Araguaína).

Estes hospitais que são gerenciados diretamente pela Secretaria de Saúde do Estado do Tocantins – SES-TO demandam um volume significante de recursos de todas as naturezas sendo o maior deles o de Recursos Humanos ao concentrar 85% dos profissionais com vínculo na SES-TO.

Quadro 01 - Quantidade de Servidores por Hospital Regional em 2018.

Ord	Unidade Hospitalar Regional	Quantidade de Servidores/ Mês em 2018											
		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
1	HGP	2529	2511	2531	2326	2452	2529	2450	2406	2607	2442	2482	2490
2	ARAGUAINA	1762	1721	1733	1649	1681	1707	1692	1690	1641	1674	1688	1677
3	D.REGINA	1041	1022	1033	944	988	1013	998	970	1028	992	985	989
4	GURUPI	934	886	930	892	922	940	917	899	915	905	918	915
5	PORTO NACIONAL	631	636	627	595	603	632	598	577	618	596	597	594
6	AUGUSTINOPOLIS	679	680	694	577	614	614	629	640	640	630	641	638
7	PARAISO	527	528	530	484	487	506	497	499	536	498	503	508
8	HIP	514	515	518	465	481	507	488	488	508	487	504	505
9	MIRACEMA	330	340	345	314	329	347	330	317	329	324	319	323
10	TIA DEDE	325	324	324	310	319	325	319	316	308	309	311	304
11	GUARAI	295	294	296	271	277	280	282	276	271	274	278	280
12	HDT	22	19	20	20	19	17	16	15	15	15	15	15
13	PEDRO AFONSO	167	165	157	150	154	169	163	161	155	161	157	160
14	DIANOPOLIS	222	211	211	221	215	220	201	202	205	202	198	199
15	ARRAIAS	190	172	177	180	178	185	176	176	175	171	172	169

16	XAMBIOA	176	172	169	159	158	164	159	158	152	156	155	152
17	ARAPOEMA	142	139	143	131	128	137	132	127	129	132	133	134
18	ARAGUAÇU	148	118	119	141	143	150	142	141	136	142	144	140
19	ALVORADA	92	85	88	89	90	81	77	77	83	80	83	82
TOTAL RH DE 19 HOSPITAIS		10726	10538	10645	9918	10238	10523	10266	10135	10451	10190	10283	10274
TOTAL GERAL RH SES-TO		**14088**	**14101**	**13757**	**13542**	**13503**	**13550**	**13319**	**13293**	**13741**	**13269**	**13203**	**13606**
% RH Hospitais em relação a SES		**76**	**75**	**77**	**73**	**76**	**78**	**77**	**76**	**76**	**77**	**78**	**76**

FONTE: ERGON RH SES-TO

Na Tabela 1 a seguir pode ser visualizado o consolidado do total de leitos gerais no Estado do Tocantins e na Tabela 2 constam os leitos dos 18 Hospitais Regionais.

Tabela 1 – Consolidado do total de leitos gerais, 2º Quad., Tocantins, 2018.

Complexidade	**Quant. Hospital**	**Abrangência**	**Quant. de Leito Geral**		**Tipo**	**%**	**%**
			2º Quad. 2017	**2º Quad. 2018**		**Leito SUS**	**Leito Total**
Média e Alta Complexidade	18	Regional-SUS	1.434	1.547	Estadual	67	59
Média e Alta Complexidade	1	Regional-SUS	55	55	Federal	2	2
Pequeno Porte – HPP	18	Municipal-SUS	236	229	Municipal	10	9
Pequeno Porte	10	Municipal-SUS	366	399	Municipal	17	15
Subtotal SUS	**47**	-	**2.091**	**2.230**	-	**96**	**85**
Média e Alta Complexidade	1	Regional-SUS	87	84	Privado/ Filantrópico	4	3
Total SUS	**48**	-	**2.178**	**2.314**		**100**	**88**
Média e Alta Complexidade	1	Privado	64	64	Privado/ Filantrópico	-	2
Média e Alta Complexidade	14	Privado	360	248	Privado	-	9
Total Privado não SUS	**15**	-	**424**	**312**	-	-	12
Total Geral	**63**	-	**2.602**	**2.626**	-	-	**100**

Fonte: MS/CNES – Competência agosto/ 2018.

Tabela 2 – Total de leitos gerais nos hospitais estaduais e federal, 2º Quad., Tocantins, 2018.

Ord.	**Unidade Hospitalar Estadual/Regional**	**Porte**	**Pop/ 2018***	**Leito Geral**	**Leito Isolamento**	**Total**
1	Hospital Geral de Palmas Dr. Francisco Ayres (Lei nº. 1.595 de 09/08/2005)	III	228.787	408	1	409
2	Hospital Regional de Araguaína Dr. Iderval da Silva Sobrinho (Lei nº. 623 de 28/12/1993)	III	175.960	235	0	235
3	Hospital Regional de Porto Nacional	II	52.828	123	0	123
4	Hospital de Referencia de Paraíso - Dr. Alfredo Oliveira de Barros (Lei nº. 1.601 de 22/08/2005)	II	50.360	97	1	98
5	Hospital Regional de Gurupi	III	85.523	93	0	93
6	Hospital Regional de Augustinópolis	II	18.089	93	2	95
7	Centro Integrado de Assistência à Mulher e à Criança Dona Regina Siqueira Campos	III	228.787	78	0	78

8	Hospital Estadual de Miracema do Tocantins Dona Oneide Borba (Lei nº. 434 de 30/07/1992)	II	19.055	69	2	71
9	Hospital Regional de Guaraí	II	25.642	57	1	58
10	Hospital Materno-Infantil Tia Dedé Porto Nacional	II	52.828	50	0	50
11	Hospital Regional de Dianópolis	II	21.738	39	0	39
12	Hospital Regional de Arraias Juraildes de Sena Abreu (Lei nº. 485 de 26/11/1992)	I	10.727	35	1	36
13	Hospital Infantil de Palmas Dr. Hugo da Rocha Silva	II	228.787	32	0	32
14	Hospital Regional de Pedro Afonso	I	13.288	31	1	32
15	Hospital Regional Tertuliano Corado Lustosa Araguaçu	I	8.692	29	1	30
16	Hospital Regional de Xambioá	I	11.683	28	0	28
17	Hospital Regional de Arapoema	I	6.756	27	1	28
18	Hospital de Pequeno Porte de Alvorada	HPP	8.516	23	0	23
Total de Leitos nos Hospitais Estaduais				**1.547**	**11**	**1.558**

Fonte: http://cnes2.datasus.gov.br/competência agosto/2018.

No 3º quadrimestre de 2018, acumulado de janeiro a dezembro, conforme dados do SIASUS e do SIHSUS obtidos em 11/02/2019, foram realizados um total de 3.545.772 procedimentos, consultas e exames nesta rede hospitalar própria. Destes procedimentos 2.293.434 (65%) foram de classificação ambulatorial e 1.253.338 de classificação hospitalar (35%), destacando-se a realização de 125.065 procedimentos cirúrgicos registrados no SIHSUS.

Tabela 3 - Produção Hospitalar (quantidade realizada/apresentada) nos Hospitais Regionais de janeiro a dezembro de 2018.

HOSPITAL REGIONAL	GRUPO-01 (Ações Promoção/Prevenção em Saúde)	GRUPO-02 (Finalidade Diagnóstica)	GRUPO-03 (Finalidade Clínica)	GRUPO-04 (Finalidade Cirúrgica)	GRUPO-05 (Transplantes de órgãos e tecidos e células)	GRUPO-06 (Medicamentos)	GRUPO-07 (OPME)	GRUPO-08 (Ações Compl. da Atenção à Saúde)	Total
HGP	3	53.390	114.997	41.998	361	87	3.098	66.942	280.876
ARAGUAINA	0	57.975	117.106	25.151	0	2.085	940	64.492	267.749
GURUPI	0	88.905	106.322	12.311	0	1.637	927	23.248	233.350
DONA REGINA	0	45.001	46.428	7.201	0	97	0	15.343	114.070
HIP	0	26.052	60.909	3.633	0	62	0	10.788	101.444
PARAISO	0	16.311	21.146	5.500	0	5	132	4.930	48.024
DEDE	0	13.974	17.633	3.072	0	9	0	7.004	41.692
PORTO NACIONAL	0	17.189	11.294	5.209	0	0	250	2.002	35.944
GUARAI	0	7.091	18.453	3.577	0	18	0	2.708	31.847
AUGUSTINOPOLIS	0	8.113	6.936	9.742	0	40	0	4.992	29.823
MIRACEMA	0	8.930	11.371	3.180	0	0	32	3.422	26.935
ARAPOEMA	0	5.895	4.674	1.678	0	1	0	671	12.919
XAMBIOA	0	2.123	6.094	605	0	0	0	1.859	10.681
ARAGUACU	0	291	5.937	2	0	0	0	1.319	7.549
PEDRO AFONSO	0	1.126	2.319	874	0	0	0	455	4.774
ALVORADA	0	6	2.315	954	0	0	0	66	3.341
ARRAIAS	2	141	498	320	0	0	0	25	986
DIANOPOLIS	0	0	174	58	0	0	0	102	334
Total	**5**	**352.513**	**554.606**	**125.065**	**361**	**4.041**	**5.379**	**210.368**	**1.252.338**

Fonte: SIHSUS - consulta em 11/02/2019. Legenda: OPME - Órteses, Prótese e Materiais Especiais

Tabela 4 - Produção Ambulatorial (quantidade realizada/apresentada) nos Hospitais Regionais de janeiro a dezembro de 2018.

HOSPITAIS REGIONAIS	GRUPO-01 (Ações Promoção/Prevenção em Saúde)	GRUPO-02 (Finalidade Diagnóstica)	GRUPO-03 (Finalidade Clínica)	GRUPO-04 (Finalidade Cirúrgica)	GRUPO-05 (Transplantes de órgãos e tecidos e células)	GRUPO-07 (OPME)	GRUPO-08 (Ações Compl. da Atenção à Saúde)	Total
ARAGUAINA	3.786	229.399	99.987	1.855	-	6.343	-	341.370
HGP	50	199.698	93.922	1.826	31	-	-	295.527
PORTO NACIONAL	-	17.910	204.345	2.595	-	2.702	-	227.552
PARAISO	-	116.749	85.706	1.095	-	-	-	203.550
AUGUSTINOPOLIS	-	57.962	126.587	1.441	-	-	-	185.990
GURUPI	-	78.965	80.525	544	-	-	-	160.034
MIRACEMA	9	20.679	117.966	16	-	-	-	138.670
DONA REGINA	1.800	39.155	65.846	-	-	-	-	106.801
HIP	3.512	57.795	44.786	665	-	-	-	106.758
GUARAI	776	18.096	73.747	1.758	-	-	-	94.377
PEDRO AFONSO	-	6.738	84.297	190	-	-	-	91.225
TIA DEDE	25	18.265	62.982	-	-	-	-	81.272
ARAGUACU	-	3.306	53.282	477	-	-	-	57.065
ARAPOEMA	-	10.832	39.252	542	-	-	-	50.626
ARRAIAS	18	6.124	43.694	108	-	-	336	50.280
XAMBIOA	85	8.978	36.284	1.011	-	-	-	46.358
DIANOPOLIS	-	1.156	31.810	-	-	-	-	32.966
ALVORADA	-	350	21.805	347	-	-	511	23.013
Total	**10.061**	**892.157**	**1.366.823**	**14.470**	**31**	**9.045**	**847**	**2.293.434**

Fonte: SIASUS - consulta em 11/02/2019. Legenda: OPME - Órteses, Prótese e Materiais Especiais

Tabela 5 – Total de Partos nos Hospitais Regionais de janeiro a dezembro de 2018.

HOSPITAL REGIONAL	PARTO NORMAL	PARTO CESARIANO EM GESTAÇÃO ALTO RISCO	PARTO CESARIANO	PARTO CESARIANO C/ LAQUEADURA TUBARIA	Total
DONA REGINA	2.705	92	2.172	210	**5.179**
GURUPI	851	0	880	300	**2.031**
TIA DEDE	855	0	703	363	**1.921**
AUGUSTINOPOLIS	654	0	349	115	**1.118**
PARAISO	360	0	386	102	**848**
GUARAI	165	0	370	0	**535**
MIRACEMA	236	0	192	102	**530**
PEDRO AFONSO	145	0	246	0	**391**
ARRAIAS	59	0	32	9	**100**
ARAPOEMA	44	0	31	0	**75**

XAMBIOA	53	0	0	0	**53**
ARAGUACU	22	0	0	2	**24**
DIANOPOLIS	8	0	5	0	**13**
ALVORADA	7	0	1	0	**8**
Total	**6.164**	**92**	**5.367**	**1.203**	**12.826**

Fonte: SIHSUS - consulta em 11/02/2019

CONSOLIDADO DO TOTAL DE PARTOS SUS - TOCANTINS 2018 – POR LOCAL DE OCORRÊNCIA		
LOCAL DE REALIZAÇÃO DO PARTO	**QUANTIDADE**	**%**
Hospital Regional/ Estadual	12.826	65%
Hospital Municipal	636	3%
Hospital Privado	6.343	32%
TOTAL	**19.805**	**100%**

Fonte: SIHSUS - consulta em 11/02/2019

Relacionado aos fatores de execução orçamentária foi empenhado 84,78% do recurso autorizado, e a meta física atingida foi de 101% em relação a meta física prevista (3.500.000 procedimentos previstos e 3.545.772 procedimentos realizados). Importando-nos mencionar que as despesas do exercício anterior empenhada na competência totalizam R$49.108.137,02 distribuídos da seguinte forma:

SUBDIVISÃO DA NATUREZA DE DESPESA 3.3.90.92			
FONTE	**NATUREZA DA DESPESA**	**SUBITEM**	VALOR (R$)
0102	33.90.92	30 - Material de Consumo	1.147.682,12
		36 - Outros serviços de Terceiros - Pessoa Física	236.327,17
		39 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	23.022.952,17
		93 - Indenizações e Restituições	8.987,27
SUBTOTAL			**24.415.948,73**
0235	33.90.92	39 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	491.504,12
SUBTOTAL			**491.504,12**
0238	33.90.92	39 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	284.351,44
SUBTOTAL			**284.351,44**
0250	33.90.92	14 - Diárias - Pessoal Civil	276.387,25
		30 - Material de Consumo	12.556.563,01
		36 - Outros serviços de Terceiros - Pessoa Física	73.835,31
		39 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	11.009.547,16
SUBTOTAL			**23.916.332,73**
TOTAL			**49.108.137,02**

Houve suplementações orçamentárias que totalizam R$127.637.070,00 (cento e vinte e sete milhões seiscentos e trinta e sete mil e setenta reais) realizadas por ordem do Secretario Estadual de Saúde, tendo como origem dos recursos, outras ações orçamentárias do Fundo Estadual de Saúde e o Superávit de competências anteriores, pois diante do subfinanciamento da saúde as ações ligadas à atenção hospitalar de média e alta complexidade tornou forçosa a suplementação para que não houvesse desassistência ai cidadão no âmbito hospitalar.

Diante do quadro de suplementação constata-se que 57,76% referem-se ao superávit de competências anteriores; 24,51% do valor teve origem da transposição de dotação da ação 4116; 7,68% da ação 3006; 3,13% da ação 4174; 2,68% da ação 3055, 1,45% da ação 4316; e das ações 3025, 4029, 4139, 4134, 4061,3084, 4127, 4175, 4176, 4315, 4314, que conjuntamente corresponderam a 2,78%, sendo que o percentual de cada uma foi inferior a 1%.

Nota-se também que o valor de R$9.000.000,00 saiu da ação 4113 com destino à ação 4153; R$700.000,00 saiu com destino à ação 4152; R$538.188,00 para ação 3055; R$110.000,00 para a ação 4200; R$100.000,00 para a ação 4116 e R$35.000,00 para a ação 4030.

Atividades desenvolvidas nas unidades hospitalares da rede estadual no período de janeiro a dezembro de 2018.

Hospital e Maternidade Dona Regina - Unidade Hospitalar Porte III

O Hospital e Maternidade Dona Regina Siqueira Campos é a única maternidade pública de referência em Alto Risco do Estado, foi criado em 1999, é credenciada como Serviço Especializado de Assistência à Mulher e ao Recém Nascido de Alto Risco.

Está localizado na Região de Saúde Capim Dourado, é referência para 6 Regiões de Saúde do Estado do Tocantins em atendimento de Urgências/Emergências Clínicas e Cirúrgicas ginecológicas - obstétricas; alta complexidade em neonatologia; atendimento as vítimas de violência sexual; ambulatório de gestação de alto risco e medicina fetal; cirurgias eletivas ginecológicas; laqueaduras tubárias. O Hospital é também a única referência estadual para pacientes cirúrgicos neonatais.

Possui um serviço de Banco de Leite Humano, é credenciado para realizar as 3 etapas do Método Canguru e possui o título de Hospital Amigo da Criança.

Destaca-se a realização de 5.179 partos, conforme dados do SIHSUS obtidos em 11/02/2019, sendo 2.705 partos normais e 2.172 partos cesariano, 92 partos cesariano em gestação alto risco e 210 partos cesariano c/ laqueadura tubaria. O número de 5.179 partos feito no Hospital e Maternidade Dona Regina representa 40,38% dos partos realizados nos Hospitais Regionais/Estaduais e 26,15% dos partos realizados no SUS no estado do Tocantins.

Dentre as ações da Rede Cegonha, destaca-se a ampliação da visita guia para vinculação de gestantes que irão parir na maternidade, a realização de dois cursos mensais de preparação para o parto com visita guiada para gestantes acima de 32 semanas e a oferta de Curso de Amamentação para gestantes e lactantes.

Em relação às comissões/comitês, estão em funcionamento os Comitês de Aleitamento Materno, Comissão de Investigação de Óbitos, Comissão de controle de Infecção Hospitalar, Comitê de Atenção ao Parto e Nascimento, Comissão de Monitoramento dos Indicadores da Rede Cegonha, Comitê Transfusional, Comissão de Revisão de Prontuários e Comissão de Farmácia e Terapêutica.

Para os recém-nascidos no hospital, a instituição garante a realização de TESTE DA ORELHINHA, TESTE DO OLHINHO e TESTE DO CORAÇÃOZINHO.

O Hospital possui parceria com o Cartório de Registro Civil com o intuito de estimular e garantir que todos os recém-nascidos já saiam da maternidade com o registro civil. Quanto à organização da gestão, Foi estabelecido o Colegiado Gestor que é um grupo consultivo que conta com a participação dos gestores e demais servidores da maternidade que se reúnem uma vez ao mês para deliberar sobre temas diversos. O grupo gestor possui sete colegiados de unidades de produção (alas de internações e setores afins), que se reúnem conforme cronograma, com o objetivo de discutir e alinhar processos de trabalho. Em relação à gestão de leitos hospitalares, foi implantado a ferramenta do kambam na Unidade de Cuidados Intermediários Neonatais Convencional (UCINCo). Também está em fase de finalização os protocolos de Zero Morte e o Protocolo de Transporte Seguro.

Foram feitos serviços de manutenção predial que promoveram um melhor ambiente de atendimento nos setores da Cozinha e do Refeitório, na Rampa do 2º andar para alocação do Arquivo de Prontuários do Paciente, Núcleo Interno de Regulação, Recepção I, Pintura dos Corredores do Térreo, Banheiros do Pré-Parto, Consultório 1, Acolhimento, Serviço Social, Recursos Humanos, Humanização, Sala de Informática, NHVE, Observação, Emergência, Faturamento, Sala do Encarregado pela Higienização, e as Enfermarias 110 e 112. Instalação de quadro e cabos de energia nos setores da UCINCo, UTIN e Banco de Leite Humano e impermeabilização dos reservatórios de água superior.

No processo de educação permanente, destacam-se que os profissionais foram capacitados em Aspectos Éticos e Legais – 190 servidores capacitados; atualização do SAE – 68 servidores capacitados; III Seminário de Aprimoramento da Enf. Obst. no Estado do Tocantins – 72 servidores capacitados; capacitação e Oficina de Revisão do Protocolo do ACCR – 43 servidores capacitados; treinamento Suporte Básico de Vida Cardiológico – 19 servidores capacitados; cuidados com o Recém-nascidos – 14 servidores capacitados; Curso de Aleitamento Materno (2 horas) – 18 servidores capacitados; curso de Aleitamento Materno – 94 servidores capacitados; Treinamento sobre hemotransfusão – 08 servidores capacitados; atualização em curativo – 21 servidores capacitados; treinamento segurança do paciente –b 18 servidores capacitados; treinamento administração de medicamentos – 12 servidores capacitados; curso teste rápido – 28 servidores capacitados; curso de Boas Praticas ao Parto e Nascimento – 32 servidores capacitados; curso de Atendimento às pessoas em Situação de Violência Sexual–SAVIS – 50 servidores capacitados; oficina Interdisciplinar em Saúde – 24 servidores capacitados; curso de Urgência e Emergência de Enfermagem – 31 servidores capacitados; IV Amostra de pesquisa – 48 servidores capacitados; curso do Método Canguru – 24 servidores capacitados; oficina de Indicadores Hospitalar e seminário de Segurança do paciente promovido pela Visa Estadual.

Implantou-se o Núcleo Interno de Regulação – NIR, que é responsável pela regulação interna de leitos, e efetivou-se a implantação do setor de Admissão e Alta.

Hospital Regional de Gurupi - Unidade Hospitalar Porte III

O Hospital Regional de Gurupi – HRG está localizado no município de Gurupi, sul do Tocantins, na Região de Saúde Ilha do Bananal, com atendimentos de média e alta complexidade, possuindo o perfil "porta aberta". Atendendo uma população de 242.714 habitantes, sendo referência para 24 municípios circunvizinhos. Possui em operação (em atividade) leitos de internações clínicas, internações cirúrgicas, internações em ortopedia, obstetrícia, pediatria, psiquiatria, 20 leitos de UTI, e 6 leitos de Unidade de Cuidados Intermediário Neonatal. O Centro Cirúrgico foi organizado em 2018 de modo que o Hospital dispõe de 04 salas equipadas.

Têm em seu corpo clínico as seguintes especialidades: Bucomaxilo, Cirurgião Geral, Cardiologia, Infectologista, ortopedia, obstetrícia/ginecologia, dermatologia, pediatria, oftalmologia, otorrinolaringologista, urologia, nefrologia, neurologia, radiologia e psiquiatria. Contamos ainda com profissionais de Fisioterapia, Odontologia, Serviço Social, Fonoaudiologia, Farmacêutico, Enfermeiro, Técnicos em enfermagem, Psicologia, Técnicos em Radiologia.

O HRGurupi oferece os serviços de exames de ultrassonografia, radiologia (raio-x digital e tomografia), endoscopia, mamografia, ECG, ecocardiografia, colonoscopia, etc.

No 1º quadrimestre organização do Pronto Socorro Adulto; instalação de 12 aparelhos de ar condicionado no Pronto Socorro e nas enfermarias que não possuíam climatização apropriada; instalação de 02 (aparelhos de anestesia com ventilador eletrônico microprocessado, com vaporizador calibrado e monitor multiparamétrico com analisador de gases e monitor de nível de consciência; Núcleo Interno de Regulação - NIR implantado realizando o gerenciamento dos leitos hospitalares, da rede inter-hospitalar, referências e contra-referências, regulação de exames e procedimentos de média a alta complexidade e serviços especializados.

Foram desenvolvidas as seguintes atividades principais:

- Projetos OPAS/OMS: Plano Diretor Estratégico - PDE.
- Foram realizados onze encontros em parceria com a OPAS para instituição de protocolos assistenciais diversos nesta unidade.
- Palestras sobre NR-17 e Blitz educativa sobre NR-32 com a participação de 101 servidores
- Realização de Campanha de Trânsito em parceria com o DETRAN/TO com vistas a orientar pacientes e servidores do setor de Ortopedia. Em consonância com o objeto da Campanha, foi realizada blitz educativa na rua, em frente ao Pronto Socorro Adulto.
- Realização de 3.972 visitas à maternidade, alojamento conjunto (ALCON), unidade de cuidados intermediários neonatal (UCIN) com vistas à promoção de ações e condições ideais relacionadas ao aleitamento materno exclusivo, incluindo as dificuldades e inseguranças de origem materna, a correta ordenha do leite da puérpera, realização de orientação individual e em grupo.
- Realização da Campanha Agosto Dourado com um total de 477 atendimentos externos relacionados a dificuldade no manejo do aleitamento materno ou dificuldades do recém nascido na sucção ou "pega".
- As visitas guiadas da Rede Cegonha atingiram as gestantes de todas as Unidades Básicas de Saúde de Gurupi e resultaram em 48 gestantes e profissionais atendidos nessas visitas.
- Realização da II Hora do Mamaço de Gurupi no dia 08/08/2018 – passeata em prol do aleitamento materno com o envolvimento de 60 pessoas entre gestantes, lactantes, acadêmicos e profissionais de saúde.
- Construção e criação de planilha em parceria com a OPAS para repasse de informações dos dados coletados pela CCIH quanto as infecções relacionadas a assistência a saúde do HRG. Tais como: Pneumonia associada a ventilação mecânica, infecção urinária associada a cateter vesical de demora, infecção primária de corrente sanguínea.
- Implantação de rotina quanto à liberação de antibiótico da UTI e autorização pelo médico da CCIH.
- Visitas guiadas da Rede Cegonha atingiu as gestantes de todas as Unidades Básicas de Saúde de Gurupi e resultaram em 48 gestantes e profissionais atendidos nessas visitas.
- Realização da Semana de Saúde do Trabalhador com palestra sobre prevenção de HIV e DST, medições de glicemia, consultas e sorteios de brindes.
- Entrega de repelentes às gestantes e orientação pelo Núcleo de Vigilância sobre riscos da Dengue, zika e chikungunya.
- Realização do Dia "D" de conscientização ao Parto Humanizado e combate a violência obstétrica;
- Roda de Conversa sobre o processo de doação de órgãos.
- Realização da Campanha Agosto Dourado com um total de 477 atendimentos externos relacionados a dificuldade no manejo do aleitamento materno ou dificuldades do recém nascido na sucção ou "pega".
- Realização da II Hora do Mamaço de Gurupi no dia 08/08/2018 – passeata em prol do aleitamento materno com o envolvimento de 60 pessoas entre gestantes, lactantes, acadêmicos e profissionais de saúde.
- Realização da semana de Conscientização do Outubro Rosa com eventos destinados às pacientes e servidoras do Hospital.
- Campanha Novembro Azul com diversas atividades, entre elas, palestra sobre câncer de próstata, e Passeio Motociclistico de Conscientização e café da manhã.
- Evento caminhada passos que salvam.

O Núcleo Interno de Regulação - NIR está realizando suas funções principais que são gerenciamento dos leitos hospitalares, gerenciamento da rede inter-hospitalar, realização de contra-referências e transferência responsável pelo cuidado, solicitação e regulação de exames e procedimentos de média a alta complexidade, solicitação de UTI aérea e terrestre, solicitação, regulação e acompanhamento de pacientes para internação.

Hospital Regional de Araguaína - Unidade Hospitalar Porte III

O Hospital de Referência de Araguaina (HRA) é uma instituição assistencial e de ensino. Localizado na Região Médio Norte Araguaia, ponto estratégico na Rede de Atenção à Saúde do Estado do Tocantins, possui atendimento de urgências e emergências clínicas, cirúrgicas e ortopedia. Principal referência de alta complexidade de assistência à saúde da **Macrorregião Norte que congrega 3 Regiões de Saúde (**Bico do Papagaio, Médio Norte Araguaia, Cerrado Tocantins Araguaia), abrangendo 64 municípios e uma população de 599.949 habitantes, conforme dados do IBGE/2018, **correspondendo a 43% da população do Estado do Tocantins.**

Possui capacidade operacional de 256 leitos gerais e 20 leitos de UTI. No Pronto Socorro a sala vermelha tem 06 Box, Observação (PS Clinica Médica/Sala Verde) com 23 Leitos e macas para medicação. Possui 04 serviços de atendimentos externo: Ambulatório de Especialidades Médicas, Serviço de Reabilitação Estadual (SER), UNACON com serviço de quimioterapia/radioterapia, e a Casa de Apoio Glória Moraes que acolhe pacientes e também seus acompanhantes, cujos direitos são assegurados pelo SUS.

Foram feitos serviços de manutenção predial que promoveram um melhor ambiente de atendimento nos setores de Ortopedia, Nefrologia, Centro Cirúrgico, CME, Sala de Psicologia, Sala da Direção, Centro Cirúrgico Geral e Sala Amarela, Alas D e L, Rampa de Acesso, espaço do auditório do RH, Pronto Socorro, Sala de Dieta Enteral, Sala do Arquivo Médico, Farmácia Central.

Registra-se a regularidade no serviço de lavanderia e abastecimento de rouparia aos setores com a contratação de empresa para fornecer esse material, assim como uniforme para os servidores assistenciais; visita técnica da Direção do HRA ao HGP para visualização dos processos de trabalho nos setores de pronto socorro, centro cirúrgico e direção de enfermagem, compuseram a equipe: diretores de enfermagem, supervisores do pronto socorro e centro cirúrgico; implantação de processos de trabalho no pronto socorro referente as atividades de fluxistas (enfermagem); adequação das escalas do centro cirúrgico para melhoria dos serviços.

Hospital Geral de Palmas – HGP – Unidade Hospitalar Porte III

O HGP foi inaugurado em agosto de 2005, sendo uma instituição assistencial e de ensino. Possui um Pronto Socorro de "porta aberta", com dificuldades estruturais, pois não comporta o fluxo de pacientes que são referenciados à unidade.

Principal referência de alta complexidade de assistência à saúde da **Macrorregião Sul que congrega 5 Regiões de Saúde (**Capim Dourado, Cantão, Amor Perfeito, Sudeste e Ilha do Bananal), abrangendo 75 municípios e uma população de 783.496 habitantes, conforme dados do IBGE/2018, **correspondendo a 57% da população do Estado do Tocantins.**

No HGP existe o principal serviço de diagnóstico do Estado, sendo assim grande maioria dos municípios referenciam pacientes à instituição. Na unidade existe também o maior número de profissionais da assistência e diversidade de especialistas, apresentando em janeiro de 2018, 2.529 servidores, em novembro 2.516 e em dezembro 2.490 servidores, além dos serviços terceirizados.

Atualmente existem no HGP 390 leitos de internação nas enfermarias (52 em reforma), 26 leitos de UTI adulto, 09 leitos de UTI pediátrico, 18 leitos de cuidados intermediários, 06 leitos de Unidade de Cuidados do AVC, 05 leitos de serviço de hemodinâmica, 05 leitos de Recuperação Pós-Anestésica, 41 leitos no Pronto Socorro (5 na sala vermelha, 14 na sala amarela, 25 na Unidade de Tomada de Decisão I e espaço para acomodação de 28 usuários na Unidade de Tomada de Decisão II).

No primeiro quadrimestre foi concluída a reforma do 2º pavimento da unidade de internação, viabilizando o funcionamento de 98 leitos, após conclusão das obras de reforma foram instalados ar condicionados em todos estes leitos. Início da reforma de 52 leitos do 1º pavimento da unidade de internação. Implantação do consultório de avaliação pré-anestésica. Realização de mutirão de cirurgias do aparelho digestivo, com cerca de 10 pacientes beneficiados com cirurgias de vesícula por videolaparoscopia.

Também no primeiro quadrimestre entraram em atividades os seguintes ambientes de serviços de saúde no HGP: Unidades de Tomada de Decisão I e II; Internação Rápida; Sala de Alta; Escritório de Alta; novas instalações da UCI.

Foram realizados mutirões de procedimentos de hemodinâmica; mutirão de atendimento ambulatorial de pacientes com hanseníase; implantação do NAST – Núcleo de Assistência à Saúde do Trabalhador; e atualização do Plano de Capacidade Plena.

No ambulatório do HGP foram realizadas duas oficinas, uma videoconferência e a reunião do colegiado do ambulatório. Na primeira oficina foi trabalhada a priorização de problemas no plano de trabalho e melhorias já realizadas no serviço como a diminuição da fila. Essa construção se deu de forma participativa pelos membros do GEE e GEL. A Oficina oportunizou a reflexão crítica e construção do plano de trabalho de acordo com a realidade do AMBESP.

Na videoconferência foi possível alinhar o que havia sido discutido na oficina para trabalhar com a ferramenta 5W2H que foi usada pra qualificar o plano.

Na oficina realizada em agosto foram discutidos os indicadores, metas e resultados esperados para a implementação do projeto. Na reunião do colegiado foi discutido o plano de trabalho, pactuado com o grupo o desenvolvimento das atividades e o monitoramento das ações previstas no plano.

O apoio da equipe e do GEL ao ambulatório possibilitou desenvolvimento e desdobramento das atividades do ACOLHESUS, possibilitaram a apropriação dos conceitos pela equipe que contribuíram para da organização do grupo. Tendo como produto a criação do colegiado do ambulatório, construção de regimento, plano de ação e agenda de trabalho definida com periodicidade de encontros mensais.

A qualificação do diagnóstico do serviço está em fase de finalização. Plano de ação iniciando com o apoio da equipe da OPAS e MS/AcolheSUS com a participação dos membros do colegiado e demais representantes das equipes do ambulatório.

A madrugada da sexta-feira da paixão, 30/03/2018, foi de grandes conquistas para a saúde tocantinense. A SES-TO, com as atuações do HGP e da Central Estadual de Transplantes, realizou a primeira captação múltipla de órgãos para transplante. Foram captados, com sucesso, coração, fígado, rins e córneas. O procedimento se dá quando o paciente evolui para o quadro clínico de morte encefálica, é feito o contato com a família para verificar se existe o interesse em realizar a doação dos órgãos. Se a família optar pela doação, inicia-se o processo de validação do doador, no qual são realizados inúmeros exames para verificar se as condições são favoráveis para a doação. A partir da validação confirmada, a Central de Transplantes do Tocantins assume o andamento do processo, fazendo a atualização no sistema e estabelecendo contato com a Central Nacional de Transplantes, que é quem providencia a logística e informa, de acordo com um ranking nacional, qual estado realizou a aceitação dos órgãos.

É a própria Central Nacional que providencia o transporte da equipe que irá fazer a retirada dos órgãos e leva o órgão para o destino.

Observa-se que mesmo que os órgãos captados no Tocantins sejam destinados para pacientes de outras localidades, os tocantinenses são beneficiados no processo porque a cada paciente transplantado é um a menos na lista de espera, que é nacional.

A segunda captação múltipla se deu em 12/09/2018, ocasião em que foram captados, com sucesso, rins, fígado, válvulas cardíacas e córneas.

Em relação ao Transplante de Córnea em Palmas-TO no ano de 2018, 69% foram realizados no HGP.

ORIGEM			**DESTINO**		
Local	**Quantidade**	**%**	**Local**	**Quantidade**	**%**
Banco de Olhos do Tocantins (Boto)	32	71%	SUS - HGP	22	69%
Outros Locais	13	29%	Privado	10	31%
TOTAL	**45**	**100%**	**TOTAL**	**32**	**100%**

Com a Implantação do Núcleo de Indicadores do HGP está sendo possível produzir dados e informações para análises do desempenho hospitalar.

A seguir consta a média de pacientes-dia por setores do HGP, conforme dados apurados nos relatório de desempenho hospitalar elaborado pelo Núcleo Interno de Regulação - NIR.

Para se calcular a média de pacientes-dia optou-se por definir três linhas para consolidação das informações, sendo: unidade de internação, pronto socorro e cuidados intensivos. Considerou-se para as **unidades de internação** as alas C (Unidade de Internação Rápida - UIR), psiquiatria, E, F, G, H, I, J, K, L, M, N, O e P. A média acumulada é de **276,75** pacientes-dia no período de janeiro a dezembro de 2018 (Fonte: Soul MV, janeiro a dezembro de 2018).

Ao analisar o **Pronto Socorro** considerou-se os seguintes setores: Unidade de Estabilização I (Sala Vermelha), Unidade de Estabilização II (Sala Amarela), U-AVC, Unidade de Tomada de Decisão 1 e Unidade de Tomada de Decisão 2 (Sala Verde 1 e 2). A média acumulada é de **37,9** pacientes-dia no período de janeiro a dezembro de 2018 (Fonte: Soul MV, janeiro a dezembro de 2018).

Considerou-se como setores responsáveis pelos **cuidados intensivos** as Unidades de Terapia Intensiva (UTI adulto e pediátrica) e Unidade de Cuidados Intensivos (UCI). A média acumulada é de **46,23** pacientes-dia no período de janeiro a dezembro de 2018 (Fonte: Soul MV, janeiro a dezembro de 2018).

Considerando todos os setores da instituição hospitalar (unidade de internação, pronto-socorro, UTI adulto/pediátrica, UCI, unidade cirúrgica e hemodinâmica), a evolução média geral de pacientes-dia é evidenciada apresenta a média acumulada de **352,24** pacientes-dia no período de janeiro a dezembro de 2018 (Fonte: Soul MV, janeiro a dezembro de 2018).

Os indicadores de resolutividade hospitalar a seguir apresentados referem-se as médias apuradas nos meses de janeiro a dezembro de 2018 (Fonte: NIR-HGP).

- Taxa de Ocupação nos Leitos da Unidade de Internação: 85,7%.
- Taxa de Ocupação do Pronto Socorro: 80,1%.
- Tempo Médio de Permanência nos Leitos de Unidade de Internação: 12,3.

TAXA DE PACIENTES RESIDENTES

Este indicador representa a relação entre o número de pacientes com tempo de permanência no leito de internação superior a 90 dias e o número de saídas (inclui óbitos, transferências, altas a pedido e evasão) da unidade de internação. Possui um parâmetro de média anual de 0,7% (BRASIL, 2017). Atualmente o HGP está com uma média mensal acumulada de **2,0%**. Nota-se um alto número de pacientes residentes e um baixo número de saídas diárias o que demonstra a necessidade de ações imediatas e efetivas com o objetivo de desospitalizar os pacientes de forma responsável e segura.

A taxa dos pacientes residentes só começou a ser registradas pela equipe de estatística do NIR a partir de julho/2018.

ÍNDICE DE INTERVALO DE SUBSTITUIÇÃO

Este indicador assinala o tempo médio que um leito permanece desocupado, leva em consideração a taxa de desocupação, o tempo médio de permanência e a taxa de ocupação em dias. O parâmetro para a média anual é 1,1 dias (BRASIL, 2017). O HGP apresenta uma média acumulada de **1,91 dias** em 2018.

ÍNDICE DE RENOVAÇÃO

Este indicador também denominado giro de leitos, mostra a eficiência do uso da capacidade instalada, indica quantos pacientes utilizaram o mesmo leito no período de um mês. Seu parâmetro é a média mensal de 5,6 pacientes. O HGP está com média **de 2,5 pacientes**, representando um tempo de permanência alto dos pacientes no estabelecimento.

NÚMERO DE LEITOS BLOQUEADOS

Nº de leitos bloqueados: 10,8 (médias apuradas nos meses de janeiro a dezembro de 2018).

SOLICITAÇÕES DE CUIDADOS INTENSIVOS

No ano de 2018, o NIR recebeu 1.482 solicitações de cuidados intensivos sendo, 914 (62%) do sexo masculino e 568 (38,3%) do sexo feminino.

NÚMERO DE LEITOS REGULADOS NO MÊS

A média de leitos regulados no mês no período de agosto a dezembro de 2018 foi de 1.060,8 conforme

NÚMERO DE TRANSFERÊNCIAS

No período de agosto a dezembro de 2018 foi evidenciado uma média acumulada de **136,5** pacientes recebidos no hospital pelo Gerenciamento de Rede, destes **69,75** pacientes foram encaminhados para outra instituição hospitalar através de Contra Referência e **25,25** por Tratamento Fora de Domicílio.

ENSINO

Segundo dados do Núcleo de Educação Permanente (NEP) do HGP nove cursos de nível superior na área da saúde e três de nível técnico movimentaram os estágios durante o ano de 2018, contemplando um total de 2.047 alunos de nível superior e 255 de nível médio.

Cursos de Nível Superior na Área da Saúde em Estágios no HGP, 2018	
Curso	**Quant. Aluno**
Medicina - Internato	726
Medicina	451
Enfermagem	443
Fisioterapia	169
Odontologia	122
Nutrição	51
Farmácia	38
Serviço Social	30
Psicologia	17
Total	**2047**

Cursos de Nível Técnico na Área da Saúde em Estágios no HGP, 2018	
Curso	**Quant. Aluno**
Técnico de Enfermagem	224
Instrumentação Cirúrgica	25
Técnico em Análises Clínicas	6
Total	**255**

O estágio do curso de medicina no HGP (451 alunos) está distribuído em sete áreas de conhecimento:

Distribuição do Estágio do Curso de Medicina no HGP, 2018	
Área de Conhecimento	**Quant. Aluno**
Semiologia I	77
Medicina Doenças Infecto Parasitárias	75
Semiologia II	74
Habilidades Médicas I	71
Saúde do Adulto II	63
Saúde do Adulto I	60
Saúde Mental	31
Total	**451**

O Internato Médico no HGP (726 alunos) está distribuído em cinco áreas de conhecimento:

Distribuição do Internato Médico no HGP, 2018	
Especialidade	**Quant. Aluno**
Clínica Médica	174
Clínica Cirúrgica174	174
Urgência e Emergência	174
Ginecologia e Obstetrícia	145
Saúde Mental	59
Total	**726**

A Residência Médica no HGP (72 alunos) está distribuída em quinze especialidades:

Distribuição da Residência Médica por Especialidade no HGP, 2018.	
Especialidade	Quant. Aluno
Clínica Médica	12
Ginecologia e Obstetrícia	12
Cirurgia Geral	11
Anestesiologia	8
Ortopedia e Traumatologia	5
Medicina da Família e Comunidade	4
Psiquiatria	4
Dermatologia	3
Infectologia	3
Cirurgia do Aparelho Digestivo	2
Cirurgia Vascular	2
Medicina Intensiva Pediátrica	2

Reumatologia	2
Angioradiologia e Cirurgia Endovascular	1
Medicina Intensiva	1
Total	**72**

ATIVIDADES DO NEP NO HGP:

Indicadores de Educação Permanente no HGP em 2018	**Quant.**
Quantidade de Atividades Educativas no HGP	972
Quantidade de Participantes em Atividades Educativas	11.569
Quantidade de Horas em Atividades Educativas	1.943

Atividade do NEP no último quadrimestre de 2018					
Atividade	**Set.**	**Out.**	**Nov.**	**Dez.**	**Total**
Cursos / Palestras / Atividades Educativas Ministradas (Hora)	265	261	237	90	853
Cursos/Palestras/Atividades Educativas Ministradas (Quantidade)	127	128	102	40	397
Número de Participante	**1.591**	**1.504**	**1.067**	**509**	**4.671**

PESQUISA

O Serviço de Educação Permanente do HGP é responsável pela avaliação de projetos, acompanhamento e desenvolvimento de pesquisa científica dentro da instituição. Atualmente, a maioria dos projetos de pesquisa desenvolvidos pelos serviços possuem correlação direta com os indicadores de qualidade, técnico e assistenciais do Hospital. O apoio à pesquisa faz parte de uma estratégia de capacitação e aprimoramento das unidades de saúde. Entendemos que a assistência de qualidade não pode estar dissociada do ensino e da pesquisa.

Rol do escopo dos Projetos de Pesquisas a serem desenvolvidas no HGP, com solicitações de Pareceres Técnicos em 2018:

1. Etiologia da hemorragia digestiva alta em Hospital de Referência em Palmas-TO.
2. Treinamento de habilidades e competências sociais como ferramenta de enfrentamento e prevenção do estresse em uma equipe de saúde.
3. A caracterização dos hábitos de higiene oral e sua influência no tratamento de radioterapia.
4. Perfil de pacientes atendidos por tentativa de suicídio na unidade de urgência e emergência do HGP.
5. Perfil da assistência prestada a adultos residentes de Palmas-TO e com cânceres mais comuns no HGP.
6. Prevalência de sucesso no desmame ventilatório na UTI pediátrica em hospital público de Palmas.
7. O câncer infantil e o processo de requisição do benefício de prestação continuada - BPC no HGP.
8. A Importância da atuação da equipe multiprofissional para garantia do acesso integral dos usuários do SUS no HGP.
9. Análise de pacientes portadores de câncer de próstata, atendidos em Hospital de Referência do TO, aptos a Braquiterapia.
10. A percepção familiar sobre a qualidade do atendimento em terapia intensiva.
11. Política de humanização no Hospital Geral de Palmas.
12. A humanização no atendimento aos pacientes surdos pelos internos de Medicina no HGP.
13. Aplicabilidade de curativos de hidrogel com nano partículas de prata em queimaduras.
14. Análise de acidentes escorpiônicos em pacientes atendidos em hospitais e unidades de pronto atendimento de Palmas-TO.
15. Efetividade da marcação combinada de p16 e Ki67 na referência de mulheres com citologia ASC-US ou LSIL para colposcopia.
16. Terapia transfusional: da captação a transfusão em um Hospital de Referência de Palmas – Tocantins.
17. A percepção do usuário sobre a atuação do serviço social na internação ortopédica do HGP.
18. Avaliação da qualidade de vida de cuidadores de pacientes com neoessidades especiais.
19. Análise microbiológica das bancadas do setor de oncologia do HGP.
20. Traumatologia bucomaxilofacial: uma análise restropectiva dos pacientes atendidos pelo HGP.
21. Análise epidemiológica e RAPD-PCR de microorganismos envolvidos em infecção no HGP.
22. Avaliação do impacto de implementação da telemedicina em duas unidades de tratamento intensivo pediátrico no Brasil.
23. A importância da psicologia no Programa de Internação Domiciliar.
24. Monitoramento multicêntrico de infecções relacionadas à assistência à saúde e do seu custo em unidades de terapia intensiva em hospitais de referência em MG e no Brasil: impacto multirresistência.
25. Manifestações orais em pacientes adultos internados na UTI do HGP.
26. Principais procedimentos odontológicos realizados em pacientes do setor de oncologia do HGP.
27. Foto catálise heterogênea com dióxido de titânio: uma Alternativa para tratamento de efluentes de lavanderia hospitalar.
28. Avaliação subjetiva global preenchida pelo paciente, qualidade de vida e quantificação de marcadores Inflamatórios TNF-&945; IL - 6 em tratamento quimioterápico e radioterápico.
29. Fissuras lábio palatinas e suas principais causas: a influência dos fatores socioeconômicos em sua manifestação através de estudo de casos e análise literária.

Soluções – Projetos executados em 2018 para a qualificação da gestão, assistência e rede de atenção no HGP:

- Projetos OPAS/OMS: Plano Diretor Estratégico e Dimensionamento de RH a partir das Práticas de Cuidado.
- Projeto Einstein: Acreditação Hospitalar ONA Nível 1, Telemedicina e Capacitação dos servidores.
- Projeto Ministério da Saúde e FIOCRUZ: Qualificação das práticas de cuidado a partir das portas de entrada do SUS.
- Projeto Sírio Libanês: Excelência Operacional nas Emergências do SUS.
- Projeto Qualificação da Assistência em Terapia Intensiva Pediátrica por Telemedicina (TELEUTIP): parceria com o Ministério da Saúde através do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do SUS (PROADI-SUS), voltado para a Telemedicina. Este projeto torna possível o compartilhamento de informações em tempo real, por meio de videoconferências, entre a equipe da instituição em Porto Alegre e equipes assistenciais do HGP.

Outros projetos executados no HGP:

Projeto Cuidando de quem Cuida – Atenção ao Servidor

O projeto tem como objetivo ofertar atendimento médico, psiquiátrico, psicológico, trabalhos em grupo, rodas de conversa, terapia holística (massagem e barra de Access) entre outras atividades de valorização do Trabalho e do Trabalhador.

Os atendimentos são realizados com ênfase na promoção da saúde mental e qualidade de vida dos trabalhadores, promovendo valorização do trabalhador, prevenção do adoecimento mental, melhoria no clima organizacional e produtividade no ambiente do trabalho.

Entre os meses de maio a agosto 2018 foram realizados 94 (noventa e quatro) atendimentos psicológicos, que geraram 15 encaminhamentos para atendimento psiquiátrico e terapia holística (Barra de Access e massagem).

Ressaltando que houve a ampliação do quadro de profissionais (psicólogo) e dias de atendimento, aumentando assim a quantidade de atendimentos.

Projeto Cinoterapia:

A Cinoterapia ou Terapia Facilitada por Cães (TFC) é uma atividade que utiliza o cão como facilitador no processo terapêutico. Auxiliar na reabilitação de pacientes através da Cinoterapia, proporcionando momentos de alegria, alívio e relaxamento. Esse projeto é desenvolvido pelo Corpo de Bombeiro em parceria com o HGP.

O projeto proporciona um ambiente hospitalar humanizado, aproximando o paciente do seu cotidiano fora da instituição, reduzindo os sintomas de estresse e ansiedade comuns no paciente hospitalizado, auxiliando no combate a dor e sofrimento físico e emocional, favorecendo a manutenção da saúde e o alívio dos sintomas depressivos e estimulando a comunicação, a afetividade e a autoestima no paciente.

A Cinoterapia é uma intervenção que está sendo disponibilizada aos pacientes, após prévia avaliação da equipe multiprofissional, considerando os riscos e benefícios biopsicossociais. O projeto vem aconteceondo na sala da cinesioterapia no 4º piso e nos leitos. Os atendimentos ocorrerem uma vez por semana às terças-feiras e tem a duração de 1 (uma) hora.

O setor de humanização está responsável pelo apoio ao projeto. No período de maio a agosto de 2018 foram realizados 167 (cento e sessenta e sete) atendimentos, contando com a participação de 67(sessenta e sete) profissionais da equipe multidisciplinar, 05 (cinco) profissionais do corpo de bombeiros e 12 cães.

O setor de Humanização realiza diariamente o registro das atividades desenvolvidas através de formulários e consolida os dados mensalmente planilhas de Excel conforme definido nas normas, rotinas, POP's, SIPOC's.

Atividades de destaque no HGP em 2018:

- Eleição da Comissão de Ética Médica;
- Campanha Zero Adorno no Centro Cirúrgico, realizada pela condenação do setor e CCIH – Comissão de Controle de Infeoção Hospitalar;
- Campanha de Vacinação dos Servidores do HGP, realizada pela Saúde do Trabalhador;
- Realização de procedimentos cirúrgicos pelo Programa PAGH-Cirúrgico (Opera Tocantins);
- Projeto Organizando Sua Vida da Igreja Sibapa em parceria com o HGP, que realizou ciclo de palestras para os servidores com temas de importância pessoal e profissional;
- Instalação de placas de identificação nas entradas dos setores UTIs Adulto e Pediátrica, UCI, Sala Amarela, Sala de Emergência, Unidade do AVC Centro Cirúrgico;
- Instalação de painéis com informações sobre os atendimentos da unidade, missão, visão e valores em pontos estratégicos para conhecimento de servidores, colaboradores e usuários em geral;
- Assinatura do termo de compromisso para início do Projeto de Eficientização Energética do HGP, de iniciativa da empresa Energisa;
- Operação de novo equipamento de Ultrassonografia;
- Implantação do Projeto Consumo Consciente no Almoxarifado da unidade;
- Ampliação do Programa Emad – Atenção Domiciliar, o qual atualmente atende cerca de 180 pacientes em casa;
- Recebimento de 02 veículos Ambulância Máster L2H2, tipo furgão;
- Recebimento de 04 veículos para o Programa de Internação Domiciliar – Emad;
- Visita técnica ao Hospital de excelência Moinhos de Vento, em Porto Alegre – RS;
- Recebimento de 60 unidades de Conversores Digitais para adequação de televisores analógicos do hospital ao sinal digital de televisão;
- Recebimento de novos mobiliários para estruturar a Gerência de Custos;
- Realização do I Simpósio Multiprofissional de Cabeça e Pescoço;
- I Oficina de Segurança do Paciente do HGP;
- Início do II Curso de Atualização em Medicina de Emergência, promovido pelo Serviço de Emergência do HGP, tendo como público alvo médicos membros do corpo clínico do hospital e acadêmicos do curso de medicina.

Hospital Regional de Dianópolis - Unidade Hospitalar Porte II

O Hospital Regional de Dianópolis – HRD, situado na região sudeste do Estado do Tocantins foi inaugurado no ano de 1993. Está localizado na Região de Saúde Sudeste **que congrega 15 municípios com** população de 92.376 habitantes, conforme dados do IBGE/2018. O Hospital é referência para 08 municípios: Dianópolis, Almas, Novo Jardim, Porto Alegre do Tocantins, Rio da Conceição, Taipas, Ponte Alta do Bom Jesus e Taguatinga.

O HRD atende urgência/ emergência/internação clínica e obstetrícia tendo em seu corpo clínico as seguintes especialidades: Clínico Geral, Pediatra, Radiologista e Anestesista. Oferecendo os serviços de Apoio Diagnóstico em: Ultrassonografia, Mamografia, Raios-X e Elétron Cardiograma. Conta com a equipe Multiprofissional de Fisioterapia, Fonoaudiologia, Serviço Social, Nutrição, Psicologia, Farmacêutico, Enfermeiros, Técnicos e Auxiliares em Enfermagens, Técnico em Radiologia, Técnico em Laboratório. Opera com capacidade de 41 leitos de internação, 08 de observação clínica/ 03 leitos de Pré Parto/ Bloco Cirúrgico com duas salas operatórias, uma Sala de Recuperação Pós- Anestésica/ Central de Esterilização. Equipe composta por um quadro de 202 servidores da administração publica direta. Temos os seguintes serviços terceirizados: Serviços médicos, Manutenção Predial, Lavanderia e Nutrição/dietética.

No 1º quadrimestre: O hospital recebeu 12 aparelhos de ar condicionado, que permitirá a climatização de grande parte da unidade, levando mais conforto para servidores e pacientes, três ambulâncias, para os serviços de TFD – Transferência Fora do Domicilio, com isso garantindo mais agilidade nos casos que necessitem de atendimento fora do domicilio; realizadas manutenções do prédio, com pintura de algumas áreas da unidade.

No 2º quadrimestre: O Hospital Regional de Dianópolis recebeu uma ambulância se juntando as outras três que já fazem parte da frota do hospital, implementando o serviço de TFD.

Foram realizadas manutenções preventiva e corretiva do prédio, bem como a pintura. Readequação e reparos em paredes, portas, elétrico, hidráulico, piso, pintura e instalação de ar condicionado, no bloco cirúrgico, cozinha, enfermarias, setor administrativo, muro externo. Foi iniciada a organização do vestiário de apoio aos servidores e reparos no piso e rede hidráulica da lavanderia.

AÇÕES RELEVANTES:

Reestruturação do atendimento médico com garantia de cobertura da escala nos meses nos meses **de Setembro a dezembro/2018,** campanha Setembro Amarelo, outubro rosa, novembro azul, com roda de conversas, palestras. Dia D Contra a Violência Obstétrica. Palestra com médica para Equipe Multiprofissional.

TREINAMENTO E CAPACITAÇÕES:

Capacitação em Serviço de Referência – HMDR/Palmas no atendimento de pessoas em situação de violência(SAVI), participação em reunião do Colegiado das Maternidades – Rede Cegonha e Reunião com Gestores Ficais e Suplentes de Contratos dos serviços terceirizados.

Hospital Infantil de Palmas - Unidade Hospitalar Porte II

O Hospital Infantil de Palmas conta com atendimento de média complexidade para a região Capim Dourado. Idealizado para promover o atendimento na área infantil, na forma de urgência e emergência, é o único hospital exclusivamente pediátrico do Estado do Tocantins, localizado na cidade de Palmas-TO. O hospital é referência para tratamento de crianças de zero a doze anos incompleto. Atende os 139 municípios do Tocantins e recebe pacientes dos estados circunvizinhos. Têm em seu corpo clínico as seguintes especialidades: Pediatra, Dermatologia, Imunologia, Cardiologia, Endocrinologia, cirúrgica pediátrica, Gastroenterologia, Hematologia, Ortopedia, Otorrinolaringologista, Radiologista, Pneumologia, Reumatologia, Urologia, Infectologia, Nefrologia, Neuropediatra, Psiquiatra. As equipes de apoio na assistência aos pacientes é compostas por: Enfermeiros e Técnicos de enfermagem, Fisioterapeutas, Odontólogos, Assistente Social, Nutricionistas, Fonoaudiólogos, Farmacêutico e Psicólogos.

O corpo clínico primou por participar de todas as edições de cirúrgicas pediatrias, realizando um total de 208 cirurgias.

No 1º quadrimestre participação no 12º Mutirão Nacional de Cirurgia Pediátrica onde foram realizadas 17 cirurgias no dia 05 de maio de 2018, onde o Hospital Infantil Público de Palmas é o único em todo o Brasil que teve participação em todas as edições.

Foram feitos serviços de manutenção predial na pintura interna nos corredores do refeitório e da pediatria.

Instalação de 06 Monitores Cardíacos com treinamento das equipes na sua utilização; instalação de 01 Carro de Anestesia com 01 Monitor Cardíaco e 01 Capinógrafoembutidos; instalação de 07 Camas Beliches; instalação de 14 condicionadores de ar Splint; instalação de 03 Ventiladores Mecânico (com treinamento das equipes na sua utilização; instalação de 02 Poltronas Reclináveis para descanso dos acompanhantes, adequação do sistema de incêndio; troca da caixa d'agua de 15 mil litros; instalação do quadro elétrico para condicionadores de ar; implantação do Projeto KANBAN.

No 2º quadrimestre o Núcleo de Segurança do Paciente HIPP realizou treinamento e capacitação de servidores do hospital, quanto a notificações de Eventos Adversos e relacionados à implantação, condução e uso dos protocolos de identificação do paciente e de cirurgia segura no hospital, com o intuito de reduzir e zerar possíveis eventos adversos associados à esses,

colaborando para a qualidade da prestação de serviços assistenciais no HIPP, além da implantação do Novo Protocolo Pediátrico de Acolhimento e Classificação de Risco para Enfermeiros.

Atividades de educação permanente desenvolvidas no HIP, 2º Quad. 2018, Tocantins.	Quant. de Part.	Carga Horária
Metodologias Ativas: práticas educacionais inovadoras na saúde	01	16 horas
Oficina Plano de Gestão da Informação e Conhecimento	01	16 horas
Instrução Normativa nº 5, de 2017 – TCU.	01	08 horas
Oficina: Conhecer para compartilhar: A contribuição dos NEPs na construção da Política Estadual de Educação Permanente em Saúde.	01	16 horas
Palestra: Fluxograma de atendimento a pessoas vítimas de violência doméstica - SAVI/UFT	01	02 horas
Noções de Primeiros Socorros	01	10 horas
Introdução ao Orçamento Público I e II	01	10 horas
Capacitação em diagnóstico e tratamento de acidentes por animais peçonhentos	05	16 horas
Implantação do Novo Protocolo Pediátrico de Acolhimento e Classificação de Risco para Enfermeiros	06	04 horas
Implantação do Novo Protocolo Pediátrico de Acolhimento e Classificação de Risco para Enfermeiros	12	04 horas
Encontro Técnico: Desafios da Gestão dos Resíduos Sólidos no TO	02	08 horas
Workshop - Pequenos Sinais e Grandes Diagnósticos: Métodos e Condutas Fisioterapêuticas no Cuidado da Criança de Risco	04	20 horas
8º Congresso Brasileiro de Nutrição	01	32 horas
Treinamento Boas Práticas para Manipuladores de Alimentos	23	02 horas
Capacitação dos Profissionais para Operacionalizar o Protocolo de ACR no Sistema MVSOUL no HIP	15	02 horas
Capacitação dos Profissionais para Operacionalizar o Protocolo de ACR no Sistema MVSOUL no HIP	15	02 horas
Curso Intensivo em Ciências Biomédicas	01	72 horas
Oficina de Brinquedoteca no Contexto Hospitalar	30	12 horas
Oficina - Fortalecimento Redes, aprimorando o trabalho – Ludoteca.	117	8 horas
Oficina Regional para Elaboração da Política e do Plano Estadual de Educação Permanente do Tocantins	01	16 horas
Oficina: Balanço do Plano de Desenvolvimento Estratégico - OPAS	27	8 horas

Fonte: Hospital Infantil de Palmas, setembro/2018.

Atividades de Relevância:

- Projeto OPAS/OMS: Plano Diretor Estratégico – PDE (articulação e participação nas reuniões promovidas pela OPAS; monitoramento das ações do Plano Diretor Estratégico; participação da atividade de revisão do PDE);
- Planejamento de intervenção organizacional junto à recepção;
- Construção e apresentação do projeto de acolhimento ao novo trabalhador
- Participação de três trabalhadores do setor em todas as reuniões da Clínica ampliada culminando em alguns PTS construídos coletivamente e articulação da mesma conforme diretriz da PNH.
- Participações em reuniões intersetoriais demandadas da Clínica Ampliada.
- Pintura em telas com as crianças internadas conforme o Projeto ***Arte é Vida***.
- Confeção do material para bordado e orientação e acompanhamento da atividade conforme projeto ***Entrelaçando***.
- Articulação com parceiros externos e confecção de lembrancinhas para comemoração do dia das mães.
- Recebimento de doações de roupas e brinquedos de voluntários anônimos.
- Articulação e recebimento de doações de material de higiene de voluntários parceiros.
- Visita aos quartos para distribuição do manual do usuário do HIP e orientações aos acompanhantes.
- Articulação e planejamento do Projeto ***Ponto a Ponto***: semeando cuidados (auriculoterapia).
- Participação do curso de Brinquedista promovido pelo HIPP e ETSUS.
- Apresentação e articulação com a SEDUC para viabilização do Projeto ***Pedagogia Hospitalar***.
- Promoção de atividade relacionada a comemoração dos aniversários das crianças internadas, em parceria com o setor da Psicologia e Brinquedoteca.
- Participação em reunião para organização do mutirão da CIPE.
- Participação com atividades de entretenimento com as crianças e acompanhantes no Mutirão da CIPE.
- Participação das atividades da ***Cinoterapia*** em parceria com o corpo de bombeiros, acompanhando a execução do Projeto ***Meu Querido Terapeuta***.
- Participação juntamente com o setor de Psicologia do HIPP da panfletagem na **Agrotins** para divulgação da ***Cinoterapia*** e captação de voluntários em parceria com a CEULP/ULBRA e Bombeiros.
- Entrega de presentes de voluntários as mães alusivas ao dia das mesmas.

- Articulação e acompanhamento a ação de voluntários, com gincana e entrega de brindes em comemoração ao dia das mães.
- Escuta qualificada com acompanhantes e articulação com outros setores conforme demanda.
- Orientações e acompanhamento de voluntários novos.
- Parceria com o NASST para captação de voluntários para projetos aos trabalhadores, ações transversais.
- Exposição dos produtos oriundos do Projeto ***Entrelaçando***.
- Participação na articulação dos fluxos entre HIPP, RUE e RAS.

No 3º quadrimestre, destacam-se a participação nas oficinas promovidas pela OPAS sobre Indicadores Hospitalares e Segurança do Paciente. Participação no Seminário promovido pela VISA-TO para construção do Plano Estadual de Segurança do Paciente. Participação na oficina de formação do controle social em saúde do trabalhador e trabalhadora. Treinamentos de servidores para notificações de "Eventos Adversos" relacionados à implantação e condução do uso dos protocolos de identificação do paciente e de cirurgia segura. Implantação do Novo Protocolo Pediátrico de Acolhimento e Classificação de Risco. Capacitação em Serviço de Referência no Atendimento de Crianças em Situação de Violência (SAVI). Divulgação das atividades da cinoterapia do projeto Meu querido Terapeuta.

Hospital Regional de Guaraí - Unidade Hospitalar Porte II

Hospital Regional de Guaraí – HRG de média complexidade, dispondo de leitos de internação em Clínica Médica - 12, Clínica Cirúrgica - 17 e isolamento - 1, UCI – 3, Obstetrícia Cirúrgica – 7, Obstetrícia Clínica - 8, Pediatria Clínica – 13, leitos de observação: Adulto: 11 (06 femininos e 05 masculinos); Pediátrico: 03, sendo todos de urgência e emergência.

Cursos e Capacitações: Realização do I Fórum Perinatal em parceria com a Prefeitura Municipal e Faculdade Guaraí, tratando de assuntos obstétricos e organização do fluxo de trabalho multiprofissional. Realização de roda de conversa "Café da manhã informativo" com visitas guiadas para gestantes orientadas pela equipe multidisciplinar do HRG. Revisão e atualização da Sistematização da assistência de enfermagem ALA A e ALA B; Realização de capacitação da nova SAE (Serviço de Atendimento da Enfermagem). Realização de capacitação da nova SAE (Serviço de Atendimento da Enfermagem). Capacitação com os servidores da lavanderia sobre Segurança e Saúde Ocupacional em Lavanderia Hospitalar.

Foram feitos serviços de manutenção predial na área externa do Hospital (fachadas; calçadas, luminoso de identificação do hospital, luminoso de identificação da maternidade); no posto de enfermagem da ALA-A Obstetrícia; posto de enfermagem da ALA-B Clínica Médica; repouso dos profissionais da ALA-B clínica médica; repouso de enfermagem da clinica médica; enfermarias e piso da ALA A; expurgo ALA B; CME; sala de recuperação pós-anestésica 3 leitos e fluxo de entrada e saída do bloco cirúrgico por divisórias; sala de reuniões; pintura do Pronto Socorro.

Ações relevantes:

Implantação da COLSAT – Comissão Local de Saúde do Trabalhador, atendendo a Portaria da SESAU Nº 497, de 18 de Agosto de 2011.

- Implantação da ficha de indicadores da Assistência de Enfermagem.
- Revisão do Protocolo Assistencial da Enfermagem (Estadual).
- Implantação do senso de Classificação das Gestantes. Implantação do livro de Registros e Ocorrências da Unidade de Internação – UI.
- Campanhas de conscientização quanto ao não uso de adornos e cabelos soltos, e o uso correto do jaleco.
- Orientações sobre a forma correta de lavar/higienizar as mãos.
- Campanha de conscientização para o descarte apropriado do Lixo Hospitalar para conscientizar o profissional de saúde do HRG sobre as necessidades de descartar o lixo no local adequado.
- Implantação do Projeto Ginástica laboral por setor, com o intuito de prevenir lesões, fadigas musculares e corrigir vícios de postura, promovendo um bom relacionamento entre os trabalhadores e ajudando na prevenção e reabilitação de doenças ocupacionais.
- Implantação do Projeto Terapia Psicológica.
- Implantação do Projeto Saúde e Segurança do Trabalho – SST.
- Palestra sobre acidente no transito com a instrutora em segurança de transito proveniente DETRAN/CIRETRAN/GUARAÍ (CAMPANHA MAIO AMARELO).
- Palestra sobre o uso correto de EPIS.
- Palestra sobre alimentação saudável.
- Realização do dia D sobre violência obstetra para as gestantes do município.
- Implantação de protocolos, livros de registros dos serviços do centro cirúrgico.
- Promoção de ações educativas e métodos para diminuir os riscos de acidentes no trabalho e garantir segurança e saúde do trabalhador.
- Avaliação e monitoramento da quantidade de atestados recebidos no RH pelos servidores para verificar sua real necessidade com o intuito em diminuir o quantitativo de plantões extras.
- Projeto odontologia hospitalar com orientação aos servidores.
- Palestra sobre Síndrome de Burnout.
- Semana da saúde do trabalhador /coleta de PCCU.
- Realização do novembro azul com coleta de PSA e palestra educativa.
- Elaboração do mapa de risco: realizado o desenvolvimento de toda a planta baixa do hospital com seus devidos riscos, divididos por setores.
- Realização da I Feira Educativa do NVEH e CCIH.
- Participação do NVEH no I Simpósio da Região Norte de Doenças Emergentes e Reemergentes para a obtenção e multiplicação de conhecimentos.

Em 2018 foram feitas adequações aos parâmetros da Rede Cegonhas com treinamento da equipe para melhor atenção à saúde da mulher.

Hospital Regional de Miracema - Unidade Hospitalar Porte II

O Hospital de Regional de Miracema do Tocantins (HRM) criado em 1993, localiza-se na Região de Saúde Capim Dourado, sendo de referência aos municípios de Miracema do Tocantins – TO, Miranorte – TO, Tocantínia – TO, Rio dos Bois – TO, Rio Sono – TO e Lajeado – TO. O HRM oferta atendimentos de urgência/emergência nas especialidades de clínicas médica, ortopedia, cirurgia geral, cardiologia, urologia, obstetrícia e pediatria, e equipe multiprofissional de serviços nas áreas de psicologia, serviço social, fisioterapia, nutrição e odontologia com serviços de apoio diagnóstico (USG, ECG, radiologia e exames laboratoriais). Possui leitos de referência na Rede Cegonha para o parto habitual de sua Região de Saúde.

Conta com aproximadamente 324 servidores (em janeiro de 2018, 330 servidores, em novembro 319 e em dezembro 323 servidores), além dos serviços terceirizados.

CAPACIDADE DE ATENDIMENTO

Na Clinica Pediátrica atende crianças com idade igual ou inferior a 12 anos. Possui capacidade de 19 leitos para atendimento a pessoas que necessitam de assistência médica, sem apresentar risco iminente de morte, porém com estado geral grave/gravíssimo.

Na Clinica Médica atende usuários com idade de 13 anos acima, Homens e Mulheres. Possui capacidade de 16 leitos para atendimento a pessoas que necessitam de assistência médica, sem apresentar risco iminente de morte, porém com estado geral grave/gravíssimo.

Na Clinica Cirúrgica e Ortopédica atende usuários/as de todas as idades, possui capacidade de 17 leitos, atendendo pessoas que necessitam realizar procedimentos cirúrgicos de urgência, emergência e eletivas.

Na Maternidade/Clínica Obstétrica/Ginecológica atende-se mulheres em idade fértil, em período de gestação. Mulheres que necessitam de realizar cirurgias ginecológicas. Tem capacidade de 15 leitos para recuperação da Parturiente de parto normal e cesáreo, internação de gestante de risco intermediário. Ex: Ameaça de aborto, dentre outros e internação e recuperação pós cirúrgica de cirurgias ginecológicas.

No Berçário Patológico, com capacidade de 02 incubadoras e 01 berço aquecido e 01 aparelho fototerápico, atende-se recém-nascidos com relativo risco que necessita de transferência e/ou patologias pertinentes ao recém nascido.

Na Clínica de moléstias infecciosas - CMI possui capacidade de 02 leitos para atendimento a pacientes de todas as idades e gêneros que necessitam de isolamento de contato e/ou respiratório.

Na Cardiologia atende pacientes internados nas Clinicas Médicas, Clinicas Cirúrgicas, Clinica Pediátrica, Obstétrica, Pronto Socorro e Emergência nos casos de Urgências Clinicas, Avaliações e Ambulatorial.

Já na Clínica Médica e na Pediatria prestam atendimentos a adultos e crianças externas no Pronto Socorro e reavaliação e alta de crianças em observação e internadas nas enfermarias.

Na Ginecologia e Obstetrícia presta atendimentos a pacientes gestantes externas no pronto socorros, realiza partos normais e casarios no centro cirúrgico e realiza a reavaliação e acompanhamento de pacientes internadas e em observação nas enfermarias.

Também foram instalados os serviços da especialidade de Cirurgiões Dentistas, os quais, no Pronto socorro realizam Atendimentos de urgências e emergência em pacientes externos e nas Enfermarias realizam avaliação e orientação as mães quanto a higienização da cavidade bucal e aleitamento materno dos RN`s nascidos no hospital bem como atendimento a adultos e crianças internadas, Teste da Lingüinha. Procedimentos cirúrgicos em pacientes com necessidade especiais.

Nos serviços de Fisioterapia, os mesmos prestam atendimentos dos pacientes internados.

Já na Psicologia realiza-se o acompanhamento a pacientes internados e a familiares com neoessidades de orientação psicológica sobre os procedimentos adequados e necessários a recuperação do usuário.

A AGÊNCIA TRANSFUSIONAL é responsável pela comunicação com banco de sangue doador, localizado na cidade de Palmas/HEMOTO.

CENTRO CIRÚRGICO

O Hospital de Miracema conta com 02 Salas Cirúrgicas, 01 sala de Recuperação Pós Anestésico (RPA). No serviço de parto conta com a Sala 01 e 02 composta com 04 leitos sendo 03 PPP (Pré-Parto, Parto e Pós- Parto) e 01 leito comum e 02 berços aquecidos. Atendimento a pacientes que necessitam serem submetidos à cirurgia eletiva, de urgência ou emergência e ao parto cesáreo e normal.

O Hospital possui serviços de anestesiologia terceirizados mediante contrato com a COOPANEST, prestando atendimento à pacientes submetidos à cirurgia de urgência, emergência e eletiva.

No 1º quadrimestre houve melhorias no centro cirúrgico e no 2º quadrimestre (em julho) recebeu uma ambulância.

Foram realizadas Reuniões Mensais de Governança, com todos os Supervisores Responsáveis pelos setores para discussão dos problemas e pontuações das possíveis soluções.

- No mês de Junho de 2018 iniciou-se o serviço de Ginástica Laboral para os servidores do HRM com a equipe de Fisioterapia desta Unidade Hospitalar;
- No mês de Agosto de 2018 foi realizado primeiro parto humanizado com equipe de Fisioterapia.
- No mês de Agosto de 2018 a equipe multiprofissional participou do curso de Qualificação em Boas Práticas na Atenção ao Parto e Nascimento no HMDR;
- No mês de Agosto de 2018 a equipe multiprofissional participou do curso: Promovendo e Incentivando o Aleitamento Materno em um Hospital Amigo da Criança;
- No mês de Agosto de 2018 a equipe multiprofissional participou de uma Oficina Brinquedoteca no Contexto Hospitalar.

Hospital Regional de Paraíso - Unidade Hospitalar Porte II

Inaugurado em 1997, o hoje Hospital Regional Público de Paraíso Dr. Alfredo Oliveira Barros é uma unidade hospitalar de média complexidade. Está localizado na Região de Saúde do Cantão que abrange 15 municípios e uma população de 114.648 habitantes, conforme dados do IBGE/2018, com uma população aproximada de 55.000 habitantes, é referência para estes 15 municípios. Dispõe atualmente de um total de 112 leitos e desenvolve as seguintes especialidades: Clínica Médica, Cardiologia, Cirurgia Geral, Anestesiologia, Ultrassonografia, Ginecologia, Obstetrícia, Urologia, Endocrinologia, Gastroenterologia, Pediatria, Ortopedia, Psiquiatria e Cirurgia Plástica Reparatória. Oferece também os serviços de: Fonoaudiologia, Odontologia, Psicologia, Fisioterapia, atendendo aproximadamente 265 pacientes por dia.

- Implantação do Projeto Reciclagem (Coleta Seletiva) de resíduos sólidos e lixo hospitalar: Para a separação correta e descarte na fonte dos resíduos não contaminados, separando os recicláveis do resíduo comum, reduzindo com isso a quantidade de resíduos produzidos no hospital a serem levados ao lixão.
- Novo consultório de ortopedia: Com o intuito de melhor o atendimento aos pacientes da ortopedia, reformamos e ampliamos o consultório de atendimento.
- Organização das salas da Direção Técnica e Direção Administrativa, para melhor atender os servidores e usuários do hospital.
- Instalação da Farmácia Satélite no Pronto Socorro do Hospital para qualificar o serviço junto aos pacientes, instalamos a Farmácia Satélite a fim de que as equipes que trabalham neste setor possam prestar um serviço mais eficiente e qualificado aos usuários.
- Para melhor atender as pacientes das Clínicas Obstétrica e Ginecológica foi aberta uma nova recepção no hospital a fim de que as pacientes sejam atendidas em separado das outras clínicas. A Recepção da Maternidade passou a contar com um consultório médico, uma sala de acolhimento, uma sala de observação, uma sala para ultrassom e uma sala para a Saúde do Trabalhador e SAVIS.

Maio a Agosto de 2018 – melhorias na ambiência do Pré-parto; Refeitório dos servidores; Copa dos médicos: reforma do espaço destinado à copa dos médicos; abertura de mais uma entrada para pacientes e acompanhantes na Unidade.

Setembro a Dezembro de 2018 - melhorias na ambiência da sala de Psicologia: Sala de RX; Necrotério (interditamos o local que era utilizado pelas funerárias da cidade e reformamos o mesmo para ser utilizado apenas pelo hospital); instalação da Ludoteca para atendimento das crianças e adolescentes vítimas de violência sexual.

Hospital Regional de Porto Nacional - Unidade Hospitalar Porte II

O Hospital de Referência de Porto Nacional – HRPN classificado como unidade hospitalar de porte II para média complexidade. Está localizado na Região de Saúde Amor Perfeito que abrange 13 municípios e uma população de 103.350 habitantes, conforme dados do IBGE/2018, sendo referência para estes municípios nos atendimento de Urgências e Emergências, atendimento 24 horas/dia, com equipe multidisciplinar presente para Urgência e Emergência em Clínica Médica, Cirurgia Geral, Clínica Ortopédica. Possui 04 salas cirúrgicas, Unidade de Cuidados Intermediários – UCI. Presta serviços de radiologia, exames de Ecodopller, Eletrocardiograma e Endoscopia, Serviços Laboratoriais (terceirizado), Serviços de Ultrassonografia, Anatomia patológica (Biopsias), Centro Estadual de Reabilitação – C.E.R. com ambulatório de Fisioterapia e Fisioterapia em grupo, Fonoaudiologia, Nutrição, Psicologia, Ortopedia, Hidroginástica, Terapia Ocupacional e Serviço Social. Realização de Cirurgias de Urgência/Emergência e Eletivas. Ambulatório em Buco-Maxilo, Cirurgia Geral, Ginecologia, Cardiologia, Proctologia e Urologia.

No 1º quadrimestre: melhorias do PS para atender também a pediatria; melhorias nas enfermarias que receberá o serviço de pediatria; automação do grupo gerador do centro cirúrgico;adequação da rede de gases medicinais; melhorias da fachada e instalação de cobertura na entrada; instalação de aparelhos condicionadores de ar; mobiliários para o repouso dos profissionais.

No 2º e 3º quadrimestre destacam-se as atividades:

Oficina Pátria (nos sistema MV SOUL) de classificação de risco;

- Oficina de Acolhimento com Normas e Rotinas para os alunos do HRPN;
- Oficina em loco sobre prevenção de lesão por pressão;
- Oficina gestão da informação em saúde;
- Capacitação em diagnostico e tratamento de acidentes por animais peçonhentos;
- Acolhimento com os alunos de psicologia;
- Organização dos fluxos do Serviço Social;
- Oficina de Acolhimento com Normas e Rotinas;
- Organização dos pontos de atenção à saúde dos municípios de Porto Nacional;
- Oficinas de metodologias ativas e praticas educacionais inovadora na saúde;
- Cursos sobre dietas e atendimento ao cliente;
- Curso de Manuseio de Bomba de Infusão para Enfermagem;
- Abordagem ao paciente, Cuidados e Formas de tratamento do paciente;
- Percepção de Risco, Comportamento Saudável, Comportamento Seguro e Ergonomia;
- Prevenção de Lesões por Pressão.
- Orientações para Acompanhantes;
- Controle de Infecção: orientações relacionadas à manipulação do cateter venoso;
- Orientações relacionada a flebite aos acompanhantes e pacientes;
- Fluxograma de Atendimento de pessoas vitimas de violência física, psicológica, maus tratos e auto provocada; Definição de fluxos e formulários de avaliação e evolução da Equipe Multiprofissional.

Hospital e Maternidade Tia Dedé - Unidade Hospitalar Porte II

O Hospital Materno Infantil Tia Dedé, está em funcionamento desde 13 de julho de 2005, sendo uma instituição assistencial, de natureza pública, sob gestão do Estado, com classificação de Porte II, Referência para a Regional de Saúde Amor Perfeito composta por 13 municípios / 103.350 hab. Presta atendimento de Urgência e Emergência em Ginecologia, Obstetrícia e Pediatria Clínica. Conta com uma equipe multidisciplinar de diversas especialidades; perfazendo um total de 345 servidores,. Possui 15 leitos de Enfermarias/ 51 leitos de internação, 06 leitos no Pronto Socorro; Berçário Patológico com 06 leitos (UCINCO – 3), Unidade com 04 leitos (UCINCA 2 – em processo de habilitação); Unidade de Centro de Parto Normal C.P.N: 04 Leitos de Pré-Parto, Centro Cirúrgico – 01 Sala de Cirurgia, 01 Central de Material e Esterilização II; 01 Posto de Coleta de Leite Humano; 01 Sala de Vacina; Núcleo SAVIS – Serviço de Atendimento a Vitimas de Violência Sexual; salas de Atendimento Pediátrico, Ginecológico/Obstétrico, Ultrassonografia, RX, Estabilização, Sala de Medicação, Sala de Acolhimento com Classificação de Risco.

No 1º quadrimestre: capacitação das equipes para implantação dos 10 Passos para o Sucesso do Aleitamento Materno e Cuidado Amigo da Mulher; acolhimento Internato de Medicina; visita guiada à Gestantes; acolhimento de Estagiários de Enfermagem e Gerenciamento; capacitação SAVIS; acolhimento Estagiários de Enfermagem e Assistência; Pré-Natal Psicológico com estimulação do parto sem dor.

No 2º quadrimestre destacam-se as atividades:

Rodas de Conversa – Reflexão e Momento Devocional realizado as segundas-feiras; Treinamento Cuidados com Feridas e curativos para equipe de enfermagem; Palestras e Discussão sobre a Iniciativa Hospital Amigo da Criança – IHAC; Visita Guiada a Gestantes – UBS Vila Operária; Qualificação em Zero Morte Materna por Hemorragia; Palestras sobre Tema da Semana Mundial – Amamentação é a base da vida. Divulgação do Posto de Coleta.

- Redução de Despesas: Extras Plantões Médicos, Extras em Enfermagem, Nutrição e Dietética, Energia, Água, Xerox. Implantação de dispositivos de controle de estoque da Logística e Farmácia na dispensação de materiais, medicamentos e controlados.
- Treinamento cuidados com feridas e curativos para equipe de enfermagem; Palestras e discussão sobre o projeto Iniciativa Hospital Amigo da Criança – IHAC; Visita Guiada a Gestantes – UBS Vila Operária; Qualificação em Zero Morte Materna por Hemorragia; Palestras sobre Tema da Semana Mundial – Amamentação é a base da vida. Divulgação do Posto de Coleta.

Hospital Regional de Augustinópolis - Unidade Hospitalar Porte II

O Hospital Regional de Augustinópolis está localizado na Região Extremo Norte do Tocantins (Região de Saúde Bico do Papagaio), ponto estratégico na Rede de Atenção à Saúde do Estado, com atendimento de Urgências e Emergências Clínicas, Obstétricas, Pediátricas, Cirúrgicas,Ortopédicas e Procedimentos Eletivos regulados pelo SISREG, com abrangência regional. Pronto Socorro a Sala Vermelha com 03 leitos, Observação com 10 leitos e macas para medicação. Sob sua a administração está o Ambulatório de Especialidades Médicas para atendimentos referenciados aos municípios da Região de Saúde.

No 3º Quadrimestre de 2018 o Hospital realizou:

Serviço de Nutrição: Visitas diárias aos pacientes internos, execução triagem nutricional, elaboração de mapa diário de dietas conforme prescrição medica.

- **Fisioterapia:** atendimento e organização postural no leito; desenvolvimento de técnicas especifica para o retorno da função respiratória e motora; Adequação dos parâmetros e monitoramento em sala vermelha; atendimento no período 897 pacientes internos.
- **Fonoaudióloga:** avaliações recém nascidos, orientações referente ao aleitamento materno exclusivo; Realizados teste da linguinha em todos os nascidos na instituição; avaliação das funções orais com técnicas especifica para o tratamento e reabilitação da fala e ou mastigação/ deglutição. Atendimento no período 461 pacientes internos.
- **Terapeuta ocupacional:** avaliações recém nascidos, orientações referente ao aleitamento materno exclusivo; Banho de ôfuro em recém-nascidos: massagem shantala em RNs; Oferecimento de apoio físico e mental as gestantes no período de pré, parto e pós parto; avaliação de crianças com suposto déficit cognitivo físico motor; atraso no desenvolvimento neuropsicomotor; pacientes com sequelas de AVE realizando organização postural no leito e treinamento das atividades da vida diária; realização de atividades cognitivas para o estimulo das funções psíquicas e prevenção de deformidades provenientes dos longos períodos de internação. Em fase de implantação pintura gestacional. Atendimento no período 1.155 pacientes.
- **Psicologia:** atendimento aos pacientes internos, em todas as clinicas, a vitimas vulneráveis; apoio aos familiares e acompanhantes com perdas por óbito.
- Desenvolvimento de ações educacionais alertando sobre a Depressão/Suicídio.

- **Equipe SAVIS (SALA GARDENIA):** equipe multiprofissional para Acolhimento a vitimas de violência sexual; atendimento no período 16 vitima e familiares. Atualmente a equipe faz acompanhamento de 46 usuários.
- **Serviço Social:** atendimento aos pacientes internos; urgência e emergência a vitimas vulneráveis; funcionários; suporte a famílias com perdas por óbito; 408 condução de transferência para unidade de referencia ou tratamento fora do Atendimento no período, 3.026 pacientes e familiares.
- **Odontologia:** Avaliações em pacientes internados; avaliação e teste da linguinha com intervenção cirúrgica quando indicado; orientações referentes às boas praticas ao aleitamento materno exclusivo. Atendimento de extrações cirúrgicas a pacientes com necessidade especial.
- **Serviço de Bucomaxilofacial:** atendimento de urgência e emergência de trauma em face; triagem e orientação de pacientes com lábios leporinos; avaliação de pacientes de retorno pós-operatório na especialidade. Atendimento no período 30 pacientes internos.
- **Radiologia:** no arco cirúrgico, execução exames em cirurgias ortopédicas; na Sala de Emergência: pacientes em estado grave; Isolamento e leitos: pacientes impossibilitadas de remoção. Atendimento no período, 429 pacientes externos e 2.935 internos.
- **Mamografia:** consultas com mastologista e exames de mamografia. Atendimento a pacientes regulados no período 169 pacientes
- **Tomografia Computadorizado:** equipamentos funcionando somente para urgências e emergências aguardando contrato de profissional médico radiologista. Atendimento a pacientes no período 420 pacientes internos.
- **Serviços de Ultrassonografia:** atendimentos realizados, 837 pacientes externos e 459 internos.
- **Serviços de Ecografia:** atendimentos a pacientes externos 423 e 106 internos.
- **Serviços de Eletrocardiografia:** atendimentos a pacientes 734 externos e 382 internos.
- **Serviços de Endoscopia Digestiva Alta:** atendimentos no período 113
- **Serviço de oftalmologia:** atendimento em pacientes internados quando solicitado; avaliação e teste do olhinho. Atendimento de pacientes com necessidade especial. Atendimento no período 1.375 pacientes.
- **Serviço de Regulação de cirurgias Eletivas:** Cirurgias realizadas no período 892 pacientes todos regulados.

Núcleo de Educação permanente - NEP

Elaboração e desenvolvimento de ações lúdicas de dadas comemorativas; Participação de 20 funcionários em cursos externos; Realizado 17 palestras Internas com a participação de 360 funcionários; Acompanhamento de 28 acadêmicos do curso enfermagem da instituição UNITINS; e curso técnico em enfermagem 70 alunos; realizado ação setembro amarelo , outubro rosa e novembro azul com palestras, ofertas de corte de cabelo, maquiagem e orientações diversas de acadêmicos UNITINS, FABIC e curso técnico ; campanha de natal,distribuição de brinquedos e panetones para todos pacientes internos; bingo e apresentação de equipe de bale infantil ; musicas.

Núcleo de Regulação Interna - NIR

Iniciado o processo de implantação com pauta na reunião ordinária da CIR Bico, em 20/11/2018 no Município de Luzinópolis, com a presença da Direção Geral, Coordenação do Núcleo Interno de Regulação do Hospital Referencia de Augustinópolis, todos os Secretórios Municipais de Saúde da Região do Bico e representantes da SES. Serviço implantado em 01/12/2018 com ações educativas e orientações das demandas a ser referenciadas para a unidade. No período já foram regulados com vagas autorizadas 119 pacientes.

Ambulatório de Especialidades Medica - atendimento ambulatorial a pacientes com agendamento regulado (SISREG) em múltiplas especialidades. Atendimento no período 6.321 regulado.

Hospital Regional de Alvorada - Unidade Hospitalar Porte I

O Hospital de Referência de Alvorada fica entre os dezoito municípios componentes da Região da Ilha do Bananal, presta cobertura de atendimento hospitalar de Urgência e Emergência para a população do município de Alvorada e municípios vizinhos. Possui uma estrutura física de 22 leitos cadastrados no CNES, onde são divididos em: 05 leitos pediatras, 03 leitos obstétricos, 12 leitos de clínica geral, 02 leitos de especializada cirúrgica, 01leito de isolamento.

Melhorias de espaço físico para instalação da sala de RX e sala de emergência. Realização de cirurgia de baixa e média complexidade atendendo a demanda de 11 (onze) municípios. Nova rede elétrica para o Hospital. Adequação, substituição e organização de rede lógica, melhoria nas condições de trabalho no setor administrativo Administrativo, Reforma do refeitório, dos almoxarifados de alimentação e de materiais/medicamentos. No 2º quadrimestre, houve melhorias na ambiência.

Hospital Regional de Araguaçu - Tertuliano C. Lustosa - Unidade Hospitalar Porte I

Criado em 1994, o **Hospital Regional de Araguaçu – Tertuliano Corado Lustosa** está localizado na Região Sul do Tocantins, referência para o atendimento de urgências, emergências e cirurgias para os municípios de Araguaçu e Sandolândia, distritos, assentamentos e zona rural, além dos povos indígenas remanescentes das tribos Javaés, Karajás e Xerente residentes nas aldeias "Barreira Branca", "Barra do Rio", "Waritaxi", "Tahare", "Cristo Rei" e "Cobihete", localizadas na região da Ilha do Bananal. Corpo clínico os seguintes profissionais médicos: 6 Clínicos, 1 Cirurgião Geral, 1 Anestesiologista, 1 Pediatra. A equipe é compostas por: Enfermeiros, Técnicos e Auxiliares de enfermagem, Técnicos em Radiologia, Fisioterapeutas, Assistentes Sociais, Nutricionista, Fonoaudiologo, Farmacêuticos, Psicólogos, Administradores, e Analistas técnicos em serviços de Saúde. Possui ainda o serviço de transportes de pacientes - ambulância para as unidades de média e alta complexidade, sendo 1ª Referência HRG-Gurupi e 2ª Referência HGP-Palmas. Temos os seguintes serviços terceirizados: Manutenção Predial, Lavanderia e Nutrição/dietética.

Estrutura: melhorias na ambiência da fachada frontal - calçadas e estacionamento (fase de conclusão); organização do bloco cirúrgico (centro cirúrgico, centro obstétrico, CME, Sala de Recuperação do Paciente, Vestiários masculino e feminino); adequação do Posto Geral; pintura e troca dos telhados dos blocos I, II e III (externa) e restruturação da rede elétrica (em andamento).

Móveis e Equipamentos: instalação de um autoclave; Instalação de um PABX; instalação de 15 condicionadores de ar Splint; 01 Desfibrilador; 01 Monitor Cardíaco; 01 Aparelho de Anestesia – Adulto/Pediátrico/Neonatal (usado), 01 Aspirador cirúrgico (usado); 02 beliches para o repouso de enfermagem; Lavadora Industrial e Máquina de torcer industrial (lavanderia); Bancadas, armários e banquetas para o posto geral.

Veículos: 01 nova ambulância marca: Renalt, modelo: Master; troca do antigo veículo administrativo (por um seminovo).

Ações relevantes: Após quatro anos de subutilização do Centro Cirúrgico e Cirúrgico/Obstétrico, a unidade hospitalar voltou a realizar cirurgias de pequeno e algumas de médio porte, atendendo ao anseio da população assistida pela unidade hospitalar. Participação efetiva junto ao Colegiado Intergestores Regionais da Saúde – CIR.

Treinamentos e capacitações: Reuniões de governança sistemática que visa implantação de melhorias no processo de trabalho; participação nas oficinas para a elaboração da Política Estadual de Educação Permanente em Saúde, no ETSUS; curso de Boas Práticas em Atenção ao Parto e Nascimento no HRTCL; participação Seminário para construção do Plano

Estadual de Segurança do Paciente promovido pela Vigilância Sanitária Estadual – VISA-TO; treinamento para os servidores Circulantes do Centro Cirúrgico; oficina de Sistematização dos processos da Enfermagem ; treinamento em eletrocardiograma; Implantação do Protocolo de Acolhimento com Classificação e Risco.

Hospital Regional de Arapoema - Unidade Hospitalar Porte I

O Hospital de Referência de Arapoema passou a se chamar **Hospital e Maternidade Irmã Rita** através da Lei nº 3.383, de 27 de julho de 2018 possui estrutura física com 28 leitos cadastrados no CNES. É referencia em urgência e emergência para os municípios circunvizinhos de Pau D'arco, Bernardo Sayão, Bandeirantes e referencia para especialidades com os municípios de Santa Fé, Muricilandia, Aragominas, Cachoeirinha, Angico, Couto Magalhães e Nova Olinda. Realiza atendimentos também aos municípios do Pará como Floresta do Araguaia devido à proximidade.

Oferta os serviços de urgência/emergência, internação em clínica médica, cirúrgica, pediátrica e obstétrica. Atendemos em nível ambulatorial as especialidades de Ginecologia/Obstetrícia, pré - Cirúrgico, Anestesiologia, Cardiologia, Ortopedia e Pediatria além dos serviços desempenhados pela Equipe Multidisciplinar como Fisioterapeuta, Assistente Social, Nutricionista, e os serviços auxiliares de diagnóstico, radiologia, ultrassonografia, eletrocardiograma, laboratório clínico e de anatomia patológica.

Dentre as atividades desenvolvidas destacamos:

Realização das reuniões mensais de Governança, CCIH, Farmácia Terapêutica, Óbito, Revisão de Prontuário, Segurança do Paciente, Humanização, Ética Médica e Comissão de Ética de Enfermagem;

- Reativação do Centro Cirúrgico;
- Realização de cirurgias eletivas obedecendo ao Sistema de Regulação Estadual;
- Adesão ao Programa Opera Tocantins;
- Participação das reuniões mensais da CIR;
- Realização da 1º Reunião Técnica com os Secretários Municipais de Saúde dos municípios de Arapoema, Angico, Aragominas, Bandeirantes, Bernardo Sayão, Couto Magalhães, Muricilândia, Nova Olinda, Pau D'arco e Santa Fé, juntamente com seus Reguladores Municipais e Assistentes Sociais, com o propósito de ampliarmos as pactuações de serviços ofertados por nossa unidade, onde contamos com a presença do Assessor Técnico de Regulação Macro Centro Norte - Bento Ribeiro Ferreira e a Técnica da PPI – Simone Rios Luz;
- Regulação das consultas especializadas;
- Criação de um grupo da regulação no Whatshap para melhor comunicação entre os reguladores com o objetivo de diminuir as ausências nas consultas e localização dos pacientes;
- Substituição e instalação de ar condicionado na unidade para melhorar a ambiência e o atendimento aos usuários;
- Reparos nos sumidouros com o objetivo de minimizar o impacto ambiental causado pelo vazamento das fossas sépticas e reduzir gastos com o esgotamento;
- Instalação de luz de emergência para adequação da segurança ao paciente solicitada pela VISA-TO;
- Instalação de barra de apoio nos banheiros das enfermarias, visando garantir a segurança ao paciente;
- Instalação de gerador automático de energia para segurança ao paciente;
- Desenvolvimento do Projeto "Cuidando de quem cuida" no outubro Rosa e Novembro azul com o objetivo de despertar no profissionais da saúde que atuam na unidade a importância do cuidado com a própria saúde;
- Contratação dos servidores da lavanderia devido ao encerramento de contrato de lavanderia;
- Controle mais efetivo dos gastos fixos da unidade com orientações e a participação dos servidores.

Educação Permanente

Foram realizados durante o ano de 2018 pelo NEP vários processos educacionais como: treinamentos em serviço,rodas de conversa, cursos e oficinas sobre diversos temas a fim de capacitar, reciclar e desenvolver os profissionais em suas atividades diárias.

CAPACITAÇÕES NO PERÍODO	
Palestras	39
Nº de participantes	511
Quantidade de Horas	465

Investimentos recebidos (equipamentos):

04 - Ar condicionado Split de 9.000 Btu's

03 - Ar condicionado Split de 18.000 Btu's;

02 - Ar condicionado Split de 24.000 Btu's;

03 - Ar condicionado split de 30.000btu's.

01 - Ambulância Máster L2H2, tipo Furgão, Renault;

01 - Aparelho de anestesia, Marca K Takaoka (usado);

01 – Monitor multiparametrico;

03 – camas beliches 02 leitos montável e desmontável;

Hospital Regional de Arraias - Unidade Hospitalar Porte I

O Hospital Regional de Arraias, inaugurado em 11/03/1992, está localizado na Região Sudeste, é um hospital de pequeno porte, referência no atendimento de urgência/emergência de baixa e média complexidade. O Hospital Regional de Arraias conta com aproximadamente 177 servidores, (em janeiro de 2018, 190 servidores, em novembro 172 e em dezembro 169 servidores). No ano de 2018, a unidade hospitalar ofertou aos seus usuários, ambulatórios nas especialidades de Cardiologia, Cirurgia Geral, Ginecologia e Obstetrícia, Ortopedia, Pediatria e Urologia. Ofertou ainda os serviços de Fisioterapia, Fonoaudiologia, Nutrição, Odontologia Hospitalar (odontoamamentação e odontoprevenção) e Psicologia. E ainda, os seguintes serviços de apoio diagnóstico: Raios-X, Ultrassonografia, Eletrocardiograma, Exames laboratoriais Punções e Biopsias. O Hospital implantou o serviço de Regulação para agendamento dos procedimentos eletivos (cirurgias, consultas ambulatoriais e exames de apoio diagnóstico).

No que concerne à segurança e ao atendimento humanizado ao paciente, a instituição contou com os serviços do Núcleo de Segurança do Paciente, Comissão de Controle de Infecção Hospitalar, Núcleo de Vigilância Epidemiológica, Comissão de Farmácia e Terapêutica, Comitê Transfusional e Acolhimento com Classificação de Risco.

A unidade contou ainda com a Brinquedoteca da instituição como ferramenta para promoção e recuperação de saúde dos usuários assistidos pela Pediatria do Hospital.

Manutenção predial: pintura do imóvel, adequação de bate-macas nas enfermarias e corredores, adequação das redes de gases medicinais, reforma dos muros frontais, alargamento da rampa de acesso à porta de entrada da unidade hospitalar, adequação dos banheiros dos servidores e enfermarias, telas de proteção das janelas da instituição e da rede elétrica para instalação de aparelhos de ar condicionado, adequação de espaço físico da sala para a implantação dos Protocolos de Classificação de Risco, e melhoria da ambiência do Pronto Socorro.

Recebeu 01 veículo ambulância furgão Master, ano de fabricação 2018. Aparelhos de ar condicionado para instalação em ambientes como enfermarias, sala de procedimento, sala de imobilização ortopédica, Serviço Social. E, um kit com duas serras elétricas e uma tesoura, equipamentos imprescindíveis para a remoção das imobilizações ortopédicas gessadas.

Hospital ampliou seu quadro de profissionais médicos, contratando 01 (um) Pediatra, 03 (três) Clínicos Gerais e 01(um) Ginecologista Obstetra; fato que fez aumentar consideravelmente a demanda de procedimentos eletivos como cirurgias e consultas ambulatoriais.

Os casos de urgência e emergência, para os quais este serviço não é referência, recebem o primeiro atendimento e são encaminhados para os municípios de Gurupi, Porto Nacional ou Palmas.

Hospital Regional de Pedro Afonso - Unidade Hospitalar Porte I

O Hospital Regional de Pedro Afonso, de atendimento de média complexidade que atende à população do município de Pedro Afonso e mais 23 municípios que são pactuados para realização de Cirurgias Eletivas. Possui estrutura física para oferta dos serviços de urgência/emergência, internação em clínica médica, cirúrgica, pediátrica e obstétrica. Atende em nível ambulatorial as especialidades de Ginecologia/Obstetrícia Pediatria dermatologia além dos serviços desempenhados pela Equipe Multidisciplinar como Fisioterapeuta, Assistente Social e Nutricionista, os serviços auxiliares de diagnostico são Radiologia, Ultrassonografia, Eletrocardiograma, Laboratório Clínico e de Anatomia Patológica. Tem em seu corpo clinico as seguintes especialidades: Cirurgia geral, Ginecologia e Obstetrícia, Pediatria, Dermatologia e Anestesiologia.

No 1º quadrimestre: melhorias de pinturas, trocas e reposição de móveis, deixando o ambiente agradável para os servidores e os usuários deste hospital.

No 2º quadrimestre: adequações na ambiência.

No 3º quadrimestre passou por e melhoria da ambiência em toda sua estrutura física, iluminação, janela e portas com adequações e pinturas, bem como a instalação de um exaustor, deixando o ambiente agradável para os servidores e os usuários deste hospital.

Recebeu os equipamentos: Ventilador mecânico, (com treinamento das equipes para utilização do mesmo), Bisturi Elétrico, Carrinho de Anestesia, Berço Fototerápico, Monitor Cardíaco.

Governança: Revisão do Regimento Interno; instituição do Colegiado; elaboração do Plano de Trabalho Individual; elaboração do Plano de Trabalho em Equipe; elaboração dos Procedimentos Operacionais padrão do Setor; elaboração do Mapa de Leito; ações do Outubro Rosa, e Novembro Azul com palestras e cartazes informativos. Houve também Mobilização sobre Parto Humanizado e Violência Obstétrica ministrada por Enfermeiro Especialista em Obstetrícia. Execução da Identificação dos ambientes e dos números de leitos. Elaboração da Carta de Serviços e implantação do Protocolo de Classificação de Risco:

Participação nas Reuniões Inter Intergestores da CIR e CIB, indicadores de gestão no Etsus e Seminário Segurança do Paciente pela Visa Estadual.

Hospital Regional de Xambioá - Unidade Hospitalar Porte I

O Hospital Regional de Xambioá, situada no extremo norte do Estado, é referência para pacientes dos municípios de Ananás, Angico, Araguanã, Carmolândia, Darcinópolis, Luzinópolis, Piraquê, Wanderlândia, Xambioá. Atendimento das áreas rurais dos municípios de Aragominas e Santa Fé do Araguaia devida superlotação da UPA de Araguaína. Considerando ainda HRXambioá por ser um de fronteira com o estado do Pará é muito comum atendimento de urgência provenientes dos municípios como Piçarra e São Geraldo do Araguaia. Na Unidade são ofertadas especialidades clínica médica, clínica cirúrgica, serviço social, odontologia, fisioterapia, psicologia e nutrição. A população também tem acesso a serviços ambulatoriais, ultrassonografia e outros.

O presente relatório tem por objetivo apresentar os serviços executados pelo Hospital Regional de Xambioá – HRXambioá, referente aos meses de setembro, outubro, novembro e dezembro de 2018. Observar avanços e problemáticas na execução destes serviços e ao mesmo tempo avaliar causas e suas estratégicas de solução.

Leitos por Especialidade	
Especialidade	Nº de Leitos
Clínica Obstétrica	06
Clínica Cirúrgica Feminina	04
Clínica Cirúrgica Masculina	04
Clínica Médica Feminina	13
Clínica Médica Masculina	08
Clínica Pediátrica	07
Observação	06
Número total de leitos ativos	48 leitos

Relação entre serviços especializados e número de atendimento mensal				
Especialidades	**Set /2018**	**Out /2018**	**Nov /2018**	**Dez /2018**
Urgência e emergência	1.647	1.983	1.982	2.000
Pediatria	56	68	86	76
RX	316	376	295	348
Nutrição	03	0	0	1
Psicologia *	4	6	05	06
Ginecologia	78	81	74	67
Fisioterapia **	15	13	17	09
Utrassonografia	104	137	48	19
Odontologia	14	11	15	05

Observação:

* Alguns atendimentos não foram contabilizados por erro no sistema de informação;

** Diminuição no número de atendimento devido manutenção na sala de atendimento fisioterápico.

Principais realizações (setembro a dezembro de 2018)

- Mapeamento do Hospital;
- Divisão das atividades dos encarregados de acordo com o mapeamento das áreas do hospital;
- Estabelecimento de escalas de serviço;
- Implantado o fluxograma da limpeza diária e mensal;
- Uso obrigatório de EPIs disponíveis pelos funcionários;
- Realização de reuniões mensais com os encarregados;
- Estabelecido o cronograma de limpeza concorrente e terminal;
- Instituído check list para conferência diária das limpezas realizadas;
- Substituição de alguns suportes para sabão e papel toalha na unidade;
- Cronograma de limpeza nos setores da Unidade;
- Realização de limpeza grossa nos corredores hospitalar, bem como aplicação de cera auto-brilho;
- Pesagem individual de cada peça do enxoval.

A coordenação de enfermagem participou do Fórum Perinatal: Mudanças de Paradigmas à Assistência ao Parto Nascimento, I seminário estadual de segurança do paciente e idealizou juntamente com o NEP palestras referentes ao Setembro Amarelo e Outubro Rosa.

Atendimentos do Serviço Social no HR Xambioá				
Atividades	**Set /2018**	**Out /2018**	**Nov /2018**	**Dez /2018**
Encaminhamento	44	44	28	24
Atendimento	05	03	12	12
Orientação	01	02	02	03
Contato com outros serviços	55	47	37	32

SETEMBRO AMARELO:

Em alusão ao Setembro Amarelo houve uma Palestra abordando o tema e sua importância em ser divulgada e combatida diante de todos os casos existentes, logo após servimos um delicioso café da manha para todos que participaram.

OUTUBRO ROSA:

Abertura oficial da programação no dia 11/10/2018 com um vídeo com alguns colaboradores desta Unidade, onde convidamos as mulheres para participar de palestras e um café da manha. Realizamos no dia 26 de outubro Uma Palestra e algumas apresentações finalizando a campanha Outubro Rosa "No meu peito só cabe Amor"

NOVEMBRO AZUL:

No dia 25 de novembro 2018, realizamos em parceria com Secretária Municipal de Saúde uma partida de futebol alusivo a campanha "Novembro Azul", além da partida fora ministrada um palestra para todos os participantes presentes.

Em novembro de 2018 foi instalado o autoclave na sala do CME. Era uma necessidade antiga do setor, visto que a máquina antes utilizada se mostrava obsoleta.

Atividades do PDE em 2018, comum ao 4 Hospitais de Porte III e o HIP:

A elaboração do Planto Diretor Estratégico, que teve início em 2017 por meio da parceria com a Organização Pan-Americana de Saúde – OPAS/OMS, Termo de Cooperação Técnica – TC 094/2016, objetivando, a partir da identificação do perfil epidemiológico, aprimorar a gestão dos hospitais estaduais, a construção e implantação do PDE (Plano Diretor Estratégico) para os Hospitais Porte III (Hospital Geral de Palmas, Hospital Maternidade Dona Regina, Hospital Regional Araguaína e Hospital Regional de Gurupi), bem como o HIP (Hospital Infantil de Palmas), por ser o único Hospital Infantil para atendimento a demandas da rede do SUS.

O Projeto foi iniciado no mês de julho de 2017 ocasião em que foi realizada nos dias10 a 12 a *"Oficina de trabalho Projeto Rede hospitalar do Estado de Tocantins"* com as equipes diretivas da SES, hospitais e Secretário de Estado da Saúde. A oficina teve os seguintes objetivos:

- Conhecer as expectativas dos dirigentes e profissionais da SES em relação ao Projeto de Apoio à Qualificação da Rede hospitalar – 5 hospitais
- Validar as diretrizes estratégicas do referido projeto e a partir da análise do contexto atual, identificar os principais objetivos a serem alcançados

A proposta de melhoria da gestão dos hospitais estaduais está embasada em três diretrizes estratégicas:

- Implementar um modelo de atenção integral e humanizado com foco na qualidade de assistência e segurança dos usuários.
- Integrar o hospital no sistema de saúde loco regional articulado as redes de atenção a saúde e linhas de cuidado.
- Exercer um modelo de gestão compartilhada baseada na contratualização de metas e resultados com critérios claros de avaliação e controle.

Foram realizadas oficinas para implementação e monitoramento do plano operativo com detalhamento das ações em vários temas e setores do hospital no que se refere aos eixos da gestão, assistência e rede. Apresentando-se as seguintes propostas: nova estrutura organizacional e base de regimento do hospital e de suas unidades de produção; fortalecimento da gestão colegiada alinhada com a proposta de estrutura organizacional e também com o respectivo PDE; análise de possibilidades de descentralização administrativa e orçamentária; Painel de Indicadores para Gestão da informação.

Também de grande relevância no âmbito do PDE foi a análise da verticalização das jornadas de trabalho; propostas de organização da cadeia de suprimento e farmácias satélites; apoio ao processo de revisão do perfil do hospital; articulação para revisão dos procedimentos de enfermagem; diagnóstico de situação das comissões técnicas do hospital apontando os problemas a serem superados, subsídio ao plano de ação.

Em Oficina de trabalho com especialista foi elaborado o plano de ação do Programa de Segurança do Paciente.

Capacitação e apoio para implementação do Kanban, Projeto Terapêutico Singular, visita multidisciplinar.

Apoio as ações do NIR nos hospitais favorecendo a desospitalização e gestão da ocupação e permanência.

Apoio na Unidade de cuidados paliativos no; Pactos de fluxos de linha de cuidado em rede com o município.

A taxa de ocupação hospitalar dos 18 Hospitais Regionais encontra-se disponível para monitoramento em tempo real no painel do Integra Saúde em http://sistemas.saude.to.gov.br/paineis/index.php?actAppBase=b2N1cGFjYW89b2N1cGFjYW9faG9zcGl0YWlz

Taxa de Ocupação Hospitalar/Hospital/Porte - Período janeiro a agosto de 2018						
HOSPITAL PORTE I						
HPP de Alvorada	HR de Araguaçu	HR de Arapoema	HR de Arraias	HR de Pedro Afonso	HR de Xambioá	**Média**
25%	**22%**	**3%**	**2%**	**42%**	**41%**	**23%**

HOSPITAL PORTE II								
HR de Augustinópolis	HR de Dianópolis	HI de Palmas	HR de Guaraí	HR de Miracema	HR de Paraíso	HR de Porto Nacional	HM Tia Dedé	**Média**
81%	**17%**	**97%**	**26%**	**35%**	**58%**	**65%**	**55%**	**55%**

HOSPITAL PORTE III				
HR de Araguaína	HM Dona Regina	HR de Gurupi	Hospital Geral de Palmas	**Média**
100%	**88%**	**99%**	**89%**	**93%**

Fonte: Censo hospitalar Soul/MV.

Insta salientar, que uma das principais medidas de eficiência e resultado positivo obtido na execução em 2018 foi a contratação de alimentação fornecida para os 18 Hospitais.

As atuais contratações, decorrentes do Pregão Eletrônico - PE nº 174/2018, Processo 2018/30550/002470, teve seu edital de licitação publicado com estimativa, às fls. 223, no valor mensal de R$5.604.800,55 e anual de R$67.257.606,60.

O resultado desta licitação (fls. 1883) foi homologado no valor total anual de **R$34.882.086,00** para três fornecedores, e não mais para um único fornecedor, sendo eles: **M L de Mattos Muller Eireli; Oliveira e Cia Ltda; M.S. Gestão em Alimentação S.A**.

Portanto, obteve-se uma redução de R$32.375.520,60 correspondendo a 48% de redução em relação ao estimado e 47% de redução em relação ao contrato anterior da Litucera Limpeza e Engenh Ltda, cujo valor médio mensal de despesas com a alimentação era de R$5.472.164,59.

DADOS COMPARATIVOS NAS CONTRATRAÇÕES DOS SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DOS SERVIÇOS DE NUTRIÇÃO/DIETÉTICA ENTRE AS LICITAÇÕES DE 2012 E DE 2018				
LICITAÇÃO 2018			**LICITAÇÃO 2012**	
Nº DO LOTE	**EMPRESA VENCEDORA**	**VALOR ANO (R$)**	**EMPRESA VENCEDORA**	**VALOR ANO (R$)**
LOTE 01	GESTÃO EM ALIMENTAÇÃO S/A	12.186.949,92	LITUCERA LIMPEZA E ENGENH LTDA	65.665.975,08
LOTE 02	OLIVEIRA & CIA LTDA	6.550.536,00		
LOTE 03	OLIVEIRA & CIA LTDA	9.464.434,32		
LOTE 04	ML DE MATTOS MULLER EIRELI	6.680.165,76		
TOTAL GERAL		**34.882.086,00**	**TOTAL GERAL**	**65.665.975,08**
47% de redução em relação a contrato de 2012				

A realização desta contratação na licitação de 2018 se deu por meio de lotes, formando-se 04 Lotes de agrupamento das unidades por região e por quantidade de leitos e refeições, equilibrando o montante de refeições em cada lote e agrupando as unidades hospitalares em regiões geográficas próximas, de modo que:

- O quantitativo estimado do **LOTE 2** foi composto pela quantidade de refeições do Hospital Geral de Palmas/Casa de Apoio Vera Lúcia e Hospital Infantil de Palmas, totalizando uma quantidade **média de 1.591.836 refeições por ano**.
- O **LOTE 3** foi composto pela quantidade estimada de refeições do Hospital Dona Regina Siqueira Campos/Casa da Gestante Bebê e Puérpera, Hospital Regional de Guaraí, Hospital Regional de Miracema, Hospital Regional de Paraíso, Hospital Regional de Pedro Afonso, totalizando uma quantidade **média de 1.111.476 por ano**, o que traz equilíbrio quantitativo e viabilidade logística.

Abaixo consta o quadro de composição dos 4 lotes, demonstrando que de fato a sua organização demonstra equilíbrio na licitação (Anexo X - do Termo de Referência - Composição dos Lotes do Edital do PE nº 174/2018).

COMPOSIÇÃO DOS LOTES - ANEXO X DO EDITAL DO PE Nº 174/2018

LOTE 1	**Leitos**	**Qtd Refeições/Mês**	**Qtd Refeições/ Ano**
HOSPITAL REGIONAL DE ARAGUAINA/CASA DE APOIO GLÓRIA MORAIS	261	94.654	1.135.848
HOSPITAL REGIONAL DE ARAPOEMA	28	3.704	44.448
HOSPITAL REGIONAL DE AUGUSTINOPOLIS	115	22.467	269.604
HOSPITAL REGIONAL DE XAMBIOÁ	28	6.413	76.956
CAPS II	-	4.708	56.496
CAPS INFANTIL	-	3.366	40.392
TOTAL	**432**	**135.312**	**1.623.744**

LOTE 2	Leitos	Qtd Refeições/Mês	Qtd Refeições/ Ano
HOSPITAL INFANTIL DE PALMAS	32	17.112	205.344
HOSPITAL GERAL DE PALMAS/CASA DE APOIO VERA LÚCIA	353	115.541	1.386.492
TOTAL	**385**	**132.653**	**1.591.836**
LOTE 3	**Leitos**	**Qtd Refeições/Mês**	**Qtd Refeições/ Ano**
HOSPITAL DONA REGINA SIQUEIRA CAMPOS/CASA DA GESTANTE BEBÊ E PUÉRPERA	124	46.363	556.356
HOSPITAL REGIONAL DE GUARAI	58	8.156	97.872
HOSPITAL REGIONAL DE MIRACEMA	70	12.513	150.156
HOSPITAL REGIONAL DE PARAISO	98	19.465	233.580
HOSPITAL REGIONAL DE PEDRO AFONSO	32	6.126	73.512
TOTAL	**382**	**92.623**	**1.111.476**
LOTE 4	**Leitos**	**Qtd Refeições/Mês**	**Qtd Refeições/ Ano**
HOSPITAL DE PEQ. PORTE DE ALVORADA	23	3.061	36.732
HOSPITAL MATERNO INFANTIL TIA DEDE	49	12.527	150.324
HOSPITAL REGIONAL DE ARAGUACU	30	4.513	54.156
HOSPITAL REGIONAL DE ARRAIAS	49	4.878	58.536
HOSPITAL REGIONAL DE DIANOPOLIS	39	6.018	72.216
HOSPITAL REGIONAL DE GURUPI	120	37.074	444.888
HOSPITAL REGIONAL DE PORTO NACIONAL	101	21.475	257.700
TOTAL	**411**	**89.546**	**1.074.552**
TOTAL GERAL	**1.610**	**450.134**	**5.401.608**

Os gases medicinais foi outra despesa essencial com significante economicidade na licitação para os Hospitais Regionais em 2018, conforme demonstrado abaixo:

Objeto	Valor Estimado (R$)	Valor Licitado (R$)	Economia	
			(R$)	%
Gases Medicinais	39.970.940,40	10.575.546,12	29.395.394,28	**74%**

Fonte: SES-TO/ Superintendência da Central de Licitações - Publinexo/ Comprasnet, emitido em janeiro de 2019

Governo do TOCANTINS

Ações Temáticas Prioritárias
Período: Anual (2018)

Relatório de Gestão das Ações Temáticas Prioritárias por Programa

Unidade Gestora:

30550	Fundo Estadual de Saúde

Objetivo:

Melhorar o desempenho, resolutividade e qualidade das unidades hospitalares do Estado.

Indicador:

-Taxa de ocupação hospitalar nos Hospitais Regionais da Rede Estadual

Programa:

1165	Integra Saúde

Ação:

Código	Título	Prioritária
4153	Qualificação de leitos no ponto de atenção hospitalar	Sim

Orçamento - 12/2018:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
26.704.959,00	10.970.000	37.674.959,00	33.472.281,02	30.983.613,07	30.921.931,05	4.202.677,98	88,84	92,56	99,80

Gestao do SUS — 0248

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
88.000,00	0,00	88.000,00	0,00	0,00	0,00	88.000,00	0,00	0,00	0,00

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2018							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
10.302.1165	33.90.30	0248	34.000,00	0,00	34.000,00	0,00	0,00	0,00	34.000,00	0,00	0	0
10.302.1165	33.90.39	0248	54.000,00	0,00	54.000,00	0,00	0,00	0,00	54.000,00	0,00	0	0

Media e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar — 0250

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
26.616.959,00	10.970.000,00	37.586.959,00	33.472.281,02	30.983.613,07	30.921.931,05	4.114.677,98	89,05	82,43	82,26

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2018							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
10.302.1165	33.90.14	0250	181.156,00	-30.000,00	151.156,00	0,00	0,00	0,00	151.156,00	0,00	0	0
10.302.1165	33.90.30	0250	14.835.803,00	21.834.000,00	36.669.803,00	32.866.427,92	30.377.759,97	30.316.077,95	3.803.375,08	89,62	82	82
10.302.1165	33.90.36	0250	124.200,00	0,00	124.200,00	0,00	0,00	0,00	124.200,00	0,00	0	0
10.302.1165	33.90.39	0250	10.634.000,00	-10.634.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
10.302.1165	33.90.92	0250	841.800,00	-200.000,00	641.800,00	605.853,10	605.853,10	605.853,10	35.946,90	94,39	94	94

Meta Física:

2016	2017	2018	2019	Unidade	Sigla
140	58	34	58	Unidade	un

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2018)	Execução	% Execução
	3o Quadrimestre	34	34	100,00

Análise:

A meta física alcançada nesta ação foi de 34 leitos qualificados, considerando os leitos hospitalares dos pontos de atenção das Redes de Urgência e Emergência, Rede Cegonha, Rede de Atenção Psicossocial, Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas dotados de plenas condições de atendimento ao usuário do SUS.

As despesas de exercício anterior pagas no ano de 2018 são referentes ao pagamento de Pessoa Jurídica, totalizando o montante de R$ 641.800,00. No período ocorreu uma movimentação financeira (suplementação) no valor de R$ 10.970.000,00 a fim de atender despesas com aquisição de medicamentos e serviços (18,13%), aquisição de materiais e medicamentos (81,6%), despesas com diárias para servidores com viagens oficiais cujas atividades sejam relacionadas à Ouvidoria (0,27%). Ressaltamos que os responsáveis pela ação não foram informados dessa movimentação financeira.

A Qualificação de Leitos consiste na eficiência do cuidado prestado nas unidades hospitalares com melhoria dos recursos tecnológicos, aquisição e reparos de equipamentos, aprimoramento profissional e manutenção dos leitos existentes por meio de recursos financeiros repassados pelo Ministério da Saúde.

Segue abaixo situação atual da implantação e qualificação de leitos cadastrados no Sistema de Apoio à Implementação de Políticas de Saúde - SAIPS/MS:

- A Portaria nº 866 de 27 de abril de 2016, habilitou 02 (duas) Equipes Multidisciplinares de Atenção Domiciliar (EMAD) e 01 (uma) Equipe Multidisciplinar de Apoio (EMAP) no Estado; informamos que foi implantado e estão em funcionamento as 02 Equipes Multiprofissionais de Atenção Domiciliar no HGP. Além disso, foi habilitada uma 3º equipe EMAD específica para o cuidado de

ventilação mecânica, conforme Anexo I da Portaria nº 3.563/GM/MS, de 21 de dezembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União, nº 245-A, de 22 de dezembro de 2017, Seção 1, Edição Extra, página 14.

- Solicitado implantação de 19 leitos clínicos de retaguarda no HR Porto Nacional, conforme aprovação em CIB/TO Nº 108/2016, de 18 de agosto de 2016. Aprovado pelo Ministério da Saúde (MS);
- Solicitado implantação de 29 Leitos de retaguarda em Paraíso – TO, conforme Aprovação em CIB/TO Nº 109/2016, de 18 de agosto de 2016. Aprovado pelo Ministério da Saúde (MS);
- Solicitado implantação de 19 leitos de retaguarda no Hospital Regional de Porto Nacional, conforme a aprovação CIB/TO Nº 108/2016 que dispõe sobre a aprovação desses leitos;
- Solicitado implantação de 01 leito de IAM no Hospital Geral de Palmas (HGP) e 05 leitos de Acidente Vascular Cerebral (AVC) conforme aprovação em CIB/TO Nº 107/2016, de 18 de agosto de 2016 da implantação de 05 leitos da Linha do Cuidado do Acidente vascular cerebral;
- Solicitado a implantação de 01 leito da linha do cuidado do Infarto Agudo do Miocárdio (IAM) no Hospital Geral de Palmas (HGP). Aguardamos parecer do Ministério da Saúde (MS);
- Referente à implantação dos 10 leitos de UTI Pediátrica do HRA, foram implantados os 10 leitos de UTI Pediátrica no Hospital Municipal Dr. Eduardo Medrado no município de Araguaína.

A Qualificação de leitos no ponto de atenção hospitalar é referente às redes temáticas (Rede Cegonha, Rede de Atenção às Urgências, Rede de Atenção Psicossocial, Rede de Doenças Crônicas), ou seja, a Qualificação de Leitos consiste na eficiência do cuidado prestado nas unidades hospitalares com melhoria dos recursos tecnológicos, reparos de equipamentos, aprimoramento profissional e manutenção dos leitos existentes por meio de recursos financeiros repassados pelo Ministério da Saúde (MS).

Quando relacionamos os recursos financeiros com a execução da meta física, foram emprenhados 88,84% do autorizado, fato que só foi possível devido à suplementação orçamentária em ralação ao orçamento inicial. Quando observamos o quanto foi realizado da meta física, é demostrada a eficiência da ação, pois os leitos qualificados estão em efetivo funcionamento, garantindo a oferta da assistência ao usuário do SUS.

A economicidade da ação se deve ao fato de que o processo de aquisição de materiais e medicamento, posto que nos dados consolidados de janeiro a dezembro, referentes às licitações, houve economicidade devido ao aumento de fornecedores no processo licitatório, cerca de 720, gerando preços menores devido à maior concorrência.

Governo do TOCANTINS

Ações Temáticas Prioritárias
Período: Anual (2018)

Relatório de Gestão das Ações Temáticas Prioritárias por Programa

Unidade Gestora:

25010	Secretaria da Fazenda e Planejamento

Objetivo:

Incrementar o Nível de Arrecadação do Estado do Tocantins

Indicador:

-Incremento real da arrecadação de ICMS

Programa:

1166	Planejamento, Orçamento e Gestão

Ação:

Código	Título	Prioritária
1116	Aperfeiçoamento da gestão tributária - PROFISCO	Sim

Orçamento - 12/2018:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
22.077.350,00	-11.650.000	10.427.350,00	1.873.916,04	1.252.842,84	1.250.435,08	8.553.433,96	17,97	66,85	99,80

Operacoes de Credito Externas - Em Moeda — **4220**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
22.077.350,00	-11.650.000,00	10.427.350,00	1.873.916,04	1.252.842,84	1.250.435,08	8.553.433,96	17,97	12,01	11,99

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2018							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
04.122.1166	44.90.30	4220	0,00	175.000,00	175.000,00	74.101,14	17.695,49	17.695,49	100.898,86	42,34	10	10
04.122.1166	44.90.35	4220	5.308.000,00	-3.600.000,00	1.708.000,00	567.870,75	527.897,14	527.887,14	1.140.129,25	33,24	30	30
04.122.1166	44.90.36	4220	0,00	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0	0
04.122.1166	44.90.39	4220	6.100.000,00	-4.851.000,00	1.249.000,00	299.759,62	172.993,00	170.595,24	949.240,38	23,99	13	13
04.122.1166	44.90.47	4220	29.350,00	0,00	29.350,00	20.795,90	20.795,90	20.795,90	8.554,10	70,85	70	70
04.122.1166	44.90.51	4220	9.780.000,00	-3.000.000,00	6.780.000,00	678.107,90	512.899,98	512.899,98	6.101.892,10	10,00	7	7
04.122.1166	44.90.52	4220	790.000,00	-384.000,00	406.000,00	232.719,40	0,00	0,00	173.280,60	57,32	0	0
04.122.1166	44.90.92	4220	20.000,00	0,00	20.000,00	285,21	285,21	285,21	19.714,79	1,42	1	1
04.122.1166	44.90.93	4220	50.000,00	0,00	50.000,00	276,12	276,12	276,12	49.723,88	0,55	0	0
04.122.1166	44.50.51	4220	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
04.122.1166	44.50.52	4220	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			

Meta Física:

2016	2017	2018	2019	Unidade	Sigla
0	2	40		Porcentagem	%

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2018)	Execução	% Execução
	3o Quadrimestre	40	40	100,00

Análise:

A ação foi executada parcialmente não atingindo a meta física prevista de 40% para o exercício de 2018. A meta financeira *mostra uma tímida execução, correspondente 17,97% do orçamento autorizado.*

Para dinamizar o desenvolvimento do novo Sistema de Administração Tributária, foram estabelecidas 05 prioridades. A prioridade 01 corresponde a: Arrecadação, Conta Corrente, Cadastro de Contribuintes, Domicílios Eletrônico Fazendário, Gerenciamento Eletrônico de Documentos, Monitoramento dos Serviços, Nota Fiscal Avulsa e Sistema Público de Escrituração Digital, e já se encontram em fase de testes de fumaça e de funcionalidade, para posteriormente ser colocado em produção. Com relação as demais prioridades do SAT, as mesmas serão finalizadas até fins de 2019. O redesenho e os casos de uso negocial e de linguagem de sistema de todos os módulos do Sistema estão sendo finalizados.

É necessário que a meta física tenha sua efetividade executada nas entregas planejadas, conforme abaixo:

1. Sistemática de legislação tributária implantada (interpretação e aplicação) - PROFISCO: (3.5) Está com 2% de suas atividades realizadas. Módulo redesenhado, casos de uso negocial e de sistema elaborado. Aguardando a prioridade do start dos serviços

2. Sistema Público de Escrituração Digital – SPED implementado - PROFISCO: (4.2) Está com 4% de suas atividades realizadas, Este produto está sendo executado no produto Modelo de Informações Econômico-Fiscais informatizado implementado. Módulo redesenhado, caso de uso negocial e de sistema elaborado. Em fase de codificação pela Fábrica de Software.

3. Programa de Educação Fiscal estadual atualizado, ampliado e implementado - PROFISCO: (9.2) Está com 4% de suas atividades realizadas. Realização de dois seminário de educação fiscal nas cidades de Palmas, Araguaína e Gurupi para disseminação da educação fiscal.

4. Processo de recuperação de créditos fiscais / cobrança administrativa (incluindo modalidades especiais de cobrança) informatizado e implementado - PROFISCO: (3.6) Está com 2% de suas atividades realizadas, Módulo redesenhado, casos de uso negocial e de sistema elaborado. Módulo em fase de teste pela TI e posterior aprovação do gerente do Produto.

5. Processo de gestão voltado ao planejamento e gerenciamento das receitas informatizado e implantado - PROFISCO: (3.1) Está com 2% de suas atividades realizadas. Seleção de ferramentas de BI e capacitação em Gestão e planejamento de Receitas e elaboração de indicadores. Em fase de implementação da ferramenta de BI.

6. Processo de Fiscalização do ICMS (Trânsito e Estabelecimentos) e apuração da produtividade informatizado e implementado – PROFISCO: (3.2) Está com 4% de suas atividades realizadas. Módulo redesenhado, casos de uso negocial e de sistemas elaborado. Está na Fábrica de Software para codificação.

7. Processo de Fiscalização de Outras Receitas (IPVA, ITCD e Taxas) remodelado e implementado - PROFISCO: (3.7) Está com 2% de suas atividades realizadas. Módulo redesenhado, casos de uso negocial e de sistemas elaborado. Está na Fábrica de Software para codificação.

8. Processo de arrecadação informatizado e implementado - PROFISCO: (3.3) Esta com 9% de suas atividades realizadas. Módulo redesenhado, casos de uso negocial e de sistema elaborado. Módulo em fase de teste pela TI e posterior aprovação do gerente do Produto.

9. Plataforma de serviços ao cidadão contribuinte implementado - PROFISCO: (9.1) Está com 2% de suas atividades realizadas. Concluído os serviços da consultoria, aguardando a implementação pela área de negócio.

10. Modelo de Informações Econômico-Fiscais informatizado implementado - PROFISCO:(3.4) 3% Esta entrega esta aguardando o prazo definido na prioridade. Composto dos produtos Cadastro, NFE-e, SPED estaõ na Fábrica para desenvolvimento da codificação. Os produtos Restituições, Boletim de Preços Mínimos e IPM estão em fase final de elaboração dos casos de uso de sistema.

11. Gestão de processo eletrônico tributário implementado - PROFISCO: (5.1) 1% Módulo redesenhado. Caso de uso negocial elaborado. Em fase de elaboração dos casos de uso de sistema

12. Cadastro nacional sincronizado, aperfeiçoado e implementado - PROFISCO: (4.1) Está com 5% das atividades realizadas.Este produto está sendo executado no produto Modelo de Informações Econômico-Fiscais informatizado implementado. Módulo redesenhado, caso de uso negocial e de sistema elaborado. Em fase de codificação pela Fábrica de Software.

No decorrer da execução detectou-se dificuldades no desenvolvimento das atividades por parte da fábrica de software, sendo necessário a revisão dos produtos dentro das prioridades estabelecidas e a prorrogação do prazo de implantação do SAT para fins de 2019.

Também fora executadas atividades relacionadas à capacitação da área tributária, aquisição da ferramenta de BI - Tableau, ARCGIS, aquisição de equipamento de Informática; aquisição de eletrodomésticos e mobiliários para o Anexo III e IV.

Executou-se as obras dos Postos Fiscais de Aguiamópolis, Bela Vista e Bezerra.

Contratação de consultoria para vistoriar as obras.

Pagamento da consultoria do Centro Interamericano de Administração Tributária -CIAT.

As alterações de R$ -11.650.000,00, refere-se a suplementação para ação 1111 sem cancelamento, referente à contrapartida BID, para pagamento de overhead, no mês de abril de 2018, conforme estabelecido no Inciso VI da Clausula Quarta, do Convênio de Cooperação Técnica nº 001/2013, com o Centro Interamericano da Administração Tributária - CIAT.

Governo do TOCANTINS

Ações Temáticas Prioritárias
Período: Anual (2018)

Relatório de Gestão das Ações Temáticas Prioritárias por Programa

Unidade Gestora:

25010	Secretaria da Fazenda e Planejamento

Objetivo:

Modernizar a Gestão Fazendária

Indicador:

-Percentual de Servidores da Sefaz Capacitados em suas Áreas de Competência
-Percentual de Processos Tributários Automatizados
-Percentual de Sistemas Integrados ao Novo Sistema de Administração Financeira Estadual - SIAFE - TO

Programa:

1166	Planejamento, Orçamento e Gestão

Ação:

Código	Título	Prioritária
1109	Administração do PROFISCO	Sim

Orçamento - 12/2018:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
397.000,00	0	397.000,00	314.641,34	300.275,70	296.341,26	82.358,66	79,25	95,43	98,68

Operacoes de Credito Externas - Em Moeda 4220

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
397.000,00	0,00	397.000,00	314.641,34	300.275,70	296.341,26	82.358,66	79,25	75,63	74,64

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2018							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
04.122.1166	44.90.14	4220	50.000,00	0,00	50.000,00	8.101,50	8.101,50	8.101,50	41.898,50	16,20	16	16
04.122.1166	44.90.33	4220	50.000,00	0,00	50.000,00	46.540,22	46.540,22	46.024,05	3.459,78	93,08	93	92
04.122.1166	44.90.35	4220	217.000,00	20.000,00	237.000,00	227.015,14	217.726,67	214.308,40	9.984,86	95,78	91	90
04.122.1166	44.90.39	4220	60.000,00	-25.000,00	35.000,00	8.656,32	8.656,32	8.656,32	26.343,68	24,73	24	24
04.122.1166	44.90.47	4220	20.000,00	0,00	20.000,00	20.000,00	14.922,83	14.922,83	0,00	100,00	74	74
04.122.1166	44.90.92	4220	0,00	5.000,00	5.000,00	4.328,16	4.328,16	4.328,16	671,84	86,56	86	86

Meta Física:

2016	2017	2018	2019	Unidade	Sigla
50	30	20	10	Porcentagem	%

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2018)	Execução	% Execução
	3o Quadrimestre	20	20	100,00

Análise:

A meta física atingiu 20%, o que representa 100% da ação executada para 2018. Foram realizadas as seguintes atividades: contração de consultoria, compras de material de apoio e de informática, compras de ferramentas de gestão para o monitoramento do Projeto Profisco, realizada auditoria nos processos e procedimentos, contratação de consultoria individual para acompanhar os processos quanto à elaboração de termos de referencias das aquisições no âmbito do Projeto e capacitação de servidores. A meta financeira atingiu uma execução de 79,25%, positiva para o bom desenvolvimento de suas entregas. Essa ação foi importante para o Projeto Profisco, haja vista que proporcionou uma melhor gestão do projeto, possibilitando sua execução de forma mais eficiente.O valor de R$ 4.328,16 refere-se a despesas com contratos firmados com recursos do Projetos Profisco realizados em 2017 e pagos em 2018.

Governo do TOCANTINS

Ações Temáticas Prioritárias
Período: Anual (2018)

Relatório de Gestão das Ações Temáticas Prioritárias por Programa

Unidade Gestora:

25010	Secretaria da Fazenda e Planejamento

Objetivo:

Modernizar a Gestão Fazendária

Indicador:

-Percentual de Servidores da Sefaz Capacitados em suas Áreas de Competência
-Percentual de Processos Tributários Automatizados
-Percentual de Sistemas Integrados ao Novo Sistema de Administração Financeira Estadual - SIAFE - TO

Programa:

1166	Planejamento, Orçamento e Gestão

Ação:

Código	Título	Prioritária
1031	Participação em eventos de cooperação nacional e internacional - PROFISCO	Sim

Orçamento - 12/2018:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
900.000,00	0	900.000,00	594.229,00	572.581,73	572.581,73	305.771,00	66,02	96,35	100,00

Operacoes de Credito Externas - Em Moeda 4220

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
900.000,00	0,00	900.000,00	594.229,00	572.581,73	572.581,73	305.771,00	66,02	63,62	63,62

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2018							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
04.129.1166	44.90.14	4220	200.000,00	36.492,00	236.492,00	232.722,00	232.722,00	232.722,00	3.770,00	98,40	98	98
04.129.1166	44.90.33	4220	300.000,00	31.000,00	331.000,00	300.000,00	278.352,73	278.352,73	31.000,00	90,63	84	84
04.129.1166	44.90.36	4220	0,00	13.000,00	13.000,00	2.721,00	2.721,00	2.721,00	10.279,00	20,93	20	20
04.129.1166	44.90.39	4220	400.000,00	-80.492,00	319.508,00	58.786,00	58.786,00	58.786,00	260.722,00	18,39	18	18

Meta Física:

2016	2017	2018	2019	Unidade	Sigla
50	30	100	57	Unidade	un

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2018)	Execução	% Execução
	3o Quadrimestre	100	100	100,00

Análise:

A meta da ação foi executada como previsto, houveram 100 participações de servidores em grupos de trabalhos que trataram de assuntos como:

Grupo Técnico GT-47 - tratou-se Reforma Tributária e assuntos Legislativo;

GT Financeiro - Gfim tratou-se de Transferência Voluntárias de Contabilidade;

GT-18 - tratou-se de Assuntos de Corregedores de Fazenda;

GT-NFE - tratou-se de Nota Fiscal Eletrônica;

GT-38: Tratou-se de Simples Nacional;

GT23: Tratou-se de Energia Elétrica e Comunicação;

GT-05: Tratou-se de Combustiveis;

GT-51 - ratou-se de ITCMD; e de Meios de Pagamentos Eletrônicos;

GT 34 - tratou-se de Substituição Tributária;

GT 54 - Tratou-se de Comércio Exterior;

GT-06 - trataou-se de Sinief;

GT-53 - tratou-se de Arrecadação de Tributos, e reuniões do Encat, Cotepe, Cogef e Confaz.

Estes eventos tem reuniões mensais, e alguns a periodicidade trimestral, tendo acontecido em diversas cidades do Brasil. A participação dos servidores teve o intuito de capacitar e atualizar o conhecimentos dos servidores nos temas abordados, objetivando contribuir para a melhoria dos procedimentos de arrecadação tributária. A execução da meta financeira ficou em 66,02%, positivamente para a execução das atividades da ação.

Governo do TOCANTINS

Ações Temáticas Prioritárias
Período: Anual (2018)

Relatório de Gestão das Ações Temáticas Prioritárias por Programa

Unidade Gestora:

25010	Secretaria da Fazenda e Planejamento

Objetivo:

Modernizar a Gestão Fazendária

Indicador:

-Percentual de Servidores da Sefaz Capacitados em suas Áreas de Competência
-Percentual de Processos Tributários Automatizados
-Percentual de Sistemas Integrados ao Novo Sistema de Administração Financeira Estadual - SIAFE - TO

Programa:

1166	Planejamento, Orçamento e Gestão

Ação:

Código	Título	Prioritária
1069	Melhoria da infraestrutura das Unidades da SEFAZ	Sim

Orçamento - 12/2018:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
320.000,00	5.814.060	6.134.060,00	1.735.699,10	1.568.558,46	1.568.558,46	4.398.360,90	28,29	90,37	100,00

Recursos Ordinarios - Administracao Direta — **0100**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
320.000,00	-225.940,00	94.060,00	94.058,95	61.558,46	61.558,46	1,05	99,99	65,44	65,44

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2018							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
04.122.1166	33.90.30	0100	40.000,00	-1.800,00	38.200,00	38.200,00	38.200,00	38.200,00	0,00	100,00	100	100
04.122.1166	33.90.39	0100	90.000,00	-57.499,00	32.501,00	32.500,49	0,00	0,00	0,51	99,99	0	0
04.122.1166	44.90.51	0100	190.000,00	-166.641,00	23.359,00	23.358,46	23.358,46	23.358,46	0,54	99,99	99	99

Alienacao de Bens — **0226**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
0,00	6.040.000,00	6.040.000,00	1.641.640,15	1.507.000,00	1.507.000,00	4.398.359,85	27,17	24,95	24,95

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2018							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
04.122.1166	44.50.51	0226	0,00	134.641,00	134.641,00	0,00	0,00	0,00	134.641,00	0,00	0	0
04.122.1166	44.90.51	0226	0,00	1.155.359,00	1.155.359,00	134.640,15	0,00	0,00	1.020.718,85	11,65	0	0
04.122.1166	44.90.52	0226	0,00	4.750.000,00	4.750.000,00	1.507.000,00	1.507.000,00	1.507.000,00	3.243.000,00	31,72	31	31

Meta Física:

2016	2017	2018	2019	Unidade	Sigla
0	0	1	0		Nenhum

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2018)	Execução	% Execução
	3o Quadrimestre	1	0	0,00

Análise:

A meta física foi executada parcialmente, devido aos contigenciamentos definidos pelo Governo, o que impediu a realização das atividades, com isso a execução orçamentário-financeiro atingiu 28,29% do planejado/autorizado, abaixo do desejado. Outro fator que comprometeu a execução das atividades desta ação, que é importante para a arrecadação foi a burocracia e morosidade da Secretaria da Infraestrutura em relação aos projetos arquitetônicos.

Para manter as Unidades da Secretaria da Fazenda (sede, anexos, Egefaz, delegacias regionais e postos fiscais), foram realizados serviços como:

Reforma das unidades da Sefaz: Construção do alambrado no Pátio do Anexo II da Sefaz; despesas com execução de serviços necessários ao novo layout da Escola Fazendária que engloba ampliação da Gerência da Administração, adequação da Sala da Educação Fiscal e Sala do RACK (01)

Reparos das unidades Sefaz: Contratação de empresa especializada para conserto do telhado do prédio da Delegacia Regional de Fiscalização Miracema - TO.

Além disso foram adquiridos equipamentos de informática (servidor de aplicação e upgrade de san switch).

A alteração de R$ 5.814.060,00 refere-se a superavit financeiro, o qual já está comprometido com despesas como reformas de unidades fiscais, aquisições de veículos e material permanentes para o ano de 2019.

OBS: Verifica-se que a unidade de medida não está de acordo com o que foi planejado. Onde se lê: medida Nenhum, leia-se: medida unidade

Governo do TOCANTINS

Ações Temáticas Prioritárias
Período: Anual (2018)

Relatório de Gestão das Ações Temáticas Prioritárias por Programa

Unidade Gestora:

25010	Secretaria da Fazenda e Planejamento

Objetivo:

Modernizar a Gestão Fazendária

Indicador:

-Percentual de Servidores da Sefaz Capacitados em suas Áreas de Competência
-Percentual de Processos Tributários Automatizados
-Percentual de Sistemas Integrados ao Novo Sistema de Administração Financeira Estadual - SIAFE - TO

Programa:

1166	Planejamento, Orçamento e Gestão

Ação:

Código	Título	Prioritária
1050	Implantação do novo modelo de gestão de pessoas - PROFISCO	Sim

Orçamento - 12/2018:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
1.531.000,00	-30.000	1.501.000,00	393.954,07	379.013,38	375.413,38	1.107.045,93	26,24	96,20	99,05

Recursos Ordinarios - Administracao Direta — **0100**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
30.000,00	-30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2018							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
04.128.1166	33.90.30	0100	10.000,00	-10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
04.128.1166	33.90.36	0100	5.000,00	-5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
04.128.1166	33.90.39	0100	15.000,00	-15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			

Operacoes de Credito Externas - Em Moeda — **4220**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
1.501.000,00	0,00	1.501.000,00	393.954,07	379.013,38	375.413,38	1.107.045,93	26,24	25,25	25,01

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2018							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
04.128.1166	44.90.35	4220	1.030.000,00	0,00	1.030.000,00	349.809,10	349.809,10	349.809,10	680.190,90	33,96	33	33
04.128.1166	44.90.39	4220	300.000,00	-50.000,00	250.000,00	0,00	0,00	0,00	250.000,00	0,00	0	0
04.128.1166	44.90.47	4220	0,00	50.000,00	50.000,00	30.600,00	29.204,28	25.604,28	19.400,00	61,20	58	51
04.128.1166	44.90.52	4220	171.000,00	0,00	171.000,00	13.544,97	0,00	0,00	157.455,03	7,92	0	0

Meta Física:

2016	2017	2018	2019	Unidade	Sigla
50	50	30	0	Porcentagem	%

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2018)	Execução	% Execução
	3o Quadrimestre	30	30	100,00

Análise:

A meta foi concluída, atingiu 30% do programado, o que representa 100% da ação realizada. A execução da meta financeira ficou em 26,24%, mostra percentual abaixo do esperado, embora não tenha comprometido a execução da meta física. Para que o Modelo de Gestão de Pessoas por competências seja implantado e fortaleça as competências necessárias para o desempenho e desenvolvimento do servidor, foram implementadas as seguintes ações: **Programa de Liderança** - 10% de ações foram concluídas, com a contratação de consultoria foram realizadas as seguintes atividades: Capacitação Aplicada à Equipe de Servidores GGDP/EGEFAZ para a Qualificação na Metodologia de Assessment/Mapeamento; oficinas para sensibilização e capacitação de gestores para o processo de Avaliação de Desempenho anual pela SEFAZ-TO; Assessment/ Mapeamento realizado com novos gestores da Sefaz; treinamento de líderes e a utilização dos instrumentos, técnicas e metodologias na capacitação "Liderança e Desenvolvimento de Pessoas", em nível AVANÇADO" – Turmas 1, 2, 3 e 4. **Projeto Gestão por Competências** – 1% das ações realizadas - Com o Sistema de Gestão de Pessoas "Crescendo" cujo Termo de Cooperação Técnica com a SEFAZ/MA foi assinado para cessão à Secretaria, com a possibilidade de implantação, configuração e parametrização para realizar o diagnóstico de lacunas de competências, foi disponibilizado mais até o presente momento não foi entregue devido aos trâmites a serem realizados pelas áreas de TI da Sefaz TO e MA Consequentemente não foi elaborado o projeto em conjunto a Superintendência de Projetos Tecnológicos e Egefaz para definir responsabilidades e prazos de implementação das funcionalidades do sistema. **Programa Qualidade de Vida** - 10% das ações concluídas - Foram realizados 22 atendimentos do apoio psicossocial aos servidores conforme demanda e apresentações das atividades, suas formas de execução e divulgação da campanha de doação de recursos para a obra de construção do Hospital de Amor Tocantins. A impressão dos folders e banners para divulgação do serviço de apoio psicossocial está aguardando a disponibilidade de recursos e a publicação dos procedimentos que regulamentam a forma de atendimento está fase de conclusão. **Gestão do Conhecimento** - 7% das ações realizadas - As atividades estão sendo realizadas conforme o cronograma de trabalho da consultoria que segue até o final de 2019. Está sendo elaborado o Modelo de Desenvolvimento Integrado de Gestão do Conhecimento e Educação Corporativa, foi realizado o levantamento de conhecimento através de entrevistas, análises de documentação e pesquisa on-line, que gerará o Relatório de Direcionamento Estratégico de Conhecimento e Competências. **Escola de Gestão Fazendária Fortalecida** - 2% - Com relação a essa entrega foram realizadas as seguintes ações: 1- Normatização da Política de Capacitação e Desenvolvimento do servidor, por meio da Portaria nº 435, de 17 de maio de 2018; 2- Institucionalização do Grupo de Educação Fiscal - GEFE - Portaria conjunta nº 387 de 03 de maio de 1018; 3- Trilha de Aprendizagem - foram realizados oficina de Controle de Qualidade das Trilhas; 4- Aprimoramento da plataforma EAD - foram realizados oficinas da modalidade Moodle para Professores e para Administradores; 5- Elaboração de Indicadores para a Educação Fiscal (parado, aguardando decisões estratégica); 6-Elaboração do Projeto Político Pedagógico da Escola (projetos já elaborado, aguardando assinatura do secretário para publicação). **Dificuldades detectadas no decorrer do ano de 2018** - Contingenciamento dos recursos previstos para o desenvolvimento das atividades relacionadas ao Projeto Qualidade de Vida. **Para minimizar as dificuldades acima citadas seguem algumas sugestões**: Liberação dos recursos previstos da fonte 0100 para possibilitar a realização das atividades da entrega Qualidade de Vida. Os resultados da execução das atividades destas ação foram importantes na melhoria do clima organizacional da Sefaz, uma vez que os servidores anseiam por oportunidades de desenvolvimento e qualidade de vida no ambiente de trabalho. As alterações de R$ -30.000,00 foi remanejada para ação 1111 - Modernização da Gestão Fazendária.

Governo do TOCANTINS

Ações Temáticas Prioritárias
Período: Anual (2018)

Relatório de Gestão das Ações Temáticas Prioritárias por Programa

Unidade Gestora:

25010	Secretaria da Fazenda e Planejamento

Objetivo:

Modernizar a Gestão Fazendária

Indicador:

-Percentual de Servidores da Sefaz Capacitados em suas Áreas de Competência
-Percentual de Processos Tributários Automatizados
-Percentual de Sistemas Integrados ao Novo Sistema de Administração Financeira Estadual - SIAFE - TO

Programa:

1166	Planejamento, Orçamento e Gestão

Ação:

Código	Título	Prioritária
1111	Modernização da gestão fazendária - PROFISCO	Sim

Orçamento - 12/2018:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
11.174.650,00	12.100.000	23.274.650,00	17.036.646,85	15.385.516,23	15.279.847,32	6.238.003,15	73,19	90,30	99,31

Contrapartida 0103

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
0,00	450.000,00	450.000,00	450.000,00	429.987,84	429.987,84	0,00	100,00	95,55	95,55

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2018							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
04.122.1166	44.90.35	0103	0,00	450.000,00	450.000,00	450.000,00	429.987,84	429.987,84	0,00	100,00	95	95

Operacoes de Credito Externas - Em Moeda 4220

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
11.174.650,00	11.650.000,00	22.824.650,00	16.586.646,85	14.955.528,39	14.849.859,48	6.238.003,15	72,66	65,52	65,06

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2018							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
04.122.1166	44.90.30	4220	0,00	270,00	270,00	0,00	0,00	0,00	270,00	0,00	0	0
04.122.1166	44.90.35	4220	7.826.000,00	6.408.000,00	14.234.000,00	13.320.416,35	12.858.251,65	12.752.582,74	913.583,65	93,58	90	89
04.122.1166	44.90.39	4220	2.858.000,00	4.929.730,00	7.787.730,00	2.786.330,24	1.826.978,59	1.826.978,59	5.001.399,76	35,77	23	23
04.122.1166	44.90.47	4220	165.000,00	5.500,00	170.500,00	169.200,00	93.657,83	93.657,83	1.300,00	99,23	54	54
04.122.1166	44.90.52	4220	325.650,00	-5.500,00	320.150,00	134.059,94	0,00	0,00	186.090,06	41,87	0	0
04.122.1166	44.90.93	4220	0,00	312.000,00	312.000,00	176.640,32	176.640,32	176.640,32	135.359,68	56,61	56	56

Meta Física:

2016	2017	2018	2019	Unidade	Sigla
0	40	20	10	Porcentagem	%

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2018)	Execução	% Execução
	3o Quadrimestre	20	20	100,00

Análise:

A meta física de 20% foi executada em sua totalidade, o que representa 100% da execução total da ação, a meta financeira atingiu 72,66% como mostra as informações acima.A fim de modernizar a Gestão Fazendária, através da gestão estratégica da SEFAZ-TO implantada, da gestão de corregedoria, material, patrimônio, financeiro e contábil implementados, e ainda, os serviços e infraestrutura de tecnologia da informação aperfeiçoados, foram alcançados os resultados abaixo: **1. Serviços e infraestrutura de TIC modernizado e aperfeiçoado - PROFISCO (10.2)** Está com 4% de suas atividades realizadas - Durante o segundo quadrimestre foram adquiridas licenças para o Banco de Dados bem como a realização de procedimentos técnicos neste Banco (Oracle e de Java), contratação de consultoria para apoiar mecanismo de recepção da nota fiscal eletrônica do consumidor, programa de cidadania TO LEGAL, e CANAL VERMELHO (sistema utilizado na fiscalização de trânsito) que objetivam fortalecer a área de TI e consequentemente modernizar os processos de informática gerando impactos positivos para toda Secretaria da Fazenda com a melhoria nos sistemas de tecnologia de informação. **2- Gestão estratégica implantada - PROFISCO (1.1)** - Está com 2% de suas atividades realizadas, elaboração da estratégia para a implantação do escritório de processos na Sefaz em fase final.**3- Sistema de gestão financeira/contábil implantado - PROFISCO** (6.1) Esta com 8% de suas atividades realizadas, o Projeto já está desenvolvido, entrou em produção em janeiro de 2018, finalizada a fase de operação assistida. Faltando finalizar os pagamentos da fase assistida. **4- Sistema de gestão fazendária implantado - PROFISCO (10.1)** Está com 3% de suas atividades realizadas - A atividade mais relevante desta entrega é o desenvolvimento do Sistema de Administração Tributária pela Fábrica de Software, no momento encontra-se em desenvolvimento. **5 - Gestão de material e de patrimônio implementado - PROFISCO** (7.1) Esta com 2% de suas atividades realizadas, devido à competência de gerir patrimônio público ser da Secretaria da Administração, foi suprimida parte da entrega.Está em andamento a aquisição de catracas para controle de acesso nas dependências da SEFAZ, bebedouros e empilhadeiras. **6 - Processo de gestão de Corregedoria implementado - PROFISCO (8.2)** Está com 1% de suas atividades realizadas elaborando termo de referencia para adquirir um sistema de audiências para a Corregedoria Fazendária. O modelo foi redesenhado e definido. O impacto mais significativo desta ação se deu com a implantação do novo sistema o SIAFE- TO (Sistema Integrado Orçamentário, Financeiro e Contábil) realizado em 2018, que se integrará com os sistemas de Patrimônio, de Folha de Pessoal, Dívida Pública, Planejamento, entre outros, como o do SAT (Sistema Administrativo Tributário) que ocorrerá até o final de 2019, com a perspectiva de melhorar todo o sistema fazendário, e consequentemente contribuir para a melhoria dos processos de arrecadação tributária. As alteração de R$ 12.100.000,00 é oriunda de remanejamento da ação 1050 e 1116. A alteração de R$ 3.850.00 refere-se a suplementação sem cancelamento, referente à contrapartida BID, para pagamento de overhead, no mês de abril de 2018, conforme estabelecido no Inciso VI da Clausula Quarta, do Convênio de Cooperação Técnica nº 001/2013, com o Centro Interamericanos da Administração Tributária - CIAT.

Governo do TOCANTINS

Ações Temáticas Prioritárias
Período: Anual (2018)

Relatório de Gestão das Ações Temáticas Prioritárias por Programa

Unidade Gestora:

25010	Secretaria da Fazenda e Planejamento

Objetivo:

Fortalecer o estudo e a pesquisa socioeconômica, de recursos naturais e cartográfica para subsidiar os processos de tomada de decisões governamentais.

Indicador:

-Número de publicações/produtos disponibilizadas para tomada de decisão.
-Número de publicações/produtos disponibilizadas para tomada de decisão.

Programa:

1166	Planejamento, Orçamento e Gestão

Ação:

Código	Título	Prioritária
1015	Avaliação e acompanhamento de programas de interesse do Estado	Sim

Orçamento - 12/2018:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
0,00	302.859,5	302.859,50	8.570,25	8.570,25	8.570,25	294.289,25	2,82	100,00	100,00

Recursos Ordinarios - Administracao Direta — **0100**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2018							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
Registros não encontrados												

Operacoes de Credito Externas - Em Moeda — **4220**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
0,00	302.859,50	302.859,50	8.570,25	8.570,25	8.570,25	294.289,25	2,82	2,82	2,82

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2018							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
04.121.1166	44.90.14	4220	0,00	52.859,50	52.859,50	8.570,25	8.570,25	8.570,25	44.289,25	16,21	16	16
04.121.1166	44.90.35	4220	0,00	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	0	0
04.121.1166	44.90.52	4220	0,00	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0	0

Meta Física:

2016	2017	2018	2019	Unidade	Sigla
20	25	60	30	Porcentagem	%

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2018)	Execução	% Execução
	3o Quadrimestre	60	0	0,00

Análise:

Para esta ação foi elaborado um cronograma contendo os roteiros (municípios a serem aplicados os questionários) e a previsão de diária para a retomada das pesquisas de campo do Marco I do Programa de Desenvolvimento Regional Integrado Sustentável – PDRIS, para que fosse autorizado pelo Banco Mundial.

Conforme previsto no cronograma, foram realizadas as pesquisas de campo do Marco I do Programa de Desenvolvimento Regional Integrado Sustentável – PDRIS nos municípios de Aliança do Tocantins, Gurupi e Cariri do Tocantins na data de 05/08 a 11/08/2018; nos municípios de Fátima, Brejinho de Nazaré e Ipueiras em de 19/08 a 25/08/2017; e nos municípios de Dueré, Formoso do Araguaia e Crixás do Tocantins em 09/09 a 15/09/2018. Os trabalhos de pesquisa nesta etapa foram realizados com os tabletes adquiridos através de processo licitatório.

Os municípios de Santa Rita do Tocantins, Porto Nacional, Silvanópolis, Monte do Carmo e Aparecida do Rio Negro estão com início e/ou conclusão das obras, portanto, estão previstos para o levantamento de campo no primeiro semestre de 2020.

Com relação ao TDR para contratação do consultor para fazer a Avaliação de Impacto final, está planejado a contratação após a conclusão do trabalho em campo, para depois do primeiro semestre de 2020.

Governo do TOCANTINS

Ações Temáticas Prioritárias
Período: Anual (2018)

Relatório de Gestão das Ações Temáticas Prioritárias por Programa

Unidade Gestora:

25010	Secretaria da Fazenda e Planejamento

Objetivo:

Desconcentrar a economia regional para a promoção do desenvolvimento socioeconômico do Estado.

Indicador:

-Número de consórcios operacionalizados
-Número de Superintendências de Desenvolvimento Regional implantadas
-Total de quilômetros de estradas vicinais nos municípios consorciados conservados.
-Número de consórcios operacionalizados
-Total de quilômetros de estradas vicinais nos municípios consorciados conservados.
-Número de Superintendências de Desenvolvimento Regional implantadas

Programa:

1166	Planejamento, Orçamento e Gestão

Ação:

Código	Título	Prioritária
1078	Promoção do desenvolvimento regional do Estado do Tocantins - PDRIS	Sim

Orçamento - 12/2018:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
0,00	17.669.468,02	17.669.468,02	1.027.998,13	1.027.998,13	1.027.998,13	16.641.469,89	5,81	100,00	100,00

Recursos Ordinarios - Administracao Direta — **0100**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2018							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
04.121.1166	33.90.14	0100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			

Recursos do Tesouro - Emendas Parlamentares — **0104**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2018							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
Registros não encontrados												

Operacoes de Credito Externas - Em Moeda — **4220**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
0,00	17.669.468,02	17.669.468,02	1.027.998,13	1.027.998,13	1.027.998,13	16.641.469,89	5,81	5,81	5,81

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2018							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
04.121.1166	44.90.14	4220	0,00	94.802,50	94.802,50	0,00	0,00	0,00	94.802,50	0,00	0	0
04.121.1166	44.90.33	4220	0,00	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0	0
04.121.1166	44.90.35	4220	0,00	8.824.665,52	8.824.665,52	1.027.998,13	1.027.998,13	1.027.998,13	7.796.667,39	11,64	11	11
04.121.1166	44.90.39	4220	0,00	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	0	0
04.121.1166	44.90.52	4220	0,00	8.500.000,00	8.500.000,00	0,00	0,00	0,00	8.500.000,00	0,00	0	0

Meta Física:

2016	2017	2018	2019	Unidade	Sigla
1	1	1	1	Unidade	un

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2018)	Execução	% Execução
	3o Quadrimestre	1	0	0,00

Análise:

No terceiro quadrimestre de 2018 não foram desempenhadas novas atividades, seguindo o exposto anteriormente.

Governo do TOCANTINS

Ações Temáticas Prioritárias
Período: Anual (2018)

Relatório de Gestão das Ações Temáticas Prioritárias por Programa

Unidade Gestora:

25010	Secretaria da Fazenda e Planejamento

Objetivo:

Fortalecer a gestão dos recursos de convênios e operações de crédito.

Indicador:

-Percentual de recursos de convênios executados
-Percentual de recursos de convênios executados

Programa:

1166	Planejamento, Orçamento e Gestão

Ação:

Código	Título	Prioritária
2001	Acompanhamento da gestão de convênios federais e estaduais - PDRIS.	Sim

Orçamento - 12/2018:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
0,00	4.000.000	4.000.000,00	1.160.000,00	46.200,00	36.652,64	2.840.000,00	29,00	3,98	79,33

Operacoes de Credito Externas - Em Moeda	4220

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
0,00	4.000.000,00	4.000.000,00	1.160.000,00	46.200,00	36.652,64	2.840.000,00	29,00	1,15	0,91

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2018							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
04.121.1166	44.90.14	4220	0,00	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00	0,00	0	0
04.121.1166	44.90.33	4220	0,00	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0	0
04.121.1166	44.90.35	4220	0,00	160.000,00	160.000,00	137.500,00	38.500,00	28.952,64	22.500,00	85,93	24	18
04.121.1166	44.90.36	4220	0,00	250.000,00	250.000,00	0,00	0,00	0,00	250.000,00	0,00	0	0
04.121.1166	44.90.39	4220	0,00	3.010.000,00	3.010.000,00	995.000,00	0,00	0,00	2.015.000,00	33,05	0	0
04.121.1166	44.90.47	4220	0,00	30.000,00	30.000,00	27.500,00	7.700,00	7.700,00	2.500,00	91,66	25	25
04.121.1166	44.90.52	4220	0,00	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00	0,00	0	0

Meta Física:

2016	2017	2018	2019	Unidade	Sigla
1	2.176.500	1	1	Unidade	un

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2018)	Execução	% Execução
	3o Quadrimestre	1	1	100,00

Análise:

Durante o ano de 2018 aos convênios federais do Estado do Tocantins são acompanhados pela Diretoria de Captação de Recursos desde a captação até a sua prestação de contas. Até 31/12/2018 dispomos de **131 convênios com percentual de execução de 65,41%. Na** Capacitação Rede SICONV para os 139 Municípios e Secretarias Estaduais, **foram capacitados 138 técnicos**, total de 65 municípios atendidos corresponde a **46,76%** do Estado; Realização de curso Módulo B em 2018; Foi prestado atendimento aos órgãos executores estaduais, nas dúvidas do dia a dia da captação, execução e prestação de contas de convênios federais no âmbito do SICONV. Em 2018 foram captados R$73.642.124,00 (setenta e três milhões) em recursos de convênios federais, em infraestrutura, ação social e agricultura, em 25 (vinte e cinco) propostas apresentadas foram formalizadas 20,8%.

Para os convênios estaduais, realizar o acompanhamento dos convênios de despesas, foi realizada a contratação em 29 de setembro de 2018 da empresa para realizar a instalação do Sistema de Convênios Estaduais. Até 31/12/2018 não foi realizado nenhuma execução financeira.

Para o acompanhamento das operações de crédito do Estado do Tocantins a Secretaria da Fazenda e Planejamento a contratação de consultores para adequar o atual sistema de financiamentos que a SEFAZ já dispõem, assim acompanhar sua execução e prestação de contas.

Governo do TOCANTINS

Ações Temáticas Prioritárias
Período: Anual (2018)

Relatório de Gestão das Ações Temáticas Prioritárias por Programa

Unidade Gestora:

25010	Secretaria da Fazenda e Planejamento

Objetivo:

Modernizar os processos de planejamento, orçamento e gestão.

Indicador:

-Percentual de processos modernizados
-Soluções corporativas mantidas

Programa:

1166	Planejamento, Orçamento e Gestão

Ação:

Código	Título	Prioritária
2090	Implementação do planejamento e da gestão para resultados – PDRIS.	Sim

Orçamento - 12/2018:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
0,00	4.422.850,34	4.422.850,34	357.781,13	357.781,13	357.781,13	4.065.069,21	8,08	100,00	100,00

Operacoes de Credito Externas - Em Moeda	4220

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
0,00	4.422.850,34	4.422.850,34	357.781,13	357.781,13	357.781,13	4.065.069,21	8,08	8,08	8,08

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2018							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
04.121.1166	44.90.14	4220	0,00	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0	0
04.121.1166	44.90.35	4220	0,00	1.522.850,34	1.522.850,34	357.781,13	357.781,13	357.781,13	1.165.069,21	23,49	23	23
04.121.1166	44.90.36	4220	0,00	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0	0
04.121.1166	44.90.39	4220	0,00	1.700.000,00	1.700.000,00	0,00	0,00	0,00	1.700.000,00	0,00	0	0
04.121.1166	44.90.52	4220	0,00	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00	0,00	0	0

Meta Física:

2016	2017	2018	2019	Unidade	Sigla
2	2	6	2	Unidade	un

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2018)	Execução	% Execução
	3o Quadrimestre	6	0	0,00

Análise:

Foram capacitados servidores do estado em diversos cursos na área de gestão pública (planejamento estratégico, gerenciamento de projetos, gestão para resultados, indicadores de gestão, desenvolvimento de pessoas. informamos que parte dos cursos realizados estão sendo pagos na ação 2090 por se tratar de capacitações voltadas a implantação da gestão por competência onde foram realizadas as contratações de consultoria para referida proposta que incluiu as capacitações. Foram realizadas as revisões dos planejamentos estratégicos dos órgãos da administração direta e indireta e a elaboração dos indicadores de resultados do mapa estratégico do Estado.

Governo do TOCANTINS

Ações Temáticas Prioritárias
Período: Anual (2018)

Relatório de Gestão das Ações Temáticas Prioritárias por Programa

Unidade Gestora:

25010	Secretaria da Fazenda e Planejamento

Objetivo:

Fortalecer o estudo e a pesquisa socioeconômica, de recursos naturais e cartográfica para subsidiar os processos de tomada de decisões governamentais.

Indicador:

-Número de publicações/produtos disponibilizadas para tomada de decisão.
-Número de publicações/produtos disponibilizadas para tomada de decisão.

Programa:

1166	Planejamento, Orçamento e Gestão

Ação:

Código	Título	Prioritária
2132	Produção e divulgação dos estudos socioeconômicos do Tocantins e seus municípios - PDRIS	Sim

Orçamento - 12/2018:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
0,00	60.000	60.000,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00	0,00		

Operacoes de Credito Externas - Em Moeda	4220

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
0,00	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2018							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
04.121.1166	44.90.14	4220	0,00	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0	0
04.121.1166	44.90.33	4220	0,00	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0	0
04.121.1166	44.90.39	4220	0,00	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0	0

Meta Física:

2016	2017	2018	2019	Unidade	Sigla
20	25	60	30	Unidade	un

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2018)	Execução	% Execução
	3o Quadrimestre	60	0	0,00

Análise:

Os trabalhos da Diretoria de Pesquisa e Informações Econômicas são contínuos, pois trata-se da atualização de dados estatísticos com foco principal no Estado do Tocantins e seus 139 municípios. Desta forma, continuam sendo desenvolvidas as atividades necessárias para a atualização dos indicadores socioeconômicos das principais publicações desta Diretoria, sendo elas:

A publicação "Tocantins em Números", disponível no ícone Estatística no site da Secretaria da Fazenda e Planejamento, possui indicadores que estão sendo atualizados mensalmente, trimestralmente e anualmente, conforme estes vão sendo divulgados pelos órgãos competentes: IBGE, Secretaria da Fazenda, Tesouro Nacional, Fundação Getúlio Vargas, Conab, site do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços dentre outros.

A divulgação do "**Produto Interno Bruto (PIB) Estadual"** foi realizada no dia 16 de novembro de 2018 e do "**PIB Municipal"** foi no dia 14 de dezembro de 2018, no qual foram apresentados os valores do PIB Estadual e dos 139 municípios tocantinenses na sala de reuniões da Subsecretaria de Planejamento, para os técnicos da Diretoria do Planejamento, Diretoria de Orçamento, Diretoria de Informações Econômico-Fiscais, Assessoria Econômica e IBGE.

Para que que esse resultado fosse apresentado, no decorrer do ano foram feitas várias atividades para realização desses trabalhos como: análises e ajustes dos dados da Agropecuária e dados do PIB do Tocantins 2016. Além disso, foram solicitados pela equipe de Contas Regionais as informações de Saídas de Mercadorias de 2016 por CNAE-fiscal para cada um dos 139 municípios do Estado, os dados de Energia Elétrica e ISSQN. Estas informações foram recebidas, analisadas, tratadas e inseridas no Arquivo Padrão e enviadas ao IBGE nacional.

Os "**Indicadores Socioeconômicos do Estado do Tocantins"** e o **"Perfil Socioeconômico dos municípios do Tocantins"**, publicações disponíveis no site da Secretaria da Fazenda e Planejamento, estão sendo atualizadas conforme a disponibilização dos dados pelos órgãos competentes.

A ação de Produção e Divulgação de Informações Socioeconômicas está sendo desenvolvida dentro do cronograma planejado.

A razão para execução física da ação sem utilização de recursos se dá pelo motivo de não haver material impresso das publicações e sim por meio digital no site da SEFAZ.

Governo do TOCANTINS

Ações Temáticas Prioritárias
Período: Anual (2018)

Relatório de Gestão das Ações Temáticas Prioritárias por Programa

Unidade Gestora:

25010	Secretaria da Fazenda e Planejamento

Objetivo:

Modernizar os processos de planejamento, orçamento e gestão.

Indicador:

-Percentual de processos modernizados
-Soluções corporativas mantidas

Programa:

1166	Planejamento, Orçamento e Gestão

Ação:

Código	Título	Prioritária
2119	Manutenção e aparelhamento da Unidade de Gerenciamento do Projeto - UGP - PDRIS.	Sim

Orçamento - 12/2018:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
0,00	3.741.201,6	3.741.201,60	912.690,46	562.098,89	541.696,89	2.828.511,14	24,39	61,58	96,37

Operacoes de Credito Externas - Em Moeda	4220

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
0,00	3.741.201,60	3.741.201,60	912.690,46	562.098,89	541.696,89	2.828.511,14	24,39	15,02	14,47

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2018							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
04.122.1166	44.90.35	4220	0,00	3.250.146,13	3.250.146,13	860.376,26	509.784,69	501.352,69	2.389.769,87	26,47	15	15
04.122.1166	44.90.36	4220	0,00	73.064,28	73.064,28	0,00	0,00	0,00	73.064,28	0,00	0	0
04.122.1166	44.90.39	4220	0,00	390.439,07	390.439,07	24.780,00	24.780,00	12.810,00	365.659,07	6,34	6	3
04.122.1166	44.90.47	4220	0,00	27.552,12	27.552,12	27.534,20	27.534,20	27.534,20	17,92	99,93	99	99

Meta Física:

2016	2017	2018	2019	Unidade	Sigla
3	2	2	2	Unidade	un

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2018)	Execução	% Execução
	3o Quadrimestre	2	0	0,00

Análise:

Para andamento dessa atividade informamos que estamos executando dentro das normalidades previstas e que neste período em questão não houve nenhum serviço contratado por não haver necessidade dentro da Unidade. E que para o desenvolvimento dos nossos trabalhos o que temos já contempla.

Governo do TOCANTINS

Ações Temáticas Prioritárias
Período: Anual (2018)

Relatório de Gestão das Ações Temáticas Prioritárias por Programa

Unidade Gestora:

25010	Secretaria da Fazenda e Planejamento

Objetivo:

Modernizar os processos de planejamento, orçamento e gestão.

Indicador:

-Percentual de processos modernizados
-Soluções corporativas mantidas

Programa:

1166	Planejamento, Orçamento e Gestão

Ação:

Código	Título	Prioritária
2156	Realização de serviço de auditoria nas contas do PDRIS.	Sim

Orçamento - 12/2018:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
0,00	175.857,04	175.857,04	0,00	0,00	0,00	175.857,04	0,00		

Operacoes de Credito Externas - Em Moeda	4220

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
0,00	175.857,04	175.857,04	0,00	0,00	0,00	175.857,04	0,00	0,00	0,00

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2018							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
04.124.1166	44.90.35	4220	0,00	175.857,04	175.857,04	0,00	0,00	0,00	175.857,04	0,00	0	0

Meta Física:

2016	2017	2018	2019	Unidade	Sigla
1	1	1	1	Unidade	un

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2018)	Execução	% Execução
	3o Quadrimestre	1	0	0,00

Análise:

Para andamento dessa atividade informamos que estamos executando dentro das normalidades previstas e que neste período em questão não houve nenhum serviço contratado por não haver necessidade dentro da Unidade. E que para o desenvolvimento dos nossos trabalhos o que temos já contempla.

Governo do TOCANTINS

Ações Temáticas Prioritárias
Período: Anual (2018)

Relatório de Gestão das Ações Temáticas Prioritárias por Programa

Unidade Gestora:

25010	Secretaria da Fazenda e Planejamento

Objetivo:

Criar o centro de tecnologia e modernizar a infraestrutura de TIC das unidades da Administração Pública do Estado, visando a melhoria da Governança em TIC e facilitar o acesso dos cidadãos ao serviço público.

Indicador:

-Índice de centralização dos setoriais de Tecnologia da Informação
-Soluções corporativas mantidas
-Índice de centralização dos setoriais de Tecnologia da Informação
-Percentual de processos modernizados

Programa:

1166	Planejamento, Orçamento e Gestão

Ação:

Código	Título	Prioritária
1032	Criação,construção e aparelhamento do Centro de Tecnologia	Sim

Orçamento - 12/2018:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			

Recursos Ordinarios - Administracao Direta 0100

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2018							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
04.126.1166	33.90.30	0100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
04.126.1166	33.90.39	0100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
04.126.1166	33.90.92	0100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
04.126.1166	44.90.52	0100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			

Meta Física:

2016	2017	2018	2019	Unidade	Sigla
30	30	30	10	Porcentagem	%

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2018)	Execução	% Execução
	3o Quadrimestre	30	0	0,00

Análise:

Devido à falta de recursos financeiros ainda não conseguimos viabilizar a criação do centro de tecnologia.

Continuamos dando suporte com soluções de infraestrutura para os órgãos do Palácio Araguaia, Seplan e demais órgãos ligados ao datacenter no palácio.

Também ainda não foi viabilizada totalmente a integração dos profissionais de TI, mas já iniciaram as negociações com os respectivos órgãos para darmos início a essa migração de servidores para dar continuidade a manutenção dos sistemas corporativos finalísticos ou de gestão.

Governo do TOCANTINS

Ações Temáticas Prioritárias
Período: Anual (2018)

Relatório de Gestão das Ações Temáticas Prioritárias por Programa

Unidade Gestora:

25010	Secretaria da Fazenda e Planejamento

Objetivo:

Criar o centro de tecnologia e modernizar a infraestrutura de TIC das unidades da Administração Pública do Estado, visando a melhoria da Governança em TIC e facilitar o acesso dos cidadãos ao serviço público.

Indicador:

-Índice de centralização dos setoriais de Tecnologia da Informação
-Soluções corporativas mantidas
-Índice de centralização dos setoriais de Tecnologia da Informação
-Percentual de processos modernizados

Programa:

1166	Planejamento, Orçamento e Gestão

Ação:

Código	Título	Prioritária
1068	Interligação dos órgãos de governo e seus anexos ao centro de operação de rede	Sim

Orçamento - 12/2018:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
0,00	430.834,72	430.834,72	430.834,28	430.834,28	212.185,88	0,44	99,99	100,00	49,24

Recursos Ordinarios - Administracao Direta 0100

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
0,00	430.834,72	430.834,72	430.834,28	430.834,28	212.185,88	0,44	99,99	99,99	49,24

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2018							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
04.126.1166	33.90.39	0100	0,00	215.417,43	215.417,43	215.417,14	215.417,14	106.092,94	0,29	99,99	99	49
04.126.1166	33.90.92	0100	0,00	215.417,29	215.417,29	215.417,14	215.417,14	106.092,94	0,15	99,99	99	49
04.126.1166	33.90.30	0100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
04.126.1166	44.90.52	0100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			

Meta Física:

2016	2017	2018	2019	Unidade	Sigla
42	25	25	8	Porcentagem	%

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2018)	Execução	% Execução
	3o Quadrimestre	25	25	100,00

Análise:

Nesta ação foram pagos somente os contratos já firmados, mas foi somente no sentido de manutenção dos serviços existentes, não foram tomadas novas iniciativas no sentido de interligar os órgãos que estão desconectados via fibra do NOC central.

Foi executado 100% do financeiro e executado a manutenção das fibras existentes, estão todas ativas e em funcionamento.

Governo do TOCANTINS

Ações Temáticas Prioritárias
Período: Anual (2018)

Relatório de Gestão das Ações Temáticas Prioritárias por Programa

Unidade Gestora:

25010	Secretaria da Fazenda e Planejamento

Objetivo:

Criar o centro de tecnologia e modernizar a infraestrutura de TIC das unidades da Administração Pública do Estado, visando a melhoria da Governança em TIC e facilitar o acesso dos cidadãos ao serviço público.

Indicador:

-Índice de centralização dos setoriais de Tecnologia da Informação
-Soluções corporativas mantidas
-Índice de centralização dos setoriais de Tecnologia da Informação
-Percentual de processos modernizados

Programa:

1166	Planejamento, Orçamento e Gestão

Ação:

Código	Título	Prioritária
2110	Manutenção de soluções corporativas TIC -Tecnologia da Informação e Comunicação	Sim

Orçamento - 12/2018:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			

Recursos Ordinarios - Administracao Direta 0100

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2018							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
04.126.1166	33.90.39	0100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
04.126.1166	33.90.92	0100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			

Meta Física:

2016	2017	2018	2019	Unidade	Sigla
48	18	17	17	Porcentagem	%

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2018)	Execução	% Execução
	3o Quadrimestre	17	0	0,00

Análise:

Não houve execução nesta ação, o recurso foi movido para outra ação.

É preciso verificar onde foram pagos os contratos que estão descritos na especificação das ações e quais a razões de não ter sido pago aqui.
Entraremos em contato com o departamento financeiro para levantar estas informações e dependendo da resposta inativar essas ações de TI que não estão tendo execução.

Governo do TOCANTINS

Ações Temáticas Prioritárias
Período: Anual (2018)

Relatório de Gestão das Ações Temáticas Prioritárias por Programa

Unidade Gestora:

25010	Secretaria da Fazenda e Planejamento

Objetivo:

Fortalecer o estudo e a pesquisa socioeconômica, de recursos naturais e cartográfica para subsidiar os processos de tomada de decisões governamentais.

Indicador:

-Número de publicações/produtos disponibilizadas para tomada de decisão.
-Número de publicações/produtos disponibilizadas para tomada de decisão.

Programa:

1166	Planejamento, Orçamento e Gestão

Ação:

Código	Título	Prioritária
2053	Estruturação do Ordenamento Territorial - PDRIS.	Sim

Orçamento - 12/2018:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
0,00	8.789.562,37	8.789.562,37	2.344.311,36	768.607,08	762.649,41	6.445.251,01	26,67	32,78	99,22

Recursos Ordinarios - Administracao Direta — 0100

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2018							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
04.127.1166	33.90.14	0100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
04.127.1166	33.90.30	0100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
04.127.1166	33.90.33	0100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			

Operacoes de Credito Externas - Em Moeda — 4220

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
0,00	8.789.562,37	8.789.562,37	2.344.311,36	768.607,08	762.649,41	6.445.251,01	26,67	8,74	8,67

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2018							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
04.127.1166	44.90.14	4220	0,00	35.454,50	35.454,50	2.488,50	2.488,50	2.488,50	32.966,00	7,01	7	7
04.127.1166	44.90.33	4220	0,00	20.000,00	20.000,00	5.957,67	5.957,67	0,00	14.042,33	29,78	29	0
04.127.1166	44.90.35	4220	0,00	4.846.904,62	4.846.904,62	2.335.865,19	760.160,91	760.160,91	2.511.039,43	48,19	15	15
04.127.1166	44.90.36	4220	0,00	21.461,25	21.461,25	0,00	0,00	0,00	21.461,25	0,00	0	0
04.127.1166	44.90.39	4220	0,00	3.865.742,00	3.865.742,00	0,00	0,00	0,00	3.865.742,00	0,00	0	0

Meta Física:

2016	2017	2018	2019	Unidade	Sigla
50	1	1	1	Unidade	un

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2018)	Execução	% Execução	
	3o Quadrimestre	1	0	0,00	

Análise:

A ação está sendo executada com vistas aos subsídios à tomada de decisões nas ações de planejamento e gestão territorial, por meio de zoneamentos ambientais, levantamentos de recursos naturais e socioambientais.

As principais atividades desenvolvidas no exercício de 2018 foram a condução técnica, no escopo do Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável, dos serviços de (i) **Elaboração do Plano de Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Tocantins**; (ii) e **Delimitação e Caracterização Cartográfica das Áreas Vulneráveis a Escassez Hídrica na Região Sudeste do Estado do Tocantins**; a finalização do processo licitatório, em conformidade com as regras do Banco Mundial, com vistas a (iii) **Elaboração de Cartas Climáticas do Estado do Tocantins;** (iv) a elaboração e aprovação junto ao Banco Mundial de termo de referência e orçamento para contratação de serviço de consultoria Individual para **Apoiar à Secretaria do Planejamento e Orçamento na Condução de Ações de Planejamento/Ordenamento Territorial**. Houve ainda (v) a **condução técnica/institucional do instrumento Zoneamento Ecológico-Econômico em âmbito estadual**, no qual destaca-se a retomada das atividades da Comissão Estadual de Zoneamento Ecológico-Econômico (CEZEE), obrigatória no processo legal de planejamento/ordenamento territorial, e presidida e coordenada pela SEPLAN.

Governo do TOCANTINS

Ações Temáticas Prioritárias
Período: Anual (2018)

Relatório de Gestão das Ações Temáticas Prioritárias por Programa

Unidade Gestora:

25010	Secretaria da Fazenda e Planejamento

Objetivo:

Fortalecer o estudo e a pesquisa socioeconômica, de recursos naturais e cartográfica para subsidiar os processos de tomada de decisões governamentais.

Indicador:

-Número de publicações/produtos disponibilizadas para tomada de decisão.
-Número de publicações/produtos disponibilizadas para tomada de decisão.

Programa:

1166	Planejamento, Orçamento e Gestão

Ação:

Código	Título	Prioritária
2080	Gestão cartográfica do Estado do Tocantins - PDRIS.	Sim

Orçamento - 12/2018:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
0,00	3.106.100	3.106.100,00	0,00	0,00	0,00	3.106.100,00	0,00		

Recursos Ordinarios - Administracao Direta — **0100**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2018							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
04.127.1166	33.90.14	0100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
04.127.1166	33.90.33	0100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			

Operacoes de Credito Externas - Em Moeda — **4220**

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
0,00	3.106.100,00	3.106.100,00	0,00	0,00	0,00	3.106.100,00	0,00	0,00	0,00

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2018							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
04.127.1166	44.90.14	4220	0,00	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00	0,00	0	0
04.127.1166	44.90.33	4220	0,00	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00	0,00	0	0
04.127.1166	44.90.35	4220	0,00	2.765.000,00	2.765.000,00	0,00	0,00	0,00	2.765.000,00	0,00	0	0
04.127.1166	44.90.39	4220	0,00	241.000,00	241.000,00	0,00	0,00	0,00	241.000,00	0,00	0	0
04.127.1166	44.90.52	4220	0,00	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0	0

Meta Física:

2016	2017	2018	2019	Unidade	Sigla
40	1	1	1	Unidade	un

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2018)	Execução	% Execução
	3o Quadrimestre	1	0	0,00

Análise:

A ação está sendo executada com vista ao planejamento, sistematização, produção e armazenamento de produtos cartográficos que atendam as necessidades dos diversos segmentos da administração pública e dos projetos privados desenvolvidos no território tocantinense e apoiem a instrumentalização das políticas territoriais.

Dentre as principais atividades desenvolvidas no exercício de 2018 elenca-se a (i) manutenção/ atualização da ***Base de Dados Geográficos do Tocantins***, com a geração de dados e análises espaciais em apoio às políticas desenvolvidas pelo Executivo Estadual, utilizando-se as ferramentas do Laboratório de Geoprocessamento da SEPLAN; (ii) o ***apoio técnico às questões sobre limites geográficos do Estado do Tocantins*** (redefinição de limites territoriais entre o Estado do Tocantins e o Estado da Bahia, em apoio a Ação Cível Originária 347 do Supremo Tribunal Federal) e dos municípios tocantinenses (Acordo Cooperação Técnica entre Estado do Tocantins, por meio da SEPLAN, e IBGE); e (iii) a **adesão do Estado do Tocantins, por meio da Gerência de Indicadores Econômicos e Sociais da Secretaria do Planejamento e Orçamento, à Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE)**, nos termos do disposto no art. 3º do Decreto Federal 6.666/2008 Outras ações de relevo, desenvolvidas no escopo do Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável - PDRIS), foram a condução técnica de processo licitatório, conforme as regras do Banco Mundial, com vistas a (iv) **Elaboração do *Sistema Estadual de Informações Geográficas do Estado do Tocantins*** e de (v) ***Plano de Capacitação Direcionado a Técnicos/Gestores dos Órgãos que Integram a Comissão de Cartografia do Estado do Tocantins e para Implantação da Infraestrutura de Dados Espaciais do Estado do Tocantins***; a elaboração e aprovação de termo de referência e orçamento junto ao Banco Mundial para elaboração do (vi) ***Atlas Interativo de Recursos Naturais do Estado do Tocantins***; e de (vii) e ***Curso de Capacitação em Compartilhamento de Dados Espaciais On Line***; e a (viii) e a ***aquisição*** de equipamento tipo ***plotter*** para equipar o Laboratório de Geoprocessamento da SEPLAN.

Governo do TOCANTINS

Ações Temáticas Prioritárias
Período: Anual (2018)

Relatório de Gestão das Ações Temáticas Prioritárias por Programa

Unidade Gestora:

25010	Secretaria da Fazenda e Planejamento

Objetivo:

Modernizar os processos de planejamento, orçamento e gestão.

Indicador:

-Percentual de processos modernizados
-Soluções corporativas mantidas

Programa:

1166	Planejamento, Orçamento e Gestão

Ação:

Código	Título	Prioritária
2027	Capacitação de agentes públicos - PDRIS.	Sim

Orçamento - 12/2018:

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/E	% P/L
0,00	2.459.758,83	2.459.758,83	5.889,35	5.889,35	2.889,35	2.453.869,48	0,23	100,00	49,06

Operacoes de Credito Externas - Em Moeda	4220

Orç. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo final	% E/A	% L/A	% P/A
0,00	2.459.758,83	2.459.758,83	5.889,35	5.889,35	2.889,35	2.453.869,48	0,23	0,23	0,11

Detalhamento:

Classificação			Orçamento - 12/2018							Percentual de Aplicação		
Funcional-programática	Elemento	Fonte	Orc. Inicial	Alterações	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo	% E/A	% L/A	% P/A
04.128.1166	44.90.14	4220	0,00	387.737,50	387.737,50	0,00	0,00	0,00	387.737,50	0,00	0	0
04.128.1166	44.90.33	4220	0,00	492.663,33	492.663,33	2.889,35	2.889,35	2.889,35	489.773,98	0,58	0	0
04.128.1166	44.90.35	4220	0,00	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00	0,00	0	0
04.128.1166	44.90.36	4220	0,00	49.058,00	49.058,00	3.000,00	3.000,00	0,00	46.058,00	6,11	6	0
04.128.1166	44.90.39	4220	0,00	530.300,00	530.300,00	0,00	0,00	0,00	530.300,00	0,00	0	0

Meta Física:

2016	2017	2018	2019	Unidade	Sigla
390	130	320	30	Unidade	un

Referência:

Ano	Período	Meta do Ano (2018)	Execução	% Execução
	3o Quadrimestre	320	0	0,00

Análise:

Foram capacitados servidores do estado em diversos cursos na área de gestão pública (planejamento estratégico, gerenciamento de projetos, gestão para resultados, indicadores de gestão, desenvolvimento de pessoas. informamos que parte dos cursos realizados estão sendo pagos na ação 2090 por se tratar de capacitações voltadas a implantação da gestão por competência onde foram realizadas as contratações de consultoria para referida proposta que incluiu as capacitações

Capítulo 6

RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO - CONTAS CONSOLIDADAS

CAPÍTULO 6

RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO – CONTAS CONSOLIDADAS

Cabe informar que não constam nesta Prestação de Contas – 2018, as medidas adotadas e/ou justificativas das recomendações a serem implementadas referentes as Prestações de Contas: do exercício de 2014, Parecer Prévio nº 116/2018 – TCE/TO, Processo nº 3171/2015; exercício de 2016, Parecer Prévio 122/2018 – TCE/TO, Processo nº 3872/2017 e parte do exercício de 2017, Parecer Prévio nº 115/2018 – TCE/TO, Processo nº 3121/2018, tendo em vista que a emissão dos pareceres prévios referentes às citadas prestações de contas, não chegaram em tempo hábil para elaboração das respostas a serem inseridas neste relatório.

No entanto, informa-se que esta Controladoria encaminhou ofícios aos órgãos demandados com as recomendações exaradas para que adotem as medidas necessárias, conforme discriminados abaixo:

Exercício 2014:
OFÍCIO CIRCULAR CGPT Nº 02/2019/GABSEC – SGD 2019/09049/000312

Exercício 2016:
OFÍCIO CGPT Nº 969/2018/GABSEC SGD Nº 2018/09049/005779
OFÍCIO CGPT Nº 1039/2018/GABSEC SGD Nº 2018/09049/006097
OFÍCIO CGPT Nº 1038/2018/GABSEC SGD Nº 2018/09049/006095
OFÍCIO CGPT Nº 1040/2018/GABSEC SGD Nº 2018/09049/006098
OFÍCIO CGPT Nº 1041/2018/GABSEC SGD Nº 2018/09049/006099
OFÍCIO CGPT Nº 1043/2018/GABSEC SGD Nº 2018/09049/006102

Exercício 2017:
OFÍCIO CIRCULAR CGPT Nº 01/2019/GABSEC – SGD 2019/09049/000292
OFÍCIO CGPT Nº 969/2018/GABSEC SGD Nº 2018/09049/005779
OFÍCIO CGPT Nº 1041/2018/GABSEC SGD Nº 2018/09049/006099
OFÍCIO CGPT Nº 1042/2018/GABSEC SGD Nº 2018/09049/006101
OFÍCIO CGPT Nº 1044/2018/GABSEC SGD Nº 2018/09049/006103

6.1 – RECOMENDAÇÕES/MEDIDAS ADOTADAS:

Tendo em vista que em fevereiro de 2018, juntamente com a diligência, estava contido no parecer 121/2018 de 16/02/2018, as recomendações referentes a Prestação de Contas de 2015, foram enviados por esta Controladoria ofícios aos gestores referentes aquelas recomendações, sendo que em 19/12/2018 foi publicado o parecer do Pleno, onde houve algumas alterações em relação ao prévio, incluindo novos itens e reformulando alguns questionamentos daqueles feitos ulteriormente. Portanto, demonstra-se a seguir parte das implementações/justificativas das recomendações e determinações do parecer prévio

121/2018 de 19/12/2018, uma vez que houve reformulação e não houve tempo hábil para envio dos ofícios aos órgãos demandados e consequentemente as devidas respostas.

Encaminhamos também parte das implementações/justificativas referente às recomendações do Parecer Prévio nº 115/2018 – TCE – Pleno, de 12 de dezembro de 2018.

6.1.1 Determinações/Recomendações das Contas Consolidadas 2015 - Processo Eletrônico Nº 4579/2016 – Parecer Prévio 121/2018 de 19/12/2018

Estrutura Administrativa do Estado:

8.1.2.1. Apresentar, nas futuras prestações de contas, a estrutura administrativa consolidada, definitiva e atualizada do Poder Executivo do Estado do Tocantins, contemplando todos os órgãos e entidades que a integram, destacando-se o respectivo instrumento de criação, alteração, fusão, incorporação, cisão ou extinção.

Resposta SEFAZ:

Em implementação. Foi repassado para Superintendência de Contabilidade Geral para implementação nas prestações de contas dos exercícios seguintes.

Planejamento e Gestão Orçamentária:

8.1.2.10. Implantar e manter um sistema de controle dos incentivos fiscais contendo os beneficiários de forma individual, em arquivo cronológico, a fim de que se possa aferir se este pode continuar a fazer jus à concessão de benefício fiscal.

Resposta SEFAZ:

A publicidade periódica da listagem dos contribuintes beneficiados está contemplada na referida publicação e Portaria constante no item 51.d.VI. Quanto as informações relacionadas aos montantes projetados e utilizados na renúncia fiscal outorgada, não é atribuição desta Diretoria ter tais informações. Estão sendo realizados estudos e levantamentos acerca da unidade responsável. Informaremos o andamento desta recomendação em uma próxima oportunidade.
Não Implementada.

8.1.2.11. Comprovar a adoção de medidas de compensação para a renúncia de receitas quando da elaboração das Leis Orçamentárias Anuais, e/ou apresentar esclarecimentos acerca da desnecessidade de ter a inclusão das medidas de compensação.

Resposta SEFAZ:

A Secretaria da Fazenda tem que atender literalmente o disposto nas leis que tratam de incentivos fiscais de acordo com o Código Tributário Nacional. No ano de 2015 já havia sido feito uma majoração de tributos, não se tendo espaço econômico para nova majoração.

No ano de 2016 a Secretaria da Fazenda propôs contrapartida de 13,5% dos benefícios através de minuta de Projeto de Lei encaminhada à Casa Civil. Posteriormente encaminhada à assembleia Legislativa sendo que não houve deliberação nesse sentido por aquela Casa de Leis. Entendemos que agimos positivamente com o envio do Projeto de Lei. No entanto, em dezembro de 2017, foi aprovado, com voto do Tocantins, o Convênio

Confaz/ICMS 190/2017 que dispõe, nos termos autorizados na Lei Complementar nº 160, de 7 de agosto de 2017, sobre a remissão de créditos tributários, constituídos ou não, decorrentes das isenções, dos incentivos e dos benefícios fiscais ou financeiros instituídos em desacordo com o disposto na alínea "g" do inciso XII do § 2º do art. 155 da Constituição Federal, bem como sobre as correspondentes reinstituições. O Convênio em questão estabelece prazos para encerramento dos benefícios fiscais de forma uniformizada em todo território nacional.

8.1.2.12. Criar uma unidade administrativa para controle dos incentivos fiscais concedidos, preferencialmente com servidor de carreira e estável, especializado em receita pública.

Resposta SEFAZ:

Necessitamos de mais informações acerca das atribuições desta unidade. Após estudo a criação desta poderá ser incluída na proposta de reestruturação da Superintendência de Administração Tributária. Não Implementada.

8.1.2.13. Implantar e manter um sistema de controle dos pagamentos de REFIS, a fim de que se possa aferir se o beneficiário vem quitando mês a mês as suas obrigações, ou se quita apenas a primeira parcela, obtém certidões, e abandona a obrigação de pagar.

Resposta SEFAZ:

Em razão do volume de processos, da ausência de pessoal e por ser um trabalho manual, ainda não demos início à implementação desta recomendação. Relatórios mensais, anuais ou por programa de recuperação podem ser gerados quando solicitados. Não Implementada.

8.1.2.14. Efetuar levantamento dos benefícios que não foram submetidos ao CONFAZ e estabelecer um cronograma de submissão objetivando aprovação mediante convênio, buscando convalidação dos mesmos junto ao citado conselho.

Resposta SEFAZ:

Foi publicado a Lei complementar Federal Nº160, de 7 de agosto de 2017, que dispõe sobre convênio que permite aos Estados e ao Distrito Federal deliberar sobre a remissão dos créditos tributários, constituídos ou não, decorrentes das isenções dos incentivos e dos benefícios fiscais ou financeiro-fiscais instituídos em desacordo com o disposto na alínea "g" do inciso XII do & 2o do art. 155 da Constituição Federal e a reinstituição das respectivas isenções, incentivos e benefícios fiscais ou financeiro-fiscais. Ou seja, a convalidação dos benefícios fiscais existentes nos Estados. Em Implementação.

8.1.2.16. Separar de forma sistêmica os contribuintes adimplentes dos inadimplentes, com o propósito de mitigar os riscos de abandono de parcelamentos de créditos tributários e não tributários. Segregar os créditos adimplidos dos inadimplidos, não somente no sistema tributário, mas integrando-os ao sistema contábil. Efetuar levantamento de todos os parcelamentos de créditos tributários e não tributários que foram abandonados a partir da terceira parcela, objetivando adoção de medidas para regularização.

Resposta SEFAZ:

Realocação de servidores para realização do trabalho; -Necessidade de aumentar o efetivo da DCRCF; MEMORANDO Nº 75/DCRCF/2018 SGD:

2018/25009/0017653 - O controle de adimplência de parcelamentos e o encaminhamento de ofícios de prosseguimento da execução para a PGE já foi retomado pela DCRCF. No novo sistema SAT controle de parcelamento, a comunicação com o contribuinte e com PGE estarão otimizados. Art. 4o Os créditos são pagos em parcelas iguais, mensais e sucessivas em até sessenta parcelas, atendidas as situações previstas nos §§1º ao 2o deste artigo. §1º O crédito relativo ao saldo remanescente de parcelamento cancelado nos termos do art. 9º desta Lei, pode ser reparcelado em até 36 parcelas, desde que a primeira parcela não seja inferior a 25% do valor do crédito remanescente. §2º Os créditos vencidos do IPVA relativos aos anos civis anteriores podem ser parcelados em até dez parcelas, vedado reparcelamento. (Redação dada pela Lei 3.318 de 22.12.17).

Art. 9º A falta de pagamento de três parcelas sucessivas ou não, ou de qualquer parcela por mais de noventa dias, acarreta o cancelamento do parcelamento e a perda dos benefícios porventura concedidos na ocasião do parcelamento. Parágrafo único. O crédito relativo ao saldo devedor remanescente de parcelamento é objeto de inscrição em dívida ativa, encaminhamento a protesto extrajudicial, ajuizamento ou prosseguimento de cobrança judicial, conforme o caso, independente da instauração de procedimento administrativo contraditório.

Art. 10. É vedada a concessão de parcelamento ao sujeito passivo que tenha parcelamento em atraso ou cancelado. Parágrafo único. À parcela paga em atraso são acrescidos juros e atualização monetária, na conformidade da Lei Estadual 1.287/2001.

No novo sistema SAT controle de parcelamento, a comunicação com o contribuinte e com PGE estarão otimizados. Notificando o contribuinte acerca da possibilidade de cancelamento de parcelamento, perda de benefícios, a fim de evitar o abandono de parcelamentos. Implementada.

8.1.2.17. Interligar o Sistema Integrado de Administração Estadual (SIAFE/TO) e Sistema de Informação Administrativo Tributário (SIAT), ou quaisquer outros que os venha substituir. Registar a provisão no passivo da parcela para repartição dos créditos, pela parcela do recurso a transferir para os Municípios, na forma do Apêndice II da Resolução CFC nº 750/1993, destacando os princípios da competência e da prudência.

Resposta SEFAZ:

Referida integração depende da entrada em produção do novo sistema SAT, prevista para início de 2019. Não Implementada.

8.1.2.18. Implantar um sistema de processamento de dados, exclusivo, para o acompanhamento dos créditos, devendo liberar para o contribuinte e órgãos fiscalizadores, seja de controle interno e externo, uma tela de cálculo dos acréscimos que permita, a qualquer momento, a conferência e o cotejamento de valores da atualização monetária, juros e multa em nome do devedor.

Resposta SEFAZ:

Programas de testes e documentação foram desenvolvidos para informatizar toda dívida ativa e enviados para o setor de informática disponibilizar na intranet; MEMORANDO Nº 298/2018/SAT SGD: 2018/25009/019580. Há também o projeto do PROFISCO que está desenvolvendo através da fábrica de software os mesmos programas. Em Implementação.

8.1.2.19. Elaborar relatórios consolidados que contemplem histórico da dívida por contribuinte/devedor, desde a inscrição estadual/CNPJ, nome do contribuinte, data da origem e pagamento do crédito, valor principal, atualização monetária, juros e multa.

Resposta SEFAZ:

Foi informado pela Diretoria, o desenvolvimento de uma planilha em Excel, denominada "Relatório de Débito e Crédito-por contribuinte", feita como sugestão, e se aprovada e concluída pelas demais áreas da SAT, deverá ter desenvolvimento solicitado a Superintendência de Projetos Tecnológicos - SPT. Em Implementação.

8.1.2.20. Interligar os sistemas de contabilidade e tributário. Implantar procedimentos que sistematizem a inscrição em dívida ativa periódica. Registrar os fatos contábeis inerentes a inscrição em dívida ativa, em consonância com o princípio da competência.

Resposta SEFAZ:

A integração no novo sistema SAT com o SIAFE está sendo estudada. -A Superintendência de Projetos Tecnológicos (SPT), as empresas contratadas para o desenvolvimento dos dois sistemas têm o apoio necessário da área de negócio para operacionalizar e interligação. Não Implementada.

8.1.2.21. Integrar os sistemas para a gestão da dívida ativa e a respectiva contabilização. Normatizar as atribuições da área responsável pelo cancelamento de créditos tributários, de modo a promover a comunicação clara das funções, responsabilidades e obrigações atribuídas a cada um dos servidores.

Resposta SEFAZ:

Referida integração depende da entrada em produção do novo sistema SAT, prevista para início de 2019. Não Implementada.

8.1.2.22. Emanar estudo e proposição de alterações necessárias nos sistemas manuais e informatizados na apuração do ajuste de perdas para o recebimento dos créditos inscritos em dívida ativa para que o ativo do órgão seja mensurado a valor real líquido de realização.

Resposta SEFAZ:

Foi solicitado o andamento do processo de “contratação de prestadora de serviços para fornecimento de sistema integrado de gestão e recuperação de ativos com saneamento e consolidação dos cadastros e controle integrado de cobrança” memorando nº 72/DCRCF/2018 SGD: 2018/25009/0017465, enquanto o novo sistema SAT não é implementado. Em paralelo o auditor fiscal Claudio Luis de Carvalho Loredo em conjunto com a DCRCF e a SPT está realizando melhorias no SIAT que melhorem a gestão e controle dos créditos inscritos em dívida ativa. - Está em desenvolvimento a implantação do novo Sistema SAT, que contemplará esta recomendação. Os casos de uso desta Diretora já se encontram aprovados para encaminhamento para fábrica de softwares. Em Implementação.

8.1.2.23. Reavaliar os procedimentos internos adotados para emissão das certidões com o objetivo de limitar acesso a essa operação para servidores efetivos e sempre via sistema, jamais permitindo intervenção manual para emissão de certidões. Proceder levantamento de todas as baixas do período auditado (2015/2016) e comprovar o ingresso dos respetivos valores oriundos da baixa manual efetuada.

Resposta SEFAZ:

Informamos que fizemos uma visita ao chefe da equipe de auditoria do Tribunal de Contas, para dirimir algumas dúvidas quanto às recomendações e constatamos que as mesmas não são de responsabilidade deste setor e sim da Superintendência de Gestão Tributária em conjunto com a de Tecnologia de Informação, visto que a fragilidade apontada refere-se à falta de critérios e atribuições dos servidores que acessam ao SIAT em processos tributários, como auditores, administrativos, contratados e estagiários, que segundo a equipe tem como efeito:

a) Fragilidade do controle de crédito tributário aumentando a possibilidade de ocorrência de fraudes;

b) Ausência de transparência da atuação da administração tributária;

c) Aumento do risco de erro, desperdício ou procedimentos incorretos;

d) Dificuldade de realização de controle interno e externo dos atos da administração tributária.

Estão sendo realizados estudos e levantamentos acerca da unidade responsável. Informaremos o andamento desta recomendação em uma próxima oportunidade. Não Implementada.

8.1.2.24. Efetuar levantamento de todos os títulos que não obtiveram sucesso na cobrança amigável e encaminhar à Procuradoria Geral do Estado, dentro do prazo prescricional, em cumprimento ao inciso V, art. 156 e 174 do CTN, para a propositura de execução fiscal. Elaborar cadastro de todos os títulos encaminhados à PGE e acompanhar o andamento da execução, de forma sistêmica.

Resposta SEFAZ:

As tabelas de controle dos títulos encaminhados para execução do ano de 2017 e 2018 já foram elaboradas e estão sendo alimentadas. Neste quesito falta resposta da PGE quanto ao acompanhamento das execuções (ofício nº 781/2018/DCRCf SGD: 2018/25009/017693). Em Implementação.

Despesas

8.1.2.27. Que o Governo do Estado utilize corretamente a classificação da despesa no elemento 92 – Despesas de exercícios anteriores, nas estritas circunstâncias estabelecidas no artigo 37 da Lei nº 4.320/64, e que realize um planejamento orçamentário e financeiro eficiente e equilibrado, de modo a reduzir a reiterada prática, por parte do Estado, de realização de despesas de exercícios anteriores, dando causa, assim, à movimentação de dotações orçamentárias para sua cobertura, em razão de não estarem previstas, ou insuficientemente dotadas no orçamento, situação que impacta na execução orçamentária do exercício e prejudica o alcance de metas, segundo o art. 1º, §1º da LC nº 101/2000 e princípio da transparência.

Resposta SEFAZ:

Verifica-se uma elevada execução de despesas de exercícios anteriores relacionadas às obrigações contraídas em cada unidade gestora que superam o orçamento autorizado, tendo seus reflexos na execução orçamentária nos anos subsequentes.

Portanto, sob a ótica contábil, os registros dos passivos patrimoniais que antecedem à execução da DEA e a execução orçamentária da DEA estão respaldados e de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP – Despesas de Exercícios Anteriores. Em implementação.

8.1.2.29. Abster-se de estornar as despesas liquidadas que estejam aptas a serem inscritas em restos a pagar processados e de registrá-las no permanente/passivo circulante com atributo P sem a efetiva execução orçamentária, para que no exercício seguinte não sejam empenhadas como despesas de exercícios anteriores.

Resposta SEFAZ:

Em atendimento aos princípios contábeis da oportunidade e da transparência, independente da falta de disponibilidade orçamentária e financeira, procedeu-se a contabilização da obrigação (passivo) e da Variação Patrimonial Diminutiva referente ao exercício de 2015, cujo fato gerador já tenha ocorrido, conforme estabelecido nos art. 6° e 9° da Resolução n° 750/93, do Conselho Federal de Contabilidade e em obediência aos Procedimentos Contábeis gerados pela implementação da Portaria STN n° 634, de 19 de novembro de 2013, que dispõe sobre regras gerais acerca das diretrizes, normas e procedimentos contábeis aplicáveis aos entes da Federação.

Sendo assim, o Registro das Obrigações no Passivo com atributo de indicador do superávit financeiro "P" apresentado na prestação de contas de 2015 foi elaborado seguindo as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – NBCASP. Cumpre ressaltar que o passivo foi contabilizado em observação às normas brasileiras de contabilidade, inclusive em consulta recente sobre o tema inerente à contabilização de passivo "P" ou "F", o Pleno do Tribunal de Contas do Estado, através da Resolução nº 265/2018 assim proferiu:

"QUESITO 1
a) Que as obrigações devem ser contabilizadas nas contas contábeis do passivo com atributo "P" Permanente – até a emissão do empenho, conforme orienta o MCASP..."

É de ressaltar que as despesas não empenhadas no exercício de 2015 teve o tratamento patrimonial adequado. No entanto, a provisão do respectivo montante encontra-se devidamente registrado no passivo circulante e não computado no passivo financeiro, por inexistir dotação orçamentária.

Em Implementação. Se não houver disponibilidade orçamentária e financeira, deve-se proceder a contabilização da obrigação com atributo P em atendimento aos princípios contábeis da oportunidade e da transparência.

Resposta PM:

Informamos que a PM/TO tem observado essa recomendação. Contudo, destacamos que houve o estorno da despesa com a folha de pagamento, conforme Ofício nº 106/2018-DOF (Anexo 1) e Despacho (Anexo 2) do Ordenador de Despesa deste Órgão, devido a insuficiência de saldo orçamentário para a execução da folha de pagamento de PM/TO.

Foi informado pela Diretoria de Orçamento e Finanças, Ofício nº 081/2018-DOF SGD: 2018/09039/033196 que em 2015, 2016 e 2017 foram estornadas as liquidações e registradas no permanente/passivo circulante com atributo P, em 2015 devidamente autorizado pela Medida Provisória nº 49, de 18 de dezembro de 2015 (LEI Nº 3.088/2016), em 2016 e 2017, tais estornos ocorrem com autorização do gestor. Foram realizadas reuniões com setores competentes para que tais fatos apontados no relatório do TCETO, não fossem reincidentes. Com referência ao exercício 2018, a Diretoria de Orçamento e Finanças informou, através do Ofício nº 121/2018-DOF SGD: 2019/09039/000110, que houve ocorrência de estorno de liquidações, da despesa com a folha de pagamento, conforme Ofício

nº 106/2018-DOF (Anexo 1) e Despacho (Anexo 2) do Ordenador de Despesa deste Órgão, devido a insuficiência de saldo orçamentário para a execução da folha de pagamento de PM/TO. Portanto, foi registrado no permanente/passivo circulante com atributo P, com as devidas autorizações anexadas ao ofício em comento (Ofício nº121/2018-DOF SGD: 2019/09039/000110). A ocorrência de estorno adveio por insuficiência orçamentária e financeira. Ressaltasse que foram tomadas todas as medidas antecedentes que para evitar os estornos de liquidações, conforme justificado no item abaixo.

Resposta SEGOV:

Ao final de março de 2018, e de forma consolidada, a atual gestão se deparou com diversas obrigações que não tinham suporte orçamentário para executá-las, principalmente em relação às despesas obrigatórias (Despesas com Pessoal e Fornecedores), representando, aproximadamente, um valor de R$ 12.382.611,93 (doze milhões trezentos e oitenta e dois mil seiscentos e onze reais e noventa e três centavos). Por este motivo, foram realizados estornos de valores liquidados para honrar o pagamento da folha de pessoal, o que não tem intenção de evidenciar uma melhor situação financeira do ente. No curto prazo desta gestão, a medida tomada foi a redução de 31,41% do quadro de pessoal, posto que, em dezembro de 2017, tínhamos 869 servidores e, em dezembro de 2018, tal contingente foi reduzido para 596.

Resposta SECAD:

Fez-se necessário estornar as despesas liquidadas que estavam aptas a serem inscritas em restos a pagar, haja vista, atualmente não haver orçamento suficiente para o cumprimento da execução das despesas obrigatórias do ente, tais como, despesas com pessoal e outras despesas fixas. Também não havia viabilidade para o imediato pagamento das consignações relacionadas à folha de pagamento, pois as despesas obrigatórias superavam os saldos para empenhos e liquidação das despesas. Com estorno foi possível efetuar somente o pagamento do liquido da folha para o referido exercício. Salientamos que os valores foram reconhecidos patrimonialmente e estão contabilizados de acordo com a Lei 4.320/64 e o MCASP.

SAÚDE

8.1.2.32. Recomendar ao Fundo Municipal de Saúde, Secretaria da Fazenda e Secretaria do Planejamento para que façam o controle eficiente da execução orçamentária e financeira por meio da abertura de créditos suplementares por superávit financeiro, quando houver, ou seja, havendo execução orçamentária/financeira do superávit financeiro no exercício anterior, proceder a abertura de créditos suplementares nos termos dos art. 43º da Lei Federal nº 4.320/64 e 8º da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Resposta SEFAZ:

Quanto ao item 10 a Secretaria da Fazenda e Planejamento atende os pedidos de créditos adicionais, nos termos dos art. 43º da Lei Federal nº 4.320/64 e 8º da Lei de Responsabilidade Fiscal, pedidos estes enviados pelos Ordenadores de Despesa das Unidades Gestoras.
Em implementação.

8.1.2.33. Instituir o controle de custos dos hospitais e promover estudos no sentido de avaliar as despesas dos hospitais, face às diferenças verificadas entre hospitais de mesmo porte, bem como a redistribuição dos servidores e, ainda, avaliar a produção hospitalar.

Resposta SAÚDE:

Para instituir o controle de custos dos hospitais a Secretaria de Saúde do Estado do Tocantins está desenvolvendo o projeto de implantação da gestão de custos em unidades de saúde, iniciando-se pelos Hospitais Regionais de Alta Complexidade da Secretaria de Saúde do Estado do Tocantins, por meio da aplicação da metodologia de apuração de custos do Programa Nacional de Gestão de Custos – PNGC, com apoio técnico do Ministério da Saúde. Este projeto consiste na implantação e acompanhamento da Gestão de Custos nas unidades de saúde participantes com o seguinte escopo:

- 03 unidades de saúde do estado com apuração de custos implantada;
- Metodologia preconizada pelo PNGC aplicada;
- Rede para troca de informações sobre custos, implantada no nível estadual;
- Custos estimados de um novo serviço e/ou procedimento a ser disponibilizado à população, a partir das informações apuradas;
- Banco de dados sobre custos constituídos, para aplicação em diferentes finalidades.

Este projeto foi devidamente inserido como meta do Plano Estadual de Saúde e Plano Plurianual (PES/PPA 2016-2019): implantar centros de custos em 3 unidades hospitalares até 2019. Este projeto está sendo conduzido com a inserção do Núcleo de Economia da Saúde na Secretaria de Saúde – NES-TO.

As competências relativas ao NES-TO encontram-se previstas na Superintendência de Gestão e Acompanhamento Estratégico, a quem compete dentre outras:

- Coordenar e fortalecer o Núcleo de Economia da Saúde (NES), com apoio do Ministério da Saúde;
- Elaborar e implantar normas e procedimentos para o funcionamento do NES;
- Coordenar a implantação da gestão de custos, por meio da aplicação de metodologias de apuração de custos;
- Promover estudos econômicos para subsidiar as decisões da SES-TO;
- Coordenar, alimentar e monitorar o Sistema de Informação sobre Orçamento Público em Saúde (SIOPS);
- Elaborar relatório consolidado do resultado da execução orçamentária e financeira quadrimestralmente;
- Orientar as unidades organizacionais da SES-TO no monitoramento do gasto.

O interesse de implantar o NES no Estado do Tocantins, por meio de parceria com ao Ministério da Saúde, teve como proposta principal a implantação de centros de custos hospitalares, visando contribuir com uma gestão de qualidade e transparência, subsidiando os gestores com informações na tomada de decisão de maneira mais adequada e confiável por meio da implantação do PNGC nas três unidades hospitalares estaduais da capital selecionadas (Hospital Geral de Palmas, Hospital e Maternidade Dona Regina e Hospital Infantil de Palmas).

Para a estruturação do Núcleo de Economia da Saúde- NES/TO a SES celebrou com o Ministério da Saúde o Convênio Nº 797.318/2013 para viabilizar a aquisição de equipamentos (mesas, cadeiras, computadores) e treinamentos para os profissionais envolvidos na apuração de custos.

Foram desenvolvidas ações para a consolidação do NES-TO, como capacitações com os gestores e gerentes responsáveis pelos centros de custos e visitas técnicas nas unidades hospitalares.

Utilizando o sistema Apurasus, a SES conseguiu implantar Centros de Custos em 03 unidades hospitalares: Hospital e Maternidade Dona Regina, Hospital Geral de Palmas e Hospital Infantil de Palmas, tendo conseguir gerar os seguintes relatórios de custos apurados:

1) Relatório Centro Custos HGP-Jun 2014
2) Relatório Centro Custos HGP-set 2017
3) Relatório Centro Custos D Regina-Set 2014
4) Relatório Centro Custos D Regina-Out 2017
5) Relatório Centro Custos D Regina-Mai 2018
6) Relatório Centro Custos HIP-Set 2014
7) Relatório Centro Custos HIP-Mai 2018

Quantidade de Centros de Custos por Hospital	
Hospital Geral de Palmas	84
Hospital Infantil de Palmas	53
Hospital Dona Regina	59

Os relatórios dos custos hospitalares elaborados com o desenvolvimento do PNGC estão disponíveis em https://saude.to.gov.br/planejamento-/economia-da-saude/programa-nacional-degestao-de-custos-pngc/

Nos três hospitais em que foi implantado o sistema Apurasus os profissionais que nele atuam têm responsabilidades para com outros serviços e outras atribuições, como por exemplo, com o setor financeiro, dificultando assim o andamento do serviço e a rotina e constância da apuração dos custos.

Para o ano de 2019 serão realizadas reuniões técnicas e a meta é envolver mais três unidades hospitalares estaduais no PNGC. Em implementação.

Entende-se que a principal medida para avaliar as despesas dos hospitais, face às diferenças verificadas entre hospitais de mesmo porte é o Reordenamento dos Perfis dos Hospitais Estaduais de Menor Porte, cuja propositura encontra-se em discussão na SES-TO. Para tanto, foi elaborado um trabalho com vistas a obter o diagnóstico do perfil de custo dos Hospitais Estaduais por grupo de despesa frente a sua taxa de ocupação.

Para o reordenamento dos perfis hospitalares foi elaborado o instrumento das diretrizes da organização do componente hospitalar na Rede de Atenção a Saúde – RAS no Estado do Tocantins com a edição da portaria que foi recentemente publicada no DOE 5.307, Portaria Nº 68/2019/SES/GASEC, de 20 de fevereiro de 2019, que “Institui as diretrizes para a organização do componente hospitalar de média e alta complexidade da Rede de Atenção à Saúde (RAS) do Estado do Tocantins”.

O projeto de Reordenamento dos perfis Dos Hospitais Estaduais de Menor Porte está em andamento com as seguintes características:

• Objetivo: reordenar os Hospitais Estaduais de menor porte em finalidade assistencial que atenda às necessidades da modelagem da região de saúde, sem conflitar com ações da Atenção Primária e impedir a duplicidade de ação com estabelecimentos hospitalares de maior complexidade existentes na região, preservando o acesso do usuário aos serviços com qualidade e resolubilidade.
• Justificativa: os estabelecimentos hospitalares de menor porte são importantes na configuração da assistência loco-regional para garantir o acesso aos serviços de internação hospitalar, possibilitar o desenvolvimento integrado das regiões e diminuir as desigualdades regionais, a fim de responder adequadamente à mudança do quadro epidemiológico e à destinação de recursos humanos e financeiros.
• Resultados esperados:

- Otimização dos leitos;
- Otimização da força de trabalho;
- Viabilização de leitos para ampliar o número de cirurgias eletivas;
- Redefinição do perfil hospitalar: identidade epidemiológica para a Região de Saúde;
- Ampliação do financiamento federal para o Hospital;
- Melhorar o índice de satisfação do usuário.

Observa-se que se trata de trabalho e tarefa árdua que certamente ocorrerá num ambiente que requer ações e esforços.
A seguir estão elencadas todas as ações consideradas prioritárias para a Reorganização da Rede Hospitalar as seguintes ações:

1) Readequar o Perfil dos Hospitais de Porte 1
2) Executar o Plano Diretor dos Hospitais de Porte 2 e 3
3) Organizar nos Hospitais: Classificação de Riscos; Núcleo de Segurança do Paciente; e Núcleo Interno de Regulação de Leitos
4) Implantação de sublotações nas unidades hospitalares coincidentes com o sistema de escalas
5) Atenção às urgências ginecológicas em Palmas
6) Revisão do critério do benefício da indenização da Insalubridade
7) Revisão do critério das Gratificações GUEM, GUTI, GNEO e GRIN (Lei Nº 2.692/2012)
8) Regulamentação da Jornada de Trabalho dos Profissionais da Saúde
9) Dimensionamento de Pessoal nos Hospitais Regionais
10) Elaboração de proposta de nova estrutura organizacional e base de regimento dos hospitais para as unidades de produção
11) Análise de possibilidades de descentralização administrativa e orçamentária para hospitais de maior porte
12) Painel de Indicadores para Gestão da informação – Contribuições para SUP e hospitais
13) Organização das CAF e farmácias satélites
14) Revisão dos procedimentos de enfermagem para os 18 hospitais
15) Diagnóstico de situação das Comissões Técnicas Hospitalares apontando os problemas a serem superados
16) Implantar o Programa de Segurança do Paciente.
Em implementação.

8.1.2.34. Promover investimentos em obras e aquisição de equipamentos e materiais permanentes destinados à Saúde do Tocantins.

ENTREGA DE VEÍCULOS AOS MUNICÍPIOS EM 2017

Foram entregues 46 veículos para 42 municípios (17 ambulâncias e 29 veículos para logística da Atenção Básica).

INVESTIMENTOS NA ESTRUTURA DE SERVIÇOS DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE EM 2017

Revitalizada toda a fachada do Laboratório Central de Saúde Pública - LACEN-TO e inaugurada a Sede do SVO - Sistema de Verificação de Óbitos de Palmas.

Fachada do LACEN-TO

ANTES	DEPOIS
Pintura metálica dos brises	
Pintura acrílica	

Serviço de Verificação de Óbitos – SVO em Palmas-TO

ENTREGA DE NOVOS LEITOS HOSPITALARES EM 2017

Inauguração de 192 Leitos de internação no HGP**.** O maior hospital do Estado do Tocantins ganhou 192 leitos. O novo local, entregue pelo governador Marcelo Miranda, conta com quartos mais confortáveis, banheiros amplos e adaptados, dando fim ao Anexo Provisório, uma tenda colocada na unidade ainda no ano de 2013.

Novas Alas do Hospital Geral de Palmas-HGP com 196 Leitos

Foto: Nova Ala, 3º Andar do HGP com 98 Leitos

Foto: Nova Ala, 4º Andar do HGP com 98 Leitos

O HGP se consolidou como uma unidade de média e alta complexidade referência para o atendimento em todo o Tocantins e estados vizinhos. Ele foi um dos três hospitais referências do País indicados pelo Ministério da Saúde para participar como projeto-piloto com base na Política Nacional de Humanização da Atenção e da Gestão do SUS, sendo a unidade representante da região Centro-Norte.

O serviço de reconstrução facial do Hospital Geral de Palmas (HGP) vem mudando a vida de crianças e adultos no Tocantins. Por meio do serviço, já foram realizadas 101 cirurgias e cerca de 1.343 atendimentos. Para fortalecer ainda mais esta área, que conta com equipe multiprofissional composta por médico, ortodontista, odontólogo e fisioterapeuta, o HGP firmou parceria com a *Smile Train*, uma instituição internacional sem fins lucrativos que tem uma abordagem sustentável para as pessoas que sofrem com fissura lábio-palatina,

também conhecida como lábio leporino ou fenda lábio- palatina, que é uma abertura que pode ocorrer somente no lábio, no céu da boca, chamado palato, ou nos dois locais.

ADEQUAÇÕES NOS HOSPITAIS REGIONAIS EM 2017

As obras de adequação e ampliação do Hospital de Referência de Alvorada e a retomada do atendimento no Centro Cirúrgico da unidade hospitalar foram entregues dico e da equipe de enfermagem, além da reforma e da ampliação da recepção, melhorias nas instalações hidráulica e elétrica, reforma dos banheiros e das enfermarias, que receberam aparelhos de ar-condicionado. No Hospital e Maternidade Dona Regina e Hospital Infantil de Palmas ocorreu a ampliação dos espaços físicos do SAV (Serviço de Atenção à Violência Infantil e da Mulher).

INVESTIMENTOS EM 2018

AMPLIAÇÃO DE LEITOS HOSPITALARES E SERVIÇOS

O Estado aumentou no decorrer no ano **44 leitos hospitalares**, ampliando acesso e abertura de novos serviços ambulatoriais e hospitalares de média e alta complexidade para a população do Tocantins, nas seguintes unidades:

LEITOS DE UTI PEDIÁTRICANO HOSPITAL MUNICIPAL DE ARAGUAÍNA

GESTÃO COMPARTILHADA COM O MUNICÍPIO – AMPLIAÇÃO DE 10 LEITOS DE UTI PEDIÁTRICA

HOSPITAL GERAL DE PALMAS

AMPLIAÇÃO EM 08 LEITOS DE UCI, SAINDO DE 18 PARA 26 LEITOS.

HOSPITAL E MATERNIDADE TIA DEDÉ

AMPLIAÇÃO EM 26 LEITOS DE OBSTETRÍCIA E GINECOLOGIA, SAINDO DE 12 PARA 38 LEITOS.

Organização nas enfermarias de Obstetrícia e Ginecologia; e Ambiência do Centro de Parto Normal.

ORGANIZAÇÃO DE ESPAÇO PARA MAIS 10 LEITOS DE UTI NO HOSPITAL REGIONAL DE GURUPI

SERVIÇO DE RADIOTERAPIA - UNACON (UNIDADE DE ASSISTÊNCIA DE ALTA COMPLEXIDADE EM ONCOLOGIA) DO HOSPITAL REGIONAL DE ARAGUAÍNA - HRA

Foi instalado o Acelerador Linear (adquirido ainda em 2014), com as devidas observações e exigências da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), equipamento para efetivação do Serviço de Radioterapia do UNACOM do Hospital Regional de Araguaína. Com a instalação do equipamento o serviço será intensificado, ampliando o acesso e a diversidade de terapias e protocolos aos pacientes portadores de doenças oncológicas da Macrorregião Norte do Estado. Num primeiro momento o serviço já atenderá cerca de 80 pacientes que faziam o tratamento em Imperatriz (MA), por meio de pactuação, via SUS.

ORGANIZAÇÃO DE AMBIENTES HOSPITALARES

ORGANIZAÇÃO DA AMBIÊNCIA DO HOSPITAL REGIONAL DE ARAGUAÍNA - HRA

Organização da ambiência, melhoria da acessibilidade, na Entrada e Recepção, do Pronto Socorro; na Observação feminina e Masculina, Sala Vermelha, Sala Amarela; na Cozinha e Refeitório e Áreas de Convivência Externas.

Sala Vermelha, Sala Amarela do Hospital Regional de Araguaína – HRA

ORGANIZAÇÃO DA AMBIÊNCIA DO HOSPITAL GERAL DE PALMAS – HGP

Organização das Unidades de Tomada de Decisão I e II; Organização de Internação Rápida; Organização da Sala de Alta; Organização do Escritório de Alta.

Organização das novas instalações da UCI (Unidade de Cuidados Intermediários); Organização da nova Ala da Oncologia.

Início da reforma de 52 leitos do 1º pavimento da unidade de internação do HGP.

Instalação de portões eletrônicos nas entradas e saídas dos estacionamentos do hospital; conclusão da reforma do segundo pavimento da unidade de internação e ampliação de 98 leitos com instalação de ar condicionados em todos os apartamentos.

HOSPITAL REGIONAL DE PORTO NACIONAL - HRPN

Organização nas áreas: Entrada do Hospital (acessibilidade e ambiência), Urgência e Emergência da unidade (Pronto Socorro Adulto e Infantil, Sala de Estabilização e Sala de Procedimentos), melhoria e adequações na qualidade ambiental da Sala Vermelha, Amarela e Observação Pediátrica em um ambiente novo, estruturado, de forma a oferecer o conforto necessário para atender também a pediatria; reforma e adequações nas Enfermarias com mais 16 novos leitos no serviço de pediatria para melhor atender parturientes e a neonatologia; reformas nos Consultórios, automação do grupo gerador do centro cirúrgico; adequação da rede de gases medicinais; melhorias da fachada e instalação de cobertura na entrada; instalação de aparelhos condicionadores de ar; mobiliários para o repouso dos profissionais

Nova entrada do HRPN

Nova Recepção do HRPN

HOSPITAL REGIONAL DE GURUPI - HRG

Organização da Entrada e Recepção (melhoria da acessibilidade), no Pronto Socorro Adulto - PSA (implantação da Sala Vermelha, Sala Amarela, Sala de Observação, Classificação de Risco), Ampliação e/ou reforma de Consultórios, Adequações nos serviços de psiquiatria, do Serviço social e do Centro de Parto Natural (CPN), instalação de aparelhos de ar condicionado no Pronto Socorro e nas enfermarias; instalação de 02 (aparelhos de anestesia com ventilador eletrônico microprocessado, com vaporizador calibrado e monitor multiparamétrico com analisador de gases e monitor de nível de consciência; Núcleo Interno de Regulação - NIR implantado e realizando o gerenciamento de 38 leitos hospitalares, da rede inter-hospitalar, referências e contra-referências, regulação de exames e procedimentos de média a alta complexidade e serviços especializados.

HOSPITAL E MATERNIDADE DONA REGINA - HMDR

Destacam-se no período melhorias nas calçadas externas, instalação de nova fachada e identificação visual, organização de uma nova cozinha, refeitório e nutrição hospitalar sendo dividida em três pavimentos: estoque, cozinha e refeitório; novo espaço para o arquivo de prontuários de pacientes; instalação de carro de anestesia para o centro cirúrgico, aparelhos condicionadores de ar para vários setores e implantação do Núcleo Interno de Regulação - NIR realizando a gestão e o gerenciamento interno dos leitos hospitalares.

ORGANIZAÇÃO DE AMBIENTES EM OUTRAS UNIDADES PRÓPRIAS DO ESTADO

Organização da Central de Esterilização de Material (CEM), da cozinha e refeitório do Hospital Regional de Guaraí:

AMPLIAÇÃO DO ACESSO COM A AQUISIÇÃO DE NOVOS EQUIPAMENTOS

Foram adquiridos 47 tipos de equipamentos médico-hospitalares, totalizando mais de 1.235 itens adquiridos. Destacam-se 387 itens de mobiliários e equipamentos médico-hospitalares, conforme elencados a seguir[1]:

Aparelhos de Anestesias: 10	Ar Condicionado: 848	Aparelho de Ultrassons: 05
Mesa Cirúrgica Mecânica: 03	Colposcópio binocular: 01	Monitor Multiparâmetro: 10
Mobiliários: 138	Foco Cirúrgico: 02	Camas Beliches: 106
Berço hospitalar: 09	Bisturi eletrônico: 40	Leitor biométrico: 64

Ainda no período, a SES recebeu por meio de doação de Instituição Religiosa de âmbito internacional, 16 kits completos de reanimação neonatal, incluindo todos os itens necessários para uma rápida intervenção em casos de bebês com dificuldades para respirar. Dados da Organização Mundial de Saúde dão conta de que cerca de 20 a 30% da mortalidade neonatal pode ser diminuída com a presença de um reanimador capacitado na sala de parto. Mostram também que um em cada dez bebês precisa de algum auxílio para respirar ao nascer. Dados parciais até outubro de 2018.

[1] Dados parciais ate outubro de 2018

ENTREGA DE EQUIPAMENTOS ORTOPÉDICOS À PACIENTES DO CENTRO ESPECIALIZADO EM REABILITAÇÃO

Com investimento de aproximadamente R$ 3 milhões, o Governo do Estado tem mudado a vida de pacientes do Tocantins que aguardavam cadeiras de rodas, órteses, próteses e bolsas de colostomias.

Mais de 1.500 cadeiras de rodas, 18.652 bolsas de colostomias e quase mil órteses e próteses foram adquiridas e parte já foi entregue a pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS), atendidos nos Centros Especializados em Reabilitação do Estado do Tocantins (CERs), localizados em Palmas, Araguaína, Porto Nacional e Colinas do Tocantins. Em implementação.

8.1.2.35. Avaliar o quantitativo e natureza das demandas judiciais, de modo a identificar os atendimentos/procedimentos com maior frequência, ante a impossibilidade de atendimento, os quais são objeto de judicialização averiguando a possibilidade de atendê-los antecipadamente às demandas.

Criado em 20/03/2017 o Núcleo de demandas judiciais com a finalidade de centralizar em um só lugar as demandas judiciais cujo objeto demande aquisição, e recebeu, inicialmente, 263 processos que já estavam em andamento oriundos da Gerência de Cotação.
- Primeiro passo: mutirão para verificação da situação de cada processo de demanda judicial, onde alguns foram arquivados, outros foram apensados, e outros dado andamento.

- A partir da ideia de como o processo deveria seguir respeitando a legalidade, a eficiência e a urgência dos casos de demandas judiciais, foi desenvolvido o fluxo de cumprimento de demandas judiciais.
- Concomitantemente, novas demandas foram sendo recebidas e novos processos foram sendo abertos conforme os termos de referência elaborados pelo NDJ.
4/31.

Levando em consideração a complexidade de cada demanda bem como o objeto de cada decisão judicial, em 2017 das 768 demandas judiciais, 14% (108) foram atendidas em até 48 horas, 23% (176) em até 72 horas, 73% (551) em até 15 dias.

PROJETO DE IMPLANTAÇÃO DO NÚCLEO DE DEMANDAS JUDICIAIS – NDJ

Objetivo:

Implantação do Núcleo de Demandas Judiciais – NDJ na Secretaria da Saúde do Estado do Tocantins a fim de centralizar o processo de aquisição de medicamentos, insumos, materiais, serviços, equipamentos, dietas e fórmulas para atendimento das demandas judiciais com celeridade e eficiência necessária.

Responsável:

Vinculada à Superintendência de Assuntos Jurídicos – Dr. Franklin. Gerenciada pela servidora Fernanda Gutierrez Yamamoto.

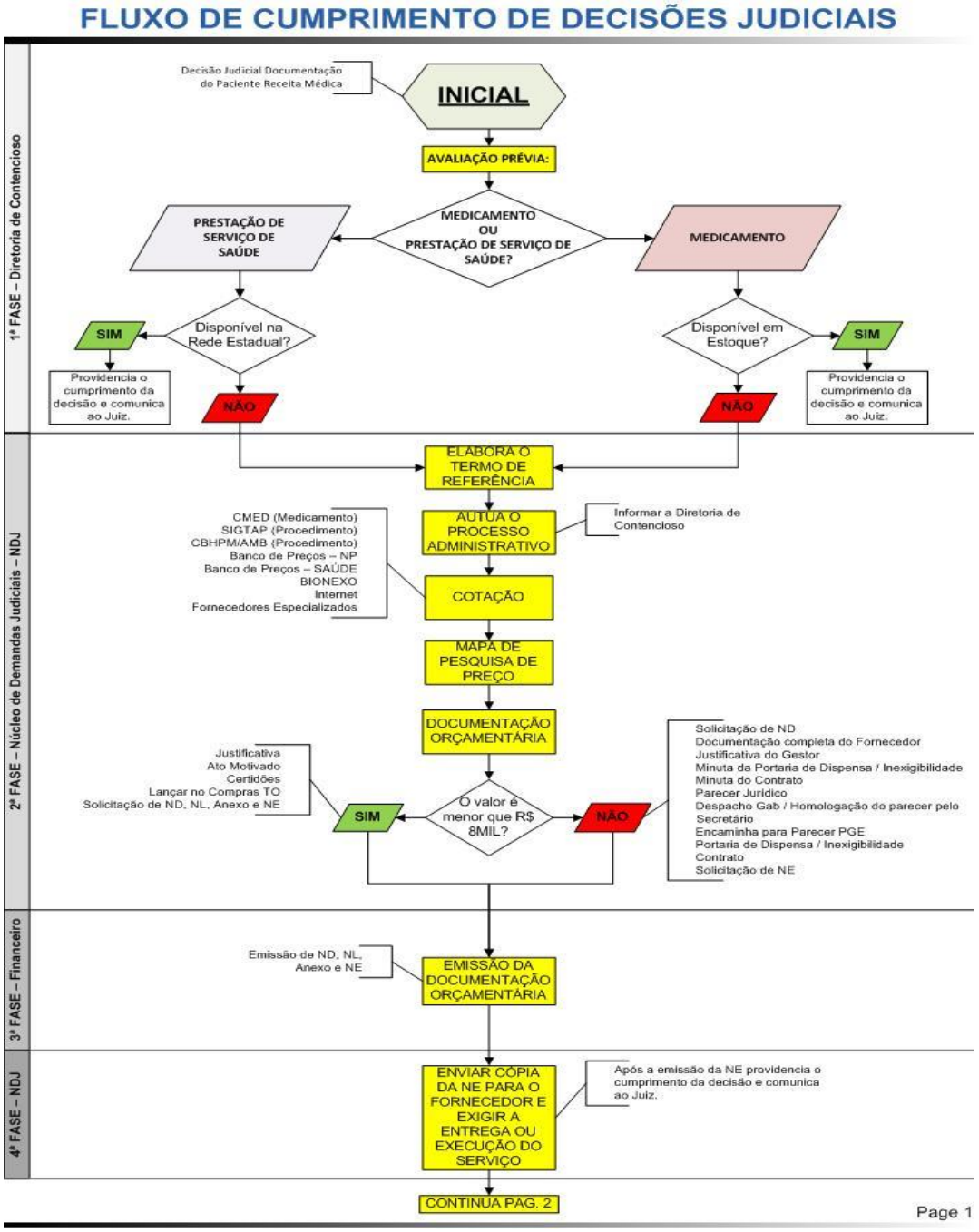
Contexto de implantação:

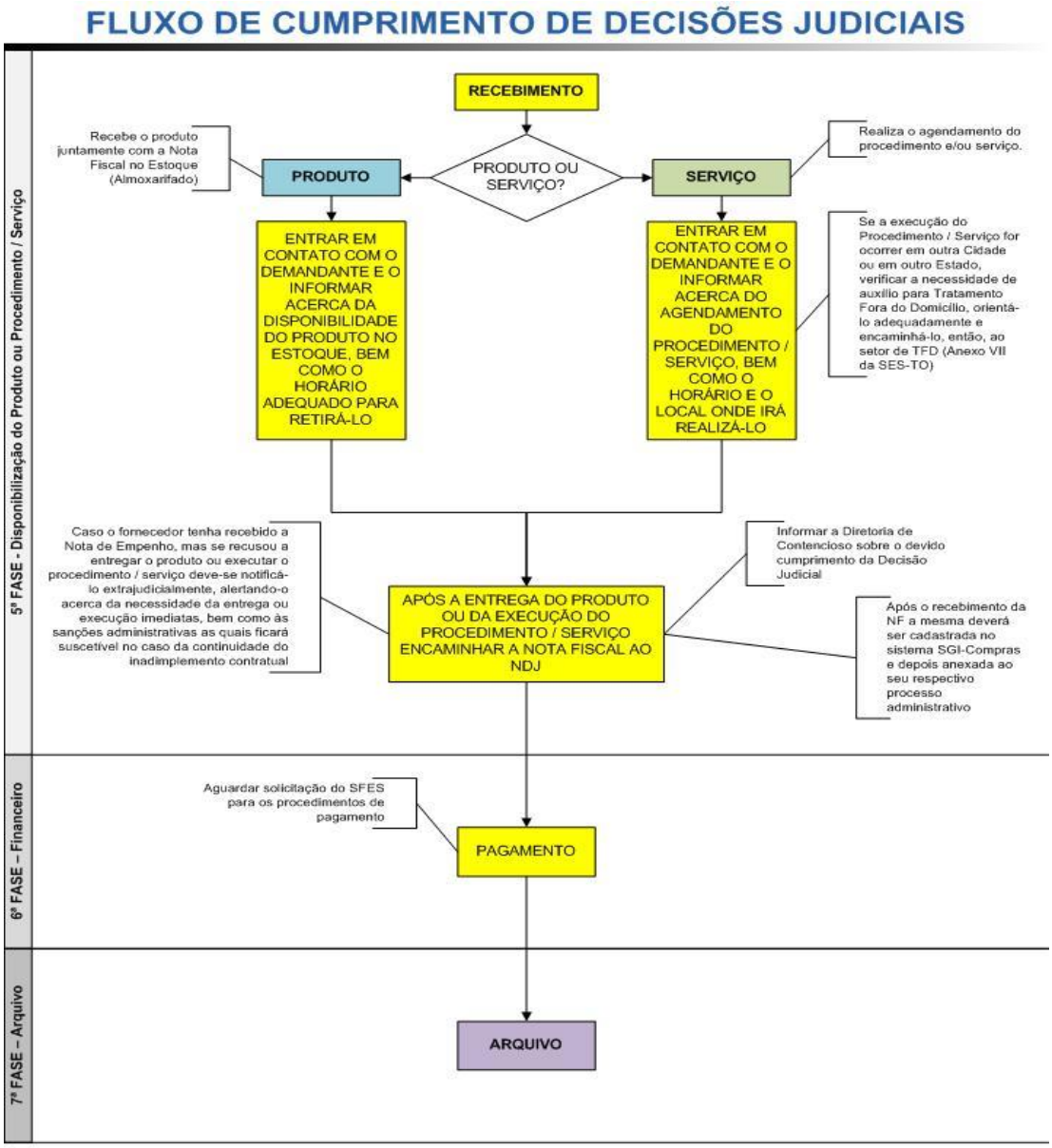
O Núcleo de Demandas Judiciais da Secretaria da Saúde – NDJ foi criado em 20/03/2017 com a finalidade de centralizar em um só lugar as demandas judiciais cujo objeto demande aquisição e recebeu, inicialmente, 263 processos que já estavam em andamento oriundos da Gerência de Cotação.

O primeiro passo foi a realização de mutirão para verificação da situação de cada processo, sendo que alguns foram arquivados, outros foram apensados, e outros dado andamento, conforme a análise de cada um.

A partir da ideia de como o processo deveria seguir respeitando a legalidade, a eficiênia e a urgência dos casos de demandas judiciais, foi desenvolvido o fluxo de cumprimento de demandas judiciais ilustrado abaixo. Concomitantemente, novas demandas foram sendo recebidas e novos processos foram sendo abertos conforme os termos de referência elaborados pelo NDJ.

Fluxo de Demandas Judiciais:


FLUXO DE CUMPRIMENTO DE DECISÕES JUDICIAIS
1ª FASE – Diretoria de Contencioso
2ª FASE – Núcleo de Demandas Judiciais – NDJ
3ª FASE – Financeiro
4ª FASE – NDJ
Decisão Judicial Documentação do Paciente Receita Médica
INICIAL
AVALIAÇÃO PRÉVIA:
MEDICAMENTO OU PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SAÚDE?
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SAÚDE
MEDICAMENTO
Disponível na Rede Estadual?
SIM
Providencia o cumprimento da decisão e comunica ao Juiz.
NÃO
Disponível em Estoque?
SIM
Providencia o cumprimento da decisão e comunica ao Juiz.
NÃO
ELABORA O TERMO DE REFERÊNCIA
AUTUA O PROCESSO ADMINISTRATIVO
Informar a Diretoria de Contencioso
CMED (Medicamento)
SIGTAP (Procedimento)
CBHPM/AMB (Procedimento)
Banco de Preços – NP
Banco de Preços – SAÚDE
BIONEXO
Internet
Fornecedores Especializados
COTAÇÃO
MAPA DE PESQUISA DE PREÇO
DOCUMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Justificativa
Ato Motivado
Certidões
Lançar no Compras TO
Solicitação de ND, NL, Anexo e NE
O valor é menor que R$ 8MIL?
SIM
NÃO
Solicitação de ND
Documentação completa do Fornecedor
Justificativa do Gestor
Minuta da Portaria de Dispensa / Inexigibilidade
Minuta do Contrato
Parecer Jurídico
Despacho Gab / Homologação do parecer pelo Secretário
Encaminha para Parecer PGE
Portaria de Dispensa / Inexigibilidade
Contrato
Solicitação de NE
Emissão de ND, NL, Anexo e NE
EMISSÃO DA DOCUMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ENVIAR CÓPIA DA NE PARA O FORNECEDOR E EXIGIR A ENTREGA OU EXECUÇÃO DO SERVIÇO
Após a emissão da NE providencia o cumprimento da decisão e comunica ao Juiz.
CONTINUA PAG. 2
Page 1



Quando não há proposta válida na primeira rodada de cotação é realizada uma segunda rodada para obtenção de cotação válida. São necessárias 3 propostas para realização da dispensa de licitação. Quando há pelo menos uma válida é feita justificativa para aquisição. Quando após a segunda rodada de cotação não há proposta válida é encaminhada a informação para a Diretoria de Contencioso para que seja informado ao juiz sobre a dificuldade da Secretaria obter cotação, para que sejam tomadas outras medidas, enquanto novas tentativas de cotação são realizadas.

O setor trabalha com indicadores, exemplificados a seguir:

Resultados Alcançados de março até maio/2017:

- 496 processos de demandas judiciais em andamento
- 75 termos de referência de medicamentos, materiais e insumos elaborados
- 152 e-mails respondidos sobre processos de compra à Diretoria de Contencioso
- 3 termos de referência de serviços elaborados
- 52 processos foram cotados
- 47 processos em cotação

- Serviços
    - 54 pareceres técnicos pela enfermeira do NDJ
    - 4 notas explicativas
    - 55 mapas de pesquisa de preços
    - 14 justificativas ante a impossibilidade de cotação
- Medicamentos
    - 56 processos cotados
    - 21 justificativas ante a impossibilidade de cotação
    - 56 mapas de pesquisa de preços
    - 56 pareceres técnicos emitidos pela farmacêutica do NDJ
    - 123 processos ainda em andamento
- Compras
    - 38 justificativas de aquisição assinadas pelo Gestor
    - 26 atos motivados
    - 38 solicitações de documentação orçamentária
    - 87 processos lançados no Compras-TO
- Inadimplência de fornecedores
    - 26 processos não foram devidamente entregues
    - 2 notificações expedidas
    - 35 e-mails encaminhados
- Notas
    - 13 processos encaminhados para pagamento
    - 7 processos aguardando notas fiscais
    - 2 processos aguardando programação de pagamento
- Jurídico
    - 6 contratos elaborados
    - 14 pareceres jurídicos
    - 181 despachos

Avanços:

Em média, as novas aquisições de medicamentos estão sendo realizadas em dois (2) meses, quando há proposta válida, e as contratações em 03 (três) meses, levando em consideração a complexidade do objeto da decisão judicial. Ressaltando que atualmente estão sendo prestadas todas as informações solicitadas pela Diretoria de Contencioso, bem como sempre está sendo informado ao juiz as dificuldades na cotação

Desse modo, vislumbra-se que apesar das dificuldades quanto ao quantitativo de servidores e por ainda encontrar-se em estruturação, o objetivo do Núcleo de Demanda Judicial está sendo aos poucos alcançados.

Monitoramento:

A Diretoria do Escritório de Gerenciamento de Projetos, subordinada à Superintendência de Planejamento, desenvolveu e está implantando planilha de monitoramento das demandas judiciais que são encaminhadas para o NDJ. Esta planilha permitirá o monitoramento e a disponibilização de dados e estatísticas importantes para a melhoria da eficiência na execução das demandas e para subsidiar a tomada de decisão dos gestores. Devido ao quantitativo de servidores reduzido, à sobrecarga de atividades necessárias para a efetivação da aquisição e a complexidade dos dados da planilha, os quase 500 processos existentes no NDJ estão sendo inseridos na planilha de forma lenta, porém

assim que todos os processos forem inseridos todas as informações estarão disponíveis para consulta e alimentação do andamento dos processos. Dentre as informações constantes na planilha podemos destacar:

- Ano
- Tipo
- Nº Autos Justiça
- Data da decisão
- Prazo para atendimento
- Nome do Paciente
- Juiz
- Comarca
- Demandante Judicial
- CPF
- Telefone
- Município de residência
- Patologia
- Unidade (Hospital)
- Objeto da demanda
- Quantidade
- Data e Número do Termo de Referência
- Número do Processo Administrativo
- Data de autuação
- Entrada na cotação
- Parecer técnico
- Modalidade de aquisição
- ND – Nota de Dotação
- NL – Nota de Lançamento
- NE – Nota de Empenho
- Análise jurídica
- Valor da aquisição
- Saída da cotação
- Empresa
- Data de entrega da NE ao fornecedor
- NF – Nota Fiscal
- Data de recebimento no centro de distribuição
- Data de entrega ao usuário
- Encerramento do processo administrativo
- Aquisição continuada
- Processo de aquisição regular
- Data final da demanda

ABASTECIMENTO DA REDE HOSPITALAR

Organização do serviço e abastecimento dos estoques de materiais e medicamentos com a padronização que possibilitou a compra correta, reduzindo custos, simplificando as rotinas de aquisição, possibilitando maior controle de estoque na SES-TO ao

produzir uma série histórica consistente de consumo de cada hospital. Entre os anos de 2017 e 2018 o estoque regulador chegou a suprir até 91% de abastecimento de materiais e medicamentos necessários nas unidades hospitalares. A amplitude do número de fornecedores também foi destaque decorrente do resgate da credibilidade nas aquisições na segunda metade de 2017 e 2018.

A padronização de medicamentos foi homologada pela Portaria/SES/Nº 865, de 07/12/2017 (DOE 5008), ***que dispõe sobre as normas técnicas e administrativas relacionadas à aquisição, seleção, prescrição e dispensação de medicamento, e utilização de materiais, no âmbito das unidades hospitalares pertencentes à Rede Hospitalar sob gestão do Estado.***

Esta normatização visa padronizar a relação de medicamentos preconizados pelo SUS e que deve ser norteadora das prescrições na rede hospitalar.

Objetivos da padronização:

- Diminuir o número de itens no estoque em aspectos técnicos e econômicos;
- Simplificar os materiais, eliminando os tipos ineficientes, evitando o desperdício;
- Permitir a compra em grandes lotes;
- Otimizar o trabalho do Setor de Compras;
- Diminuir os custos de estocagem;
- Reduzir a quantidade de itens estocados;
- Adquirir materiais com maior rapidez;
- Evitar a diversificação de materiais de mesma aplicação;
- Obter maior qualidade e uniformidade.

Foram padronizados 632 medicamentos distribuídos em 17 grupos, dentre eles: anestésicos, analgésicos, antinflamatórios, antialérgicos, oncológicos, cardiovasculares, oftalmológicos, etc.

Portaria/GABSEC/SESAU nº 718, (DOE de 24/05/2016) dispõe sobre a instalação dos Grupos de Assessoramento Técnicos (GAT) para estabelecer critérios para indicação e validação de materiais, medicamentos, equipamentos, insumos, implantar suas padronizações, protocolos clínicos e emitir pareceres técnicos à rede hospitalar do Estado do Tocantins sob gestão da SES - TO.

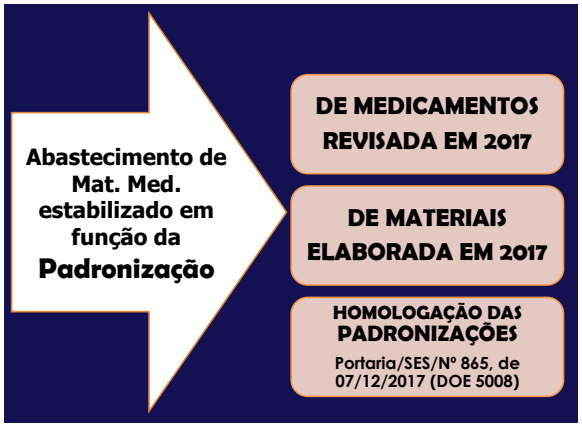
Portaria GABESEC/SES Nº 850, de 13/06/2016 (DOE 4.641) estabelece as competências do GAT, destacando-se a de "Elaborar e divulgar protocolos de inclusão e exclusão de produtos, insumos, medicamentos, equipamentos, serviços técnicos, materiais médico-hospitalares, avaliar, auxiliar e orientar a construção de condutas e rotinas multiprofissionais e terapêuticas médicas baseadas nas diretrizes da AMB e em Evidências Científicas".

Realizado reuniões do Grupo de Assessoramento Técnico da Enfermagem, Anestesia, Especialidades Cirúrgicas e Logística dos Hospitais do Estado, revisado e classificado por nível de relevância a relação de materiais e fios cirúrgicos do elenco adquiridos pela Secretaria. Padronização em fase final de conclusão, para validação e publicação.

Em 07/12/2017 foi publicada a Portaria/SES/Nº 865, de 07/12/2017 (DOE 5008), ***que dispõe sobre as normas técnicas e administrativas relacionadas à aquisição, seleção, prescrição e dispensação de medicamento, e utilização de materiais, no âmbito das unidades hospitalares pertencentes à Rede Hospitalar sob gestão do Estado.***

Esta normatização visa padronizar a relação de materiais preconizados pelo SUS e que deve ser norteadora da utilização na rede hospitalar. Assim, se pretende diminuir o número de itens no estoque em aspectos técnicos e econômicos; permitir a compra em grandes lotes; otimizar o trabalho do setor de compras; diminuir o custo de estocagem; adquirir materiais com maior rapidez; obter maior qualidade e uniformidade.

Foram padronizados 842 materiais distribuídos em 17 grupos, dentre eles: luvas, sondas, cânulas, dispositivos de infusão, EPI, fios cirúrgicos, descartáveis, material de sutura, etc.



Os itens da padronização de medicamentos e materiais médicos hospitalares e formulários específicos estão contemplados de acordo com os anexos I, II, III, IV e V da Portaria/SES/Nº 865/2017. Em implementação.

8.1.2.36. Criar grupos de trabalhos em conjunto com o Ministério Público Estadual, Ministério Público Federal e o próprio Tribunal de Contas, objetivando discutir e implementar as possíveis soluções para reduzir a judicialização da saúde.

* Respondido na recomendação de número 8.1.2.35.

EDUCAÇÃO

8.1.2.39. Classificar as despesas com ensino fundamental e médio nas subfunções próprias, pois, da forma como o Estado vem classificando as despesas nesses níveis de ensino, todas na subfunção 368 - Educação Básica, não é possível confrontar os valores contabilizados com aqueles informados no Demonstrativo - (MDE-RREO), que dispõe de campo próprio e individualizado para as despesas com ensino fundamental e médio, prejudicando a transparência das informações aos usuários dos demonstrativos contábeis e à população em geral.

Os critérios para segregação das despesas nas subfunções 361 e 362 é o rateio de acordo com o número de alunos matriculados nos níveis de ensino da educação básica, apurados no censo escolar referente ao exercício anterior, metodologia aplicada por outros entes federados, bem assim, orientada pelo Ministério da Educação – MEC através do FNDE, órgão responsável pela gestão do SIOPE Sistema de informações sobre Orçamentos Públicos em Educação.

Imperioso ressaltar que a Portaria SOF nº 54, de 4 de julho de 2011 criou a subfunção 368 – Educação Básica, alterando o anexo da Portaria MOG nº 42/1999, aplicando seus efeitos também aos Estados conforme a seguir:

> **"PORTARIA SOF Nº 54, DE 04 DE JULHO DE 2011.**
> (publicada no DOU de 05/07/2011, seção I, página 60)
>
> Altera o Anexo da Portaria MOG nº 42, de 14 de abril de 1999, que atualiza a discriminação da despesa por funções, de que trata o Anexo 5 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.
>
> **A SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL**, no uso das atribuições estabelecidas no art. 17, inciso VII, do Anexo I do Decreto nº 7.063, de 13 de janeiro de 2010, e tendo em vista o disposto no art. 113 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, **resolve:**
> Art. 1º Incluir a **Subfunção "368 – educação básica" na Função "12 – Educação".**
> Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, aplicando-se seus efeitos, no âmbito da União, **dos Estados,** do Distrito Federal e dos Municípios, quando for o caso, a partir do exercício financeiro de 2012, inclusive no que se refere à elaboração do respectivo projeto de lei orçamentária". **Grifei**

8.1.2.43. Adotar medidas visando a redução das despesas com pessoal, evitando que essas consumam todo o orçamento destinado a educação, tendo em vista que 83% dos recursos gastos com educação no Estado é com folha de pagamento.

Para fins de reenquadramento da despesa com pessoal para cumprimento da determinação dos arts. 22 e 23 da LC 101/2000 o Governo do Estado editou as Medidas Provisórias nº 1 e nº 2. A medida nº 1 redefiniu a Estrutura Administrativa do Poder Executivo o que resultou na redução de aproximadamente 980 cargos em comissão e funções de confiança e a nº 2 que suspendeu o reajuste de remunerações e progressões ou promoções funcionais, bem como, institui as câmaras técnicas com o objetivo de realizar reuniões quadrimestrais dedicadas à apresentação dos dados relativos ao cenário econômico-financeiro do Estado enquanto perdurarem os efeitos da suspensão; redução dos quantitativos e valores de contratação temporária de pessoal com vista à adequação das despesas com pessoal até atingir o limite prudencial de 46,5% com projeção para o ano de 2020;

8.1.2.47. Atender aos critérios para reconhecimento de despesas de exercícios anteriores estabelecidas no artigo 37 da Lei nº 4320/64, as quais devem constituir-se como exceção à regra estabelecida no artigo 58 a 60 da mencionada lei, e adotar as medidas necessárias para que os valores das despesas de exercícios anteriores não sejam consideradas para fins de apuração do limite constitucional mínimo de 25% das receitas de impostos a serem aplicados em manutenção e desenvolvimento do ensino, bem como 60% dos recursos do FUNDEB, tendo em vista que a efetiva liquidação das despesas não ocorreu no exercício, ou seja, os bens ou serviços objeto da despesa não foram efetivamente recebidos/prestados no exercício do registro da despesa orçamentária, em obediência ao disposto nos artigos 50, II da LC nº 101/2000 e Parecer do Conselho Nacional de Educação nº 26/1997.

Resposta SEFAZ:

Verifica-se uma elevada execução de despesas de exercícios anteriores relacionadas às obrigações contraídas em cada unidade gestora que superam o orçamento autorizado, tendo seus reflexos na execução orçamentária nos anos subsequentes.

Portanto, sob a ótica contábil, os registros dos passivos patrimoniais que antecedem à execução da DEA e a execução orçamentária da DEA estão respaldados e de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP – Despesas de Exercícios Anteriores. Em implementação.

Resposta SEGOV:

A realização de despesas de exercícios anteriores vem ocorrendo ao longo dos exercícios de 2015 ao exercício de 2018, pelo fato de o orçamento liberado para esta pasta ser insuficiente para cobrir as despesas essenciais ao funcionamento do órgão, aí compreendidas as despesas de natureza contínuas e as adstritas aos créditos orçamentários. A atual gestão está buscando meios de diminuição de suas despesas correntes através de alguns projetos já em andamento, tais como o projeto de eficientização energética da ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, que consiste na substituição de 3.351 lâmpadas com tecnologia obsoleta (fluorescentes compactas, tubulares e halógenas) por equipamentos com tecnologia LED. Com a implementação das ações de eficiência energética no sistema de iluminação desta secretaria, estima-se uma economia de 102,28 MWH/ano de energia e uma redução de demanda da ponta de 18,89 KW. Tais resultados representam uma estimativa de redução de 71,46% do consumo do sistema a ser eficientizado.

Resposta SECAD:

Em consequência da insuficiência de orçamento no exercício anterior foi necessário a realização de despesas de exercício anteriores impactando no planejamento orçamentário financeiro eficiente e equilibrado no exercício de 2015.

PREVIDÊNCIA SOCIAL

8.1.2.50. Transferir todo o ativo e os demais itens que compõem o patrimônio do Fundo de Previdência do Estado do Tocantins, bem como os rendimentos de aplicações financeiras e o saldo positivo entre as receitas do Fundo Financeiro para o Fundo Previdenciário, nos termos do artigo 17-A, I e §§3º e 5º, do mesmo artigo da Lei Estadual nº 1.614/2005 e artigo 21, §1º, da Portaria nº 403/2008 do Ministério da Previdência Social, alterada pela Portaria MPS nº 21/2013.

Resposta IGEPREV:

O patrimônio do Instituto já está registrado no Plano Previdenciário, em atendimento as regras da segregação de massa;

8.1.2.53. Realizar recadastramentos anuais, de modo a garantir o efetivo controle dos beneficiários da previdência.

Resposta IGEPREV:

Foi devidamente realizado o recadastramento dos benefícios previdenciários;

8.1.2.54. Adotar mecanismos mais eficazes que possibilitem o acompanhamento e o controle dos valores recebidos e a receber, de forma célere e confiável, e que promovam a cobrança de eventuais valores devidos.

Resposta IGEPREV:

O Gerencia de Receitas Previdenciárias está buscando continuamente mecanismo operacionais para buscar a eficiência quanto as contribuições previdenciárias, estando em fase de finalização o módulo de arrecadação no Sistema Previdenciário do Instituto;

8.1.2.55. Efetuar o registro contábil e consequente evidenciação nos balanços anuais dos créditos oriundos de parcelamentos e demais valores a receber pelo regime próprio de previdência, em obediência aos princípios de contabilidade e ao princípio da transparência, objetivando o acompanhamento e controle sobre o efetivo recolhimento das contribuições e valores devidos.

Resposta IGEPREV:

Os registros contábeis dos parcelamentos estão e sempre estiveram devidamente registrados no sistema contábil do Instituto;

8.1.2.56. Aportar os recursos necessários para cobertura da insuficiência das contribuições previdenciárias do Fundo Financeiro, conforme determina os arts. 17- A e 19 da Lei nº 1.614/2005;

Resposta IGEPREV:

Os aportes para cobertura da insuficiência financeira quando necessária, este Instituto faz a devida solicitação aos respectivos Órgãos dos respectivos Poderes;

8.1.2.57. Apresentar em Notas Explicativas informações complementares no sentido de explicitar as causas da variação ocorrida entre o passivo atuarial registrado na contabilidade, os efeitos da alteração da metodologia de cálculo e taxa de juros no aumento do passivo, a ser demonstrado também nas futuras demonstrações contábeis, em obediência ao princípio da transparência e ao manual de contabilidade aplicada ao setor público-MCASP, considerando que são informações elaboradas por técnico com conhecimento especializado, mas despertam e o interesse crescente dos usuários das informações contábeis acerca da matéria.

Resposta SEFAZ:

Referida recomendação é atendida quando a unidade gestora previdenciária encaminha para a contabilidade central referidas informações. Implementada

Resposta IGEPREV:

Quanto as Notas Explicativas, a partir da referida recomendação este adequou as notas de acordo com a normas específicas.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

8.1.2.61. Recomendar que promovam a contabilização do valor referente a Renúncia de Receita em cumprimento ao §1o, do art. 14 da LRF, bem como as orientações contidas no MCASP.

Resposta SEFAZ:

Foi acordado entre a Superintendência de Administração Tributária (SAT) e a SCCG, conforme MEMO no 13/2018/DANP/SUCOG – SGD: 2018/25009/0019720, que a

princípio a contabilização será manual, até a implantação do novo sistema da Administração Tributária, onde as informações serão encaminhadas mensalmente pela SAT, por meio desta diretoria, à SCCG, em planilha Excel, observando que:
1- não haverá necessidade de contabilização pormenorizada, ou seja, por contribuinte, nem tampouco da legislação e programa que ensejaram a renúncia;
2- a referida planilha deverá conter o tipo de tributo, o código de arrecadação, a modalidade da renúncia e o valor apurado no mês, conforme modelo em anexo.

Para a geração da planilha supracitada ficou definido que a Superintendência de Administração Tributária determinará que todas as suas diretorias façam levantamentos mensais, a partir de setembro do corrente ano, dos valores das renúncias fiscais concedidas para os tributos: ICMS, IPVA, ITCD, inclusive os da Dívida Ativa, bem como do REFIS, sendo que em primeiro momento os valores das renúncias serão levantados de forma retroativa, referente aos meses de janeiro a agosto de 2018, para ser consolidada pela Gerência de Informações Econômico-Fiscais. Em Implementação.

8.1.2.67. Que os créditos tributários e não tributários sejam registrados em cumprimento ao regime de competência e às orientações contidas na IPC 02 – Reconhecimento dos Créditos Tributários pelo Regime de Competência.

Resposta SEFAZ:

A contabilização dos créditos tributários e não tributários por competência depende da entrada em produção do novo sistema SAT, prevista para início de 2019. Não Implementada.

8.1.2.68. Que os responsáveis segreguem os créditos tributários e não tributários vencidos dos vincendos, para que se possa tomar as providências pertinentes e acompanhar a evolução dos créditos passíveis de cobrança administrativa, em cumprimento ao art. 13 da LRF, bem como para que evidenciem o ativo do órgão pelo valor líquido realizável, conforme previsto na NBC T 16.10, que trata sobre avaliação e mensuração de ativos e passivos, especificamente, itens 7 a 11.

Resposta SEFAZ:

Entendemos que a segregação e cobrança administrativa de créditos não tributários são de atribuição do órgão de origem. Acerca dos débitos tributários já são encaminhados para DCRCF após cobrança administrativa para inscrição em dívida ativa. Foi solicitada a criação da gerência de cobrança da DCRCF para realizar a cobrança administrativa e gestão de créditos inscritos em dívida ativa que não são encaminhados para execução (menores de R$ 10.000), memorando nº 75/dcrcf/2018 sgd: 2018/25009/0017653. Não Implementada.

8.1.2.69. Manter atualizado o cadastro de contribuintes, bem como promover as medidas adequadas com vistas à constituição e cobrança do crédito tributário e não tributário.

Resposta SEFAZ:

Entendemos que a segregação e cobrança administrativa de créditos não tributários são de atribuição do órgão de origem. Acerca dos débitos tributários já são encaminhados para DCRCF após cobrança administrativa para inscrição em dívida ativa. Foi solicitada a criação da gerência de cobrança da DCRCF para realizar a cobrança administrativa e gestão de créditos inscritos em dívida ativa que não são encaminhados para

execução (menores de R$ 10.000) memorando nº 75/dcrcf/2018 sgd: 2018/25009/0017653. Não Implementada.

8.1.2.70. Observar as disposições constantes no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e proceder a correta evidenciação dos valores (inscrição, baixa, cancelamentos e ajuste para perdas) referentes à Dívida Ativa, a fim de se adequar às normas e resoluções pertinentes, mais especificamente a nova contabilidade aplicada ao setor público (NCAPS). Ademais, a metodologia utilizada e a memória de cálculo do ajuste para perdas deverão ser divulgadas em notas explicativas.

Resposta SEFAZ:

Foi solicitado o andamento do processo de "contratação de prestadora de serviços para fornecimento de sistema integrado de gestão e recuperação de ativos com saneamento e consolidação dos cadastros e controle integrado de cobrança" memorando nº 72/DCRCF/2018 SGD: 2018/25009/0017465, enquanto o novo sistema SAT não é implementado. Em paralelo o auditor fiscal Claudio Luis de Carvalho Loredo em conjunto com a DCRCF e a SPT está realizando melhorias no SIAT que melhorem a gestão e controle dos créditos inscritos em dívida ativa. Tais medidas estão sendo estudadas para gerar relatórios mais eficazes. Em Implementação.

8.1.2.71. Que adotem medidas visando a melhoria dos controles internos referente aos créditos da dívida ativa.

Resposta SEFAZ:

Está sendo realizado mutirão de contagem manual de processos para saneamento. Está em andamento procedimento para contração de empresa Especializada para realizar a digitalização do acervo de processos com gestão e extração de dados e disponibilização de sistema informatizado para consulta. As tabelas de controle dos títulos encaminhados para execução do ano de 2017 e 2018 já foi elaborada e está sendo alimentada. Neste quesito falta resposta da PGE quanto ao acompanhamento das execuções (ofício nº 781/2018/dcrcf sgd: 2018/25009/017693). Foi solicitada a criação da gerência de cobrança da DCRCF para realizar a cobrança administrativa e gestão de créditos inscritos em dívida ativa que não são encaminhados para execução (menores de R$ 10.000) memorando nº 75/dcrcf/2018 sgd: 2018/25009/0017653. Foi solicitado o andamento do processo de "contratação de prestadora de serviços para fornecimento de sistema integrado de gestão e recuperação de ativos com saneamento e consolidação dos cadastros e controle integrado de cobrança" memorando nº 72/dcrcf/2018 sgd: 2018/25009/0017465, enquanto o novo sistema SAT não é implementado. Em paralelo o auditor fiscal Claudio Luis de Carvalho Loredo em conjunto com a DCRCF e a SPT está realizando melhorias no SIAT que melhorem a gestão e controle dos créditos inscritos em dívida ativa.

8.1.2.72. Adotar medidas que deem efetividade às ações do Estado, a fim de recuperar os créditos inscritos em Dívida Ativa, nos termos dos artigos 11, 13 e 58 da LC nº 101/00.

Resposta SEFAZ:

Foi solicitada a criação da gerência de cobrança da DCRCF para realizar a cobrança administrativa e gestão de créditos inscritos em dívida ativa que não são encaminhados para execução (menores de R$ 10.000) memorando nº 75/dcrcf/2018 sgd: 2018/25009/0017653. Está sendo realizado estudo para efetivação dos protestos dos créditos tributários e não tributários a ser gerenciado pela unidade acima citada (gerência de

cobrança). Foi solicitado o andamento do processo de "contratação de prestadora de serviços para fornecimento de sistema integrado de gestão e recuperação de ativos com saneamento e consolidação dos cadastros e controle integrado de cobrança" memorando nº 72/dcrcf/2018 sgd: 2018/25009/0017465, enquanto o novo sistema SAT não é implementado. Em paralelo o auditor fiscal Claudio Luis de Carvalho Loredo em conjunto com a DCRCF e a SPT está realizando melhorias no SIAT que melhorem a gestão e controle dos créditos inscritos em dívida ativa.

8.1.2.73. Adotar providências no sentido de cumprir as ações estabelecidas na Portaria SEFAZ n.º 1.189, de 18 de outubro de 2011, que ainda não foram adotadas.

Resposta SEFAZ:

Levantar o estoque dos processos registrados na dívida ativa: - está sendo realizado mutirão de contagem manual de processos para saneamento. IV. Digitalizar os processos registrados no estoque da dívida ativa: os processos que estão sendo encerrados estão sendo digitalizados antes do arquivamento. Está em andamento procedimento para contração de empresa especializada para realizar a digitalização do acervo de processos com gestão e extração de dados e disponibilização de sistema informatizado para consulta. Os demais itens estão em estudo. Em Implementação.

8.1.2.74. Manter atualizados os valores reais da Dívida Ativa e atender as Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, pois os resultados precisam ser registrados nos demonstrativos contábeis do Estado.

Resposta SEFAZ:

Foi solicitado o andamento do processo de "contratação de prestadora de serviços para fornecimento de sistema integrado de gestão e recuperação de ativos com saneamento e consolidação dos cadastros e controle integrado de cobrança" memorando nº 72/DCRCF/2018 SGD: 2018/25009/0017465, enquanto o novo sistema SAT não é implementado. Em paralelo o auditor fiscal Claudio Luis de Carvalho Loredo em conjunto com a DCRCF e a SPT está realizando melhorias no SIAT que melhorem a gestão e controle dos créditos inscritos em dívida ativa. Tais medidas estão sendo estudadas para gerar relatórios mais eficazes. Em Implementação.

8.1.2.76. Segregar em nota explicativa os valores dos Suprimentos de Fundos por ano e por Unidade Gestora, bem como adotar medidas para a regularização dos Suprimentos de Fundos com prestação de contas pendentes e que reduzam o estoque de prestação de contas não analisadas.

Resposta SEFAZ:

No transcorrer do exercício todos os suprimentos de fundo liberados estão sendo baixados de acordo com os prazos no plano de aplicação.
Implementada.

8.1.2.82. Que observem o regime de competência, em cumprimento aos procedimentos contábeis aplicáveis ao setor público.

Resposta SEFAZ:

Todos os Procedimentos Contábeis elaborados pela Superintendência de Controle e Contabilidade Geral e disponibilizados aos órgãos e entidades da Administração

Direta e Indireta estão em consonância com os princípios e normas contábeis, sobretudo, no que se refere à contabilização tempestiva dos fatos independentemente do recebimento ou pagamento, cabendo à respectiva unidade gestora a contabilização quando da ocorrência do fato gerador. Implementada.

8.1.2.83. Que seja incluído nas Notas Explicativas das próximas prestações de contas, tópico sobre a reavaliação.

Resposta SEFAZ:

Referida recomendação é atendida quando a unidade gestora SECAD encaminha para a contabilidade central referidas informações. Ressaltamos que o Estado está passando por mudanças relacionadas ao sistema de patrimônio.

Resposta SECAD:

As tecnologias empregadas no desenvolvimento e manutenção do sistema de gestão patrimonial do Estado (SISPAT) são demasiadamente defasadas e por este motivo é inviável realizar as modificações necessárias para promover a REAVALIAÇÃO patrimonial dos bens MOVEIS do Estado. Contudo, já está em andamento o processo de aquisição de um sistema de gestão integrada que dentre outros possuirá modulo responsável pela gestão do patrimônio mobiliário do Estado, onde neste poderá ser evidenciado a correta composição patrimonial no que tange a reavaliação dos bens móveis do Estado.

Por força do Art.13º inciso I da Lei complementar nº 20, de 17 de junho de 1999 que dispõe sobre a organização e o funcionamento da Procuradoria-Geral do Estado e adota outras providências, enquanto Secretaria da Administração do Estado ficamos impedidos de responder pela organização e administração do patrimônio IMOBILIARIO do estado, tendo em vista que é uma das competências da Procuradoria Geral do Estado, como foi expressa na legislação supramencionada.

8.1.2.84. Que informe em Nota Explicativa as taxas ou vida útil estimada dos bens tangíveis, bem como a composição do Imobilizado.

Resposta SEFAZ:

Já constam em notas explicativas. Implementada.

8.1.2.85. Elaborar as Notas Explicativas em conformidade com as NBC T nº 16.6 (R1) e MCASP.

Resposta SEFAZ:

Desde 2016 as Notas Explicativas seguem os padrões estabelecidos pela 45. Promover as medidas necessárias para o cumprimento da determinação contida no artigo 22 e 23 da Lei Complementar nº 101/2000, objetivando o reenquadramento da despesa com pessoal, nos prazos e condições previstas na citada lei; Implementada.

Cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal:

8.1.2.86. Observar os arts. 19 e 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal, quanto aos limites da despesa total com pessoal.

PLANO DE AÇÃO COM MEDIDAS A SEREM ADOTADAS
(Item 9.7.1 da Resolução 370/2018 TCE-TO)

HISTÓRICO LIMITE DE PESSOAL

PERÍODO	RCL	Evol. RCL %	Despesa com Pessoal	Evol. Pessoal %	% Desp. Pessoal / RCL	Variação % Pessoal / RCL
1º Quad./2016	6.435.301.474	2,07%	3.389.057.458	2,8%	52,66%	-0,99%
2º Quad./2016	6.675.062.274	3,73%	3.452.408.095	1,9%	51,72%	-0,94%
3º Quad./2016	7.293.584.929	9,27%	3.525.630.539	2,1%	**48,34%**	-3,38%
1º Quad./2017	7.343.909.006	0,69%	3.621.033.818	2,7%	49,31%	0,97%
2º Quad./2017	7.370.344.500	0,36%	3.705.076.159	2,3%	50,27%	0,96%
3º Quad./2017	7.197.392.338	-2,35%	3.958.079.110	6,8%	54,99%	4,72%
1º Quad/2018	7.177.119.056	-0,28%	4.178.180.222	5,6%	58,22%	3,22%
2º Quad./2018	7.258.358.470	1,13%	4.016.901.981	-3,86%	55,34%	-2,87%

O Governo Estadual vem adotando, desde maio do ano em curso, medidas de diminuição dos cargos de provimento em comissão para redução da folha de pagamento. Tanto que, no 2º quadrimestre de 2018, o Estado começa a recuperar o reequilíbrio, conforme demonstra a tabela acima, com o incremento na Receita Corrente Líquida - RCL de aproximadamente R$ 81 milhões, 1,1% e uma redução na despesa com pessoal de R$ 161 milhões, ou seja, 3,8%. Em virtude disso, o Estado atinge 55,34% da despesa de pessoal em relação a RCL, com queda de 2,87% em relação ao quadrimestre anterior.

O Governo Estadual, instituiu através do Decreto nº 5.842, de 10 de julho de 2018, o Grupo Executivo para Gestão e Equilíbrio do Gasto Público, visando buscar soluções observando o princípio da economicidade. Nesse sentido, vem sendo realizado estudos para readequação estrutural e incorporação de unidades. Como exemplo, a Medida Provisória nº4, de 17 de agosto de 2018, que extingue 35 cargos da estrutura e incorpora a Secretaria da Fazenda à Secretaria do Planejamento e Orçamento.

O "Grupo Executivo para Gestão e Equilíbrio do Gasto Público" instituiu, através do Ato nº 1/2018, o Grupo de Trabalho para o reenquadramento do Limite de Pessoal, (em anexo), composto pelos representantes da Secretaria da Administração, Controladoria-Geral do Estado, Procuradoria Geral do Estado, Secretaria da Educação, Esporte e Juventude, Secretaria da Saúde e o Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins – IGEPREV.

Segundo o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias – PLDO/2019, a Receita Corrente Líquida – RCL continuará apresentando crescimento discreto em 2019, alcançando no 3º quadrimestre/2019 o montante de R$ 7.747.009.371,00.

Do 2º quadrimestre de 2018 para o 1º quadrimestre de 2019, há uma estimativa de incremento na RCL de aproximadamente R$ 266 milhões. Simultaneamente, nesse período o Poder Executivo vem trabalhando empreendendo esforços para redução das despesas com pessoal, adotando as seguintes medidas:

- Redução dos cargos em comissão;
- Encerramento de contratos ainda neste exercício;
- Demissão de contratos temporários e
- Redução das estruturas administrativas, ou possíveis, incorporações, conforme adotada na Medida Provisória nº 4/2018.

Enfatizamos ainda que, tendo em vista as restrições orçamentário-financeiras e as limitações da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, o Governo Estadual não pretende realizar novos concursos públicos no próximo exercício, a exceção dos concursos da

Procuradoria Geral do Estado – PGE e da Polícia Militar, os quais encontram-se em andamento, porém paralisados por determinação judicial.

Com isso, estima-se que o Poder Executivo consiga recuperar o equilíbrio, atingindo no 1º quadrimestre de 2019 o Limite Máximo permitido pela Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (49%), da despesa de pessoal em relação a Receita Corrente Líquida – RCL.

8.1.2.87. Atender, quando extrapolados os limites, as regras constantes do artigo 22 e 23 da LC nº 101/2000, ou seja, adotar tempestivamente as medidas para recondução das despesas com pessoal, devendo o percentual excedente ao limite ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes ao descumprimento, sendo pelo menos um terço no primeiro, salvo nos casos em que haverá duplicação do prazo, em consonância com o art. 66 da precitada lei.

Resposta SECAD:

Para fins de reenquadramento da despesa com pessoal para cumprimento da determinação dos arts. 22 e 23 da LC 101/2000 o Governo do Estado editou as Medidas Provisórias nº 1 e nº 2. A medida nº 1 redefiniu a Estrutura Administrativa do Poder Executivo o que resultou na redução de aproximadamente 980 cargos em comissão e funções de confiança e a nº 2 que suspendeu o reajuste de remunerações e progressões ou promoções funcionais, bem como, institui as câmaras técnicas com o objetivo de realizar reuniões quadrimestrais dedicadas à apresentação dos dados relativos ao cenário econômico-financeiro do Estado enquanto perdurarem os efeitos da suspensão; redução dos quantitativos e valores de contratação temporária de pessoal com vista à adequação das despesas com pessoal até atingir o limite prudencial de 46,5% com projeção para o ano de 2020; conforme Projeção para Reenquadramento no Limite de Pessoal da LRF 101/2000 em anexo, às fls. 2928 a 2964.

TRANSPARÊNCIA ATIVA E PASSIVA

8.1.2.89. Elaborar um plano de ação contemplando ações, responsáveis e cronograma para resolução das inconsistências detectadas no Portal da Transparência, devendo o aludido plano ser publicado no próprio portal, com a finalidade de fomentar o controle social.

O Plano de Ação está em fase de elaboração pelos responsáveis (CGE e SEFAZ) e será publicado no Portal da Transparência assim que finalizado.

8.1.2.90. Publicar todos os processos licitatórios do Estado do Tocantins em área única, com a finalidade de facilitar a acessibilidade da informação. Além disso, os documentos principais devem ser amplamente divulgados ao cidadão para que haja efetivo controle social. Para tanto, a informação deve estar em linguagem simples e de fácil localização no Portal da Transparência.

A melhoria da acessibilidade e das informações acima citadas já estão sendo reformuladas, visando alcançar melhores índices de Transparência Passiva e Ativa. No que diz respeito aos Processos Licitatórios, o novo Layout irá englobar todos os processos das diversas secretarias do estado, que possuem comissões próprias de licitação, centralizando assim a busca dos processos e facilitando o acesso a informação.

8.1.2.91. Manter as informações disponíveis no Portal da Transparência sem interrupções, adotando técnicas viáveis para cumprimento da Lei de Acesso à Informação. As interrupções devem ser eventos esporádicos e devem estar registradas e publicados (dia e horário e motivo) no Portal da Transparência em área específica.

A aplicação das práticas de Governança em TI visa auxiliar na redução das interrupções no Portal e a ter um maior controle quanto as instabilidades, conseguindo acompanhar possíveis falhas e inconsistências e desta forma registrar dia e horário das interrupções juntamente com o motivo, além de sanar o mais rápido possível.

8.1.2.92. Divulgar o nome do agente público diretamente subordinado ao dirigente máximo, responsável por assegurar o cumprimento da legislação, nelas incluídas a implantação e gerenciamento do Portal da Transparência.

O Portal da Transparência do Estado está em fase de reformulação, visando dessa forma melhorar seu o entendimento e facilitar o seu acesso de forma clara e objetiva. Nesses termos as informações sobre os responsáveis pelo Portal juntamente com outras formas de contato serão disponibilizadas.

8.7. Determinar à Controladoria-Geral do Estado que faça o levantamento real da dívida do Estado do Tocantins e proceda auditoria interna contábil de forma a verificar a prática de "pedaladas fiscais", bem como que sejam tomadas providências no sentido de que tais irregularidades não ocorram.

Foi instaurada pela Controladoria-Geral do Estado, Auditoria Interna Contábil no âmbito da Polícia Militar do Estado do Tocantins, através da PORTARIA CGE Nº 60/2018/GABSEC, de 03 de agosto de 2018, publicado no Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 5.171, de 07 de agosto de 2018, em cumprimento ao item 8.11 do Acórdão nº 207/2018-TCE-TO – 2ª Câmara, com o objetivo de proceder o levantamento real da dívida do Estado do Tocantins de forma a verificar a prática de "pedaladas fiscais"

Iniciou-se os trabalhos no âmbito da Polícia Militar do Estado do Tocantins, tendo em vista que o acórdão acima mencionado se refere à Prestação de Contas do Ordenador daquela Pasta, entretanto, tão logo seja concluído os trabalhos naquela Unidade Gestora será estendido aos demais órgãos de acordo com a avaliação de criticidade, materialidade e relevância constantes da matriz de riscos elaborada por esta Controladoria, levando-se em consideração, ainda, a nossa disponibilidade de pessoal técnico para esse desiderato.

Os trabalhos de Auditoria realizados na Polícia Militar do Estado do Tocantins encontram-se em fase de conclusão, devendo o r. Relatório ser encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado.

Por fim, importante destacar que este tipo de trabalho demanda certa expertise técnica na área contábil-financeira e carece de tempo para uma análise exauriente do objeto da auditoria, razão pela qual estamos imbuindo esforços em conjunto com a Secretaria da Fazenda e do Planejamento para a capacitação de nossos técnicos, acesso a sistemas e obtenção de informações financeiras, contábeis e fiscais para realização dos trabalhos.

6.1.2 Determinações/Recomendações de Parte das Contas Consolidadas 2017 - Processo Eletrônico Nº 3121/2018 – Parecer Prévio 115/2018 de 12/12/2018

8.2.1.7. Elaborar Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, contemplando, inclusive, os valores não executados por insuficiência de dotação orçamentária de forma a facilitar a compreensibilidade e a transparência das demonstrações contábeis aos diversos usuários, em consonância com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP, da Secretaria do Tesouro Nacional.

*Respondido no questionamento de nº 8.3.1.17

8.3.1.17. Orientar a todos os Órgãos do Poder Executivo para se abstenham de cancelar os restos a pagar processados e não processados, e em caso da ocorrência, apresentem informações em Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, em razão do disposto nos arts. 61 a 63 da Lei nº 4320/64.

Ao final de março de 2018, **em um entendimento geral e consolidado, a atual gestão governamental do Estado do Tocantins** se deparou com diversas obrigações que não tinham suporte orçamentário para executá-las, principalmente em relação às despesas obrigatórias (Despesa com Pessoal, Repasse de Duodécimos e fornecedores), representando aproximadamente R$ 1.261.150.451,41, valores estes contabilizados de acordo com a lei 4.320/64, com o Manual de Contabilidade Pública Aplicada ao Setor Público – MCASP, bem assim com a Resolução TCE 265/2018 aprovada pelo Pleno do egrégio Tribunal de Contas do Estado.

É certo que desde o 3º quadrimestre de 2010 o poder Executivo Estadual extrapola o limite prudencial disposto no parágrafo único do art. 22 da Lei Complementar n.º 101/00, ou seja, 46,55% da Receita Corrente Líquida.

Imprudentemente, os governos que antecederam a atual gestão não cumpriram as regras estabelecidas no referido dispositivo legal, onde deram posse a aproximadamente 11.170 servidores através de concurso neste mesmo período de vedação, sem contar os contratos temporários, cargos comissionados, etc., bem assim, a concessão de data-base, progressões, embora estas últimas situações sejam exceção do disposto no inciso I do § único do referido artigo, porém, as concessões causam impacto no respectivo limite e não são objetos de exclusão do cálculo. Não obstante a situação supracitada, também não observaram o disposto nos artigos 15, 16 e 17 da LC 101/00, senão vejamos:

> **Art. 15. Serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigação que não atendam o disposto nos arts. 16 e 17.**
>
> **Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:**
>
> **I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subseqüentes;**
>
> **II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.**

§ 1º Para os fins desta Lei Complementar, considera-se:

I - adequada com a lei orçamentária anual, a despesa objeto de dotação específica e suficiente, ou que esteja abrangida por crédito genérico, de forma que somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício;

II - compatível com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias, a despesa que se conforme com as diretrizes, objetivos, prioridades e metas previstos nesses instrumentos e não infrinja qualquer de suas disposições.

§ 2º A estimativa de que trata o inciso I do *caput* será acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas.

§ 3º Ressalva-se do disposto neste artigo a despesa considerada irrelevante, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias.

§ 4º As normas do *caput* constituem condição prévia para:

I - empenho e licitação de serviços, fornecimento de bens ou execução de obras;

II - desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3º do art. 182 da Constituição.

Subseção I

Da Despesa Obrigatória de Caráter Continuado

Art. 17. Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

§ 1º Os atos que criarem ou aumentarem despesa de que trata o *caput* deverão ser instruídos com a estimativa prevista no inciso I do art. 16 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.

§ 2º Para efeito do atendimento do § 1º, o ato será acompanhado de comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo referido no § 1º do art. 4º, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa.

§ 3º Para efeito do § 2º, considera-se aumento permanente de receita o proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 4º A comprovação referida no § 2º, apresentada pelo proponente, conterá as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa

> **com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias.**
>
> § 5º A despesa de que trata este artigo não será executada antes da implementação das medidas referidas no § 2º, as quais integrarão o instrumento que a criar ou aumentar.
>
> § 6º O disposto no § 1º não se aplica às despesas destinadas ao serviço da dívida nem ao reajustamento de remuneração de pessoal de que trata o inciso X do art. 37 da Constituição.
>
> § 7º Considera-se aumento de despesa a prorrogação daquela criada por prazo determinado.

Assim, **de modo geral**, atualmente o Estado não possui orçamento suficiente para o cumprimento da execução das despesas obrigatórias, tais como: despesas com pessoal, serviço da dívida e outras despesas fixas (águas, energia e telefonia). **Também não há a viabilidade para o imediato pagamento das consignações relacionadas à folha de pagamento, pois as despesas obrigatórias superam os saldos para o empenho e liquidação das despesas. Referida medida resultaria de imediato no não pagamento do líquido da folha, o repasse insuficiente de duodécimo aos demais Poderes, de forma que prejudicaria inclusive o pagamento da despesa de pessoal dos mesmos e o não pagamento do serviço da dívida.**

O não pagamento do líquido da folha geraria um impacto econômico no Estado do Tocantins sem precedentes, pois a economia do mesmo depende diretamente da renda dos servidores público estaduais.

Para que o Governo do Estado conseguisse honrar, nem que seja, o pagamento do líquido da folha, foi necessário estornar parte das liquidações de despesas que não tinham sido pagas, face que algumas das referidas consignações estão sendo negociadas pelo governo junto aos consignatários para os pagamentos serem realizados de forma parcelada.

Imperioso salientar que em razão das condutas vidadas em período eleitoral estabelecidas na Lei 9.504, de 30 de setembro de 1997, a atual gestão ficou impossibilitada de implementar medidas mais austeras para o equilíbrio das contas públicas, possibilitando a médio e longo prazo a redução dos passivos e a consequente execução das despesas dentro do orçamento fixado. Tão logo seja permitido, informa-se que diversas medidas administrativas serão empregadas pelo Poder Executivo visando à redução do gasto governamental.

Frisa-se que os referidos valores foram reconhecidos patrimonialmente, bem como contabilizados de acordo com a Lei 4.320/64 – MCASP, bem assim, de acordo com a solução de consulta que resultou na Resolução TCE 265/2018 aprovada pelo Tribunal de Contas do Estado.

Desta maneira, os estornos realizados não têm o condão de evidenciar uma melhor situação fiscal do ente, mas gerar saldo para garantir o pagamento dos salários-líquidos dos servidores a regularização dos saldos contabilizados patrimonialmente das despesas em aberto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente Relatório das Contas Consolidadas do Governo do Estado do Tocantins, do exercício de 2018, tem como objetivo atender ao disposto no artigo 99, § 2º, da Lei Estadual nº 1.284, de 17 de dezembro de 2001 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado -TCE), e cumprir o artigo 40, inciso VII, da Constituição Estadual, mostrando, por meio de dados e informações técnicas, a execução dos orçamentos de que trata o § 5º do art. 165 da Constituição Federal, e os resultados alcançados com a aplicação dos recursos públicos nas funções, subfunções, programas e ações de governo.

O Orçamento Geral do Estado para o exercício de 2018, abrangendo os três Poderes e o Ministério Público, estimou a receita e fixou a despesa em R$ 10,73 bilhões, de acordo com a Lei nº 3.309, de 15 de dezembro de 2017 (LDO), e aprovado pela Lei Estadual n° 3.344, de 28 de dezembro de 2017 (LOA).

O somatório geral da arrecadação do Estado alcançou a cifra de R$ 8,06 bilhões (11,81% menor do que em 2017) o que corresponde a 75,14% da receita prevista atualizada para o exercício.

Com relação à despesa estadual, a realização girou em torno de R$ 8,53 bilhões, representando um decréscimo de 4,51% em relação aos gastos realizados no exercício anterior.

A Receita Corrente Líquida alcançou um montante de R$ 7,19 bilhões, cifra que representa decréscimo na ordem de 0,11% em relação ao exercício de 2017.

As Despesas Correntes, que correspondem aos gastos com pessoal e encargos sociais, juros e encargos da dívida, além de outras despesas correntes, somaram R$ 7,67 bilhões, o que representou 89,99% do total dos gastos públicos realizados em 2018.

As Despesas de Capital, que basicamente constituem os investimentos, inversões financeiras e amortização da dívida, somaram R$ 853,29 milhões, o que corresponde a 10,01% do total realizado no período.

As despesas com pessoal e encargos sociais do Estado – consolidadas (exceto a Procuradoria Geral de Justiça) correspondem a 65,81% da Receita Corrente Liquida – RCL, ficando em 5,81% acima do limite permitido. As despesas do Poder Executivo com pessoal ficaram em 57,89% sobre a RCL, excedendo o limite máximo permitido (49%) em 8,89%.

Na manutenção e desenvolvimento do ensino as despesas atingiram a cifra de R$ 1,7 bilhão, o que corresponde a 25,45% da Receita Líquida de Impostos, ficando acima 0,45% do percentual mínimo de aplicação previsto no art. 212 da Constituição Federal.

Nas ações e serviços públicos de saúde foram aplicados R$ 1,1 bilhão, correspondente ao percentual de 16,46% da Receita Líquida de Impostos e Transferências,

ultrapassando em 4,46% o mínimo previsto no art. 77, inc. II, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT.

O valor do Resultado Primário, corresponde a (R$ 171,08 milhões), ficando dentro da meta anual prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO para o exercício de 2018, que estimou um déficit de (R$ 474,97 milhões).

O Resultado Nominal, cujo objetivo é medir a evolução da Dívida Fiscal Líquida entre o exercício atual e o anterior, foi negativo no montante de (R$ 321,77 milhões), abaixo da meta fixada para o período, no valor de R$ 735,26 milhões, com um índice de redução de (43,76%) em relação à meta prevista.

A Dívida Consolidada registrou saldo de R$ 3,33 bilhões no final do exercício, sendo que deste saldo R$ 1,45 bilhão refere-se à Dívida Fundada Interna, R$ 1,14 bilhão à Dívida Fundada Externa, R$ 476,37 milhões com Parcelamento e Renegociação de Dívidas e R$ 271,67 milhões ao pagamento de Precatórios.

Quanto à Dívida Consolidada Líquida, o montante é de R$ 2,64 bilhões, o que corresponde a 31,50% da Receita Corrente Líquida – RCL, inferior ao limite fixado na Resolução nº 40 do Senado Federal, que permite o montante máximo de duas vezes a RCL, ou seja, 200% da RCL.

No comparativo entre as receitas arrecadadas e as despesas realizadas, o exercício encerrou-se com um Déficit Orçamentário de R$ 462,9 milhões.

Além dos aspectos orçamentário-financeiros, algumas importantes realizações no ano de 2018, que, sinteticamente, estão destacadas nos seis eixos estratégicos da atuação estatal:

I – SAÚDE

O Governo, com a premissa de viabilizar à população acesso às ações e serviços de saúde com qualidade, destinou um dos maiores orçamentos anuais do Poder Executivo para área da Saúde, possibilitando a realização de inúmeras ações em 2018, destacando-se na implementação das Redes de Atenção à Saúde, a ampliação de 44 leitos hospitalares, ampliando acesso e abertura de novos serviços ambulatoriais e hospitalares de média e alta complexidade para a população do Tocantins, serviço de radioterapia – UNACON (unidade de assistência de alta complexidade em oncologia) do Hospital Regional de Araguaína, organização de ambientes hospitalares, ampliação do acesso com a aquisição de 47 novos equipamentos médico-hospitalares, totalizando 1235 itens adquiridos, ampliação das cirurgias gerais e eletivas com a realização de mutirões de cirurgias, sendo 3.600 do aparelho digestivo, 28 cirurgias pediátricas, 102 cardíacas, 60 cirurgias de hérnia e vesícula, 34 procedimentos de transplante de córnea.

No que se refere a medicamentos e insumos especializados de Assistência Farmacêutica do Estado, destacam-se no período de 2018: o atendimento médio mensal de

3.211 usuários, o cadastramento de cerca de 1.046 usuários para acesso por meio de sentenças judiciais.

No serviço de Hemorrede foram intensificadas as ações que contribuíram para a manutenção do estoque de sangue e hemocomponentes, através da adesão do Estado ao Projeto Hemovida. Foi também, implantado o Software Hemovida ATWeb (software, gerenciado pelo Ministério da Saúde) que possibilitou o controle das etapas envolvidas no processo de transfusão de sangue; permitindo o gerenciamento das agências transfusionais e a interligação dos hospitais. No Estado do Tocantins, três doadores voluntários de medula óssea foram compatíveis com receptores e realizaram o Transplante de Medula Óssea.

O Governo do Estado tem mudado a vida de pacientes do Tocantins que aguardavam cadeiras de rodas, órteses, próteses e bolsas de colostomias, investindo aproximadamente R$ 3 milhões em equipamentos ortopédicos. Mais de 1.500 cadeiras de rodas, 18.652 bolsas de colostomias e quase 1.000 órteses e próteses foram adquiridas e parte já foi entregue a pacientes do Sistema Único de Saúde, atendidos nos Centros Especializados em Reabilitação do Estado do Tocantins, localizados em Palmas, Araguaína, Porto Nacional e Colinas do Tocantins.

Para maior acessibilidade dos pacientes aos serviços de saúde, o Governo entregou quatro vans para dar mais suporte na condução dos pacientes que necessitem de frequência no transporte para hospitais em outra localidade, para tratamentos como hemodiálise ou quimioterapias, que só são realizadas em hospitais de referência do Estado e mais 23 ambulâncias às Unidades Hospitalares e aos municípios do Estado do Tocantins.

Foram também ofertados atendimentos voltados para a prevenção, orientação, diagnóstico e tratamento do câncer de pele, realizou-se um total de 281 atendimentos e 88 lesões de câncer de pele foram retiradas por cirurgias.

Com a ampliação da forma de atuação da Enfermagem Obstétrica do Hospital e Maternidade Dona Regina Siqueira Campos foi possível realizar mais de 900 partos de risco habitual, sem nenhuma intercorrência em 2018. Trazendo uma mudança no modelo de parto, num movimento pela humanização do parto, prática crescente a cada dia no Brasil.

Destacam-se também neste ano a aquisição de um caminhão baú e dois furgões refrigerados e câmaras frias que atenderão à Central Estadual de Armazenamento e Distribuição de Imunobiológicos da Rede de Frio, com objetivo de atender logisticamente, garantindo a distribuição das vacinas e assegurando uma melhor qualidade dos imunobiológicos, para que suas características imunogênicas sejam mantidas e consequentemente contribuam para a manutenção da erradicação, eliminação e controle das doenças imunopreveníveis. Esta ação garantiu o acesso aos imunobiológicos nas cidades mais distantes do estado.

II – EDUCAÇÃO E CONHECIMENTO

Em 2018, o Governo do Estado, atendendo aos anseios da população tocantinense de promover a formação cidadã do aluno, ampliou a quantidade de escolas militares no Estado, passando de 6 unidades para 10 escolas militares que atendem mais de 6.170 alunos, sendo que 4 destas unidades foram implantadas na atual gestão nos municípios de Colinas do Tocantins, Guaraí, Gurupi e Porto Nacional.

O Programa Escola Comunitária de Gestão Compartilhada atendeu 515 escolas da Rede Estadual de Ensino do Tocantins e assegurou a progressiva autonomia administrativa, financeira e jurídica das unidades escolares com um investimento total de 54,9 milhões de reais repassados em 10 parcelas no decorrer do exercício. Destaca-se que foram investidos 9 milhões de reais a mais em relação ao exercício anterior, o que representa uma evolução significativa.

As escolas da Rede Estadual de Ensino foram aparelhadas com material permanente e mobiliário, sendo atendidas 180 unidades escolares com a entrega de 6.500 carteiras, 600 conjuntos de refeitórios, 50 conjuntos de professor, 150 aparelhos de ares-condicionados e 150 longarinas, perfazendo um investimento total de 14,1 milhões.

Através do investimento total de 89,4 milhões em transporte escolar da educação básica, foi possível atender 29.545 alunos em todos os municípios do estado, incluindo comunidades indígenas e quilombolas. Ressalta-se que a evolução de 27,2 milhões em relação ao exercício anterior se deu principalmente por conta do repasse de todas as parcelas do transporte escolar aos municípios, o que não vinha ocorrendo nos exercícios anteriores.

O investimento com formação dos profissionais da educação em 2018 foi de 5,2 milhões de reais, ante 2,9 milhões investidos em 2017, sendo que 6.032 profissionais da educação (25% de todo o quadro de pessoal) participaram de formações inicial ou continuada, o que proporcionou agregação de conhecimentos tanto para os técnicos lotados na Sede/SEDUC quanto para os professores que atuam em sala de aula.

Em 2018 foram concluídas as obras de construção de 10 escolas estaduais, sendo investidos 1,5 milhão de reais. Através das reformas e construções foram beneficiados estudantes de escolas nos municípios de Ananás, Araguaína, Porto Nacional, Palmas, Ponte Alta do Tocantins, Wanderlândia e Tocantínia. Foram contempladas ainda, 115 escolas com um montante de 2,2 milhões para a realização de pequenos reparos. Enfatiza-se que o montante de 13,9 milhões foi investido em obras que ainda estão em andamento, com previsão de conclusão em 2019.

O Projeto “ToNoEnem”, que auxilia os estudantes na preparação para a realização da Prova do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), foi ampliado beneficiando cerca de 20 mil concluintes do ensino médio na Rede Estadual através de “aulões” presenciais, simulados, distribuição de material de apoio específico nas quatro áreas

do conhecimento e redação. Além do material impresso, foi disponibilizado aos estudantes aplicativo para celulares e tablets com vasto material preparatório.

Por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), o Governo ofertou aos estudantes do Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos (EJA), trabalhadores e beneficiários dos programas de transferência de renda, 15 cursos de Formação Inicial e Continuada que favoreceram 1.400 alunos. Foram ofertados, ainda, 15 cursos técnicos presenciais a 506 estudantes e 9 cursos Formação Inicial e Continuada, que possibilitaram a oportunidade de profissionalização a 240 reeducandos do sistema prisional.

O Governo do Estado investiu 1,9 milhão em desporto educacional através da realização da 28ª edição dos Jogos Estudantis do Tocantins e da 5ª edição dos Jogos Paradesportivos do Tocantins com o envolvimento de aproximadamente 20 mil alunos de todo o Estado, sendo que as equipes vencedoras em diversas modalidades representaram o Tocantins nos Jogos Escolares da Juventude e Paraolimpíadas Escolares, edição 2018.

O Governo do Estado deu atenção especial ao esporte e investiu R$ 790.000,00 na promoção de eventos e no apoio aos atletas tocantinenses que receberam incentivos para participação em competições, dentro e fora do Estado, com a distribuição de materiais esportivos e apoio aos atletas de alto rendimento. Destaca-se a realização da XVIII edição da Meia Maratona do Tocantins, um dos maiores eventos esportivos do Estado, que contou com a participação estimada de 1.000 atletas entre estudantes, jovens, adultos e atletas paraolímpicos.

O Programa Jovem em Ação, beneficiou 3.650 estudantes em 08 escolas das cidades de Araguaína, Arraias, Colinas, Dianópolis, Guaraí, Gurupi, Miracema, Palmas e Tocantinópolis, proporcionando também melhorias na infraestrutura, alimentação escolar, custeio pedagógico, formação para as equipes gestora e docente, bem como maior participação da família e comunidade escolar.

A Secretaria da Educação - SEDUC assegurou em 2018 a inclusão escolar a 3.180 estudantes com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades/Superdotação através da oferta de Atendimento Educacional Especializado – AEE. Ao todo, 506 profissionais, entre professores, auxiliares e intérpretes de libras passaram por formações, como cursos para o ensino do Sistema Braille e Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, e atuaram diretamente nas unidades escolares, onde além de auxílio aos educandos, desenvolveram ações voltadas à produção de materiais didáticos em formatos acessíveis em braile, libras, dentre outros.

Destaca-se ainda o apoio da SEDUC por meio das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, que envolveu um investimento de 45,5 milhões com pessoal e 1 milhão com repasse para custeio da manutenção básica das APAE, atendendo 2.439 alunos.

A reforma da casa do estudante de Palmas, uma antiga reivindicação da população estudantil, passou por reparos nos banheiros, pavilhão térreo e instalações elétricas, o que não ocorria desde 2008.

E ainda com relação a Universidade Estadual do Tocantins – UNITINS, dentre algumas ações podemos evidenciar o vestibular semestral para o Câmpus de Palmas, resgate das bolsas com o CNPq, do Programa de Iniciação Científica – PIBIC, PIBITI, PIVIC, reestruturação da monitoria acadêmica, redução do quantitativo de servidores contratados, organização dos processos de reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos, celebração de convênios e parcerias com instituições de grande expressão nacional e internacional, convergindo para a melhoria da qualidade do ensino e da educação ofertada.

III - SEGURANÇA PÚBLICA, ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

Voltados para as áreas de Segurança Pública, Assistência Social e Direitos Humanos, foram implementadas diversas ações para a melhoria do atendimento prestado ao cidadão, conforme pode ser verificado com a exposição feita a seguir:

A Polícia Civil do Estado do Tocantins com a adoção de medidas estratégicas de repressão qualificada, do efetivo combate aos infratores das leis e da prestação de serviços de qualidade à população, registrou nas unidades policiais, procedimentos de polícia judiciária, 2.347 autos de prisões em flagrante delito, 714 adultos presos em virtude de mandados judiciais, a polícia civil, ainda lavrou 54.781 boletins de ocorrências- B.O, 4.872 termos circunstanciados de ocorrência – TCO, bem como apreensão de 109 adolescentes em conflitos com a lei, foram também apreendidos 488.004,78 gramas de maconha, 23.057,60 gramas de crack, 9.765,93 gramas de cocaína, 124 gramas de ecstasy, 230 gramas de Haxixe e 62 selos de LSD. No mesmo sentido, foram apreendidos 463 armas de fogo e 221 armas brancas (faca, facões e etc.). Foram também recuperados 463 veículos e 03 cargas.

No Instituto de identificação, foram emitidos 124.083 documentos de identidade, com um crescimento de 28% em relação aos anos anteriores. No Instituto de criminalística também apresentou aumento significativo em suas atividades, 5% a mais que no ano anterior, com 27.078 atendimentos de ocorrências. No instituto legal foram 19.345 perícias e no instituto de genética forense 78 perícias realizadas.

Com intuito de proporcionar um ambiente acolhedor para atender a população e maior conforto ao cidadão que necessita dos serviços da Polícia Civil, foram realizadas reformas e adequações em diversas unidades de segurança pública na capital e interior do Estado, com imóveis revitalizados e com novo layout adotado para a padronização e identificação da polícia Civil. Houve também, a inauguração da Delegacia de Polícia Civil em Santa Fé do Araguaia e inauguração dos prédios que abrigam o Instituto de identificação e criminalística em Porto Nacional, Araguaína, Colinas e de Paraíso do Tocantins.

Foram adquiridos 1.014 equipamentos em 2018, a fim de combater a criminalidade e equipar o efetivo policial do Estado do Tocantins.

A Polícia Militar do Estado do Tocantins, reforçando o patrulhamento com militares do serviços administrativos, realizou ao decorrer do ano de 2018, diversas operações, tais como a Operação "Chamada Geral", "Operação integrada Braço Forte", Operação "Tiradentes", Operação "Força Estadual de Segurança", dentre outras, valendo ressaltar ainda as Operações realizadas conjuntamente com a Polícia Civil, Corpo de Bombeiros, Detran, Agências municipais de trânsito, como à Operação Integrada "Balada da Paz". Ademais, o Programa Estadual de Erradição e Combate às Drogas - PROERD, mantido pela PMTO, alcançou em 2018 o total de 418.374 crianças e adolescentes, formados para resistirem à tentação das Drogas, envolvendo ainda pais e a comunidade neste processo, capacitando 6.686 pais desses alunos, constituindo-se essa a maior política pública do Estado na área de prevenção ao uso de substâncias ilícitas.

Sob o enfoque da promoção dos direitos humanos e Cidadania, a PMTO fortaleceu as ações de Polícia Comunitária, destacando a criação de 10 novos Conselhos Comunitários de Segurança – CONSEGs, nos municípios de Aliança, Araguanã, Filadélfia, Formoso do Araguaia, Itaporã, Peixes, Santa Fé do Araguaia, Tocantinópolis e Xambioá os quais muito contribuíram para a solução dos problemas de segurança que se apresentam nessas comunidades.

Com um efetivo total de 3.568 policiais militares na ativa, a PMTO foi capaz de manter a paz e a ordem pública nos 139 municípios do Estado, por meio de ações planejadas, integradas e fielmente executadas em respeito à Lei e aos direitos dos cidadãos tocantinenses, destacando-se ainda a manutenção do policiamento ostensivo ordinário de rádio patrulha, o atendimento imediato via 190 e a execução de operações de grande complexidade como o Carnaval, festividades tradicionais, feiras agropecuárias, temporada de praias, Festejos do Nosso Senhor do Bonfim, Exame Nacional do ensino Médio, Eleições Suplementares e Eleição Geral.

Foram também, implantados em Palmas, o Núcleo de Alternativas Penais com equipe multidisciplinar. A equipe atendeu durante o ano, aproximadamente 500 pessoas em cumprimentos de penas alternativas. Realização de Curso de Capacitação para a equipe multidisciplinar com publicação de materiais formativo: manual de alternativas penais e cartilha do reeducando.

Com relação a Promoção e Gerenciamento de Políticas de Reintegração Social às Pessoas Privadas de Liberdade e Egressas, foram realizadas as seguintes ações: oficinas de Fabricação de Artefato de Concreto e Panificação para 60 reeducandos (em cada Unidade Prisional) em Araguaína, Cariri, Palmas, Paraiso do Tocantins, Guaraí e Porto Nacional, a realização de cursos de brigadistas, em parceria com a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos para 33 reeducandos, ministração de curso de Designer de Sobrancelhas para 08 reeducandas de Lajeado, aplicação de Exames Nacionais ENEM para 395 reeducandos e ENCCEJA PPL 2018 para 807 reeducandos, implantação de salas de

aleitamento e brinquedoteca para atender 17 reeducandas na Unidade de Regime Semiaberto Feminino e celebração de Acordo de Cooperação objetivando a ampliação da oferta de escolarização nas Unidades Prisionais Estado.

Foram realizadas ações voltadas na promoção e prevenção no combate a violência contra a mulher com as unidades móveis, onde houveram 678 atendimentos com uma equipe técnica multidisciplinar nos municípios de: Dianópolis, Ponte Alta do Bom Jesus, Taguatinga, Arraias, Natividade, Combinado, Lavandeiras, Novo Alegre e Palmas. Foram também atendidas 360 mulheres no Projeto "Comunidade Sustentável Maria da Penha" com objetivo de estimular e impulsionar o trabalho de mulheres, tornando-as capazes de gerar renda para o sustento próprio e de suas famílias. As modalidades concluídas foram tapete, puxador de pano de prato, customização de jarros, produção de pinturas de pano de prato, curso de maquiagem.

Além das ações acimas mencionadas, houve também a expansão, adequação e aparelhamento da infraestrutura predial das Unidades Prisionais, com a ampliação da Casa de Prisão Provisória de Palmas (construção de um pavilhão), continuidade da Construção do Centro de Atendimento Socioeducativo de Araguaína, início de ampliação da Unidade Prisional "Centro de Reeducação Social Luz do Amanhã" em Cariri, abertura de 687 vagas, entrega e instalação de equipamentos de rastreamento de celular dentro das Unidades Prisionais de Palmas e Araguaína, entrega de armas e munições para uso de servidores nas Unidades Prisionais, entrega de coletes balísticos e kit's antitumulto às Unidades Prisionais, entrega de 20 viaturas tipo caminhonete cabine dupla adaptadas com cela forte devidamente caracterizadas, entrega de 03 viaturas tipo caminhonete SUV, com proteção balística (blindagem), adaptadas com cela forte.

O governo, através da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS realizou diversas ações em 2018, mas as que tiveram maior destaque foram, aquisição de 13 caminhões para modernização das Centrais de Recebimento e Distribuição do programa de Aquisição de Alimentos – PAA, modernização das Centrais de Abastecimento do programa Agricultura Familiar, com execução de 59,55%.

Com o objetivo de Promover o Acesso do Trabalhador ao Mercado de Trabalho, através do Sistema Nacional de Emprego destacam-se os seguintes resultados: as Intermediação de Mão de Obra e as solicitações de Seguro Desemprego somaram um total de 277.436 atendimentos em todos os postos do SINE, 18.960 emissão da Carteira de Trabalho e Previdência Social localizados nas unidades SINE de Araguaína, Araguatins, Dianópolis, Gurupi e Palmas, 8.776 vagas de trabalho foram captadas através de visitas dos empresários à sede do SINE, bem como, visitas externas diretamente ao núcleo empresarial, 4.755 trabalhadores inseridos no mercado de trabalho no período de janeiro à dezembro de 2018, capacitação em grande escala nos postos de Palmas, Taquaralto, Gurupi, Araguaína, Paraíso do Tocantins, Guaraí, Araguatins, Dianópolis e Porto Nacional, alcançando 4.401 trabalhadores capacitados somente em 2018, e fechando 9.875 capacitações, que perfaz 98,62% da meta prevista para o quadriênio 2016-2019, , levando o SINE TOCANTINS a ser

o 4º mais efetivo do País, segundo o Boletim de Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda.

Na Promoção e Proteção Social Básica e Especial, destacam-se os seguintes resultados: Transferência fundo a fundo de R$ 246.000,00 (duzentos e quarenta e seis mil reais) a 27 municípios tocantinenses beneficiados com co-financiamento Estadual dos Benefícios Eventuais, apoio estadual à 13 municípios que repactuaram o recurso do programa AcesSUAS para o atendimento de 5.300 pessoas de baixa renda do Estado do Tocantins, foram entregues 4.315 cartões intermunicipais da pessoa idosa em 130 municípios tocantinenses a fim de garantir o benefício da gratuidade do transporte intermunicipal, 8.039 famílias atendidas nos 53 municípios que aderiram ao Programa Criança Feliz no Estado, apoio e capacitação de 1.041 técnicos que trabalham com a Gestão do Cadastro Único e Programa Bolsa Família por meio de oficinas, reuniões e capacitações, 115 famílias foram acompanhadas nos CREAS regionalizados em 2018, pelo Serviço de Proteção e Atendimento de Indivíduos – PAEFI, que se deu por meio de visitas domiciliares, estudos de caso, acompanhamento psicossocial, orientação jurídica social e encaminhamentos para os serviços intersetoriais, aprovação da Lei da Família Acolhedora junto à Assembleia Legislativa do Tocantins.

Na Promoção e atendimento Social à População com Problemas de Subsistência e/ou Momentos de Fragilidade" destacam-se os seguintes resultados, atendimento à 21.133 pessoas na Casa de Apoio Vera Lúcia, que se hospedaram no período de janeiro a dezembro de 2018, mesmo período em que foi fornecido um total de 33.002 refeições, das quais 15.664 são referentes à almoço e 17.338 à jantar.

IV – DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E MEIO AMBIENTE

Atuando nesse Eixo estruturante, o Governo do Estado procurou desenvolver ações voltadas para o desenvolvimento do setor agropecuário, os quais podemos destacar diversas atividades importantes para esse setor, como a realização da feira de tecnologia Agropecuária – Agrotins/2018, implementação do Plano Estadual de agricultura de baixa emissão de carbono – Plano ABC/TO, fortalecimento das cadeias produtivas da área vegetal e animal, fomento à agroindústria no Estado do Tocantins, fortalecimento do sistema agrometeorológico do Estado, projeto de desenvolvimento regional integrado e sustentável-PDRIS, fomento e fortalecimento das políticas de agricultura familiar, programa nacional de crédito fundiário e fortalecimento das políticas de agricultura e pesca.

Voltado para a defesa agropecuária na área animal, houve recorde de vacinação nas duas etapas da Campanha de Vacinação Contra Febre Aftosa, com índices acima de 99%. Houve também baixa na prevalência de brucelose e tuberculose no rebanho estadual bovídeo, desde a criação do programa de controle e erradicação destas enfermidades em 2004. Este ano de 2018 atingimos índices de vacinação das bezerras acima de 90%, o que

é considerado como um índice acima do preconizado pelo Mapa que é de 80%. Foram realizados dois monitoramentos sorológicos para Peste Suína Clássica em granjas comerciais de suínos, com laudo negativo para todas as amostras enviadas nas duas etapas. O Tocantins faz parte dos estados que compõem a zona livre de Peste Suína Clássica.

Quanto ao número de fiscalizações no Programa Estadual de Produtos Veterinários e Biológicos, ocorridas no ano de 2018, verificou-se que houve um aumento significativo de aproximadamente 19,00%, em relação ao ano de 2017, promovendo um melhor controle e atendimento ao empresariado do setor e do produtor rural tocantinense.

Com o intuito de preservar a segurança fitossanitária das culturas de importância econômica no Estado do Tocantins, em 2018 foram realizadas 6.271 fiscalizações em lojas agropecuárias, propriedades rurais que utilizam agrotóxicos e comércio de sementes e mudas no Estado. Também houve a realização de blitz e fiscalizações e recebimentos itinerantes voltados para devoluções das embalagens vazias de agrotóxicos, como também o cadastramento e recadastramento de lojas agropecuárias, empresas e produtos agrotóxicos para comercialização no Estado do Tocantins.

Na área ambiental com o objetivo de fortalecimento da gestão ambiental integrada, houve um avanço em 2018 por meio das ações: serviço de apoio ao cadastramento de pequenas propriedades no estado, customização do módulo de análise do CAR, aquisição de bens e equipamentos, planos municipais de saneamento básico, revisão da política estadual de resíduos sólidos, diagnóstico de aspectos naturais área do vale do rio corda, contratação de consultor para elaboração de atlas solar, supervisão e implantação do Programa jurisdicional de redução de emissão pelo desmatamento e degradação, desenvolvidas dentro do programa Desenvolvimento Regional, integrado e sustentável e no projeto CAR-Tocantins Legal.

Em 2018 foram executadas ações visando ampliar a rede hidrometereológica do estado e o monitoramento da quantidade das águas superficiais do Estado, foram instaladas 01 plataforma de coleta de dados (PCD) perfazendo assim um total de 44(quarenta e quatro) PDC's instaladas e funcionado no estado do Tocantins. Já em relação à variável quantidade de água, o estado monitora 40 pontos distribuídos em todo o território, coletando dessa forma dados dos seguintes parâmetros: PH, condutividade específicas, turbidez, temperatura de água e do ar. Atualmente, o estado monitora a quantidade de água de 14 bacias hidrográficas pertencentes ao sistema Tocantins-Araguaia.

É importante salientar que as pendências correlacionadas à análise de processos de licenciamento ambiental e de outorga para uso de recursos hídricos, foram integralmente atendidas, tendo-se eliminado completamente as demandas em atraso, ao mesmo tempo em que também foi mantido o fluxo normal de análises processuais em 2018, os quais ocorreram com maior celeridade e estão sendo concluídos em menor prazo.

Ocorreu também em 2018 a regulamentação através da Instrução Normativa nº 09/2018, do licenciamento ambiental de empreendimentos com atividade de geração de energia elétrica, a partir de fonte solar em superfície terrestre, com a regulamentação haverá novas oportunidades de negócios, empregos e grandes benefícios à população.

Cabe um destaque especial sobre a implementação do Projeto de Desenvolvimento Regional Sustentável – PDRIS, que deu origem à contratação de cinco produtos de consultoria, entre eles: o diagnóstico e indicação de modelo de gestão para unidades de conservação, o mapeamento, análise e melhoria dos processos organizacionais da área de atuação finalística do Instituto, a revisão de planos de manejos da unidades de conservação, a digitalização dos processos e a elaboração do manual de reflorestamento.

V – DESENVOLVIMENTO REGIONAL, URBANO E INDUSTRIAL

O Governo tem como objetivo prioritário voltado para esse eixo estruturante de fortalecer o sistema de logística viária do Tocantins, sendo desenvolvidos várias ações em 2018 voltadas para oferecer condições de trafegabilidade, segurança e qualidade aos usuários, tais como: serviços de tapa buracos, micro revestimento, sinalização, roçagem lateral e manutenção nos dispositivos de drenagem pluvial em aproximadamente 14.978,22 Km nas rodovias estaduais pavimentadas e não pavimentadas do Tocantins. Realizaram ainda, aproximadamente 74,45 km de serviços de terraplanagem, drenagem, obras de artes especial e outros serviços preliminares de pavimentação.

A fim de proporcionar melhoria, fluidez do trânsito e escoamento da produção houve realização de aproximadamente 2.413 KM de serviços de revestimento primário nas estradas vicinais dos diversos municípios do Estado do Tocantins.

No exercício de 2018, proporcionando o acesso à moradia e mais qualidade de vida as famílias Tocantinenses, bem como ainda a redução do déficit habitacional existente, o Governo, entregou aproximadamente 245 habitações nos municípios de Palmas e Araguatins. Dessas entregas, 80 unidades habitacionais verticais pelo Programa Pró-Moradia, localizadas na quadra ALC-NO 33 (atual 309 Norte) e 160 unidades habitacionais do Residencial Parque da Praia e ainda 5 unidades habitacionais no município de Araguatins, do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS. Foi possível também, a implantação de rede de abastecimento de água e rede de esgotamento sanitário, bem como ainda a execução de serviços de infraestrutura tais como pavimentação asfáltica da Quadra ALC-NO 33, referente ao Programa Pró-Moradia, contribuindo para melhorias nas infraestruturas das Habitação de Interesse Social.

Na área da Infraestrutura foram realizadas as seguintes ações: conclusão do Fórum de Araguaína e a reforma da Residência Rodoviária de Gurupi, fiscalização da reforma e ampliação do Hospital Geral de Palmas, elaboração de diversos projetos, dentre os quais destacamos a Casa de Prisão Provisória (CPP) em Araguaína, além da elaboração de projetos de rede e subestações elétricas e ampliação de rede elétrica.

VI - GESTÃO GOVERNAMENTAL

Com o intuito de se alcançar os melhores resultados na Administração Pública, este eixo estruturante busca executar ações com a finalidade de aprimorar os serviços de atendimentos destinados ao servidor e ao cidadão, fortalecendo a gestão dos recursos, modernizando a gestão fazendária, tornando eficiente o nível de arrecadação estadual, oportunizando melhora significativa dos processos de planejamento, orçamento e gestão, conforme podem ser destacados a seguir:

A Secretaria da Fazenda e Planejamento, responsável pela execução da política tributária do Estado do Tocantins, vem se empenhado na melhoria de mecanismos e procedimentos para maior eficiência na efetivação da arrecadação tributária, através de ações de capacitação, fiscalização, automação, infraestrutura tecnológica, recuperação de créditos tributários, combate à sonegação, dentre outros. A meta alcançada 22,16%, tendo como base o ano de 2015, foi superior à meta de 5% definida para incremento da arrecadação até 2019. Para maior compreensão dos resultados de superação da meta destacamos que a arrecadação de ICMS tem colocado o Tocantins entre os estados que mais evoluem nos índices de arrecadação. Segundo estatísticas apresentadas pelo Confaz, na arrecadação de ICMS a nível nacional, o Estado do Tocantins teve o 7º melhor desempenho no comparativo de 2018 com 2017 (acumulado do ano), crescendo 12,39% (nominal), enquanto o Brasil cresceu 7,85%. A arrecadação do ICMS do Tocantins representa 9,65% da Região Norte e 0,60% do Brasil.

Entre outros fatores que contribuíram para o sucesso da arrecadação estadual estão o combate sistemático à evasão fiscal, a intensa fiscalização nas barreiras. Houve, ainda, adoção de políticas de monitoramento e acompanhamento de setores chaves da arrecadação (combustíveis, comércio, indústria, energia, entre outros), o investimento em estrutura de tecnologia da informação, inteligência fiscal, o envolvimento do corpo de fiscalização e servidores fazendários, o apoio do Governo do Estado e o crescimento da atividade econômica.

Foi implantado por meio da Instrução Normativa SEFAZ Nº 03/2017, DE 20 DE SETEMBRO DE 2017 o Modelo de Gestão de Pessoas por Competências e o índice alcançado em 2018 foi de 70% das ações planejadas com a Definição das Competências Comum, Gerenciais e não Gerenciais Técnica, Planos de Desenvolvimento das Lideranças e a formalização da cessão do direito de uso do software, para a avaliação das competências comum e não gerencias e técnicas do conjunto de servidores da SEFAZ.

A Secretaria da Fazenda e Planejamento elaborou indicadores dos objetivos do mapa estratégico, e realizou a revisão do mapa estratégico, dos planejamentos estratégico institucionais, dos indicadores institucionais, finalizado o caderno de indicadores do Estado e efetivado a contratação da consultoria para capacitação dos servidores do estado em cursos voltados para o fortalecimento da gestão governamental e de recursos humanos, inclusive foram realizadas em 2018, nove turmas de capacitação da Rede Siconv, ao total de 105 capacitados no sistema de convênios do Governo Federal, incluindo servidores estaduais e

municipais. Houve um alcance significativo no fortalecimento das instituições, devido a capacitação e melhora na apresentação de propostas para captação de recursos federais.

A fim de valorizar os servidores públicos e melhorar a qualidade das atividades desempenhadas pelo Governo Estadual, foram realizadas 4.751 capacitações por meio da UNICET.

A Secretaria da Comunicação cumpriu o seu papel de órgão comunicador, divulgando as ações de governo mais importantes, por jornais, mídias eletrônicas, outdoor, rádio e tv.

Por todo exposto, neste Relatório, evidenciou-se os resultados alcançados pelo Governo do Estado do Tocantins no exercício de 2018, demonstrando a gestão orçamentária, financeira, patrimonial, fiscal e operacional e cumprimento dos Eixos Estratégicos previstos no PPA 2016-2019.

GABINETE DO SECRETÁRIO-CHEFE DA CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO, aos 28 dias do mês de março de 2019.

SENIVAN ALMEIDA DE ARRUDA

Secretário-Chefe

BENEDITO MARTINIANO DA COSTA NETO

Superintendente de Gestão e de Ações de Controle Interno

KILVÂNIA RODRIGUES DE MELO MIRANDA

Diretora de Controle da Gestão Governamental e Prevenção à Corrupção

LÚCIA HELENA QUEIROZ LIMA CÂMARA

Gerente de Análise, Demonstração e Consolidação das Contas

ANEXOS

SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO

GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

ANÁLISE PARA REENQUADRAMENTO NO LIMITE DE PESSOAL DA LRF

JANEIRO / 2019

DESPESA BRUTA PESSOAL X RECEITA FONTE 0100

*Valores em Milhões

Período	Despesa Bruta c/ Pessoal	Evol. % 2018/2007	Receita Fonte 0100	Evol. % 2018/2007
2007	1.136.517		2.213.907	
2008	1.243.240		2.748.408	
2009	1.504.608		2.560.768	
2010	1.834.347		298.965	
2011	2.318.810		3.585.767	
2012	2.523.602		3.895.685	
2013	3.035.078		4.230.030	
2014	3.421.324		4.678.502	
2015	4.305.990		5.101.043	
2016	4.867.314		5.687.734	
2017	5.314.264		5.699.493	
2018	5.546.527	**488%**	6.227.404	**281%**

Fonte: SEFAZ-TO. Nota: Pessoal Ativo + Obrigações Passivo Folha

Nota: Em 2018 consideramos na Receita os valores deduzidos para Transf. A municipios

Evolução Despesa Bruta Pessoal

488%

Evolução Receita Fonte 0100

281%

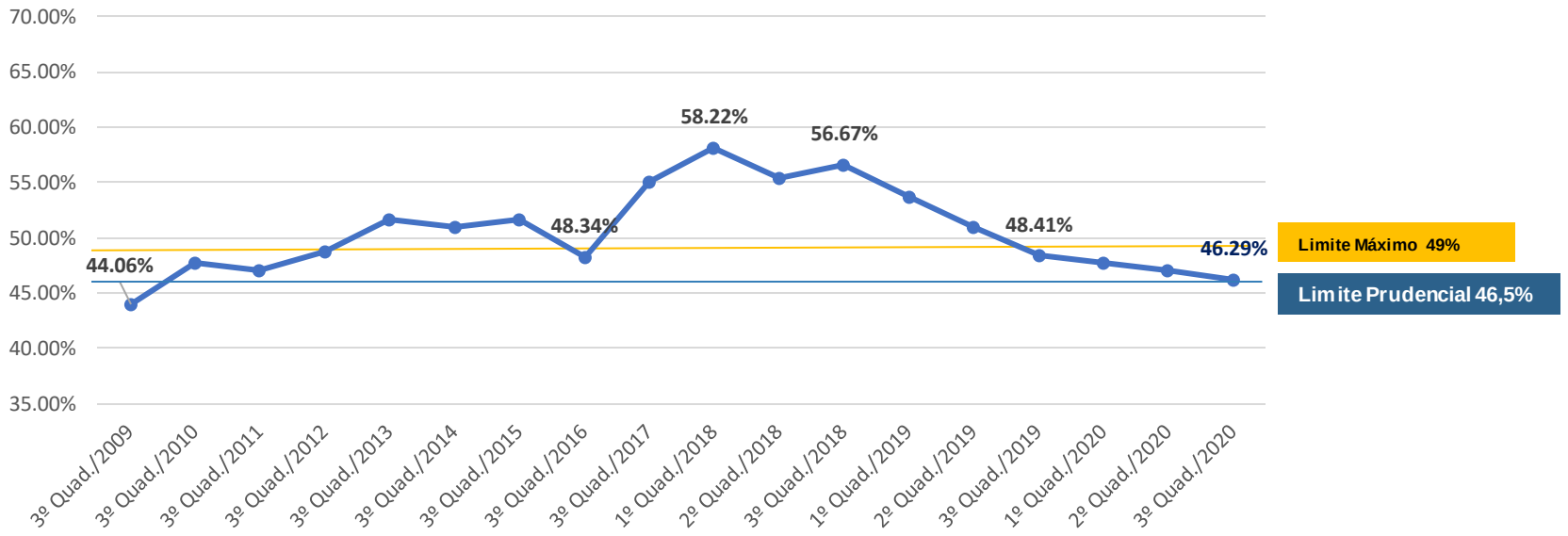
DESPESA DE PESSOAL X RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

PERÍODO	RCL	Evol. RCL %	Despesa com Pessoal	Evol. Pessoal %	% Desp. Pessoal / RCL	Variação % Pessoal / RCL
3º Quad./2008	3.092.220.720		1.200.261.648		38,82%	
3º Quad./2009	3.406.416.318	10,16%	1.500.843.692	25,0%	44,06%	5,24%
3º Quad./2010	3.881.229.046	13,94%	1.852.757.713	23,4%	47,74%	3,68%
3º Quad./2011	4.548.795.398	17,20%	2.140.308.384	15,5%	47,05%	-0,68%
3º Quad./2012	4.991.475.368	9,73%	2.435.386.850	13,8%	48,79%	1,74%
3º Quad./2013	5.323.440.129	6,65%	2.751.517.863	13,0%	51,69%	2,90%
3º Quad./2014	6.071.450.295	14,05%	3.092.427.098	12,4%	50,93%	-0,75%
3º Quad./2015	6.304.771.945	3,84%	3.257.637.135	5,3%	51,67%	0,74%
3º Quad./2016	7.293.584.929	15,68%	3.525.630.539	8,2%	48,34%	-3,33%
3º Quad./2017	7.197.392.338	-1,32%	3.958.079.110	12,3%	54,99%	6,65%
1º Quad./2018	7.177.119.056	-0,28%	4.178.180.222	5,6%	58,22%	3,22%
2º Quad./2018	7.258.358.470	1,13%	4.016.901.981	-3,9%	55,34%	-2,87%
3º Quad./2018	7.189.985.507	-0,94%	4.074.369.405	1,4%	**56,67%**	1,33%

PROJEÇÃO DESPESA DE PESSOAL X RECEITA CORRENTE LÍQUIDA 2019/2020

PERÍODO	RCL	Evol. RCL %	Despesa com Pessoal	Evol. Pessoal %	% Desp. Pessoal / RCL	Variação % Pessoal / RCL
1º Quad./2019	7.297.835.290	1,50%	3.919.369.405	-3,80%	53,71%	-2,96%
2º Quad./2019	7.407.302.819	1,50%	3.779.369.405	-3,57%	51,02%	-2,68%
3º Quad./2019	**7.518.412.361**	**1,50%**	**3.639.369.405**	**-3,70%**	**48,41%**	**-2,62%**
1º Quad./2020	7.631.188.547	1,50%	3.639.369.405	0,00%	47,69%	-0,72%
2º Quad./2020	7.745.656.375	1,50%	3.639.369.405	0,00%	46,99%	-0,70%
3º Quad./2020	**7.861.841.220**	**1,50%**	**3.639.369.405**	**0,00%**	**46,29%**	**-0,69%**

PERCENTUAL DA DESPESA DE PESSOAL / RCL



PROJEÇÃO PARA REENQUADRAMENTO DO LIMITE DE DESPESA DE PESSOAL DA LRF

1º Quadrimestre / 2019: Para o primeiro quadrimestre de 2019, há uma previsão de incremento de 1,50% da Receita Corrente Líquida equivalente a **R$ 107 milhões** de reais. Já em relação a despesas com pessoal com as medidas adotadas pelo governo de redução de 50% dos contratos e 30% dos cargos em comissão e redução das estruturas administrativas, estima se uma queda de despesas com pessoal de **-3,8 %** **(R$ 155 Milhões)**. Fechando assim o primeiro Quadrimestre de 2019, com **53,71%** de despesa de pessoal em relação a receita corrente líquida, superando em 4,71% o limite máximo estabelecido da LRF que é de 49% da RCL

2º Quadrimestre / 2019: Segundo estimativa da SEFAZ, a RCL continuará apresentando um crescimento estável, em termos relativos de **1,50%** ao quadrimestre, e a valor da despesa com pessoal continuará com redução gradativa no acumulado dos últimos 12 meses, em **-3,57%**, ou seja, **R$ 140 milhões** no 2º quadrimestre. Desta forma, estima-se que o Tocantins consiga fechar o 2º quadrimestre de 2019, em **51,02%** do limite da despesa de pessoal em relação a RCL.

PROJEÇÃO PARA REENQUADRAMENTO DO LIMITE DE DESPESA DE PESSOAL NO PRUDENCIAL DA LRF

3º Quadrimestre / 2019: A estimativa para o último quadrimestre de 2019, continua com um crescimento constante da RCL em 1,50% da Receita Corrente Líquida, equivalente **a R$ 111 milhões** de reais e com mais uma redução da despesa de pessoal **em -3,70% R$ 140 milhões**. Atingindo assim o percentual de **48,41%** da receita corrente liquida, dento limite máximo estabelecido na LRF que é de 49% da RCL.

2020: Em 2020, o Estado precisa manter o equilíbrio no controle da despesa de pessoal em relação a RCL. Para isso, estima-se que a RCL continue apresentando crescimento de **1,50%** ao quadrimestre no decorrer do ano, com manutenção mensal da despesa de pessoal, totalizando **R$ 3,639 bilhões** no exercício de 2020. Como resultado, estima-se que o Estado consiga encerrar o último quadrimestre de 2020 enquadrado no limite prudencial da LRF (46,5%), com **46,29%**.

VEDAÇÕES PELO NÃO ENQUADRAMENTO DO LIMITE DE DESPESA DE PESSOAL NA LRF

A não efetivação de medidas austeras de contenção de despesas ao Estado do Tocantins, **ocasiona uma série de restrições e impactos negativos:**

- Receber **transferências voluntárias** que são repasses de outros entes governamentais geralmente na forma de convênios firmados.
- **Obter garantia, direta ou indireta**, de outro ente para realização de operações de crédito, geralmente na forma de empréstimos;
- Contratar **operações de crédito**, ressalvadas as destinadas ao refinanciamento da dívida mobiliária e as que visem à redução das despesas com pessoal.

VEDAÇÕES PELO NÃO ENQUADRAMENTO DO LIMITE DE DESPESA DE PESSOAL DA LRF

“Lei Complementar nº 101/00 - LRF

Art. 22. A verificação do cumprimento dos limites estabelecidos nos arts. 19 e 20 será realizada ao final de cada quadrimestre.

Parágrafo único. **Se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, são vedados** ao Poder ou órgão referido no art. 20 que houver incorrido no excesso:

I - **concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista** no inciso X do art. 37 da Constituição;

II - criação de cargo, emprego ou função;

III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

IV - **provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança**;

V - contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição e as situações previstas na lei de diretrizes orçamentárias”. Grifei

No período de vedação foram empossados 11.170 servidores.

PREVISÃO DE INCREMENTO DA DESPESA DE PESSOAL PARA 2019 : DATA – BASE E PROGRESSÕES

- DATA-BASE.....R$ 149.739.659
- PROGRESSÕES 2019.....R$ 112.671.061
- RET. DATA-BASE 2015 a 2018.....R$ 583.477.555
- PROGRESSÕES ANUAL .....R$ 112.671.061
- PROG. 2015/2016/2017.....R$ 218.313.642
- RETR. PROG. 2014/2015/2016.....R$ 529.492.890
- REAJUSTE DE 25%.....R$ 284.657.704
- REAJ. POL. CIVIL E DELEGADOS.....R$ 200.281.477
- CONCURSO PGE.....R$ 8.286.904
- CONCURSO POLÍCIA MILITAR.....R$ 76.595.083

R$ 2,163 bilhões

PREVISÃO DE INCREMENTO DA DESPESA DE PESSOAL PARA 2019 : DATA – BASE E PROGRESSÕES

Os órgãos com maiores impactos financeiros na concessão dos benefícios de pessoal para 2019 (data-base, progressões, retroativos , reajustes e concursos):

1º) **SESAU**, com um impacto financeiro de **R$ 902 milhões ;**

2º) **SEDUC**, com **R$ 353 milhões**;

3º) **SSP**, no valor de **R$ 318 milhões** *(sendo R$200 milhões de reajustes para Polícia Civil e Delegados);*

4º) **PMTO R$ 193 milhões** *(sendo R$ 76 milhões para novos concursados)*.

A previsão de incremento na folha de pagamento para 2019, somente para esses 4 órgãos já somam-se R$ 1,766 bilhões, ou seja, 81% do total.

MEDIDAS PARA AJUSTE NAS DESPESAS DE PESSOAL E OUTROS CUSTEIOS

As medidas de gestão e a Reforma Administrativa visam alcançar uma economia de **R$ 500,0 milhões/ano**, com ajustes nas despesas de pessoal e de custeio.

i) Redução de **30%** dos cargos em comissão, representando 980 cargos e funções ;

ii) Redução de **50%** dos contratos, representando 12.161 contratos;

iii) **Reestruturação** das Unidades Administrativas, com medidas de extinção e incorporações;

IV) **Suspensão de reajustes** e remunerações dos servidores ativos e militares do Poder Executivo, até atingir o limite prudencial de **46,5%**, nunca retornando ao limite legal de **49%**.

SITUAÇÃO FINANCEIRA DOS ESTADOS BRASILEIROS

Sete (07) Estados Brasileiros estão em situação de calamidade financeira.

- Rio de Janeiro, Roraima, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás.

- Os Estados em situação de calamidade financeira já **atrasam e parcelam o pagamento dos servidores públicos.** https://www.emaisgoias.com.br/apos-eleicoes-governo-de-goias-atrasa-e-parcela-pagamento-de-servidores-publicos/

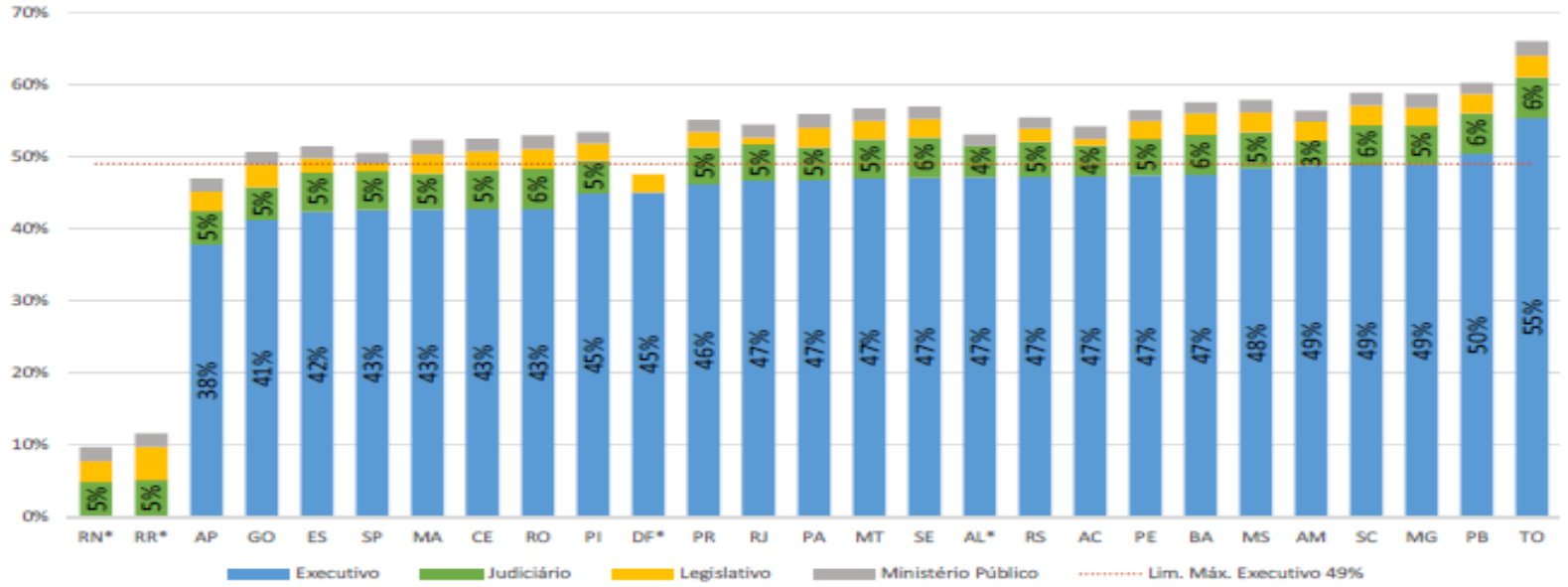
SITUAÇÃO FINANCEIRA DOS ESTADOS BRASILEIROS

Quais a causas que levaram esses Estados para situação de calamidade financeira?

- **Crise econômica** com recuo do produto interno bruto (PIB) acompanhado de uma instabilidade política;
- **Arrecadação insuficiente** para cobrir as despesas, devido ao "altíssimo grau" de inadimplência e desoneração tributária;
- **Aumento vegetativo da folha de pagamento, decorrente do desenvolvimento dos servidores nos cargos e carreiras** e a necessidade de prover cargos públicos efetivos.
- Aumento das **dívidas;**
- **Má** Gestão.

DESPESA COM PESSOAL (2º QUADRIMESTRE 2018)

RGF em Foco | Estados + Distrito Federal



Fonte: RGF em Foco - STN

GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

COMISSÃO DE ESTUDOS PARA REESTRUTURAÇÃO DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES, CARGOS E FUNÇÕES COMISSIONADAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA.

- Decreto 5.878, 12/11/2018 -

O QUE É REFORMA ADMINISTRATIVA ?

GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

REFORMA ADMINISTRATIVA é:

- Processo de transformação de **atitudes**, **funções**, **sistemas**, **procedimentos** e **estruturas administrativas** das dependências e entidades do Governo.

- Adequar a Máquina Administrativa do Tocantins compatíveis com a estratégia de desenvolvimento e **fortalecer a capacidade executiva do Estado** em um contexto de Planejamento.

RAZÕES HISTÓRICAS DO DESEQUILIBRIO FISCAL

A DÉCADA DO DESCONTROLE

GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

DESPESA BRUTA PESSOAL X RECEITA FONTE 0100

*Valores em Milhões

Período	Despesa Bruta c/ Pessoal	Evol. % 2018/2007	Receita Fonte 0100	Evol. % 2018/2007
2007	1.136.517		2.213.907	
2008	1.243.240		2.748.408	
2009	1.504.608		2.560.768	
2010	1.834.347		298.965	
2011	2.318.810		3.585.767	
2012	2.523.602		3.895.685	
2013	3.035.078		4.230.030	
2014	3.421.324		4.678.502	
2015	4.305.990		5.101.043	
2016	4.867.314		5.687.734	
2017	5.314.264		5.699.493	
2018	5.546.527	**488%**	6.227.404	**281%**

Fonte: SEFAZ-TO. Nota: Pessoal Ativo + Obrigações Passivo Folha

Nota: Em 2018 consideramos na Receita os valores deduzidos para Transf. A municipios

Evolução Despesa Bruta Pessoal
488%

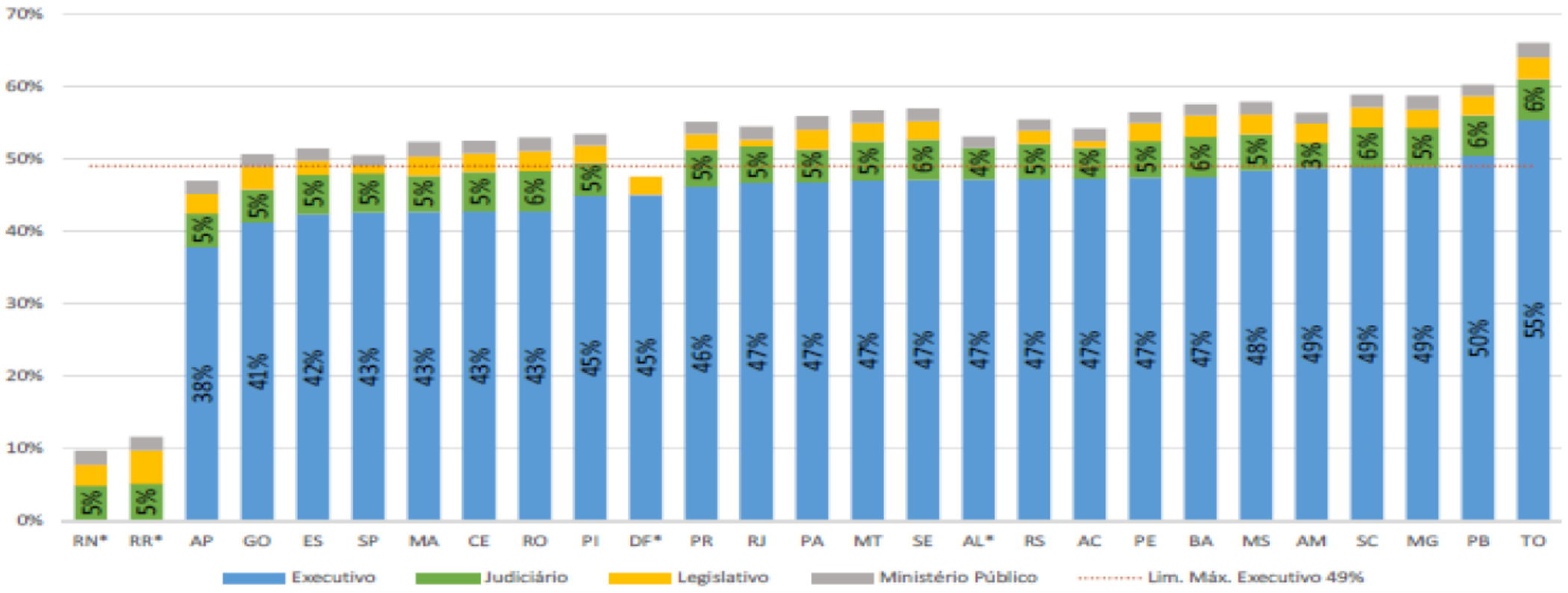
Evolução Receita Fonte 0100
281%

No período de vedação foram empossados 11.170 servidores.

CONSEQUÊNCIAS – DEZ / 2018

GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

RGF em Foco | Estados + Distrito Federal



Fonte: RGF em Foco - STN

O ESTADO DO TOCANTINS COM MAIOR PERCENTUAL DE COMPROMETIMENTO COM DESPESAS DE PESSOAL

O CENÁRIO PERIGOSO

GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

PREVISÃO DE INCREMENTO DA DESPESA DE PESSOAL PARA 2019 : DATA – BASE E PROGRESSÕES

- DATA-BASE.....R$ 149.739.659
- PROGRESSÕES 2019.....R$ 112.671.061
- RET. DATA-BASE 2015 a 2018.....R$ 583.477.555
- PROGRESSÕES ANUAL .....R$ 112.671.061
- PROG. 2015/2016/2017.....R$ 218.313.642
- RETR. PROG. 2014/2015/2016.....R$ 529.492.890
- REAJUSTE DE 25%.....R$ 284.657.704
- REAJ. POL. CIVIL E DELEGADOS.....R$ 200.281.477
- CONCURSO PGE.....R$ 8.286.904
- CONCURSO POLÍCIA MILITAR.....R$ 76.595.083

R$ 2,163 bilhões

PASSIVO JÁ CONSOLIDADO R$ 1,5 BILHÕES

CALAMIDADE FINANCEIRA

QUAL O CAMINHO POSSÍVEL PARA A ESTABILIDADE E A SEGURANÇA JURIDICA PARA INVESTIR?

Coragem - Determinação - Gestão

POR QUÊ FAZER A REFORMA ADMINISTRATIVA ?

GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

- ❑ Reduzir custeio e pessoal para alavancar os **INVESTIMENTOS.**
- ❑ **REDUZIR** o tamanho do Estado.
- ❑ Enquadrar o Estado na Letra **B**, do CAPAG – STN.
- ❑ Adequar o Governo do Tocantins a Gestão por **RESULTADOS**.
- ❑ Cenário Econômico NACIONAL favorável.
- ❑ Transformar o papel do ESTADO de "provedor" de emprego para **FOMENTADOR** de emprego.
- ❑ Acabar a **BUROCRACIA FUNCIONAL**

GOVERNO DO ESTADO DO **TOCANTINS**

Indicador I - Endividamento		Classificação Final
47,15	A	C
Indicador II - Poupança Corrente		
89,51	A	
Indicador III - Liquidez		
179,05	C	

Situação em 09/01/2019.

1 Endividamento

*** Reduzir estoque de passivos em relação à Receita Corrente Líquida (RCL)**

Reduzir montantes de endividamento

- Suspender novas contratações
- Pagar precatórios
- Privatizar estatais

Aumentar a Receita Corrente Líquida (RCL)

- Aumentar alíquotas de impostos
- Modernizar a máquina arrecadatória
- Reduzir incentivos fiscais
- Utilizar receitas oriundas de concessões

2 Poupança Corrente

*** Evitar descompasso entre receitas e despesas**

Evitar ou cortar

- Despesas de Pessoal
- Outras despesas correntes

Para aumentar a Receita Corrente Ajustada

- Modernizar a máquina arrecadatória
- Reduzir investimentos fiscais
- Utilizar receitas oriundas de concessões

3 Liquidez

*** Evitar descompasso entre receitas e despesas**

Incrementar disponibilidade de caixa sem vinculação

- Desvincular receitas
- Melhorar gestão de caixa

Reduzir obrigações financeiras sem vinculação

- Evitar acúmulo do Restos a Pagar (RAP)

MEDIDAS LEGAIS PARA ENQUADRAR NA LRF

GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

SEFAZ

1º - Aumento da Receita Corrente Líquida;
2º - Combate a sonegação fiscal;
3º - Intensificação da fiscalização tributária;

SECAD

4º - Plano de Demissão Voluntária (PDV);
5º - Plano de Aposentadoria Incentivada (PAIN);

6º - **Cessão de servidor público com ônus, redução de** **(Redução de 68%)**
7º - **Não renovação e extinção de Contratos temporários** **(Apenas 50% para 2019)**
8º - **Exoneração de cargos em comissão e das funções de confiança;** **(Redução 980 Cargos)**

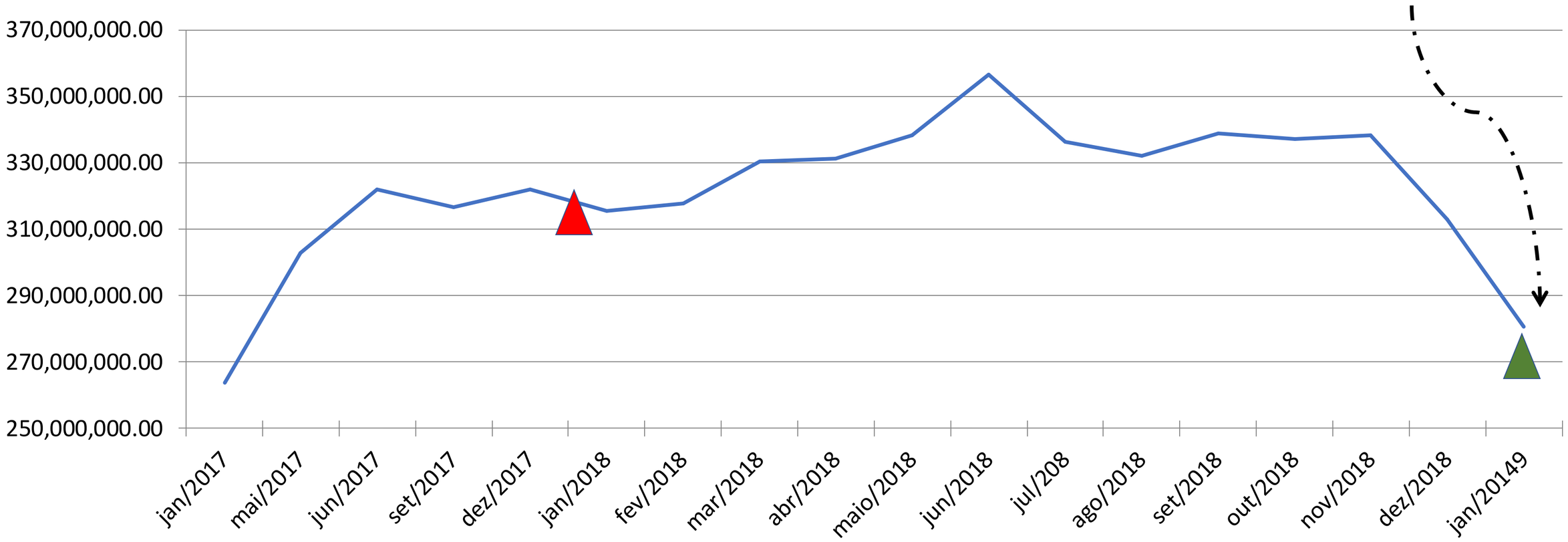
Medidas Tomadas Jan -2019

9º - Exoneração do servidor não estável e, em última análise, estável.

COMPORTAMENTO DA FOLHA DE PAGAMENTO JAN/17 a JAN/19

GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

Resultado das Medidas de Curto Prazo
Folha de Pagamento JAN / 2019
abaixo de R$ 300,0 milhões



PRODUTOS DA COMISSÃO DE REESTRUTURAÇÃO

GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

- **Novo Organograma**

- **Reforma Administrativa com anexos e quadros de cargos e funções.**

- **Suspensão - sem perca dos direitos - por 30 meses de benefícios e vantagens que possam gerar aumento vegetativo da Folha de Pagamento. Essa MP propõe a criação de grupos de trabalhos para monitorar e avaliar as perspectivas e alternativas de pagamentos dos passivos e flexibilização da suspensão, conforme comportamento da Receita Corrente Líquida e Cenários Econômicos.**

- **Medida Provisória – Adequação dos Contratos Temporários**

- **Redução de 11%** do Total da Folha de Pagamento

  ✓ R$ 28,0 milhões / mês, **R$ 454,4 milhões / Ano**.

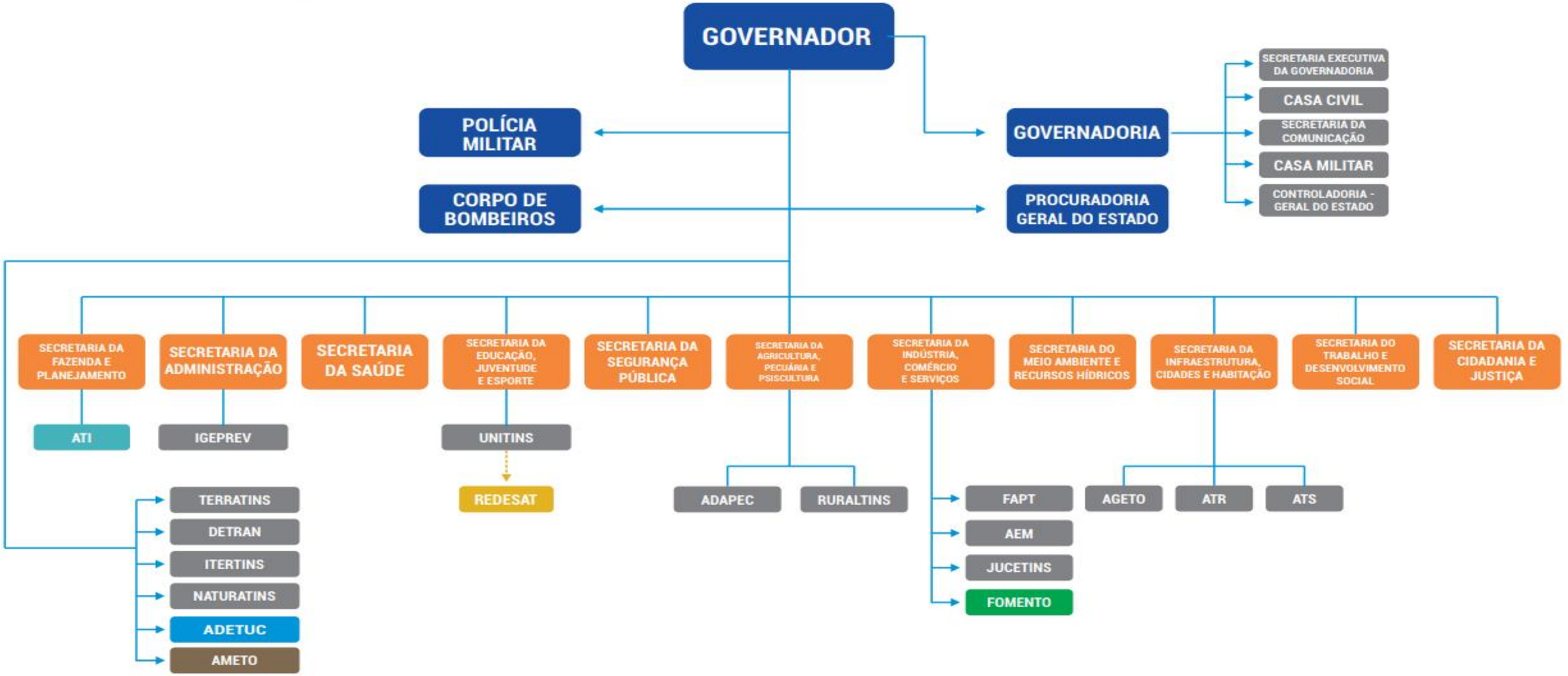
- **Redução de 30%** das Despesas de Custeio

  ✓ R$ 3,5 milhões / mês, **R$ 42,0 milhões / ano**.

ECONOMIA ANUAL
R$ 496,4 milhões

TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO

ORGANOGRAMA GERAL



PROPOSTA – Redução de Pessoal

GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

	QUANTIDADE				CUSTO			
GRUPO	CARGOS ATUAL	CARGOS PROPOSTA	REDUÇÃO CARGOS	% REDUÇÃO CARGOS	CUSTO ATUAL	CUSTO PROPOSTA	REDUÇÃO EM R$	% REDUÇÃO CUSTO
ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	1.851	1.567	-284	-15,34%	R$ 63.066.125,02	R$ 35.181.938,52	-R$ 27.884.186,50	-44,21%
ASSESSORAMENTO ESPECIAL - AE	1.751	1.066	-685	-39,12%				
CONTRATOS TEMPORARIOS	24.322	12.161	-12.161	-50,00%				
TOTAL	27.924	14.794	-13.130	-47,02%				

CUSTO ANUAL COM PREVIDÊNCIA	R$ 1.025.619.164,75	R$ 572.149.793,38	-R$ 453.469.371,37	-44,21%

REDUÇÃO DE CUSTEIO

GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

- ❑ Reduzir contratos de aluguéis e agrupar unidades, preferencialmente em prédios próprios ou cedidos, sem custos, para o Estado. (SECAD/SEDUC/SINE/ SEFAZ.....).
- ❑ Reduzir carros locados.
- ❑ Implantar sistema de monitoramento de transportes e combustíveis com cotas especificas conforme o uso do veículo.
- ❑ Suspender contratos de consultorias e serviços especializados. Comitê Gestor
- ❑ Reduzir consumo de água, luz e material de expediente. Comitê Gestor
- ❑ Reduzir viagens e diárias. Comitê Gestor
- ❑ Aperfeiçoar e integrar sistemas administrativos. Comitê Gestor
- ❑ Reduzir reprodução de cópias e similares. Comitê Gestor
- ❑ Renegociar contratos de fornecedores . Comitê Gestor
- ❑ Suspender despesas com Buffet, confraternizações e similares. Comitê Gestor

ESTRATÉGIA DE GESTÃO - RESUMO

GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

- ❑ Organização de **11** **SECRETARIAS MACRO SETORIAIS + GOVERNADORIA**
- ❑ Organização de **18** UNIDADES vinculadas
- ❑ Criação da **Câmara de Auditoria e Renegociação das Dívidas com Fornecedores .**
  Comitê Gestor – Reunião Fevereiro
- ❑ Criação da **Agencia Estadual de Turismo, Cultura e Economia Criativa**
- ❑ Criação da **Agência Estadual de Tecnologia de Informações**
- ❑ Criação da **Agência Estadual de Mineração**
- ❑ Criação da **Assessoria Especial de Parcerias Público/Privado.**
- ❑ Criação da **Câmara Técnica de Aperfeiçoamento das Carreiras Públicas**.
  Portaria SECAD – Casa Civil

ESTRATÉGIA DE GESTÃO - RESUMO

GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

- ❑ Criação do **Sistema Estadual de Benefícios e Qualidade de Vida dos Servidores** **Portaria SECAD**
- ❑ Integração das atividades operacionais dos Organismos de Segurança Pública.
- ❑ Redução de **969** Cargos e Funções Comissionadas.
- ❑ Extinção de **50%** Contratos Temporários
- ❑ Extinção da **REDESAT**. Incorporada a UNITINS.
- ❑ Extinção do **Banco do Empreendedor.** Incorporada a **SDS**.
- ❑ Extinção do **Escritório de Brasília**
- ❑ Planejamento Regional descentralizado em **10** Macro Regiões Territoriais
- ❑ Integração de Execução Operacional e Gestão Administrativa Financeira
- ❑ Criação do Grupo de Estudos para implantação Piloto do Teletrabalho (Home Office).

DESAFIOS E PRÓXIMOS PASSOS

Diálogo – Perseverança – Monitoramento

PRÓXIMOS PASSOS

GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

- ❑ Manter a Folha de Pagamento abaixo de R$ 300,0 milhões = Permanente
- ❑ Realizar o RECADASTRAMENTO PRESENCIAL = 60 dias
- ❑ Capacitar Grupo de Líderes para a Gestão Estratégica de Resultados = 60 dias
- ❑ Dimensionar Funções e Atividades que serão terceirizadas = 30 dias
- ❑ Dimensionar necessidade de Pessoal por Órgão e vinculadas = 90 Dias
- ❑ Discutir alterações de PCC´s e o Estatuto Funcional = 180 dias

- ❑ Discutir alterações do IGEPREV
  - ✓ Licenças Médicas após 15 dias = 90 dias
  - ✓ Ajustes nos percentuais de contribuições patronais. = 90 dias

- ❑ Minutar alterações das Leis Complementares = 45 dias
  - ❑ PM, Bombeiros e Procuradoria Geral do Estado.

ANEXO

PLANO DE AÇÃO COM MEDIDAS A SEREM ADOTADAS (Item 9.7.1 da Resolução 370/2018 TCE-TO)

HISTÓRICO LIMITE DE PESSOAL

PERÍODO	RCL	Evol. RCL %	Despesa com Pessoal	Evol. Pessoal %	% Desp. Pessoal / RCL	Variação % Pessoal / RCL
1º Quad./2016	6.435.301.474	2,07%	3.389.057.458	2,8%	52,66%	-0,99%
2º Quad./2016	6.675.062.274	3,73%	3.452.408.095	1,9%	51,72%	-0,94%
3º Quad./2016	7.293.584.929	9,27%	3.525.630.539	2,1%	**48,34%**	-3,38%
1º Quad./2017	7.343.909.006	0,69%	3.621.033.818	2,7%	49,31%	0,97%
2º Quad./2017	7.370.344.500	0,36%	3.705.076.159	2,3%	50,27%	0,96%
3º Quad./2017	7.197.392.338	-2,35%	3.958.079.110	6,8%	54,99%	4,72%
1º Quad/2018	7.177.119.056	-0,28%	4.178.180.222	5,6%	58,22%	3,22%
2º Quadr./2018	**7.258.358.470**	**1,13%**	**4.016.901.981**	**-3,86%**	**55,34%**	**-2,87%**

Fonte:RREO/RGF

O Governo Estadual vem adotando, desde maio do ano em curso, medidas de diminuição dos cargos de provimento em comissão para redução da folha de pagamento. Tanto que, no 2º quadrimestre de 2018, o Estado começa a recuperar o reequilíbrio, conforme demonstra a tabela acima, com o incremento na Receita Corrente Líquida - RCL de aproximadamente R$ 81 milhões, 1,1% e uma redução na despesa com pessoal de R$ 161 milhões, ou seja, 3,8%. Em virtude disso, o Estado atinge 55,34% da despesa de pessoal em relação a RCL, com queda de 2,87% em relação ao quadrimestre anterior.

O Governo Estadual, instituiu através do Decreto nº 5.842, de 10 de julho de 2018, **o Grupo Executivo para Gestão e Equilíbrio do Gasto Público,** visando buscar soluções observando o principio da economicidade. Nesse sentido, vem sendo realizado estudos para readequação estrutural e incorporação de unidades. Como exemplo, a Medida Provisória nº4, de 17 de agosto de 2018, que **extingue 35**

cargos da estrutura e incorpora a Secretaria da Fazenda à Secretaria do Planejamento e Orçamento.

O **"Grupo Executivo para Gestão e Equilíbrio do Gasto Público"** instituiu, através do Ato nº 1/2018, o **Grupo de Trabalho para o reenquadramento do Limite de Pessoal, (em anexo),** composto pelos representantes da Secretaria da Administração, Controladoria Geral do Estado, Procuradoria Geral do Estado, Secretaria da Educação, Esporte e Juventude, Secretaria da Saúde e o Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins – IGEPREV.

Segundo o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias – PLDO/2019, a Receita Corrente Líquida – RCL continuará apresentando crescimento discreto em 2019, alcançando no 3º quadrimestre/2019 o montante de R$ 7.747.009.371,00.

Do 2º quadrimestre de 2018 para o 1º quadrimestre de 2019, há uma estimativa de incremento na RCL de aproximadamente R$ 266 milhões. Simultaneamente, nesse período o Poder Executivo vem trabalhando empreendendo esforços para redução das despesas com pessoal, adotando as seguintes medidas:

- Redução dos cargos em comissão;
- Encerramento de contratos ainda neste exercício;
- Demissão de contratos temporários e
- Redução das estruturas administrativas, ou possíveis, incorporações, conforme adotada na Medida Provisória nº 4/2018.

Enfatizamos ainda que, tendo em vista as restrições orçamentário-financeiras e as limitações da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, o Governo Estadual não pretende realizar novos concursos públicos no próximo exercício, a exceção dos concursos da Procuradoria Geral do Estado – PGE e da Polícia Militar, os quais encontram-se em andamento, porém paralisados por determinação judicial.

Praça dos Girassóis, Palmas-TO – CEP: 77001-906 | +55 63 3218-1500 | www.secad.to.gov.br

Com isso, estima-se que o Poder Executivo consiga recuperar o equilíbrio, atingindo no 1º quadrimestre de 2019 o Limite Máximo permitido pela Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (49%), da despesa de pessoal em relação a Receita Corrente Líquida – RCL.